NOVAS MENTIRAS VELHAS

OU

NOVAS MENTIRAS
EM LUGAR DAS VELHAS

A Estratégia Comunista de Dissimulação e
Desinformação

Por

ANATOLIY GOLITSYN

NOVAS MENTIRAS VELHAS

OU

NOVAS MENTIRAS

NO LUGAR DAS VELHAS

A Estratégia Comunista de Dissimulação e

Desinformação

ANATOLIY GOLITSYN

Traduzido por
Henrique Dmyterko

À memória de

Anna Akhmatova

Consciência e alma da literatura russa

Conteúdo

Prefácio e introdução à edição brasileira
Prólogo a 2.a edição norte-americana (1990)
Nota a 1.a edição norte-americana (1984)
Nota do autor

Parte Um: As Duas Metodologias

1.
Os Problemas Enfrentados Pelos Analistas Ocidentais
2.
Os Padrões de Desinformação:
“Fraqueza e Evolução”
3.
Os Padrões de Desinformação:
“Aparência e Força”
4.
Os Padrões de Desinformação: Transição
5.
A Nova Política e a Estratégia de Desinformação
6.
O Relatório Shelepin e as Mudanças na Organização
7.
O Novo Papel da Inteligência
8.
Fontes de Informação
9.
A Vulnerabilidade das Avaliações Ocidentais
10. Sucessos dos Serviços de Inteligência Soviéticos, Falhas
Ocidentais e a Crise nos Estudos e Análises Ocidentais
11. Erros do Ocidente
12. A Nova Metodologia
Parte Dois: O Programa de Desinformação
e seu Impacto no Ocidente

13. A Primeira Operação de Desinformação:
A “Disputa” Soviético-Iugoslava entre 1958-60
14. A Segunda Operação de Desinformação:
A “Evolução” do Regime Soviético, Parte I: As Principais

Mudanças na URSS

15. A Terceira Operação de Desinformação: A “Disputa” e a “Ruptura” Soviético-Albanesa
16.A Quarta Operação de Desinformação: A “Ruptura” SinoSoviética
17. A Quinta Operação de Desinformação: A “Independência” Romena
18. A Sexta Operação de Desinformação: As Pretensas Lutas pelo Poder nos Partidos Comunistas Soviético, Chinês e Outros.
19. A Sétima Operação de Desinformação: A “Democratização” na Checoslováquia em 1968
20. A Segunda Operação de Desinformação: A “Evolução” do Regime Soviético, Parte II: O Movimento dos “Dissidentes”
21. A Oitava Operação de Desinformação: Contatos Ininterruptos entre os Eurocomunistas e os Soviéticos – A Nova Interpretação do Eurocomunismo
22. O Papel da Desinformação e o Potencial da Inteligência na Consecução das Estratégias Comunistas
23. A Evidência de Coordenação Total entre Governos e Partidos Comunistas
24. O Impacto do Programa de Desinformação
Parte Três: A Fase Final e a Contra-Estratégia Ocidental

25. A Fase Final
26. Para Onde Agora?
Epílogo
Glossário
Índice

Prefácio dos Editores de Redação

Muito raramente as revelações de informações vindas detrás da Cortina de Ferro jogam alguma nova luz sobre as raízes do pensamento e ação comunistas, desafiando as noções consagradas sobre a operação desse sistema. Acreditamos que este livro faz as duas coisas. Ele é inapelavelmente controverso, pois rejeita as visões convencionais de assuntos que vão da deposição de Krushchev ao revisionismo de Tito, do liberalismo de Dubcek à independência de Ceaucescu e do movimento dissidente à ruptura sino-soviética. A análise do autor tem muitas e óbvias implicações para as políticas ocidentais. Essa análise não será aceita de pronto por aqueles que há muito se comprometeram com pontos de vista opostos. Mas acreditamos que os debates a que este livro provavelmente dará ensejo levarão a um entendimento mais profundo da natureza da ameaça vinda do comunismo internacional e, talvez a uma determinação mais firme em resisti-lo.

Os serviços prestados pelo autor ao Partido e à KGB, e os extraordinariamente longos períodos de estudos, principalmente na KGB, mas também na Universidade de Marxismo-Leninismo e na Escola Diplomática, o credenciam como um cidadão do Ocidente extraordinariamente bem qualificado para escrever este livro.

Anatoliy Golitsyn nasceu perto de Poltava, na Ucrânia, em 1926.

Logo, foi criado como um membro da geração pós-revolucionária. De 1933 em diante, viveu em Moscou. Ingressou no movimento da juventude comunista (Komsomol) aos quinze anos de idade, enquanto era cadete em uma escola militar. Tornou-se membro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1945, enquanto estudava na Escola de Oficiais de Artilharia, em Odessa.

Nesse mesmo ano ingressou no serviço de contra-inteligência militar. Ao formar-se na Escola de Contra-Espionagem de Moscou, em 1946, ingressou no serviço de inteligência soviético. Enquanto trabalhava no quartel-general, freqüentava os cursos noturnos da Universidade de Marxismo-Leninismo, graduando-se em 1948. De 1948 a 1950 estudou na faculdade de contra-inteligência da Escola de Altos Estudos de Inteligência; entre 1949 e 1952, também completou curso por correspondência da Escola de Altos Estudos Diplomáticos.

Em 1952 e início de 1953, ele e um amigo envolveram-se na elaboração de uma proposta ao Comitê Central do Partido acerca da reorganização da inteligência soviética. A proposta incluía sugestões para o fortalecimento da contra-inteligência, o uso mais amplo dos serviços de inteligência dos países satélites e a reintrodução do "estilo ativista" [1] nas ações de inteligência. Como resultado dessa proposta, esteve presente à uma reunião do Secretariado do Partido, presidida por Stálin e à uma reunião do Presidium, presidida por Malenkov e à qual também estiveram presentes Krushchev, Brezhnev e Bulganin.

Por três meses, entre 1952 e 1953, o autor trabalhou como chefe de seção no departamento de inteligência soviético responsável pela contra-espionagem voltada aos Estados Unidos. Em 1953, foi transferido para Viena, onde serviu por dois anos sob o disfarce oficial de membro do apparat do Alto Comissariado Soviético.

No primeiro ano trabalhou contra os exilados russos, e no segundo, contra a inteligência britânica. Em 1954 foi eleito vice-secretário da organização do Partido na Rezidentura [2] da KGB em Viena, que contava setenta oficiais.

Ao retornar a Moscou, freqüentou durante quatro anos o Instituto da KGB, hoje Academia da KGB, na qualidade de aluno em tempo integral, graduando-se em Direito em 1959. Como aluno do Instituto e membro do Partido, ele estava bem posicionado para acompanhar a luta pelo poder na liderança soviética e que se

1 *N.T.: Estilo que significava mais abrangência e agressividade nas ações , especialmente no recrutamento de vários tipos de agentes.*

2 *Nome dado pela KGB ao aparato (instalações e agentes) de inteligência secreta em países não-comunistas.*

refletia em cartas secretas do Partido, informativos, instruções e conferências.

De 1959 à 1960, à época em que a política de longo alcance para o bloco comunista estava sendo formulada e a KGB estava sendo reorganizada exatamente para tomar parte daquela política, ele serviu como analista sênior na seção responsável pela OTAN do serviço de inteligência soviético, subordinado ao Departamento de Informação. Ele foi então transferido para a Finlândia, onde sob o disfarce de vice-cônsul na Embaixada Soviética em Helsinque, trabalhou em assuntos da contra inteligência até sua ruptura com o regime comunista, em dezembro de 1961.

Já por volta de 1956 Golitsyn começou a desiludir-se com o sistema soviético. Os eventos daquele ano na Hungria intensificaram seu descontentamento. Ele concluiu que a única maneira prática de lutar contra o regime seria a partir do exterior, e que armado de seu conhecimento privilegiado e íntimo da KGB, seria capaz de assim fazê lo com eficácia. Tendo chegado a essa decisão, começou a evocar à memória, de maneira sistemática, toda a informação que julgasse relevante e valiosa ao Ocidente. A adoção da nova e agressiva política comunista de longo alcance precipitou sua decisão de rompimento com o regime. Ele sentiu que as novas dimensões da ameaça com as quais o Ocidente se deparava justificavam que ele abandonasse o seu país e enfrentasse os sacrifícios pessoais inerentes. Sua ruptura com o regime foi um ato político, deliberado e longamente premeditado. Assim que chegou aos EUA buscou transmitir um alerta às mais altas autoridades do governo americano sobre os novos perigos políticos para o Ocidente, que brotavam do atrelamento sem precedentes de todos os recursos políticos do bloco comunista, incluindo seus serviços de segurança e inteligência, à nova política de longo alcance.

De 1962 em diante, o autor devotou a maior parte do seu tempo ao estudo de assuntos comunistas, lendo tanto a imprensa Ocidental quanto a comunista, com a vantagem de fazê-lo na posição de um observador de fora. Começou então a trabalhar neste livro; enquanto o fazia, continuou a trazer à atenção de várias autoridades, americanas e européias, sua visão dos assuntos tratados no livro. Em 1968, permitiu que altos funcionários americanos e britânicos lessem o manuscrito no ponto em que se encontrava. Apesar deste ter sido ampliado de forma a cobrir os eventos da última década, além de revisado à medida que a estratégia comunista subjacente tornava-se mais clara para o autor, a substância do argumento mudou pouco desde 1968. Devido à extensão do manuscrito, uma parte substancial foi retida para publicação posterior.

Com poucas exceções, aqueles altos funcionários que ficaram cientes das visões expressas no manuscrito, especialmente no que tange à ruptura sino-soviética, rejeitaram-nas. De fato, ao longo dos anos tornou se cada vez mais claro para o autor que não havia qualquer esperança razoável de que a sua análise dos assuntos comunistas fosse considerada seriamente nos círculos oficiais ocidentais. Ao mesmo tempo, ele ficava ainda mais convencido de que os eventos continuavam a confirmar a validade de sua análise, de que a ameaça do comunismo internacional não estava sendo entendida com propriedade e de que essa ameaça em breve entraria numa nova e mais perigosa fase. Em face disso, o autor decidiu publicar o seu trabalho, com a intenção de alertar um setor mais amplo da opinião pública quanto aos perigos como eles os vê, na esperança de estimular uma nova abordagem do estudo do comunismo e provocar uma resposta mais coerente, determinada e eficaz a esse por parte daqueles ainda interessados na preservação de sociedades livres no mundo não-comunista.

Para dar efeito à sua decisão de publicar o manuscrito, o autor pediu de nós quatro, todos ex-funcionários americanos e britânicos, auxílio e aconselhamento editorial. Três de nós o conhecemos há doze anos , ou mais. Somos testemunhas de seus esforços de Sísifo em convencer a outros da validade do que ele tem a dizer. Nós temos em mais alta estima a sua integridade pessoal e profissional. O valor de seus serviços à segurança foi oficialmente reconhecido por mais de um governo no Ocidente. E a despeito da rejeição de suas idéias por muitos de nossos ex-colegas, continuamos a acreditar que o conteúdo de seu livro é da maior importância e relevância para um entendimento apropriado dos acontecimentos contemporâneos. Nós, portanto, estávamos mais do que desejosos em atender a solicitação de ajuda do autor na edição de seu manuscrito para publicação. Recomendamos que o livro destine-se ao mais sério estudo por parte daqueles interessados nas relações entre os mundos comunista e não-comunista.

A preparação do manuscrito foi levada a cabo pelo autor com a ajuda individual e particular de cada um de

nós.

O autor é um cidadão dos Estados Unidos da América e Comandante Honorário da Ordem do Império Britânico (CBE)[3]

STEPHEN DE MOWBRAY

ARTHUR MARTIN

VASIA C. GMIRKIN

SCOTT MILER

3 *N.T.: No original "Honorary Commander of Order of the British Empire"*

Nota do Autor

Este livro é produto de quase vinte anos de minha vida. Ele apresenta minhas convicções de que nesse período, o Ocidente entendeu muito mal a natureza das mudanças no mundo comunista; foi enganado e superado pela perfídia e astúcia comunistas. Minhas pesquisas não só reforçaram minhas crenças, mas levaram-me a uma nova metodologia para analisar as ações comunistas. Esta metodologia leva em conta o caráter dialético do pensamento estratégico comunista. É minha esperança que a metodologia venha a ser usada por estudiosos de assuntos comunistas no mundo Ocidental.

Eu assumo total e absoluta responsabilidade pelo conteúdo do livro. Ao escrevê-lo, não recebi assistência de qualquer tipo, de qualquer governo ou de outra organização. Submeti o texto às autoridades americanas de direito, que não levantaram qualquer objeção quanto à sua publicação no que diz respeito à segurança nacional.

Para a transliteração de nomes russos, usei o sistema adotado pelas agências governamentais americanas. A transliteração de nomes chineses segue o sistema antigo.

Eu gostaria de agradecer aos meus amigos Stephen de Mowbray e Arthur Martin, que na edição fizeram a parte do leão e ajudaram-me durante todo o processo com suas considerações e opiniões. Agradeço também a Vasia C. Gmirkin e a Scott Miler, por suas contribuições e sugestões de editoração.

Sou grato a PC, PW, RH, PH e a AK , por sua dedicação ao digitar o manuscrito e às esposas dos meus amigos, que sofreram em silêncio durante a sua preparação. E sou grato especialmente à minha esposa, Svetlana, por seu encorajamento e tolerância paciente.

Eu gostaria de expressar a minha profunda gratidão a dois de meus amigos americanos, que permanecerão anônimos, por sua ajuda e esforços em trazer o manuscrito à atenção da firma editora Dodd, Mead & Company. A direção dessa firma merece a minha admiração por sua imediata compreensão do significado do manuscrito e por ter a coragem de publicar livro tão controverso.

Sou especialmente grato também a Allen Klots, da Dodd, Mead & Company, que revelou grande interesse pessoal na publicação, além de ter feito a edição final do manuscrito.

Finalmente, agradeço ao governo soviético e ao partido por suas excelentes instalações e recursos educacionais, os quais tornaram possível este livro; e agradeço também à história e literatura russas pela inspiração que deram ao guiar-me à decisão de consciência: servir ao povo e não ao partido.

ANATOLIY GOLITSYN

Men will not receive the truth from their enemies and it is very seldom offered to them by their friends; on this very account I have frankly uttered it.

– Alexis de Tocqueville,DEMOCRACY IN AMERICA

New lies for old.[4]

Atribuído à Anna Akhmatova

4 *N.T.: Título original deste livro*

PARTE I

AS DUAS METODOLOGIAS

Parte I -Capítulo 1

Os Problemas Enfrentados pelos Analistas Ocidentais

O mundo não-comunista devota esforço considerável ao estudo do mundo comunista, e por boa razão, pois a política ocidental com relação àquele depende das avaliações que faz da situação a partir dali. Muitas instituições devotadas ao estudo de problemas comunistas surgiram nos Estados Unidos, na Grã- Bretanha, na França e em outros países. À parte dos estudos históricos tradicionais da Rússia e China pré-revolucionárias, novas especialidades foram inventadas, tais como a "sovietologia" ou a mais limitada "kremlinologia", que enfoca especificamente uma instância de formulação política na União Soviética.

Especialidades análogas estabeleceram-se nos campos de "monitoramento da China" e de estudos da Europa oriental.

Os resultados dos estudos ocidentais são válidos apenas se dois tipos de dificuldades forem superados com pleno sucesso: as dificuldades gerais, que brotam da preocupação com o segredo e sigilo demonstrada pelos regimes comunistas e as dificuldades especiais, que surgem do uso que os comunistas fazem da desinformação. A falha dos atuais estudos ocidentais deve-se, em larga medida, à incapacidade de sequer perceber o segundo conjunto de dificuldades.

As Dificuldades Gerais

As dificuldades e obstáculos gerais que surgem no caminho dos estudos ocidentais derivam da natureza dos regimes comunistas e são amplamente reconhecidas no Ocidente. Têm destaque dentre essas dificuldades, as seguintes:

- A tomada de medidas especiais de prevenção de vazamento de informações secretas relativas a problemas de formulação política, tais como o pagamento de 15% adicionais aos salários dos oficiais e de outros altos-funcionários da KGB, pela manutenção do sigilo.
- A existência de serviços de segurança imensamente poderosos, devotados à proteção de segredos de estado e à supressão da verdadeira liberdade de expressão.
- O monopólio do partido e do estado sobre a mídia e a disseminação de informação seletiva para consumo interno e externo.
- Controle e vigilância efetivos sobre as embaixadas, jornalistas estrangeiros e visitantes aos países comunistas, bem como de seus contatos nesses países.

Em princípio, essas medidas não constituem novidade; elas são concomitantes a todos os sistemas totalitários, que as aplicam com variados graus de eficiência e por meio de várias técnicas.

Ainda que essas dificuldades compliquem o estudo das políticas e regimes comunistas pelo Ocidente, elas não o tornam impossível. Estudiosos e especialistas ocidentais acumularam experiência no trato dessas dificuldades. Os relatos de testemunhas oculares, ex-habitantes do mundo comunista e agora residentes no Ocidente, provaram-se de extrema utilidade para o estudo sério dos regimes comunistas e de seus problemas no passado. [5] Se essas dificuldades fossem as únicas, as avaliações ocidentais da situação no mundo comunista poderiam ser mais ou menos precisas; todavia, há outras dificuldades especiais.

---

5 *O reconhecimento desse fato pode ser encontrado, p.ex., no "The Communist Party of the Soviet Union" (Random House, Nova York, 1960), de Leonard Shapiro, p.542: "O segredo com o qual a URSS tem sido capaz de cercar a si mesma veio abaixo, em larga medida pelo testemunho dado por milhares de cidadãos soviéticos, desalojados durante a guerra e que para casa não retornaram. Pela primeira vez, um sério estudo acadêmico da história, política e economia soviéticas, fornecia aos países não-comunistas uma base para contrapor-se à propaganda soviética antiocidental."*

As Dificuldades Especiais: Desinformação

As dificuldades especiais derivam dos esforços deliberados dos governos comunistas em desviar e induzir ao erro os estudos e avaliações ocidentais. Tais esforços são conhecidos como desinformação (em russo, dezinformatziya). A "Great Soviet Encyclopædia" diz que a palavra é formada a partir de duas raízes francesas, dé(s), que implica em remoção ou eliminação, e information, significando conhecimento[6]. A GSE define desinformação como sendo a disseminação de dados falsos através da mídia, com o propósito de desviar a atenção da opinião pública. Ela chega a ponto de dizer que é a imprensa capitalista que faz amplo uso da desinformação para enganar a população mundial e retratar como defensiva a nova guerra em preparação pelo bloco imperialista anglo-americano, e também para retratar como agressiva a pacífica política da União Soviética e de outras democracias populares.

Em termos gerais, esta teria sido uma definição bastante precisa da desinformação se os alegados papéis dos blocos "imperialista" e soviético tivessem sido invertidos. De fato, a desinformação foi usada em variados escopos ao longo da história da União Soviética.

A preocupação primeira deste livro é o uso da desinformação estratégica por parte dos comunistas. O termo significa o esforço sistemático de disseminação de falsas informações e de distorção ou retenção de informações, a fim de dar falsa imagem da situação real no mundo comunista, bem como das políticas ou planos de ação deste. O objetivo geral e essencial desse esforço é enganar e influenciar o mundo não-comunista, pondo em risco as políticas deste ao induzir os adversários ocidentais a contribuir desavisadamente para a consecução dos objetivos comunistas. Desde 1958, um programa de operações de desinformação político-estratégicas foi posto a efeito. Seus propósitos foram o de criar condições favoráveis à implementação da política de longo alcance do bloco comunista, impedir a adoção de contra medidas eficazes pelo mundo não-comunista e assegurar ganhos estratégicos para o mundo comunista. Uma compreensão do programa de desinformação é crucial para a análise correta da situação no mundo comunista, mas sua existência foi, ou ignorada, ou subestimada no Ocidente. Este livro é uma tentativa de explicar, com base nas informações privilegiadas do autor e na nova metodologia, o papel do programa de desinformação e das técnicas nele empregadas.

Desinformação nos Regimes Comunistas

A desinformação não é praticada apenas pelos governos comunistas. Não obstante, a desinformação desempenha um papel mais significativo nos regimes comunistas do que em qualquer outro tipo de regime. Seu papel é determinado pelos modos particulares com os quais os regimes comunistas respondem às crises em seus sistemas, pela ilimitada extensão de seus objetivos externos e pela capacidade comunista em executar uma estratégia ofensiva mundial de longo prazo.

O papel da desinformação nos países comunistas pode ser mais bem entendido quando se compara a maneira pela qual os

6 *Grande Enciclopédia Soviética, vol. 13 (1952), p.566 (daqui por diante citada como GSE). Editores –"Agência Científica do Estado", Moscou. Esta é a segunda edição publicada ao final dos anos 40 e início dos 50. Desde 1957 foi publicada em volumes anuais suplementares. Os vls. Serão doravante citados como GSE, com uma indicação do ano do suplemento. (Os suplementos não são numerados, mas seguem a ordem do ano).*

sistemas comunista e democrático respondem às crises internas e a natureza de suas respectivas políticas externas.

Nas sociedades democráticas, as crises internas são usualmente de domínio público e limitadas em sua extensão. Um regime

democrático permite a absorção das forças de descontentamento ou ressentimento popular através de eleições democráticas, processos judiciais e respostas flexíveis, na forma de negociações e mediações. Por essa razão, movimentos de protesto político e social normalmente não levam à revoltas de toda uma população contra o regime. Das crises, normalmente resultam reajustes no sistema, os quais podem selar o destino político de grupos ou partidos políticos, mas a estabilidade fundamental do sistema permanece inabalada. Essa flexibilidade pôde ser observada nos EUA durante a campanha contra a Guerra do Vietnã e durante a crise de Watergate; e na França, depois dos eventos de maio de 1968.

Nos regimes comunistas, as crises são normalmente ocultadas do mundo exterior. Por causa da ausência de processos democráticos e da supressão da oposição interna,

descontentamentos políticos, sociais e econômicos acumulam-se e ameaçam transformar-se em sérias e violentas sublevações da população inteira contra o sistema. Isto aconteceu na Hungria em 1956. A maneira de resolver uma crise como essa num sistema comunista, normalmente é arbitrária e autoritária.

No que diz respeito às políticas externas, aquelas dos países não-comunistas são normalmente ditadas pelos interesses nacionais e têm objetivos limitados e de curto prazo. Exceto em tempo de guerra, são usualmente defensivas. Os governos democráticos tratam diretamente com os governos de outros países, enquanto são obrigados, pela regra democrática, a tratar normal e simultaneamente com a oposição interna, exceto no evento de uma guerra civil. Os governos democráticos ou não têm o pendor, ou não estão preparados para tirar vantagem das crises em outros países que eles possam ou não considerar como adversários.

Por outro lado, a política externa comunista é global, ideológica, de longo alcance e tem o objetivo final da dominação mundial. Ela é inerentemente inclinada a tomar a iniciativa, a menos que seja forçada à defensiva por uma extraordinária combinação de circunstâncias. Quaisquer que sejam as aparências, a política externa comunista também tende a dar ênfase considerável as suas tratativas e apoio à oposição radical de extrema-esquerda aos governos estabelecidos ocidentais, enquanto trata com esses mesmos governos. O comunismo está sempre propenso, e via de regra, preparado a tirar vantagem de qualquer crise em países não comunistas; essa atitude é logicamente necessária e decorrente dos próprios objetivos ilimitados e de longo prazo de sua política.

As diferenças entre os sistemas comunista e não-comunista quanto às reações a crises internas e quanto às políticas externas, determinam os diferentes papéis da desinformação em seus respectivos sistemas. Os sistemas democráticos, sendo mais abertos e, portanto, inerentemente mais estáveis politicamente, não precisam esconder nem as crises internas que ocorrem de tempos em tempos e nem os meios pelas quais são resolvidas. As crises vêm a público e não há como escondê-las. A crise de Watergate é emblemática. A condição principal para a solução de tal crise seria torná-la pública; logo, não há lugar para a desinformação. Ainda que os governos democráticos, em certa

medida, administrem notícias com o intuito de projetar uma imagem melhor de sua performance, o uso de métodos clandestinos ou especiais é passível de ser descoberto e explorado pela oposição na próxima campanha eleitoral. Na política externa, governos democráticos podem praticar a desinformação em escala limitada, de acordo com os objetivos nacionais também limitados e normalmente defensivos, e ainda assim, a desinformação tende a ser em escala moderada e restrita aos campos militar e de contra-espionagem.

Nos regimes comunistas, o papel da desinformação é inteiramente diferente. Ele é condicionado em parte pela instabilidade inerente aos sistemas comunistas. A vulnerabilidade política dos regimes comunistas, sua preocupação com a estabilidade e seus métodos não-democráticos de resolver crises internas, obriga-os a usar a desinformação em larga escala a fim de esconder e dispersar as ameaças a sua existência e a apresentar a si mesmos sob uma luz favorável, como se fossem formas estáveis de sociedade. O papel interno da desinformação é, de um lado, o de esconder os métodos não-democráticos, antinacionais, extralegais e até mesmo criminosos de resolver as crises internas, e de outro, o de minimizar ou neutralizar atividades internas anti-regime, ao mesmo tempo em que previne ou neutraliza qualquer tentativa externa de fomentar ou explorar tais atividades.

O papel especial da desinformação é intensificado pelo caráter agressivo e ambicioso da política externa comunista. Esta tem como objetivos a promoção e estabelecimento de regimes comunistas em países não-comunistas ao redor do mundo, através do apoio à oposição de extrema-esquerda, da obtenção de alianças políticas temporárias, da exploração e aprofundamento de quaisquer crises internas que possam ocorrer e mesmo da geração de crises artificiais. A fim de ser bem sucedida, tal política precisa de uma cobertura e fachada que distorça e mascare a percepção de seus objetivos específicos, de suas táticas e manobras, enquanto cria nos países alvo as condições favoráveis à consecução desses objetivos. A desinformação provê essa cobertura e fachada, além de um meio de exercer influência. É a combinação da agressividade à desinformação que resulta no caráter conspiratório da política comunista. Esta combinação não é assunto sujeito à especulação, mas uma realidade existente e constante nas atividades comunistas. Ela não pode ser ignorada arbitrariamente pelos governos e estudiosos ocidentais sem que isso afete seriamente a exatidão e o realismo de suas avaliações do mundo comunista.

O escopo e a escala da atividade de desinformação por parte dos regimes comunistas são virtualmente ilimitados. Não há qualquer obstáculo legal ou político às operações de desinformação. Um estado policial, com sua autoridade centralizada, seu controle total sobre os recursos materiais e humanos, sua irrestrita habilidade em executar manobras e súbitos desvios políticos e sua imunidade às pressões de uma opinião pública organizada, oferecem àquele, tremendas vantagens nas operações de desinformação quando comparado a um sistema democrático

Dado o controle total que exercem sobre a mídia, os governos comunistas não precisam temer qualquer publicidade adversa:

eles podem dizer uma coisa em público e o oposto em privado, completamente impunes. Eles podem também usar, para propósitos de desinformação, todas as instalações, recursos e pessoal dos serviços de segurança e inteligência, os quais operam numa escala e grau de imunidade sem paralelo no Ocidente.

Consideradas essas vantagens, não é surpresa que os regimes comunistas se engajassem na desinformação no nível de política de estado e como parcela bastante significativa de suas atividades. Eles têm oportunidades ilimitadas de praticar a desinformação total, isto é, de usar todos os tipos e canais possíveis de e para a desinformação.

As operações de desinformação comunista são controladas a partir dos mais altos escalões do governo. Elas servem de sustentação aos interesses da política de longo alcance; e suas formas, padrões e objetivos são, portanto, determinados pela natureza da política em dado período.

Ao avaliar as potencialidades da desinformação estratégica comunista, deveria ser lembrado que durante a II Guerra Mundial os aliados ocidentais mostraram-se capazes de divisar engenhosas e eficazes operações de despistamento militar e estratégico. As três condições principais para o sucesso dessas operações foram: a existência de objetivos de guerra aliados claramente definidos e acordados; um sistema de censura prévia a rádio e à imprensa; a penetração que os aliados obtiveram na inteligência alemã, especialmente por sua habilidade em decifrar as comunicações alemãs. Entre 1958-60, os regimes comunistas desfrutaram de condições e vantagens semelhantes em relação ao Ocidente.

Parte I -Capítulo 2

Os Padrões de Desinformação:

"Fraqueza e Evolução"

Três padrões de desinformação estratégica comunista podem ser diferenciados: um padrão para um período no qual uma política específica e de longo alcance está sendo elaborada e implementada; um padrão para um período de crise no regime comunista ou em sua política; e um padrão para um período de transição.

O Padrão "Fraqueza e Evolução"

O padrão de desinformação utilizado durante a

implementação de uma política de longo alcance pode ser chamado de "fraqueza e evolução", ou o padrão de "moderação ideológica calculada". Seu objetivo é aplacar os temores dos adversários do comunismo internacional ao atenuar a imagem da real força comunista e confundir a elaboração da política desses adversários ao mascarar as realidades da política comunista.

Seguindo esse padrão, portanto, a desinformação reflete fraquezas reais ou imaginárias, cisões ou rupturas e crises no mundo comunista e projeta uma imagem de evolução do sistema, como se este estivesse distanciando-se do campo ideológico, em direção a um sistema nacional convencional. A intenção é a de que as nações não-comunistas, ao aceitar a aparente e suposta desunião e evolução do mundo comunista, venham a falhar ao tentar responder eficazmente à estratégia ofensiva comunista e, na sua confusão, cometam falhas e erros de cálculo em suas ações práticas relativas ao mundo comunista. O papel maior da desinformação segundo o padrão "fraqueza e evolução", é o de esconder e dissimular a natureza real, os objetivos, as táticas e as técnicas da política comunista.

Com o intuito de angariar aliados políticos táticos temporários, sem alarmá-los, são feitos esforços no sentido de esconder e atenuar a verdadeira força e agressividade do comunismo.

Informação factual favorável aos regimes comunistas é retida ou minimizada; informação desfavorável e que revele alguma fraqueza, é revelada, vazada ou inventada.

Ao contrário dos governos democráticos, os comunistas não estão preocupados com resultados eleitorais. Logo, eles podem dar-se ao luxo de revelar informações desfavoráveis a si mesmos, sejam elas verdadeiras ou falsas. Durante o período de implementação da política, fraquezas no sistema, reais ou artificiais, são enfatizadas. Reajustes e soluções são apresentados como fracassos; diferenças ideológicas entre os sistemas comunista e não-comunista são minimizadas. Moderação calculada do dogma comunista e até mesmo algum afastamento deste são permitidos. Traços e interesses comuns aos sistemas comunista e democrático são enfatizados de forma exagerada. Os objetivos comunistas de longo alcance e a ação coordenada a sua consecução, são ocultados. Mas as feições mais importantes e características desse padrão são a projeção de supostas rupturas e crises no mundo comunista e a alegada evolução dos estados comunistas na direção de um modelo

convencional de nações estado, motivado primordialmente, como nos outros estados, por interesses nacionais. O padrão determina as formas e meios.

Operações especiais de desinformação desempenham o papel principal; à propaganda é relegado um papel de coadjuvante.

O precedente da NEP

O padrão de "fraqueza e evolução" foi usado com sucesso por Lênin na década de 20. Em 1921 a Rússia soviética estava em face de um colapso iminente. A indústria jazia arruinada pela guerra; a agricultura estava em crise. O povo russo, desiludido pela

rígida política de "comunismo de guerra" estava à beira de uma revolta; a política de terror provava-se ineficaz. Havia levantes camponeses na Sibéria e ao longo do Volga; movimentos nacionalistas na Ucrânia, Geórgia, Armênia e Ásia Central proclamavam

abertamente o separatismo, apresentando séria ameaça à unidade nacional. Os marinheiros da Base Naval de Kronstadt rebelaram se No exterior, as esperanças de uma revolução mundial tinham se esvaecido após as derrotas comunistas na Alemanha, Polônia e Hungria. As maiores potências européias, ainda que não em frente unificada, eram individualmente hostis ao comunismo e agora, ao estado soviético. Um enorme movimento de exilados russos espalhava-se pela Europa, planejando derrubar o regime. A Rússia soviética encontrava-se em completo isolamento político e econômico.

Foi nesta situação, diante de um altamente desfavorável desequilíbrio de poder frente ao Ocidente, que Lênin concebeu e lançou uma política de longo alcance, que no decorrer dos próximos oito anos viria a demonstrar-se um sucesso espetacular.

À tal política foi dada um título deliberadamente enganoso: Nova Política Econômica – NEP[7]. Na verdade, ela ia muito além da economia, definindo também os principais objetivos políticos e ideológicos, além das táticas internas e externas do regime. Definia também a estratégia para o movimento comunista internacional.

Nos termos da NEP, os líderes soviéticos deveriam eliminar o separatismo criando uma federação de repúblicas nacionais, a URSS –União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Esses líderes deveriam apresentar um planejamento econômico nacional de longo prazo. Eles deveriam planejar e construir um sistema de energia elétrica que cobrisse e interligasse o país todo. Deveriam iniciar o processo de inversão da balança de poder em favor dos comunistas.

Para o resto do mundo, a NEP significava que aos industriais estrangeiros seriam oferecidas concessões na indústria soviética e que convites seriam feitos para a abertura de negócios na Rússia soviética; que os empreendimentos industriais deveriam ser reorganizados na forma de trustes e operados com base no lucro. Significava também que propriedades e empreendimentos menores poderiam ser de propriedade de cooperativas ou de indivíduos; que o dinheiro voltaria a circular e que negócios particulares seriam permitidos; que as restrições às viagens seriam relaxadas; que os exilados eram encorajados a retornar sob anistia, enquanto que a alguns cidadãos soviéticos era permitido emigrar e que a diplomacia soviética buscava a coexistência pacífica com o Ocidente.

Para os líderes soviéticos o significado era bastante diferente. Eles pretendiam que a NEP não apenas trouxesse a recuperação econômica, mas servisse também para: evitar uma revolta interna,

7 N.T.: "New Economic Policy", no original. A sigla em inglês, NEP, será mantida ao longo deste livro, para facilidade de referência a outras publicações

expandir o comércio exterior, atrair capital e knowhow estrangeiros, obter reconhecimento diplomático, evitar grandes conflitos com as potências ocidentais, neutralizar o movimento do exilados e ajudar a promover a revolução mundial através do movimento comunista.

Lênin acreditava que essa política, fundamentalmente agressiva e ideológica, poderia provar-se eficaz se fosse acompanhada do uso sistemático do engodo e dissimulação, ou, para usar a palavra corrente, da desinformação. As características desta desinformação eram uma aparente moderação na ideologia comunista, a abstenção a referências à violência nos métodos comunistas, o exagero na descrição e propaganda do grau de restauração do capitalismo na Rússia soviética, o uso de um estilo sóbrio, prático, eficiente e "ocidental" nas negociações comerciais e diplomáticas com o Ocidente e a ênfase no desarmamento e coexistência pacífica. Tudo isso tinha a intenção de levar o mundo exterior a crer que o sistema comunista estava fraco e perdendo o seu ardor. Deixado à própria sorte, iria desintegrar-se ou forçosamente entrar em acordo com o sistema capitalista.

O serviço de segurança soviético foi reorganizado, agora sob o nome de OGPU[8], ao qual foram atribuídas novas tarefas políticas. Ele foi dirigido de forma a montar operações políticas e de desinformação. Falsos movimentos de oposição foram criados e controlados pela OGPU. Eles foram projetados para atrair às suas fileiras genuínos opositores do regime, dentro e fora do país.

Essas pessoas inocentes podiam então ser usadas de variadas formas pelo regime. Elas poderiam agir como canais de desinformação; poderiam ser chantageadas e recrutadas como agentes; poderiam ser presas e expostas a julgamentos públicos.

Um exemplo característico, mas não único, dessa técnica é dado pelo que é conhecida como operação "Truste".

Em 1921, enquanto a NEP estava sendo lançada, a OGPU criou dentro da Rússia soviética uma falsa organização anti soviética, a Aliança Monarquista da Rússia Central. Esta já tinha sido uma organização genuína, fundada por generais czaristas em Moscou e Leningrado, mas liquidada pelo serviço de segurança soviético entre 1919-20. Antigos membros dessa organização, entre os quais generais czaristas e membros da velha aristocracia que haviam se bandeado para o lado soviético, nominalmente lideravam o movimento. A sua nova lealdade ao regime soviético não estava em dúvida, pois já tinham traído seus antigos amigos no movimento anticomunista clandestino. Eles eram os generais czaristas Brusilov e Zaynchkovskiy; o adido militar czarista na Sérvia[9], General Potapov. O oficial de transportes czarista Yakushev, o mais ativo agente na "Truste", era um ex-oficial de inteligência do Alto Comando na Rússia czarista, cujos muitos nomes incluíam o de Opperput.

Agentes da "Truste" viajavam ao exterior e estabeleciam contatos confidenciais com líderes genuínos do movimento anticomunista entre os exilados, de maneira a (ostensivamente) coordenar as atividades contra o regime soviético. Entre os exilados importantes com os quais eles se encontraram estavam Boris Savinkov e os generais Wrangel e Kutepov.

Durante seus contatos, esses agentes confidenciavam que o movimento monarquista anti-soviético estava agora bem estabelecido na Rússia soviética, tendo penetrado até os mais altos escalões do exército, do serviço de segurança e até mesmo do governo e que no decorrer do tempo tomaria o

8 N.T.: OGPU-Ob´yedenennoye Gosudarstvennoye Politicheskoye Upravleniye ou Administração Política do Estado Federal-antecessora da NKVD e da KGB

9 N.T.: No original, Iugoslávia, pela facilidade de referência à época. Todavia, com a denominação oficial de 'Iugoslávia', esta só passou a existir em 1929, enquanto a Sérvia tornou-se independente já em 1913, antes da I Guerra e aliada natural da Rússia czarista, por laços culturais e religiosos.

poder e restauraria a monarquia. Eles convenceram os líderes dos exilados de que o regime tinha se submetido a uma mudança radical, que a ideologia estava morta, que os líderes atuais nada tinham a ver com os revolucionários do passado. Os líderes atuais eram nacionalistas de coração e o regime estava evoluindo na direção de um regime nacional moderado e poderia em breve, entrar em colapso. A NEP deveria ser vista como a primeira concessão importante rumo à restauração do capitalismo na Rússia. Logo seguir-se-iam concessões políticas. Em função disso, diziam os agentes da "Truste", qualquer gesto de hostilidade de parte das potências européias ou do movimento dos exilados seria imprudente, quando não trágico, uma vez que só poderia unir o povo russo em torno de seu governo, dando sobrevida ao moribundo. Os governos europeus e os líderes exilados deveriam dar um fim às atividades terroristas anti-soviéticas e mudar sua atitude hostil para uma aceitação passiva. E os europeus deveriam conceder reconhecimento diplomático e incrementar o comércio. Dessa maneira, eles teriam uma melhor oportunidade de contribuir para o processo evolutivo na Rússia soviética. Os líderes exilados deveriam retornar à Rússia para dar a sua contribuição.

Naturalmente, havia os reticentes entre os exilados, mas o prestígio dos líderes da organização (particularmente do General Brusilov) convenceu a maioria. Eles aceitaram a desinformação da

"Truste" pelo seu valor aparente e a repassaram a amigos influentes nos serviços de inteligência europeus. Quando passou a circular nos governos como informação "secreta", já soava de forma mais impressionante. Com o passar do tempo, a mesma história era confirmada por fonte após fonte: tornara-se "secreta e confiável". Os serviços de inteligência europeus tinham se comprometido e era impensável que todos estivessem errados.

Enquanto a "Truste" prosperava, a OGPU assumia o controle, total ou parcial, de dois outros movimentos projetados para influenciar o clima político em apoio à NEP. Eles eram os movimentos "Mudança de Sinalização" e "Eurasiano". O primeiro foi usado pelo serviço de segurança soviético para induzir os exilados e os intelectuais na Europa a acreditar que a força da ideologia comunista estava esvaecendo-se e que o regime soviético evoluía para uma forma de estado mais moderada e de caráter nacional. O movimento publicou, com assistência não oficial do governo, uma revista semanal em Praga e Paris, "A Mudança de Sinalização"[10], e em Berlim, o jornal "À Véspera"[11]. Em 1922, correndo algum risco, o governo soviético permitiu que fossem publicadas duas revistas, em Leningrado e em Moscou, "Nova Rússia" e "Rússia", respectivamente. Essas tinham o propósito de exercer uma influência similar sobre os intelectuais de dentro do país.

Por volta de 1926, todas as publicações do movimento "Mudança de Sinalização" foram fechadas. O movimento foi desmantelado e alguns de seus líderes na União Soviética, presos.

Uma publicação soviética oficial confirma a exploração do movimento e descreve o seu fim. Logo depois, a operação "Truste" foi extinta com a prisão daqueles opositores do regime que tinham sido tolos ou imprudentes, por revelarem-se como tal ao associar-se à "Truste".

Para impressionar o povo soviético, foram armados julgamentos públicos de membros da oposição ao redor o país – alguns genuínos, outros falsos. No exterior, vários meios foram empregados para prejudicar, romper e desacreditar tanto os movimentos de exilados, quanto os serviços de inteligência europeus. Agentes de ambos – alguns genuínos, alguns falsos – foram julgados publicamente, in absentia. Líderes dos movimentos de exilados, jornalistas europeus, empresários, diplomatas e outros funcionários de governos europeus, foram chantageados com base em seu envolvimento e forçados a trabalhar para a inteligência soviética. Alguns líderes dos exilados, tais

10 N.T.: No original, "The Change of Signposts", usando a linguagem da sinalização de trânsito para dar a entender os supostos novos rumos comunistas.

11 *N.T.: No original, "On the Eve".*

como Boris Savinkov e o General Kutepov, além do embaixador da Estônia em Moscou, Birk, foram raptados. Espiões soviéticos que haviam sido expostos foram trocados ou recuperados. Pessoas influentes, além de governos, foram expostas ao ridículo como "os tolos que se deixaram enganar pela esperta provocação da OGPU", ou então eram pressionados e chantageados pela ameaça de serem desacreditados. Um exemplo disso ocorreu anos depois, já em 1944, durante a ocupação soviética da Finlândia. Zhdanov ameaçou julgar em público o presidente finlandês Mannerheim, por suas atividades anti-soviéticas durante a operação "Truste", assim forçando-o a abandonar a vida pública caso ele se recusasse a aquiescer a todas as exigências do invasor soviético.

A NEP foi encerrada oficialmente por Stálin em 1929 com aquilo que foi chamada de "ofensiva socialista em todas as frentes". As concessões aos industriais estrangeiros foram canceladas; foi proibida a iniciativa privada na União Soviética; propriedades privadas foram confiscadas; a agricultura foi coletivizada; a repressão à oposição política, intensificada. A NEP se foi. E foi sem nunca ter sido realmente.

Os Resultados da NEP

A agricultura, a indústria e o comércio desenvolveram-se enormemente sob a NEP. Apesar de não ter conseguido atrair grandes créditos ocidentais, ela trouxe tecnologia e equipamentos novos e eficientes. Milhares de técnicos ocidentais ajudaram a industrializar a União Soviética e firmas do Ocidentes lá construíram fábricas essenciais. É justo dizer que as bases das indústrias pesada e militar soviéticas foram lançadas nos anos 20, com a ajuda americana, britânica, checoslovaca e, depois do Tratado de Rapallo[12] (1922), também com a alemã.

A Alemanha desempenhou papel especialmente significativo na remilitarização soviética. De acordo com as cláusulas então secretas do tratado, os alemães ajudaram a construir uma aviação moderna e fábricas de tanques na URSS. Os comunistas referiam-se cinicamente aos empresários e concessionários estrangeiros como "assistentes do socialismo". O planejamento de longo prazo e a industrialização estavam lançados. O reconhecimento de jure que a União Soviética obteve do Ocidente, ajudou a neutralizar a oposição interna e assim, a estabelecer-se a si mesma politicamente. Os remanescentes de outros partidos políticos (Revolucionários Socialistas, Mencheviques, Sionistas) foram suprimidos, liquidados ou exilados. Os camponeses foram pacificados. A independência das igrejas foi suprimida. Novas e controladas "igrejas vivas" aceitaram o regime. Os movimentos nacionalistas e separatistas na Geórgia, Ucrânia, Armênia e repúblicas da Ásia Central foram esmagados e suas nações totalmente incorporadas à união federal.

Nenhuma nova oposição política organizada emergiu durante a NEP. Expurgos regulares de membros do partido comunista mantinham a pureza ideológica intacta; uma minoria dos membros sucumbiu às tentações do capitalismo e foi expulsa. O partido e o serviço de segurança ganharam experiência em métodos de ação agressivos (métodos ativistas) e em controlar contatos com o Ocidente. O serviço de segurança começou a exercitar controle eficaz sobre a sociedade soviética.

O bloco europeu que se esperava formar-se contra a União Soviética, não se materializou. O reconhecimento de jure foi concedido por todos os países mais importantes, à exceção dos EUA. O

12 N.T.: O Tratado de Rapallo foi um acordo datado de 16 de abril de 1922 e assinado durante a Conferência de Gênova, entre a Alemanha (República de Weimar) e a União Soviética, pelo qual cada país renunciava a reclames *territoriais que se seguiram ao Tratado de Brest-Litovsk e à I Guerra Mundial. O Pres. Walter Rathenau representava a Alemanha e G.V. Chicherin, a Rússia soviética. Os dois governos normalizaram as relações diplomáticas, com promessas de cooperação e boa-vontade no atendimento das necessidades econômicas mútuas. A URSS beneficiou-se largamente com a aquisição de materiais e componentes para a indústria bélica. A Alemanha teve garantidos largos suprimentos de matérias-primas estratégicas. A parceria, sob outro nome e forma, perdurou até 1941.*

movimento dos exilados foi infiltrado, desacreditado e deixado a desintegrar-se. O Tratado de Rapallo, assinado com a Alemanha em 1922 (a realização que coroou a diplomacia agressiva de Lênin), elevou o prestígio soviético, ajudou a aumentar o seu poderio militar, evitou que uma frente unida anticomunista se formasse na Europa e enfraqueceu a República de Weimar.

Entre 1921 e 1929, doze novos partidos comunistas juntaram-se ao Comintern, elevando o total ao número de quarenta e seis. Usando táticas legais, os partidos comunistas aumentaram sua influência nos sindicatos e parlamentos europeus. Ainda que a tentativa de formar uma frente unida com as Internacionais Socialistas tenha falhado, alguns partidos socialistas – o alemão, o francês, o espanhol e o checoslovaco – dividiram-se sob a influência da abordagem comunista. Grupos esquerdistas juntaram-se aos partidos comunistas ou formaram novos partidos.

O Comintern acumulou experiência valiosa ao usar simultaneamente tanto táticas revolucionárias como legais e também em sua rapidez na mudança de uma tática para a outra, concatenando tais ações com aquelas da diplomacia soviética.

Táticas de frente unida foram aplicadas com êxito pelos comunistas na China Nacionalista. A Mongólia tornou-se o primeiro satélite soviético.

A Lição da NEP

A desinformação do período da NEP foi bem sucedida.

Vista por olhos ocidentais, a ameaça do comunismo sob a NEP parecia ter-se tornado difusa. O medo do bolchevismo arrefeceu.

A posição dos anticomunistas foi enfraquecida. Expectativas de reaproximação foram levantadas. O público ocidental, relutante em fazer sacrifícios, insistia em ainda mais acomodação de seus governos frente ao regime soviético. Na realidade, é claro, o desafio do comunismo fora reforçado: as expectativas ocidentais mais tarde seriam rudemente estilhaçadas. Mas os estrategistas comunistas haviam aprendido a lição de que os líderes ocidentais podiam ser enganados e induzidos a cometer erros em suas avaliações da União Soviética e nas políticas em relação a esta. A desinformação tinha de fato criado condições favoráveis ao sucesso da política interna soviética, da diplomacia agressiva e das atividades do Comintern.

Parte I – Capítulo 3

Os Padrões de Desinformação: "Aparência e Força"

Se um regime comunista está em crise, se o regime está enfraquecido, se a sua liderança está dividida ou comprometida, o padrão lógico para a desinformação é esconder a crise e suas dimensões, atrair a atenção para outras áreas ou problemas e apresentar a situação, tanto domesticamente como ao exterior, sob a luz mais favorável possível. Este é o padrão "aparência e força" ou padrão de desinformação "vila Potemkin" [13]. Ele foi aplicado em todos os países comunistas, incluindo, p.ex., a China, Romênia e a própria União Soviética.

O padrão geral de desinformação determina as formas que este toma, bem como as técnicas utilizadas. No padrão "aparência e força", informações danosas ao regime são suprimidas, enquanto que as favoráveis são exageradas. Na imprensa, os assuntos reais são vagamente referidos, quando muito. Conforme a natureza, as informações estatísticas são ou retidas, ou inflacionadas. A propaganda agora assume o papel principal, vez que é ela mesma a principal forma de desinformação. Dissimulações especiais são levadas a cabo para dar maior credibilidade à propaganda. As falhas e fraquezas do regime são apresentadas como seus sucessos e força. Retração e passividade ideológico-política são apresentadas como se fossem vitórias nesses campos. A preocupação com o futuro é apresentada como confiança. Os temores que o mundo exterior nutre com relação à força comunista são deliberadamente aumentados e a ameaça comunista é exagerada fora de qualquer proporção em relação a seu potencial verdadeiro. Tudo isso com o intuito de desencorajar a intervenção externa nos assuntos comunistas.

O uso maciço de desinformação, de acordo com este padrão, foi feito durante os expurgos estalinistas e durante os últimos anos da vida de Stálin. Por exemplo, durante as repressões em massa dos anos 30, o regime projetou a si mesmo para o mundo exterior, não sem sucesso, como se fosse um modelo de sistema democrático sob um líder forte. O Exército Vermelho, cujo corpo de oficiais tinha sido quase que totalmente eliminado, era apresentado como sendo o mais poderoso exército do mundo. No período do pós-guerra, o declínio da influência da ideologia comunista e o grau de descontentamento popular na União Soviética e em seus satélites do Leste Europeu, foram escondidos.

O significado maior da oposição de Zhdanov e seu grupo de Leningrado a Stálin em 1948, foi ocultado com sucesso. Assim foram também ocultadas as tensões entre os soviéticos e chineses e outros países comunistas. O bloco era cosmeticamente apresentado como monolítico. A força política, militar e econômica do dito monólito foi grosseiramente exagerada na propaganda comunista, o principal veículo da desinformação segundo o padrão em foco.

Para prevenir que o Ocidente detectasse a profundidade da crise no bloco, a qual a propaganda tinha a intenção de esconder, foram também reduzidos ao mínimo absoluto os contatos entre os mundos comunista e não-comunista. Cidadãos soviéticos e dos países satélites foram proibidos de viajar ao exterior, exceto quando membros de delegações oficiais; esses delegados eram meticulosamente

13 No século XVIII, o Conde Potemkin organizava as excursões que sua soberana, Czarina Catarina II e os embaixadores junto à corte faziam descendo o rio. Ansioso por apresentar o alto padrão de vida dos camponeses sob o governo de Catarina, Potemkin dispunha de vilas artificiais móveis, construídas às margens do rio. Uma vez que a barcaça real tivesse passado as vilas, estas eram rapidamente desmontadas e remontadas em algum outro ponto rio abaixo, para nova "apresentação" à corte.

investigados antes de partir e mantidos sob estrita vigilância quando no exterior. Os únicos visitantes ao bloco oriundos de países não-comunistas eram comunistas eles mesmos, ou seus "companheiros de viagem". Mas mesmo esses passavam por rigoroso escrutínio antes que suas visitas fossem autorizadas.

Quando chegavam, seus itinerários eram firmemente supervisionados e uma larga porção do programa era devotada a visitar fazendas coletivas e fábricas, previamente organizadas como cenários de demonstração. Diplomatas e jornalistas estrangeiros eram sujeitos a rígidas restrições; suas viagens eram limitadas a até no máximo vinte e cinco quilômetros da capital.

Foram estabelecidos procedimentos estritos para os contatos oficiais entre diplomatas estrangeiros e funcionários comunistas.

Decretos especiais foram postos em prática entre 1946-47 definindo a responsabilidade de funcionários soviéticos ao lidar com segredos de estado. O contato ocidental com o homem das ruas soviético era quase inexistente; quando acontecia, era controlado. Por meio destas medidas, o mundo comunista foi literalmente selado e isolado do resto do mundo.

Os jornais comunistas eram desprovidos de qualquer notícia genuína. Seus artigos referiam se apenas à força do regime, às conquistas dos líderes e aos percalços do mundo não-comunista.

Apenas aqueles com algum treinamento e prática na análise de propaganda e desinformação poderiam, às vezes, ler nas entrelinhas e deduzir uma suspeita daquilo que realmente estava acontecendo.

Discursos Oficiais e Documentos do Partido

Um exemplo do padrão "aparência e força" praticado àquela época pode ser encontrado no relatório do Comitê Central do PCUS ao 19.o Congresso do Partido, em outubro de 1952. Ele lidava com a situação política e econômica na URSS e no bloco comunista depois da guerra. Estes são alguns trechos:

O problema de grãos [na União Soviética] foi solucionado, definitiva e finalmente. As conquistas em todos os setores da economia nacional levaram a um melhoramento além do esperado dos padrões materiais e culturais da sociedade soviética. Sem jamais se desviar da implementação da política nacional de Lênin e Stálin, nosso Partido reforçou o estado multinacional soviético, promoveu a amizade e a cooperação entre os povos da União Soviética, fez de tudo para dar apoio, garantir e ver o florescimento das culturas nacionais de nosso país, e manteve luta sem quartel contra todos os elementos nacionalistas isolados. O sistema político soviético, que passou pelo severo teste da guerra e tornou- um modelo se para todo o mundo e exemplo de verdadeiros direitos iguais e cooperação entre as nações, ergue-se em testemunho do grandioso triunfo das idéias de Lênin e Stálin sobre a questão nacional.

As relações da URSS com estes países [os satélites comunistas] são um exemplo de relações completamente novas entre estados, nunca antes atingidas na história. Elas baseiam-se nos princípios de direitos iguais, cooperação econômica e respeito à independência nacional. Fiel aos seus tratados de assistência mútua, a URSS está prestando, e continuará a prestar apoio a ulterior consolidação e desenvolvimento desses países.

Este relatório é uma paródia burlesca do real estado de coisas àquela época. O que é dito é o exato oposto da verdade. Aqueles que o compuseram, os que o aprovaram e aqueles que o disseram,

sabiam completamente bem que ele era totalmente falso.

Operações Especiais de Desinformação

Um serviço especial de desinformação (Serviço 5) foi criado em 1947 como parte do serviço de inteligência soviético, conhecido então Comitê de Informações (KI). Este era chefiado pelo Coronel Grauehr.[14]

Os serviços de inteligência comunistas nunca consideram as operações especiais de desinformação como fins em si mesmas.

Elas têm a intenção de servir aos fins de uma política, usualmente ao criar e dar forma às condições que permitem a sua bem sucedida implementação. Uma vez que nos últimos anos de vida de Stálin houve uma crise aguda nos assuntos soviéticos, além da falta de uma política coerente para resolvê-la, as operações especiais do Serviço 5 foram limitadas em seu escopo a operações de propaganda não atribuíveis `a outrem e projetadas a ocultar a crise e justificar algumas das mais cruéis, violentas e irracionais instâncias do comportamento de Stálin. Um exemplo foi o esforço de forjar a suspeita de que Tito e outros líderes iugoslavos eram agentes ocidentais de longa data.

Outro fator limitante do escopo das operações especiais de desinformação era o culto à personalidade, o qual permeou toda a ditadura estalinista e proibia a franqueza, até mesmo quando esta era necessária para dar credibilidade a uma falsidade. Dois exemplos ilustram este ponto. Um agente soviético foi enviado em missão ao Ocidente. Ele deveria fingir ser um desertor à procura de asilo político. O país que o acolheu, permitiu que o "desertor" concedesse uma entrevista à imprensa, na qual, como era de se esperar, criticou o regime soviético. Quando Stálin leu o relatório da entrevista, perguntou quem era o controlador do agente em questão, e então disse: "Onde ele trabalhava antes de entrar para

o serviço de inteligência?" "Ele trabalhava numa fazenda coletiva", respondeu o chefe do serviço. "Então", disse Stálin, "mande o de volta para o seu kolkhoz[15] se ele é incapaz de entender o quão danosas são as declarações desse seu agente. "Elas destacam a nossa instabilidade política."

Em outra ocasião, o serviço de segurança polonês criou a ficção de que uma organização clandestina na Polônia, que na verdade já havia sido liquidada, ainda estaria ativa. Eles queriam usar a organização fantasma como canal de desinformação política e militar. Quando se pediu a Stálin que autorizasse a passagem desta desinformação, ele recusou. "Isto dá uma impressão errada da estabilidade política da Polônia", explicou.

Em 1951, quando a inteligência soviética foi transferida do KI (Comitê de Informações) para o MGB (Ministério da Segurança do Estado), o Serviço 5 tornou-se um diretorado no novo KI, agora sob o Ministério de Relações Exteriores, lidando apenas com desinformação diplomática. Durante a campanha anti-semita entre 1951-53, o Serviço 5 estava tão desmoralizado quanto o restante do serviço de inteligência. De fato, o seu chefe, Grauehr, enlouqueceu. Foi sucedido por Ivan Ivanovich Tugarinov, que mais tarde tornar-se-ia chefe do KI.

---

14 *Ex-chefe da inteligência soviética na Suécia e em outros países.*

15*N.T.: Modalidade de fazenda coletiva na URSS*

Parte I – Capítulo 4

Os Padrões de Desinformação:

Transição

A luta pelo poder entre os sucessores de Stálin durou de sua morte em 1953, até a vitória final de Krushchev em junho de 1957.

Em grande medida, a luta não foi apenas entre personalidades rivais, mas entre políticas rivais. Na ausência de uma política estabelecida e consistente, não é surpresa que não tenha existido um departamento de desinformação centralizado na inteligência soviética durante o período. A desinformação era praticada esporadicamente pelos chefes de departamentos, que agiam sob as instruções ad hoc do chefe do serviço.

As metas da desinformação àquela época eram esconder do Ocidente as dimensões da crise interna no mundo comunista, tornar indistintas as diferenças políticas entre os contendores pela sucessão, esconder a selvageria da luta, desfigurar e descrever enganosamente o processo de desestalinização.

A ocultação bem sucedida da crise interna pode ser ilustrada pela administração das informações acerca dos eventos na república da Geórgia.

Em 5 de março de 1956, aniversário da morte de Stálin, o primeiro distúrbio de massa ocorreu em Tbilisi, capital da Geórgia.

Uma grande multidão, composta especialmente de estudantes, formou-se espontaneamente na praça principal para uma demonstração anti-soviética. Os oradores exigiam a abolição do governo de partido único, a dissolução do serviço de segurança, liberdade de expressão e a independência da Geórgia da União Soviética. Os estudantes apelaram às multidões para que aderissem à revolta, e muitos georgianos responderam ao apelo. Sob as ordens de Krushchev, as tropas especiais foram colocadas nas ruas com ordens de atirar na multidão. Muitos foram mortos ou feridos, e muitos estudantes, presos. As unidades nacionais das tropas georgianos e armênias no distrito militar local foram desarmadas e desmobilizadas numa noite.

O que aconteceu na Geórgia na primavera de 1956 pode ser comparado ao “Domingo Sangrento” (9 de janeiro de 1905), um dia infame na história russa, quando, sob as ordens do czar, uma demonstração foi debandada com fuzilaria e muitas mortes.

Em 1905, o “Domingo Sangrento” foi manchete de todos os jornais da Rússia, levantando uma onda de indignação popular pelo país todo. O evento de 1956 foi ignorado. Nenhum jornal sequer o mencionou. Foi como se nunca tivesse acontecido. Ainda é segredo de estado o fato de Krushchev e Serov, diretor-geral da KGB, terem acorrido à Geórgia para pessoalmente dirigir a supressão dos distúrbios.

A Geórgia foi completamente isolada do resto do país. A região, que atrai turistas de toda a União Soviética para os seus famosos hotéis de veraneio, ficou deserta durante todo o verão de 1956. Foram impostos rígidos controles de viagem. Foi circulada a explicação, semi-oficialmente, de que os fortes sentimentos nacionalistas georgianos estavam à flor da pele em função da condenação a

Stálin. [16]

Notícias dos distúrbios de fato conseguiram chegar ao Ocidente mais tarde, mas foram interpretadas como um rompante de descontentamento nacionalista em face ao tratamento dispensado a Stálin e não como uma demonstração espontânea contra o sistema soviético como um todo.

Desfiguração: Descrição Enganosa da Desestalinização

No que tange a luta pelo poder, o Comitê Central, a KI sob o ministério das Relações Exteriores e a KGB, foram habilmente envolvidas e utilizadas por Krushchev numa bem sucedida operação de desinformação para desfigurar e apresentar de forma enganosa, tanto as razões da remoção dos seus rivais, quanto o caráter real de sua própria posição na luta e de sua política. Uma vez que esta operação envolveu a desfiguração de assuntos concernentes ao estalinismo e à desestalinização, e proveu parte das técnicas básicas para o programa de operações de desinformação estratégica, lançado em 1959, a mesma merece uma explicação detalhada.

Para evitar mal-entendidos, é útil começar por traçar clara distinção entre anticomunismo e anti estalinismo, além de definir até que ponto a desestalinização é um processo genuíno.

Anticomunismo

O anticomunismo não está ligado especificamente à hostilidade a qualquer líder comunista individual. Ele significa oposição aos princípios e práticas comunistas; é crítico do comunismo em seu sentido mais amplo. Existiu sob várias formas, dentro e fora da União Soviética, já antes de 1917. Desenvolveu-se à época de Lênin, floresceu sob Stálin e persistiu, mesmo que menos vigorosamente, sob seus sucessores. Entre os anticomunistas, podem ser distintas três tendências: uma tendência conservadora, que é mais ou menos rígida e consistente em sua oposição; uma tendência liberal, que de tempos em tempos favorece certo grau de acomodação com o comunismo; e uma tendência neutralista, particularmente entre os países não comunistas vizinhos ao bloco comunista, que tentam efetivar arranjos práticos com os regimes comunistas a fim de assegurar a sua própria sobrevivência.

O anticomunismo na intelligentzia pode brotar da rejeição em bases intelectuais das pretensões dogmáticas do marxismo como filosofia. Em todos os níveis da sociedade, o anticomunismo é nutrido pela crença de que ele é um sistema artificial ou antinatural, intolerante e desumano, que despreza o indivíduo e mantém-se somente pelo uso da força e do terror, além de levar adiante uma agressiva política ideológica destinada à dominação mundial. No passado, a teoria e prática comunistas em assuntos de tomada do poder, o abuso e destruição de instituições democráticas, a supressão das liberdades individuais e o uso do terror, levaram à respostas enfáticas e combativas dos social democratas, que por sua vez , levaram a um distanciamento ainda maior entre os partidos socialistas e comunistas e à uma ruptura no movimento trabalhista internacional.

A força do anticomunismo internacional cresceu e depois minguou. Os dois pontos altos foram o esforço anglo-francês de criar uma coalizão européia anti-soviética durante a guerra civil na Rússia, entre 1918-21, e a criação da OTAN[17] depois da II Guerra Mundial. Dentro e fora da União

16*N.T.: Stálin nasceu na Geórgia.*
17 N.T.: OTAN –North Atlantic Treaty Organization – NATO. Organização

Soviética, o anticomunismo expressou-se de variadas formas a partir de 1917. Exemplos típicos são encontrados na guerra civil russa (1918-21); nos movimentos separatistas das repúblicas não-russas; nas revoltas no Cáucaso e na Ásia Central nos anos 20, nos posteriores movimentos de resistência clandestinos na Ucrânia e nas repúblicas do Báltico, nas atividades das organizações de exilados, de refugiados políticos e daqueles que romperam com os partidos comunistas ocidentais.

Oposição desse tipo teria existido com ou sem Stálin no poder, ainda que tenha sido fortalecida como reação à sua influência repressiva. Na verdade, o governo de Stálin foi tão despótico e personalista, que durante algum tempo o estalinismo tornou-se quase um sinônimo do comunismo, e a oposição a um confundia-se com a oposição ao outro, e particularmente porque Stálin reprimiu a ambos os tipos de oposição de forma igualmente impiedosa e severa. Nos anos 30, numa repressão em massa que incluiu membros do partido, Stálin esmagou a oposição, real ou imaginária, que poderia haver contra ele. Alguns dos líderes da Terceira Internacional, tais como Zinovyev, Bukharin e Bela Khun, foram fuzilados. Trotskiy, que junto com os socialdemocratas, era tido por Stálin como sendo um dos mais perigosos inimigos da União Soviética, foi assassinado em 1940 por agentes secretos sob as ordens daquele.

Após a II Guerra Mundial, líderes social-democratas da Europa Oriental foram eliminados fisicamente.

Anti estalinismo

Todos os anticomunistas são anti estalinistas Mas o ponto importante a se notar é que tradicionalmente, o anti estalinismo foi adotado por muitos comunistas que não desejavam abolir o sistema comunista, mas fortalecê-lo e purificá-lo pela eliminação de certos elementos da prática e política estalinistas. Anti estalinismo desse tipo é crítico do comunismo apenas num sentido muito restrito e já existia no movimento comunista desde 1922. Depois da morte de Stálin, tornou-se elemento oficial da política e da vida partidária, dando ensejo ao genuíno processo de desestalinização.

Em muitos aspectos, a política de Stálin seguia sem mudanças a doutrina leninista clássica: p.ex., quanto à ditadura do proletariado e ao partido comunista, industrialização, coletivização da agricultura, eliminação das classes capitalistas, construção do "socialismo" na União Soviética e quanto ao apoio às revoluções "socialistas" no exterior. Mas havia também um afastamento dos princípios e práticas leninistas no estabelecimento de uma ditadura personalista por parte de Stálin, que se refletia na impiedosa eliminação física de opositores e na repressão de elementos leais dentro do próprio partido. Sob Stálin, havia ainda o crescente fosso que se criou entre a classe governante e os operários não especializados e camponeses das fazendas coletivas, além da manipulação e descrédito da ideologia comunista.

A oposição comunista a Stálin foi expressa ao longo dos anos:

• Por Lênin, que em seu testamento criticava a rudeza e intolerância de Stálin e sugeria que ele fosse destituído do cargo de Secretário Geral do Partido.
• Publicamente, no anos 20 e 30, por Trotskiy e seus seguidores, que faziam distinção entre os elementos leninistas e estalinistas nas políticas de Stálin.

---

militar de segurança mútua formada inicialmente por países da Europa Ocidental , Canadá e liderada pelos EUA.

• Publicamente, por Tito e o partido comunista
iugoslavo, durante e depois do rompimento com Stálin em 1948.

• Secretamente, por Zhdanov e seu grupo de Leningrado, em 1948.
• Secretamente, pelos líderes comunistas chineses, de 1950 à 1953 e abertamente em 1956.
• Através de feitos, mais do que palavras, de 1953 à 1956, e abertamente a partir de 1956, por líderes do PCUS e de outros partidos comunistas.

As críticas desses indivíduos e grupos variaram em intensidade e franqueza, mas todos permaneceram comunistas a seu modo, e mais importante, todos mantiveram sua lealdade ao leninismo. A deles foi a verdadeira expressão da desestalinização, o que significa dizer que eles acreditavam na restauração do comunismo leninista sem os desvios estalinistas.

Os perigos que o estalinismo oferecia ao movimento comunista foram ignorados ou menosprezados nos anos 30 e 40 por causa da ameaça fascista e das oportunidades que esta oferecia para a formação de frentes populares junto a partidos socialistas (anos 30) e o estabelecimento da aliança militar com as potências ocidentais durante a II Guerra. Mas no período de 1953-56, o dano que o estalinismo tinha feito à causa comunista já era aparente.

Este podia ser observado nos exemplos a seguir:

• A distorção, degradação e descrédito da ideologia comunista. A imagem do marxismo como filosofia tinha perdido o brilho junto aos olhos dos intelectuais
ocidentais.

• Aprofundamento do descontentamento na União
Soviética e em seus satélites, o que levou à situações revolucionárias explosivas na Alemanha Oriental, Polônia e Hungria.

• O declínio da influência comunista e o isolamento dos partidos e regimes comunistas.

• A repulsa dos liberais ocidentais ao comunismo estalinista, ao qual tinham sido simpáticos antes.

• A crescente influência e prestígio do anticomunismo.
• Forte oposição de vários movimentos religiosos, incluindo o Catolicismo e o Islã.

• A formação de alianças militares sob liderança ocidental, tais como a OTAN, a SEATO e o Pacto de Bagdá. [18]

• Hostilidade de líderes moderados e genuinamente não alinhados, como Nehru, da Índia.
• Cooperação entre governos democráticos ocidentais e organizações de exilados anticomunistas.
• Colaboração entre os partidos e governos conservadores e social-democratas contra a ameaça soviética.
• Saída da Iugoslávia do bloco comunista e reaproximação com o Ocidente no período de 1948-55.

• As sérias tensões entre a União Soviética e a China comunista, que ameaçavam levar a uma ruptura entre elas no período 1950-53.
• A oposição de Zhdanov a Stálin.
• A grande luta pelo poder na União Soviética que se seguiu à morte de Stálin.

Em algumas áreas, o estalinismo conseguiu reunir os dois tipos de oposição: anticomunismo e anti estalinismo No caso da Iugoslávia, que se encontrava mais próxima do Ocidente do que do bloco comunista em 1948, os dois quase fundiram-se. No presente contexto, porém, o episódio mais significativo na história da mal sucedida oposição a Stálin foi a tentativa de formar um grupo em torno de Zhdanov em 1948. Apesar de ter sido um fracasso, a tentativa ficou conhecida pelos herdeiros imediatos de Stálin alojados na liderança soviética. Tornou-se parte de seu cabedal de conhecimentos sobre as várias formas de oposição ao comunismo e ao estalinismo, além de importante argumento a forçá-los a encarar a necessidade de corrigir as distorções estalinistas no sistema, se desejassem evitar o desastre. O caminho da desestalinização era o óbvio, e é necessário dar conta de como foi posta a efeito após a morte de Stálin.

A desestalinização posta em prática

Três diferentes fases da desestalinização podem ser distinguidas:

1. Fase inicial: não ensaiada, mal ponderada mas genuína desestalinização, levada a cabo entre 1953-56. Seus protagonistas são lideranças em competição, confusas, divididas, sob a pressão do populacho e desprovidas de qualquer política de longo alcance para o bloco comunista.
2. Segunda fase: um retrocesso para a desestalinização entre 1956-57, quando Krushchev valeu-se de métodos estalinistas para suprimir a revolta na Hungria e a oposição a ele mesmo, de maneira a assegurar a sua própria proeminência pessoal.
3. Terceira fase: uma cautelosa revitalização, de 1958 em diante, de alguns elementos genuínos da desestalinização (p.ex., a libertação e gradual reabilitação de certo número de vítimas de Stálin), acoplados à uma calculada exploração política do processo, no qual alguns daqueles elementos foram deliberadamente descaracterizados e desfigurados.

---

18 N.T.: SEATO: South East Asia Treaty Organization -Organização do *Tratado do Sudeste da Ásia (SEATO). No Oriente Médio, foi criado o Pacto de Bagdá, composto por Reino Unido, Turquia, Iraque, Irã e Paquistão.*

A desestalinização improvisada: 1953-56

A desestalinização não começou, ao contrário do que freqüentemente se presume, com a entrega por Krushchev do relatório secreto ao 20.o Congresso do PCUS em fevereiro de 1956, mas imediatamente após a morte de Stálin, em março de 1953. Cada um dos pretendentes à sucessão, Beriya, Malenkov, Molotov, Bulganin e Krushchev, era a seu modo, um anti estalinista Todos eles, sem exceção, sabiam da crise no sistema comunista e todos eles concordavam sobre a urgência em abandonar as políticas estalinistas. Por outro lado, havia discordância quanto à extensão e natureza das mudanças necessárias. Nenhum dos pretendentes era proeminente, nenhum deles tinha reunido e organizado os detalhes de suas próprias políticas e, vivendo como viveram, à sombra de Stálin, nenhum acordo sobre as políticas havia sido costurado entre eles.

As diferentes personalidades e políticas dos pretendentes afetaram o curso da desestalinização. Beriya tinha em mente as mais profundas e heterodoxas formas de mudança, que incluíam a abolição das fazendas coletivas. Malenkov era o mais confiante de todos os líderes quanto a sua própria posição, indo além dos outros ao condenar abertamente os métodos da polícia secreta e advogando concessões às demandas populares. A desestalinização foi iniciada, não por Krushchev, mas por Malenkov, Beriya e Molotov, que dominavam o Presidium após a morte de Stálin.

Vários passos foram dados mais ou menos imediatamente.

Os casos de certas figuras importantes que tinham sido julgadas e mandadas à prisão sob o governo de Stálin, foram revistos. Os médicos do Kremlin foram liberados. Um banimento das prisões em massa foi emitido. A tensão internacional foi aliviada com a acomodação ao final da Guerra da Coréia. A instrução de Stálin, de dezembro de 1952, que determinava a reativação da inteligência soviética no exterior foi cancelada, pois temia-se que comprometesse a nova moderação da política externa soviética.

O primeiro sinal da depreciação do papel de Stálin e a admissão de seus erros foram expostos em julho de 1953 através de uma carta secreta do partido aos seus membros, informando-os da demissão de Beriya e as razões desta. A carta referia-se a Stálin não como um líder notável, mas simplesmente como “Stálin, I.V.”, ligando o seu nome ao de Beriya, declarando ser o favorecimento de Stálin o impedimento ao desmascaramento de Beriya. Foi a primeira admissão tácita que o partido fez da falibilidade de Stálin.

Mais tarde, ficou conhecida nos círculos do partido uma discussão no Presidium ocorrida em julho de 1953, por iniciativa de Malenkov, depois da prisão de Beriya. Nela, ficou decidido por unanimidade que mudanças seriam feitas nas práticas estalinistas impostas ao partido e à administração, apesar disso não implicar em críticas públicas a Stálin. Em especial, o Presidium recomendou um re-exame e reformas das práticas do serviço de segurança, tendo em vista a idéia de que em data futura, quando a situação no partido tivesse se assentado, seria encontrada uma explicação razoável para os desvios de Stálin dos princípios comunistas, tais como a injustificada repressão de pessoal do governo, inclusive de membros do partido. Todos os membros do Presidium, incluindo Krushchev, concordaram que apenas Stálin e Beriya deveriam ser criticados e que não haveria qualquer admissão de erros por parte dos outros membros do Presidium.

Assim, o relatório secreto sobre os crimes de Stálin, entregue por Krushchev ao 20.o Congresso do PCUS e que mais tarde encontrou seu caminho até o Ocidente, mesmo sem nunca ter sido publicado na União Soviética, era na verdade a conseqüência de uma decisão do Presidium. O relatório foi preparado por Pospelov, chefe do Instituto Marx-Engels-Lênin-Stálin de Pesquisas do Partido. Os

fatos foram obtidos dos arquivos do serviço de segurança. Muitas das idéias foram extraídas dos relatos da repressão estalinista à "Velha Guarda" leninista, encontradas nas memórias de antigos líderes comunistas e publicadas no Ocidente durante os anos 30, especialmente nas memórias de Trotskiy. O esboço de Pospelov foi discutido e aprovado pelo Presidium na véspera do congresso do partido[19] . Enquanto entregava o relatório, Krushchev adicionava alguns toques pessoais àquele.

O ponto mais importante do relatório foi que este evitou que a desestalinização se transformasse em ataque aos princípios comunistas em geral. As mudanças que Beriya e Malenkov tinham em mente nas suas versões revisionistas da desestalinização poderiam ter alterado o regime em suas bases. Além disso, e dada a profundidade da crise no mundo comunista e a intensidade da luta pelo poder na liderança soviética, se aquelas mudanças tivessem sido levadas a termo, poderiam ter criado força própria e incontrolável, trazendo transformações radicais à sociedade soviética, a despeito dos desejos de seus idealizadores e com conseqüências incalculáveis para União Soviética e o resto do mundo comunista, além do mundo não-comunista. Não foi sem razão que Beriya foi fuzilado por ser "um agente do imperialismo mundial" e que Malenkov foi deposto de seu cargo de primeiro ministro em 1955 por "afastar-se das teorias de Lênin e Stálin".

As idéias de ambos tinham de fato ameaçado o regime e poderiam ter levado a uma situação que lhes seria impossível controlar.

Ao lançar toda a culpa pelos erros passados nos desmandos e não nas teorias – de um único indivíduo, Stálin, a liderança do partido foi capaz de preservar a essência do regime comunista enquanto introduzia algumas mudanças táticas.

Re-estalinização

A revelação dos erros de Stálin deu um impulso substancial ao anticomunismo em geral e ao sentimento anti estalinista , tanto nos partidos comunistas do bloco como extra bloco Ocorreram revoltas na Geórgia, Polônia e Hungria. Aprofundou-se a crise em muitos outros partidos comunistas.

A resposta e Krushchev foi a reversão aos métodos estalinistas. O serviço de segurança foi fortalecido e a força armada foi usada para esmagar as revoltas na União Soviética e na Europa Oriental.

O progresso de Krushchev na direção de sua forma própria de ditadura pessoal alarmou seus colegas na liderança. Molotov e Malenkov emergiram como os líderes da oposição. Enquanto isso, Molotov estava elaborando a sua própria política e atitude quanto à desestalinização. Ele e seus aliados deixaram claro que desejavam depor Krushchev a fim de assegurar a continuidade do processo de desestalinização interrompido por ele. Sendo comunistas, desejavam estabilizar o sistema e viam com desencanto o culto à personalidade que Krushchev estabeleceu para si mesmo. Na visão deles, o recurso de Krushchev à uma política de repressão poderia levar à uma explosão ainda maior que a revolta húngara, o que contradizia completamente o curso acordado e adotado após a morte de Stálin. Aos seus olhos, Krushchev era um novo Stálin que precisava ser removido.

A confrontação decisiva deu-se em junho de 1957. Com a ajuda do exército e do serviço de

19 Estas declarações são corroboradas pelos registros oficiais dos discursos *proferidos por vários membros do Presidium no 20.o Congresso do Partido, incluindo os de Krushchev, Molotov, Malenkov, Mikoyan e Kaganovich.*

segurança, Krushchev derrotou o “grupo anti partido”, pela mais estreita das margens. Se a oposição tivesse vencido, teria sido aberta, mais uma vez, a possibilidade de um genuíno e descontrolado processo de desestalinização e liberalização do regime.

A exposição pública dos métodos estalinistas, que foi usada por Krushchev para conquistar poder pessoal, somada à renovadas denúncias da repressão praticada pela polícia secreta e a um julgamento público do diretor-geral da KGB, Serov, teriam levado à exigências populares por mudanças maiores. Estando dividido, o grupo de oposição seria obrigado a fazer grandes concessões caso chegasse ao poder. Uma nova e intensificada luta pelo poder teria lugar, não deixando espaço para a adoção de uma nova e acordada política de longo alcance.

A derrota que Krushchev impôs à oposição em junho de 1957 deixou-o numa posição incontestável, completamente livre para reconsiderar a situação na União Soviética e no bloco sem a interferência vinda da liderança. Seu primeiro movimento foi virar a mesa e aplicar com sucesso o falso rótulo de “estalinista” ao “grupo anti partido”. Ele manobrou de forma a levar o crédito pela exposição dos crimes de Stálin e a esconder o uso que ele mesmo fez dos métodos estalinistas para chegar ao poder.

Conseguiu ainda desviar a atenção da natureza das acusações que a oposição fizera a ele. Desfigurada como se fosse uma vitória sobre as forças do estalinismo, a derrota da oposição foi manipulada de forma a parecer uma benção para o público soviético e para o resto do mundo. Ainda que de início houvesse certo ceticismo interno, até mesmo em alguns departamentos do partido, as pressões doméstica e internacional sobre o governo foram diminuídas.

Parte I – Capítulo 5

A Nova Política e a Estratégia de Desinformação

A vitória de Krushchev na luta pelo poder, em junho de 1957, marcou o início do fim da crise no mundo comunista. Ela inaugurou um período de estabilidade no qual as relações entre os membros do bloco comunista seriam restabelecidas sobre uma nova e mais sólida base. Sobre esta base seria elaborada uma nova política de longo alcance, além das novas estratégias para implementá-la.

Poucos dias após a sua vitória, Krushchev retomou e renovou os esforços de restauração do partido bem como das relações de estado com os iugoslavos, um plano no qual ele havia embarcado à época de sua visita a Tito, ainda em maio de 1955.

Já por volta de junho de 1957, líderes soviéticos e chineses tinham chegado a uma avaliação conjunta de Stálin e de suas distorções da doutrina comunista. A contribuição chinesa para esta avaliação pode ser encontrada em dois artigos de autoria de Mao Tsé-tung e que foram publicados na imprensa soviética em abril e dezembro de 1956[20] . No 8.o Congresso do Partido Comunista Chinês-PCC, em setembro de 1956, os líderes chineses apoiaram a condenação ao culto à personalidade feita durante o 20.o Congresso do PCUS em fevereiro daquele mesmo ano.[21]

Ao final de 1957 a reconciliação entre os líderes de todos os estados comunistas havia sido alcançada. Numa conferência mantida em Moscou em novembro de 1957, todos eles concordaram que Stálin tinha sido responsável por distorções danosas à prática e teoria comunistas. Em graus variados, todos se ressentiam da interferência em seus assuntos internos e da rígida conformidade que Stálin tinha exigido deles. Todos (incluindo os iugoslavos, cuja presença foi deliberadamente ocultada), estavam preparados a cooperar numa base leninista de parceria entre iguais.

Os soviéticos, com efeito, concordaram em abrir mão do controle exclusivo sobre o movimento comunista. Eles chegaram a declinar das referências ao seu papel principal, na declaração a ser emitida ao final da conferência. Foi sob a insistência chinesa que tais referências foram afinal incluídas. A conferência tomou uma decisão secreta de formular um novo programa leninista para o mundo comunista e que tinha a intenção de imbuir o movimento de um senso de propósito e direção de que tanto necessitava. [22] Os três próximos anos foram de intensas pesquisas e consultas entre

20 Ver os artigos de Mao, "On the Historical Experience of the Dicatatorship of the Proletariat"e"More on the Historical Experience of the Dictatorship of the Proletariat", publicados no Pravda em 5 de abril e em 29 de dezembro de 1956, respectivamente. Mao escreveu: "[...] nas lutas do partido, tanto internas como externas, em certas ocasiões e em certas questões, ele confundiu dois tipos de contradição que são diferentes por natureza – contradições entre nós mesmos e o inimigo e contradições entre o povo – e também confundiu os diferentes métodos necessários ao trato deles. No trabalho de supressão da contrarevolução liderado por Stálin, muitos contra-revolucionários que mereciam punição foram devidamente punidos, mas ao mesmo tempo, pessoas inocentes foram condenadas, e em 1937 e 1938 houve o erro de aumentar o escopo da supressão dos contra-revolucionários. No que diz respeito à organização do partido e do governo, ele não aplicou totalmente o princípio do centralismo democrático proletário e até certo ponto, o violou. No trato das relações com partidos e países fraternais, ele cometeu alguns erros. Ele também deu mau aconselhamento ao movimento comunista internacional. Estes erros causaram algumas perdas à União Soviética e ao movimento comunista internacional."

21 Ver, p.ex., os discursos proferidos em 1956 por Mao Tsé-tung, Liu Shaochi *and Teng Hsiaoping*

22 Em dezembro, membros do partido no Instituto da KGB, incluindo o autor, foram instruídos acerca daquela conferência dos países do bloco, pelo General Kurenkov, chefe do Instituto, e que tinha sido convidado `as reuniões

os partidos comunistas dentro e fora do bloco, enquanto a nova política e estratégicas estavam sendo elaboradas.[23] O processo culminou na realização do Congresso dos Oitenta e Um Partidos, que teve lugar em Moscou, em novembro de 1960. Os líderes dos oitenta e um partidos comprometeram-se com o programa exibido na declaração da conferência, ou – como é às vezes descrito – ao Manifesto. Daquele dia até hoje, a maior força aglutinadora do movimento comunista, dentro e fora do bloco, não foi mais o diktat da União Soviética, mas a lealdade a um programa comum ao qual os líderes dos muitos partidos comunistas fizeram a sua contribuição. A despeito das aparências posteriores, uma atmosfera de confiança foi criada entre os líderes partidários na qual a coerção soviética tornou-se supérflua, enquanto que a consultoria e ajuda soviéticas eram recebidas de bom grado.

A Nova Política

Em 1957, assim como em 1921, os estrategistas comunistas, no processo de elaboração do programa, tiveram que levar em conta as fraquezas políticas, econômicas e militares do bloco e a desfavorável balança de poder face ao Ocidente. As tendências fissíparas na Hungria e em outros lugares da Europa Oriental ameaçavam a coesão do bloco em 1957, da mesma forma que movimentos nacionalistas haviam ameaçado a unidade da União Soviética em 1921. Os comunistas enfrentavam a hostilidade tanto dos conservadores quanto dos socialistas. A propaganda ocidental mantinha os regimes comunistas sob pressão constante. Em geral, os países ocidentais relutavam em manter relações de comércio com o bloco. E este se via em em face de um fator completamente novo – a possibilidade de uma confrontação nuclear.

Nesse cenário, como é que os líderes comunistas tornariam seus sistemas mais aceitáveis a seus povos? Como iriam alcançar a coesão e cooperação entre os membros do bloco? E como fariam avançar a causa comunista fora do bloco sem provocar um grau ainda maior de unidade no mundo não-comunista? Estava claro que uma reversão à política estalinista de repressão em massa falharia, e que as táticas revolucionárias tradicionais no exterior serviriam apenas para intensificar a confrontação com o Ocidente, numa época em que a balança do poder era desfavorável ao bloco.

O precedente da NEP de Lênin parecia fornecer muitas das respostas, ainda que, obviamente, a nova política precisasse ser muito mais complexa e sofisticada.

A necessidade de uma nova política foi percebida com especial agudeza pela liderança soviética. Os membros mais velhos, tais como Krushchev, Brezhnev, Mikoyan e Suslov queriam purgar-se da mácula do estalinismo e reabilitar-se aos olhos da história. Os mais jovens, como Shelepin, desejavam a glória e a fama dos inovadores. Todos eles perceberam que apenas um acordo sobre uma política de longo alcance evitaria recorrentes lutas pelo poder e daria estabilidade à liderança.

O Manifesto produzido pelo Congresso dos Oitenta e Um Partidos (novembro de 1960) revela claramente a influência das idéias e da prática de Lênin, assim como o discurso de reiteração proferido por Krushchev em 6 de janeiro de 1961[24] . Esses dois documentos básicos continuaram a determinar o curso da política comunista até os dias de hoje. Eles explicam em detalhes como o triunfo do comunismo ao redor do mundo será atingido através da consolidação do poder

---

da conferência. Kurenkov, por sua vez , havia sido instruído pelo General Serov. Estas informações, até aqui inéditas, foram tomadas daquelas instruções.

23 Durante este período, o autor estava servindo no Instituto da KGB e no quartel-general da KGB.

24 World Marxist Review – Problems of Peace and Socialism, (dezembro de 1960) e (dezembro de 1961)

econômico, político e militar do mundo comunista e do solapamento da unidade e força do mundo não comunista. O uso, pelos partidos comunistas, de uma variedade de táticas violentas e não-violentas, é especificamente autorizado. A coexistência pacífica é explicitamente definida como "uma forma intensa de luta de classes entre o socialismo e o capitalismo". A exploração pelos comunistas dos antagonismos econômicos, políticos, raciais e históricos entre países não-comunistas é recomendada. O apoio aos movimentos de "libertação nacional" nos países do Terceiro Mundo é reenfatizado.

Todos os partidos comunistas, dentro e fora do bloco, inclusive o chinês, assinaram o Manifesto, com a única exceção da Iugoslávia. Por razões táticas, a Iugoslávia não se fez presente ao congresso, mas como demonstrado tanto por Gromyko quanto por Tito dali em diante, as políticas externas iugoslava e soviética coincidiam em muitos pontos.

O acordo entre os líderes comunistas sobre um novo programa de inspiração leninista para a revolução mundial foi apenas a metade da batalha. Era necessária uma estratégia para colocar tal programa a efeito num período em que as populações sujeitas aos regimes comunistas estavam seriamente desgostosas e frustradas, enquanto as potências ocidentais, militarmente superiores, estavam determinadas a resistir a qualquer tentativa de expansão do comunismo.

Alguns aspectos da estratégia, tais como as frentes unidas com os socialistas nos países capitalistas avançados e o apoio aos movimentos de "libertação nacional" no Terceiro Mundo, foram abertamente proclamados. Mas estava muito claro que a decisão do uso sistemático da desinformação estratégica como um componente essencial da estratégia tinha que ser cuidadosamente ocultada.

As Desvantagens da Unidade Aparente

Os estrategistas comunistas perceberam que a maior desvantagem da busca que todos os partidos do bloco faziam por uma política uniforme e abertamente agressiva, era a de que uma combinação de zelo ideológico com unidade monolítica iria alarmar o mundo não-comunista e forçá-lo a uma coesão ainda maior, e possivelmente, a uma resposta vigorosa e coordenada à ameaça comunista. Isso levaria, na melhor das hipóteses, à manutenção do status quo Leste-Oeste; na pior, à uma pressão maior do Ocidente, detentor de um arsenal nuclear superior, sobre o mundo comunista.

Uma estratégia unificada teria sido ainda mais restritiva para o movimento comunista internacional. A experiência havia demonstrado que as atividades do Comintern foram prejudicadas por este identificar-se como um instrumento da política soviética.

O mesmo podia ser dito do Cominform, seu sucessor. Os partidos comunistas no mundo não-comunista tinham falhado em ganhar influência ou, em muitos casos, até mesmo em obter reconhecimento legal em função de sua óbvia subserviência à Moscou. Em 1958, mais de quarenta partidos eram ilegais.

A partir das experiências históricas da União Soviética e do bloco, os estrategistas comunistas identificaram os fatores que favoreceram a ação unida do Ocidente contra o comunismo. No período pré-NEP, o Ocidente sentiu-se ameaçado pela ideologia e militância soviéticas. O resultado foi uma intervenção aliada em território russo. Depois do fim da II Guerra Mundial, a ameaça do comunismo estalinista e monolítico levou o Ocidente a formar alianças políticas e militares, tais como a OTAN, SEATO e o Pacto de Bagdá. Levou também à outras formas de colaboração militar, política, econômica e de segurança.

De forma similar mas reversa, os estrategistas comunistas também conseguiram identificar os fatores que, por sua vez, haviam levado ao enfraquecimento da unidade de abordagem e enfoque ocidental do mundo comunista. Esses fatores foram a moderação oficial soviética; a ênfase dada aos interesses nacionais conflitantes dos países e partidos comunistas em detrimento de sua solidariedade ideológica; e a dissolução do Comintern em 1943, que fez com que muitos observadores ocidentais acreditassem que a subversão comunista mundial tivesse sido abandonada.

As Vantagens da Aparente Falta de Unidade

Os comunistas consideram a unidade entre as potências ocidentais como inerentemente instável; esta instabilidade segue a natureza do sistema capitalista, que em circunstâncias normais, dá mais peso à dispersivas considerações de interesse nacional que à tendências na direção da solidariedade e coesão. Os estrategistas comunistas discutiram e chegaram à conclusão que ao projetar a imagem certa e cuidadosamente preparada do bloco e do movimento comunista, poderiam ajudar a dissolver, em boa medida, a unidade ocidental à qual as políticas estalinistas tinham dado ensejo. Mais ainda: eles decidiram não esperar pelo surgimento natural de contradições e divisões no Ocidente, mas dar passos políticos decisivos para criar condições artificiais nas quais a unidade política e econômica do Ocidente tenderia a se desintegrar, e que portanto, provar-se-iam favoráveis à implementação de sua política de longo alcance para o bloco. De acordo com esses estrategistas, através de esforços coordenados e consistentes, os países do bloco seriam capazes de influenciar as políticas e atitudes dos governos e populações do mundo não comunista numa direção favorável a si mesmos. Eles tinham diante de si o bem sucedido exemplo da política e das operações de inteligência soviéticas durante o período da NEP.

As ilusões ingênuas que o Ocidente tinha demonstrado no passado em suas atitudes e políticas relacionadas ao comunismo, a falha dos aliados ocidentais por não desenvolver uma política coordenada e de longo alcance durante a sua aliança com a União Soviética na II Guerra Mundial e a tendência dos países capitalistas em perseguir políticas baseadas no interesse nacional, foram todas levadas em conta no planejamento das maneiras e meios de exercer influência sobre o Ocidente.

A conclusão a que se chegou foi a de que se os fatores que antes haviam servido para forjar certo grau de coesão ocidental, isto é, a militância ideológica comunista e a unidade monolítica – viessem dali por diante a ser percebidos pelo Ocidente, respectivamente, como se em processo de moderação e desintegração, e se, a despeito do crescimento real da força do bloco, pudesse ser passada uma imagem de um bloco enfraquecido pela desordem econômica, política e ideológica, então as reações do Ocidente às políticas do bloco seriam tíbias e menos coordenadas. As tendências de desintegração, já existentes no Ocidente, deveriam ser incitadas e encorajadas, criando assim as condições para a mudança na balança do poder a favor do bloco comunista.

Em outras palavras, a simples lógica sugeria que o bloco deveria continuar perseguindo seu objetivo de vitória mundial do comunismo, forjando a sua própria unidade e coordenando suas próprias políticas tanto quanto possível, em segredo, ao mesmo tempo em que enfraqueceria a unidade e resistência do mundo não-comunista ao projetar uma imagem enganosa de sua própria evolução, falta de unidade e fraqueza. Esta foi de fato a essência oculta da política de longo alcance adotada pelo bloco entre 195860 e a base de várias estratégias desenvolvidas dali por diante na execução daquela política. O Congresso dos Oitenta e Um Partidos em Moscou, em novembro de 1960, bem poderia ter criado, às claras, um novo corpo de coordenação do movimento comunista internacional, como um sucessor do Comintern e do Cominform, mas não o fez. Em vez disso, ratificou o uso de táticas variáveis pelos partidos individuais contidas no arcabouço da política de longo alcance. No lugar de um centro de controle, conclamou a coordenação e à sincronização das políticas e táticas entre os partidos do bloco e extra bloco Assim, enquanto a coordenação era de fato melhorada, a decisão de não criar um novo corpo central de conhecimento público, somada à ênfase no "policentrismo" e ao uso de uma variedade de táticas pelos partidos comunistas, foram ações projetadas para criar um efeito análogo àquele criado pela dissolução do Comintern em 1943.

O Uso Político da Desestalinização

Os líderes soviéticos reconheceram que alguns erros foram cometidos na primeira fase da desestalinização. Um número grande demais de reabilitações das vítimas de Stálin foi permitido num período curto demais; o partido e o serviço de segurança foram passivos demais diante das reações dos intelectuais à revelação dos crimes de Stálin; acima de tudo, os líderes soviéticos aceitaram a noção de que deveriam ter consultado antecipadamente os partidos dos outros países comunistas. Eles perceberam que se outras medidas de desestalinização sem controle viessem a ocorrer, essas poderiam dar ensejo a mais revisionismo e desassossego popular. Mas eles também perceberam que se fossem eles mesmos os vigorosos porta estandartes do anti estalinismo, isso lhes traria vantagens, pois ajudaria a enfraquecer a oposição interna, além de melhorar a imagem da liderança no exterior. Assim, uma parte dos danos causados pelo estalinismo poderia ser reparada.

Um tipo de anti estalinismo controlado poderia ser útil na estabilização do regime. Através da propaganda, seria dada ênfase às distinções entre a nova política e a política de Stálin e pela mesma via, poderia ser enfraquecida parte da oposição, interna e externa. Por exemplo, antigos membros do partido, de todos os escalões e que haviam sofrido a repressão sob Stálin, ou até mesmo suas viúvas e famílias, poderiam ser trazidos à colaboração ativa com o regime na implementação de uma política leninista que, ostensivamente, repudiava o estalinismo. Um anti estalinismo controlado poderia criar condições favoráveis a manobras políticas e diplomáticas contra os países não-comunistas.

Esse anti estalinismo calculado e ensaiado poderia ser usado para mudar as atitudes dos movimentos trabalhista e socialdemocrata com relação ao comunismo e aos partidos comunistas.

Se as conseqüências do estalinismo, na forma de uma ditadura personalista que fez uso indiscriminado do terror na supressão da oposição dentro e fora do partido, tinham sido as fusões e alianças entre os diferentes tipos de oposição, era razoável supor que a ênfase no anti estalinismo poderia levar ao enfraquecimento e à dissolução de tais alianças. Se o estalinismo tinha levado à cooperação entre grupos com interesses diversos, como por exemplo, entre conservadores e social-democratas na criação da OTAN, entre capitalistas ocidentais e comunistas revisionistas iugoslavos depois de 1948, ou entre exilados russos e governos ocidentais, então o anti estalinismo poderia ser usado para o oposto, ou seja, para enfraquecer ou desfazer esses laços. Se o estalinismo tinha contribuído para o declínio do prestígio soviético, levado a fracassos diplomáticas e à perda de aliados, então o anti estalinismo poderia ser usado para reverter o processo, recuperando velhos aliados e ganhando novos entre os intelectuais, liberais, socialdemocratas e nacionalistas ocidentais.

Entre 1953 e 1956, um anti estalinismo genuíno e improvisado foi utilizado para corrigir erros, rever e aprimorar o regime. Em 1956 e em 1957, Krushchev explorou o uso de um anti estalinismo hipotético ou de fachada, de forma deliberadamente enganosa, com vistas à derrota de seus rivais imediatos enquanto encobria a natureza de seus próprios métodos, mais assemelhados ao velho estalinismo mesmo. De 1958 em diante, também foi feito uso calculado e enganoso desse anti estalinismo de fachada, mas agora para ajudar a nova política de longo alcance a atingir seus objetivos domésticos e externos.

Por volta de 1958, as verdadeiras questões que envolviam estalinismo, anti estalinismo, revisionismo e comunismo nacional, já haviam sido resolvidas e, portanto, poderiam agora ser revividas em formato artificial, como se fossem “as questões” que supostamente estariam causando divisões entre os diferentes líderes dos diferentes partidos comunistas, dentro e fora do bloco.

Tanto líderes comunistas individualmente, como grupos de líderes (todos eles dedicados leninistas), poderiam ser retratados enganosamente e em contraste artificial uns com os outros, ou seja, como comunistas "estalinistas", "neo estalinistas", "maoístas", "dogmatistas", "linhas-duras", "reacionários dogmáticos" ou "conservadores", em oposição aos comunistas "anti estalinistas", "pragmatistas", "revisionistas", "nacionais", "progressistas" ou "moderados".

Os objetivos da desinformação nas tais "questões", podem ser apresentados e resumidos da seguinte forma:

• Por meio da revitalização calculada de questões já mortas e a concomitante demonstração pública de diferenças de opinião acerca dessas questões, os países comunistas são apresentados como se de fato estivessem num estado de confusão e desordem, seguindo assim o padrão de desinformação "fraqueza e evolução".
• Na projeção de um quadro falso de nacionalismo e interesses nacionais conflitantes nos e entre os regimes comunistas do bloco, se oculta a unidade real existente entre os partidos e governos do bloco na consecução de uma política ideológica comum e de longo alcance.
•Criar as condições favoráveis à implementação dessa política, interna e externamente.
•Fornecer um amplo e versátil cenário, além de técnicas convenientes à encenação de operações de desinformações específicas sobre as relações soviéticas com a Iugoslávia, Albânia, China, Romênia, Checoslováquia e certos partidos comunistas da Europa Ocidental.
•Explorar e avaliar o potencial dessas questões para uso em desinformação sobre a supostamente inacabada luta pelo poder e os ainda não resolvidos problemas sucessórios, e para uso em eventuais mudanças bruscas na política doméstica comunista e no emprego em táticas diplomáticas com vistas à implementação daquela política.

Fontes de Inspiração

A decisão de voltar ao uso da desinformação estratégica em grande escala deu vazão a uma enxurrada de pesquisas sobre precedentes e técnicas. Por exemplo, o Comitê Central ordenou a produção de publicações secretas sobre o assunto, que ficaram a cargo da KGB e da GRU[25] . Em particular, o Comitê ordenou a elaboração de um manual secreto de treinamento, para uso estritamente interno. Este foi escrito pelo Coronel Popov, oficial da GRU, e descrevia, em cerca de oitenta páginas, a técnica de desinformação. Outro manual foi escrito pelo Coronel Raina, da KGB, intitulado "On the Use of Agents of Influence" [26] .

O manual de Popov definia a desinformação como um meio de criar condições favoráveis à obtenção de vantagens estratégicas sobre o oponente. Ele especificava que a desinformação deve funcionar em concordância com os requisitos da estratégia militar e da diplomacia e estipulava que em quaisquer circunstâncias deveria subordinar-se à política.

O livro classificava como estratégicos, diferentes tipos de desinformação: política, militar, técnica, econômica e diplomática.

25 N.T.: GRU – Glavnoye Razvedyvatel'noye Upravleniye – serviço de inteligência militar soviético.

26 O relato que o autor faz sobre a desinformação é baseado: nos artigos que Shelepin publicou na revista secreta da KGB "Chekist"; no manual de Popov; e nas conversas do autor com Grigorenko, Sitnikov, Kelin, Kostenko e Smirnov, do Departamento de Desinformação. O autor emprestou o livro de Popov da biblioteca, alegando que seu trabalho de avaliação de documentos no Departamento de Informação da KGB exigia que ele fosse capaz de distinguir entre informação autêntica e desinformação. O bibliotecário ligava para ele duas vezes ao dia para pedir-lhe que devolvesse o livro.

Ele listava os canais através dos quais a desinformação pode ser disseminada:

• As declarações e discursos dos principais estadistas e altos funcionários governamentais dos países fonte.
• Documentos oficiais desses governos.
• Jornais e outros materiais publicados no país fonte.
• Publicações estrangeiras de artigos e análises inspirados por agentes infiltrados entre os jornalistas estrangeiros e outros especialistas.

Operações especiais de apoio à desinformação

Agentes de influência e outros agentes atuando no estrangeiro.

A partir de 1957, estudos sobre facetas específicas da NEP foram requisitados e autorizados diretamente pelo Comitê Central do PCUS. Contribuíram para esses estudos, tanto departamentos governamentais como institutos especializados da Academia de Ciências, tal como o Instituto de Direito e História. Dois projetos de especial importância e conseqüência para a reintrodução da desinformação estratégica foram empreendidos pela KGB. Um deles era o estudo do uso de agentes de influência da KGB sobre a intelligentzia soviética (neste contexto, entendida como sendo formada por cientistas, membros da Academia, escritores, músicos, artistas, diretores de teatro e cinema e líderes religiosos); o outro estudo era sobre a revelação calculada de segredos de estado, de acordo com os interesses da política de longo alcance.

O manual de Popov era de fato o único texto disponível e moderno a tratar da desinformação estratégica. Lênin não deixou qualquer tratado específico sobre o assunto, ainda que seus escritos contenham referências dispersas e esporádicas ao assunto. Mas é significativo que as autoridades soviéticas tenham decidido publicar -entre 1960 e 1965, na 5.a edição das obras de Lênin pela primeira vez, alguns de seus documentos relacionados ao período da NEP e ao uso da desinformação, e em particular, a correspondência com seu comissário de relações exteriores, Chicherin.

Numa de suas cartas, em que fazia comentários à versão preliminar da declaração que a delegação soviética faria na Conferência de Gênova, Lênin instruía Chicherin a omitir qualquer menção ao "inevitável e forçoso coup d'etat e à luta sangrenta" .

Lênin também instruía Chicherin a omitir as palavras "nosso conceito histórico inclui o uso de medidas violentas e a inevitabilidade de novas guerras mundiais". "Estas palavras assustadoras", escreveu Lênin, "não devem ser usadas porque podem servir aos interesses de nossos adversários". [27]

Chicherin reagiu entusiasticamente às idéias de Lênin sobre desinformação. Ele escreveu a Lênin em 20 de janeiro de 1922: "Caso os americanos insistam quanto à instituições representativas, não lhe parece que poderíamos dar o troco ao enganá-los com a oferta de uma pequena concessão ideológica, mas na verdade sem qualquer significado prático? Por exemplo, nós podemos permitir a presença de três representantes das classes não-trabalhadoras num corpo formado por dois mil membros. Tal passo pode ser apresentado aos americanos como sendo uma instituição

27 As Obras de Lênin, 5.a ed., vol. 45 (Agência Editora Estatal para Literatura Política, Moscou), p. 63. A 5.a edição foi preparada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo e publicada pelo Comitê Central do PCUS entre o final dos anos 50 e início dos 60.

representativa". [28]

Lênin e Chicherin não foram as únicas fontes de inspiração para a revitalização da desinformação estratégica. O antigo tratado chinês sobre estratégia e dissimulação, "A Arte da Guerra", de Sun Tzu , foi traduzido para o russo por N. I. Konrad em 1950 (logo após a vitória comunista na China), e depois traduzido para o alemão em 1957, pelo especialista soviético Y. I. Sidorenko, com prefácio do General Razin[29] , estrategista e historiador militar soviético. Esta tradução foi publicada na Alemanha Oriental pelo Ministério da Defesa daquele país e incluído na bibliografia obrigatória de suas academias militares. Uma outra tradução e outros estudos sobre Sun Tzu foram publicados em Pequim em 1957 e 1958 e em Shanghai em 1959. Sabe-se que Mao Tsé-tung foi influenciado por Sun Tzu em sua condução da guerra civil.

O intenso interesse oficial por Sun Tzu, de parte tanto dos soviéticos como dos chineses, na mesma época em que a nova política e estratégia estavam sendo formuladas, é um bom indicativo de que os chineses provavelmente fizeram contribuições positivas àquela formulação.

A estratégia de fortalecimento do bloco comunista concomitantemente à apresentação de uma aparente falta de unidade comunista é expressa sucinta e claramente nos aforismos de Sun Tzu:

• Toda guerra baseia-se na dissimulação. Portanto, quando capaz, finja incapacidade; quando ativo, a inatividade.
• Ao inimigo, ofereça uma isca que o atraia à armadilha; finja a desordem em seu campo e então, ataque-o.
• Quem deseja parecer fraco a fim de tornar arrogante o seu inimigo, deve estar extremamente forte. Só assim ele pode fingir fraqueza.

Para ser crível e eficaz, a desinformação deveria, tanto quanto possível, estar de acordo com as esperanças e expectativas daqueles a quem se pretendia enganar. Uma vez que os estrategistas comunistas estavam cientes, especialmente porque conheciam o conteúdo dos documentos Bilderberg[30], de que o Ocidente quase que já aguardava e desejava ardentemente a desintegração do bloco comunista, eles podiam antever que uma projeção ao mundo exterior de uma desintegração fictícia seria vantajosa – desde que sempre acompanhada em paralelo por uma verdadeira, mas parcialmente oculta, implementação da política de longo alcance de fortalecimento do bloco e mudança da balança do poder mundial a seu favor.

Mas na prática, como é que tudo isso seria alcançado? O estudo da genuína ruptura entre Tito e Stálin em 1948, mostrava que as suas conseqüências não tinham sido de todo adversas. O desafio aberto a Stálin tinha elevado o prestígio de Tito às alturas, no seu país e ao redor do mundo. Aquela independência da União Soviética possibilitou à Iugoslávia a obtenção de substancial assistência econômica e militar do Ocidente. Dali também surgiram os primeiros passos da influência política iugoslava no Terceiro Mundo e junto a partidos socialistas da Europa Ocidental. Ademais, em 1957 e 1958, Tito havia demonstrado que apesar da ajuda ocidental que havia recebido, permanecia um leninista fiel, desejoso por trabalhar de todo o coração com os outros líderes do bloco.[31]

---

28 *Questões da História do PCUS, n.o 4, (1962), p. 152*

29 Sun Tzu, The Art of War, traduzido por Samuel B. Griffith (Oxford University *Press, Londres, Oxford e Nova York), pp. 45-56, 66, 183, 190, 191.*

30 *Ver página 213*

31 As questões estavam mortas no que diz respeito aos líderes do partido. O nacionalismo ainda estava bastante vivo no partido comunista iugoslavo. Tito admitiu isso em suas conversas com os líderes soviéticos em 1955, e prometeu tratar do assunto. Ele explicou, que mesmo contido, levaria tempo para neutralizar e erradicar o problema.

Um precedente mais remoto, mas igualmente instrutivo, foi fornecido pela política de Lênin para o Extremo Oriente nos anos 20. Percebendo que a Rússia soviética teria suas tropas dispostas além de sua capacidade na defesa simultânea de todas as suas extensas fronteiras, Lênin voluntariamente decidiu "sacrificar" uma área substancial do Extremo Oriente ao estabelecer um estado tampão, independente e "nãocomunista", a República do Extremo Oriente (DVR), em abril

de 1921. Esta era independente e não-comunista apenas na sua forma aparente. Suas políticas eram coordenadas de perto, mantendo-as em estrita concordância com aquelas da Rússia soviética. Não obstante, a sua existência, juntamente com promessas de concessões econômicas que não se

materializaram, aliviaram a pressão oriunda dos interesses americanos e japoneses na região, enquanto permitiam que o exército soviético e o Comintern reforçassem sua capacidade de lidar com o movimento de exilados formado pelos Russos Brancos[32] na Mongólia e liderado pelo Barão Ungern. Por volta de novembro de 1922, a influência soviética na área já era forte o suficiente para que a "independente" DVR fosse incorporada abertamente à União Soviética como sua região do Extremo Oriente (kray).

As lições combinadas da DVR e da ruptura Tito-Stálin, sugeriam aos estrategistas comunistas dos anos 50 que falsas rupturas e aparente independência no mundo comunista poderiam ser usadas para aliviar a pressão ocidental e na obtenção de maior ajuda econômica e até mesmo militar do Ocidente para países comunistas individualmente, enquanto a balança do poder estaria sendo sub-repticiamente virada a favor dos comunistas.

Ao fim de 1957, as questões que tinham dado causa à rupturas reais e potenciais, principalmente a interferência estalinista nos assuntos de outros estados comunistas, tinham sido decisiva e finalmente resolvidas. Um acordo comum havia sido atingido, no qual todos reconheciam e renunciavam expressamente às distorções de Stálin quanto à doutrina leninista. A União Soviética submeteu-se aos termos do acordo com gestos concretos; p.ex., ao fazer uma declaração formal e completa acerca de seus ex-agentes de inteligência na China e na Europa Oriental.

As razões para rupturas genuínas haviam sido eliminadas e o caminho estava aberto para a gestação de falsas rupturas, de acordo com o princípio de profilaxia política de Dzrerzhinski; i.e., na contenção preventiva de fenômenos indesejáveis (tais como rupturas potenciais ou o crescimento de movimentos de oposição) pela provocação antecipada e controle de tais fenômenos através do uso de agentes secretos, e pelo guiamento do desenvolvimento daqueles fenômenos em direções que fossem, ou inofensivas, ou positivamente úteis ao regime.

Em 1957, Krushchev, na sua luta pelo poder, tinha demonstrado como o falseamento da questão estalinista podia ser usado em benefício próprio. A revitalização artificial de questões já encerradas acerca do estalinismo era o meio óbvio e lógico de apresentar ao mundo diferenças falsas, mas convincentes, entre os diferentes líderes ou partidos comunistas.

32 *N.T.: Russos Brancos ou Exército Branco.*

Parte I – Capítulo 6

O Relatório Shelepin e as Mudanças na Organização

A adoção da nova política do bloco e a estratégia de desinformação envolveu mudanças organizacionais na União Soviética e por todo o bloco. Na União Soviética, como em outros países comunistas, foi o Comitê Central do partido que reorganizou os serviços de segurança e de inteligência, o ministério de relações exteriores, outras seções do governo e aparatos político-governamentais, além das organizações de massa, a fim de adequá-las todas à implementação da nova política e torná-las instrumentos desta. Algumas modificações altamente significativas foram feitas no aparato do próprio Comitê Central, em 1958 e depois. Um novo Departamento de Política Externa foi organizado, com o propósito de supervisionar todos os departamentos governamentais envolvidos em assuntos estrangeiros e também para coordenar a política externa soviética com as de outros estados comunistas. Esse novo departamento estava sob o controle direto de Krushchev.

Foi adotada uma nova prática com relação à indicação de embaixadores junto a outros países comunistas. Passaram a ser escolhidos proeminentes funcionários do partido, normalmente membros do Comitê Central, de forma a garantir que haveria uma adequada coordenação da política entre partidos, bem como entre governos.

Um outro novo departamento foi criado pelo Comitê Central, agora o Departamento de Operações Ativas. As funções deste eram de coordenar o programa de desinformação do bloco e

conduzir operações políticas e de desinformação especiais, sempre em apoio às diretrizes da política de longo alcance. Suas atividades começaram pela condução de reuniões secretas, destinadas à instrução detalhada de altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, do Comitê de Informações e dos serviços de segurança e inteligência. Para servir aos interesses desse novo departamento de operações, foi criada a agência de notícias Novosti.

Uma mudança importante foi a transferência do Comitê de Informações, até então subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, para o aparato do Comitê Central. Uma das novas funções do Comitê de Informações era a de preparar estudos e análises numa perspectiva de longo alcance para o Comitê Central. Outra nova função desse comitê era a de estabelecer contato com estadistas estrangeiros e outras figuras proeminentes, quer nos seus países mesmo ou quando em visita à União Soviética, e daí usá-los para influenciar os governos ocidentais. O seu chefe era Georgiy Zhukov, um ex-agente do serviço de inteligência soviético e que tinha muitos contatos entre políticos, jornalistas e figuras da cena cultural ocidental. Zhukov era ele mesmo um hábil jornalista.

Talvez as mudanças mais importantes tenham sido as indicações de Mironov e Shelepin. Mironov tinha sido o chefe da seção regional da KGB em Leningrado. Enquanto estava naquele posto, Mironov tinha estudado a operação "Truste", na qual a OGPU de Leningrado desempenhou papel ativo. Ele era amigo de Brezhnev e tinha fácil acesso a ele. Shelepin era um amigo de Mironov. Foi Mironov quem primeiro chamou a atenção de Shelepin para o papel da OGPU durante o período da NEP.

Em 1958, Mironov e Shelepin discutiram com Krushchev e Brezhnev a idéia de transformar a KGB, de uma típica força de polícia política secreta, numa arma política flexível e sofisticada, capaz de desempenhar um papel efetivo e eficaz no apoio à política, assim como fizera a OGPU durante a NEP.

Eles foram recompensados por essa sugestão com postos no aparato do Comitê Central. Shelepin foi nomeado chefe do Departamento de Órgãos Partidários e, mais tarde, diretor-geral da

KGB. Mironov foi nomeado chefe do Departamento de Órgãos Administrativos.

No outono de 1958, o Presidium do Comitê Central discutiu a sugestão de Mironov e Shelepin, no contexto do desempenho da KGB e de seu diretor, Serov. Este havia entregado ao Presidium um relatório sobre o trabalho da KGB na União Soviética e no exterior. O relatório tornou-se alvo de duras e agudas críticas. O crítico principal era Shelepin. Segundo ele, sob Serov a KGB transformou-se numa organização policial muito eficiente, que com a sua grande e bem disseminada rede de informantes e agentes ao redor do país detectou e conteve com sucesso tanto elementos da oposição entre a população, como agentes dos serviços de inteligência ocidentais. Porém, a KGB tinha falhado ao não influenciar a opinião da população em favor do regime e em não prevenir o crescimento de tendências políticas indesejáveis no país ou entre anticomunistas no exterior. Shelepin louvou os recentes sucessos de infiltração e obtenção de segredos de governos ocidentais pela KGB, mas disse que o papel desta era muito passivo e limitado, visto que nada tinha feito para ajudar na luta estratégica, política e ideológica com as potências capitalistas.

Shelepin ia além, dizendo que a razão principal para aquela situação insatisfatória na KGB foi o distanciamento dessa das tradições e de estilo da OGPU, sua predecessora sob Lênin. A OGPU, ainda que sem experiência, fez uma contribuição muito maior à implementação política do que qualquer de suas sucessoras. Para exemplificar o que dizia, Shelepin citou os movimentos “Eurasiano”, “Mudança de Sinalização” e “Truste”. Ao contrário da OGPU, a KGB degenerou-se numa organização passiva e repressora. Seus métodos eram autodestrutivos, pois só serviam para endurecer a oposição e causar danos ao prestígio do regime. A KGB também falhou ao não colaborar com os serviços de segurança de outros países do bloco, em questões políticas.

Shelepin elogiou e endossou as idéias de Mironov e disse que a KGB deveria concentrar-se em atividades políticas criativas e positivas, sob a direção da liderança do partido. Um novo e mais

importante papel deveria ser dado à desinformação. A União Soviética, em conjunto com os outros países comunistas, dispunha de importantíssimos recursos de inteligência, internos e externos, mas que tinham permanecido inoperantes, especialmente na pessoa de agentes da KGB infiltrados na intelligentzia soviética.

O Presidium decidiu examinar o papel da KGB durante o

21.o Congresso do partido, que teria ocasião em janeiro e fevereiro de 1959. Em termos genéricos, a imprensa soviética confirmou que tal exame realmente aconteceu.
Sob o comando de Mironov, o Departamento de Órgãos Administrativos tornou-se muito importante. Suas funções eram as de supervisionar e coordenar o trabalho dos departamentos envolvidos com a ordem interna, tal como a KGB, o Ministério do Interior, o escritório da promotoria, o Ministério da Justiça e os tribunais. Mironov foi escolhido de modo a que ele pudesse imbuir essas instituições do estilo e métodos de Dzerzhinski, o chefe da OGPU nos anos 20.

Shelepin foi indicado como diretor-geral da KGB em dezembro de 1958. Em maio de 1959, foi realizada em Moscou uma conferência dos oficiais superiores da KGB. Estavam presentes à reunião: Kirichenko, representando o Presidium; os ministros da defesa e assuntos internos; membros do Comitê Central e algo em torno de dois mil oficiais e altos funcionários da KGB.

Shelepin reportou-se à conferência com base nas novas tarefas políticas da KGB33 . Alguns dos pontos mais específicos contidos em seu relatório eram os seguintes:

•
Os “inimigos principais” da União Soviética eram os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental, Japão e todos os países da OTAN, além das outras alianças militares apoiadas pelo Ocidente. (Em documento oficial, essa foi a primeira vez que a KGB assim se referiu à Alemanha Ocidental, ao Japão e aos países menores).
33 O autor leu e estudou o Relatório Shelepin enquanto era aluno do Instituto da KGB.

- Os serviços de segurança e inteligência de todo o bloco deveriam ser mobilizados para influenciar as relações internacionais nas direções requeridas pela nova política de longo alcance e, na realidade, para desestabilizar os "inimigos principais" e enfraquecer as alianças entre eles.
- Os esforços da KGB junto à intelligentzia soviética deveriam ser redirecionados ao exterior, visando recrutar estrangeiros e obter sua ajuda para alcançar os objetivos da nova política.
- O recém estabelecido departamento de desinformação deveria trabalhar de perto com todos os outros departamentos relevantes, no partido e no aparato de governo ao redor do país. Para este fim, todos os ministérios da União Soviética e todas as primeiras-secretarias das organizações partidárias provinciais e nas repúblicas, deveriam tomar conhecimento das novas tarefas políticas da KGB, para assim poderem prestar toda ajuda e apoio quando necessário.
- Operações políticas conjuntas deveriam ser realizadas com todos os serviços de segurança e inteligência de todos os países comunistas.

O relatório terminava com a garantia de que o Presidium tinha não só aprovado as novas tarefas da KGB, como considerado de grande importância o seu êxito pleno, além de estar confiante de que o estado-maior da KGB faria de tudo para colocar a diretiva em prática.

Depois da conferência, foi feito certo número de mudanças organizacionais na KGB. A diretoria de contra-inteligência foi ampliada e as suas três tarefas principais eram:

1. influenciar e passar informações selecionadas a agentes estrangeiros e recrutar agentes entre os membros das embaixadas dos países capitalistas e do Terceiro Mundo em

Moscou; o mesmo procedimento era aplicável a jornalistas visitantes, empresários, cientistas e professores universitários estrangeiros;

2.
executar operações de profilaxia política para neutralizar e depois usar qualquer oposição política interna, especialmente as de grupos nacionalistas, intelectuais e religiosos;
3.
e finalmente, promover e executar operações conjuntas com os serviços de segurança dos outros países comunistas.
Departamento D

Quando Shelepin criou o novo departamento de desinformação, o Departamento D, em janeiro de 1959, ele certificou-se de que o trabalho deste estaria em sincronia com os de outros serviços de desinformação da máquina do partido e do governo, i.e., o Comitê Central, o Comitê de Informações, o departamento de desinformação da Inteligência Militar Soviética e os dois novos departamentos de "métodos ativistas" da KGB (um a serviço do próprio Shelepin e o outro servindo a diretoria de contra-inteligência).

Desde o início, o Departamento D estava subordinado ao aparato do Comitê Central, que definia os seus requisitos e objetivos. Esse diferia dos outros serviços de desinformação por usar seus próprios recursos e canais especiais para a disseminação de desinformação, disponíveis somente à KGB. Estes canais são: agentes secretos no país e no exterior; agentes de influência no exterior; infiltração nas embaixadas e governos ocidentais; meios técnicos e outros meios secretos para provocar incidentes convenientes ou situações que favoreçam a política traçada – p.ex, incidentes de fronteira, demonstrações de protesto e assim por diante.

Ao Departamento D foi dado acesso aos braços executivos do governo e também aos departamentos do Comitê Central, para que pudesse preparar e executar operações que requeressem aprovação ou apoio da liderança do partido ou da máquina governamental. Seus contatos mais estreitos com o Comitê Central

eram através do Departamento de Órgãos Administrativos (sob controle de Mironov), do Departamento Internacional (sob controle de Ponomarev), do Departamento de Política Externa e do Departamento de Operações Ativas. Os contatos com o governo soviético se davam através do Comitê Estatal de Ciência e Tecnologia e dos órgãos de planejamento. Havia uma cooperação especialmente estreita entre o novo departamento e o departamento de desinformação do Serviço de Inteligência Militar.

Havia dois tarimbados especialistas candidatos ao posto de chefe do novo departamento. Um era o Coronel Fedoseyev, diretor da faculdade de inteligência estrangeira do Instituto KGB, um especialista tanto em operações internas da KGB quanto no uso de canais entre os exilados para infiltração na inteligência americana. O outro era o Coronel Agayants, diretor da faculdade de inteligência política da Escola de Altos Estudos de Inteligência, um especialista em Oriente Médio (particularmente o Irã) e em Europa Ocidental (França em particular). Shelepin escolheu Agayants.

O novo departamento consistia de um grupo inicial de cinqüenta à sessenta experientes oficiais de inteligência e contrainteligência. Abaixo do Coronel Agayants vinha o Coronel Grigorenko, um especialista no trabalho de contra-inteligência no país e em operações de emigração no exterior. Ele foi conselheiro do serviço de segurança húngaro de 1953 a 1955, e então trabalhou na diretoria de contra-inteligência no quartel-general, atuando como chefe do departamento responsável pela vigilância de imigrantes e repatriados. Esse departamento foi abolido quando Grigorenko foi transferido para o Departamento D.

No departamento havia peritos em OTAN, Estados Unidos, Alemanha, França, Japão e em outros países. Outros eram peritos nos serviços de inteligência dos EUA. Outro grupo era especialista em trabalhadores e movimentos trabalhistas nos EUA, Europa, Ásia, África e América Latina. Havia também peritos em foguetes, aviação e em outros assuntos mais especializados. Um especialista em Israel, Coronel Kelin, trabalhou durante vinte anos contra os judeus em Moscou, na qualidade de oficial do serviço de

segurança. O Coronel Sitnikov era o especialista em Alemanha, Áustria e OTAN. O Coronel Kostenko (que nos anos 60 apareceu na Inglaterra, sob disfarce diplomático) era o especialista em aviação. De fato, a composição mesma do departamento deixava claro que este tinha objetivos políticos e militares.

Uma seção de desinformação, composta de uns vinte oficiais, foi também montada no aparato da KGB na Alemanha Oriental, sob o comando de Litovkin, um especialista em infiltração no serviço de inteligência alemão-ocidental.

Parte I -Capítulo 7

O Novo Papel da Inteligência

Em termos gerais, as novas tarefas dos serviços de inteligência do bloco, além das funções tradicionais de coleta de informações e de segurança, eram três. A primeira: ajudar a criar condições favoráveis à implementação da política de longo alcance pela disseminação de desinformação a respeito da falta de unidade no bloco e no movimento comunista internacional, em concordância com o padrão de desinformação "fraqueza e evolução". A segunda: contribuir diretamente para a implementação da política e de suas estratégias pelo uso de agentes de influência do bloco comunista e de agentes de influência ocidentais. E a terceira: contribuir para uma mudança na balança do poder militar em favor do mundo comunista pela aceleração do desenvolvimento econômico e militar do bloco, resultante da coleta de informações científicas e técnicas do Ocidente, e também pelo trabalho secreto e político de enfraquecimento dos programas militares ocidentais.

Para analisar primeiro a última tarefa, deve-se saber que em 1959 os altos funcionários soviéticos consideravam que o bloco estava atrasado de dez à quinze anos em relação aos Estados Unidos; por exemplo, no campo da eletrônica militar. Através do uso do potencial de inteligência e espionagem do bloco, esperavase zerar essa diferença dentro de cinco anos34 . No sentido contrário, através do mesmo potencial de espionagem, inteligência e segurança do bloco, esperava-se, nas palavras de Shelepin, confundir e desorientar os programas militares ocidentais e desviá

34 Material baseado na palestra secreta proferida ao estado-maior da KGB pelo Ministro da Defesa, responsável pela pesquisa e desenvolvimento técnico e científico.

los para campos inúteis e extravagantemente dispendiosos. Tendo em vista este propósito, o Departamento D, junto com o Comitê Central, participou da instrução detalhada a cientistas soviéticos quanto as suas atribuições e tarefas em várias conferências internacionais, onde fariam contato com cientistas estrangeiros.

Em seus estágios iniciais e sem muitos detalhes, algumas das outras operações do Departamento D também se tornaram conhecidas do autor.

Estas eram, p.ex., um plano para influenciar o governo francês a abandonar a OTAN. Já nos anos 1959-60, especialistas soviéticos estavam convencidos de que as "contradições" entre os Estados Unidos e a França poderiam ser exploradas para levar esse plano a efeito35 .

Um outro plano estava em preparação, agora de longo prazo, cujo objetivo era desacreditar os líderes sindicais anticomunistas americanos, além de influenciá-los a mudar de atitude quanto a contatos com sindicatos comunistas.

Havia também um plano chamado "Ações Contra Instituições Americanas", em particular a CIA e o FBI, mas os detalhes são desconhecidos do autor.

Uma operação foi posta em prática tão logo o Departamento D foi formado e tinha como objetivo ajudar a isolar a Alemanha Ocidental da OTAN e da comunidade ocidental. Especialistas em assuntos judaicos prepararam numerosas cartas a serem enviadas por agentes a parentes em Israel e em outros países, de modo a criar hostilidade à Alemanha Ocidental e a dar uma falsa impressão dos desenvolvimentos políticos na União Soviética.

Quanto a efeitos de longo prazo, a ordem de maior importância e significado foi aquela dada por Shelepin a Agayants no fim de 1959 e que ordenava a colaboração com o Departamento de Operações Ativas do Comitê Central e com os representantes albaneses e iugoslavos, com vistas a uma operação de desinformação ligada à política de longo alcance e concernente às relações soviético-iugoslavo-albanesas.

35 Essas informações foram disponibilizadas ao governo francês (1962-63)

Uma gama de outros reflexos da adoção da nova política e da revitalização da desinformação, chamou a atenção do autor no curso de sua carreira na inteligência soviética.

No início de 1959, uma carta secreta do partido prevenia os membros quanto à revelação de segredos de estado e do partido.

Aquelas pessoas consideradas fontes potenciais de informações genuínas para o Ocidente sobre a nova política, foram suprimidas. Por exemplo, a KGB prendeu o Tenente-Coronel Popov, da GRU, um valioso agente americano na União Soviética.

Outras brechas potenciais pelas quais o Ocidente poderia obter informações sobre a política, foram fechadas: p.ex., uma diretiva especial foi emitida ao estado-maior da KGB, instando-o a apressar o recrutamento, o comprometimento, a exposição e descrédito de estudiosos e especialistas ocidentais em assuntos comunistas que estivessem em visita aos países do bloco.

Uma outra instrução transmitida ao estado-maior da KGB determinava que fossem transmitidos detalhes ao departamento de desinformação quanto às fontes e canais de inteligência existentes, para que pudessem ser usadas para propósitos de desinformação quando e onde fosse apropriado.

Com o objetivo de alimentar o Ocidente com desinformação, foram planejados e criados novos canais. Neste contexto, três itens merecem menção. O Departamento D mostrou grande interesse por duas fontes de informações sobre a França e que estavam a serviço da contra-inteligência soviética: eles pediram que o agente controlador das fontes, Okulov, fosse transferido para o Departamento D. Há sérios indícios de que o Coronel Penkovkiy foi infiltrado pela KGB na inteligência ocidental. O caso permanece não esclarecido até hoje.

Parte I -Capítulo 7

A imprensa americana sugeriu que uma importante fonte do FBI sobre assuntos soviéticos, conhecida como “Fedora”, enquanto

colaborava com o FBI nos anos 60, era na verdade um agente controlado pela KGB.36

Uma das seções da KGB, dirigida pelo Coronel Norman Borodin, a Segunda Diretoria Superior, foi dissolvida. Essa seção era responsável pelo recrutamento e administração de agentes entre os correspondentes estrangeiros na União Soviética. A dissolução foi feita para evitar que se criasse uma rede central de agentes na qual todos falassem segundo uma linha e tom muitos similares, o que pareceria extremamente suspeito. Esses agentes foram repassados às seções da KGB geograficamente apropriadas, garantindo que suas atividades de desinformação estivessem estreitamente relacionadas à situações particulares em seus países ou áreas de origem.

Dois ex-agentes do serviço de segurança de Hitler e que haviam atuado na Ucrânia, foram preparados para serem plantados no serviço de inteligência da Alemanha Ocidental.

Em 1959, o chefe da contra-inteligência soviética, General Gribanov, emitiu uma instrução ao seu estado-maior para que este preparasse operações de influência sobre os embaixadores ocidentais em Moscou, de acordo com os requisitos da nova política. Os serviços de segurança e inteligência ocidentais – em especial o da França – tiveram oportunidade de investigar as atividades de Gribanov contra seus embaixadores. Gribanov também instruiu membros de seu estado-maior para que se fizessem passar por altos funcionários de departamentos governamentais soviéticos a fim de estabelecer contatos pessoais e exercer influência política sobre todos os embaixadores de países em desenvolvimento em Moscou.

36 Ver o artigo de Henry Hurt, publicado na edição de outubro de 1981 do Reader's Digest e corroborado de forma independente por George Lardner, Jr., em seu artigo no Washington Post de 3 de setembro de 1981. De acordo com Hurt, o FBI reexaminou o caso "Fedora", que dizia respeito a um agente da KGB a quem o FBI considerava como sua fonte de confiança, de 1962 em diante. Algumas das informações fornecidas por "Fedora" foram repassadas à Casa Branca. O FBI concluiu que "Fedora" esteve sob o controle da KGB durante os anos de sua associação com o FBI.

Em 1960, a KGB emitiu uma diretiva secreta aos delegados dos serviços de inteligência no exterior e ao serviço de segurança interna sobre como influenciar visitantes estrangeiros à União Soviética, especialmente políticos e estudiosos. Também foram feitos esforços no sentido de usar, recrutar e desacreditar políticos, jornalistas, estudiosos e analistas anticomunistas durante suas visitas aos países comunistas. Por exemplo, tentou-se desacreditar um importante estudioso americano, Professor Barghoorn, pela constante perseguição e interferência a que ele foi submetido durante sua visita à Moscou em 1963. Os serviços de segurança ocidentais acumularam provas quanto a esses procedimentos.

O aparato do Comitê Central estabeleceu uma forma especial de controle sobre a imprensa soviética. Essa forma permitia o uso da imprensa para os propósitos de desinformação determinados pelo Comitê e pela KGB. Por exemplo, a KGB forneceu a Adzhubey, editor-chefe do Izvestiya, material "controverso" sobre a situação interna da União Soviética.

Os recursos das KGBs das repúblicas nacionais foram também agregados às operações a serviço da nova política. Um exemplo disso é o fato de que entre 1957-58, a KGB da Ucrânia submeteu à aprovação de Moscou nada menos que cento e oitenta propostas operacionais, relativas a recrutamento e infiltração de agentes entre estrangeiros, dentro e fora da União Soviética.

Foram feitas tentativas diretas de exercer influência política no exterior. Foram dadas instruções para os agentes-residentes37 da KGB na Finlândia, Itália e França no sentido de apressar e explorar sua infiltração nas lideranças socialistas e nas de outros partidos, visando provocar mudanças nas lideranças e em suas políticas, de acordo com os requisitos da nova política.38

Na Finlândia, em 1961, o agente-residente da KGB, Zhenikov, estava trabalhando num plano para eliminar da cena política alguns proeminentes líderes do partido social-democrata

37 N.T.: No original, "residents", que é tradução do russo "rezident", significando especificamente agente de espionagem e inteligência atuando no exterior.
38 Material baseado em instruções secretas dadas pelo chefe da inteligência soviética, entre 1959 e 1961, aos agentes-residentes naqueles países.

finlandês, tais como Tanner e Leskinen e então substituí-los por agentes soviéticos.39

Na Suécia, já havia um agente da KGB infiltrado no partido social-democrata.

Caso elementos anticomunistas fossem considerados obstáculo ao êxito da implementação da política do bloco, o assassinato não estava descartado. Por exemplo, em 1959, a KGB assassinou secretamente o líder nacionalista ucraniano, Stepan Bandera, que estava na Alemanha Ocidental. Isto é sabido graças às revelações feitas pelo próprio assassino, o ex-agente soviético Stashinskiy. Bandera foi assassinado sob ordens diretas de Shelepin.

A lista poderia ser estendida, mas já foi dito o suficiente para indicar que todo o potencial da inteligência soviética foi usado para levar a efeito operações em apoio à primeira fase da nova política de longo alcance do bloco. O mesmo pode ser dito do potencial de inteligência dos outros países do bloco comunista.

Considerando que no Ocidente até mesmo analistas profissionais nem sempre percebem claramente o que esse potencial de inteligência do bloco comunista pode significar, em termos de exercício de influência em favor do bloco, é desejável que à esta altura sejam dados ao menos alguns exemplos teóricos.

Suponha, por exemplo, que determinado país nãocomunista torne-se o alvo do potencial de inteligência do bloco.
Isto implicaria em que todos os estados-maiores dos serviços de inteligência e contra-inteligência do bloco revisassem o status de seus recursos e sugerissem os meios de exercer a influência desejada sobre o governo do país alvo e também sobre sua política, diplomacia, partidos políticos, líderes individuais, imprensa e assim por diante. Em conseqüência, todo o efetivo de inteligência dos países do bloco, atuando sob cobertura diplomática ou sob a de qualquer outra atividade oficial no país alvo, em número que poderia chegar a centenas de profissionais altamente treinados somado à centenas de agentes secretos infiltrados na população, seria direcionado a trabalhar de diversos modos para o alcance de

39 Relatado ao autor pelo próprio Zhenikov.

um só objetivo, de acordo com o planejado. Os agentes seriam instruídos a não apenas obter informações, mas também a tomar certas medidas e a exercer influência, onde e quando o plano assim exigisse. A capacidade combinada desse efetivo em afetar as opiniões do governo, da imprensa e pública, seria bastante considerável.

O mesmo procedimento resultaria em conseqüências semelhantes se o alvo fosse um grupo de países não-comunistas ou um problema específico, tal como o programa de defesa de um país não-comunista, ou uma determinada atitude ocidental com relação ao bloco ou a um de seus membros, ou então a opinião pública mundial sobre determinada política. Ou ainda, se os alvos fossem assuntos tais como a Guerra do Vietnã, o revanchismo da Alemanha Ocidental ou a situação no Oriente Médio.

Em seu discurso de 6 de janeiro de 1961, Krushchev, depois de fazer alusão ao fato de que a "ditadura do proletariado emergiu além dos limites de um país e tornou-se uma força internacional", disse que, "nas condições presentes e em crescente medida, o socialismo está na posição de determinar o caráter, os métodos e as tendências das relações internacionais.". Pois foi a reorientação do aparato do Comitê Central, das organizações de massa e dos serviços diplomático, de segurança e de inteligência do bloco, que deu a Krushchev e a seus aliados os meios de mudar o caráter e os métodos das relações internacionais.

Alguns elementos da nova política do bloco – tais como a introdução de reformas econômicas na indústria e agricultura soviéticas e de outros estados comunistas, ou a ênfase na coexistência pacífica, no desarmamento e na melhoria das relações comerciais e diplomáticas com países não-comunistas – todos elementos que lembravam o período da NEP, foram eles mesmos meios de falseamento das intenções do bloco e de influência sobre

o mundo não-comunista durante a primeira fase da nova política. Ainda mais significativas e novamente reminiscentes do período da NEP, foram as impressionantes mudanças no estilo, quantidade e qualidade das informações que o mundo comunista revelava sobre si mesmo. Essas mudanças refletiam-se num acesso

mais amplo de visitantes estrangeiros à União Soviética e à maioria dos países da Europa Oriental. Tais mudanças coincidiram no tempo com o Relatório Shelepin e com as intensas preparações de um programa de operações de desinformação política. A coincidência no tempo ajuda a explicar as mudanças.

Parte I -Capítulo 8

FONTES DE INFORMAÇÃO

Os capítulos anteriores descreveram em detalhe como o programa, a estratégia, a organização e a filosofia operacional se desenvolveram no centro do comunismo internacional, no período de 1957 à 1960. Como pôde acontecer que quase todo o mundo ocidental tenha falhado em detectar essas mudanças e em perceber com clareza o significado delas? Para descobrir a resposta, o leitor deve começar pelo exame das fontes de informação disponíveis aos analistas ocidentais.

Fontes Ocidentais

As principais fontes ocidentais sobre os países comunistas são:

- Os agentes secretos dos serviços de inteligência ocidentais.
- A interceptação e decodificação de comunicações comunistas.
- O monitoramento das embaixadas comunistas e de seus funcionários nos países não-comunistas.
- Observações fotográficas e de outra natureza das instalações industriais, de sítios de lançamento de mísseis, de movimentos de tropas, etc., a partir de aviões e satélites ocidentais sobre território comunista.
- Monitoramento de testes nucleares e de foguetes, por meio de dispositivos técnicos.

- Observações pessoais de diplomatas, jornalistas e de visitantes ocidentais aos países comunistas.
- Contatos extra-oficiais de diplomatas, jornalistas e de outros visitantes ocidentais aos países comunistas.
- Estudiosos que estejam trabalhando em assuntos comunistas.
- “Emigrantes internos” ou as pessoas bem-intencionadas e resolutas, nos estados comunistas.
- Refugiados de partidos e de países comunistas, em particular ex-agentes e ex-funcionários dos serviços de inteligência comunistas.

Essas fontes variam quanto à relevância e confiabilidade e também quanto ao grau de acesso que provêem e quanto à maneira pela qual devem ser interpretadas.

Sabendo que as sociedades comunistas são sociedades fechadas e que os métodos e intenções de seus governos são agressivos, é vital para o Ocidente dispor de serviços de inteligência vigorosos, saudáveis e eficazes, capazes de obter informações de natureza estratégica sobre os assuntos internos e sobre as políticas externas dos países comunistas, sobre as relações de cada um destes com os demais e também de suas relações com partidos comunistas fora do bloco. Os agentes secretos dos serviços de inteligência ocidentais são, potencialmente, as mais valiosas fontes de informação dentre todas as outras, desde que estejam operando em boa-fé e tenham acesso à informações no nível de formulação de políticas. O problema é que os serviços de inteligência ocidentais às vezes aceitam provocateurs como sendo agentes genuínos, e os provocateurs são um canal privilegiado para a condução de desinformação comunista.

A interceptação e decodificação de comunicações podem fornecer informações valiosas, desde que a possibilidade de desinformação esteja sempre em mente e seja , portanto, devidamente avaliada.

Do mesmo modo, o monitoramento de embaixadas e funcionários comunistas pode ser valioso, mas é preciso lembrar que os métodos utilizados pelos serviços de segurança e contra

inteligência ocidentais já são bastante conhecidos, e em muitos casos, podem ser convertidos em canais de desinformações pelo bloco comunista.

O monitoramento técnico de testes nucleares e de foguetes e as várias formas de reconhecimento aéreo são valiosos, mas não podem ser considerados como auto-suficientes. Por causa de suas limitações, a informação que oferecem precisa sempre ser avaliada em conjunção com as informações de outras fontes. Todas as técnicas têm suas limitações próprias. A limitação geral de que todas compartilham é a de que, mesmo que possam oferecer informação precisa sobre o quê está presente e acontecendo em determinada localidade, não podem dizer o por quê daquilo estar acontecendo ali, e muito menos quem é o responsável, e quais as suas intenções reais. Por exemplo, partindo apenas dessas fontes, não se pode dizer se a existência de concentrações de tropas na fronteira sino-soviética é indício de hostilidade genuína entre os dois países ou, se é indício de uma intenção combinada entre os líderes chineses e soviéticos em dar a impressão, para propósitos de desinformação estratégica, de que há hostilidade entre eles.

As observações pessoais de diplomatas estrangeiros, jornalistas e de outros visitantes a países comunistas são de valor limitado, em função do rigoroso controle que é exercido sobre suas viagens e contatos no bloco. O valor das informações advindas de contatos extra-oficiais não deveria ser superestimado, pois muito provavelmente, e embora muito críticos ao regime, tais contatos são estritamente controlados pelos serviços de segurança comunistas. Dada a escala das operações dos serviços de segurança comunistas, é impossível que um cidadão de um país do bloco consiga permanecer, por qualquer período de tempo, em contato não autorizado com um estrangeiro. O jornalismo investigativo, tão popular no Ocidente, é impossível nos países comunistas, a não ser que tenha, ao menos, a cooperação tácita das autoridades de segurança.

Os professores universitários podem ser de extrema valia como analistas, desde que lhes sejam fornecidas informações corretas. O valor deles como fontes nem sempre é grande, uma vez que suas visitas a países comunistas não lhes dão, necessariamente,

acesso à informações privilegiadas. Assim como outros visitantes, os professores ocidentais tendem a serem enganados pela deliberada desinformação comunista; além disso, suas visitas podem lhes ser perigosas

"Emigrantes internos", os bem-intencionados, são aqueles cidadãos de países comunistas que, por razões políticas ou não, aproximam-se de diplomatas ocidentais ou de visitantes, ou ainda, tentam entrar nas embaixadas ocidentais com ofertas de informações secretas. Eles podem ser fontes valiosas, mas o problema é que há muitos obstáculos em seu caminho. Por exemplo, o serviço de segurança soviético costumava praticar uma técnica de provocação através da qual qualquer bem-intencionado que tentasse estabelecer contato telefônico com as embaixadas americana ou britânica em Moscou, seria conectado a funcionários do serviço de segurança especialmente treinados. Estes se faziam passar por membros da equipe de funcionários daquelas embaixadas e daí marcavam reuniões com os bem-intencionados, fora da embaixada. As conseqüências para estes últimos eram as previsíveis. Muitos bem-intencionados tentaram contatar as embaixadas ocidentais; poucos tiveram êxito. Mesmo quando conseguiam, nem sempre eram recebidos sem suspeição e reservas, porque os serviços de segurança soviéticos já haviam deliberadamente desacreditado esse tipo de pessoas ao enviar seus próprios provocadores às embaixadas, passando-se por cidadãos bem-intencionados.

A experiência passada indica que as mais valiosas informações foram fornecidas por refugiados e desertores dos países comunistas e de partidos comunistas. Os mais ricos em informação foram aqueles que ocuparam altos postos, tais como Trotskiy, Uralov e Kravchenko, ou aqueles que trabalharam onde a política era implementada: nos serviços de inteligência e de segurança (Agabekov, Volkov, Deryabin, os Petrov, Rastvorov, Khokhlov e Swiatlo), na inteligência militar (Krivitskiy, Reiss, Guzenkho, Akhmedov), no serviço diplomático (Barmine, Kaznacheyev), ou nas Forças Armadas (Tokayev). Informações

importantes foram reveladas por líderes iugoslavos durante a cisão soviético-iugoslava entre 1948 e 1956. Valiosas informações também foram fornecidas por comunistas importantes ou por agentes comunistas, tais como Souvarine, Jay Lovestone, Borkenau, Chambers e Bentley.

O valor das informações dessas fontes depende, obviamente, do grau de acesso que elas têm às informações, do seu nível de educação, experiência, honestidade, grau de emocionalismo e do total rompimento delas com o comunismo. As revelações de Trotskiy foram de valor limitado, pois seu rompimento foi com Stálin e não com o comunismo. O mesmo pode ser dito dos líderes iugoslavos. Algumas das informações dos refugiados são afetadas pelo emocionalismo. Durante o período da Guerra Fria, parte da literatura publicada no Ocidente sobre o comunismo, foi distorcida por razões de propaganda e só pode ser utilizada com cautela.

Acima de tudo, o valor das informações de desertores e de refugiados depende de sua boa-fé, uma vez que é prática comum dos serviços de segurança e de inteligência comunistas enviar provocateurs ao exterior à guisa de desertores e refugiados e para agir como canais de desinformação.

Fontes Comunistas

As fontes comunistas precisam ser tratadas como uma categoria à parte. Elas podem ser divididas em fontes oficiais, extra-oficiais e “secretas”. As fontes comunistas oficiais são:

- Os registros publicados das conferências de governos e de partidos comunistas, dentro e fora do bloco.
- As atividades e decisões públicas dos partidos, governos e ministérios de países comunistas individualmente.
- As atividades públicas e os discursos de líderes comunistas e de outros altos funcionários.

- A imprensa comunista: livros, periódicos e outras publicações.
- As atividades e decisões públicas de partidos comunistas em países não-comunistas.

As fontes comunistas extra-oficiais são:

- Discursos e comentários extra-oficiais de líderes e funcionários comunistas.
- Contatos extra-oficiais de diplomatas ocidentais, jornalistas e de outros visitantes, em países comunistas.
- Murais, na China, e publicações clandestinas em outros países comunistas, tal como a samizdat na União Soviética.
- Os livros de estudiosos comunistas.

As fontes comunistas "secretas" são as revelações e vazamentos ocasionais e freqüentemente retrospectivos que o lado comunista faz, às vezes em forma de documentário, de informações que antes eram tratadas como secretas. Estas, com freqüência relacionam-se a polêmicas entre membros do bloco comunista e podem cobrir:

- As atividades, discussões e decisões secretas dos principais organismos do bloco.
- As atividades, discussões e decisões secretas dos partidos, governos e ministérios de países comunistas individuais.
- As atividades e discursos secretos dos líderes e altos funcionários comunistas.
- Documentos secretos dos partidos e dos governos comunistas, particularmente as circulares dirigidas aos membros dos escalões inferiores.

A Análise de Informações Oriundas de Fontes Comunistas

A possibilidade de obtenção de informações confiáveis sobre o mundo comunista através de fontes comunistas não deveria ser nem ignorada, nem superestimada.

É óbvio que nem todos os itens e artigos que aparecem na imprensa comunista são falsos ou distorcidos para fins de propaganda ou desinformação. Ainda que ambas estejam presentes em grau significativo, a imprensa comunista também reflete, até certo ponto corretamente, a vida complexa e as atividades de uma sociedade comunista. Os membros do partido e a população são mantidos informados pela imprensa acerca das mais importantes decisões e eventos do partido e do governo. São também mobilizados e guiados através da imprensa a colocar em prática aquelas decisões.

Por essas razões, o estudo da imprensa comunista é importante para o Ocidente. Mas o problema para os analistas ocidentais é distinguir entre a informação factual e a propaganda e desinformação, que se encontram todas misturadas na imprensa. Aqui, certas inclinações ocidentais tendem a se colocar no caminho da análise eficaz: a tendência de considerar certos problemas comunistas como reflexo de problemas mundiais eternos e imutáveis; uma tendência em presumir que mudanças na sociedade comunista são acontecimentos espontâneos; e uma tendência a interpretar acontecimentos e situações no mundo comunista com base na experiência, noções e terminologia dos sistemas ocidentais.

Sem dúvida, há elementos eternos e imutáveis em ação na política comunista (Stálin inegavelmente tinha algo em comum com outros tiranos não-comunistas). Alguns acontecimentos no mundo comunista são espontâneos (a revolta húngara é um exemplo) e há algumas similaridades no desenrolar de eventos nos mundos comunista e não-comunista. É mais importante ressaltar que há também uma continuidade definida, ideológica, política e operacional no movimento comunista e em seus regimes, cujos elementos específicos não deveriam ser desprezados ou ignorados. Há um conjunto mais ou menos permanente de fatores que reflete a essência do comunismo e que o torna diferente de qualquer outro

sistema social ou político. E há certos problemas permanentes com os quais os comunistas lidam, obtendo variados graus de sucesso e fracasso. Esses fatores e problemas são, p.ex., ideologia de classes, nacionalismo, relações intrabloco e interpartidárias, internacionalismo, revisionismo, lutas pelo poder, sucessão na liderança, expurgos, política para com o Ocidente, táticas partidárias, a natureza das crises e fracassos no mundo comunista e as soluções e reajustes que são aplicados a eles. Menosprezar ou subestimar aquilo que é especificamente comunista no conteúdo e no tratamento de todos esses problemas, é incorrer em erro. Por exemplo, tentar explicar os expurgos dos anos 30 com base no perfil psicológico de Stálin seria apenas arranhar a superfície do assunto, e com muita pressa. Não menos errônea seria a análise, com base em termos ocidentais, do nacionalismo que sem dúvida existe no mundo comunista.

Mesmo os analistas ocidentais que reconheceram a natureza específica e a continuidade dos regimes comunistas e superaram aquelas três tendências mencionadas há pouco, com freqüência apresentam uma quarta tendência, que é a de aplicar estereótipos derivados do período de Stálin aos acontecimentos posteriores no mundo comunista. Assim, esses analistas não levam em conta nem a possibilidade de reajustes nos regimes comunistas, nem a de uma abordagem mais racional dos permanentes problemas confrontados por esses regimes.

Historicamente falando, a ideologia e prática comunistas demonstraram-se capazes de flexibilidade e de boa adaptação às circunstâncias: a NEP de Lênin é um bom exemplo. Continuidade e mudança estão ambas presentes no sistema comunista; ambas estão refletidas na imprensa comunista.

A análise da imprensa comunista é, portanto, importante para a compreensão do mundo comunista, mas só e quando feita corretamente. Um conhecimento da história comunista aliado à compreensão dos fatores e problemas permanentes e das maneiras pelas quais eles foram enfrentados em diferentes períodos históricos, são essenciais. E assim também é essencial – levandose em conta que isso esteve quase que totalmente ausente do Ocidente – uma compreensão do papel e do padrão de

desinformação comunista num dado período e o efeito que essa compreensão sobre a validade e confiabilidade das fontes.

Parte I – Capítulo 9

A Vulnerabilidade das Avaliações Ocidentais

Considerando que os regimes

comunistas praticam a desinformação em tempo de paz e numa escala sem paralelo no Ocidente, é essencial determinar o padrão de desinformação que está sendo seguido, se é que os estudos e avaliações ocidentais pretendem evitar erros sérios. Uma vez que o padrão tenha sido estabelecido, ele provê critérios para distinguir as fontes confiáveis das não confiáveis e a informação genuína da desinformação. Determinar o padrão é difícil, talvez impossível, a não ser que se

disponha de uma fonte interna privilegiada e confiável.
Neste ponto, deveria ser assinalada

uma distinção entre as fontes comunistas e as fontes ocidentais. Todas as fontes comunistas estão permanentemente

disponíveis como canais naturais de desinformação. As fontes ocidentais, em geral estão menos disponíveis como canais, mas em graus variados, podem vir a tornarem-se canais, dependendo de que sua existência seja ou não conhecida pelo lado comunista. Com as fontes comunistas o problema é detectar como é que elas estão sendo usadas para a desinformação; com as fontes ocidentais, o problema se divide em dois: determinar se as fontes foram comprometidas e expostas ao lado comunista, e se for esse o caso, se elas estão sendo usadas para propósitos de desinformação.

Um vez que as fontes ocidentais são em geral menos vulneráveis que as comunistas, no que diz respeito à exploração com propósitos de desinformação, aquelas tendem a ser consideradas como mais confiáveis que as fontes comunistas, as quais são completamente suscetíveis e abertas à exploração. Todavia, se as fontes ocidentais forem comprometidas ou expostas (especialmente nos casos em que o Ocidente não souber desses comprometimentos ou não desejar admiti-los), então elas tornarse-ão não confiá-

veis e até mesmo perigosas. No sentido contrário, se o padrão de desinformação for conhecido e se um método de análise adequado for aplicado, até mesmo as fontes comunistas podem revelar informações confiáveis e importantes.

A situação ideal para o Ocidente se realiza por meio de três condições simultâneas: quando seus serviços de inteligência dispõem de fontes de informação confiáveis no nível de formulação político-estratégica; quando são aplicados métodos de análise adequados às fontes comunistas e quando o padrão de desinformação comunista é conhecido. Cada uma dessas três condições reage pela ação das outras, com vantagens recíprocas. As fontes internas privilegiadas provêem informação relevante e adequada à análise ocidental; elas também ajudam a determinar o padrão de desinformação e dão aviso antecipado sobre quaisquer mudanças nesse padrão. Em contrapartida, o estabelecimento do padrão de desinformação e também do método de análise apropriado às fontes comunistas, levam a uma correta avaliação das fontes ocidentais e à revelação daquelas que tiverem sido infiltradas ou comprometidas.

Porém, o problema é que a eficácia dos serviços de inteligência ocidentais não pode ser dada como certa. Além dos obstáculos gerais na obtenção de informações confiáveis dos níveis mais altos e privilegiados no mundo comunista, há os riscos extras de essas fontes virem a se comprometer em função de seus próprios descuidos e erros, ou como resultado da penetração ou infiltração comunista nos serviços de inteligência ocidentais. Algumas fontes ocidentais – p.ex., dispositivos de escuta – podem ser detectados e explorados pelo lado comunista para propósitos de desinformação, sem que os serviços de inteligência sejam eles mesmos infiltrados. Mas o mais importante fator que já causou danos à eficácia dos serviços ocidentais foi a sua infiltração por seus oponentes comunistas; isso comprometeu fontes e possibilitou ao lado comunista usá-las como canais para a desinformação.

Se os serviços de inteligência ocidentais perdem sua eficácia e eles mesmos tornam-se canais para a desinformação comunista, isso acarreta danos a analise ocidental das fontes comunistas e resulta no fracasso em detectar o padrão de desinformação e quaisquer mudanças que nele possam ocorrer. Quando todos os três fatores – habilidade ocidental para obter informações secretas, habilidade para interpretar fontes comunistas e a habilidade para entender a desinformação – estão eles mesmos afetados adversamente pelas conseqüências da infiltração e desinformação, então todo o processo ocidental de avaliação de assuntos comunistas está viciado e os problemas reais e as mudanças reais não podem ser distinguidos dos fictícios e dos enganosos. Informação ainda duvidosa, vinda de fontes comunistas oficiais, extra-oficiais ou "secretas", confirma ou é confirmada pela desinformação fornecida através de fontes ocidentais já comprometidas. Assim, informação que é deliberadamente vazada pelo lado comunista, é aceita pelo Ocidente como sendo fidedigna. Já a informação genuína, mas recebida fortuitamente pelo Ocidente, pode ser questionada e rejeitada. Nesse sentido, os erros de avaliação ocidentais tornam-se não apenas sérios, mas também irreversíveis, a não ser e até que o padrão de desinformação seja corretamente estabelecido. A condição crítica em que se encontra

o processo de avaliação ocidental é ainda mais séria porque ela não é nem reconhecida e nem está diagnosticada.
Se as avaliações ocidentais do mundo comunista estão erradas, então as falhas e erros de cálculo serão a conseqüência. Esses erros e enganos serão certamente explorados pelo lado comunista. Quando isso acontece e os erros ocidentais vêm a público, os políticos, diplomatas e estudiosos ligados àqueles erros ficam desacreditados e surge a oportunidade para a emergência de grupos extremistas de opinião. O surgimento do macartismo nos Estados Unidos, na esteira das falhas da política americana do pósguerra na China e na Europa Oriental, é um exemplo óbvio.

Parte I – Capítulo 9

As conseqüências dos diferentes padrões de desinformação

Em grande medida, o caráter dos erros de julgamento ocidentais depende do padrão de desinformação comunista. Durante uma crise no sistema comunista, quando o padrão de desinformação "aparência e força" é usado, o Ocidente fica confuso quanto à real situação nos países comunistas e falha em perceber a fraqueza de seus regimes. Uma convincente, mas falsa aparência de unidade monolítica é construída em torno das verdadeiras realidades explosivas do mundo comunista. Por falsa que seja, a fachada construída é passível de ser considerada e aceita pelo seu valor aparente, por observadores e até mesmo por governos ocidentais. A superestimação da força e da coesão do monólito aparente inibe esses governos de tomar as medidas apropriadas à exploração de uma crise verdadeira no mundo comunista.

A Crise no Bloco, 1949-56

Sem dúvida, o Ocidente percebeu alguma parte das dificuldades no mundo comunista nos anos imediatamente precedentes e seguintes à morte de Stálin. Mas o padrão de desinformação "aparência e força" ocultou com êxito a existência de genuínas diferenças sino-soviéticas entre 1950-53. Esse padrão também encobriu a agudeza da situação revolucionária na Europa Oriental. Se a profundidade da crise tivesse sido mais profundamente compreendida no Ocidente, poderia ser esperada uma resposta mais útil e enérgica aos eventos na Polônia e Hungria: parte da ou toda a Europa Oriental poderia ter sido libertada de uma vez.

Já durante a implementação de uma política de longo alcance, é usado um padrão de desinformação "fraqueza e evolução". Novamente, o Ocidente fica confuso quanto à real força dos regimes comunistas, e desta vez, também quanto às suas

políticas. É montado um quadro convincente, retratando o declínio da

ideologia e a emergência de entidades nacionais em competição no mundo comunista. Apesar dessa imagem ser falsa e deliberadamente projetada pelos regimes comunistas, ela é passível de ser aceita pelo Ocidente por seu valor aparente, como se fosse um reflexo fiel de acontecimentos políticos ocorrendo espontaneamente. Com base nisso, o Ocidente tende a subestimar a força e coesão do mundo comunista e é encorajado a menosprezar a necessidade de adequadas medidas defensivas. Mais ainda: pode ser enganado e levado a dar passos ofensivos desnecessários, que inadvertidamente servem aos fins da política comunista, além de oferecer oportunidades para futuras explorações pelo lado comunista, em detrimento do Ocidente.

Dos dois padrões de desinformação, o segundo traz, potencialmente, as conseqüências mais sérias para o Ocidente, pois se aplicado com sucesso, pode afetar negativamente as medidas defensivas e ofensivas do Ocidente. O primeiro padrão inibe apenas as medidas ofensivas do Ocidente, e serve para fortalecer suas defesas.

A II Guerra Mundial

O expansionismo soviético foi facilitado pela desinformação durante a II Guerra Mundial. Sem qualquer questionamento quanto à necessidade da aliança antifascista entre a União Soviética e os aliados ocidentais durante a guerra, é legítimo ressaltar que a aliança foi explorada com sucesso pela União Soviética para ampliar seus próprios objetivos políticos. Há escopo para um detalhado estudo histórico dos métodos e canais utilizados pela URSS para influenciar os governos americano e britânico acerca da real natureza do regime soviético e de suas

intenções antes das conferências de Teerã e Yalta. Os arquivos americanos e britânicos deveriam prover mais informações sobre a influência exercida por agentes soviéticos infiltrados no Departamento de Estado americano e no Ministério das Relações Exteriores britânico, tais como Donald Maclean e Guy Burgess.40 Enquanto isso, podem ser levantados alguns tópicos para ilustrar o uso dos temas do declínio da ideologia, a ascensão da influência nacionalista e a falta de unidade e de cooperação entre os partidos comunistas.

Por conta da aliança na guerra, as críticas ideológicas aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha virtualmente desapareceram da imprensa soviética. A ideologia revolucionária, ainda que nunca totalmente abandonada, foi refreada. Antigas tradições russas foram exaltadas; antigos postos e condecorações do exército czarista foram restaurados no Exército Vermelho. Era demonstrado um novo respeito pela religião; Stálin concedeu audiência pública a líderes religiosos em 1943. Os perigos comuns confrontados pela União Soviética e pelo Ocidente e o interesse comum na sobrevivência eram enfatizados e descritos como aqueles que lançariam as bases para a cooperação futura. Aos estadistas e diplomatas ocidentais era dito que a liberalização do regime soviético no pós-guerra e sua evolução para um tipo de regime nacional em moldes ocidentais de nação-estado, seria inevitável. Alguns daqueles até ficaram lisonjeados pelo fato dessas mudanças terem lugar por sua influência. O gesto de aceitação soviética da Carta do Atlântico em 1941 e da assinatura do Pacto das Nações Unidas, em 1.o de janeiro de 1942, deveria ser entendido como parte dos esforços em fazer crescer as expectativas ocidentais por acontecimentos favoráveis na União Soviética. Mas a dissimulação mais impressionante e significativa foi a dissolução do Comintern em 1943, projetada para mascarar a continuada e ativa cooperação entre partidos comunistas, e para

40 Alguns detalhes sobre o assunto estão disponíveis no “Interlocking Subversion in Government Departments”, the Report of the Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws”, to the Committee on the Judiciary of the US Senate, 83rd Cong., 1st sess., July30, 1953

convencer o Ocidente de que os objetivos revolucionários tinham sido abandonados antes da Conferência de Teerã.

Juntaram-se a essa dissimulação os temas que versavam sobre a União Soviética e o Exército Vermelho estarem lutando tão somente para libertar a Europa Oriental do fascismo e que não havia qualquer intenção de estabelecer regimes comunistas nessa área.

Parte I – Capítulo 10

Os Sucessos da Inteligência Comunista, os Fracassos Ocidentais e a Crise nos Estudos Ocidentais

Atualmente, os esforços ocidentais em obter informações políticas secretas a respeito do mundo comunista, suas tentativas de analisar informações originárias de fontes comunistas e sua habilidade em distinguir entre fontes confiáveis e não confiáveis – ou seja, entre informações genuínas e desinformação – parecem todos sofrer, no mínimo, de uma temporária perda de eficácia. Esse estado de coisas é sintomático da penetração que os serviços de inteligência ocidentais sofreram por parte de seus oponentes comunistas.

A inteligência ocidental nem sempre foi falha assim. Durante a crise pós-Stálin, os serviços de segurança e de inteligência soviéticos estavam fracos. Havia também mais pessoas dispostas a ajudar o Ocidente; cinco membros da inteligência soviética desertaram em 1954. Apesar de o Ocidente nunca ter de fato revelado por completo a extensão da penetração e infiltração da inteligência soviética em seus governos e sociedades, a inteligência ocidental, não obstante, dispunha mesmo de algumas fontes de confiança com acesso aos organismos de formulação político-estratégica nos países comunistas. Mas enquanto o mundo comunista recuperava-se de sua crise, o mesmo acontecia com seus serviços de inteligência e de segurança, que recuperavam suas forças e eficácia. O esforço de penetrar e infiltrar-se nos governos ocidentais de modo geral, e em particular nos serviços de inteligência ocidentais, e que tinha sido contínuo de 1917 em diante, foi revitalizado com sucesso. No momento, não há lugar

para um estudo detalhado do problema. Não obstante, devem ser apresentados alguns exemplos para ilustrar o argumento.

Com base no período em que serviu na seção da OTAN do Departamento de Informações da Primeira Diretoria Geral da KGB, entre 1959-60, o autor tem conhecimento de que àquela época os serviços de inteligência soviético e do bloco, tinham agentes nos ministérios do exterior da maioria dos países da OTAN, sem mencionar aqueles infiltrados em ministérios de outros países que não os da OTAN. Isso significa que os líderes soviéticos e seus parceiros estavam quase tão bem informados das políticas externas dos governos ocidentais quanto os próprios titulares desses governos.

Sintomáticos da profundidade e escala da penetração foram os casos do oficial do Almirantado Britânico, Vassall; do ex-adido militar sueco na União Soviética e depois nos Estados Unidos, Coronel Wennerström; do ex-alto funcionário do quartel-general da OTAN em Paris, Coronel Paques; e dos quarenta microfones ocultos e só descobertos já muito tarde, em 1964, na Embaixada Americana em Moscou.

Há também impressionantes evidências públicas da penetração comunista nos serviços de inteligência ocidentais. Os serviços de inteligência e segurança britânicos -os mais antigos e experientes do Ocidente -foram gravemente atingidos por Blunt, Philby, Blake e outros, que trabalharam por muitos anos nesses mesmos serviços, mas para a inteligência soviética, antes de serem finalmente descobertos.

Em 1961, a revelação da rede Felfe, que atuava dentro do serviço de inteligência alemão-ocidental, demonstrou que esse serviço foi infiltrado pelos soviéticos desde a sua reativação em 1951.

As detalhadas informações sobre a extensa penetração do serviço de inteligência francês, cobrindo um longo período de tempo, foram passadas pelo autor às autoridades francesas apropriadas, que por sua vez, foram capazes de neutralizar essa penetração.

A inteligência americana sofreu com os reflexos da penetração soviética nos serviços aliados com os quais estava colaborando. Um dos resultados da penetração pela KGB, foi que a inteligência americana perdeu (1957-58) um importante agente secreto na União Soviética, o Tentente-Coronel Popov. 41

Especialmente porque o problema da desinformação não foi entendido ainda, é de se duvidar que o comprometimento das fontes, resultante das instâncias conhecidas da penetração comunista na inteligência ocidental, tenha sido avaliado adequadamente.

Fatores para os Sucessos da Inteligência Comunista

Três fatores principais contribuem para o sucesso dos serviços de inteligência comunistas contra o Ocidente. Em primeiro lugar, eles operam numa escala muito maior. O potencial de inteligência de regimes totalitários é sempre maior que o das democracias porque aqueles dependem de uma polícia secreta para a sua própria estabilidade interna. A determinação dos regimes comunistas em promover o seu sistema em outros países dá ensejo a um papel ainda maior aos seus serviços de inteligência atuando no exterior. Conseqüentemente, os regimes comunistas levam o trabalho de segurança e inteligência muito mais a sério e destinam a esse trabalho, muito mais recursos humanos e financeiros que as democracias.

Na União Soviética, membros selecionados desses serviços podem ser treinados nesses assuntos até o nível equivalente à

41 Um relatório de reavaliação especial e secreto sobre o caso Popov (conhecido como “Operação Bumerangue”) circulou entre o estado-maior da KGB. Ele dizia que Popov foi revelado como resultado de relatórios enviados por agentes no exterior (sem citar nomes) e da vigilância exercida sobre Popov e sobre seu oficial-ajudante. Popov não pôde ser preso antes porque um coronel da GRU estava “nas mãos dos americanos”. O uso de Popov num jogo operacional contra os americanos estava descartado, pois ele era conhecido por ser bastante anti-soviético e, muito provavelmente, revelaria o jogo duplo aos americanos.

graduação universitária. Esses serviços são encorajados a aumentar suas redes de informantes em escala maciça, tanto em seus próprios territórios como no exterior.

O segundo fator deriva do fato de que os líderes comunistas têm a exata noção da importância que um bom serviço de segurança tem para a sua própria sobrevivência e da contribuição positiva que um bom serviço de inteligência pode fazer para o sucesso de suas estratégias internacionais. Os serviços de segurança e inteligência comunistas estão, portanto, livres daquelas dificuldades e limitações quase que insuperáveis, impostas aos seus equivalentes nos países democráticos. Eles gozam do reconhecimento oficial e de uma posição altamente respeitada nas instituições comunistas. Eles não têm que enfrentar ou sequer responder à imprensa ou à opinião pública de seus próprios países. Eles podem dar-se ao luxo de ser mais agressivos, especialmente no recrutamento de novos agentes.

O terceiro, e possivelmente o mais importante fator, é que a partir de 1958-60 os recursos combinados dos serviços de segurança e de inteligência foram oficialmente engajados pelos governos comunistas no desempenho de um papel geral muito influente na implementação da nova política do bloco. Isso se deu pelo desempenho de funções políticas agressivas e ativistas, que deram ensejo ao fornecimento, para os serviços de inteligência ocidentais, de informações cuidadosamente selecionadas e "secretas" de dentro do mundo comunista.

É um indicativo adicional da perda de eficácia da inteligência ocidental que esta mudança no papel dos serviços de inteligência comunistas lhe tenha escapado à atenção, tanto quanto lhe escapou a significância das duas conferências dos mais altos funcionários da KGB, ocorridas na União Soviética, em 1954 e em 1959.

Até hoje, não houve qualquer sinal de que tenha crescido ou melhorado a percepção da nova dimensão do problema, que se apresenta quando do envolvimento dos serviços de inteligência comunistas na desinformação estratégica. Isto parece indicar que

quaisquer que sejam as fontes secretas ocidentais, estas não relataram tal mudança.

Os Obsoletos Métodos Ocidentais de Análise de Fontes Comunistas

Até agora, os analistas ocidentais normalmente usaram o método de análise de conteúdo de fontes comunistas, principalmente de jornais e outros periódicos comunistas. Considerando que as regras foram formuladas pelo ex-comunista alemão Borkenau, é por esse nome que o método é conhecido. Sem questionar a inteligência e a integridade dos analistas ocidentais, deve-se questionar a sua continuada e quase exclusiva dependência do método de Borkenau depois que a nova política de longo alcance do bloco e o uso sistemático da desinformação foram adotados.

As regras básicas do método de Borkenau podem ser assim apresentadas:

- Evite ser levado pela propaganda comunista de fachada e livre-se da verborragia das declarações comunistas a fim de determinar os assuntos reais e os conflitos reais nas sociedades comunistas.
- Interprete essas questões e faça projeções sobre possíveis desenvolvimentos dos acontecimentos no mundo comunista, antes que se tornem de conhecimento público.
- Procure pistas e indícios para a interpretação dos acontecimentos no mundo comunista, na imprensa comunista local e nacional, nos anúncios de nomeações ou dispensa de funcionários e nos obituários.
- Faça comparações detalhadas entre os discursos de líderes comunistas no mesmo país e em países diferentes, buscando detectar diferenças significativas, especialmente quanto à ênfase e ao enfoque dado à problemas doutrinários.

- Faça semelhantes e detalhadas comparações entre jornais, outras publicações e transmissões no mesmo país e em outros países comunistas, tendo em mente o mesmo propósito acima.
- Interprete os acontecimentos correntes à luz daquilo que se conhece de antigas controvérsias partidárias.
- Preste particular atenção às lutas pelo poder pessoal; determine os antecedentes e as carreiras dos chefes partidários e estude os agrupamentos de seus seguidores.

Este método foi válido e eficaz para o período da ditadura de Stálin e também para o da luta pelo poder que se seguiu à sua morte. Pelo método de Borkenau, a eliminação do grupo de Zhdanov por Stálin em 1948-49, a existência de diferenças sinosoviéticas no período estalinista e a "vitória" de Krushchev sobre a maioria do Presidium em junho de 1957, eram todas suscetíveis à avaliações e interpretação mais ou menos precisas.42 Facciosismos, disputas sobre políticas, manobras políticas e a luta pelo poder eram todos problemas reais àquela época, e a análise desses segundo o método descrito justificava-se a si mesma, pois dava a chave para o entendimento das realidades do mundo comunista e de sua política.

Durante a fase inicial do período pós-Stálin, de 1953 a 1957, o mais espontâneo e descontrolado da história comunista, houve novos fatores no desenvolvimento dos acontecimentos. Diferentes grupos de interesse emergiram (grupo dos militares, do partido e da administração técnica), junto com grupos de estalinistas, de moderados, de liberais e de conservadores. Esses novos fatores foram levados em conta pelos analistas ocidentais, que apropriadamente reajustaram a sua técnica de análise.

42 Ver o artigo de B. Nikolayevskyi sobre o 19.o Congresso do PCUS, The New Leader, 6 de outubro de 1952. Ver também Franz Borkenau, "Sino-Soviet Relations", State Department, ERS paper, series 3, no. 86, 1.o de fevereiro de 1952; e "Mao Tse-tung," The Twentieth Century, agosto de 1952.

Todavia, com o restabelecimento da autoridade dos partidos comunistas no bloco, o período de espontaneidade acabou. Os reajustes no mundo comunista reverteram a significância e o sentido dos vários fatores estudados pelos analistas ocidentais. Uma vez que estes últimos falharam em perceber aqueles reajustes, seu método de análise das fontes comunistas foi invalidado.

A adoção da política de longo alcance estabeleceu firmemente o princípio de liderança coletiva, deu fim a reais lutas pelo poder, deu uma solução para o problema da sucessão na liderança e estabeleceu as bases para as relações entre os membros do bloco. Se os métodos que avaliaram o nacionalismo e revisionismo eram relevantes no período da crise entre 1953 e 1956, no qual houve uma perda do controle soviético sobre os países satélites, com a ocorrência de revoltas espontâneas, notadamente na Polônia e Hungria, deixaram de sê-los quando foi dada independência tática aos governos e líderes dos partidos comunistas e quando todos, incluindo os iugoslavos, comprometeram-se com a política de longo alcance do bloco e com a estratégia comunista internacional. As forças do nacionalismo e do revisionismo já não mais influenciavam a política comunista onde quer que fosse; de fato, era a política comunista que determinava o uso que poderia ser feito dessas forças. E foi porque essa mudança fundamental conseguiu ser tão bem ocultada dos observadores ocidentais, que as subseqüentes análises ocidentais das relações soviético-albanesas, soviéticoiugoslavas, soviético-romenas, soviético-checoslovacas, soviéticopolonesas ou sino-soviéticas, ainda baseadas no método antigo e obsoleto, tornaram-se perigosamente enganosas.

O restabelecimento da autoridade dos partidos pôs um fim à influência dos grupos de interesse. Isto pode ser ilustrado com o caso do grupo militar. Sob Stálin, os militares formavam um grupo potencialmente importante porque foram perseguidos por ele. Por experiência própria, eles sabiam tudo a respeito dos métodos de Stálin. Assim, um movimento antipartido entre os militares era sempre uma possibilidade. Durante a luta pelo poder, entre 1953 e 1957, o controle do partido sobre as forças armadas soviéticas era

fraco. Os militares desempenharam um papel significativo na deposição de líderes indesejáveis, tais como Beriya. Mais tarde, através de Zhukov, exerceram sua considerável influência na "vitória" de Krushchev sobre a oposição. Depois da remoção de Zhukov de seu posto, os militares ficaram sob um controle mais firme e seguro do partido, mas livres da ameaça de perseguição política. De forma similar, a partir de 1958, foi reafirmado o controle do partido sobre os militares na China. As forças armadas não podem e não estabelecem políticas em nenhum dos dois países. A "descoberta", pelos analistas ocidentais, de um grupo de pressão militar na União Soviética em 1960 e a ênfase dada ao papel do ex-ministro da defesa chinês, Lin Piao, foram ambas errôneas. Os líderes militares, bem como os chamados tecnocratas, são todos membros do partido sob o controle da liderança desse. Em seus respectivos campos de atuação, são todos participantes ativos na implementação da política de longo alcance.

Uma vez que a liderança coletiva foi estabelecida na União Soviética e reafirmada no partido comunista chinês entre 1959-60,

o facciosismo perdeu o sentido. Já não mais poderia haver grupos verdadeiros de estalinistas, neoestalinistas, krushchevistas ou maoístas, mas tais grupos poderiam ser inventados, caso assim as considerações políticas exigissem. O fator personalidade na liderança dos partidos comunistas assumiu novo significado. O estilo pessoal de um líder e suas idiossincrasias não mais determinavam a política comunista; ao contrário, a política de longo alcance do bloco é que passou a determinar as ações dos líderes e a explorar as diferenças de estilo e personalidade para seus próprios objetivos. Stálin usou o culto à personalidade para estabelecer a sua ditadura pessoal. Mao usou-a, em parte, para ocultar a realidade da liderança coletiva. Uma vez que a adoção da política de longo alcance também solucionou o problema da sucessão, as lutas pelo poder perderam a antiga significância e tornaram-se parte do arsenal de peças a serem calculada e controladamente oferecidas como exemplos de diferenças e falta de unidade intrabloco. Na União Soviética, a existência de grupos genuínos de estalinistas e de liberais, de linhas-duras e de moderados, é tão ilusória quanto a existência de grupos pró

soviéticos e anti-soviéticos, ou então, tão ilusória quanto a existência de grupos conservadores e de pragmatistas na liderança comunista chinesa. É verdade que havia representantes de gerações mais novas e mais velhas em ambas as lideranças, mas quaisquer tentativas de encontrar diferenças ideológicas ou de política em função das diferenças de geração mergulham na absoluta falta de evidência. Ambas as gerações estavam e estão igualmente comprometidas com a política de longo alcance estabelecida entre 1958-60.

Quando houve uma real luta pelo poder na União Soviética, fazia sentido percorrer a imprensa comunista, linha por linha, em busca de pistas, indicativos e omissões significativas. Fazia sentido descobrir críticas veladas nas entrelinhas, ou então buscar as diferenças de ênfase dadas por diferentes jornais ou por líderes diferentes, num partido ou em vários partidos comunistas. Fazia sentido especialmente no anos imediatamente anteriores e posteriores à morte de Stálin. Mas depois de 1960, manter as análises nessa linha não foi apenas inútil, mas positivamente perigoso, pois os estrategistas do bloco comunista sabiam tudo a respeito do método Borkenau e de seus clichês e usaram esse conhecimento para o planejamento de sua desinformação estratégica. Eles conheciam todas as peças de informação e indicativos sobre os quais os especialistas no método Borkenau apoiavam-se e dos quais dependiam para tentar compreender as minúcias do funcionamento do mundo comunista. Eles sabiam da fascinação que as rupturas no mundo comunista, reais ou potenciais, exerciam sobre os observadores de fora; sabiam quando e como vazar insinuações atraentes, através da mídia ou em conversas privadas, sugerindo mudanças aparentes no equilíbrio entre grupos aparentemente rivais na cúpula do partido. Sabiam também onde e como revelar os textos de discursos secretos e discussões que refletiriam aparente discórdia entre partidos. Finalmente, eles aprenderam como controlar e conduzir pretensas polêmicas públicas entre líderes de partidos, de forma tão realista a ponto de convencer o mundo exterior da veracidade das hostilidades soviético-albanesas e sino-soviéticas. Concomitantemente, preservavam e fortaleciam a unidade de ação

intrabloco, seguindo os ditames acordados e estabelecidos pela política e estratégia de longo alcance.

A Falha Ocidental em Detectar Desinformação e seu Padrão Corrente

A metodologia convencional tende a considerar uma fonte secreta como de confiança se a informação que essa provê é amplamente compatível com outras informações disponíveis abertamente; no sentido inverso, uma fonte que reporte informação conflitante com a visão geralmente aceita sobre a situação no mundo comunista, pode ser desconsiderada como irrelevante ou simplesmente rejeitada. Na ausência da desinformação, essa metodologia seria válida. Mas o Relatório Shelepin, de maio de 1959, marcou a reintrodução de um sistemático programa de desinformação. É verdade que no final dos anos 60, um aumento na atividade de desinformação comunista, principalmente de

natureza tática, envolvendo a falsificação e vazamento de supostos documentos ocidentais, atraiu a atenção dos serviços do Ocidente e foi relatado pela CIA ao Congresso dos Estados Unidos. Mas o fato é que quando Shelepin entregou seu relatório à conferência da KGB em 1959, o Ocidente aparentemente não dispunha de fontes capazes de informar a respeito; seu conteúdo e implicações permaneceram desconhecidos do Ocidente e inexplorados por quaisquer de seus serviços de inteligência até que o autor fizesse seu relato detalhado daqueles. Tendo em mente as referências públicas feitas ao papel de longo alcance político da KGB durante o 21.o Congresso do PCUS, a boa-fé de qualquer fonte sobre a KGB ou de um desertor que tenha descrito a conferência da KGB em 1959 e o Relatório Shelepin à mesma, como sendo assuntos de rotina, está sujeito à sérias dúvidas.

Não apenas o Ocidente não dispunha de informação específica sobre o Relatório Shelepin, mas o uso comunista da desinformação foi consistentemente subestimado no mundo ocidental, ficando o propósito do padrão “fraqueza e evolução”

virtualmente desconhecido. 43 Se o Ocidente estivesse ciente do Relatório Shelepin e tivesse levado em conta as suas implicações, a metodologia ocidental deveria e provavelmente seria virada de cabeça para baixo; teria sido percebido que uma fonte confiável forneceria informações conflitantes com o quadro geralmente aceito. O conceito comunista de desinformação total implica no uso de todos os canais disponíveis à condução de desinformação; isto é, de todas as fontes comunistas e de todas as fontes ocidentais, exceto, obviamente, daquelas desconhecidas pelo lado comunista, ou então daquelas que, por algum motivo prático, são impróprias. Se as fontes comunistas e as ocidentais refletem a mesma imagem do mundo comunista, esta é uma boa indicação de que tanto as fontes comunistas quanto as ocidentais estão sendo usadas com sucesso para os propósitos de desinformação.

Contra circunstâncias extremamente adversas, traduzidas especialmente pelo esforço e recursos superiores de inteligência e segurança comunistas, as chances de sobrevivência de fontes secretas ocidentais confiáveis, ainda não comprometidas e com acesso ao nível político-estratégico no mundo comunista, são muito pequenas. Se, a despeito das chances contrárias, uma fonte dessas viesse a sobreviver, produziria informações divergentes daquelas de todas as outras fontes. À época em que o padrão de desinformação “aparência e força” estava em uso, uma fonte confiável no lugar certo deveria chamar a atenção para a existência de uma situação crítica no mundo comunista, a qual os comunistas ansiosamente tentavam esconder. No sentido contrário, depois que

o padrão “fraqueza e evolução” foi introduzido em 1958-60 , uma fonte bem situada deveria chamar a atenção justamente para a força e coordenação subjacentes no mundo comunista, em contraste com outras fontes. Em função da falha do Ocidente ao não descobrir ou entender a desinformação comunista depois de 1958, aquele não mudou sua metodologia de análise. E porque não mudou sua metodologia, continuou a aceitar de todas as fontes,

43 Em algumas ocasiões, o uso do padrão “aparência e força” foi reconhecido. Ver , p. ex. o livro de Walker, “China under Communism”, (Richard Lewis Walker; George Allen & Urwin, Ltd., Londres, 1956) pp-240-45

comunistas e ocidentais, como sendo informação genuína, aquilo que refletisse falta de unidade, desordem e confusão no mundo comunista. O fato de que todas as fontes, comunistas e ocidentais igualmente, continuem a contar a mesma história sobre o mesmo assunto é um indicativo de que o esforço de desinformação foi tão abrangente quanto eficaz. A conseqüência mais perigosa da falha do Ocidente em não detectar e entender a desinformação comunista e os seus padrões é que, na ausência de qualquer influência corretiva de fontes ocidentais secretas e confiáveis, a versão dos eventos transmitidos pelas fontes comunistas tem sido crescentemente aceita como sendo a verdade. As visões ocidentais convencionais da “ruptura” sino-soviética, da “independência" da Romênia e Iugoslávia, da “Primavera de Praga”, “dissidência Eurocomunista” e outros assuntos discutidos na Parte 2 deste livro, foram divisadas para consumo do Ocidente e repassadas a este por estrategistas comunistas.

Parte I – Capítulo 11

Erros Ocidentais

A falha dos serviços ocidentais de inteligência em adaptar a sua metodologia para que essa levasse em conta as mudanças na política e estratégia comunistas no período 1957-60 e a reintrodução da desinformação, agora segundo o padrão "fraqueza e evolução", significou que aqueles serviços haviam perdido a sua habilidade de produzir ou contribuir para avaliações precisas e equilibradas da situação no mundo comunista. Sem perceber, esses serviços tornaram-se veículos para a disseminação de desinformação adicional, a qual lhes foi deliberadamente fornecida por seus rivais comunistas. Uma vez que falharam em transmitir alertas adequados, quer sobre a mobilização do potencial de inteligência do bloco para fins de ação política ou sobre as técnicas e padrões de desinformação, não é surpresa que diplomatas, eminentes professores universitários e jornalistas ocidentais tenham também ignorado o teor da dieta de desinformação balanceada que recebiam através da mídia comunista, além de aceitar pelo valor aparente e com facilidade e credulidade crescentes, as "revelações" que lhes eram feitas por líderes comunistas e outras autoridades em conversas reservadas e extraoficiais.

A aceitação da nova "marca" de desinformação pelo público especializado, não foi, de forma alguma, total ou imediata. Pelo menos até 1961, havia duas escolas de pensamento, por assim dizer, entre os mais sérios estudiosos ocidentais de assuntos comunistas. Também havia os que, baseados em sua longa experiência e familiaridade com a duplicidade e artifícios comunistas e em sua intuitiva desconfiança dos "vazamentos" emanados de fontes comunistas, adotaram uma atitude cética com

relação às primeiras manifestações de divergências e rupturas no mundo comunista. Eles alertaram contra a postura precipitada e pouco judiciosa de aceitação integral dessas manifestações como se já fossem realidades comprovadas. Um bom número de estudiosos expressou seu ceticismo a respeito da autenticidade da ruptura sino-soviética, de maneiras diferentes e em bases variadas. Entre esses analistas estavam W. A. Douglas Jackson, J. Burnham,

J. Lovestone, Natalie Grant, Suzanne Labin e Tibor Mende. Jackson, p.ex., escreveu: "No final de 1959 e em 1960, como resultado de visões diferentes, expressas em declarações emitidas em Pequim e em Moscou, a noção de um possível enfrentamento entre as duas potências ganhou força considerável em algumas capitais ocidentais. O desejo de ver um conflito desenvolvendo-se entre a República Popular da China e a URSS, é legítimo, mas tende a cegar o Ocidente quanto às realidades fundamentais se um peso indevido for dado aos sinais de dissensão apenas aparentes, quando provavelmente, nada de natureza fundamental sequer exista."44
James Burnham salientou, em artigo na National Review, que o conflito sino-soviético parecia ser o assunto favorito dos anfitriões comunistas quando de suas conversas reservadas com homens de estado e jornalistas ocidentais em visita à Moscou e Pequim. Ele se perguntava se as declarações sobre a disputa sinosoviética eram "um jogo de dissimulação deliberado por parte dos comunistas, o desejo inebriante de acreditar, por parte dos ocidentais, ou uma fusão de ambos".45

Suzanne Labin repetiu em seu livro a opinião de um refugiado da China comunista, Dr. Tang, para quem as diferenças sino-soviéticas brotavam de uma combinada divisão de trabalho entre a URSS e a China. 46

44 W.A. Jackson, "The Russo-Chinese Borderlands", (D. van Nostrand, Princeton, Nova Jersey, 1962) p.65.
45 "Bear and Dragon; What is the Relation between Moscow and Peking?" suplemento do National Review, 5 de novembro de 1960.
46 Suzanne Labin, "The Anthill: The Human Condition in Communist China", (Stevens and Sons Ltd., Londres, 1960), pp. 419-20, nas quais a autora transcreve afirmações do Dr. Tang: "O fato de que em todas as questões básicas

Tibor Mende, que visitou a China naquela época, alertava quanto ao exagero dado à importância das diferenças existentes e observou que "quando a China e a União Soviética reúnem-se, não é apenas para barganhar, mas também para concertar e unificar suas ações".47

relativas à sua sobrevivência, ambos os regimes sempre concordem, ajuda-nos a entender que suas divergências sobre questões táticas simplesmente brotam de uma divisão de trabalho, na qual a Rússia e a China se revezam no arremesso da bola. Por exemplo, quando uma faz um movimento agressivo, a outra se adianta no papel de mediador, aplacando assim os temores do mundo livre. Penso que isto é aquilo que os americanos chamam de "working on both sides of the street" [N.T.: expressão sem tradução literal corrente, significa fazer jogo duplo e oportunista]. Por favor, Senhora, lembre-se que até quase recentemente era a União Soviética sozinha que encenava os atos no palco internacional, em nome de todo o mundo comunista, e portanto, era ela que sozinha tinha que se alternar entre as linhas agressiva e de conciliação, de acordo com as reações do Ocidente. Mas nos anos recentes, a China comunista surgiu na cena internacional como parceira e os dois países podem agora seguir essas políticas tão díspares, simultaneamente – uma vinda de Moscou, a outra de Pequim. Isso dá às potências comunistas uma grande vantagem e aumenta a confusão no Ocidente."

47 Tibor Mende, "China and Her Shadow", (Thames and Hudson, Londres, 1960), pp. 162, 180-81: "[...] Há de fato poucos acontecimentos imagináveis no mundo de hoje que poderiam alterar de forma mais completa a balança de forças existente que um possível distanciamento entre as duas maiores potências comunistas. Pela mesma razão, há poucos assuntos sobre os quais, e baseada em tão pouca evidência concreta, foi feita tanta especulação. Se antes,

o fascínio pelo imenso impacto da colaboração sino-soviética tendeu a desprezar os sinais de divergências, agora o perigo, por influência da literatura de ficção política, tende a ser o oposto, ou seja, dar exagerada importância às diferenças existentes.[...]"

[...] "O compreensível interesse do mundo não-comunista na detecção de sintomas de discórdia inevitavelmente leva à uma distorção do quadro, no qual a dissensão é ampliada às expensas de um campo muito mais importante: aquele onde há coincidência de interesses. Confundir os chiados e rangidos ocasionais do eixo Moscou-Pequim com sintomas de conflitos profundos é, e provavelmente continuará a ser por muitos anos, um perigoso erro de avaliação. A imagem de uma Rússia assustada com as ações de uma China inconseqüente, é um substitutivo muito fraco para a ausência de uma coerente política ocidental para a Ásia. A ilusão de que o Ocidente pode inserir uma cunha entre os dois aliados e rompê-los, permanecerá na moda por algum

Natalie Grant, versada em história da “Truste”, foi além, sugerindo que “[...]um estudo cuidadoso do material que compõe as supostas bases para a conclusão de que há um sério conflito sino-soviético, prova a ausência de qualquer fundamento objetivo para tal crença[...] todas as declarações concernentes à existência de um desentendimento sério entre Moscou e Pequim sobre política externa, guerra, paz, revolução ou a atitude com relação ao imperialismo, são uma invenção. Todas são fruto da imaginação fértil e da especulação sem base.”[...]
Ela disse também que muito das “informações deficientes” sobre as relações sino-soviéticas tinha inspiração comunista, e era “reminiscente daquela época quase esquecida e dominada pelo Institute of Pacific Relations 48.” 49

Por sua vez, a escola de pensamento oposta aplicou os métodos de Borkenau para a nova situação e devotou grande atenção a aquilo que veio a ser conhecido como indício (ou evidência)50 “simbólico” ou “esotérico” e que começou a aparecer na imprensa comunista a partir de 1958 a respeito de divergências e disputas doutrinárias entre os diferentes membros do bloco comunista. 51

tempo, ainda que os dois continuem fazendo o máximo para ficar ainda mais ligados e unidos.”[...]
[...] “quando a China e a União Soviética reúnem-se, não é apenas para barganhar, mas também para concertar e unificar suas ações.”[...]
48 N.T.: IPR-Institute of Pacific Relations – Instituto de estudos criado por governos, políticos e estudiosos americanos e britânicos no início dos anos 20, com os objetivos de promover a cooperação dos países banhados pelo Pacífico e combater o comunismo, dentre outros.
49 Publicado como suplemento do National Review, 5 de novembro de 1960.
50 N.T.: O uso do termo “ evidência” tem a conotação afeita à investigação e coleta de indícios no campo jurídico processual. Os indícios podem levar à evidências prováveis. O que se discute em boa parte do livro é a adequação ou não de um método de análise de tais indícios. A simples lógica interna de comparação não bastaria para a validação de qualquer evidência, exatamente pela falta da noção de um padrão de desinformação externo.
51 De acordo com o Diversity in International Communism, ed. Alexander Dallin (Nova York; Columbia University Press, 1963; p.xxxviii, note 4), a expressão “comunicações esotéricas” passou a ser usada em função do livro de Myron Rush ,“Rise of Krushchev”, (Washington, D.C., Public Affairs Press,

Os indícios simbólicos das diferenças sino-soviéticas eram corroboradas por várias declarações extra-oficiais feitas por líderes soviéticos e chineses, tais como as observações críticas que Krushchev fez sobre as comunas chinesas ao senador Hubert Humphrey, em 1.o de dezembro de 1958 ou então as "admissões francas" de Chou En-lai feitas a Edgar Snow no outono de 196052 . Mais suporte à essa teoria veio na forma de outras declarações "confidenciais " ou "extra-oficiais" feitas por autoridades e altos funcionários comunistas da Europa Oriental.53

Por todo o ano de 1960 e boa parte de 1961, as opiniões sobre os indícios esotéricos flutuaram entre os céticos e os crédulos. Então, no 22.o Congresso do PCUS, que teve lugar em outubro de 1961, Krushchev desfechou um ataque público à liderança do partido comunista albanês e em protesto, Chou En-lai, líder da delegação chinesa, retirou-se do congresso. O diálogo soviético-albanês tinha deixado de ser esotérico para tornar-se público. Enquanto a polêmica pública entre os líderes da União Soviética, da Albânia e da China avançava, surgiam no Ocidente referências e relatos retrospectivos, dando conta de disputas que

1958), que fez extenso uso dessa técnica de análise. Em seu comentário sobre metodologia, contido no "The Sino-Soviet Conflict,1956-1961 ", Donald S. Zagoria escreveu: [...]"Desde cinco ou dez anos atrás, quando a análise sistemática das comunicações comunistas foi rejeitada como sendo "kremlinologia", os estudiosos ocidentais desenvolveram um considerável grau de sofisticação no uso dessas fontes. Ainda que em alguns círculos a sua abordagem seja considerada necromancia, não pode haver qualquer dúvida razoável que dali tenha surgido um rico campo de trabalho, o qual permite a compreensão de vários aspectos da política comunista.[...] Porque o facciosismo e a livre expressão de diferenças foram proscritos, os comunistas são forçados ao emprego da "comunicação esotérica" ou linguagem Esópica, quando divergem uns dos outros. Mais freqüentemente que não, as divergências sobre política ou alternativas estratégicas são pesadamente recobertas por exegese doutrinária. Mas, por detrás dessa aparentemente árida polêmica doutrinária, jazem problemas políticos reais e perigosos."[...]

52 Edgar Snow, "The Other Side of the River: Red China Today (Nova York), Random House, 1961), pp. 97-100, 431.

53 Ver, p.ex., Zbigniew K. Brzezinski, "The Soviet Bloc: Unity and Conflict", ed. revista (Nova York: Frederick A. Praeger, 1961), pp. xx, xxii, 424-25 e nota de rodapé 43, à p. 514.

tinham acontecido, à portas fechadas, no Congresso do Partido Comunista Romeno, ocorrido em Bucareste em junho de 1960 e também durante o Congresso dos Oitenta e Um Partidos, mantido em Moscou em novembro de 1960. As mais notáveis dessas revelações foram descritas nos artigos de Edward Crankshaw, publicados no jornal londrino Observer, em 12 e 19 de fevereiro de 1962 e em 6 e 20 de maio do mesmo ano. Seguiu-se a esses, a publicação de documentos oficiais e declarações à imprensa dos partidos comunistas italiano, francês, belga, polonês e albanês. Esse material confirmava e somava-se ao conteúdo dos artigos de Crankshaw.54

Ao final de 1962, a combinação de indícios esotéricos, polêmicas públicas entre os líderes comunistas e as evidências ou indícios de caráter largamente retrospectivo sobre as reuniões comunistas internacionais, provou-se irresistível; a aceitação de rupturas no mundo comunista como genuínas, tornou-se quase universal. Os indícios esotéricos e extra-oficiais "provaram-se" confiáveis e precisos. A contínua validade das premissas básicas da antiga metodologia tinha sido reconfirmada e o prestígio de seus praticantes, plenamente recuperado e reforçado. Quanto aos céticos, o chão sumiu-lhes debaixo dos pés. Alguns mudaram de idéia. Àqueles outros que mantiveram suas dúvidas, faltava evidência sólida com a qual apoiá-las, não lhes restando outra opção além do silêncio. O estudo das rupturas criou dinâmica e vida próprias e ao longo do processo, surgiu uma variedade de compromissos e interesses pessoais na validação de análises que demonstrassem a acelerada desintegração do monólito comunista. Novos estudiosos que se aventurassem nesse campo não tinham qualquer incentivo nem qualquer base para desafiar a ortodoxia aceita e muito menos para reexaminar as premissas básicas da metodologia ou a validade das evidências sobre as quais haviam-se assentado.

54 Ver também William E. Griffith, "The November 1960 Moscow Meeting: A Preliminary Reconstruction", China Quarterly, n.o 11 (Julho-Setembro, 1962)

O desenvolvimento de rupturas ou cisões no mundo comunista apela à consciência ocidental de muitas formas. Ele alimenta o forte desejo pelo sensacionalismo; levanta esperanças de ganhos comerciais; revolve a memória e traz à lembrança "heresias" e cisões pretéritas no movimento comunista; demonstra que os facciosimos são elementos da política comunista tanto quanto da ocidental; dá suporte à reconfortante ilusão de que se deixado à própria sorte, o mundo comunista desintegrar-se-á e assim, a ameaça comunista ao resto do mundo, desaparecerá; e também confirma a opinião daqueles que, em bases intelectuais, rejeitam as pretensões do dogma comunista, qual seja, o de prover a única, universal e infalível receita para a compreensão da história e da conduta política. Sem qualquer surpresa, portanto, as evidências ou indícios encontrados em fontes comunistas oficiais que estivessem em conflito com a imagem de falta de unidade e de confusão no mundo comunista e que indicassem, ou pudessem ser interpretadas como indicadoras de contínua cooperação entre a União Soviética, China, Romênia e Iugoslávia, além da também contínua coordenação na implementação da política de longo alcance do bloco, foram menosprezadas ou simplesmente ignoradas. O foco da análise invariavelmente recai sobre evidências ou indícios de discórdia. Tão entusiasmantes e animadoras foram essas evidências e tão precária foi a compreensão ocidental dos motivos e técnicas da desinformação comunista, que cada vez menos atenção foi dada à origem comunista daqueles indícios tornados evidências. Virtualmente todas eles foram passados ao Ocidente pelos governos e partidos comunistas, através de sua imprensa e serviços de inteligência. Sem se dar a mínima conta disso, os observadores ocidentais caíram mais e mais fundo na armadilha que lhes foi preparada.

A situação presente lembra aquela do período da NEP, exceto por uma importante diferença: nos anos 20, os erros ocidentais diziam respeito apenas à Rússia soviética; agora os erros dizem respeito a todo o mundo comunista. Onde o Ocidente deveria enxergar unidade e coordenação estratégica, só vê diversidade e desintegração; onde deveria enxergar a revitalização da ideologia, a estabilização dos regimes comunistas e o

fortalecimento do controle exercido pelo partido, vê a morte da ideologia e uma evolução convergente ao sistema democrático. Onde deveria enxergar as novas manobras comunistas, vê moderação na política comunista.

A disposição e solicitude comunistas em assinar acordos com o Ocidente -por razões táticas e em bases dissimuladas e enganosas -é tomada como sendo a reafirmação de interesses nacionais de grandes potências, em detrimento da antiga busca de objetivos ideológicos de longo alcance.

Duas tendências adicionais ajudaram a compor a série de erros ocidentais: a tendência de aplicar os clichês e estereótipos derivados do estudo de regimes nacionais convencionais ao estudo de países comunistas, desprezando ou subestimando o fator ideológico nos seus sistemas internos e nas relações entre si; e a tendência ao esperançoso, otimista e reconfortante auto-engano.

Ambas as tendências favorecem a aceitação sem reservas do que quer que as fontes comunistas, oficiais ou não, digam a respeito da disputa sino-soviética. Muito da literatura ocidental sobre o assunto junta numa massa indiscriminada e inconexa, evidências históricas sobre a rivalidade entre Rússia e China quando esses países eram governados por czares e imperadores, às controvérsias entre eles a partir dos anos 20 até os anos 60 – tudo isso para corroborar a autenticidade da disputa corrente, sem qualquer tentativa séria de estudar os diferentes fatores em ação nos diferentes períodos. O foco da atenção ocidental está sempre sobre a aparente ruptura e não sobre as evidências, vindas das mesmas fontes comunistas, ainda que parcimoniosas ou escassas, da contínua colaboração sino-soviética. Os analistas ocidentais, dentro ou fora dos governos, parecem estar mais preocupados com especulações sobre as relações futuras entre os mundos comunista e não-comunista, do que com o exame crítico das evidências sobre as quais suas interpretações dos acontecimentos se baseiam.

O nacionalismo foi uma força importante nos partidos comunistas durante os últimos anos de Stálin e durante a crise que se seguiu à sua morte. Vários partidos comunistas foram afetados pelo nacionalismo, especialmente os da Iugoslávia, Polônia, Hungria e Geórgia. Porém, é importante entender que a dissensão

nacionalista nos partidos àquela época, foi uma reação ao afastamento de Stálin dos princípios leninistas de internacionalismo. Uma vez que as práticas de Stálin foram condenadas e de 1956-57 em diante foram feitos os reajustes necessários na condução dos assuntos comunistas, particularmente no que diz respeito às relações entre o PCUS e os outros partidos comunistas, a base para a dissensão nacionalista naqueles outros partidos desapareceu progressivamente. Dali em diante, os sentimentos nacionalistas nas respectivas populações eram um fator com o qual os regimes comunistas poderiam lidar, conforme uma acordada diversidade de táticas e também através de uma calculada projeção de uma falsa imagem de independência nacional dos partidos comunistas.

Quaisquer que fossem as aparências, a partir de 1957-60 os regimes na China, Romênia, Iugoslávia e na Checoslováquia de Dubcek, não foram motivados por tipos diferentes de comunismo nacional; suas ações foram consistentemente ditadas pela ideologia leninista e pelas táticas direcionadas à consecução dos interesses e objetivos de longo alcance do bloco como um todo, aos quais os interesses nacionais dos povos do mundo comunista estão subordinados.

Do começo ao fim, o erro ocidental fundamental foi o de dar muito pouca atenção à adoção da política de longo alcance pelo bloco e ao papel e padrão da desinformação comunista. A desinformação ou é completamente ignorada ou então é presumido que o padrão “aparência e força” está sendo seguido. Na realidade, o padrão “fraqueza e evolução” está sendo aplicado desde 1958-60. A desinformação com base nesse último padrão deitou as bases para as errôneas avaliações ocidentais do mundo comunista, o que por sua vez, engendrou erros nas respostas e políticas ocidentais. Como resultado, durante mais de vinte anos, foi permitido ao mundo comunista a sistemática implementação de sua política de longo alcance.

Parte I – Capítulo 12

A Nova Metodologia

Há duas maneiras de analisar e interpretar cada um dos acontecimentos mais importantes no comunismo mundial desde 1958 (descritos na Parte II deste livro). De acordo com a visão convencional, baseada na velha e obsoleta metodologia, cada um desses acontecimentos é a manifestação de tendências à fissão no comunismo internacional. A nova metodologia leva à uma conclusão radicalmente diferente, qual seja, a de que cada uma delas faz parte de uma série interligada de operações de desinformação estratégica, projetada para implementar uma política de longo alcance e suas estratégias. A essência da nova metodologia, e que a distingue da velha, é o fato de levar em conta a nova política e o papel da desinformação.

A metodologia convencional freqüentemente tenta analisar e interpretar os eventos no mundo comunista isoladamente e em bases anuais; as iniciativas comunistas são vistas como tentativas, de ocorrência espontânea e com vistas a objetivos de curto prazo. Mas exatamente porque os anos 1957-60 foram palco de um reajuste nas relações intrabloco e da formulação e adoção de uma nova política de longo alcance para o bloco como um todo, um entendimento adequado do que ocorreu naqueles anos é a chave para o entendimento do que vem acontecendo desde então.

O primeiro e mais básico princípio da nova metodologia é que o ponto de partida para a análise de todos os eventos subseqüentes deveria ser o período 1957-60.

Fatores Subjacentes à Nova Metodologia

A partir do relato já feito acerca daqueles anos, baseado em larga medida em informações internas e privilegiadas, oito novos fatores podem ser identificados. Somente se todos esses fatores e a interação entre eles forem compreendidos e levados em conta de forma conjunta, pode a análise dos eventos dos últimos vintes anos produzir resultados corretos. Esses fatores são:

- De 1957 em diante, os reajustes nas relações entre os membros do bloco comunista, incluindo a Iugoslávia, e a adoção de uma política de longo alcance comum.
- A acomodação, por acordo, da questão estalinista.
- O estabelecimento da liderança coletiva, o fim das lutas pelo poder e a solução dos problemas de sucessão.
- As fases e os objetivos de longo alcance da política.
- A experiência histórica sobre a qual a política baseou-se.
- A preparação para o uso do aparato do partido, das organizações de massa, dos serviços diplomático, de segurança e de inteligência de todo o bloco para propósitos de influência política e desinformação estratégica.
- A adoção do padrão de desinformação “fraqueza e evolução”.
- Nova percepção e valorização, pelos estrategistas comunistas, do uso que poderiam fazer das polêmicas entre os líderes de diferentes membros do bloco comunista.

A partir desses novos fatores, podem ser derivados novos princípios analíticos. Cada fator será considerado a seu tempo.

Antes de a nova política ser formulada e como uma de suas preconcondições essenciais à formulação, em 1957 foi estabelecido um novo relacionamento entre os regimes do bloco comunista. A dominação soviética sobre os satélites da Europa Oriental e as tentativas estalinistas de interferir nos assuntos comunistas chineses e iugoslavos, foram abandonadas em favor dos conceitos leninistas de igualdade e internacionalismo proletário. A dominação deu lugar a genuínas parcerias, cooperação mútua e coordenação na busca por interesses e

objetivos comuns de longo alcance de todo o bloco e movimento comunistas. Foi levada em conta a diversidade das condições nacionais específicas, dentro da qual cada partido e regime comunista estava operando.

A metodologia convencional e obsoleta falhou em aquilatar a significância dessa mudança e continuou a ver o lado soviético como se envolvido em penosos esforços, freqüentemente sem sucesso, e competindo com os chineses para exercer sua influência sobre os outros partidos comunistas de modo a garantir a conformidade desses ao padrão soviético. Uma vez que se perceba com clareza que pelo acordo mútuo entre os oitenta e um partidos signatários do Manifesto de novembro de 1960, foi sancionada de fato a diversidade dentro do movimento comunista, fica fácil ver que discussões e disputas entre comunistas sobre a ortodoxia de diferentes táticas são artificiais; são na verdade, habilmente projetadas e calculadas para servir a fins táticos ou estratégicos em particular. A nova metodologia parte da premissa de que todos os oitenta e um partidos comprometeram-se com a nova política de longo alcance e concordaram em contribuir para a consecução dos objetivos dessa, de acordo com a natureza e escala de seus recursos. Ademais, estando permitida a diversidade, poderia haver então uma divisão do trabalho entre os partidos e a cada um deles poderia ser designado uma papel estratégico especial, de acordo com suas especificidades nacionais e também com a sugestão de Lênin, que num contexto histórico anterior, disse: "[...] nós precisamos de uma grande orquestra; a partir da experiência, nós precisamos descobrir como alocar as partes, dando um violino sentimental para um, um terrível contrabaixo a outro e a batuta de regente a um terceiro". 55 As decisões de 1957-60 deram aos partidos comunistas soviético, chinês, albanês, iugoslavo, romeno, checoslovaco, vietnamita e a outros, seus diferentes instrumentos e os trechos da partitura da peça sinfônica que tocariam. A velha metodologia percebe apenas a cacofonia. A nova metodologia se esforça para perceber o impacto de uma sinfonia por inteiro.

55 Ver "Lenin's Works", vol.8, p. 96

A nova interpretação das evidências disponíveis através de fontes comunistas oficiais leva à identificação de seis estratégias comunistas interligadas e ilustra os diferentes papéis estratégicos atribuídos aos diferentes partidos comunistas no escopo maior do projeto global.

O congresso dos partidos comunistas do bloco, em 1957, concordou sobre uma avaliação equilibrada e comum dos erros e crimes de Stálin e também sobre as medidas necessárias para corrigi-los. Assim, foi removida a base para diferenças entre comunistas sobre as questões do estalinismo e desestalinização; as questões pendentes foram dirimidas e mais especialmente, acomodadas por acordo. A velha metodologia deu pouca ou nenhuma atenção a isso e continuou a vê-las como contenciosos entre diferentes líderes soviéticos e entre os soviéticos de um lado e chineses e albaneses de outro. A partir de 1958, a nova metodologia vê o estalinismo como questão morta e encerrada, mas que foi deliberada e artificialmente revivida e usada para a projeção de uma imagem falsa dos líderes do bloco comunista, como se divididos em facções irredutivelmente rivais. A compreensão dos elementos constitutivos da desestalinização e da maneira pela qual eles foram explorados, dá uma chave para a compreensão das táticas e da técnica comunistas no restante do programa de operações específicas de desinformação que lidavam com, por exemplo, os supostos conflitos entre o "revisionismo" iugoslavo e soviético, o "estalinismo" chinês e albanês, ou ainda, a "independência" da Romênia.

De 1958 em diante, o conceito de liderança coletiva expandiu-se progressivamente, até cobrir mais do que apenas a concordância sobre a política entre os membros individuais do Presidium ou do Politburo. O conceito passou a abarcar todos aqueles que estivessem em posição de contribuir para a formulação da política e no desenvolvimento e aplicação de meios e modos de alcançar os seus fins, incluindo não apenas os líderes de todo o bloco e alguns dos mais importantes partidos de fora do bloco, mas também alguns altos funcionários dos aparatos dos comitês

centrais, dos serviços diplomático e de inteligência e das academias de ciências.

A acomodação e solução acordada da questão do estalinismo, junto com o estabelecimento da liderança coletiva, que por sua vez deu ensejo à difusão do poder e influência até a alguns níveis mais abaixo na hierarquia partidária, efetivamente eliminaram tanto as bases para o facciosismo genuíno, quanto para lutas pelo poder e problemas sucessórios nas lideranças dos partidos comunistas do bloco. Daquele ponto em diante, esses fenômenos estavam disponíveis para o uso como peças nas operações de desinformação requeridas ao suporte da política de longo alcance, e é sob essa luz que a nova metodologia os considera e avalia. Os "kremlinologistas" e os especialistas em "monitoramento da China" foram pegos no contrapé quando continuaram tentando racionalizar o sobe e desce de líderes soviéticos e chineses com base no método ultrapassado e que não levava em conta a desinformação. De acordo com a nova metodologia, as promoções e rebaixamentos, os expurgos e reabilitações e até mesmo mortes e notas de obituário de figuras comunistas proeminentes – antes indicativos importantes para o método de análise Borkenau– deveriam ser agora analisados por sua relevância aos esforços comunistas de falsear a origem das mudanças na política, fazendo-as parecer fruto de considerações pessoais isoladas em vez de considerações estratégicas ou táticas coletivas.

A metodologia tradicional tenta analisar os acontecimentos e desenvolvimentos na situação e nas políticas do mundo comunista em termos de objetivos de curto prazo, ou em termos de interesses nacionais de longo alcance de grandes potências rivais, União Soviética e China. Raramente é observada ou percebida a notória influência, especialmente a partir de 1958-60, do raciocínio dialético nas políticas comunistas, que freqüentemente trazem dentro de si as suas ações opostas: a diplomacia da détente comunista, p.ex., implicava no aumento calculado da tensão internacional sobre assuntos específicos e o seu relaxamento subseqüente, quando os objetivos comunistas específicos tivessem sido atingidos; a queda em desgraça de líderes comunistas

implicava em sua posterior reabilitação; a perseguição, constrangimento ou exílio forçado de dissidentes implicava, mais cedo ou mais tarde, num perdão ou no retorno à pátria.

A nova metodologia examina os acontecimentos em curso relacionando-os com os objetivos da política de longo alcance. Ela percebe as três fases dessa política, tal como em sua predecessora, a NEP. A primeira fase consiste na criação de condições favoráveis à implementação do plano de ação política; a segunda é a exploração da compreensão equivocada que o Ocidente tem desse plano político, para a obtenção de vantagens específicas. Essas duas fases, assim como as fases de uma corrente elétrica alternada, estão continuamente sobrepondo-se e interagindo. O início da terceira fase, final e ofensiva, é marcado por uma grande mudança nas táticas comunistas, em preparação a um ataque abrangente ao Ocidente, no qual o mundo comunista, tirando vantagem dos erros estratégicos de longo prazo do Ocidente, move-se na direção de seu objetivo final e absoluto: o triunfo global do comunismo internacional.

Na primeira fase da NEP, a reforma econômica foi usada tanto para reanimar a economia quanto para alimentar a ilusão de que a Rússia soviética havia perdido o seu ímpeto revolucionário. Assim, foram criadas as condições favoráveis à segunda, a da estabilização do regime, que incluía obrigatoriamente a obtenção de reconhecimento diplomático e de concessões econômicas das potências ocidentais. A terceira fase começou em 1929 com a reversão das reformas econômicas e com o lançamento de ofensivas ideológicas: internamente, através da nacionalização da indústria e da coletivização da agricultura; externamente, através da subversão patrocinada pelo Comintern. O sucesso de ambas as ofensivas foi prejudicado pelas distorções do regime estalinista. As correspondentes duas primeiras fases da política de longo alcance em curso, já duram mais de vinte anos. A fase final provavelmente começará nos anos iniciais da década de 80.

Os objetivos intermediários da política podem ser resumidos da seguinte forma:

- Estabilização e fortalecimento político dos regimes comunistas individuais, pois são precondições para o fortalecimento do bloco como um todo.
- Correção das deficiências econômicas do bloco através da obtenção de créditos e tecnologia dos países avançados nãocomunistas.
- Criação de uma subestrutura para uma eventual federação mundial de estados comunistas.
- Isolamento dos Estados Unidos de seus aliados e a promoção de ações unificadas com os socialistas na Europa Ocidental e Japão, com vistas à dissolução da OTAN e do pacto de segurança Estados Unidos-Japão. Alinhamento dos neutros e preferencialmente socialistas, Japão e Europa, com a União Soviética e contra os Estados Unidos.56
- Ação conjunta com os líderes nacionalistas de países do Terceiro Mundo para eliminar a influência ocidental nesses países como passo preliminar para a absorção desses países no bloco comunista.
- Busca e obtenção de uma mudança decisiva na balança de poder político e militar em favor do mundo comunista.
- Desarmamento ideológico do Ocidente, propiciando a criação de condições favoráveis a ofensiva final da política e a convergência final do Leste e do Oeste, nos termos comunistas.

A nova metodologia pretende ver como os acontecimentos no mundo comunista podem contribuir e estar relacionados à consecução desses objetivos. As decisões de novembro de 1960 autorizaram o uso de quaisquer formas de táticas – à esquerda e à direita, legais e revolucionárias, convencionais e ideológicas – na busca dos objetivos comunistas. Tendo a conformidade com o padrão soviético deixado de ser um critério de ortodoxia, desapareceu a mais forte causa de rupturas, reais ou potenciais, no mundo comunista. Portanto, a nova metodologia examina as pretensas rupturas como uma nova forma de tática e tenta divisar

56 Uma possibilidade alternativa seria um falso alinhamento da China com um Japão conservador e com os Estados Unidos.

como elas servem aos objetivos da política. Quando se percebe que um anti-sovietismo autorizado pode de fato render dividendos para a estratégia comunista geral, é fácil ver que o anti-sovietismo de proeminentes dissidentes na União Soviética e de eurocomunistas fora dela, tanto quanto o anti-sovietismo de líderes chineses, albaneses, iugoslavos e romenos, são artificialmente armados para servir aos fins da política de longo alcance.

A velha metodologia presta pouca ou nenhuma atenção à história da NEP e de outros períodos nos quais a desinformação foi importante. Desse modo, não é capaz de compreender ou esclarecer a implementação da política de longo alcance, a qual, por sua vez, baseou-se em grande medida no reexame daquela história. A nova metodologia aplica as lições da NEP. Os elementos contidos nessa história e mais relevantes aos anos 60 e, portanto, mais úteis à nova metodologia para propósitos de comparação, eram:

- A estabilização do regime soviético pela criação de movimentos de oposição controlados e artificiais e o uso eficaz desses movimentos para desacreditar a genuína oposição interna e externa.
- A criação de condições favoráveis a uma política exterior soviética agressiva, dirigida à obtenção do reconhecimento diplomático ocidental e do incremento comercial com as potências ocidentais.
- A experiência do Tratado de Rapallo, de entrar numa aliança política e militar secreta com um estado capitalista para aquisição de tecnologia militar.
- A bem sucedida projeção da falsa imagem da República do Extremo Oriente (DVR), como sendo um regime independente.
- O conselho tático que Lênin deu aos partidos comunistas, para que superassem seu isolamento, estabelecendo frentes unidas com os socialistas, aumentando sua influência nos parlamentos e nos sindicatos de trabalhadores.

A ruptura genuína havida entre Tito e Stálin em 1948, deu aos estrategistas comunistas, dez anos mais tarde, um modelo sobre o qual basear seu planejamento de rupturas artificiais no futuro. Dessa forma, a história das relações soviético-iugoslavas entre 1948 e 1955 dá à nova metodologia um conjunto de critérios de julgamento da autenticidade das cisões subseqüentes.

A decisão de usar o potencial de inteligência do bloco para propósitos de desinformação, incorporada pelo Relatório Shelepin em 1959 e por outros documentos relacionados ao tema, destrói a noção, implícita em muito da metodologia convencional, de que os serviços de inteligência estão engajados apenas e tão somente em espionagem e trabalho de segurança. A nova metodologia leva em conta o Relatório Shelepin e o importante papel atribuído a altos funcionários soviéticos, sindicalistas, cientistas, clérigos, professores universitários, artistas e outros intelectuais na implementação da nova política de longo alcance através do exercício de influência política. A nova metodologia tenta ver como as atividades e declarações públicas desses grupos de pessoas podem servir aos interesses da política comunista.

Para criar as condições favoráveis à implementação dessa política, os estrategistas do bloco adotaram o padrão de desinformação “fraqueza e evolução”, usado com sucesso na União Soviética no período da NEP e expandido, a partir de 195860, para cobrir todo o bloco comunista. Assim, a nova metodologia estabelece a norma segundo a qual toda informação que o Ocidente receba sobre o mundo comunista e sobre o movimento comunista internacional, incluindo o eurocomunismo, deve ser avaliada tendo aquele padrão como referência e guia.

Uma contribuição significativa à formulação da política de longo alcance foi dada pelo líder iugoslavo Edvard Kardelj, cujo livro “Socialism and War”, foi publicado um pouco antes do Congresso dos Oitenta e Um Partidos, em novembro de 1960. No livro, Kardelj assinalou que as diferenças de opinião entre comunistas “não só não causam dano algum, como são a lei do

progresso".57 De acordo com Kardelj, as políticas doméstica e externa do partido comunista iugoslavo não poderiam ser independentes dos interesses do socialismo, mas poderiam ser independentes das "noções engendradas subjetivamente" 58 por outros partidos, tais como o PCC -Partido Comunista Chinês. Não mais seria suficiente aceitar a "[...] interpretação deste ou daquele fenômeno no curso de seu desenvolvimento pela simples repetição de sentenças dogmáticas estereotipadas" 59 . "[...] Ao fazer uma análise objetiva, deve-se separar o que é subjetivo daquilo que é objetivo, isto é, não permitir que slogans ou declarações políticas obscureçam a compreensão real da substância das coisas." 60 Tito ressaltou quase que o mesmo argumento leninista quando disse em 1958, que "internacionalismo é prática – e não palavras e propaganda." 61

Por razões óbvias, nem Tito ou Kardelj podiam anunciar abertamente que dali por diante seriam usadas falsas polêmicas entre partidos comunistas como parte da técnica comunista de desinformação.

Não obstante, a clara distinção traçada entre a natureza subjetiva das polêmicas e a natureza objetiva dos interesses comuns e da solidariedade socialista expressas na unidade de ações, deu a base teórica sobre a qual a polêmica genuína entre Tito e Stálin poderia ser replicada e transmutada em falsas polêmicas entre os líderes comunistas, sem colocar em risco a fundamental unidade ideológica e prática do mundo comunista e de acordo com as conveniências e requisitos da política de longo alcance.

Uma ratificação atualizada do argumento de Kardelj foi feita por Yuriy Krasin: "Unanimidade completa dificilmente pode

57 Edvard Kardelj, "Socialism and War: A Survey of the Chinese Criticism of the Policy of Coexistence" (Methuen, 1961), p. 11
58 Ibid., p.238
59 Ibid., p.229
60 Ibid., p. 9.
61 Citado do "Yugoslav Facts and Views" (Nova York; Yugoslav Information Center), n.o 50 (5 de maio de 1958).

ser uma precondição para a ação conjunta [...]O que é necessário não é uma unidade estática, monolítica, mas um sistema de posições e pontos de vista marcado por diferenças sobre questões específicas, desenvolvendo-se com base nos princípios fundamentais do marxismo-leninismo comum a todos.” 62

De tais declarações e de suas implicações, podem ser derivados cinco princípios relacionados. O primeiro é o de não presumir que onde há polêmica entre comunistas, necessariamente haja divisões. O segundo é o de avaliar se há ou não qualquer fundamento sólido e consistente para a existência de disputas. O terceiro é o de buscar evidências da unidade de ações por trás da falta de unidade nas palavras e procurar por ações conjuntas e combinadas secretamente entre inimigos ou rivais aparentes. O quarto é buscar correlações para a coincidência temporal entre irrupções de polêmicas e as grandes iniciativas comunistas ou negociações com as potências ocidentais (SALT, p.ex.) 63 ou ainda, reuniões com líderes ocidentais. O quinto princípio é presumir que as polêmicas são parte integrante das operações de desinformação, e examinando-as sob essa luz, verificar se contribuem para o alcance dos objetivos comunistas.

Alguns exemplos óbvios: as invectivas de Krushchev contra a belicosidade chinesa e a contra-carga chinesa, atacando o “revisionismo” e “pacifismo” soviéticos nos anos 60, deveriam ser examinadas para ver se elas ajudaram a construir a imagem de um Krushchev moderado no Ocidente, com o qual era possível negociar acordos concretos. Por seu turno, a continuada exclusão da Iugoslávia do bloco comunista, a despeito da participação secreta de Tito na formulação e execução da nova política de longo alcance, deveria ser considerada em face do fortalecimento da credibilidade da Iugoslávia como líder do movimento dos nãoalinhados no Terceiro Mundo. Já os ataques soviéticos a líderes ocidentais conservadores em anos recentes, deveriam ser vistos

62 Yuriy Krasin, “The International and the National in the Revolutionary Process”, NovoyeVremya, n.o 7, 13 de fevereiro de 1981.
63 N.T.: SALT-Strategic Arms Limitation Talks – Conversações sobre a Limitação de Armas Estratégicas, mantidas entre os EUA (Nixon) e URSS (Brezhnev), a partir de 1969.

em conjunção com os esforços chineses em cultivar relações mais próximas com esses mesmos líderes. A escalada nas hostilidades sino-soviéticas em 1969-70 deveria ser considerada na sua intenção de facilitar tanto as conversações SALT entre a União Soviética e os Estados Unidos, como a reaproximação chinesa das nações industriais avançadas. Em resumo, o estudo das polêmicas, se lidas como desinformação, pode jogar luz não sobre a existência de rupturas, mas sobre a política de longo alcance e sobre os interesses estratégicos que as rupturas aparentes pretendem promover.

A Nova Metodologia e as Fontes Ocidentais

A existência de um programa de operações de desinformação tem implicações para todo o tipo de fonte de informação sobre o mundo comunista. A falha recorrente em não levar em conta a desinformação levará à contínua proliferação de erros nas avaliações e políticas ocidentais relativas ao bloco comunista. Considerado o conceito comunista de desinformação total, qualquer reava-

liação ocidental da situação, se quiser ter algum sentido, deveria cobrir todas as fontes, abertas e secretas, humanas e técnicas. A velha presunção de que se as fontes secretas e abertas corroboramse umas às outras, assim confirmando a confiabilidade de ambas, deveria ser descartada. Deve-se ter em mente que duas correntes de informação, uma aberta e outra secreta, podem muito bem ter um ponto comum de origem nos Comitês Centrais ou nos departamentos de desinformação dos serviços de inteligência e dos partidos do bloco. Se a informação oriunda das fontes ocidentais secretas está alinhada com a informação de fontes abertas, incluindo as fontes comunistas oficiais, tal fato, por si só, já põe em dúvida a confiabilidade das fontes ocidentais secretas. Aquelas

fontes ocidentais secretas cujas informações, a partir de 1958-60, amoldam-se à conveniência do padrão "fraqueza e evolução", merecem cuidadoso escrutínio para verificar se tornaram-se conhecidas do lado comunista, quer por comprometimento, exposição ou por outro meio.

Se a conformidade com o padrão normal de informação vinda do mundo comunista é uma indicação da falta de confiabilidade das fontes, a reversão do princípio diz que deve ser dado um peso maior à evidências que estejam em conflito com aquele padrão, ainda que essas evidências contrárias venham de uma única fonte. Por exemplo, as observações pessoais de um visitante ocidental à uma comuna chinesa em 1961, que relatavam que os habitantes dessa não estavam em piores condições materiais do que tinham estado antes e que o povo chinês estava ficando, inevitavelmente, mais identificado com o regime comunista, não deveriam ser menosprezadas com base no argumento de que essas observações são conflitantes com a opinião que foi geralmente aceita ao tempo em que a situação nas comunas era mesmo desastrosa.64

Parte I – Capítulo 12

Para ser eficaz, a desinformação total necessita que seja liberado um certo volume de informações corretas a respeito do lado comunista, incluindo segredos genuínos; isso para dar credibilidade e peso à desinformação que pretende transmitir. No período de Stálin, a liberação de informações secretas era impossível. Com a adoção da política de longo alcance e do programa de desinformação, a postura mudou. Foi reintroduzido o conceito leninista de tipos de sacrifício primário e secundário. O segredo comunista primário envolve a existência e natureza da política de longo alcance do bloco e a estratégia e papel da

64 Denis Warner, "Hurricane from China" (Nova York: Macmillan, 1961),

p.123

desinformação; este não é sacrificável. Já os segredos militares, científicos e tecnológicos, econômicos e de contra-espionagem, são secundários e formam um reservatório do qual pode ser extraída informação dispensável para propósitos estratégicos, particularmente se houver razões para acreditar que essa informação possa já ter sido exposta por vazamentos genuínos ou por meios técnicos. Por exemplo, as identidades de agentes secretos, que por uma razão ou outra, tenham se tornado descartáveis para o lado comunista, podem ser entregues através dos préstimos de uma outra fonte, na qual os comunistas queiram que o Ocidente passe a confiar. A boa-fé de fontes ocidentais secretas ou de desertores do lado comunista, não fica automaticamente estabelecida pelo simples fornecimento de grande quantidade de informações sobre assuntos militares, econômicos, científicos, tecnológicos ou de contra-espionagem, ou ainda porque dão vazão a espetaculares repúdios e condenações públicas do comunismo. Um critério mais importante é o que essas fontes e desertores têm a dizer a respeito da política de longo alcance e sobre o uso da desinformação. O número de líderes, autoridades, altos funcionários e intelectuais comunistas que tem conhecimento total do escopo e escala do programa de desinformação é bastante limitado, mas o número daqueles que participam de um ou outro de seus aspectos, é bastante grande. A maioria das fontes secretas ou de desertores, se é que eles de fato transferiram a sua lealdade ao Ocidente, deveria ao menos ter algo valioso a dizer sobre as técnicas comunistas nesse campo, mesmo que eles próprios não percebam a significância completa do que sabem.

Ao avaliar informações técnicas e científicas que chegam ao Ocidente, deve ser dada a devida atenção ao fato de que Shelepin, em seu relatório de maio de 1959 e nos artigos dirigidos aos membros da KGB na Chekist, conclamava à preparação de operações de desinformação destinadas a confundir e desorientar os programas científicos, tecnológicos e militares do Ocidente; a provocar mudanças nas prioridades ocidentais; e a envolver o Ocidente em linhas de pesquisa e desenvolvimento caras, inúteis e ineficazes. Dessa forma, é de se esperar que as informações

disponíveis no Ocidente acerca dos projetos espaciais soviéticos, dos sistemas de armas, de estatísticas militares e sobre desenvolvimentos científicos e tecnológicos soviéticos, contenham elementos de desinformação.

Saber que um programa de desinformação total está em operação e que o lado comunista está bem ciente do interesse ocidental em interceptar suas comunicações, implica também em saber que os indícios derivados de comunicações comunistas feitas em linguagem clara ou usando códigos e cifras frágeis e de interpretação relativamente fácil, são particularmente suspeitos. De fato, deveriam ser tratados da mesma maneira que os indícios oriundos de fontes comunistas oficiais. De acordo com a imprensa ocidental, pelo menos parte dos indicativos sobre baixas na "guerra" sino-vietnamita em 1979, encaixava-se nessa categoria.

A Nova Metodologia e as Fontes Comunistas

Todas as fontes comunistas estão permanentemente disponíveis para o uso como canais de desinformação; todas devem amoldar-se ao padrão corrente se é para ser mantida a credibilidade do próprio padrão. Não obstante, é possível distinguir aquelas fontes que têm mais ou menos probabilidade de uso para a condução de desinformação ao Ocidente e aquelas que têm mais ou menos probabilidade de conter informações reveladoras sobre a implementação da política de longo alcance.

Fontes Comunistas Oficiais

Começando pelas declarações e decisões oficiais decorrentes dos encontros comunistas internacionais, aqueles do período de 1957 à 1960 são de fundamental importância, não apenas porque foi o período da formulação e adoção da política de longo alcance, mas também por causa da natureza da política mesma. Um elemento essencial nela contido era o de que sua existência e modus operandi não deveriam ser percebidos no

Ocidente. Era de se esperar, portanto, que uma vez adotada, as declarações subseqüentes sobre diretivas políticas tenham sido menos reveladoras dos objetivos de longo alcance e dos métodos para atingi-los do que aqueles documentos fundamentais do período de formulação da política. Entre esses, deveriam ser incluídos os documentos do congressos dos partidos comunistas do bloco em 1957, do 21.o Congresso do PCUS em janeiro-fevereiro de 1959 e o relatório estratégico de Krushchev, emitido em 6 de janeiro de 1961.

A maioria dos analistas ocidentais, baseando-se largamente em evidências retrospectivas acerca de desacordos durante o Congresso dos Oitenta e Um Partidos, concluiu que as decisões desse congresso representavam uma acomodação entre as posições conflitantes de vários partidos comunistas, os quais assinaram o Manifesto com variados graus de relutância ou de disposição de permanecer fiéis às decisões do congresso. Esta conclusão estava incorreta.

O congresso durou várias semanas. Não há dúvida de que muitos partidos diferentes falaram abertamente sobre muitas visões diferentes, pois tinham todo o direito de assim fazê-lo, de acordo com os princípios leninistas de centralismo democrático, mas tudo isso antes que a política tivesse sido adotada. Uma vez que as discussões foram concluídas e a política foi ratificada por decisão da maioria, todos os países signatários do Manifesto assumiram o sério compromisso de trabalhar pela implementação da política. Qualquer partido que tivesse discordado seriamente das decisões do congresso não teria assinado o Manifesto e teria sido levado ao ostracismo pelo movimento comunista internacional. Qualquer partido desejoso em manter sua posição no movimento deveria demonstrar que fez esforços consistentes para levar as decisões do congresso a efeito. Se os partidos comunistas em geral não levassem a sério as decisões das mais altas instâncias de autoridade do movimento e não se esforçassem denodadamente para implementá-las, não seriam os entes políticos disciplinados e eficazes como são de fato conhecidos. O elemento de determinismo político não deveria ser menosprezado ou

descartado, considerando aquilo que foi diariamente revelado nas declarações e ações dos partidos comunistas dentro e fora do bloco e nos procedimentos dos congressos nacionais dos respectivos partidos durante os últimos vinte anos e na implementação da política e de suas estratégias concomitantes.

Ao aceitar a evidência de que o Congresso dos Oitenta e Um Partidos significava um marco na falta de unidade do mundo comunista, ao invés do exatamente oposto, os analistas ocidentais, sem ter ciência do programa de desinformação, cometeram um erro fundamental, sobre o qual os estrategistas comunistas tiveram facilidade em desenvolver as suas estratégias mais importantes para a Europa, o Terceiro Mundo e para os campos militar e ideológico. Muito em função desse erro, "evidências" posteriores sobre a falta de unidade comunista, oriundas de fontes comunistas oficiais, foram aceitas facilmente no Ocidente pelo seu valor nominal.

Considerando que o programa de desinformação é dirigido prioritariamente (mas não exclusivamente) ao mundo nãocomunista, é imperativo distinguir aqueles discursos, publicações e transmissões que são destinados prioritariamente ao público comunista daqueles destinados prioritariamente ao público nãocomunista. Obviamente, é provável que a segunda categoria contenha mais desinformação que a primeira. Não é possível ocultar totalmente uma política e a sua implementação exatamente daqueles de quem se espera que a coloquem em prática. Por essa razão, as decisões básicas do período 1958 até 1960 foram publicadas, bem como as análises e conclusões do congresso dos partidos comunistas em 1969, que reviam e reexaminavam os progressos da primeira década da política. Com mais detalhes e meticulosidade do que em qualquer outra publicação, os progressos na coordenação e consolidação do bloco comunista, particularmente através da Comecon e da organização do Pacto de Varsóvia, são registrados nos suplementos anuais da "Great Soviet Encyclopædia", disponíveis apenas em russo. Naturalmente, eles

não revelam a natureza do programa de desinformação. Não obstante, ocasionalmente são incluídos itens que aparecem, se tanto, com muito menos destaque nas publicações dirigidas ao Ocidente, mas que bastam para lançar dúvidas sobre a profundidade e autenticidade das cisões e crises no bloco.

Em particular, a Encyclopædia reflete o contínuo intercâmbio e as visitas entre líderes e delegações de países e partidos comunistas que supostamente estariam em conflito. Às vezes, essas reuniões são divulgadas em outros espaços da imprensa comunista, acompanhadas de fotos de, p.ex., Brezhnev abraçando calorosamente Dubcek, Tito ou Ceaucescu. Os comentaristas ocidentais, em sua obsessão por rupturas no mundo comunista, automaticamente presumem que tais reuniões são mantidas na tentativa, normalmente fracassada, de resolver as diferenças entre os partidos e que as fotografias pretendem mascarar a hostilidade entre os líderes. Eles esquecem que nos anos da genuína ruptura entre Tito e Stálin, uma visita daquele à Moscou traria risco muito maior que à sua própria vida. Sem perceber, passam por cima da possibilidade de que aquelas reuniões nos anos 60 e 70 tiveram lugar apenas para demonstrar diferenças fictícias, com a intenção de servir aos interesses da política de longo alcance.

Os estudiosos ocidentais que devotaram tanta atenção às evidências esotéricas vindas de fontes comunistas e apontando para rupturas entre a União Soviética e a China e Albânia, raramente pareceram perceber que apenas uns poucos privilegiados no mundo comunista, e ainda assim, mais especialmente aqueles diretamente envolvidos com a formulação política e o programa de desinformação, estavam em posição de poder fazer comparações detalhadas entre a sua própria imprensa e a imprensa de outros partidos comunistas. Mesmo se jornais ou transmissões comunistas estrangeiras estivessem disponíveis, poucos russos poderiam entender chinês ou albanês. E não muitos albaneses ou chineses seriam capazes entender russo tampouco. As transmissões em albanês da Rádio Moscou, entre 1960 e 1961, podem não ter sido sequer audíveis na Albânia, salvo se retransmitidas por uma estação albanesa. Todavia, elas foram

captadas pela BBC e por outras organizações ocidentais interessadas no assunto e então circuladas entre os analistas através dos Summaries of World Broadcasting e de outras publicações similares. Os serviços de inteligência comunistas sabiam disso muito bem, mas poucos analistas ocidentais perceberam que algumas das polêmicas entre os líderes comunistas podem ter chegado apenas aos ouvidos do público ocidental.

Em sua preocupação com a descoberta e análise de rupturas e dissensões sérias, os analistas ocidentais devotaram toda a sua atenção às passagens contidas nos discursos e artigos comunistas que traíssem as diferenças de visão e abordagem entre diferentes líderes ou partidos. Já as passagens que lidassem, por exemplo, com a unidade comunista e o compromisso com as decisões do Congresso dos Oitenta e Um Partidos, foram ignoradas ou descartadas como sendo meras reproduções formais e perfunctórias de lugares-comuns do jargão comunista. Esta não é, necessariamente, a mesma maneira pela qual foram lidas e entendidas pelos membros dos partidos comunistas envolvidos.

Os analistas ocidentais, por não estarem suficientemente alertas quanto à desinformação, deram atenção inadequada à origem e autenticidade dos textos de importantes discursos e declarações comunistas, particularmente nos casos em que havia mais de um texto disponível.

Mesmo quando as disputas no mundo comunista são refletidas em publicações comunistas oficiais e disponíveis ao Ocidente, é provável que a percepção dessas disputas pelos membros dos partidos dos países em questão seja muito diferente da percepção ocidental sobre as mesmas. Pelo uso de vários dispositivos, como os sugeridos acima, a liderança do partido está na posição de poder projetar simultaneamente duas imagens diferentes da mesma "disputa". Ao Ocidente pode parecer assunto de profunda importância e conseqüência; para as lideranças comunistas, pode ser apenas "uma pequena dificuldade local", cujas conseqüências para eles mesmos podem ser até benéficas. Para dar um exemplo concreto e até onde o autor estava ciente, nenhuma informação ou instrução foi emitida aos membros do PCUS acerca da disputa soviético-albanesa antes do 22.o

Congresso do PCUS em outubro de 1961, quando Krushchev atacou publicamente os líderes albaneses. O único conhecimento que o autor tinha de qualquer aspecto diferente nas relações soviético-albanesas até aquele ponto, derivava de declarações feitas em 1959 por dois colegas veteranos na KGB, dizendo que a operação de desinformação sobre as relações soviético-iugoslavas e soviético-albanesas, tinham sido planejadas durante o período 1958-59.

Fontes Comunistas Não-Oficiais

Não é incomum que as revelações que apareçam na imprensa comunista sobre dissensões no mundo comunista, sejam reforçadas e corroboradas indiretamente por comentários extraoficiais de líderes e autoridades comunistas feitas aos seus interlocutores e amigos ocidentais. Tendo em mente que a KGB e os outros serviços de segurança comunistas juntos contam, literalmente, com milhões de informantes, é uma questão relativamente simples controlar uns poucos milhares de seus cidadãos que tenham qualquer forma regular de contato oficial ou semi-oficial com estrangeiros. Os regimes comunistas não são tolerantes a respeito de revelações de informações a estrangeiros por parte de seus servidores. De acordo com o próprio Krushchev, ao repudiar a idéia de que tivesse falado mais do que devia ao senador Hubert Humphrey em 1958, acerca das comunas chinesas: "A mera sugestão de que eu possa ter contato confidencial com um homem que se gaba de ter passado os últimos vinte anos lutando contra o comunismo, só pode ser motivo de riso. Qualquer um que entenda um mínimo de política, para não mencionar o marxismo-leninismo, irá perceber que uma conversa confidencial com o Sr. Hubert Humphrey sobre as políticas dos partidos comunistas e as relações com nossos melhores amigos, os líderes do Partido Comunista Chinês, é inconcebível".65 Ainda

65 Arquivo documental do 21.o Congresso Extraordinário do PCUS, "Current Soviet Policies", vol. 3, Leo Gruliow, editor, Praeger, janeiro de 1959, p.206 (daqui por diante citado apenas como CSP)

assim, muitos observadores e estudiosos ocidentais afirmam ter se beneficiado de tais revelações.

No prefácio de seu livro "The Soviet Bloc: Unity and Conflict", Zbigniew Brzezinski66 escreveu:

"Sou grato também à várias autoridades de países comunistas por sua disposição em discutir assuntos que não deveriam ter discutido comigo". O livro não oferece qualquer explicação sobre porque as autoridades comunistas deveriam estar dispostas a falar francamente com um proeminente estudioso anticomunista e cidadão da maior potência "imperialista", nem há nele qualquer referência às possibilidades de desinformação. Mas se a existência de um programa de desinformação é levada em conta juntamente com as considerações sobre os controles exercidos sobre os funcionários comunistas que tenham contato com estrangeiros, a explicação para essas indiscrições é óbvia. Quase todos os comentaristas ocidentais que trataram da "Primavera de Praga" em 1968 e do eurocomunismo no anos 70, mostraram tendência similar ao acreditar piamente naquilo que os principais protagonistas comunistas daqueles eventos e debates haviam lhes contado.

Considerando os antecedentes do período da NEP quanto aos métodos de provocação e os fatos conhecidos sobre a intensificação do uso político de cientistas, escritores e de outros intelectuais pela KGB, de 1959 em diante, a autenticidade de uma forma de literatura clandestina conhecida como samizdat, que fez sua primeira aparição na União Soviética no início dos anos 60, deve ser considerada com ceticismo. A sua real significância não pode ser avaliada sem que se saiba o alcance de sua circulação dentro da União Soviética. Não há qualquer justificativa para presumir que se essa literatura atinge um público bastante amplo no exterior, seja também amplamente lida domesticamente. De fato, pode ser que apenas uns poucos tenham acesso a alguma literatura diferente daquela autorizada pela KGB.

66 Zbigniew Brzezinski foi também Assessor Especial de Segurança Nacional do Pres. Jimmy Carter (1977-1981).

Considerações similares aplicam-se aos murais de rua chineses, dos quais o Ocidente derivou muito de seu conhecimento a respeito da Revolução Cultural, das lutas pelo poder na liderança chinesa e da atitude chinesa para com a União Soviética, em especial no período 1966-70. O que pode ser dito com certeza é que esses murais não teriam aparecido de maneira alguma durante aquele período se não fosse exatamente esse o desejo das lideranças chinesas; é certo também que as autoridades chinesas estavam muito cientes da atenção que tais murais despertavam nos diplomatas e jornalistas não-comunistas e em outros representantes estrangeiros na China. Isto por si só provê os fundamentos para a reconsideração de seus conteúdos em face do padrão corrente de desinformação. O seu valor e significado plenos não podem ser julgados sem que se saiba com precisão por quem é que foram afixados e qual a orientação dada aos membros do partido através dos canais normais de comunicação partidária a respeito deles.

Fontes Comunistas “Secretas”

A categoria remanescente de fontes comunistas é a dos vazamentos e revelações, na forma de documentos ou não, de informações sobre os procedimentos de reuniões partidárias secretas e de conferências internacionais. Uma feição claramente visível das evidências sobre os desentendimentos entre partidos durante o Congresso do Partido Comunista Romeno, em junho de 1960 e durante o Congresso dos Oitenta e Um Partidos comunistas, realizado mais tarde no mesmo ano, é que a maioria delas é retrospectiva e a maior parte das mesmas, só chegou ao Ocidente com algum atraso. Este é um fator significativo, dada a existência de um programa de desinformação. Encenar uma conferência inteira para propósitos de desinformação, é uma tarefa bastante difícil. Mas depois do término da conferência, é uma operação relativamente simples fabricar e distorcer registros e atas, à vontade, além de escolher os canais apropriados para transmiti-los ao Ocidente.

Recapitulando

A nova metodologia fornece explicações para muitas das contradições e anomalias no mundo comunista, sobre as quais a velha metodologia nada diz. Ela também explica a confiança do mundo comunista e a lealdade e dedicação da vasta maioria de suas autoridades e funcionários. Explica as razões das revelações de informações que o mundo comunista faz de si mesmo e as relaciona com os requisitos da política de longo alcance. Explica a aparente tolerância de um sistema totalitário para com a dissensão expressa abertamente por seus cidadãos nos contatos destes com estrangeiros. A nova metodologia provê critérios para avaliar a confiabilidade das fontes, para distinguir desertores e agentes secretos genuínos de provocadores, para distinguir informação genuína da propaganda e desinformação. Apresenta parâmetros para a identificação de agentes de influência no Ocidente. Sugere que a desinformação, quando reconhecida como tal, pode fornecer pistas quanto às intenções de seus autores. Oferece orientação sobre a importância relativa de fontes comunistas oficiais e nãooficiais. Desloca a atenção concentrada sobre as espetaculares polêmicas comunistas entre partidos para focalizá-la sobre os sólidos avanços no terreno da cooperação e coordenação comunistas. Indica o caminho para a recuperação da crise nos estudos e avaliações ocidentais do comunismo. A nova metodologia pode ajudar a reviver a eficácia dos serviços de inteligência e segurança ocidentais. Essa metodologia também explica a vitória comunista na Guerra do Vietnã, a despeito da ruptura sino-soviética. Acima de tudo, ela explica a resolução e a habilidade do mundo comunista, malgrado a aparência de falta de unidade, em tomar a iniciativa e desenvolver e executar suas estratégias relativas aos Estados Unidos, aos outros países industrializados avançados, e ao Terceiro Mundo, na busca pela vitória completa e final do comunismo internacional.

Até aqui, a nova metodologia é a metodologia de uma minoria: a de um só homem. Somente o tempo mostrará se ela irá sobreviver; se irá estimular novas linhas de pesquisa; se irá substituir a velha e obsoleta metodologia; e se irá ajudar o Ocidente a enxergar sob uma nova luz os reais significados e dimensões do problema comunista.

PARTE II

O PROGRAMA DE DESINFORMAÇÃO E O SEU IMPACTO NO OCIDENTE

Parte II -Capítulo 13

A Primeira Operação de Desinformação:
A "Disputa" Soviético-Iugoslava, 1958-60

Os anos do período 1958-60 foram marcados por polêmicas espetaculares entre os líderes soviéticos e iugoslavos e suas respectivas imprensas partidárias, às quais acrescentaram-se apartes acalorados de chineses e albaneses. O próprio Krushchev participou delas vigorosamente. Em seu discurso ao 7.o Congresso do Partido Comunista da Bulgária, que teve lugar em Sófia em 3 de junho de 1958, Krushchev classificou o revisionismo iugoslavo de inimigo de classe a soldo dos imperialistas, de cavalo de Tróia infiltrado no movimento comunista. "Alguns teóricos", disse ele, " só existem porque vivem das esmolas que recebem dos países imperialistas, na forma de restos que não mais lhes são úteis...Os revisionistas estão tentando perfurar e permear-se entre os partidos revolucionários a partir de dentro, para minar sua unidade e introduzir a desordem e a confusão na ideologia marxista-leninista [gritos de 'Eles não conseguirão!'].67

A existência de uma disputa soviético-iugoslava, para todos os efeitos de aparência desejados, foi confirmada pelo boicote que os outros partidos comunistas do bloco fizeram ao 7.o Congresso do Partido Comunista Iugoslavo, por continuadas críticas soviéticas à política externa e ao programa do partido iugoslavo e pela exclusão da Iugoslávia do Congresso dos Oitenta e Um Partidos em novembro de 1960, durante o qual o revisionismo foi condenado. Contudo, o verdadeiro quadro das relações soviéticoiugoslavas, revelado por informações internas e corroborado por evidência bem clara, é bastante diferente.

67 Reproduzido no "Pravda", 4 de junho de 1958.

A Reconciliação Final entre a Iugoslávia e o Bloco Comunista

Depois da morte de Stálin, os líderes soviéticos fizeram um grande esforço no sentido de alcançar a reconciliação com os seus pares iugoslavos, justamente para reconquistá-los do Ocidente e trazer a Iugoslávia de volta ao campo comunista. As negociações oficiais e secretas entre Tito e Krushchev, levaram à uma reconciliação completa das relações de estado e à uma reconciliação parcial das relações entre os partidos; mas o processo de reconciliação foi interrompido pelas revoltas polonesa e húngara de 1956. A atitude iugoslava inicial foi em geral solidária e simpática aos poloneses e húngaros por ocasião dessas revoltas, e os ataques de Tito a líderes estalinistas na Europa Oriental, tais como Hoxha, da Albânia, contribuíram para o fortalecimento de uma onda de nacionalismo e revisionismo no bloco e para a breve separação entre húngaros e soviéticos.

Os soviéticos reconheceram os perigos da influência revisionista iugoslava na Europa Oriental e portanto, retomaram suas críticas gerais à Iugoslávia enquanto continuavam seus esforços de afastá-la do Ocidente.

Apesar da troca de críticas entre soviéticos e iugoslavos terse intensificado logo após o levante húngaro, os líderes de ambos os lados foram sempre cuidadosos em deixar a porta aberta para reuniões e discussões subseqüentes. Depois que Krushchev derrotou o grupo antipartido interno, em junho de 1957, ele renovou seus esforços para trazer a Iugoslávia de volta ao bloco. Desta vez, ele obteve êxito. Uma reconciliação completa entre os líderes iugoslavos e os soviéticos e com os outros líderes do bloco foi alcançada. De acordo com a agência de notícias soviética TASS, Kardelj e Rankovic, aproveitando férias na Criméia, foram também à Moscou para reuniões de “camaradagem” com Krushchev; houve reuniões também com o líder albanês Hoxha e com o líder búlgaro Zhivkhov, em julho daquele ano.

Nos dias 1.o e 2 de agosto de 1957, Tito, Kardelj e Rankovic encontraram-se com Krushchev e Mikoyan em Bucareste, para uma conferência confidencial sobre a

“solidariedade socialista”. Uma declaração emitida depois da conferência afirmava a determinação conjunta no sentido de melhorar as relações e a cooperação sobre uma base de igualdade. A Rádio Moscou informou que um acordo sobre “formas concretas de cooperação” tinha sido atingido. A conseqüência maior da reconciliação soviético-iugoslava foi que os fundamentos e motivos de suas antigas querelas e contenciosos, desapareceram.

Observando as ações da Iugoslávia nos meses seguintes, fica claro que ela de fato realinhou-se ao bloco comunista, incluindo a China. Em setembro de 1957 registraram-se quatro fortes indicativos disso: uma delegação iugoslava, liderada por Vukamovic-Tempo foi recepcionada em Pequim; a Iugoslávia bloqueou uma resolução da ONU que condenava a intervenção soviética na Hungria; representantes iugoslavos participaram de uma sessão da Comecon; e Tito, junto com Gomulka68 , publicamente repudiaram o “comunismo nacional”. Disse Tito: “Nós consideramos errado isolarmo-nos das grandes possibilidades inerentes ao fortalecimento dos poderes socialistas ao redor do mundo”. Em outubro, os iugoslavos honraram o compromisso assumido junto aos soviéticos em 1955-56, de reconhecer a Alemanha Oriental. Em junho de 1958, Tito deu assentimento tácito à execução do ex-premiê húngaro, Imre Nagy,

o qual já havia sido traído e entregue aos soviéticos pelos iugoslavos.
Os iugoslavos participaram em segredo da primeira conferência pós-Stálin de partidos comunistas do bloco, em novembro de1957. No congresso dos sessenta e quatro partidos que se seguiu àquela conferência, a participação iugoslava foi aberta. Bastante significativo é o fato de que a delegação iugoslava à ambas as conferências incluía: Kardelj, que tinha sido o representante iugoslavo junto ao Cominform69; Rankovic, que era

o responsável pelo serviço de segurança iugoslavo; e Vlahovic, que foi o responsável pelas relações com os partidos socialistas e comunistas. Durante a conferência do bloco, foram condenadas a

68 N.T.: Andrej Gomulka, premiê polonês à época.
69 N.T.: Cominform: órgão sucessor do Comintern, este dissolvido em 1943. Responsável pela coordenação do movimento comunista internacional.

desconfiança que Stálin nutria pelos outros partidos e a interferência em seus assuntos. Foram estabelecidas novas relações entre os líderes e partidos do bloco, baseadas nos princípios leninistas de igualdade e cooperação. A Iugoslávia assinou o Manifesto da Paz emitido pelos sessenta e quatro partidos, mas não a declaração dos partidos do bloco. A ausência da assinatura iugoslava de uma declaração do bloco contribuiu para que o Ocidente tomasse como genuína a subseqüente disputa soviéticoiugoslava. Todavia, em sua palestra no Instituto da KGB, em dezembro de 1957, o General Kurenkov deixou claro que os iugoslavos concordavam plenamente com aquela declaração, mas que se abstiveram de assiná-la por terem chegado a um acordo secreto com os soviéticos, pelo qual seria-lhes taticamente vantajoso não assinar.

Entre as decisões da conferência às quais os iugoslavos deram seu apoio estava a de formular uma política de longo alcance para o bloco. O acordo que permitia aos iugoslavos não assinar a declaração estabeleceu o padrão de segredo e dissimulação subseqüentemente usado para ocultar a colaboração iugoslava na formulação e adoção da política de longo alcance, além de facilitar a participação iugoslava no esforço conjunto de desinformação, em apoio àquela política.

Das conversas mantidas em 1959 com o Coronel Grigorenko 70, vice-diretor do departamento de desinformação da KGB,

o autor ficou a par das consultas e acordos havidos entre os soviéticos e iugoslavos, no final de 1957 e no início de 1958. Essas consultas e acordos tratavam da cooperação política entre os dois

70 O autor estava subordinado a Grigorenko, no Departamento de Contra-Inteligência, em 1951. Numa ocasião, em dezembro de 1959, Grigorenko visitou o Departamento de Informação (onde o autor então estava trabalhando), buscando pessoal que tivesse experiência sobre a Iugoslávia e Albânia, para trabalhar no seu departamento. A natureza de seu recrutamento obrigou Grigorenko a dar informações sobre o tipo de trabalho para o qual os oficiais estavam sendo requisitados. A informação sobre o envolvimento de Pushkin nessa operação foi confirmada, de modo independente, por um outro oficial da KGB, Kurenyshev.

lados, e conforme a estrutura estabelecida pela política de longo alcance. Os acordos cobriam a cooperação em três campos: na diplomacia, particularmente no que dizia respeito ao Egito, à Índia e aos países árabes e asiáticos em geral; nas negociações e tratativas com socialistas e sindicalistas ocidentais; e no campo da desinformação.

De acordo com Grigorenko, logo no início de 1958 o Presidium do Comitê Central do PCUS deu instruções a Pushkin, chefe do recém-criado Departamento de Operações Ativas, para que preparasse operações de desinformação sobre as relações soviético-iugoslavas, de acordo com os requisitos da política do bloco. A instrução precedeu a irrupção da disputa, em abril de 1958.

A disputa manifestou-se principalmente através das imprensas partidárias soviética e iugoslava. Uma vez que em ambos os casos a imprensa do partido estava sob controle total do aparato partidário, tal disputa era fácil de fabricar e fácil de controlar. Não obstante, desde o início ficou claro que para capitalizar os ganhos da operação e construir para o futuro, deveriam ser desenvolvidos novos recursos, canais e formas de ação, tudo em coordenação com a KGB. De acordo com Grigorenko, isso explica porque o Comitê Central decidiu usar, do final de 1959 em diante, tanto o Departamento de Operações Ativas quanto o departamento de desinformação da KGB para ampliar o escopo desta operação em particular. Em conseqüência dessa decisão, Shelepin emitiu instruções para que fosse formado um grupo especial no departamento de desinformação da KGB, sob as ordens de Grigorenko, para, de um lado, trabalhar em estreita cooperação com o Departamento de Operações Ativas, e de outro, com os serviços de segurança da Iugoslávia e da Albânia.

Evidências Públicas da Participação Iugoslava na Formulação da Política

As evidências de que a Iugoslávia aceitou a aplicação dos conceitos leninistas e as lições da NEP como bases para a nova política do bloco podem ser encontradas nos discursos e escritos de Tito e Kardelj durante o período de formulação da política (de 1958 à 1960).

Em meados de 1958, a atenção ocidental estava tão concentrada e voltada à polêmica entre Tito e Krushchev, que foram negligenciadas as declarações cruciais contidas nos discursos de Tito, fundamentais para a compreensão do real estado das relações soviético-iugoslavas. Tito referiu-se freqüentemente à relevância da NEP. Por exemplo, em seu discurso proferido em Labin, Iugoslávia, em 15 de junho de 1959, e em resposta às críticas de Krushchev à Iugoslávia por esta ter aceitado ajuda americana, Tito disse: "Os americanos começaram a nos fornecer ajuda depois de 1949, (assim como o fizeram à União Soviética em 1921 e 1922) não que o socialismo pudesse vencer em nosso país...mas porque, por um lado, estávamos ameaçados pela fome, e por outro, porque a Iugoslávia poderia assim resistir mais facilmente às pressões de Stálin e preservar a sua independência.
... E se porventura alguns círculos americanos acalentaram outras esperanças, bem, isso não era problema nosso." 71

Tito comprometeu-se com o novo e mais amplo conceito de internacionalismo socialista, que servia para proteger e dar apoio não apenas à União Soviética, como no passado, mas a todos os países e partidos comunistas, movimentos socialistas e a outros movimentos progressistas.

A propósito das relações entre os países socialistas, Tito disse que havia "uma nova confiança e sincera troca de opiniões e experiências, sobre as quais uma ampla cooperação está desenvolvendo-se". A Iugoslávia poderia desempenhar um papel mais útil fora do bloco do que dentro dele. Tito deixou isso claro em seu discurso em Labin: "A recusa em assinar a Declaração de Moscou para assim juntarmo-nos ao campo socialista, não significa que somos contra a maior cooperação possível com

71 "Yugoslav Facts and Views", n.o 56, 1958.

todos os países socialistas. Significa, ao contrário, que somos a favor de tal cooperação e em todos os campos, mas que na tensa situação internacional atual, acreditamos ser mais útil seguir uma construtiva política de paz junto com outros países amantes da paz e que tampouco façam parte de qualquer dos dois blocos, em vez de juntarmo-nos ao bloco, assim agravando ainda mais a situação mundial, já tensa o suficiente." Em outras palavras, ao permanecer formalmente fora do bloco, a Iugoslávia poderia contribuir com mais eficácia para o avanço dos objetivos da política leninista de longo alcance comum ao bloco.

Igualmente elucidativo acerca da verdadeira natureza do relacionamento da Iugoslávia com a política do bloco é o livro de Edvard Kardelj, "Socialism and War", publicado em Belgrado em 1960, pouco antes do Congresso dos Oitenta e Um. Naquela época,

o livro atraiu a atenção de analistas ocidentais por causa de sua polêmica com a China. Nele, Kardelj oferece uma competente exposição da política de "coexistência ativa", um conceito muito próximo daquele de Krushchev, o da "coexistência pacífica", e critica severamente os chineses por sua atitude negativa quanto a este conceito e também por sua oposição à tese (novamente, àquela propugnada por Krushchev) de que a guerra não é inevitável, a despeito do imperialismo ainda existir. O Ocidente concentrou-se neste ponto do livro de Kardelj e falhou em entender o sentido e valor de sua recomendação, qual seja, para que as diferenças entre comunistas fossem analisadas em termos de substância e não nos termos da polêmica verbal. O Ocidente também falhou em perceber as numerosas referências que Kardelj fez às doutrinas de Lênin, incluindo referências claras, senão explícitas, ao clássico leninista "Esquerdismo, doença infantil do comunismo", e à experiência obtida durante a NEP no que diz respeito ao uso de concessões, acordos diplomáticos com adversários e várias outras táticas. Em outras palavras, Kardelj fez referência às mesmas fontes históricas usadas entre 1958-60 por ocasião da formulação da nova política do bloco e das estratégias comunistas internacionais.
Não podem ser ignoradas as implicações das referências feitas a Lênin pelos líderes iugoslavos quando da definição de sua

posição. Elas estabelecem claramente que Tito e Kardelj consideravam um retorno ao leninismo e ao uso de uma diplomacia ativista e de outras táticas, nas condições da "coexistência pacífica", como sendo os meios mais eficazes de enfraquecer as nações do Ocidente e mudar o equilíbrio de poder em favor dos países comunistas. Essas declarações não são apenas compatíveis com a política de longo alcance; elas são de fato uma expressão clara da maioria dos elementos nela contidos. Elas são evidências importantes de que as políticas do bloco e da Iugoslávia, na forma em que se desenvolveram entre 1958 e 1960, eram idênticas e tinham uma fonte comum de inspiração na experiência histórica de Lênin e da sua NEP. Elas também sugerem que os líderes iugoslavos fizeram contribuições significativas à política de longo alcance e à estratégia comunista. Tampouco deveria ser excluída a possibilidade de que estrategistas comunistas de outros países do bloco tenham contribuído para o livro de Kardelj. Tanto as suas idéias, como as de Tito, estavam solidamente baseadas na doutrina ideológica leninista e não na forma de revisionismo praticada pela Iugoslávia durante a ruptura Tito-Stálin. O seu conceito de "coexistência ativa" era não mais que uma das variadas táticas à disposição, incluindo a variação de Krushchev, a "coexistência pacífica" e a tática maoísta de guerra revolucionária prolongada, todas aprovadas pelo Congresso dos Oitenta e Um Partidos em novembro de 1960. O fato de que Tito e Kardelj estavam desenvolvendo essas idéias durante o período 1958-60, por si só expõe a irrealidade de suas supostas desavenças e disputas com os soviéticos durante esse mesmo período; com efeito, confirma a validade da informação interna sobre a cooperação secreta soviético-iugoslava.

A tática de publicar o livro de Kardelj às vésperas do Congresso dos Oitenta e Um, o qual aprovou a política de longo alcance do bloco e a estratégia para o movimento comunista, lembrava a tática usada por Lênin ao publicar "Esquerdismo, doença infantil do comunismo" às vésperas da adoção da NEP pelos soviéticos e também logo antes da adoção de novas táticas pelo 2.o Congresso do Comintern.

Uma admissão vaga da cooperação soviético-iugoslava contra o imperialismo, em questões sobre as quais suas posições coincidissem, foi feita por Krushchev em seu relatório ao 21.o Congresso do PCUS, em janeiro de 1959. 72 Apesar de a publicação oficial "A História do PCUS" (edição russa de 1959) ter criticado os líderes iugoslavos por sua recusa em participar da conferência do bloco em 1957 e classificado o programa do partido iugoslavo de 1958 como revisionista,73 também dizia que, por iniciativa do PCUS, haviam sido restabelecidas relações normais entre a URSS e a Iugoslávia, e que a política de amizade e assistência mútua do PCUS tinha triunfado.74

A reconciliação com a Iugoslávia, no período 1957-58, foi muito além dos limites antevistos pelos soviéticos entre 1955 e 1956. Ela cobriu não somente as relações dos líderes iugoslavos com seus pares soviéticos, mas também com os albaneses, búlgaros, chineses e todos os outros líderes do bloco. De fato, durante a conferência dos partidos em novembro de 1957, os líderes iugoslavos renunciaram voluntariamente a sua

72 CSP, Leo Gruliow, editor, (Nova York: Frederick A. Praeger, 1959), vol. 3, p.

62. Krushchev declarou: "Em muitas questões de política externa, falamos a mesma língua."

73 "History of the Communist Party of the Soviet Union", English edition, (Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1960), pp. 701-2

74 Ibid., p. 641: "Subseqüentemente, o PCUS, por sua própria iniciativa, deu os passos para a restauração de relações normais entre a URSS e a Iugoslávia. A política de amizade e assistência mútua seguida pelo PCUS, triunfou. Os erros ocasionalmente cometidos nas relações com países fraternais tiveram caráter secundário e acidental. A essência dessas relações era genuinamente socialista e estava em concordância plena com os princípios do internacionalismo proletário. O PCUS dirigiu todos os seus esforços para reforçar sua amizade com a China Popular e com as outras Democracias Populares. Esta política teve êxito total. As atividades conjuntas do PCUS e de outros Partidos Comunistas à frente de seus respectivos Estados, resultaram no estabelecimento de uma comunidade fraternal de países socialistas, e nenhuma intriga por parte de seus inimigos poderia, ou pode, abalar sua solidariedade e unidade. Esta unidade é uma fonte de resistência e força para o campo socialista... O problema das relações entre os países socialistas foi, a despeito de toda a sua complexidade e novidade, resolvido com êxito, nos interesses de cada país e de todo o campo socialista."

independência política e ideológica em favor do bloco. Isto tornou-lhes possível porque a conferência adotou uma resolução -cuja minuta Kardelj e Rankovic sem dúvida ajudaram a redigir -que permitia aos partidos do bloco seguir os seus próprios caminhos nacionais rumo ao socialismo, desde que se mantivessem fiéis aos princípios básicos de revolução marxista e construção do socialismo.

Uma confirmação de que todos os partidos do bloco concordaram que, por razões táticas, a Iugoslávia não deveria assinar a principal declaração da conferência, é dada pelo fato de que após o término da mesma, não houve qualquer condenação dos partidos do bloco à recusa iugoslava, quer individualmente ou coletivamente. Na verdade e desde novembro de 1957, a situação real das relações entre todos os líderes do bloco era excelente e não havia base para qualquer desavença ou disputa séria entre eles.

A verdadeira relação entre a Iugoslávia e o restante do bloco durante o período 1958-60, foi revelada em novembro de 1960, quando o Congresso dos Oitenta e Um (que continuou a reconhecer a Iugoslávia como um país socialista) aprovou publicamente,
como sendo a sua decisão mais crucial e fundamental, um manifesto de formulação política que não só incorporava o conceito de Tito sobre uma ampla solidariedade internacional, tão pesadamente criticado pelos soviéticos em 1958 -mas também as recomendações de Kardelj quanto à revitalização das políticas e táticas ativistas de Lênin durante um período de "coexistência pacífica", além do uso da experiência histórica da NEP para a construção do socialismo.

Não houve, é claro, qualquer reconhecimento público da contribuição iugoslava ao Manifesto e nem seus autores foram citados nominalmente. Na verdade, o congresso anunciou oficialmente que os iugoslavos não haviam participado de seus procedimentos e reuniões. Em termos gerais, o Manifesto condenava o "revisionismo iugoslavo". Não obstante, a evidência que se tem de acordos secretos estabelecidos entre a Iugoslávia e o restante do bloco em Novembro de 1957, somada aos argumentos acima descritos, aponta para a conclusão de que a aparente

ausência iugoslava do congresso de novembro de 1960, foi novamente não mais que uma manobra tática. A probabilidade maior é de que a Iugoslávia tenha concordado, secreta e antecipadamente, com a minuta das resoluções do congresso de novembro de 1960 e que o bloco como um todo tenha concordado que os seus interesses seriam mais bem servidos se a Iugoslávia continuasse a apresentar-se como um país independente e não pertencente ao bloco.

Outras Anomalias na "Disputa"

O exame detalhado das críticas soviéticas à Iugoslávia e o curso da disputa que se desenrolou entre 1958-60, quando comparado ao cenário da ruptura genuína havida entre Tito e Stálin, lançam ao ar um número adicional de questões, que por um lado jogam mais dúvidas sobre a autenticidade daquela última disputa e confirmam ter sido ela uma operação de desinformação e por outro, ajudam a ilustrar a técnica de desinformação nela usada e os propósitos aos quais a operação pretendia servir.

A disputa teve início na primavera de 1958, com as críticas veiculadas pela imprensa soviética a respeito do esboço do novo programa do partido iugoslavo, o qual incluía uma declaração sobre o caminho da Iugoslávia rumo ao socialismo. De fato, a declaração estava em perfeita concordância com as resoluções da conferência de novembro de 1957, que reuniu os partidos do bloco. Conseqüentemente, a crítica soviética não era apenas estranha, inconsistente e injustificada, mas também contrária ao endosso dado especificamente pelos partidos de países que estavam trilhando diferentes caminhos nacionais rumo ao socialismo, desde que resguardados e mantidos certos princípios básicos, tais como o papel principal dos partidos comunistas. Mais tarde, tanto Krushchev como Tito admitiram, direta e indiretamente, que as críticas soviéticas ao programa iugoslavo eram infundadas. Em seu relatório ao 21.o Congresso do PCUS em janeiro de 1959, Krushchev disse:

“Questões de métodos e práticas da construção socialista são assuntos domésticos de cada país individualmente. Nós não entramos em qualquer controvérsia com os líderes iugoslavos sobre o estabelecimento de conselhos de trabalhadores ou sobre outras matérias de seus assuntos domésticos. Quando a Declaração da Conferência dos Partidos Comunistas e de Trabalhadores dos Países Socialistas estava sendo assinada, não houve qualquer desacordo ou controvérsia sobre tais assuntos.” 75

Dessa forma, Krushchev repudiou as críticas soviéticas anteriores, feitas ao “caminho da Iugoslávia para o socialismo”, mas não antes que a atenção dos analistas ocidentais, focalizada na polêmica, já tivesse sido devidamente desviada daquilo que realmente estava acontecendo no bloco àquele tempo.

A crítica soviética à falha iugoslava em dar apoio à solidariedade socialista era igualmente infundada. O reconhecimento da Alemanha Oriental pela Iugoslávia e as expressões de solidariedade ao partido comunista alemão-oriental e ao seu líder, Ulbricht, demonstravam que a Iugoslávia estava honrando as promessas de apoio que secretamente havia feito aos soviéticos. É de se notar que, durante a polêmica de 1958, nem os soviéticos nem os iugoslavos revelaram que tinham chegado a este entendimento secreto específico.

Oficialmente, o congresso do partido iugoslavo, em abril de 1958, foi boicotado pelo restante do bloco. Mas foi um boicote estranhamente incompleto, pois ainda que as delegações oficiais do bloco não comparecessem, os embaixadores dos países do bloco fizeram-se presentes como observadores.

Há margem para considerável dúvida quanto à realidade da pressão econômica que a União Soviética supostamente exerceu sobre os iugoslavos em seguida à disputa de 1958. Os soviéticos não cancelaram acordos nem cortaram relações econômicas, contrariamente ao que fizeram por ocasião da ruptura Tito-Stálin.
Comércio, cooperação técnica e intercâmbio cultural, continuaram.

75 CSP, vol. 3, pp. 68-69

Os soviéticos não cancelaram seus compromissos de fornecimento de crédito, assumidos em 1956. Não os negaram em princípio nem postergaram arbitrariamente as datas de concessão. Em vez disso, eles sugeriram que deveria haver negociações sobre a postergação dos períodos de concessão de créditos, de 1957-64 para 1962-69 e 1963-69. Em dezembro de 1958, em Moscou, foram iniciadas negociações sobre o comércio soviético-iugoslavo e em abril de 1959, em Belgrado, foi assinado um programa de cooperação cultural. Em janeiro de 1960, o líder iugoslavo Vukamovic-Tempo reuniu-se com Krushchev em Moscou. Ao mesmo tempo, a União Soviética e a Iugoslávia assinavam um protocolo de cooperação científica.

As críticas à Iugoslávia por falta de ardor revolucionário, ajudaram a distrair a atenção do apoio ativo que mais tarde a Iugoslávia deu aos movimentos de libertação, especialmente na África.

As críticas a Tito por ter aceitado ajuda americana precederam, por questão de meses, as tentativas dos soviéticos mesmos em obter um crédito de dois bilhões de dólares junto aos Estados Unidos, destinados à modernização industrial. Em abril de 1959, o próprio Tito ressaltou essa inconsistência, referindo-se à visita de Mikoyan aos Estados Unidos em janeiro daquele ano.

Apesar da posição da Iugoslávia na ONU ter aparentemente oscilado entre o apoio aos Estados Unidos e à União Soviética, nas questões vitais, tais como o tratado alemão (em fevereiro de 1959), colonialismo, desarmamento, reorganização da estrutura da ONU e

o assento da China comunista nessa, a Iugoslávia apoiou de forma consistente as posições da União Soviética. Havia, portanto, sólidas razões para que Gromyko dissesse que relações soviéticas com a Iugoslávia eram “boas” e que nos assuntos mais importantes, suas posições coincidiam.76
A comparação entre a ruptura de 1948 e a disputa de 1958 mostra quão superficiais eram as diferenças e desavenças nessa última. Não houve quebras claras e evidentes das relações políticas, econômicas ou culturais. A Iugoslávia não foi

76 GSE (1961), p. 374.

politicamente isolada pelo bloco e nem houve qualquer ameaça de ação militar contra ela. Tampouco houve imposição de boicote econômico. Não houve mudanças importantes nas representações diplomáticas credenciadas junto à Iugoslávia e desta ao restante do bloco. O intercâmbio de delegações, continuou. A Iugoslávia solicitou admissão à reunião da Comecon, realizada em abril de 1959, mas supostamente o convite lhe foi negado. Não obstante, no mesmo mês foi assinado em Belgrado um programa de cooperação cultural entre a União Soviética e a Iugoslávia.

Uma vez que detalhes protocolares foram citados com freqüência pelos analistas ocidentais como elementos de apoio à tese da existência de rupturas no mundo comunista, vale mencionar que, a despeito da existência de uma pretensa disputa, Krushchev, quando já a caminho da Albânia, mandou um telegrama de saudações a Tito em 26 de maio de 1956, o qual foi respondido no dia seguinte.

A inconsistência final na disputa foi exatamente o modo pela qual ela terminou. Sem qualquer razão aparente, em 1960 houve uma súbita melhora nas relações soviético-iugoslavas, acompanhada de uma mais íntima cooperação diplomática, seguida de uma reconciliação pública em 1961. O controverso programa do partido iugoslavo, que Krushchev e a imprensa soviética tinham criticado tão duramente em 1958 e 1959, e que os iugoslavos tão obstinadamente recusaram-se a modificar, deixou de ser um obstáculo às boas relações em 1960 e 1961.

Recapitulando: a informação oficial e pública de fontes comunistas confirma a validade da informação interna e restrita sobre os acordos secretos entre a União Soviética e a Iugoslávia e leva à conclusão que a alegada disputa de 1958-60 não foi a repetição da ruptura Tito-Stálin, mas sim um produto calculado de uma operação conjunta de desinformação soviético-iugoslava, em apoio à política de longo alcance do bloco e para cuja formulação ambos os lados da disputa fizeram a sua contribuição.

Desde que a disputa soviético-iugoslava de 1958-60 seja vista como artificial e que as polêmicas entre os líderes sejam reconhecidas como não mais do que um duplo treino de boxe com oponentes imaginários, conduzido por acordo entre as partes e para o entretenimento de observadores externos, a explicação de outros aspectos da controvérsia torna-se clara. Por exemplo, em resposta aos ataques verbais dos chineses à Iugoslávia, a imprensa desta criticou as comunas chinesas; então, em dezembro de 1958, Krushchev revelou ao senador Hubert Humphrey que havia diferenças entre soviéticos e chineses sobre o assunto das comunas. No mês seguinte, dirigindo-se ao 21.o Congresso do PCUS, Krushchev repudiou seus próprios comentários e acusou os "revisionistas iugoslavos" de disseminação de todo o tipo de invenções sobre diferenças entre o PCUS e o PCC. Ele disse: "E agora os revisionistas iugoslavos valem-se desse mentiroso [Humphrey] como sua testemunha."

Antecipando em certa medida a argumentação exposta nos capítulos à frente, este incidente pode ser visto como um bom exemplo da técnica de desinformação. Primeiro, conseguiram aguçar o interesse ocidental sobre diferenças sino-soviéticas inexistentes, pelo simples uso de uma declaração feita por alguém situado no mais alto nível hierárquico. Na seqüência, o repúdio de Krushchev às suas próprias declarações chamou ainda mais atenção, pois o gesto sugeria que essas de fato tinham sido sérias indiscrições de sua parte, as quais ele tentava a todo custo esconder.

Independente da sua significância no contexto sinosoviético, o incidente proporcionou mais uma questão artificial com a qual alimentar uma disputa controlada e de comum acordo entre os soviéticos e iugoslavos; o que se viu não foi uma instância do antagonismo entre eles, mas sim de cooperação e cumprimento de seu acordo secreto de colaboração no campo da desinformação.

Os Objetivos da Disputa Soviético-Iugoslava de 1958-60

O primeiro objetivo da encenação da disputa de 1958-60 foi o de ocultar o verdadeiro grau de reconciliação entre os líderes iugoslavos e os demais líderes dos países do bloco. As razões para a ocultação eram duas: tendo em mente a postura anti-soviética adotada pela Iugoslávia nos últimos cinco anos de vida de Stálin e a atitude compreensiva e simpática da Iugoslávia aos rebeldes poloneses e húngaros em 1956, uma súbita e pública reconciliação em 1958 poderia ter tido conseqüências adversas em outros países do bloco, exatamente o que se queria evitar durante a formulação da política de longo alcance do bloco. Tendo também em mente a força do sentimento nacionalista entre a população iugoslava e no próprio partido comunista iugoslavo, uma rendição pública aos ditames do bloco, por parte dos líderes iugoslavos, teria-lhes causado sérios problemas entre seus seguidores e opositores dentro da Iugoslávia.

Ao construir-lhes uma imagem de independência, o segundo maior objetivo era o de preparar os líderes iugoslavos para o desempenho de um papel estratégico especial. Era esperado que nos países avançados do Ocidente essa independência ajudasse os líderes iugoslavos a usar de suas relações com líderes socialistas e sindicais europeus para promover a formação de frentes unidas entre partidos socialistas e comunistas, e no longo prazo, contribuir para a dissolução dos pactos militares com os Estados Unidos e para a neutralização da Europa Ocidental e Japão. Nos países em desenvolvimento, esperava-se obter a aceitação dos iugoslavos como genuínos líderes neutralistas do movimento dos países nãoalinhados, o qual, no longo prazo, eles estariam aptos a influenciar e virar contra o Ocidente.

Os objetivos subordinados eram:

- Afixar firmemente o rótulo “revisionista” sobre o partido comunista iugoslavo e identificar as suas políticas e doutrinas a

um extremo de uma variedade de diferentes tipos de comunismo.

- Num estágio posterior, projetar Krushchev e os líderes soviéticos como se estivessem mudando de curso com relação ao revisionismo iugoslavo, e assim ajudar a diplomacia ativista da détente soviética em suas tratativas com os países avançados.
- Ganhar experiência, dar apoio e criar uma atmosfera favorável ao desenvolvimento, seguindo linhas similares, de outras operações de desinformação, p.ex., sobre rupturas soviéticoalbanesas, sino-soviéticas e num estágio posterior, sobre a independência romena.

Parte II – Capítulo 14

A Segunda Operação de Desinformação: A "Evolução" do Regime Soviético,

Primeira Parte: As Mudanças Mais Importantes na URSS

Certos acontecimentos que tiveram lugar na União Soviética a partir de 1958, via de regra, foram interpretados no Ocidente como reflexos de uma moderação nos rigores da ideologia comunista e de um declínio da sua influência sobre a condução prática dos assuntos de estado. Essas aparentes tendências são usualmente tidas como associadas à elevação da União Soviética ao status de grande potência, em crescente busca por seus objetivos e interesses nacionais de acordo com os padrões tradicionais ocidentais e enfrentando problemas políticos internos já bem conhecidos, em particular a emergência de um movimento dissidente. Enquanto é verdade que foram feitas mudanças em vários aspectos econômicos, políticos, diplomáticos e ideológicos do regime, deve ser feita uma clara distinção entre as mudanças mesmas e a maneira pela qual essas mudanças foram apresentadas, se é que se pretende compreender a natureza e o propósito da desinformação nelas embutidas.

Mudanças Econômicas

Do final dos anos 50 em diante, as mudanças na prática econômica soviética incluíram uma melhoria nos incentivos materiais à produção industrial e agrícola, a promoção da competição e a ampliação dos mercados privados nas cidades. A imprensa soviética veiculou evidências impactantes sobre o

ressurgimento do capitalismo, na forma de artigos sobre o mercado negro e sobre capitalistas clandestinos na União Soviética. As confissões de um "ex-milionário clandestino soviético" apareceram no jornal Izvestiya em 1959 ou 1960.

É verdade que há e, numa escala variada, sempre houve um mercado privado na União Soviética, no qual os camponeses das fazendas coletivas e alguns indivíduos agindo por conta própria vendiam a produção agrícola que obtinham de seus pequenos lotes de terra. No período da NEP, quando a propriedade e a iniciativa privadas foram permitidas, esse mercado privado atingiu o seu auge pós-revolucionário. Com o fim da NEP e a coletivização da agricultura, encolheu até atingir proporções insignificantes. Durante e após a II Guerra Mundial, reviveu por um curto período, apenas o suficiente para ser drasticamente reduzido nos últimos anos do governo de Stálin. Desde a sua morte e com a nova ênfase em incentivos e a abolição da entrega compulsória da produção ao Estado pelos pequenos fazendeiros de lotes privados, o mercado privado mais uma vez cresceu em escala. Atualmente, esse mercado existe em duas modalidades: o mercado principal, nas cidades, onde os camponeses das fazendas coletivas e alguns outros indivíduos vendem sua produção agrícola e um pequeno mercado negro, especialmente em Moscou e em Leningrado, no qual transações ilegais de moeda e de outros bens são efetuadas entre especuladores soviéticos e diplomatas e visitantes estrangeiros.

O crescimento do mercado principal foi estritamente limitado porque a introdução de maiores incentivos aos fazendeiros e a outros trabalhadores não foi acompanhada de uma legalização dos empreendimentos privados; a ênfase geral foi sobre o incremento da produção e da eficiência, não de empreendimentos privados, mas das fazendas coletivas, indústrias e empreendimentos de comércio exterior estatais. Simplesmente não pode haver ampliação significativa do mercado privado, em saudável competição com o setor estatal, sem a reintrodução legalizada da iniciativa e propriedade privadas. O governo soviético não mostra qualquer sinal de estar fazendo isso; ao contrário, o regime mantém a sua atitude hostil à propriedade

privada e o objetivo último continua sendo a extinção total do setor privado.

Quanto ao mercado negro, como bem sabem os diplomatas estrangeiros, é certo dizer que é extremamente limitado e ilegal. O que não é tão bem sabido assim é o fato de que esse mercado negro é secretamente controlado e explorado pelo Departamento de Anticontrabando da KGB. Significativamente, este departamento foi criado em 1959, seguindo as linhas de um departamento similar montado pela OGPU durante o período da NEP. Sua função é controlar as atividades de especuladores domésticos e empresários estrangeiros, além de chantagear e recrutar como agentes, membros do corpo diplomático e outros visitantes estrangeiros que se envolvam em transações ilícitas. O chefe desse novo departamento, Sergey Mikhaylovich Fedoseyev, foi tão bem sucedido no recrutamento de estrangeiros, incluindo americanos, que em 1961 ele foi promovido a Chefe do Departamento Americano, responsável pelo recrutamento de funcionários da embaixada americana em Moscou.

Tendências na direção de empreendimentos privados existiam na União Soviética desde a revolução. Mas as prisões de peculatários e de especuladores que enriqueceram as expensas do estado, nem sempre foram relatadas publicamente. Se no período 1959-62 foi dada ampla publicidade à prisões desse tipo, isso não significa, como alguns observadores ocidentais acreditaram e como o regime soviético desejava que acreditassem, que o capitalismo estivesse renascendo na União Soviética. Ao contrário, isso indicava que o regime estava intensificando a sua política ideológica tradicional de eliminar os “últimos vestígios de capitalismo”, enquanto simultaneamente promovia o mito de que o capitalismo estava sendo restaurado.

Desde o final dos anos 50, certa reorganização industrial estava em curso. Foram concedidos maiores poderes decisórios às administrações econômicas locais, sem com isso enfraquecer o controle central. Foram criados conselhos locais de economia

popular. A autoridade de funcionário públicos da administração econômica foi expandida.

Na terminologia ocidental, esses funcionários são descritos como "tecnocratas", os quais, supostamente, estariam tomando o controle. Mas o que os observadores ocidentais geralmente ignoram é que os tais tecnocratas são na realidade membros do partido que, tendo recebido treinamento industrial ou outro treinamento especializado, estão somente aplicando a linha do partido em seus locais de trabalho. É através deles que o partido exercita um controle mais eficiente sobre a indústria soviética, a qual, a despeito das aparências de mudanças recentes, está agora muito mais planificada e mais efetivamente coordenada do que nunca.

De 1962 em diante, houve um prolongado e arrastado debate na imprensa soviética sobre a introdução da motivação do lucro, sobre o conceito de uma economia de mercado e sobre a criação de um sistema de trustes na indústria. O economista soviético, Professor Liberman, desempenhou um papel destacado nesse debate. 77 De acordo com o plano básico, as fábricas deveriam ser livres para determinar seus próprios salários, custos e lucros. Uma porção desse lucro seria revertida para um fundo de incentivo, que pagaria bônus aos gerentes e trabalhadores. A introdução dos trustes estatais, que funcionariam com base no lucro, foi encorajada pelo governo. De fato, alguns desses trustes foram criados de 1962 em diante; p.ex. pequenas fábricas de sapato foram experimentalmente agrupadas em um único complexo, a firma Progresso, em Lvov. Outros trustes foram montados em Gorki e em outros lugares.

A semelhança que essas reformas guardam com o capitalismo é apenas superficial. Seu efeito foi o de fortalecer e não o de enfraquecer o controle do partido sobre a indústria.

Permanecem inalteradas as diferenças fundamentais entre o sistema soviético e o capitalismo quanto aos objetivos básicos, princípios de propriedade e administração, quanto à distribuição da renda nacional e do poder político. A ênfase do programa

77 Para um exemplo sobre o tema, ver "Pravda", 9 de setembro de 1962.

soviético de investimento de capital é ainda sobre a indústria pesada e especialmente em armamentos, incluindo satélites militares e mísseis nucleares.

É de se notar que, em certa medida, as reformas econômicas refletiam a experiência da NEP. Algumas das idéias de Liberman, assim como a criação de trustes estatais na indústria, foram modeladas no padrão estabelecido pela NEP, mas na verdade, tiveram um alcance muito menor que aquelas dos anos 20. A propriedade privada de empresas não foi restabelecida depois de 1960; a agricultura permaneceu coletivizada. As reformas, tal como foram implementadas nos anos 60 e 70 não sinalizavam para uma mudança fundamental no regime. Na verdade, as reformas foram passos que o regime deu de forma cuidadosamente calculada e de acordo com os princípios da política de longo alcance. O objetivo dessas reformas nunca foi a mudança da natureza do sistema, mas sim de estabilizá-lo ao tornar a economia mais eficiente e o controle do partido, mais eficaz.

Em resumo, hoje há menos fundamentos objetivos que possam levar à conclusão de que a natureza econômica do regime vem evoluindo desde 1960 na direção do capitalismo, do que havia no período da NEP. Contudo, nos anos 60 e 70 e à semelhança dos anos 20, foi usada a mesma técnica para exagerar e descrever enganosamente a natureza de tais mudanças, especialmente no que tange à sugestão de um enfraquecimento ideológico e a uma tendência à restauração do capitalismo.

A KGB desempenhou um papel ativo nessa desfiguração e descrição enganosa. Por exemplo, as confissões de um milionário clandestino foram fornecidas ao Izvestiya pela KGB e por instigação pessoal de Shelepin. Uma técnica mais disseminada da KGB foi usada para influenciar diretamente as opiniões de turistas ocidentais, empresários, estudiosos e correspondentes de imprensa.

Um exemplo de aplicação dessa técnica seria o dos economistas ocidentais, que em visita à União Soviética naturalmente desejariam encontrar seus colegas soviéticos. É prática normal para estes últimos pedirem autorização formal e antecipada junto ao partido e à KGB para tais encontros. Eles são então instruídos quanto à linha que devem seguir nas discussões

“francas” com seus colegas ocidentais acerca das falhas no sistema soviético e da direção na qual o sistema está evoluindo.

Considerando que não houve qualquer espécie de restauração do capitalismo na União Soviética, as acusações chinesas e albanesas contra os líderes soviéticos a esse respeito, por ocasião das polêmicas nos anos 60, eram infundadas e podem, portanto, ser vistas como parte essencial de um esforço combinado de desinformação feito pelo bloco, em concordância com as decisões da política de longo alcance determinadas no período 1958-60, com a participação chinesa e albanesa.

Mudanças Políticas

A crença ocidental numa moderação da atitude soviética quanto aos problemas políticos internos e externos durante os anos 60, baseou-se em várias mudanças introduzidas a partir de 1958. Elas podem ser apresentadas em poucas palavras. Uma nova fórmula foi desenvolvida para substituir a “ditadura do proletariado” na linguagem comunista oficial. Essa era expressa no conceito de “um estado de todo o povo”. 78 Foram feitas certas mudanças legais e também foram dados ostensivos passos para reduzir o papel e a influência do serviço de segurança. O Ministério de Assuntos Internos da União, foi abolido em 1959 mas apenas por pouco tempo. O diretor-geral da KGB, o notório policial profissional, General Ivan Serov, foi demitido em 9 de dezembro de 1958; duas semanas depois, foi substituído por Shelepin, um ex-líder do movimento da juventude soviética e presumivelmente liberal. O uso do terror foi reduzido. Foi decretado que a “legalidade socialista” deveria ser observada. A KGB foi reapresentada como uma organização reformada, dura com os inimigos do regime, mas “humanista” em sua abordagem do povo soviético, como havia sido a sua antecessora nos dias de Dzerzhinski. Krushchev contava a editores da imprensa socialdemocrata da Alemanha Ocidental que as organizações de

78 Expressão oficialmente introduzida em 1961.

segurança do estado nem eram na verdade necessárias na União Soviética; elas poderiam, quando muito, ser usadas em casos de pequenos furtos 79. Krushchev e Shelepin negaram repetidamente que houvesse prisioneiros políticos na União Soviética. 80 . De acordo com a publicação Kommunist:"Os órgãos de segurança do estado estão agora dando mais e mais ênfase ao trabalho preventivo e educacional [...] eles estão expandindo seu trabalho profilático". 81 Esta linha de conduta estava em vivo contraste com a ênfase anterior dada ao trabalho de repressão dos serviços de segurança.

Com relação à religião, foi adotada uma atitude ostensivamente mais tolerante. O Presidente da Comissão Diretora para Assuntos da Igreja Ortodoxa, um funcionário da KGB de nome G. Karpov, foi substituído por Kuroyedov, um ex-secretário de um comitê partidário provincial. Foi permitido que mais líderes religiosos viajassem ao exterior.

.

Para com os escritores, cientistas e outros trabalhadores criativos, também foi adotada uma atitude mais liberal. Houve ocasionais expressões da opinião pública, aparentemente espontâneas e independentes. Algumas vezes foram publicados comentários não-oficiais críticos ao regime. Ainda que o tradicional realismo socialista nas artes continuasse a receber encorajamento oficial, exposições de pintores abstratos foram bem divulgadas em Moscou, não sem serem acachapantemente criticadas por Krushchev. O que ocorreu na pintura, desenvolveuse de modo bastante semelhante na literatura: paralelamente à literatura linha-dura tradicional, certos escritores e poetas renomados na União Soviética publicaram material controverso, tanto na imprensa soviética como na estrangeira. Em conseqüência, alguns foram perseguidos e punidos. Um poema de

79 Izvestiya, 19 de maio de 1959.
80 Izvestiya, 28 de janeiro de 1959, p. 9: "Agora não há condenações por crimes políticos nos tribunais da União Soviética. É uma grande conquista que traduz a excepcional unidade das visões políticas do povo e do Comitê Central do Partido".
81 Kommunist, n.o 11 (1960), p. 44.

Yevtushenko que incluía críticas a Stálin foi publicado na União Soviética. Foi também publicado o livro "Um Dia na Vida de Ivan Denisovich", de Solzhenitsyn, uma descrição da vida numa prisão soviética por um autor que havia sido ele mesmo um prisioneiro durante o governo de Stálin. Outras obras de autoria de exprisioneiros políticos, tais como Dyakov e Georgiy Shelest, apareceram no início dos anos 60. Mais turistas soviéticos viajavam ao exterior, incluindo escritores que fizeram comentários controversos e críticos ao regime. A alguns foi permitido deixar a União Soviética definitivamente. Dentro da União Soviética, Kochetov, um famoso escritor, emergiu como o líder da ala "conservadora" do sindicato dos escritores, enquanto o poeta Tvardovskiy, que patrocinou a publicação de obras de Solzhenitsyn, liderava os "liberais". Aos liberais juntaram-se os poetas Yevtushenko e Voznesenskiy, além de cientistas e outros dissidentes.

Com a ajuda dessas atitudes oficiais aparentemente mais liberais, foi mudada a imagem da União Soviética levada ao mundo exterior; os fundamentos políticos do regime, não. O "estado de todo o povo" ainda era uma ditadura comandada exclusivamente, e agora com mais eficácia, pelo partido comunista, através de seu aparato e de outros órgãos, incluindo a KGB. A KGB continuava sendo um dos pilares da força e estabilidade do regime. A verdadeira oposição política anticomunista foi reprimida e suprimida como antes, mas agora numa base seletiva. A natureza real do regime e da KGB e sua intolerância quanto à oposição ideológica, foram demonstradas pelo assassinato do líder nacionalista ucraniano Stepan Bandera, morto em outubro de 1959 enquanto estava na Alemanha Ocidental. O regime não era menos impiedoso dentro da União Soviética quando lidava com movimentos nacionalistas ou outros movimentos de oposição. A despeito dos enfáticos desmentidos de Krushchev, ainda havia prisioneiros políticos na URSS, embora seu número tivesse sido reduzido. Os julgamentos políticos eram ainda geralmente mantidos em segredo.

A escala da repressão não pode ser avaliada pelos julgamentos de exibição, os quais eram às vezes bastante

divulgados publicamente, e tampouco pela informação, que seguindo exemplo do anos 20, era por vezes vazada através da samizdat ou de outras fontes, conforme considerações políticas ou táticas. De acordo com Mironov, ex-diretor da seção de Leningrado da KGB, entre 1958-59 essa seção ainda estava prendendo 35% dos elementos anti-soviéticos que detectava. Os outros 65% eram soltos, após receberem eloqüentes admoestações profiláticas.

Os intelectuais soviéticos ainda eram oficialmente controlados através das organizações do partido existentes nos vários institutos, academias e sindicatos, como no dos escritores, por exemplo. Extra-oficialmente, eles eram também ainda controlados pelos serviços de segurança, através de agentes secretos. Não havia a livre, independente e espontânea expressão de opiniões políticas na União Soviética. Mesmo que o uso do terror tenha diminuído em comparação com a era estalinista, reformas e mudanças políticas reais não foram além do que já tinham ido durante o período do "degelo" entre 1953 e 1956.

A pretensa evolução política do regime pode ser entendida, à luz do (secreto) Relatório Shelepin, como a implementação da política de longo alcance de estabilização e o fortalecimento do regime pela adoção de métodos usados com sucesso nos anos 20. Tal política implicava não na diminuição do poder da KGB, mas num papel político mais amplo, ativo, sofisticado e influente da KGB na modelagem e condicionamento da vida da sociedade soviética. As declarações citadas anteriormente, de Krushchev e outros, sobre a redução da importância da KGB, eram inverídicas e elas mesmas evidência da criação deliberada de uma imagem falsa dessa sociedade. A própria KGB, junto com o partido e a liderança soviética, participou da criação dessa imagem falsa. Proeminentes juristas, incluindo vários do Instituto da KGB, como

o Professor de Direito Viktor Chikvadze, ajudaram os líderes soviéticos a formular o novo conceito de "um estado de todo o povo". Eles também ajudaram a preparar as falsas declarações sobre o papel restrito da KGB e sobre a inexistência de prisioneiros políticos. Quando os intrigados e perplexos estudantes e membros do Instituto da KGB (incluindo o autor deste),

apontaram para a incorreção e a imprecisão das observações de Krushchev, pedindo uma explicação, lhes foi dito que tais declarações eram requeridas por conta de considerações táticas e políticas. De fato, as declarações foram feitas para mascarar o novo papel da KGB.

Evidências posteriores do papel da KGB na modelagem da nova e falsa imagem do regime e que ilustram a conexão entre as técnicas utilizadas nos anos da NEP e nos anos 60, podem ser encontradas no caso de Shul'gin.

Shul'gin foi um antigo líder monarquista exilado, que se tornou uma vítima da operação "Truste", ao inadvertidamente ser usado pela OGPU para influenciar opiniões ocidentais sobre a evolução soviética. Em setembro de 1925, ele foi atraído de volta à União Soviética e sob os auspícios da "Truste", visitou Kiev, Moscou e Leningrado, encontrando-se com os "ministros" da defesa, das relações exteriores e das finanças da "organização clandestina". Em 1927 escreveu um livro intitulado "Three Cities". Depois de devidamente autorizado pela "Truste" (ou seja, pela OGPU), o livro foi também publicado fora da União Soviética. Um de seus temas principais era o que afirmava ser supérflua a intervenção estrangeira nos assuntos soviéticos, uma vez que o comunismo era já uma força declinante.

Depois da II Guerra Mundial, agentes do serviço de segurança soviético prenderam Shul'gin em Belgrado. Ele foi mandado para a prisão na União Soviética por seu envolvimento com a "Truste" nos anos 20. Solto da prisão em 1960, foi usado pela KGB, desta vez bem consciente disso, para publicar uma brochura na qual declarava algumas das razões pelas quais sugeria que o regime soviético estava evoluindo na direção de um sistema mais tolerante e democrático. 82

82 O autor ficou sabendo disso através de Grigorenko, cujo departamento ajudou Shul'gin a redigir e publicar a brochura.

Mudanças na Diplomacia

De 1958 em diante, a liderança soviética deu ênfase especial à coexistência pacífica, ao comércio e às relações econômicas com o Ocidente e também a uma nova, moderada e profissional abordagem em negociações e acordos. A diplomacia soviética entrou numa fase ativa; a diplomacia pessoal de alto nível tornou-se prática comum. Krushchev e outros líderes soviéticos visitaram os Estados Unidos e a França, enquanto líderes ocidentais eram convidados à União Soviética. Foram feitas abordagens junto aos governos dos países capitalistas avançados, incluindo a Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França e Japão, com o propósito de melhorar e incrementar as relações políticas, econômicas e culturais com tais países. Os soviéticos demonstraram interesse em conferências de cúpula e reuniões internacionais sobre desarmamento e comércio. Em 4 de dezembro de 1958, os soviéticos emitiram uma declaração sobre a suspensão de testes nucleares e que foi precedida e seguida de outras propostas de desarmamento. 83 Os soviéticos expressaram seu desejo de adquirir bens de capital dos países industrializados, com base em créditos de longo-prazo. 84 Também receberam atenção especial os países que fazem fronteira com a União Soviética. 85 Essas iniciativas não representavam uma evolução na

83 Ver, p.ex., a carta de Gromyko, ministro do exterior soviético, para a ONU, datada de 20 de setembro de 1958, na qual ele propõe uma redução de 10-15% nos orçamentos militares das grandes potências. (Pravda, setembro de 1958).
84 Em 6 de junho de 1958, o Pravda publicou a carta de Krushchev ao Pres. Eisenhower, datada de 2 de junho, na qual ele encaminhava a proposta do governo soviético para "medidas conjuntas de incremento comercial". A carta declarava que, sendo a União Soviética e os Estados Unidos os países mais poderosos economicamente, poderiam "avançar no comércio bilateral em larga escala."
85 Ver o relatório de Krushchev ao 22.o Congresso do PCUS, em outubro de 1961 (CSP, vol. 4, p. 46): "a União Soviética está dando particular atenção ao desenvolvimento de laços com seus vizinhos. As diferenças entre nossos sistemas políticos e sociais não têm evitado o desenvolvimento de relações amistosas e mutuamente benéficas entre a URSS e países como o Afeganistão e a Finlândia. Nossas relações com a Áustria e a Suécia estão progredindo muito bem. Temos feito esforços para melhorar nossas relações com a Noruega e a Dinamarca e iremos persistir nesse intuito. Mais recentemente, houve melhora

direção de uma forma de diplomacia nacional mais convencional e menos ideológica por parte do governo soviético. Na verdade, elas deveriam ser comparadas com a diplomacia sob o comando de Lênin no período da NEP; de forma similar, não eram mais que passos calculados, agora tomados com base na estrutura geral da política de longo alcance. Há muitas semelhanças entre essas iniciativas mais recentes e a ênfase dada à coexistência pacífica, às relações sóbrias e profissionais com o mundo capitalista e ao uso de contatos de alto nível junto a governos não-comunistas, que podem ser vistas nas ações diplomáticas que levaram à conferência de Gênova em 1922. Este foi o período no qual o próprio Lênin advogava o uso de linguagem moderada, evitando especialmente as palavras que sugerissem que a violência e o terror desempenhavam qualquer papel nas táticas soviéticas.

As propostas feitas à Assembléia Geral da ONU pelo governo soviético sobre desarmamento total e completo e de convocação de uma conferência mundial sobre comércio, guardam semelhança ainda mais formidável com as propostas de Lênin nos anos 20. A chamada diplomacia soviética "moderada" dos anos 60, foi uma repetição da política externa ativista de Lênin, que visava obter vantagens específicas pela exploração das contradições existentes nos países não-comunistas e entre eles.

Se esta base histórica da diplomacia soviética dos anos 60 for contemplada em conjunto com o panfleto de Lênin, "Esquerdismo, doença infantil do comunismo", fica mais fácil entender porque a ênfase na coexistência pacífica e na cooperação pragmática e eficiente entre estados com diferentes sistemas sociais foi acompanhada de uma intensificação do combate ideológico, dentro e fora da União Soviética. Os apelos de Krushchev à coexistência pacífica e ao desarmamento vinham seguidos de ásperos ataques ao capitalismo e previsões de súbitas e violentas mudanças no Ocidente e que foram feitos durante e depois de suas visitas aos Estados Unidos, em 1959 e 1960. 86 De

nas relações com a vizinha Turquia. Desejamos que tais relações melhorem ainda mais."

86 Ver, p.ex., o relatório de Krushchev ao 22.o Congresso do PCUS, (CSP, vol. 4, p. 46): "[...] Hoje, os EUA, que se tornaram o centro do reacionarismo

importância ainda maior foi a intensificação do apoio aos movimentos de libertação nacional ao redor do mundo, mais notadamente no Vietnã e na África. O ano de 1960 assistiu a fundação da Universidade Lumumba, em Moscou, destinada ao treinamento de líderes revolucionários para os países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina.

A semelhança entre as iniciativas soviéticas dos anos 20 e aquelas do final dos anos 50 e início dos 60, não escapou à atenção de todos os analistas ocidentais. Por exemplo, David M. Abshire, em sua contribuição ao livro "Détente", disse que mais notável do qualquer ajuste que estivesse sendo feito na diplomacia soviética, no sentido de satisfazer às novas condições, foi o ajuste da NEP nos anos 20. 87 Na mesma linha, Lazar Pistrak, em seu livro "The Grand Tactician", observou que Krushchev : "[...] retomou os métodos de Lênin de uma política externa ativa combinada à simultânea e mundial disseminação de idéias revolucionárias, por meio de artifícios de propaganda sem precedentes." 88

Um terceiro observador ocidental, G.A. von Stackelberg, salientou a inconsistência entre coexistência pacífica e a fundação de uma universidade destinada exclusivamente ao treinamento de líderes revolucionários para o Terceiro Mundo. Ele fez uma comparação direta entre a Universidade Lumumba e Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente, montada cerca de

mundial, assumem o papel de principal núcleo agressor. Os imperialistas dos EUA agem em aliança com os militaristas e revanchistas da Alemanha Ocidental, ameaçando a paz e a segurança dos povos...[...]" Ibid. p. 45: "[...] Camaradas, o 20.o Congresso do partido , ao analisar a situação nos países capitalistas, chegou à conclusão de que eles estão movendo-se inexoravelmente na direção de novas e violentas mudanças sociais e econômicas. Estava certa essa apreciação? Sim, estava. Nos anos que se passaram desde então, aguçaram-se as contradições, tanto nos países capitalistas como entre eles; os impérios coloniais ruíram e a lutas da classe trabalhadora e dos movimentos de libertação nacional dos povos, assumiram proporções tremendas".
87 "Détente: Cold War Strategies in Transition", ed. Eleanor Lansing Dulles e Robert Dickson Crane (publicado para o Centro de Estudos Estratégicos, Georgetown University, por Frederick A. Praeger, Nova York, 1965), p. 268.
88 Lazar Pistrak, "The Grand Tactician", (Nova York, Praeger, 1961), p. 269.

quarenta anos antes, durante o governo Lênin, com o propósito de treinar o núcleo de ativistas e a elite dos funcionários do partido que atuariam nas repúblicas soviéticas do Turquestão, Casaquistão e no Cáucaso. Ainda de acordo com as observações de Stackelberg, a Universidade Lumumba poderia ser comparada à Universidade Sun Yat-sen, que treinou os quadros que formariam a elite de oficiais militares e funcionários do partido para a revolução comunista na China. 89

Apesar do discurso apregoando a coexistência pacífica, a União Soviética provocou ou contribuiu para uma série de crises na década que se seguiu a 1958, incluindo a crise de Berlim em novembro de 1958, quando Krushchev propôs o fim da ocupação e divisão da cidade90 . Na seqüência, a crise dos aviões U-2 em 1960, usada por Krushchev como pretexto para inviabilizar completamente a conferência de cúpula, a decisão soviética de retomar os testes nucleares em 1961, a crise dos mísseis em Cuba em 1962 e a crise no Oriente Médio em 1967.

Uma vez mais, a explicação dessas posturas é encontrada na experiência da NEP e na visão leninista da política externa como uma forma de luta ideológica, na qual tanto os métodos pacíficos quanto os violentos deveriam ser usados. Sob Krushchev, à exemplo de Lênin, a coexistência pacífica era definida como uma forma de luta de classes entre sistemas sociais antagônicos, luta baseada na exploração das contradições internas dos países nãocomunistas, bem como entre eles. 91

89 G.A. von Stackelberg, “Bulletin of the Institute for the Study of the USSR”, vol. 7, n.o 4 (abril de 1960), pp. 16-20
90 N.T.: Ao término da II Guerra, Berlim foi ocupada e dividida em setores: o britânico, o francês, o americano e o soviético. Localizada no coração da Alemanha Oriental, estava cercada. A proposta de Krushchev, na verdade implicava na retirada das únicas tropas ocidentais capazes de impedir a absorção de toda a cidade pelos comunistas. Diante do impasse, a crise intensificou-se, culminando na construção do Muro pelos comunistas, em agosto de 1961.
91 Uma explicação penetrante e aguda da provocação soviética na crise de Berlim, como ação inspirada em grande parte no “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”, de Lênin, foi dada por Nikolay Galay, “Berlin and Soviet Foreign Policy”, “Bulletin of the Institute for the Study of the USSR”, vol.6, n.o 6 (junho de 1959)

A reintrodução de uma política externa nos moldes leninistas foi confirmada, por exemplo, no jornal militar soviético Krasnaya Zvezda, de 8 de julho de 1963, através de um artigo que declarava: "A política externa leninista levada a cabo pelo Comitê Central do PCUS e pelo governo soviético, é imbuída de princípios elevados, mas é flexível; é uma política ativa que está sempre na ofensiva. Ela justificou-se plenamente e está dando excelentes frutos[...] Os comunistas não fazem segredo de que a coexistência é necessária à vitória mundial dos sistemas marxistas-leninistas e de que há profundas diferenças entre os dois sistemas existentes no mundo, o socialismo e o capitalismo. Para resolver tais diferenças, os marxistas-leninistas mantêm a crença de que a guerra não é um meio obrigatório na luta ideológica, política e econômica. [...]"

A política externa soviética nos anos 60 não era moderada; ela foi mais ofensiva do que nos anos que precederam e seguiramse à morte de Stálin, quando a crise do regime forçou-o a uma postura defensiva. A idéia de que o regime agia de forma mais moderada, mais convencional, mais nacionalista e menos ideológica, é produto da desinformação deliberada e do uso sistemático de alguns termos e expressões, como a "coexistência pacífica", que eram em si mesmos intencionalmente imprecisos e enganosos.

Os serviços de segurança e inteligência soviéticos desempenharam seu papel na apresentação de uma imagem falsa da natureza da política externa soviética, particularmente ao projetar e destacar os interesses comuns entre os países comunistas e não-comunistas. A participação de agentes de influência soviéticos no campo científico, (p.ex., o membro da Academia de Ciências Soviética, Topchiyev) e o papel que desempenharam nas

Conferências Pugwash92 e em outras do gênero, guardam muita semelhança com o uso feito por Dzerzhinski do movimento "Eurasiano" nos anos 20.

As acusações chinesas e albanesas de que o regime soviético teria se afastado dos princípios leninistas de política revolucionária, contribuíram para que o Ocidente aceitasse a idéia de que era isso mesmo o que estava acontecendo. Como ficou demonstrado por essa análise, as acusações eram sem fundamento. Sendo a China e a Albânia parceiras na adoção da política de longo alcance, suas acusações deveriam ser encaradas como mais um elemento no esforço conjunto de desinformação.

A Influência da Ideologia

As mudanças nas práticas econômicas, políticas e diplomáticas do governo soviético, descritas anteriormente, contribuíram para a crença ocidental de que a influência da ideologia no sistema soviético tinha diminuído. Este não era o caso. Ao contrário: as mudanças e reajustes foram calculados, controlados e de caráter pragmático. Os fundamentos políticoeconômicos não foram tocados. De fato, as mudanças contribuíram para a restauração e fortalecimento da ideologia, se esta for comparada ao período de Stálin.

É verdade que a nova e educada geração pósrevolucionária, que nasceu e cresceu na União Soviética (e no Leste europeu) oferecia um desafio ainda silencioso aos princípios básicos do sistema comunista e à sua ideologia. Havia uma forte e latente ansiedade e também um sentimento de oposição,

92 Pugwash Conferences on Science and World Affairs – Conferências Pugwash sobre Ciência e Assuntos Mundiais. Fundado em 1957, o grupo Pugwash era inicialmente formado por cientistas ocidentais, especialmente físicos, que mantinham uma agenda pacifista e pró-desarmamento. Recebeu a adesão de representantes do Leste europeu. O grupo também sofreu grande influência de políticos social-democratas suecos, especialmente de Gunnar Myrdal, coordenador da SIPRI-Stockholm International Peace Research Institute.

especialmente entre os intelectuais e os jovens. Havia também um genuíno e profundo sentimento nacionalista e hostil ao regime entre os povos da URSS, inclusive entre os russos. A hostilidade dos jovens foi agravada pela repressão a que tinha sido submetida a geração mais velha. Essa oposição genuína e o declínio da influência da ideologia, que atingiu o seu ponto mais baixo nos anos imediatamente posteriores à morte de Stálin, apresentavam um sério problema ao regime. Este poderia voltar a praticar a repressão em massa, nos moldes estalinistas, ou adotar uma nova e mais flexível abordagem leninista. A escolha óbvia recaiu sobre os métodos leninistas, uma vez que os métodos estalinistas haviam falhado antes.

A disparidade econômica entre a "nova classe" privilegiada e os trabalhadores e camponeses das fazendas coletivas foi diminuída, o uso do terror e repressão, restringidos. Foram aplicados métodos mais sofisticados para fazer frente às influências religiosas, nacionalistas e ocidentais. Uma abordagem leninista mais flexível foi adotada para lidar com a chamada "geração perdida", composta pelos mais jovens. Usando as técnicas do período da NEP, o regime conseguiu aumentar o seu próprio prestígio, aliviar a crise interna e neutralizar a oposição efetiva ou latente. A única mudança na substância ideológica do regime foi ter sua eficácia aumentada.

Entre outros fatores que contribuíram para a crença ocidental no declínio da influência da ideologia estavam, por exemplo, a substituição da "ditadura do proletariado" pelo "estado de todo o povo" na retórica comunista; a pretensa degeneração dos líderes soviéticos, de líderes revolucionários à reformistas e revisionistas; o suposto crescimento de grupos de interesses especiais na sociedade soviética e o surgimento de um tipo de classe média aburguesada; a revitalização da desestalinização, a crescente acessibilidade aos cientistas, escritores, intelectuais e a outras figuras da cena cultural soviética; o número maior de judeus soviéticos a quem foi permitido emigrar; e as acusações chinesas e albanesas quanto ao revisionismo soviético.

De acordo com o programa do PCUS, de 1961, a "ditadura do proletariado" (ou seja, a ditadura do partido comunista) tinha

servido ao seu propósito. 93 O estado "de todo o povo" seria mantido "até a vitória completa e final do comunismo". Muito longe de indicar um enfraquecimento do controle ideológico do partido, esta nova fórmula pode ser entendida como uma tentativa global de alargamento da base política do partido e de ampliação de sua influência, ao conferir-lhe uma imagem mais moderada e menos exclusiva. O partido reteve o seu monopólio do poder, da formulação política e das idéias. Na verdade, o abismo entre os sistemas sociais soviético e os não-comunistas, aprofundou-se, mesmo enquanto o mito dos interesses comuns entre eles estava sendo propagado. A intolerância quanto a qualquer oposição política genuína e não controlada, era e é tão severa quanto sempre foi. Todas as ações do regime, dentro e fora do país, são levadas a cabo com referências diretas ou indiretas aos princípios permanentes do leninismo. As considerações ideológicas e políticas sobrepõem-se às nacionais e econômicas como nunca antes. Qualquer expectativa de aumento genuíno das influências revisionistas, nacionalistas ou ocidentais sobre o regime, é irrealista, especialmente quando se considera a presente atitude ocidental para com o sistema comunista.

Tem ainda menos fundamento a idéia de que os líderes soviéticos e os membros do partido estejam menos motivados ideologicamente do que estiveram no passado e que tenham abandonado a revolução pelo reformismo ou revisionismo. Embora parte da motivação para os ajustes depois de 1958 tenha tido origem no descontentamento da população, entre a qual a influência ideológica tinha sofrido um declínio genuíno, os ajustes também estavam alinhados aos objetivos ideológicos da política de longo alcance, com a qual todos os líderes estavam comprometidos.

93 Ver CSP, vol. 4, p 23: "[...] Tendo trazido a vitória completa e final do socialismo, a primeira fase do comunismo, a ditadura do proletariado cumpriu sua missão histórica e deixou de ser essencial na URSS, do ponto de vista do desenvolvimento interno. O estado que se ergueu como o da ditadura do proletariado, transformou-se num estado de todo o povo, que expressa os interesses e vontade do povo como um todo. [...]"

A promissora nova geração de líderes, tais como Shelepin, Polyanskiy e Andropov, não era e não é revisionista, nem se encaixa na designação de “Jovens Turcos”, que alguns comentaristas ocidentais lhes atribuiu. O relatório de Shelepin e as atividades da KGB pela quais ele e Andropov foram responsáveis, demonstram que eles são zelosos revolucionários, dedicados a uma política ideológica leninista e qualificados para assumir os encargos e responsabilidades do poder deixados pela geração mais velha. Qualificados por sua dedicação e compromisso àquela política e também por suas realizações ao implementá-la. Não há liberais, moderados ou conservadores na liderança soviética; há apenas comunistas cujas ações são determinadas pelos requisitos da política de longo alcance. Eles podem até assumir o perfil de liberais ou de estalinistas aos olhos do público, mas apenas e tão somente se assim for requerido pelo Presidium do partido e nos interesses daquela política.

Igualmente infundada é a noção de que os estratos profissionais mais altos da União Soviética estejam tornando-se menos dispostos ideologicamente ou mais independentes do partido. A verdade é que , normalmente, altos funcionários, generais, cientistas e burocratas profissionais, são membros do partido, que sabem que seu bem-estar depende de sua sintonia com o partido e o governo e que sofreriam se o regime viesse a ser enfraquecido. Em geral, essas pessoas são menos céticas acerca da doutrina comunista do que foram no anos de Stálin. Uma vez que as prisões em seu meio são agora incomuns e acontecem apenas quando há pessoas que participam ativamente da oposição ao regime, eles estão ou são de fato mais leais do que antes. Eles sabem que a autoridade da liderança do partido é imutável. Estando tudo sempre sob o controle do partido, não há divisões entre a liderança e os estratos profissionais. Se os profissionais desempenham um papel mais importante quanto à implementação da política, o fazem sob o controle do partido. É errôneo supor que os profissionais de qualquer campo possam ser politicamente independentes, como o são no Ocidente. Eles têm significativa influência, mas não têm independência significativa. Evidências não-oficiais de que profissionais militares e da área econômica

(ou tecnocratas) desempenham um papel independente no processo de formulação política, podem ser descartadas. Se alguns profissionais pedem demissão ou expressam visões críticas através da imprensa soviética ou em contatos com estrangeiros, pode-se dar como certo que assim o fazem seguindo instruções do partido. Os ajustes na política econômica não foram uma resposta às pressões de economistas, tecnocratas ou de cientistas, como muitos costumam supor, mas foram planejados e implementados sob a iniciativa e controle do aparato do partido, que agia de acordo com os requisitos de sua política ideológica de longo alcance baseada na experiência da NEP. Os ajustes não objetivavam enriquecer indivíduos ou grupos, mas sim enriquecer e estabilizar o regime e assim atender as exigências da política comunista. Os tecnocratas e outros profissionais não perderam seu zelo; eles permanecem importantes funcionários do partido, que simplesmente receberam novas tarefas. Se qualquer um deles se afastar muito visivelmente das normas de vida comunistas ou degenerar-se a ponto de transformar-se num "revisionista de classe média", perderá sua posição e será substituído. Seu zelo ideológico é mantido através de expurgos não-violentos, educação ideológica sistemática e estrito controle partidário.

Os trabalhadores soviéticos da indústria e das fazendas coletivas não estão avançando rumo a um padrão de classe média, como alguns observadores gostariam de pensar. A melhoria das condições de vida entre a massa de trabalhadores comuns é ainda modesta. Eles têm um longo caminho a percorrer até que cheguem a um padrão de vida decente. Além disso, nas condições soviéticas, a emergência de uma classe média é impossível, pois o partido tem objetivos diferentes e, quando necessário, intensifica a campanha ideológica contra a idéia e práticas de classe média, para excluí-las da sociedade soviética.

Os mais importantes documentos partidários do bloco, no que diz respeito à sua significância duradoura, tais como o relatório do 21.o Congresso do PCUS, o Manifesto de Novembro de 1960, o relatório de Krushchev de 6 de janeiro de 1961 e o programa do PCUS, de 1961, confirmavam os princípios

fundamentais do regime soviético e sua ideologia, bem como os objetivos ideológicos finais da União Soviética e do bloco. Esses documentos dirigiram os movimentos comunistas para uma intensificação da campanha ideológica contra ideologias rivais ou apenas diferentes, nos âmbitos doméstico e externo. Os documentos clamavam por mais e melhor educação ideológica comunista.

As evidências não corroboram a tese de que, apesar desses documentos, o regime soviético estivesse evoluindo na direção de um sistema nacional menos ideológico e mais convencional. Pelo contrário: elas apontam para uma decisão deliberada tomada pelo regime, qual seja, a de prosseguir na busca de seus reconhecidos objetivos ideológicos com mais eficácia pelo desvio da atenção ocidental sobre os mesmos. O regime assim o fez pela apresentação enganosa de meros desvios táticos e pragmáticos em suas práticas como se esses fossem fundamentais e espontâneos, de modo a projetar uma imagem falsa de um sistema evoluindo na direção oposta aos seus princípios expressos. No planejamento e execução dessa apresentação falsa e enganosa, foram usadas a doutrina e a experiência histórica da NEP de Lênin.

A Reintrodução da Desestalinização

Talvez a mais importante técnica usada para projetar uma imagem moderada da política soviética, no final dos anos 50 e início dos 60, foi a reintrodução ou revitalização da desestalinização e de seu assunto correlato, o "revisionismo". Isto pode ser observado na indicação de Pervukhin como embaixador soviético na Alemanha Oriental, em 1958; na substituição de Serov por Shelepin como diretor-geral da KGB; na reiterada condenação e repúdio públicos feitos no 22.o Congresso do PCUS em outubro de 1961, ao grupo antipartido, classificando-o como "estalinista" por sua participação na repressão; na renovada crítica ao próprio Stálin por essas repressões; pela remoção de seu corpo do mausoléu de Lênin; na exploração especial que se fez do caso Molotov; e na apresentação das diferenças de atitude com relação

a Stálin por parte dos líderes soviéticos, de um lado e aquela dos líderes chineses e albaneses, de outro.

Pervukhin tinha sido membro da oposição a Krushchev em junho de 1957. Ele era, portanto, identificado no Ocidente, ainda que erradamente, como um "linha-dura". Ele foi indicado como embaixador junto à Alemanha Oriental à época em que a crise de Berlim de 1958 estava sendo preparada pelos estrategistas do bloco. Sua indicação como embaixador pode ser considerada como a primeira tentativa calculada de fornecer ao Ocidente uma explicação plausível, ou seja, a de que uma crise internacional estava sendo provocada pela influência dos "linhas-duras" que agiam por dentro do sistema soviético. Na verdade, a crise foi planejada e gerada dentro do arranjo estrutural da política de longo alcance, e o seu principal porta-voz era ninguém menos do que o próprio Krushchev.

O caso de Serov foi diferente, uma vez que ele tinha sido um aliado de Krushchev de longa data, mas, como já foi explicado,
seu notório envolvimento com as repressões no passado e suas atitudes rígidas e estreita visão política, tornaram-no inadequado para um papel proeminente na implementação da política de longo alcance. Os antecedentes e a experiência de Shelepin, um ex-líder da juventude comunista, fornecia vivo e utilíssimo contraste, que por sua vez, contribuiu para a construção das imagens de Krushchev e Shelepin como "liberais".

As renovadas críticas feitas durante o 22.o Congresso do PCUS ao grupo antipartido de Molotov, Malenkov, Bulganin e à "resistência à política de reformas" por parte de Pervukhin, foram talvez as instâncias mais notáveis e persuasivas do uso calculado da falsa desestalinização. Os assuntos em questão já tinham há muito sido resolvidos com o fim da luta pelo poder e o estabelecimento de uma equipe homogênea de líderes comprometidos com a política de longo alcance. A exibição de "diferenças" entre moderados e estalinistas estava ligada à decisão de remover o corpo de Stálin do mausoléu de Lênin e enterrá-lo num dos muros do Kremlin. Outra exibição encenada foi a visível

e chamativa recusa dos guarda-costas da KGB, na presença atenta de diplomatas e jornalistas estrangeiros, em permitir que Voroshilov se juntasse aos outros líderes soviéticos no topo do mausoléu de Lênin, por ocasião da parada oficial de novembro de 1961.

Um dos propósitos dessas demonstrações encenadas de desestalinização era o de criar um clima favorável para a conversão de antigos inimigos internos do regime em aliados ativos na promoção da nova política. Krushchev em pessoa teve reuniões com os filhos de muitos funcionários reabilitados. No esforço de envolver todos os setores da sociedade soviética com a nova política, a reabilitação foi ampliada para além do campo político. Krushchev teve uma reunião muito divulgada com um ladrão que tinha sido solto da prisão. À KGB foi dado papel especial na reabilitação de ex-prisioneiros políticos e depois retorná-los às fileiras do partido. A KGB ajudava essas pessoas na obtenção de apartamentos e empregos em fábricas e em outras instituições. Aqueles considerados adequados, eram recrutados pela KGB para tarefas políticas.

A explicação do caso Molotov é mais complicada e exige exame detalhado. De acordo com relatos oficiais e extra-oficiais, Molotov usou sua indicação como embaixador na Mongólia para estabelecer contato com os líderes chineses. Quando os líderes soviéticos ficaram sabendo dessa ligação, Molotov foi chamado de volta, e em 1960 foi indicado como representante-chefe da união Soviética junto à Comissão Internacional de Energia Atômica (IAEA) na Áustria. De acordo com Satyukov, editor

chefe do Pravda, e outros líderes comunistas, incluindo Kuusinen, às vésperas do 22.o Congresso, Molotov fez circular uma carta entre os membros do Comitê Central do PCUS, na qual criticava o esboço do novo programa do partido, classificando-o de

“revisionista, não-revolucionário e pacifista”. 94

94 Satyukov disse (CSP, vol. 4, p.176): “Os delegados ao 22.o congresso deveriam saber que em outubro deste ano, pouco antes da abertura, Molotov enviou uma carta ao Comitê Central. Sem dizer uma palavra sobre suas ações subversivas e facciosas contra o partido leninista e contra as decisões de seu

20.o congresso, nessa carta ele novamente tenta posar como intérprete do

Molotov supostamente sabia que os líderes chineses compartilhavam de suas visões. Em Viena, Molotov foi chamado de volta à Moscou, durante o 22.o Congresso, mas nele não desempenhou qualquer papel. Logo depois, retornou à Viena, onde teria estado sob prisão domiciliar. Pouco dias depois, estava de volta à Moscou. Em 8 de janeiro de 1962, o ministro do exterior soviético anunciou que estaria retornando à Viena. Dentro de alguns dias, seu anúncio oficial foi retirado.

Há muitas anomalias curiosas nesta história. Molotov foi enviado à Mongólia por Krushchev, para isolá-lo e diminuir seu prestígio no serviço diplomático soviético. Lá, ele foi mantido sob a vigilância de informantes controlados pelo General Dobrynin, conselheiro-chefe do serviço de segurança da Mongólia e ex-chefe da diretoria de vigilância da KGB. Contatos continuados e nãoautorizados entre Molotov e os líderes chineses teriam sido virtualmente impossíveis. Se tais contatos tiveram mesmo lugar e se foram relatados à Moscou, é muito improvável que Molotov fosse indicado para a representação junto à IAEA na Áustria. À exemplo de Malenkov, Bulganin e outros, teria sido aposentado e mandado para algum pequeno vilarejo na União Soviética. Além disso, uma conduta tão imprópria da parte de Molotov, teria chegado ao conhecimento dos membros do partido, como antes, através de uma carta secreta, como evidência adicional de suas

leninismo e novamente ataca o Comitê Central e o esboço do programa do PCUS. Em sua carta, Molotov declara que o esboço falhava em coordenar a construção comunista na URSS com as perspectivas para a luta revolucionária da classe trabalhadora nos países capitalistas e com as perspectivas para uma revolução socialista em escala internacional. E isso quando o esboço tinha sido aprovado por unanimidade, não apenas por nosso partido e pelo povo soviético, mas também pelo movimento comunista internacional [...] Suas alegações levam à conclusão de que é impossível continuar o avanço do comunismo sem os mais sérios conflitos políticos com os países imperialistas e, portanto, impossível sem a guerra. Nós dizemos a Molotov: não, o PCUS esteve e está fazendo todo o possível para garantir a paz ao povo soviético, o povo que constrói o comunismo. O princípio leninista da coexistência pacífica foi e permanece a nossa linha geral quanto à política externa. Isto está claramente declarado no novo programa e o partido seguirá esta linha sem desvios."

atividades antipartido. Isto simplesmente não aconteceu. Não houve referência a Molotov na explicação confidencial que o partido deu sobre as decisões do congresso, contendo tais críticas. Mais ainda, as críticas a ele atribuídas parecem muito improváveis. O esboço do programa baseava-se nas decisões do Congresso dos Oitenta e Um Partidos, de novembro de 1960, que ratificava a nova política e a estratégia revolucionária do bloco. Se Molotov tivesse criticado o programa nas bases alegadas, teria transformado imediatamente a si mesmo em motivo de riso e deboche no movimento comunista.

Molotov de fato criticou a política de Krushchev na véspera do 21.o Congresso do partido, mas dois anos antes, em janeiro de 1959. Isso foi registrado na circular confidencial aos membros do partido em Moscou, circular que falava das decisões do congresso e era assinada por Vladimir Ustinov, que havia se tornado um secretário do partido em Moscou. As críticas de Molotov eram descritas como uma mistura de dogmatismo e citações de Lênin. Este episódio não foi mencionado por Satyukov. Na verdade, nunca foram reveladas ao público pela liderança soviética.

Portanto, é razoável deduzir que as críticas reais de Molotov, feitas em 1959, foram modificadas e somente reveladas quando passíveis de atender as necessidades da política em 1961. Também é possível que o uso que foi feito de Molotov, e dessa maneira, tinha o seu conhecimento e consentimento. Como um membro do partido, ele não teria outra opção além de aquiescer.

A publicidade desproporcional que foi dada aos movimentos de Molotov entre Moscou e Viena pode bem ter tido a intenção de atrair o foco ocidental sobre o caso num período de supostas diferenças sino-soviéticas. Nesta linha de raciocínio, é de se notar que Satyukov, apoiado por Mikoyan e outros oradores, acusaram Molotov de predizer conflitos políticos com o imperialismo, conflitos que significariam guerra. Mikoyan acusou Molotov de rejeitar a coexistência pacífica. Outro membro graduado do partido disse que Molotov opunha-se a encontros

diplomáticos de alto nível entre líderes soviéticos e ocidentais. Satyukov resumiu com sua declaração enfática: “Nós dizemos a Molotov: ‘não!’ O PCUS fez o máximo e o melhor possível...para garantir paz para a URSS ... com base na política leninista de coexistência pacífica.”

Fica claro que essa revelação das supostas tramas belicistas de Molotov podem ter tido a intenção de dar suporte à imagem moderada dos líderes soviéticos e da sinceridade de seu interesse pela coexistência pacífica e pela détente, em contraste com as “tramas belicistas” de Molotov e da liderança chinesa.

Devem ser mencionados dois outros aspectos adicionais do ataque de Satyukov a Molotov. Ele acusou Molotov, primeiro, de tentar assumir o papel de um intérprete de Lênin, e segundo, de criticar o novo programa do partido por este ser pacifista e insuficientemente revolucionário. Ambas as críticas seriam usadas pelos soviéticos contra os chineses, primeiro sem mencioná-los e mais tarde, explicitamente. Pode, portanto, ser sugerido que o caso Molotov foi usado para reforçar a imagem de autenticidade das pretensas diferenças sino-soviéticas sobre a questão da coexistência pacífica.

A reintrodução das questões da desestalinização e o ataque público de Krushchev aos albaneses, propositadamente tornados notáveis por ocasião do 22.o Congresso, aparentemente enfureceram os chineses a tal ponto, que Chou En-lai, o líder da delegação chinesa, retirou-se do congresso. Como já visto, as questões do revisionismo e das distorções estalinistas do comunismo já tinham sido discutidas e assentadas entre os líderes do bloco comunista no fim de 1957. E porque foram assentadas e resolvidas, não havia mais qualquer base real para diferenças sobre tais questões entre os partidos comunistas. A conclusão a que se pode chegar é de que a reintrodução das questões no 22.o Congresso foi artificial e que as diferenças entre os partidos soviético, chinês e albanês sobre o “revisionismo” soviético e o “estalinismo” chinês e albanês foram calculadas e acordadas nos termos e nos interesses da política de longo alcance.

Deve ser notado que um dos objetivos da demonstração de diferenças era o de dar credibilidade à idéia de uma União Soviética "moderada" e apresentar Krushchev como um revisionista. A conclusão de que a demonstração foi encenada, fornece outro argumento em favor da consideração da idéia de uma moderação soviética como infundada.

A Posição dos Cientistas Soviéticos e de Outros Intelectuais

No período 1958-60, o Comitê Central e a KGB fizeram extensas e abrangentes preparações para usar cientistas, escritores e outros intelectuais para propósitos políticos e de desinformação, de acordo com os requisitos da nova política de longo alcance. 95 Esta nova abordagem dos intelectuais tinha o seu aspecto interno: ao buscar a sua colaboração em alguma forma de atividade política, o regime buscou prevenir e barrar alguma oposição vinda deles. Mas é com as implicações externas e estratégicas do papel dos intelectuais ao exercer influência sobre a opinião pública ocidental que o presente capítulo está preocupado. O conselho póstumo de Fadeyev ao Comitê Central, de que os intelectuais fossem usados para exercer influência e não para espionar uns aos outros, foi bem recebido e colocado a efeito.

O uso, principalmente de cientistas, como agentes de influência e canais de desinformação, envolveu certas mudanças em seu status. O aparato do Comitê Central e o Ministério das Relações Exteriores, assim como a KGB, desenvolveram relações mais íntimas com eles. A muitos deles foi dado treinamento de inteligência, individualmente e em escolas. Em vez de mantê-los em isolamento domiciliar como antes, o regime começou a promover a acessibilidade a eles em casa e durante suas viagens ao exterior, com vistas à ampliação e exploração dos contatos com cientistas ocidentais.

95 A "Academia de Ciências Soviética" inclui historiadores, advogados e economistas, assim como cientistas no sentido convencional. A expressão "cientistas soviéticos" deve ser interpretada como incluindo aquelas categorias adicionais.

As queixas de membros da Academia como Kapitsa e Sakharov e do biólogo Zhores Medvedev, sobre as dificuldades encontradas por cientistas soviéticos que desejassem viajar e encontrar seus colegas ocidentais, eram incompletas e distraíam a atenção das bases reais para queixas, tanto de cientistas ocidentais quanto soviéticos, que residem no fato de que esses contatos são usados pelo Comitê Central e pela KGB para coletar inteligência, passar desinformação e exercer influência política.96 Na verdade, a maioria dos cientistas soviéticos emprestou seus esforços voluntariamente aos serviços de inteligência, contra seus colegas estrangeiros e porque isso lhes dava oportunidades de aumentar seus conhecimentos e avançar em suas carreiras. Como Fadeyev, eles consideravam ser de menos mau gosto espionar colegas estrangeiros do que a seus amigos e colegas soviéticos.

O uso de cientistas soviéticos como agentes de influência e canais de desinformação deu lugar a uma mudança na prática soviética quanto à revelação de informações secretas. Apesar de as áreas mais importantes, com o da formulação política e da técnica de sua implementação permanecerem secretas como sempre, certos aspectos da ciência e sociedade soviéticas foram abertos; a obsessão com o segredo parecia não ser total como nos dias de Stálin.

A maior acessibilidade dos cientistas soviéticos fez a sua própria contribuição à impressão de evolução no sistema soviético. Mais importante, porém, foi a promoção, entre os cientistas soviéticos, da idéia de interesses comuns entre a União Soviética e

o Ocidente. A participação de agentes da KGB, tais como os membros da Academia Topchiyev, Artobolevskiy e Khvostov, em conferências científicas internacionais e o seu papel na promoção da idéia de que havia o interesse comum da União Soviética e dos Estados Unidos em evitar um conflito nuclear, merecem o mais apurado escrutínio, pelo peso que podem ter tido na resoluta vontade americana de se engajar em negociações de controle de

96 Mose L. Harvey, Leon Goure e Vladimir Prokofieff, “Science and Technology as an Instrument of Soviet Policy” (Centro para Estudos Internacionais Avançados, University of Miami, 1972), pp. 93-94

armas estratégicas e desarmamento e a decisão voluntária dos EUA, no início dos anos 60, em abdicar de sua superioridade nuclear, na crença ingênua de que se reduzissem a taxa de desenvolvimento de seu arsenal nuclear, os soviéticos fariam o mesmo.

Tanto quanto no caso dos cientistas, o uso que a KGB fez de seus novos e ampliados recursos humanos entre os escritores soviéticos (especialmente entre os nomes mais conhecidos), tinha seus aspectos internos e externos. Os planos de Shelepin de criar uma falsa oposição, nos moldes daquela criada por Dzerzhinski, encontrou sua expressão concreta nos debates controlados entre escritores "conservadores" e "liberais", no qual os principais protagonistas de ambos os lados, Kochetov e Tvardovskiy, estavam colaborando com o Comitê Central e a KGB. Este debate, junto com o incremento nos contatos culturais Leste-Oeste, fizeram uma útil e vantajosa contribuição ao mito de "evolução" do sistema.

Os Objetivos da Desinformação Estratégica sobre a "Evolução" e a "Moderação" Soviéticas

No início dos anos 60, o principal objetivo externo da desinformação estratégica sobre a "evolução" e a "moderação" do regime soviético e seus "interesses comuns" com o Ocidente, era o de criar um clima favorável à agressiva diplomacia da détente da União Soviética e dos outros estados comunistas. Como corolário, visava condicionar ao erro e favoravelmente ao bloco, as reações ocidentais às iniciativas comunistas. As cinco metas específicas da diplomacia comunista eram:

- Minar a unidade ocidental.
- Induzir as nações industriais avançadas a contribuir para o crescimento econômico e militar do bloco, pela: concordância

em incrementar o comércio Leste-Oeste; concessão de créditos de longo prazo; fornecimento de tecnologia avançada.

- Desviar a atenção do Ocidente do crescimento do poderio militar do bloco e da União Soviética em particular.
- Envolver o Ocidente, especialmente os Estados Unidos, nas negociações de controle de armas e desarmamento, com vistas a alterar a balança do poder em favor do bloco comunista.
- Criar condições favoráveis para que os partidos comunistas formassem frentes unidas como os socialistas e sindicatos nos países avançados e com os movimentos nacionalistas nos países em desenvolvimento.

No plano doméstico, o principal objetivo dos ajustes no regime soviético e do exagero de sua significância através da desinformação, era o de criar condições favoráveis à aceleração da construção do socialismo e da conseqüente transição para o comunismo pela neutralização da oposição interna e redução na pressão exercida pelo Ocidente sobre o regime.

Os objetivos subordinados da reintrodução da desestalinização eram:

- Prover os fundamentos e condições para uma franca reconciliação e cooperação entre a União Soviética e a Iugoslávia, sem desta última revelar por completo o status de membro pleno do bloco e seus inerentes compromissos com a política de longo alcance.
- Prover os fundamentos das “diferenças” soviéticoalbanesas e sino-soviéticas, em preparação do cenário para a execução concertada de políticas externas dualistas pela União Soviética e China.
- Dar subsídios a outras operações de desinformação concernentes a uma pretensa falta de unidade e desordem no movimento comunista mundial, que para todos os efeitos, seria resultado do declínio da influência da ideologia e o ressurgimento das tendências nacionalistas

independentes nos partidos comunistas de dentro e de fora do bloco.

Parte II – Capítulo 15

A Terceira Operação de Desinformação: A "Disputa" e a "Ruptura" Soviético-Albanesas

O Quadro Público das Relações Soviético-Albanesas

Por volta de 1959, as evidências esotéricas indicavam aos observadores ocidentais da cena comunista que os desentendimentos entre os líderes partidários soviéticos, de um lado, e chineses e albaneses de outro, já tinham se transformado numa séria cisão em questões de condução política. Em 1960 a disputa veio a público: "A primeira confrontação comunista internacional onde foram tornadas públicas a disputa sinosoviética e o apoio albanês aos chineses, deu-se durante a reunião em Pequim do Conselho Geral da Federação Mundial de Sindicatos, entre 5 e 6 de junho de 1960 ". 97

De acordo com peças de evidência publicadas no Ocidente algum tempo depois desse evento, também houve furiosas polêmicas, principalmente entre os soviéticos, de um lado, e chineses e albaneses de outro, durantes as sessões fechadas do Congresso do partido romeno em junho de 1960 e durante o Congresso dos Oitenta e Um em novembro de 1960, em Moscou. A disputa adquiriu o status de ruptura quando Krushchev denunciou publicamente os líderes albaneses durante o 22.o Congresso do PCUS em outubro de 1961, por suas críticas ao programa do partido soviético, por seu estalinismo dogmático e por sua rejeição da coexistência pacífica. Chou En-lai, o líder da delegação chinesa, retirou-se do congresso em aparente gesto de

97 Ver "Albania and the Sino-Soviet Rift", por William E Griffith (Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1963), p. 37.

apoio à posição albanesa. Hoxha, enquanto expressava através da imprensa albanesa a sua continuada solidariedade ao PCUS, reagiu ao ataque soviético com críticas amargas a “Krushchev e seu grupo” pelas acusações que estes haviam feito ao partido albanês e pela postura revisionista dos soviéticos. Basicamente, Hoxha disse que: os soviéticos haviam traído o leninismo; estavam restaurando

o capitalismo na União Soviética; estavam conduzindo uma política oportunista de concessões e cooperação com o imperialismo; e estavam conspirando com o principal revisionista, Tito. Em dezembro de 1961, seguiu-se um rompimento das relações diplomáticas e de 1962 em diante, a Albânia recusou-se a participar das reuniões do Pacto de Varsóvia e da Comecon. De acordo com evidências esotéricas, as origens do apoio da China e o alinhamento desta à posição albanesa contra os soviéticos, remontariam a pelo menos 1959 e possivelmente, a até mesmo antes.

Informação Interna Privilegiada e sua Interpretação

As informações do autor contradizem essa versão geralmente aceita da dinâmica das relações soviético-albanesas entre 1959 e 1962. Em poucas palavras, essas informações davam conta de que as relações entre todos os estados comunistas, incluindo a Albânia e a China, foram normalizadas em fins de 1957 e que os soviéticos mediaram com êxito a reconciliação entre os líderes iugoslavos e albaneses entre 1957 e 1958. Mais: do final de 1959 em diante, o departamento de desinformação da KGB estava colaborando intimamente com o Departamento de Operações Ativas e com os serviços de segurança da Iugoslávia e da Albânia em operações conjuntas de desinformação.

O efeito das instruções de Shelepin foi o de transformar a Albânia num dos elementos de uma operação triangular de desinformação, em conjunto com a União Soviética e a Iugoslávia. Foi um método engenhoso de transformar em vantagem para a política de longo alcance do bloco as genuínas disputas e dificuldades anteriores que ocorreram entre os três países. As

considerações estratégicas que os líderes do bloco tinham em mente quando planejaram essa operação, eram provavelmente de caráter interno e externo.

Internamente, tanto o regime iugoslavo quanto o albanês teriam enfrentado graves problemas políticos se a normalização pública das relações fosse imediata e conduzida pelos mesmos líderes sob os quais se tinham originado e desenvolvido as hostilidades entre os respectivos partidos. No caso da Iugoslávia era previsível que a reconciliação pública acarretaria um grande risco de facciosismo dentro do partido iugoslavo, em função da força do sentimento anti-Albânia que cresceu durante o período estalinista. Para os líderes albaneses os problemas teriam sido ainda mais agudos. Eles eram os mesmos líderes que haviam executado seus próprios colegas, incluindo um ministro, Koci Xexe, exatamente pelas simpatias pró-iugoslavas desses. Uma reconciliação pública poderia muito bem abrir as portas para liberar a pressão incontrolável no sentido da reabilitação póstuma da figura de Xexe e de seus amigos, o que equivaleria a uma admissão de culpa dos crimes cometidos pela liderança albanesa contra compatriotas inocentes e leais, tudo a mando de Stálin. Ou seja, poderia ocorrer uma reação intrapartido e popular na Albânia, similar àquela ocorrida na Hungria quando da reabilitação do exministro Laszlo Rajk, em 1956. Além disso, por razões estratégicas, o verdadeiro papel da Iugoslávia como participante ativa da formulação e execução da política de longo alcance do bloco tinha que ser mantido como segredo muito bem guardado, conhecido apenas do círculo fechado dos líderes partidários albaneses. Uma reconciliação aberta entre iugoslavos e albaneses não poderia ser explicada em detalhes aos escalões inferiores do partido albanês, e se tivesse acontecido, poderia levar a uma genuína revitalização do revisionismo no partido. A operação de desinformação da qual os líderes iugoslavos e albaneses tomaram parte oferecia vantagens substanciais ao estabelecer o escopo para a colaboração íntima e secreta entre líderes partidários numa operação importante para todo o bloco, enquanto simultaneamente proporcionava um meio de atrasar o reconhecimento aberto de sua

reconciliação diante dos escalões inferiores do partido e da população em geral.

Na União Soviética, Krushchev teve bom senso suficiente para ver que o melhor caminho para resolver o problema da genuína dissensão e oposição ao regime entre os intelectuais e vítimas da perseguição de Stálin era o de envolvê-los em um ou outro aspecto da política de longo alcance. O mesmo princípio poderia ser aplicado para curar os cortes, cisões e rupturas ocorridas no bloco, além de prevenir sua recorrência. Foi por esta razão que foi permitido à Iugoslávia contribuir significativamente para a formulação da política de longo alcance, além de a ela ser dado um importante papel a desempenhar na execução da mesma. A inclusão dos albaneses foi a conseqüência lógica. Eles também poderiam ser envolvidos ativamente na nova política e plenamente compromissados com esta. Uma operação de desinformação que abrangesse uma ruptura calculada e fictícia com a União Soviética lhes dava a oportunidade de projetar a si mesmos aos olhos do povo e também de aumentar seu prestígio pessoal e do partido como força nacional robusta o suficiente para fazer frente à intimidatória interferência de Krushchev em seus assuntos. Mais ainda, lhes foi dada a chance de desempenhar um papel estratégico numa operação de desinformação destinada a dar uma falsa imagem das relações entre os membros do bloco, especialmente aquelas entre a União Soviética e a China, como se estivessem degenerando-se a ponto da rivalidade e hostilidade abertas. O objetivo de toda essa operação era o de ampliar as possibilidades e aberturas pelas quais os países do bloco poderiam desenvolver suas políticas estratégicas em face do mundo não-comunista.

Dado o notório alinhamento passado da Albânia com Stálin durante a genuína ruptura Tito-Stálin e o conhecimento que o Ocidente tinha desse alinhamento, teria parecido lógico e convincente fazer da Albânia um país “estalinista” em parceria com a China, numa bem encenada disputa com os soviéticos. De 1961 em diante, isso também serviu de útil movimento preliminar na direção de um alinhamento soviético-iugoslavo mais aberto e oficial, em aparente oposição à parceria sino-albanesa. O realinhamento da Iugoslávia à União Soviética depois de 1961

teria menos probabilidade de comprometer a sua imagem independente e suas relações políticas e econômicas com os países avançados e em desenvolvimento se os próprios soviéticos passassem a ser vistos como revisionistas por esses países, em comparação com os chineses militantes e dogmáticos.

O fato de a Albânia ser o menor e mais isolado dos países comunistas, fez dela uma escolha particularmente conveniente para atuar como o primeiro membro pleno do bloco a romper com a União Soviética depois de 1958. Na verdade, a "ruptura" soviético-albanesa
deveria ser considerada um projeto piloto para ensaiar e simular a muito maior e mais significativa ruptura sino-soviética. Esse ensaio em pequena escala deu aos estrategistas do bloco uma oportunidade de testar a validade de seus conceitos e técnicas de desinformação. Deu ainda a oportunidade de examinar as conseqüências internas e externas de uma ruptura fictícia menor, antes de finalmente se comprometerem com a encenação de uma ruptura fictícia em grande escala entre a União Soviética e a China. Se o Ocidente viesse a perceber a armação da ruptura soviético-albanesa, o estrago político e estratégico para o bloco teria sido relativamente pequeno. Se, por outro lado, o Ocidente aceitasse como verdadeira essa "ruptura" piloto, se não houvesse repercussões incontroláveis intrabloco, se ficasse provado ser possível fazer arranjos que garantissem a sobrevivência política e econômica do regime albanês e se o Ocidente concluísse que o Congresso dos Oitenta e Um (1960) foi de fato um divisor de águas no processo de desintegração do monólito comunista, ao invés do exatamente oposto, então haveria todas as justificativas para levar adiante a "ruptura" sino-soviética, para cuja credibilidade a "ruptura" soviético-albanesa teria feito a sua contribuição. No decorrer dos anos 60, a ruptura sino-soviética ajudaria a construir a imagem moderada, tanto da União Soviética quanto da Iugoslávia, para benefício de suas políticas estratégicas de reaproximação com os países avançados e em desenvolvimento. A última, mas não a menos importante das razões para trazer à tona a disputa soviético-albanesa como se esta fosse uma ruptura, seria a de dar ao Ocidente a confirmação da confiabilidade das

informações sobre assuntos intrabloco derivadas de evidências esotéricas, de análise de vazamentos passados, de artigos na imprensa comunista e de fontes de inteligência ocidentais "secretas".

Anomalias na "Disputa" e na "Ruptura"

O uso da nova metodologia no exame detalhado das origens e desenvolvimento da disputa e ruptura soviético-albanesa traz à luz um bom número de outras questões que lançam dúvidas sobre a autenticidade das diferenças entre os dois países e confirmam que a disputa foi fabricada nos interesses da política de longo alcance.

De acordo com as evidências esotéricas, a disputa soviéticoalbanesa começou no mesmo período em que a política de longo alcance estava sendo formulada. O próprio Hoxha, além de outros líderes albaneses, participou do processo. Em janeiro e fevereiro de 1959, Hoxha liderou a delegação albanesa ao 21.o Congresso do PCUS, que discutiu a quase simultânea transição para o comunismo em todos os países do bloco. Isto deu ensejo a uma tentativa de elevar o padrão econômico dos países comunistas mais atrasados, incluindo a Albânia, às expensas dos mais avançados, tais como a União Soviética.

Em maio de 1959, uma delegação oficial chinesa, que incluía Chang Wen-tien, vice-ministro de relações exteriores e anteriormente um alto funcionário do Comintern e embaixador chinês em Moscou e Peng Te-huai, ministro da defesa, visitou Tirana, capital da Albânia. Sua visita coincidiu com a da delegação soviética, chefiada por Krushchev, e que incluía o Marechal Malinovskiy, ministro da defesa soviético. No Ocidente, geralmente se fazem duas suposições a respeito dessas reuniões: a primeira é de que foram realizadas numa tentativa frustrada de passar a limpo e eliminar as diferenças entre os três países; a segunda é de que foram aproveitadas por Peng e Chiang para conspirar junto a Krushchev, contra Mao. A recepção que Hoxha ofereceu às delegações e o comunicado oficial emitido após os

encontros, forneceram evidências claras de que não havia diferenças entre eles e de que suas relações eram extremamente próximas. Tendo em mente o fato de essas reuniões de alto nível em Tirana terem lugar ao mesmo tempo em que a operação conjunta de desinformação soviético-iugoslava estava sendo lançada, é mais provável que os líderes tivessem discutido o desenvolvimento de uma operação de desinformação albanesa, do que as supostas diferenças entre eles, para as quais, na verdade, não havia quaisquer bases sólidas.

No mesmo mês de maio de 1959, a Comecon reuniu-se em Tirana. O fato de que a delegação soviética fosse chefiada por Kosygin, então chefe da Comissão de Planejamento Soviético, indica a importância da sessão e dá mais peso à suposição de que o encontro lidou com o planejamento econômico de longo alcance. A despeito das evidências esotéricas de uma disputa soviéticoalbanesa, os albaneses continuaram a participar tanto das reuniões da Comecon, bem como do Pacto de Varsóvia, em 1960 e 1961, incluindo a sessão plenária da Comecon em Moscou, em setembro de 1961, um mês antes do primeiro ataque público de Krushchev a eles.

O mais significativo de tudo é que Hoxha estava entre os signatários do Manifesto do Congresso dos Oitenta e Um Partidos em novembro de 1960. Numa resolução especial que aprovava a participação albanesa no congresso, o partido albanês declarava que o PCUS era "o corpo mais experiente e competente do movimento comunista internacional" e acrescentava que "as esperanças dos imperialistas, chefiados pelos EUA, de romper e dividir o campo comunista, estão fadadas ao fracasso". O relatório oficial que Hoxha apresentou ao 4.o Congresso do Partido Albanês, publicado em 14 de fevereiro de 1961, atacava os EUA e a OTAN, além de estar repleto de elogios e exaltações à União Soviética, China e às decisões do Congresso dos Oitenta e Um. O relatório reconhecia a "colaboração ampla e geral" entre a Albânia e a União Soviética.

A evidência esotérica de uma disputa soviético-albanesa entre 1959 e 1961, que se baseava principalmente na comparação detalhada das imprensas soviética, albanesa e chinesa durante

esses anos. Essa comparação é técnica de análise desenvolvida no Ocidente e dela podem mesmo ser deduzidas diferentes abordagens de certas questões por parte de diferentes partidos comunistas. Ao mesmo tempo, deveria ser lembrado que ninguém, exceto uns poucos privilegiados na União Soviética ou na Albânia, teria acesso à imprensa de outro país para daí fazer o tipo de comparação que é básica e corriqueira entre os analistas ocidentais. Dada a existência de um programa de desinformação, a implicação clara é que muito da evidência esotérica foi especificamente direcionada aos ávidos analistas ocidentais e não para consumo interno.

Não obstante, o ataque público de Krushchev aos albaneses durante o 22.o Congresso do PCUS em outubro de 1961, pareceu confirmar para muitos observadores que a evidência esotérica tinha desde o início refletido uma disputa genuína. Todavia, é interessante notar que a cobertura que a imprensa comunista fez das trocas de acusações entre Krushchev e Hoxha variou muito no bloco. A imprensa soviética, p.ex., não mencionou a China nem deu quaisquer indicações de apoio chinês à Albânia. Alguns líderes do Leste Europeu criticaram abertamente o apoio chinês à posição de Hoxha. A imprensa chinesa absteve-se de comentários editoriais sobre a União Soviética, mas publicou os ataques albaneses a Krushchev. Por todo o bloco, a cobertura de imprensa foi incompleta; alguns documentos e discursos não foram publicados sequer pelos soviéticos ou albaneses.

Em contraste, entre 1958 e 1961, a imprensa comunista de cada país do bloco publicou informações oficiais dando conta da participação albanesa nas reuniões da Comecon, do Pacto de Varsóvia, do 21.o Congresso do PCUS e do Congresso dos Oitenta e Um Partidos. Os compromissos assumidos pelos partidos comunistas em decorrência das decisões de reuniões multilaterais são levados extremamente a sério. A observação se aplica igualmente ao compromisso de adesão da Albânia ao Manifesto do Congresso dos Oitenta e Um, tanto quanto a qualquer outro compromisso com o bloco. A evidência oficial, contínua e rotineira da ininterrupta cooperação albanesa com o restante do bloco entre 1958 e 1961 deveria ser considerada como o reflexo

muito mais preciso e definido do verdadeiro estado de coisas do que a evidência retrospectiva, incompleta, não-oficial e esotérica oriunda de fontes comunistas que apontavam para uma disputa.

Comparação com a Ruptura Tito-Stálin

No caso da genuína ruptura Tito-Stálin em 1948 e as persistentes diferenças soviético-iugoslavas em 1956 e início de 1957, foram apresentados relatórios com instruções e conselhos detalhados aos membros do PCUS. Até seu rompimento com o regime soviético em dezembro de 1961, o autor deste livro era um membro bem situado no PCUS, mas não recebeu quaisquer instruções desse tipo sobre o estado das relações soviéticoalbanesas.

Tito e outros próceres iugoslavos não podiam e não visitaram Moscou durante a ruptura Tito-Stálin, mas Hoxha e outros albaneses não tiveram qualquer receio em visitar Moscou até novembro de 1960. Até mesmo o ataque de Krushchev a Hoxha em outubro de 1961, do qual se poderia esperar as mais sérias conseqüências, não evitou que uma delegação albanesa se fizesse presente ao 5.o Congresso da WFTU98 em Moscou, em dezembro do mesmo ano, exatamente no mês em que as relações diplomáticas soviético-albanesas foram rompidas.

Em vivo contraste com a ruptura Tito-Stálin, não houve condenação formal à Albânia por meio de declaração de qualquer encontro ou conferência comunista internacional ou do bloco. Não houve qualquer forma de boicote sistemático do bloco comunista à Albânia. A despeito de ataques e comentários críticos isolados de partidos ou de seus líderes individuais, o bloco como um todo não adotou qualquer sanção ideológica, política, econômica ou diplomática. Esses ataques isolados não podem ser considerados como inapelavelmente vinculados ao movimento comunista como um todo ou como se superassem em importância os compromissos

98 N.T.: WFTU-World Federation of Trade Unions – Federação Mundial dos Sindicatos de Trabalhadores

e obrigações comuns assumidos nas conferências comunistas internacionais de 1957 e 1960.

Apenas a União Soviética rompeu relações diplomáticas com a Albânia. Mesmo nesse caso, as circunstâncias eram peculiares, uma vez que a notificação aos albaneses foi entregue pelo vice-ministro das relações exteriores, Firyubin, um exembaixador junto à Iugoslávia e que àquele tempo era responsável no Ministério das Relações Exteriores soviético pelas relações com os países não-alinhados e não com outros países comunistas no bloco. O uso de Firyubin para essa tarefa sugere que o rompimento tinha mais conexão com os interesses estratégicos do bloco no mundo exterior do que com as relações intrabloco. Apesar de outros países do Leste europeu terem chamado de volta seus embaixadores, não romperam relações. Até mesmo a Iugoslávia manteve uma missão diplomática em Tirana.

Ainda que segundo ela mesma, a Albânia tenha deixado de participar das reuniões do Pacto de Varsóvia e da Comecon em 1962 e afirmasse ter renunciado ao seu status de membro de ambas as organizações,
nenhuma destas tomou qualquer atitude para expulsar a Albânia, que, portanto, manteve o seu status de jure.

A Sociedade pela Amizade Soviético-Albanesa sobreviveu à ruptura. A reunião de seu conselho em 9 de janeiro de 1981, em Moscou, comemorou o 35.o aniversário da República Popular da Albânia.99

O restante do bloco não exerceu qualquer pressão econômica sobre o bloco. Os representantes comerciais albaneses permaneceram na Checoslováquia, Alemanha Oriental e na Hungria, apesar das críticas feitas à Albânia pelos líderes desses países. Em 1962, a Polônia, Hungria, Bulgária, Checoslováquia e a Alemanha Oriental, assinaram acordos comerciais com a Albânia. Depois da ruptura, exatamente como antes, 90% do comércio albanês era feito com outros países comunistas. A principal

99 Izvestiya, 10 de janeiro de 1981.

diferença era que a China tinha substituído a União Soviética no papel de principal fornecedora. Foi tão suave essa transição que pode muito bem ter sido planejada antecipadamente e em conjunto pelos soviéticos, chineses e albaneses. 100

Conclusão

O interesse ocidental em rupturas no mundo comunista é compreensível. Os benefícios potenciais de rupturas ou cisões genuínas seriam enormes. Além disso, as evidências ou indícios esotéricos sobre os quais muito da análise ocidental se baseia, eram perfeitamente válidos enquanto Stálin estava vivo. Mas a falha em compreender as mudanças que ocorreram nos sete anos que se seguiram à sua morte, especialmente a reintrodução da desinformação estratégica, tornou a velha metodologia muitíssimo vulnerável. É tão intenso o interesse em rupturas reais e potenciais que a evidência conflitante é subestimada ou simplesmente ignorada. Por exemplo, pouquíssimos comentaristas fizeram menção ao fato de o comércio entre a Albânia e a Europa Oriental ter continuado intenso, a despeito de esta última ter-se alinhado publicamente à União Soviética, contra a Albânia e China. O mesmo viés é evidente na análise de documentos comunistas. As passagens contendo críticas mútuas, são exaustivamente discutidas; aquelas que expressam solidariedade e concordância, são ignoradas. Mas Hoxha não estava apenas lançando frases ao vento quando se reportou ao 4.o Congresso de seu partido em fevereiro de 1961, dizendo que "[...] a amizade com a União Soviética foi, é, e sempre será, a pedra angular da política externa da nova Albânia. [...] (aplausos acalorados, ovações) [...] Esta amizade se expressa, se renova e se reforça a cada dia, através

100 Em um artigo no London Daily Telegraph, (junho de 1962), David Floyd chamava a atenção para o fato de que "[...] foi através de Durres e Vlora que os albaneses receberam seus carregamentos de grãos no ano passado, o que lhes permitiu resistir ao bloqueio econômico russo. Foram os chineses que trouxeram o trigo do Canadá, pagaram-no em rublos conversíveis e o embarcaram para a Albânia em navios alemães-ocidentais".

das relações fraternais e da colaboração geral existente entre nossos dois países.[...]” 101

Se todas as evidências fornecidas acima forem medidas com objetividade, elas levarão à inescapável conclusão que, nesse caso, Hoxha estava dizendo a absoluta verdade e que a disputa e ruptura soviético-albanesa foram e são nada mais que produtos da desinformação do bloco.

Parte II – Capítulo 15

Os Objetivos da Operação de Desinformação

Os objetivos dessa operação de desinformação eram:

- Evitar as conseqüências adversas internas de uma reconciliação pública entre os líderes albaneses e iugoslavos.
- Aumentar o prestígio dos líderes albaneses e do partido aos olhos do seu próprio povo, fazendo-os parecer uma força nacional e independente.
- Fortalecer a noção ocidental de que o revisionismo iugoslavo era um Cavalo de Tróia no interior do movimento comunista.
- Sugerir que, após 1961, o próprio Krushchev estava sob a influência revisionista, o que reforçaria a sua imagem de moderado em oposição aos militantes estalinistas chineses e albaneses.
- Confirmar que os esforços de unir o movimento e o bloco comunistas durante o Congresso dos Oitenta e Um (novembro de 1960), tinham falhado, e que aqueles

101 “Zeri-I-Populit” , 14 de fevereiro de 1961; reimpresso como Document 6, in “Albania and the Sino-Soviet Rift”, p.207

estavam se desintegrando por conta de assuntos e questões não resolvidos concernentes aos estalinismo, revisionismo, comunismo nacional e por conta também da busca por interesses nacionais conflitantes.

- Testar as reações dentro e fora do bloco a uma ruptura em pequena escala, antes da nascente e mais abrangente disputa sino-soviética.

Parte II – Capítulo 16

A Quarta Operação de Desinformação: A "Ruptura" Sino-Soviética

A Colaboração PCUS-PCC, 1944-49

Historicamente, as relações entre os partidos comunistas soviético e chinês foram objeto de muita confusão entre os analistas e observadores ocidentais. Em grande medida, isto se deveu a um bem sucedido esforço de desinformação no pós-guerra e já durante a II Guerra, o qual tinha a intenção de passar uma imagem enganosa ao Ocidente, levando-o a erros de percepção e análise da natureza do comunismo chinês. Tal esforço também serviu para ocultar o firme crescimento da ajuda militar, diplomática e de inteligência soviética ao PCC nos anos finais da guerra civil na China. As similaridades entre os comentários soviéticos e chineses acerca da natureza do comunismo chinês são um forte indicativo de uma operação de desinformação coordenada. Aos jornalistas ocidentais em visita a Yenan durante a guerra, foi dito que os comunistas chineses não eram comunistas tradicionais, mas simples camponeses e militantes lutando pela reforma agrária e que não só admiravam o Ocidente, mas tinham muito mais em comum com os socialista-cristãos do que com os comunistas soviéticos. 102

102 "Dawn Watch in China", Joy Homer, (Boston: Houghton Mifflin Co., 1941), pp. 194-95: "Desde o primeiro dia em que pus os pés em Yenan, percebi uma atitude não muito entusiasmada, e até mesmo indiferente, de parte dos estudantes e jovens funcionários para com a Rússia. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos eram muito mais populares que a Rússia,. Pelo menos uma vez por dia, alguém me dizia com muita franqueza:'Você
não
deve
confundir
o
nosso
comunismo
com
o
comunismo
da
Rússia.
Hoje,
nós
temos
as
nossas
próprias
idéias.
Em
seu
país,
nós
provavelmente
seríamos
chamados
de
socialistas.
Nós
acreditamos

em
sacrifício
mútuo,
em

Os líderes soviéticos externaram observações semelhantes. Em junho de 1944, por exemplo, Stálin confidenciou a Averell Harriman, então o embaixador americano em Moscou, que os comunistas chineses não eram de verdade, mas comunistas de "margarina". 103 Em agosto de 1944, Molotov, então ministro do exterior soviético, disse a Patrick Hurley e a Donald Nelson, representantes do presidente Roosevelt em Chungking, que muitos dos supostos comunistas chineses eram apenas pessoas desesperadamente pobres, que esqueceriam sua inclinação política tão logo sua condição econômica melhorasse. 104 Numa conversa com Harry Hopkins em 26 de maio de 1945, Stálin fez algumas observações depreciativas a respeito de Mao e descartou o PCC como fator relevante na situação chinesa; ele disse achar que os líderes comunistas chineses eram menos capacitados se comparados a Chiang Kai-shek e seriam, portanto, incapazes de unir o país. 105 No curso das negociações com o ministro do exterior chinês (China nacionalista), Wang Shi-chieh, no verão de 1945, Stálin disse que os comunistas chineses "não valiam grande coisa". Por ocasião da Conferência de Potsdam, em julho de 1945, os líderes soviéticos deram garantias ao Secretário de Estado Byrnes de que os comunistas chineses não eram comunistas de verdade. A mesma garantia foi dada aos congressistas americanos

trabalho
duro
e
no
amor
por
todos
os
homens.
É
quase
igual
ao
seu
cristianismo'."

103 Um relato da entrevista de Harriman com Stálin pode ser encontrado em "The China Tangle", Herbert Freis, (Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press, 1953), p. 140.

104 "Soviet Policy and the Chinese Communists 1931-1946", Charles B. McLean (Freeport, Nova York: Books for Libraries Press, Copyright by Columbia University Press, 1972), pp. 1-2

105 "Roosevelt and Hopkins: An Intimate History", Robert E. Sherwood (Nova York: Harper & Bros., p. 902-3: "[Stálin fez a] declaração categórica de que faria tudo o que pudesse para promover a unificação da China sob a liderança de Chiang Kai-shek [...] Ele declarou especificamente que nenhum líder comunista era forte o suficiente pra unificar a China".

durante visita a Moscou em setembro de 1945. 106 Uma outra indicação da existência de um tema combinado de desinformação foi a declaração deliberadamente incorreta de Mao, depois da dissolução do Comintern, afirmando que a China não tinha recebido qualquer assistência ou aconselhamento daquele órgão desde o seu 7.o Congresso em 1935. 107

A aparente ignorância de Stálin acerca da situação na China era obviamente teatral. Desde o início houve íntima colaboração entre o PCUS e o PCC; o monitoramento que a inteligência soviética fez do governo nacionalista chinês e de suas políticas foi pelo menos tão bom quanto o monitoramento que fez das políticas americana e britânica.

Enquanto servia numa seção do Comitê de Informação responsável pelo trabalho de contra-inteligência nas organizações soviéticas atuantes na China, Coréia e Mongólia, o autor teve conhecimento de uma decisão soviética, tomada após negociações secretas com uma delegação de alto nível enviada pelo PCC à Moscou no outono de 1946, no sentido de acelerar e aumentar a ajuda militar ao exército comunista chinês. O estado-maior soviético, a inteligência militar e o Ministério dos Transportes foram todos instruídos a dar prioridade ao exército comunista chinês. Entre 1946 e 1949, além das armas capturadas dos japoneses na Manchúria, grandes quantidades de armas e munições soviéticas -incluindo armas que os soviéticos receberam dos Estados Unidos durante a II Guerra -foram secretamente enviadas à China por via férrea. Em 1949, durante palestra aos alunos da Escola de Altos Estudos de Inteligência, em Balashikha, o General Roshchin, embaixador e também chefe da inteligência soviética na China, afirmou que foi a ajuda soviética que possibilitou ao exército comunista chinês virar a balança do poder militar em seu favor, podendo assim ter lançado a bem sucedida ofensiva contra o exército nacionalista nos anos 1947-48.

106 McLane, op. cit.
107 “Portrait of a Revolutionary: Mao Tse-tung”, Robert Payne (Londres e Nova York: Abelard-Schuman, 1961), nota de rodapé, p. 175.

A ajuda adicional foi enviada à China através de Sinkiang. O controle soviético sobre Sinkiang tinha sido perdido em 1943, quando

o governador Sheng Shih-tsai, um agente soviético, rompeu com a União Soviética. Para restaurar o controle, foi arquitetada uma revolta em Ili, uma região de Sinkiang. A coordenação da revolta ficou a cargo de Fitin, em Moscou, de Pitovranov, no Cazaquistão, Ogol´tsov e Byzov, no Uzbequistão e de Langfang e Ivanov, na Mongólia Exterior108, todos eles generais do serviço de segurança e inteligência soviético. A revolta foi um sucesso e uma independente República do Turquestão Oriental foi proclamada, sob a liderança de Saifudin, um agente soviético. Dali em diante, Sinkiang foi usada pelos soviéticos como rota de suprimentos para o PCC, até que este assumisse o controle total da província. A trilha de camelos da Mongólia até Ningsia também foi usada como rota de abastecimento.

Um grande e importante esforço de inteligência foi feito para obter informações militares sobre o Kuomintang, em benefício do PCC. Também foram obtidas informações sobre a subversão na polícia e na administração nacionalista. Quando a Embaixada Soviética seguiu a mudança do governo nacionalista para Cantão, assim o fez não para demonstrar obediência ao Tratado de Amizade com o governo nacionalista, como freqüentemente se supõe, mas, de acordo com telegramas da inteligência soviética entre China e Moscou, para facilitar o contato com agentes soviéticos infiltrados na administração nacionalista. Vale notar que o reconhecimento soviético do novo governo comunista chinês e o conseqüente estabelecimento de relações diplomáticas, foram conduzidos pelo chefe da inteligência soviética e cônsul-geral em Pequim, Coronel Tikhvinskiy. 109 Este

108 N.T.: Doravante citada apenas como “Mongólia”, que por sua vez, foi o primeiro país satélite da União Soviética. No original, “Outer Mongolia”, denominação tradicional da atual República da Mongólia, que visava distinguila da “Inner Mongolia”, região supostamente autônoma no interior da China.

109 Ver o anúncio oficial no Pravda de 23 de outubro de 1949. Tikhvinskiy foi apontado como oficial da inteligência soviética em artigo publicado na revista

foi o mesmo Tikhvinskiy que, em resposta às acusações dos nacionalistas de que os soviéticos estariam ajudando o PCC, emitiu uma negativa oficial em nome do governo soviético, divulgada em despacho da Associated Press a partir de Pequim, em 30 de dezembro de 1947 e que dizia: "[...] meu governo reconhece somente um governo na China – o governo nacionalista – e não está fornecendo o que quer que seja aos comunistas. Esta é uma negativa 100%". A negativa era, é claro, 100% falsa. Ela foi nada mais que um aspecto de uma importante operação sino-soviética de desinformação e inteligência, projetada para fortalecer o PCC, enquanto se mantinha oculta do Ocidente a ajuda dada pelos soviéticos. Depois de sua derrota, Chiang Kai-shek admitiu, franca e corretamente, que o PCC "[...] roubou informações de nosso governo enquanto simultaneamente nos impedia de abrir caminhos para obter informações. Isso era de se esperar. Mas eles deram um passo além, ao fornecer falsas informações sobre nosso governo às nações ocidentais, a fim de criar a impressão errada de nosso país" 110 . Se o governo americano não tivesse caído vítima da desinformação comunista e naquela época tivesse percebido o escopo e escala da ajuda soviética aos comunistas chineses, uma ajuda mais decisiva poderia ter sido dada aos nacionalistas chineses. Mesmo se isso não fosse suficiente para salvar a China do comunismo, a reação da opinião pública americana diante do fracasso da política dos Estados Unidos poderia ter sido mais equilibrada do que foi na era McCarthy.

Life em 6 de dezembro de 1954, escrito pelo ex-oficial da inteligência soviética, Rastvorov.
110 Ver " Soviet Russia and China", Chiang Kai-shek (Nova York: Farrar, Strauss and Cudahy, 1957), p. 369

Os Atritos Sino-Soviéticos e Sua Eliminação, 1950-57

O novo caráter das relações sino-soviéticas depois que o PCC assumiu o poder evidenciou-se no Tratado de Amizade, assinado durante a visita de Estado que Mao fez a Moscou em fevereiro de 1950111 . O Tratado tinha validade de trinta anos. Os soviéticos prometeram apoio à "libertação" do Tibete e de Taiwan. Stálin informou a Mao que todo o trabalho da inteligência soviética na China tinha cessado e que os nomes de ex-agentes soviéticos na China seriam revelados ao serviço de inteligência chinês.

A despeito do sucesso da visita de Mao, ainda havia problemas e desajustes não solucionados nas relações entre os dois países. Seria um erro grave considerar a China daquela época como satélite da União Soviética. A extensão da infiltração e controle soviéticos sobre o partido e o governo chinês era pequena se comparada àquela verificada nos satélites do Leste europeu. Essa infiltração era, grosso modo, limitada à Sinkiang e à Manchúria. Não obstante, o relacionamento não era o de iguais e por vezes, os soviéticos continuaram a interferir nos assuntos internos da China, especialmente na Manchúria, na península de Liaotung, em Sinkiang e nas áreas de fronteira. Muitos agentes soviéticos, especialmente em Sinkiang, foram revelados aos chineses, entre eles Saifudin, um dos líderes da revolta orquestrada pelos soviéticos no Turquestão Oriental em 1945. Ele foi membro do primeiro governo comunista da China e permaneceu no poder por muitos anos depois dos desdobramentos da ruptura sinosoviética.

Destarte as garantias de Stálin, alguns agentes soviéticos na China, como o veterano agente soviético em Xangai, um cidadão chinês de nome Kazakov, não foram revelados aos chineses.

Os soviéticos tampouco foram inteiramente francos sobre as propriedades que secretamente possuíam na China, todas em

111 Este tratado permaneceu válido durante toda a Guerra do Vietnã. Quando expirou em abril de 1980, não foi renovado; à essa altura já não havia ameaça visível de qualquer nação ocidental à China.

conexão com suas operações de inteligência. Quando os chineses apanhavam os soviéticos desprevenidos, como por vezes acontecia, havia atritos entre eles.

Outra fonte de tensão nos anos 50 surgiu do tratamento dado aos grupos de exilados russos na China. Há duas hipóteses: com mão de ferro, os soviéticos efetuaram as prisões usando agentes de segurança chineses locais, sem informar a Pequim, ou, os chineses mesmos se recusaram a efetuar as prisões na escala exigida pelos soviéticos.

Uma discordância séria surgiu quando os assessores soviéticos exigiram a demissão de Li K´u-nun, o chefe da inteligência política chinesa, preocupados com seu incomum passado nacionalista. Os chineses se recusaram categoricamente a demiti-lo.

Considerando que não havia qualquer mecanismo formal para lidar com as discordâncias e as feridas abertas nas relações sino-soviéticas, essas demonstraram uma tendência à purulência e alastramento.

A mais séria de todas as discordâncias surgiu por ocasião da Guerra da Coréia, na qual Stálin embarcou sem demonstrar muita confiança em Mao. Quando a guerra começou a ir mal, do ponto de vista comunista e como resultado da pronta, eficaz e inesperada intervenção das forças da ONU lideradas pelos Estados Unidos, os soviéticos sugeriram que os chineses deveriam enviar tropas em auxílio dos norte-coreanos. De início, os chineses se recusaram, o que não foi qualquer surpresa. Somente após o exercício de grande pressão soviética, culminando numa carta secreta de Stálin a Mao, os chineses concordaram em enviar “voluntários” à Coréia.

O desconforto nas relações sino-soviéticas, ainda que cuidadosamente ocultado, persistiu enquanto Stálin estava vivo. Assim que ele morreu, os soviéticos tomaram providências para melhorar a situação. A acomodação da Guerra da Coréia através de uma solução de compromisso foi um objetivo prioritário dos sucessores imediatos de Stálin e que foi discutida pela primeira vez com Chou En-lai já quando este se fez presente ao funeral de Stálin. Outro problema espinhoso, mas rapidamente resolvido, tinha como centro Kao Kang, o “Governador da Manchúria”, com

quem os soviéticos mantiveram contato secreto mesmo durante a Guerra da Coréia. Depois da prisão de Beryia, a liderança chinesa foi informada sigilosamente de que Kao Kang fora um dos agentes de Beryia. Em fevereiro de 1954, o governo chinês destituiu Kao Kang "por suas tendências separatistas e por tramar o estabelecimento de um independente Reino de Kao Kang na Manchúria". Kao Kang foi mandado para a prisão sem julgamento e lá se enforcou.

Em outubro de 1954, Krushchev e Bulganin visitaram a China para participar de discussões que levaram à devolução e abdicação voluntária de todos direitos extraterritoriais soviéticos na China. Assim resolvidos os problemas já muito antigos da Manchúria e Sinkiang, foram finalmente estabelecidas as fronteiras sino-soviéticas. A ajuda econômica e militar soviética à China foi incrementada. Em 17 de janeiro de 1955, o governo soviético anunciou que iria dar toda a assistência à China no estabelecimento e montagem de instalações e institutos de pesquisa nuclear. Mais tarde, a URSS se engajou na construção de um reator nuclear na China, que entraria em operação em março de 1958.

No campo da inteligência, os soviéticos tiveram que recuar, engolindo o orgulho ao aceitar Li K´u-nun. Li não apenas manteve sua posição na inteligência chinesa, mas o assessor soviético que não conseguisse se relacionar com ele era prontamente substituído. A decisão anterior de revelar aos chineses os agentes soviéticos na China, foi agora colocada a efeito plenamente, sem exceções. Entre os agentes soviéticos assim revelados aos chineses, estava Soon Ch´ing-ling, a viúva do Dr. Sun Yat-sen. Esta senhora foi admitida no PCC e escolhida sua presidente-honorária pouco antes de sua morte, em maio de 1981. A ela foi concedido um impressionante funeral com honras de estado, ao qual compareceu a liderança do PCC. Outro agente revelado foi Kuo Mo-jo, renomado poeta, cientista e presidente da Academia de Ciências Chinesa, além de ativo membro do Conselho Mundial pela Paz. Provavelmente poucos nomes de agentes revelados provocaram alguma surpresa, se tanto, entre os líderes chineses, mas a evidente franqueza soviética nesse assunto ajudou a eliminar esta fonte

potencial de atrito. Dali por diante e a pedido dos chineses, o serviço de inteligência soviético passou a enviar à China os seus maiores especialistas em assuntos tais como inteligência científica, infiltração de embaixadas ocidentais, proteção física de instalações nucleares e de fabricação e lançamento de foguetes, produção de equipamentos de escuta e vigilância e operações de sabotagem e assassinato.

Durante os turbulentos eventos de 1956 na Europa Oriental, houve sinais de divergências entre as visões e opiniões soviéticas e chinesas acerca de Stálin. Enquanto os chineses concordavam que Stálin havia cometido erros, particularmente quanto à Iugoslávia, eles pareciam inclinados a uma visão mais equilibrada de seu lugar na história do que aquela visão exposta pelo relatório de Krushchev ao 22.o Congresso do PCUS. Em fins de outubro de 1956, uma delegação chinesa de alto nível fez uma vista secreta à Moscou, durante a qual não só criticou o modo pelo qual os soviéticos vinham lidando com os satélites europeu-orientais, mas insistiu na imediata intervenção soviética na Hungria. Uma das conseqüências da visita chinesa foi a revisão pública, pelo governo soviético, do status e funções dos assessores-conselheiros soviéticos presentes em todos os países do bloco.

Em novembro de 1957, Mao e Teng Hsiao-ping112 lideraram a delegação chinesa à conferência dos líderes do bloco, realizada em Moscou. Mao disse que os principais erros de Stálin foram a sua repressão a membros do partido e a tendência ao "chauvinismo de grande-nação".

Esta última encontrou expressão na política de Stálin para a Manchúria e no comportamento de alguns assessores-conselheiros soviéticos na China. A única crítica que Mao fez à decisão soviética (1956) de admitir os erros de Stálin, foi a de que essa admissão foi feita sem a devida consulta prévia aos demais partidos comunistas. Krushchev aceitou a crítica, considerando-a justificada. Os líderes soviéticos se comprometeram a não repetir os erros de Stálin; em especial, concordaram que não seriam

112 N.T.: Hoje, a nova grafia, "Deng Xiaoping", já é mais usual na imprensa e na literatura especializada. Manteve-se nessa tradução a escolha do autor.

tomadas medidas repressivas contra ex-membros da oposição. Esses seriam tratados como Lênin os teria tratado. Isto explica porque Malenkov, Molotov e Bulganin não foram fuzilados.

As funções e o status dos conselheiros e assessores soviéticos, incluindo assessores de inteligência e segurança, foram definidos ao gosto dos chineses. Os papéis dos assessores foram limitados à consultoria e coordenação. A interferência nos assuntos administrativos internos dos serviços chineses foi excluída. Os soviéticos passaram a tratar como genuinamente iguais em status, se não em experiência, os serviços de inteligência e segurança chineses. E por último, os soviéticos os trataram com franqueza ao revelar-lhes todos os seus agentes de nacionalidade chinesa. Foi resolvida a questão das bases soviéticas na China para uso em operações de inteligência "ilegais". Novas bases para operações "ilegais", além das necessárias instalações de apoio, foram colocadas à disposição dos serviços de inteligência soviéticos em vários portos chineses, incluindo Shangai. Houve outras instâncias para a cooperação prática. A pedido dos chineses, os soviéticos construíram uma fábrica especial, para a manufatura de dispositivos de escuta altamente sensíveis. Foram disponibilizados assessores soviéticos com experiência em trabalho de inteligência política contra os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Entre esses estava o Coronel Smirnov, um ex-rezident de inteligência em Nova York e o Coronel Voronin, ex-chefe do departamento britânico da contra-inteligência soviética. Em fins de 1957, os chineses pediram um assessor especialista em assassinatos políticos e sabotagem. Os soviéticos mandaram seu melhor homem, o General Vertiporokh, ex-chefe de seu próprio departamento de assassinatos e sabotagem e ex-rezident de inteligência no Irã. Vertiporokh trabalhou como assessor da KGB na China até a sua morte, em janeiro de 1960.

Foram estabelecidas consultas em bases pessoais e regulares entre os líderes dos serviços soviético e chinês. Logo após assumir como diretor-geral da KGB em 1958, Shelepin fez uma visita à China, da qual voltou muito impressionado com a habilidade chinesa no trato da oposição ao regime feita pelos jovens, intelectuais, líderes religiosos e pelas minorias nacionais,

especialmente durante a eliminação das “mil ervas-daninhas”, no verão de 1956. Shelepin recomendou que a KGB estudasse e tirasse lições da experiência chinesa nesses assuntos. O general Sakharovskiy, chefe da inteligência soviética, também fez uma visita à China, quase à mesma época que Shelepin. Na primeira conferência dos chefes dos serviços de inteligência e segurança do bloco, realizada em Moscou em meados de 1959, os chineses foram representados por Lo Jui-tsin, ministro da segurança pública. A conferência decidiu assentar as ligações de segurança e inteligência intrabloco em bases multilaterais e para esse propósito, estabeleceu um centro de coordenação conjunta de inteligência e segurança.

No período 1959-60, houve intercâmbio regular de inteligência secreta, política e militar, entre os soviéticos e chineses. Este intercâmbio cobria particularmente as perspectivas e projeções ocidentais sobre as relações sino-soviéticas. A KGB passou aos chineses informações confidenciais e altamente secretas, vindas de suas fontes na OTAN e Europa Ocidental. O serviço de inteligência polonês passou à KGB um conjunto de documentos que relatavam as discussões ocorridas durante encontro do Grupo Bilderberg em 1958 ou 1959. Esse grupo era formado por notáveis estadistas e comentaristas ocidentais e tratava de questões concernentes às possibilidades de uma ruptura sino-soviética, das prováveis conseqüências de tal ruptura para o bloco e dos meios pelos quais essa ruptura poderia ser explorada em benefício do Ocidente. Esses documentos estavam entre vários outros levados à China pelo General Sakharovskiy em pessoa. E entre esses outros documentos enviados aos chineses pela KGB, estavam as avaliações do Departamento de Estado americano das diferenças sino-soviéticas sobre as comunas e da reação chinesa à visita de Krushchev aos Estados Unidos em 1959. Uma cópia de um relatório secreto feito à OTAN em 1959 por seu ex-secretáriogeral Spaak, sobre as diferenças sino-soviéticas e suas implicações para a OTAN, também foi repassada aos chineses pela KGB.

É obviamente um mito propagado deliberadamente segundo

o qual os líderes soviéticos e chineses são ignorantes da situação no mundo exterior e incapazes de entendê-lo mesmo quando seus

serviços de inteligência lhes provêem textos de documentos ocidentais oficiais. Na verdade, o material de inteligência é intensamente estudado, absorvido e usado no planejamento da política estratégica comunista.

Além do material secreto de inteligência, é provável que os estrategistas tenham estudado livros tais como "The Prospects for Communist China", de Walt Rostow, que já em 1954 especulava abertamente sobre as possibilidades da aliança sino-soviética vir a

se romper.

113 Em"The Prospects for Communist China", Walt Whitman Rostow (Cambridge Massachusetts: Technology Press of Massachusetts Institute of Technology, 1954), pp. 216-220, observa: "[...] sob quais circunstâncias, se é que as há, pode ser prevista uma ruptura da aliança? Em sentido técnico, a evidência da aliança se assenta na fraqueza relativa da China frente à União Soviética. Isto significa que provavelmente há três condições requeridas para efetivar uma retirada chinesa da aliança sino-soviética:

1.
A insatisfação aguda com a atual dinâmica da aliança com os soviéticos por parte de um grupo influente de líderes chineses e provavelmente, com as conseqüências da aplicação da técnica soviética ao problema do crescimento econômico da China.
2.
A garantia de que uma retirada teria como contrapartida uma associação com o Ocidente em termos mais favoráveis.
3.
A neutralização do poderio soviético em potencial confrontação com a China, quer por extremas dificuldades internas soviéticas ou por ação de uma terceira potência
.

"A análise desta situação básica indica que há várias condições que ainda estão além do horizonte das possibilidades imediatas [...] Os laços sinosoviéticos podem ser alterados definitivamente se o difícil e instável processo de ajuste na União Soviética, criado pela morte de Stálin, vier a se transformar em conflito aberto, que resultaria quer numa drástica redução do poder de Moscou na cena mundial ou numa mudança brusca na sua orientação política externa e interna. Até mesmo os atuais governantes comunistas chineses podem estar preparados para repensar seu relacionamento com Moscou e também para mover-se na direção de um grau maior de independência da União Soviética e de uma associação com o mundo não-comunista. O exato curso de ação que irão tomar dependeria de vários fatores, em especial o caráter e a duração das mudanças na União Soviética e os termos que Mundo Livre puder oferecer para favorecer uma mudança na orientação [chinesa]."

Portanto, provavelmente não é coincidência que Mikoyan, em seu discurso ao 21.o Congresso do PCUS, em fevereiro de 1959, tenha dito que as esperanças e expectativas ocidentais quanto a uma ruptura, estavam condenadas ao desapontamento. 114 , uma linha retórica que ecoou nos documentos comunistas básicos desse período – no Manifesto do Congresso dos Oitenta e Um, em novembro de 1960 115, e o relatório estratégico de Krushchev, de 6 de janeiro de 1961. 116 . O tema da inabalável amizade sinosoviética também podia ser encontrado nos discursos e entrevistas concedidas por Chou En-lai 117 e pelo ministro do exterior chinês, Chen Yi, 118 a despeito do acúmulo de indícios de uma disputa.

114 Ver "CSP", vol. 3, p. 129: "Nos EUA, fizeram-me muitas perguntas sobre as relações entre a União Soviética e China. Devo presumir que essas perguntas derivaram da propaganda revisionista antichinesa recentemente veiculada na imprensa iugoslava, contendo insinuações acerca de incipientes desentendimentos, por assim dizer, entre a União Soviética e a China [...] Eu repliquei aos inquisitivos cavalheiros dizendo que eles estavam evidentemente acalentando doces sonhos, nos quais bastaria um ' Oh! Veja!' para que num passe de mágica surgissem desentendimentos no campo socialista, entre a União Soviética e a China. Mas eu disse a eles que o sonho era irrealizável. A amizade soviético-chinesa repousa nas bases inabaláveis da ideologia marxista-leninista. [Aplausos]. As saudações do Comitê Central do PCC ao nosso Congresso, assinadas pelo camarada MaoTsé-tung são a reafirmação da eterna e indissolúvel amizade entre nossos partidos e nossos países.[Aplausos] Nossa amizade é algo sagrado. Não deixemos que aqueles que procuram conspurcá-la, sequer dela cheguem perto com suas mãos sujas. [Aplausos] "
115 "[...] As esperanças dos imperialistas, renegados e revisionistas quanto a uma ruptura no interior do campo socialista são construídas sobre areia e fadadas ao fracasso. Todos os países socialistas acalentam a unidade socialista como à menina de seus olhos, seu fruto mais precioso. " (Manifesto)
116 "[...] Quero enfatizar nosso constante esforço de fortalecimento dos laços de amizade fraternal com o PCC e com o grande povo chinês [...] a amizade de nossos dois grandiosos povos, a unidade de nossos dois partidos...são de importância excepcional na luta rumo ao triunfo de nossa causa comum [...] O PCUS e o povo soviético farão de tudo para incrementar ainda mais a unidade de nossos partidos e povos, não apenas para frustrar nossos inimigos, mas para abalá-los ainda mais e assim atingir a realização de nossa meta maior, o triunfo do comunismo." (discurso de Krushchev em 6 de janeiro de 1961)
117 Em seu discurso ao 21.o Congresso do PCUS (CSP, vol. 3, pp. 77-78), Chou En-lai disse: "A União Soviética e a China são países socialistas fraternos [...] a íntima amizade entre os povos de nossos dois países é eterna e indestrutível."

A despeito desses indícios de disputa, mais de um ano depois da anunciada retirada dos especialistas soviéticos em economia e em assuntos técnicos da China, ainda lá permaneciam ao menos alguns assessores da KGB. Um ex-colega e amigo do autor, que havia sido mandado à China como conselheiro para assuntos de proteção física de instalações nucleares chinesas, ainda estava na China em novembro de 1961, um mês após Krushchev ter denunciado os albaneses durante o 22.o Congresso do PCUS e de Chou En-lai ter se retirado, em protesto aparente. Para bem marcar o contraste, os assessores militares, de inteligência e de contra-inteligência soviéticos foram os primeiros a deixar a Iugoslávia quando da genuína ruptura Tito-Stálin em 1948. A proximidade das relações e a estreita conexão entre os serviços de inteligência e segurança da União Soviética e da China até fins de 1961, eram simplesmente incompatíveis com um quadro de deterioração séria das relações gerais entre os dois países antes dessa data.

As discrepâncias entre as indícios de uma ruptura e as informações públicas e reservadas que apontavam na direção oposta, ou seja, da manutenção das boas relações, devem ser cotejadas com o histórico da estreita colaboração entre os partidos soviético e chinês em operações de desinformação levadas a cabo entre 1944-49, as quais efetivamente ocultaram a extensão da ajuda soviética ao partido chinês nos anos finais da guerra civil chinesa, além de muito habilmente dar uma falsa impressão do comunismo chinês, fazendo-o ser percebido como se fosse um mero movimento de reforma agrária, relativamente inofensivo.

Numa entrevista publicada no Peking Review, em 8 de novembro de 1960, ele disse: “A solidariedade entre os dois grandes países, China e União Soviética, é

o baluarte da defesa da paz mundial. Aquilo que os imperialistas e reacionários mais temem é a solidariedade dos países socialistas. Eles procuram, por todos os mios, semear a discórdia e romper essa unidade”.
118 “The Sino-Soviet Dispute”, artigo de Geoffrey Francis Hudson, Richard Lowenthal e Roderick MacFarquhar, publicado pelo periódico China Quarterly, 1961, p. 35.

Contra esses antecedentes, o fato de que as relações sinosoviéticas no período 1959-61 tenham seguido de perto o padrão das relações soviético-iugoslavas e soviético-albanesas do mesmo período (no qual os fundamentos para tensões e rupturas entre os membros do bloco já tinham sido removidos e todos os membros, incluindo os chineses, tinham contribuído para formulação da nova política), sugere que a disputa sino-soviética foi, tal como as outras, o produto da desinformação orquestrada pelo bloco.

O fato de a China ter continuado a enviar observadores às reuniões da Comecon e do Comitê Consultivo Político do Pacto de Varsóvia, até fins de 1961, dá suporte a esta conclusão.

As Evidências Históricas da Diferenças Sino-Soviéticas

Desde que a "ruptura" sino-soviética passou a ser aceita como verdade consumada, também ficou na moda -com algum encorajamento soviético e chinês – buscar uma explicação para aquela nas rivalidades tradicionais entre China e Rússia, retrocedendo até o século XVI. Não seria um raciocínio mais tortuoso ou mais exagerado se fossem atribuídas à colonização francesa da Louisiana a deterioração das relações francoamericanas nos anos 60. Dada a natureza da ideologia comunista, a conquista do poder por partidos comunistas, seja na Rússia, na China ou onde mais for, implica num rompimento radical com as tradições políticas desse país. 119

Seria mais relevante buscar a origem da atual ruptura nas diferenças entre os partidos comunistas soviético e chinês a partir de 1917. Tais diferenças existiram, sem sombra de dúvida. Nos

119 Um alerta oportuno contra falsas analogias históricas foi dado pelo ex-líder comunista americano, Jay Lovestone, em testemunho perante o Comitê de Segurança Interna, subordinado ao Comitê do Judiciário do Senado dos Estados Unidos, em 26 de janeiro e em 2 de fevereiro de 1961: " Devemos ficar alertas contra a tentação de recorrer à analogias históricas. Sabendo que a Rússia comunista e a China estão ligadas pelos laços deste supremo objetivo comum[a conquista e transformação comunista do mundo], seria perigosamente falso igualar suas diferenças ou ciúmes à hostilidade e choque de interesses havidos entre a Rússia czarista e a China pré-I Guerra Mundial."

anos 20, havia diferenças entre os comunistas chineses e soviéticos quanto às táticas a serem usadas junto aos trabalhadores urbanos e camponeses.

No período 1932-35, Stálin se opunha a que Mao liderasse

o PCC. Mas todas essas foram diferenças transitórias, que não impediram a estreita colaboração entre os partidos no período 1935-49. As supostas diferenças em táticas de frente unida contra o Kuomintang e nas suas atitudes com relação ao governo nacionalista chinês eram todas falsas diferenças, deliberadamente lançadas pela desinformação combinada e projetadas para: esconder o apoio soviético ao PCC, diminuir a escala da ajuda americana ao governo nacionalista e possibilitar aos soviéticos e aos comunistas chineses subverter esse governo mais eficazmente, através do desenvolvimento de uma dualidade em suas políticas. O apoio militar soviético ao PCC pode bem ter feito a balança pender a favor da vitória comunista na China. Depois da vitória, mais uma vez apareceram diferenças e fontes de atrito entre os partidos soviético e chinês. Se a falta de tato de Stálin na condução das relações sino-soviéticas e de outras relações intrabloco tivesse permanecido sem correção, poderia ter levado a uma genuína ruptura sino-soviética, análoga a que ocorreu com Tito. Mas na verdade, as medidas corretivas necessárias foram tomadas a tempo. Já em fins de 1957, não mais havia diferenças ou atritos notáveis entre os membros do bloco. É interessante que os chineses, ao justificar sua atitude nas polêmicas com a União Soviética, não se basearam nas diferenças reais que tiveram com os soviéticos no período 1949-53, mas sim nas alegadas diferenças com Krushchev sobre assuntos que, na verdade, já tinham sido resolvidos até aquela data. A contribuição de Krushchev no sentido de corrigir os erros passados nas relações sino-soviéticas foi reconhecida pelo próprio Mao em 1957. 120

120 “Kommunist”, n.o 5 (1964), p. 21.

A Forma das Diferenças Sino-Soviéticas

Grosso modo, podem ser percebidos três períodos distintos na dinâmica da ruptura: o primeiro vai de 1957 até meados de 1963; o segundo, de 1963 até 1969; e o terceiro, de 1969 em diante. Durante a maior parte do primeiro período, as fontes de informações oficiais comunistas direcionadas ao público comunista, sequer reconheceram a existência de diferenças sinosoviéticas; ao contrário, o registro da participação chinesa nas conferências mundiais de partidos comunistas realizadas em Moscou em 1957 e em 1960, no 21.o Congresso do PCUS em fevereiro de 1959, além da participação dos chineses como observadores na reuniões do Pacto de Varsóvia e da Comecon, formavam um conjunto que indicava a continuada e mesmo a crescente e estreita colaboração de alto nível entre os partidos e governos da China e da União Soviética. A mesma conclusão poderia ser extraída do intercâmbio de delegações. Apenas em 1959, não menos que 125 delegações visitaram a China, vindas da União Soviética e do Leste Europeu; mais de 100 delegações chinesas retribuíram as visitas. Já as evidências de desentendimentos podiam ser encontradas nas fontes comunistas não-oficiais: diferentes linhas de análise na imprensa soviética e na chinesa, sobre vários assuntos; em observações feitas por líderes comunistas a jornalistas e políticos ocidentais e em relatos retrospectivos de supostas polêmicas ocorridas à portas fechadas por ocasião dos congressos do partido romeno, em junho de 1960 e dos Oitenta e Um Partidos, em novembro de 1960. Essas evidências ou indícios não-oficiais, na maior parte retrospectivos, apontavam para uma deterioração na cooperação partidária e governamental em 1959, para o término da colaboração militar e nuclear soviética nesse mesmo ano e para a cessação da ajuda econômica soviética à China em 1960.

A partir de fins de 1961 e através de fontes agora oficiais, começaram a surgir indicações das diferenças sino-soviéticas. Houve o apoio simbólico dos chineses a Stálin e às posições albanesas quando Krushchev denunciou a ambos durante o 22.o Congresso do PCUS. Os atritos e competição entre as delegações soviéticas e chinesas em reuniões de organizações internacionais

de fachada, tornaram-se notórios. O fluxo de informações oficiais sobre a colaboração sino-soviética, minguou.

Durante o segundo período da ruptura, a existência de diferenças era reconhecida como totalmente verdadeira. Uma ostensiva tentativa de acomodação dessas diferenças foi feita em julho de 1963, quando uma delegação partidária chinesa de altonível esteve em Moscou para conversações. Estas aparentemente falharam e a polêmica pública entre os partidos teve início. Desde então, cartas partidárias secretas revelando diferenças entre os partidos foram tornadas públicas através da imprensa soviética e da chinesa. Alguns diplomatas chineses foram expulsos da União Soviética por distribuírem panfletos. A China retirou-se de organizações internacionais de fachada. Alguns partidos comunistas do mundo não-comunista tomaram abertamente posições pró-soviéticas ou pró-chinesas; em alguns casos, grupos minoritários pró-chineses romperam com seus partidos prósoviéticos.

No terceiro período, que começou mais ou menos em 1969, a aparente deterioração das relações sino-soviéticas expressou-se em ações tanto quanto em palavras. A concentração de tropas cresceu na fronteira sino-soviética. Ocorreram incidentes de fronteira entre os dois países, que entrementes se acusavam mutuamente de “hegemonismo”. Pública e sistematicamente, a China começou a adotar uma posição oposta à da União Soviética quanto à OTAN, ao Pacto de Varsóvia, a Comunidade Econômica Européia, a détente, ao desarmamento, a segurança européia e a muitos assuntos relativos ao Terceiro Mundo, incluindo a intervenção soviética no Afeganistão. Depois da vitória comunista no Vietnã, os vietnamitas alinharam-se mais ainda à União Soviética. No Camboja, soviéticos e chineses apoiaram lados opostos no conflito entre facções comunistas rivais. Os chineses “puniram” os vietnamitas por meio de uma breve invasão ao seu território. Mas, a despeito da violência aparente da hostilidade chinesa à União Soviética e também ao seu íntimo aliado, o Vietnã, até o ano de 1980 a cisão não tinha levado a um rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, a

exemplo do que aconteceu por ocasião da disputa soviéticoalbanesa em 1961.

Tampouco foi abrogado o tratado de amizade, cooperação mútua e assistência. Até 1980, cada lado permaneceu comprometido com a assistência ao outro em caso de emergência.

Desta breve e resumida análise da ruptura, poder-se-á observar que durante a maior parte do primeiro período havia discrepância total entre as evidências oriundas de fontes comunistas oficiais – corroboradas pelas informações privilegiadas do autor -e aquelas vindas de fontes comunistas nãooficiais. No segundo período, houve uma coincidência maior das evidências oriundas de fontes oficiais e não-oficiais, apesar de ainda haver um conflito entre as fontes oficiais do primeiro período e as evidências retrospectivas, vazadas no segundo período. A nova metodologia, que leva em conta o lançamento do programa de desinformação no período 1958-60 e os precedentes históricos sobre os quais esse programa se baseou, dá mais crédito às fontes comunistas oficiais e questiona a autenticidade das cartas partidárias secretas, bem como das polêmicas publicadas no segundo período da ruptura.

Várias inconsistências podem ser apontadas. Em primeiro lugar está o fato de que as evidências oficiais das estreitas relações sino-soviéticas foram divulgadas pela imprensa comunista. O Manifesto do Congresso dos Oitenta e Um Partidos, em novembro de 1960, enfatizava especificamente a inutilidade das esperanças ocidentais quanto a uma ruptura no bloco. Ao assinar o Manifesto, os chineses também endossaram a tática da coexistência pacífica como uma das opções à disposição de uma política de longo alcance comum. O presidente chinês, Liu Shao-chi, que liderou a delegação chinesa ao congresso, em seguida viajou pela União Soviética e em companhia do presidente soviético, o que seria muito estranho ou no mínimo curioso, caso realmente houvesse uma dissensão séria entre os dois países. O relatório de Krushchev, de 6 de janeiro de 1961, amplamente distribuído na União Soviética, enfatizava a proximidade existente nas relações sinosoviéticas.

Em segundo lugar, apesar de a mídia soviética e chinesa deverem ser consideradas como fontes comunistas oficiais, elas devem também ser consideradas com inerentemente subordinadas às fontes oficiais, tais como o próprio Manifesto ou as decisões e declarações dos congressos dos partidos soviético e chinês, p.ex. Tais decisões e declarações não admitem a hipótese de contradição e confrontação reais na imprensa, por parte desse ou daquele partido, especialmente quando há evidências de um programa de desinformação em curso por determinação conjunta de uma política de longo alcance para o bloco. A contradição aparente, de fato, é peça do programa de desinformação.

Em terceiro lugar, nem o público russo, nem o chinês, estavam informados a respeito de uma disputa, pelo menos não até fins de 1961, e mesmo assim e até meados de 1963, apenas indiretamente e por implicações. Os públicos russo e chinês não estão em posição de poder estudar a imprensa de outro país e daí perceberem as divergências quanto à política externa e questões doutrinárias. É de se duvidar que uma redução da cobertura jornalística soviética dos assuntos chineses, e vice-versa, se percebida, tivesse algum significado maior para o público. Além disso, como o próprio autor pode atestar, o partido soviético não recebeu quaisquer instruções sobre a disputa até fins de 1961. Em contraste, e como já mencionado antes, o partido recebeu orientação confidencial desde o início da genuína ruptura Tito-Stálin em 1948.

Em quarto lugar e apesar de ser impossível avaliar quanto do material polêmico foi disponibilizado e quanto dele foi distribuído dentro da União Soviética e da China, pode-se ao menos dizer que uma parte desse material, dirigido especificamente ao Ocidente, não teria chegado ao público russo ou chinês. Por exemplo, muito do material da Novosti sobre as relações sino-soviéticas foi distribuído em inglês e através de suplementos de revistas, que podem ou não ter sido distribuídas dentro da União Soviética.

De acordo com a imprensa soviética, os chineses distribuíram material polêmico para os comunistas na União Soviética, mas em inglês, o que não faria sentido algum, caso o público alvo fosse o soviético mesmo. 121 Tudo isso, somado à evidência esotérica, dá suporte à conclusão de que as evidências da disputa foram deliberadamente disponibilizadas ao Ocidente, quer diretamente aos políticos e comentaristas ocidentais, ou indiretamente, de forma que os analistas ocidentais muito provavelmente as notassem. Surge então a pergunta: por que razão os líderes soviéticos e chineses deliberadamente chamariam a atenção do Ocidente para a existência de uma disputa que eles tão arduamente tentavam esconder de seus próprios partidos, a menos que assim o fizessem justamente para servir a seus interesses mútuos na promoção da recém acordada política de longo alcance do bloco?

E em quinto lugar, as polêmicas entre soviéticos e chineses não foram contínuas, mas intermitentes. Assim, podem muito bem ter sido coordenadas, ao invés de espontâneas. Na imprensa soviética, elas começaram em julho de 1963, continuaram até o início de outubro e foram então gradualmente amortecidas até serem abandonadas em abril de 1964. Mas no mesmo mês, foram revitalizadas pela publicação de material sobre a reunião do Comitê Central do PCUS, realizada em fevereiro de 1964, supostamente porque os chineses tinham continuado a publicar material polêmico, a despeito dos apelos de Krushchev e da liderança para que desistissem. 122

A nova metodologia sugere ainda que as hostilidades sinosoviéticas do terceiro período, não importando o quão convincentes possam ter parecido, deveriam ser reexaminadas para verificar se essas poderiam ser encenadas, e nesse caso, com que objetivo estratégico. Nesse estágio da análise, devem ser ressaltados e relembrados quatro pontos. Primeiro: incidentes de fronteira num canto remoto do mundo como aquele do Rio Ussuri, apesar das espetaculares e convincentes evidências de hostilidade,

121 “Party Life”, n.o 10 (1964), p. 65.
122 Ibid., n.o 7 (1964), p. 9.

podem ser facilmente encenadas, particularmente se, como será descrito mais à frente, meios de coordenar a ação entre os dois "oponentes" já estiverem disponíveis. Segundo: as hostilidades, tanto quanto as polêmicas verbais, foram intermitentes, não tinham propósito claramente definido e não trouxeram vantagens evidentes. Terceiro: a despeito da violência aparente da hostilidade chinesa à União Soviética e ao Vietnã, por volta de 1980, a ruptura, que teria começado no início dos anos 60, ainda não tinha provocado sequer o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, em vivo contraste com o que aconteceu quando da disputa soviético-albanesa em 1961. Tampouco foi rompido o tratado de amizade, cooperação e assistência mútua e cada lado permaneceu comprometido a apoiar o outro em caso de emergência. Quarto: as hostilidades podem ser correlacionadas, no tempo, à importantes iniciativas ou à abertura de negociações Leste-Oeste – p.ex., as SALT – ou às visitas de políticos ocidentais à União Soviética e à China. Tanto quanto as polêmicas verbais, hostilidades em pequena escala não podem ser aceitas como evidências de uma disputa genuína e à luz da nova metodologia, deveriam ser examinadas no que diz respeito à relevância que possam ter para a consecução dos objetivos comunistas políticos e estratégicos de uma política comum de longo alcance. Do mesmo modo deve ser vista e avaliada a adoção de posições opostas em assuntos internacionais por parte da União Soviética e China. O que se deve perguntar é se o fim último, o da vitória do comunismo, não pode ser mais rapidamente atingido pela adoção de uma política externa dualista por parte das duas maiores potências comunistas, uma em aparente oposição à outra, ao invés de seguir buscando uma única política, em aberta solidariedade e concordância.

O Conteúdo das Diferenças Sino-Soviéticas

Supostamente, as diferenças entre soviéticos e chineses já se mostravam salientes desde 1958, nos campos ideológico, econômico, militar, político e diplomático. Para muitos observadores pareceu que as diferenças brotavam de um choque de interesses nacionais entre as duas maiores potências comunistas. Os vários tipos de diferenças devem ser examinados um a um e na devida ordem, de modo a verificar qual a substancialidade de cada um deles, se é que havia.

Diferenças Ideológicas

Historicamente e como já assinalado, uma das primeiras indicações da disputa sino-soviética foi uma diferença aparente sobre a questão da introdução das comunas na China, que Krushchev mencionou ao senador Humphrey em dezembro de 1958. De acordo com algumas interpretações ocidentais da teoria comunista, as comunas são a mais alta forma de organização da agricultura socialista e sua introdução, portanto, deveria ser obrigatoriamente precedida pela industrialização e por uma forma mais simples de organização agrícola socialista, i.e., agricultura em fazendas coletivas. Segundo esses teóricos, a tentativa de introdução de comunas na Rússia soviética no período 1918-20 falhou porque ainda não havia chegado a hora. Ao introduzir as comunas antes da coletivização, os chineses, de acordo com essa linha de argumentação, estariam pecando contra a ortodoxia em dois aspectos: ao não obedecer à teoria comunista, estariam implicitamente rejeitando o modelo soviético no seu desenvolvimento agrícola.

Argumentava-se que assim incorriam no profundo desagrado dos soviéticos. Ademais, dali foram feitas comparações entre a política "esquerdista" dos chineses ao estabelecer as comunas e a política "direitista" dos soviéticos, que em 1958 permitiram que as fazendas coletivas comprassem máquinas agrícolas de propriedade do estado.

Essa linha de argumentação já era obsoleta. Na conferência dos partidos comunistas do bloco, em 1957, foram fechados acordos, que por sua vez foram endossados pelo Congresso dos Oitenta e Um em novembro de 1960 e assentados sobre as leis básicas do desenvolvimento comunista e que legitimavam o curso de ação chinês. Tanto quanto dizia respeito à agricultura, a lei básica era de que deveria ser coletiva. O tipo exato de organização, comuna ou fazenda coletiva, não estava especificado. Isso seria determinado pelas condições nacionais específicas. Na China, as condições e os problemas específicos com os quais o PCC se defrontava consistiam em: como quebrar os fortes laços familiares existentes na vasta massa de camponeses; como superar a falta de maquinário agrícola e como usar melhor o trabalho manual em massa; como se apropriar da terra, que pertencia não ao estado (tal como na União Soviética), mas aos camponeses. A comuna dava a melhor solução para os três problemas. Além do mais, os líderes chineses sem dúvida levaram em consideração, de pleno acordo com seus colegas soviéticos, o alto custo, em termos materiais e humanos, do método estalinista de coletivização e a nódoa que este deixou sobre o regime e a impossibilidade de sequer contemplar a repetição de uma experiência como aquela com um número ainda maior de camponeses. A escolha das comunas pelos chineses não foi nem um pouco mais heterodoxa do que a continuada existência de agricultura privada na Iugoslávia, Polônia e Hungria, que era aceita pelos líderes do bloco como fenômeno temporário, até que as condições específicas daqueles países pudessem ser alteradas.

O Ocidente deu muito pouca atenção, ao discurso do então embaixador soviético na China, Yudin, dirigido ao 21.o Congresso do PCUS, em fevereiro de 1958, no qual ele dizia que: "[...] sob a liderança do partido comunista, os camponeses chineses, em

aliança com a classe trabalhadora, avançam confiante e resolutamente na direção do socialismo, tendo atingido enormes sucessos. O partido comunista da China -um glorioso destacamento do movimento comunista internacional – lidera sabiamente o povo chinês no caminho do socialismo, a despeito das tremendas dificuldades e constantes ameaças de interferência por parte do imperialismo americano".

As alegações chinesas quanto a uma restauração do capitalismo na União Soviética, eram infundadas. A reforma econômica soviética visava melhorar a eficiência da economia e aumentar o controle estatal sobre a mesma. A impressão de um retorno ao capitalismo foi deliberadamente disseminada, por questões táticas e estratégicas. Os chineses deveriam estar bem cientes disso. De forma similar, a expressão "ditadura do proletariado" foi abandonada pelo PCUS; não como resultado de qualquer diluição do monopólio do controle pelo partido, mas para alargar a sua base política e sugerir que estava havendo uma "evolução" do regime. A idéia de que o regime soviético era menos ideológico que o chinês era infundada. É interessante observar que os chineses, a exemplo dos soviéticos, também introduziram incentivos econômicos e outros elementos do capitalismo.

Diferenças Econômicas

A disparidade entre os níveis de desenvolvimento econômico da China e da União Soviética, ou, em termos mais amplos, entre as zonas comunistas européia e asiática, apresentava um dilema aos estrategistas comunistas. Em 1960, os chineses estavam atrelados a uma grande carga de problemas econômicos, que se revelavam numa indústria atrasada e decrépita, na falta de capital, numa explosão populacional e num baixo nível de comércio com o mundo avançado não-comunista. Nesse cenário, dificilmente poderiam realizar seus ambiciosos programas militares e de industrialização sem a ajuda da zona comunista européia. E para que tal ajuda tivesse um impacto significativo na

taxa de crescimento industrial chinesa, a zona comunista européia ver-se-ia obrigada a reduzir drasticamente seus próprios programas de desenvolvimento, abandonando sua meta de ultrapassar o nível de produção americano.

A diferença entre os níveis econômicos da União Soviética e da China era uma fonte potencial de atrito no bloco comunista, mas vale lembrar que o problema já existia à época da vitória comunista na China e isso não levou a uma cisão sino-soviética na década que se seguiu a essa vitória.

Em 1958, ano no qual a formulação da política de longo alcance do bloco já estava em andamento, um proeminente teórico soviético, T.A. Stepanyan, argumentava que os estados socialistas europeus, liderados pela União Soviética, e os estados socialistas asiáticos, formavam "zonas econômicas especiais", sendo que aqueles mais avançados seriam os primeiros a "atingir o comunismo".123

Todavia, durante o 21.o Congresso do PCUS, em janeirofevereiro de 1959, Krushchev proferiu um discurso que deve ser encarado como a palavra da autoridade, no qual descartava a argumentação de Stepanyan e anunciava que todos os países socialistas atingiriam o comunismo "mais ou menos simultaneamente, com base num desenvolvimento planejado e proporcional". Um mês depois, ele fez novas referências à futura integração econômica de um bloco comunista sem fronteiras internas. 124 As conclusões de Krushchev foram enfatizadas por Yudin, o embaixador soviético na China, que se referiu ao campo

123 "Problems of Philosophy", outubro de 1958.
124 Ver seu discurso em Leipzig, em 7 de março de 1959, reproduzido no livro "World without Arms, World without Wars" (Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1960), vol. 1, p. 198: "Uma ampla cooperação está se desenvolvendo entre países soberanos do campo socialista, em todas as esferas da vida econômica, pública, política e cultural. Falando do futuro, eu acredito que um desenvolvimento mais acentuado e amplo dos países socialistas se dará, com toda a probabilidade, segundo uma linha de consolidação de um único sistema econômico para o mundo socialista. As barreias econômicas, que sob o capitalismo dividiam nossos países, serão removidas, uma após a outra, e a base econômica comum do socialismo mundial será consistentemente reforçada, até o ponto de tornar as fronteiras sem sentido."

socialista como um “sistema econômico único” e disse que os planos econômicos dos países socialistas seriam cada vez mais coordenados e que “em frente unida e num passo cada vez mais rápido, os países mais desenvolvidos do bloco ajudariam os menos desenvolvidos.” 125 Krushchev referiu-se a “unidade do campo socialista” como uma das vantagens desfrutadas pela União Soviética em sua luta para superar os Estados Unidos em termos de poderio econômico. Tanto Chou En-lai, que chefiou a delegação chinesa ao congresso, quanto Mikoyan, o vice-premiê soviético, falaram da indissolúvel amizade entre a União Soviética e a China.

O período em torno do 21.o Congresso do PCUS foi marcado por um desvio súbito da ênfase dada ao planejamento econômico de longo alcance na Comecon. Essas discussões se deram na presença de observadores chineses. Parece que àquela época foi tomada uma decisão de incrementar a ajuda industrial soviética à China. Como resultado da vista de Krushchev a Pequim em agosto de 1958, a União Soviética concordou em construir setenta e oito projetos industriais adicionais na China, entre 1959 e 1967, a um custo total de 1,25 bilhão de dólares (valores da época). 126

125 “CSP”, vol. 3 p. 188: “A tese contida no relatório do camarada Krushchev, qual seja, a de que ‘do ponto de vista teórico, seria mais correto presumir que pelo uso bem sucedido das potencialidades inerentes ao socialismo, os países socialistas atingirão a fase mais alta de sociedade comunista mais ou menos simultaneamente’, será de tremendo interesse, não apenas para os comunistas da União Soviética, mas para os comunistas de todos os países socialistas assim como para os comunistas do mundo todo. Esta é a primeira formulação da nova tese de que a lei do desenvolvimento planejado e proporcional aplica-se não apenas a países socialistas individualmente, mas

também à economia do campo socialista como um todo. Este é um novo postulado na teoria do comunismo científico. Ele expressa a profunda verdade do leninismo: o campo socialista constitui um sistema econômico único. À medida que avança o tempo, os planos econômicos desses países estarão mais e mais coordenados; os países socialistas mais desenvolvidos ajudarão os menos desenvolvidos, a fim de marcharem em frente unida e em passo acelerado rumo ao comunismo."

126 "China and Her Shadow", Mende, pp. 175-76, 338-39

Mas, em julho de 1960 esse quadro de relações bastante próximas entre soviéticos e chineses, mudou abruptamente. A idéia convencionalmente aceita é de que a União Soviética cessou sua ajuda econômica à China, retirou seus assessores técnicos e econômicos e deu passos no sentido de diminuir drasticamente o comércio sino-soviético. Corroborando essa idéia, estavam: os relatórios que davam conta da saída de técnicos soviéticos da China (reiterados posteriormente na polêmica sino-soviética do período 1963-64), o tratamento muito diferente que o assunto da assistência do bloco à China recebeu na imprensa soviética e na chinesa e as estatísticas do comércio sino-soviético no período. Também houve relatórios a respeito dos danos econômicos causados à China pela cessação da ajuda soviética, que coincidiram e completaram o quadro formado pela introdução das comunas e o fracasso do "Grande Salto para a Frente".127 As cartas vindas das comunas e que conseguiram chegar ao mundo exterior, além das grandes compras de grãos que os chineses fizeram da Austrália e Canadá, reforçaram essa conclusão.

Já a suposta retirada de assessores e especialistas técnicos e econômicos em julho de 1960, não foi acompanhada de uma retirada dos consultores de segurança e inteligência, pelo menos não até o final de 1961.

Com base nos indícios disponíveis, a interpretação mais provável do que de fato ocorreu em meados de 1960 é a de que houve uma mudança de orientação no pensamento chinês quanto ao desenvolvimento econômico, para que este se baseasse mais em recursos próprios (especialmente recursos humanos) e em projetos de pequena escala. Em conseqüência da conclusão de alguns projetos e o cancelamento de outros, não havia mais necessidade de tantos assessores técnicos soviéticos, daí a sua retirada da China

127 N.T. "Em 1959, Mao propôs o "grande salto para a frente", que consistiu em reagrupar os chineses em comunas populares, sob pretexto de induzir um progresso acelerado. Foi proibido abandonar a comuna, as portas das casas foram queimadas nos altos fornos e os utensílios familiares, transformados em aço. Iniciaram-se construções delirantes. Os responsáveis comemoravam resultados fulgurantes e colheitas astronômicas. Mas logo começou a faltar o alimento básico." in http://www.homemlivre.hpg.ig.com.br/livronegro.html

em julho de 1960. Se alguns foram substituídos por checoslovacos ou por técnicos de outros países europeu-orientais, podem muito bem ter sido para reforçar a impressão de uma ruptura com os soviéticos. A ajuda soviética e da Europa oriental continuou a ser fornecida depois de 1960, mas em bases mais específicas, concentrando-se no campo técnico-científico. Pode-se supor ainda que essas mudanças só tiveram lugar por efeito de acordo entre soviéticos e chineses e que a extensão e as conseqüências da contração na ajuda soviética foram falseadas por ambos os lados, em concordância com seu programa conjunto de desinformação. Além do propósito estratégico mais amplo de dar suporte à autenticidade da ruptura, a publicidade em torno da retirada dos técnicos soviéticos pode ter tido a intenção – em consonância com

o precedente histórico – de esconder a ininterrupta colaboração sino-soviética em áreas sensíveis e de importância crucial: o desenvolvimento de armamento nuclear e de mísseis balísticos chineses.

Diferenças Militares

Freqüentemente, admite-se que o ponto principal da ruptura sino-soviética foi a decisão tomada pelos soviéticos, em 1959, de restringir a assistência à China em seu programa de armas nucleares.

De acordo com carta secreta do partido chinês, tornada pública pelos chineses em 15 de agosto de 1963, o acordo secreto sino-soviético sobre o compartilhamento de segredos militares nucleares e o fornecimento da ajuda aos chineses, necessária ao desenvolvimento de seu próprio potencial nuclear, foi assinado em 15 de outubro de 1957 e rompido pelos soviéticos em 20 de junho de 1959. 128

128 O que segue é um resumo da referida carta: “Não é de agora que os líderes soviéticos estão em conluio com o imperialismo americano e tentam ameaçar a China. Já desde 20 de junho de 1959, quando ainda não havia o menor sinal de um tratado de interrupção de testes nucleares, o governo soviético, de forma unilateral, rompeu o acordo de transferência de nova tecnologia para a segurança nacional, assinado entre a China e a União Soviética em 15 de

A carta equivale a uma admissão de que era bastante estreita a colaboração no campo nuclear militar, até junho de 1959. Seria muito pouco convincente negá-la, considerando a publicidade que foi dada anteriormente à colaboração nuclear sinosoviética em geral. 129 Mas há várias anomalias na afirmação de que esse acordo secreto foi repudiado pelos soviéticos em junho de 1959. A mais importante é que, a despeito da alegada decisão soviética e da fúria que esta supostamente causou na China, os chineses mesmos continuaram a ser representados nas reuniões do Pacto de Varsóvia em 1960. É difícil acreditar que uma decisão soviética, com implicações tão profundas, não se refletiria de imediato e de forma mais abrangente sobre as relações militares sino-soviéticas. Na verdade, os chineses não só continuaram a enviar observadores às reuniões do Pacto de Varsóvia por mais de um ano após o "repúdio" , como vários anos de colaboração militar sino-soviética, virtualmente aberta, seguiram-se ao fornecimento de assistência militar ao Vietnã do Norte. As referências a alunos militares chineses voltando da União Soviética, no período 1964-65, indicam que ao menos algum treinamento militar soviético continuou a ser dado às forças armadas chinesas depois que a ruptura tornou-se conhecida.

Causa ainda mais surpresa o fato de que os soviéticos tenham continuado a oferecer -e os chineses a aceitar consultoria sobre a proteção física das instalações nucleares chinesas, após o alegado e abrupto cancelamento da assistência nuclear soviética à China. Como já mencionado, um oficial da KGB, conhecido do autor, ainda estava na China em novembro de 1961, tendo sido mandado para lá como membro de um grupo de

outubro de 1957 e recusou-se a fornecer à China uma amostra de uma bomba atômica e os dados técnicos concernentes a sua fabricação. Isto foi feito para ser um presente, um gesto de boa-vontade complementar à visita do líder soviético feita aos Estados Unidos em setembro, para conversações com Eisenhower."

129 "Para um exemplo, ver "Trud", 31 de agosto de 1963: " A usina nuclear de 10 MW e o ciclotron de 24 MeV, comissionados em 1958, foram outro aspecto da ajuda soviética à China e tem tantas facetas que não é possível mencioná-las em detalhes."

assessores soviéticos especialistas em segurança nuclear, a pedido dos chineses.

A cooperação sino-soviética no campo do uso pacífico de energia nuclear teve seguimento após novembro de 1959. Na imprensa chinesa há referências ao destacado cientista chinês, Professor Wang Kan-chang, que servia como vice-diretor do Instituto de Pesquisa Nuclear Conjunta, em Dubna, próximo à Moscou, em abril de 1960. 130

Àquela época, muitos observadores acreditavam haver diferenças quanto à estratégia no seio da liderança militar chinesa, as quais estariam associadas à ruptura sino-soviética e que teriam levado à demissão do ministro da defesa, Peng Te-huai, supostamente por conspirar junto aos líderes soviéticos contra Mao. Parte dessa conspiração teria acontecido durante a visita de Krushchev e Peng à Albânia, em maio de 1959. Mas essa visita é muito mais facilmente explicável em termos de uma preparação para a falsa ruptura soviético-albanesa e da necessidade de coordenar a substituição da ajuda militar, política e econômica soviética à Albânia, pela ajuda chinesa. A sugestão de que Peng e outros líderes chineses tenham caído em desgraça por suposta ação como agentes soviéticos é inconsistente com a revelação que os soviéticos fizeram aos chineses (1954-55) de todos os seus ativos de inteligência na China. É inconsistente também com o estreito relacionamento dos serviços de inteligência sino-soviéticos, que

130 Ver “Peking Review”, 26 de abril de 1960: “ Uma nova partícula nuclear anti-sigma
hyperon
negativo
-foi descoberta por cientistas dos países
socialistas trabalhando em equipe no Instituto de Pesquisa Nuclear Conjunta, em Dubna, nas cercanias de Moscou, (estabelecido em 1956 por representantes de 12 governos de estados socialistas). Além dos físicos soviéticos, está o Professor Wang Kan-chang , proeminente cientista chinês e vice-diretor desse Instituto, o qual desempenhou papel importante nas pesquisas que levaram a essa descoberta. Ele é, há muito tempo, figura mundialmente reconhecida no campo da física. Falando do novo sucesso, o Professor Wang o descreveu como a primeira descoberta de anti-hyperon carregado jamais feita, o que marca um novo passo do conhecimento humano sobre as partículas básicas subatômicas. O Professor Wang atribuiu este triunfo primeiro à liderança e apoio do diretor soviético do Instituto e também à estreita cooperação de trabalho entre os cientistas de outros países socialistas. Segundo ele, é verdadeiramente o mais recente testemunho da superioridade do sistema socialista.”

persistiu até pelo menos o final de 1961. Em todo caso, como bem ressaltou Edgar Snow, Peng não liderou qualquer conspiração contra Mao, nem tampouco foi preso em 1959.131 Em 1962, Peng ainda era membro do Politburo chinês.

Chega a ser bastante interessante o fato de que na China, entre 1955 e 1958, houve discussões genuínas entre duas escolas de pensamento militar. A acomodação da discussão se deu no mesmo período em que muitos outros problemas foram solucionados na União Soviética e no bloco, tais como: a eliminação da oposição a Krushchev em julho de 1957; a destituição do marechal Zhukov em outubro daquele ano; e a primeira conferência dos partidos do bloco em novembro, na qual as relações entre eles foram normalizadas, permitindo que fosse tomada a decisão de formular um plano de ação política de longo alcance para o bloco. Em seu discurso à conferência, Mao argumentou em favor do uso combinado de todo o potencial do bloco, especialmente de seu potencial de mísseis nucleares, com o objetivo de fazer pender a balança do poder em favor do mundo comunista. De acordo com os próprios chineses, seu acordo de colaboração sobre armas nucleares foi firmado com os soviéticos no final de 1957. Portanto, é tentador sugerir que, seguindo a linha de reviver assuntos já enterrados e usá-los para propósitos de desinformação, a discussão nas forças armadas chinesas foi revivida artificialmente e em sincronia com as alegações de uma suposta conspiração liderada por Krushchev e Peng, dando assim o devido suporte ao esquema de desinformação conjunta acordado entre a China, Albânia e União Soviética. Além do mais, dada a sua longa lista de serviços prestados à estratégia sino-soviética, Peng seria um candidato óbvio para continuar a servir num centro secreto de coordenação política sino-soviética ou de todo o bloco. A sua aparente "queda em desgraça" serviria muito bem para acobertar tão importante atribuição.

Em paralelo às alegadas dissensões no exército chinês, também houve dissensões no exército soviético, as quais levaram à remoção do Marechal Sokolovskiy do posto de chefe do estado

131 "Other Side of the River", p. 642.

maior, em abril de 1960 e no mesmo ano, à remoção do Marechal Konev do posto de comandante-em-chefe das forças do Pacto de Varsóvia. Sokolovskiy foi substituído por Zakharov e Konev por Grechko. Se de fato houve dissensões genuínas no estado-maior soviético, o autor teria captado algum sinal disso através de dois ex-oficiais da GRU, Bykov e Yermolayev, que com ele serviram na seção encarregada da OTAN no Departamento de Informação da KGB e que se mantinham em permanente e estreito contato com o estado-maior. Se Sokolovskiy realmente caiu em desgraça em 1960, é no mínimo curioso que, dois anos mais tarde, ele tenha sido o escolhido pelo Ministério da Defesa soviético para compilar e editar um livro texto sobre a estratégia militar soviética.132

Diferenças de Interesses Nacionais

Muitos fatores foram citados como causas contribuintes à ruptura. A lista inclui as diferenças raciais e culturais entre os povos russo e chinês; a explosão populacional chinesa; o declínio da influência da ideologia comunista; a reafirmação de interesses puramente nacionais; e o hegemonismo, ou o desejo dos partidos soviético e chinês em dominar os outros.

Ninguém poderia negar a existência de diferenças raciais. Os chineses, particularmente, usaram a questão racial para propósitos políticos.133 Todavia, essas diferenças não obstaram a aliança mais estreita possível entre soviéticos e chineses no período 1957-59, nem foram as responsáveis pelos atritos ocorridos entre 1949 e 1955. Se hoje são consideradas importantes na cadeia causal da ruptura, é muito em função dos indícios que os próprios soviéticos e chineses forneceram no curso das polêmicas em meados de 1960.

132 “Military Strategy: Soviet Doctrine and Concepts”. Ed. Marechal V. D. Sokolovskiy (Moscou, 1962)
133 Ver, p.ex., o “Pravda” de 27 de agosto de 1963, sobre a alegada objeção chinesa à admissão da delegação soviética à Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, sob o pretexto de que os delegados soviéticos não eram nem negros, nem amarelos.

Pela mesma razão, foram feitas tentativas de reinterpretar a campanha das terras virgens entre 1954-56, lançada por Krushchev, como sendo uma resposta soviética à explosão populacional chinesa, projetada, portanto, para evitar qualquer futura expansão chinesa sobre a Sibéria. O Professor W. A. Douglas Jackson, muito acertadamente, salientou que os motivos da campanha eram domésticos.134

Inegavelmente, há diferenças culturais, e por isso mesmo é interessante que as relações culturais entre a China, União Soviética e a Europa Oriental tenham sobrevivido à ruptura sinosoviética. A Associação dos Amigos da China ainda existe na União Soviética e a Associação da Amizade Sino-Soviética também ainda existe na China.135 Visitas de intercâmbio cultural foram mantidas pelo menos até novembro de 1966.136

A rivalidade nacional é percebida pelo Ocidente como a força que impulsiona a aparente disputa entre soviéticos e chineses pela primazia na influência sobre países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina. As reivindicações e pretensões territoriais chinesas sobre Taiwan e outros territórios indianos e mongóis são vistas como a afirmação de interesses nacionais chineses. A mesma percepção se verifica quando a China exige a revisão de "tratados desiguais", datados do século XIX e que cederam determinados territórios chineses à Rússia. Por seu turno,

o sinal da auto-afirmação nacional soviética foi percebido nas

134 Ver "Russo-Chinese Border Lands", Douglas Jackson, p. 91 : "Salisbury também considera o programa de terras virgens e devolutas de Krushchev, que entre 1954 e 1956 resultou na preparação de milhões de acres de terra antes inutilizada na Sibéria Ocidental e no norte do Cazaquistão e o assentamento de centenas de milhares de russos e ucranianos, como as provas da preocupação soviética por seus vastos e desabitados territórios siberianos. É inquestionável que o programa de Krushchev vinha carregado de implicações e insinuações políticas, mas razões mais plausíveis e convincentes para a sua implementação podem ser encontradas nas condições internas da União Soviética e não no problema populacional chinês."

135 No dia 2 de setembro de 1980, em Moscou, a Associação da Amizade Chinesa celebrou o aniversário da derrota japonesa na Manchúria. Um relatório foi distribuído pelo vice-presidente da Associação, Tikhvinskiy.

136 "The New York Times", 22 de novembro de 1966.

tentativas soviéticas de incitar revoltas em Sinkiang e entre os grupos tribais nômades que vagueavam sem respeitar a fronteira sino-soviética e também nas queixas soviéticas quanto às violações de fronteira cometidas pelos chineses, que de acordo com fontes oficiais soviéticas, teriam somado mais de cinco mil somente em 1962. O choque de interesses nacionais soviéticos e chineses foi visto em curtas e esporádicas irrupções de hostilidades na fronteira, especialmente no Rio Ussuri, as quais se intensificaram entre 1969-70. Os choques de fronteira às vezes eram acompanhados de demonstrações estudantis soviéticas e chinesas, em frente às respectivas embaixadas em Moscou e Pequim e também de ostensivos abandonos de reuniões internacionais por parte dos representantes soviéticos e chineses.

A maneira pela qual os problemas tradicionais concernentes a Manchúria foram resolvidos após a morte de Stálin já foi descrita, bem como a normalização das relações entre os membros do bloco, incluindo a União Soviética e a China, em 1957. A contribuição de Krushchev para essa realização foi reconhecida por Mao já em 1957.137

Nesse contexto, não faria qualquer sentido para os soviéticos interferir em Sinkiang. A confiança chinesa de que os soviéticos assim não o fariam, demonstrava-se pela manutenção em alto cargo em Sinkiang (por toda a década de 60), de um conhecido ex-agente soviético, Saifudin. Longe de querer "libertar" áreas sob controle de um ou de outro, as duas potências cooperaram numa guerra de libertação de um terceiro país, o Vietnã.

Antes da eclosão da ruptura sino-soviética, a zona de fronteira já tinha sido convertida, nas palavras do Professor Jackson, de uma zona de conflito para uma de cooperação e estabilização.138 A ruptura, portanto, não foi a culminação de uma

137 "Kommunist", n.o 5, (1964), p. 21.
138 Ver "Russo-Chinese Borderlands", Douglas Jackson, p.110: "[...] à medida que os acontecimentos se desenrolavam, o seu papel mudou, conforme as circunstâncias. De zonas de tensão entre a Rússia imperial e China imperial ou entre a Rússia soviética e China nacionalista, as regiões de fronteira tornaramse -desde a revolução comunista chinesa-zonas de cooperação e

série contínua de problemas de fronteira; os incidentes de fronteira não podem ser vistos como a causa da disputa. Sobre essa conexão de eventos deve-se chamar a atenção para artigos sobre os problemas de fronteira, publicados entre 1964-65 por Khvostov, membro da Academia de Ciências, cuja ligação com a KGB era de conhecimento do autor. Da mesma forma, qualquer coisa dita ou escrita sobre esse assunto por Tikhvinskiy, o ex-rezident soviético em Pequim e na Grã-Bretanha, deve ser considerada como o reflexo da linha de desinformação comunista.

A crença ocidental de que o nacionalismo é a força propulsora que dirige os planos de ação soviéticos e chineses, falha ao não levar em conta a natureza da teoria comunista e a distinção que deve ser feita entre a motivação de um regime comunista e os sentimentos do povo que esse controla.

Na teoria comunista, o nacionalismo é um problema secundário. A força política fundamental é a luta de classes, que é internacional em seu caráter. Uma vez que a "vitória da classe trabalhadora internacional" tenha sido atingida, as diferenças nacionais e os sentimentos nacionais desaparecerão. Enquanto isso, os "inimigos de classe" não são os nacionalismos, mas o capitalismo e seu adjunto, o imperialismo. É em grande parte devido ao fato de o apelo do comunismo ser de caráter internacional e não nacional, que esse tem podido controlar e dirigir os seus acólitos. O ponto principal, porém, é que a desinformação sobre a ruptura sino-soviética oferece uma nova e mais eficaz maneira de combater o nacionalismo, justamente ao revestir os vários partidos comunistas de uma imagem nacionalista aos olhos de seus próprios povos.

estabilização. Seu desenvolvimento econômico vai sem dúvida fortalecer o controle que os comunistas já têm sobre essas zonas., o que por sua vez, aumentará a força comunista em geral. De fato, o papel das regiões de fronteira nas futuras relações sino-soviéticas poderá ser tão dramático quanto aquele desempenhado na competição e desconfiança russo-chinesa nos séculos precedentes. O que quer que o futuro traga, as terras asiáticas onde a Rússia e China se encontram, continuarão a nos fascinar, e mais que isso, demandarão nossa extrema atenção com vista a uma compreensão verdadeira."

Diferenças nas Táticas e Estratégias Políticas e Diplomáticas

Desde 1960, houve nítidas diferenças entre o que os soviéticos e os chineses disseram a respeito de assuntos tais como a détente, coexistência pacífica e a inevitabilidade da guerra. Nos anos 60, a imprensa soviética defendeu a coexistência pacífica; a imprensa chinesa a atacou. Sob a bandeira da coexistência pacífica, os líderes soviéticos estabeleceram contatos com políticos ocidentais, buscaram uma expansão do comércio Leste-Oeste e adotaram uma postura moderada, objetiva e profissional nas suas negociações com o Ocidente. Os chineses denunciaram a abordagem soviética, classificando-a de traição ao leninismo e capitulação frente às forças do imperialismo e capitalismo. Esquivando-se de contatos mais próximos com o Ocidente, os chineses advogavam políticas revolucionárias implacáveis e militantes contra aquele. A visita de Krushchev aos Estados Unidos em 1959, a détente soviética com a Europa Ocidental e o Tratado de Proibição de Testes Nucleares, em 1963, foram todos alvo de violentos ataques verbais dos chineses. Os chineses e soviéticos assumiram posições diametralmente opostas a respeito do conflito sino-indiano em 1959, da crise dos mísseis em Cuba em 1962 e de vários outros assuntos. Com relação aos países em desenvolvimento, os soviéticos enfatizavam a importância da diplomacia e da ajuda econômica; os chineses advogavam guerras de libertação nacional.

Havia alguma substancialidade nessa guerra de palavras? A tese da inevitabilidade da guerra foi apresentada por Krushchev ao

20.o Congresso do PCUS em fevereiro de 1956. À época, os chineses deram freqüentes mostras de sua concordância com tal tese. 139 Foi somente a partir de 1960 que começaram a aparecer na imprensa soviética e chinesa, visões divergentes sobre esse tópico, sendo seguidas por acirradas polêmicas, estas iniciadas em 1963.
139 Para exemplos, consultar os discursos de Mao, Liu Shaochi, Peng Te-huai e Teng Hsiao-ping ao 8.o Congresso do PCC, em setembro de 1956 (“Jen min-Jih-Pao”, setembro de 1956).

Em linhas gerais, a posição soviética era a de que, apesar de as causas para um conflito entre os dois diferentes sistemas sociais não terem desaparecido, a força do bloco comunista era tal, que uma guerra nuclear -agora sinônimo de destruição de ambos os lados -já não era mais inevitável; os comunistas deveriam buscar a vitória de sua causa através da coexistência pacífica e da competição pacífica. Os chineses argumentavam que a meta comunista era a revolução mundial, que os comunistas não deveriam temer a guerra mundial, pois esta significaria a vitória final do comunismo, mesmo ao custo de alguns milhões de vidas.

A irrealidade da disputa fica clara quando se examina o histórico dos dois lados. Os soviéticos estavam muito longe da moderação em várias instâncias e ocasiões: na sua abordagem do problema de Berlim, a partir de 1958; no seu rompimento da conferência de cúpula em 1960; no fornecimento de armas à Indonésia e na retomada dos testes nucleares em 1961; na provocação da crise cubana em 1962 e na sua política para o Oriente Médio em 1967. Na prática, os chineses não foram mais agressivos que isso. Eles sequer foram consistentes na manutenção de uma postura agressiva, algumas vezes alegando com veemência que não desejavam uma guerra mundial e que só lutariam se atacados.140 . Na verdade, nos anos 60 os chineses não estavam em condições de se engajar numa guerra ofensiva sem o apoio soviético.

140 Ver “Three Continents”, Marechal-de-Campo Montgomery, Visconde de Alamein , (Londres: Collins, 1962), p. 40: “Chou enfatizou, vezes seguidas, que a China deve ter paz, embora não se esquive da luta para resistir à agressão ao seu território[...] O Marechal Chen Yi, ministro do exterior, disse-me exatamente o mesmo durante minhas conversações com ele” [N.T.:

Montgomery foi o mais famoso general britânico da II Guerra Mundial, tendo vencido a Batalha de El Alamein, no norte da África, contra os alemães].
Ver também a ênfase de Chou En-lai ao reconhecimento dado pela China à política de coexistência pacífica, em artigo publicado no “Peking Review” de 8 de novembro de 1961.

Sobre a questão do apoio às guerras de libertação nacional nos países em desenvolvimento -além de acusação chinesa aos soviéticos por suposta sonegação de apoio e traição -na prática, não há muito de diferente a ressaltar entre os dois lados. O apoio verbal de Krushchev a esse tipo de guerra teve sua expressão prática na fundação da Universidade Lumumba e no apoio aos movimentos guerrilheiros no Vietnã, Oriente Médio e na África.141

Portanto, havia dualidade tanto nas políticas soviéticas quanto nas chinesas, além da dualidade na interação entre elas. Ambos os países, em diferentes áreas ou em diferentes momentos, usaram a provocação e a negociação, a agressividade e a moderação. Nos anos 60, a ostensiva militância chinesa forneceu um pano de fundo teatral muito útil à diplomacia da détente soviética; toda a aparência indicava a existência de um interesse comum entre soviéticos e ocidentais na contenção do "Perigo Amarelo" vindo do Oriente. Nos anos 70, os papéis foram mais ou menos invertidos. A agressividade soviética na África, sua postura ameaçadora na Europa, seu neo-estalinismo interno e a intervenção no Afeganistão combinaram-se para criar um clima favorável à ampliação das relações chinesas com os países desenvolvidos e em desenvolvimento, à guisa de aliado potencial contra o expansionismo soviético.

141 Ver o discurso de Krushchev, em 6 de janeiro de 1961: "[...] [a guerra na Argélia] é uma guerra de libertação. Uma guerra de independência travada pelo seu povo. É uma guerra sagrada. Nós reconhecemos tais guerras; nós ajudamos e continuaremos a ajudar povos em luta por sua liberdade [...] há alguma possibilidade de que essas guerras sejam recorrentes? Sim, há. Levantes como esses podem acontecer novamente? Sim. Mas guerras desse tipo são levantes populares. Existe a possibilidade de que as condições em outros países cheguem ao ponto em que a paciência do povo se esgote e daí recorra às armas? Sim, existe essa possibilidade. E qual é a atitude marxista par com essas revoltas populares? A mais favorável possível. Essas revoltas não podem ser comparadas à guerras entre países, à guerras locais, pois o povo insurgente está lutando por seu direito a autodeterminação, por desenvolvimento social e nacional independente; esses levantes e revoltas são direcionados contra regimes reacionários corruptos, contra o colonialismo. Os comunistas apóiam guerras justas, de todo o coração e sem reservas."

Diferenças sobre as Táticas dos Partidos Comunistas Fora do Bloco

As diferenças sino-soviéticas alastraram-se sobre as questões de táticas do movimento comunista internacional. A despeito de mútuas acusações de hegemonismo e do alinhamento de grupos comunistas extremistas à China e do conseqüente alinhamento dos grupos moderados à União Soviética, na prática, a rivalidade entre soviéticos e chineses não foi levada tão longe quanto se imagina. Não houve por parte dos chineses qualquer tentativa séria de romper o movimento comunista internacional. A China retirou-se das organizações internacionais de fachada, mas não fez qualquer movimento no sentido de criar ou patrocinar organizações rivais.

As acusações de hegemonismo eram falsas. Nem o PCUS, nem o PCC tentam impor seu diktat ao movimento comunista internacional. Nenhum deles precisa fazer isso. Ao mesmo tempo, a rejeição do hegemonismo, em princípio não é incompatível com

o reconhecimento do fato inegável de que o PCUS tem a mais longa e ampla experiência no poder do que qualquer outro partido comunista e está, portanto, melhor posicionado para desempenhar o papel principal. Foram os chineses mesmos que insistiram quanto a esse ponto em 1957.

A Técnica da “Ruptura”

Alguém poderia objetar que, mesmo não havendo substancialidade nas diferenças que se alegam terem dividido soviéticos e chineses, é inconcebível que eles tenham sustentado uma ruptura fictícia por mais de vinte anos sem serem descobertos e sem terem causado sérios danos à própria causa. Se a União Soviética e a China fossem democracias, esse julgamento seria correto. Mas nos estados comunistas, os controles sobre a mídia, a disciplina imposta aos membros do partido e a influência dos serviços de segurança e inteligência, combinam-se para oferecer instâncias e meios sem paralelo para a prática da desinformação. Não se deveria esquecer que no período entre 1935 e 1949, as

íntimas relações entre o PCUS e o PCC foram muito bem ocultadas do mundo exterior. A vitória comunista na China foi obtida mais rapidamente através da dualidade das políticas soviética e do PCC com relação ao governo nacionalista e aos Estados Unidos, do que teria sido se tentada através de aberta demonstração de solidariedade entre eles.

A técnica da ruptura sino-soviética não foi desenvolvida do dia para a noite. Já foram citados, neste e em capítulos anteriores, os precedentes históricos que traziam consigo modelos úteis à elaboração de técnicas de desinformação relativas à falsas rupturas e à coordenação secreta dessas rupturas (p.ex.: uma das criações de Lênin, a República do Extremo Oriente). Obviamente, a ruptura genuína Tito-Stálin foi também de extrema importância no desenvolvimento da técnica e é interessante notar como os textos das cartas partidárias supostamente secretas e supostamente trocadas entre os partidos soviético e chinês, fazem lembrar as genuínas cartas partidárias publicadas a respeito da ruptura Tito-Stálin. Igualmente interessante é a semelhança entre as falsas alegações de que Peng e Lin Piao – ambos ministros da defesa chineses -seriam agentes soviéticos e a bem fundada acusação feita contra o chefe-de-gabinete iugoslavo em 1948, qual seja, a de que aqueles estariam trabalhando para o serviço de inteligência soviético. As acusações falsas e taticamente úteis encontram eco na verdadeira, dando credibilidade à farsa da ruptura.

Também há um certo paralelismo entre a polêmica Mao-Krushchev sobre a coexistência pacífica, ocorrida nos anos 60 e o debate Lênin-Trotskiy acerca da guerra ou paz depois da revolução de 1917. Essa controvérsia mais antiga pode muito bem ter servido de modelo para as posteriores.

O Manifesto do Congresso dos Oitenta e Um Partidos (novembro de 1960), ao qual a China registrou seu compromisso, falava da necessidade de "unidade de vontade e ação" de todos os partidos comunistas e não de unidade de palavras. 142 Falava

142 " Os interesses da luta pela causa da classe trabalhadora exigem de cada partido comunista e do grande exército de comunistas de todos os países, uma unidade ainda maior de vontade e ação." (Manifesto)

também em “resolver os problemas fundamentais dos tempos modernos de uma nova maneira” (grifo do autor). O que isso significava na prática era que, tendo fracassado o controle centralizado (estalinista) sobre o movimento, a meta de uma federação mundial de estados comunistas seria agora perseguida por meio de uma variedade acordada de diferentes estratégias e táticas a serem seguidas por diferentes partidos, alguns dos quais pareceriam estar em disputa uns com os outros. Indicativos do pensamento comunista chinês acerca de cisões e rupturas podem ser encontrados na imprensa chinesa, onde se estabelecia uma analogia entre o crescimento das plantas -que se baseia na divisão e germinação -e o desenvolvimento e fortalecimento do movimento comunista através de “cisões benignas”. A criação de dois ou mais partidos comunistas em um só país foi abertamente defendida. 143 Um jornal chinês apresentava a seguinte fórmula “Unidade e então, a cisão; nova unidade, mas agora sobre uma nova base: eis a dialética do desenvolvimento do movimento comunista”. Já a publicação soviética, “Problems of Peace and Socialism”, referiu-se depreciativamente a Ai Sy-tsi, um estudioso chinês bem versado em dialética e que desenvolveu a idéia da contradição entre as pernas esquerda e direita de uma pessoa, as quais são mutuamente interdependentes ao moverem-se alternadamente enquanto andam. 144 Tudo isso sugere que os líderes comunistas aprenderam como forjar uma nova forma de unidade entre si, através da exploração prática de cismas fictícios a respeito de ideologia e táticas.

Seria um erro tentar separar a cisão sino-soviética das quatro operações de desinformação já descritas ou daquelas que serão analisadas nos capítulos subseqüentes. O programa de desinformação é um todo integrado. Os chineses desempenharam um papel importante em cada uma dessas operações. Como tentarse-á demonstrar no Capítulo 22, a ruptura sino-soviética é o fator

143 “Kommunist”, n.o13 (1964), p. 21; “Jen-min Jih Pao”e“Huntzi”, 4 de fevereiro de 1964.
144 “World Marxist Review – Problems of Peace and Socialism”, n.o 6, (1964), p.

subjacente a todas as diferentes estratégias desenvolvidas em apoio à política de longo alcance.

As críticas entre dois partidos deveriam ser entendidas como um novo meio de reforçar a credibilidade da desinformação que cada um desses partidos está tentando disseminar a respeito de si. Por exemplo, as críticas chinesas ao revisionismo iugoslavo e soviético, à decadência ideológica e à restauração do capitalismo na União Soviética, ajudaram a construir a ilusão de que Krushchev era de fato moderado e que Tito era verdadeiramente independente. As diferentes linhas adotadas por soviéticos e chineses em vários assuntos deveriam ser vistas tal como as pernas esquerda e direita de um homem, ou melhor, como as lâminas de uma tesoura, cada uma aumentando a capacidade cortante da outra.

Os estrategistas comunistas avançaram de maneira cautelosa e pragmática, conforme o desenrolar da ruptura sinosoviética. O segundo período da polêmica não teve início senão a partir de 1963, o que lhes deu tempo de aprofundar os estudos sobre as conseqüências da disputa soviético-iugoslava (1958-60), da ruptura soviético-albanesa e do primeiro período da própria da ruptura sino-soviética. Mesmo agora, há precedentes a serem aproveitados de forma ainda mais ampla no escopo da ruptura sino-soviética e que ainda não foram explorados. A ruptura soviético-albanesa, por exemplo, foi levada ao ponto do rompimento das relações diplomáticas. A ruptura sino-vietnamita, ao ponto de uma grande incursão militar chinesa em território do Vietnã, em 1979. Cada um desses precedentes poderia indicar o curso de acontecimentos similares nas relações sino-soviéticas.

Objetivos Estratégicos da “Ruptura”

A exploração estratégica da ruptura será descrita no Capítulo 22. Mas seu objetivo geral pode ser definido com brevidade: é a exploração da estratégia da tesoura para acelerar a realização dos objetivos comunistas de longo prazo. A dualidade na polêmica sino-soviética é utilizada para mascarar a natureza dos objetivos e o grau de coordenação já existente no esforço comunista em atingi-los. A fingida falta de unidade no mundo

comunista promove a falta de unidade real no mundo nãocomunista. Cada uma das lâminas da tesoura comunista torna a outra mais eficaz. A militância agressiva de um país comunista ajuda a diplomacia de détente do outro. Acusações mútuas de hegemonismo ajudam a criar o clima propício para que um ou outro negocie acordos com o Ocidente.

Falsos alinhamentos com terceiros, feitos por qualquer um dos lados em "disputa" e contra o outro, tornam mais fácil a consecução de objetivos comunistas específicos, tais como a aquisição de tecnologia avançada ou a negociação de acordos de controle de arsenais, ou então, a penetração comunista em estados árabes e africanos. Assim, aos olhos ocidentais, a ameaça militar, política, econômica e ideológica, parece diminuída. Em conseqüência, a determinação mesma do Ocidente em resistir ao avanço comunista é solapada. Num estágio posterior, ficaria a critério dos estrategistas comunistas a cessação da "ruptura" e a adoção da estratégia de "um só punho cerrado".

Parte II – Capítulo 17

A Quinta Operação de Desinformação:
A "Independência" Romena

A crença na existência de diferenças sérias entre os líderes soviéticos e romenos e conseqüentemente, numa independência romena, baseia-se em indícios que variam do sensacional ao insignificante.145

As alegadas diferenças entre os partidos romeno e soviético teriam suas raízes históricas no período da II Guerra, ou até mesmo antes. As dificuldades teriam se intensificado no período 1962-64, quando Gheorghiu-Dej, o mais importante líder do partido e do governo comunista romeno, ainda estava vivo. Àquela época, as diferenças foram mais ou menos ocultadas do escrutínio externo, mas de 1964 em diante, vieram a público e tornaram-se de conhecimento geral no Ocidente. Acreditava-se que Gheorghiu-Dej e Krushchev andavam às turras. Havia rumores de que Krushchev teria tentado depor Gheorghiu-Dej e em contrapartida, havia sugestões de que este teria desempenhado algum papel na remoção de Krushchev em 1964. Seus desentendimentos supostamente teriam como base divergências sobre o planejamento econômico de longo prazo e a postura soviética em relação à Comecon. Sugeriu-se também que, a insistência romena em dar continuidade ao seu próprio programa de rápida industrialização, só prevaleceu com grande dificuldade diante da oposição soviética.

Gheorghiu-Dej morreu em março de 1965. Nicolae Ceaucescu, que durante muito tempo foi o braço direito de Gheorghiu-Dej, assumiu o cargo de primeiro-secretário do partido. Antes desse acontecimento, surgiram sinais públicos, mas silenciosos, tanto das

145 Ver exemplos em "Rumania: Russia´s Dissident Ally", David Floyd (Nova York: Frederick A. Praeger, 1965)

diferenças soviético-romenas como da independência romena, os quais foram devidamente detectados no Ocidente. Encontram-se exemplos desses sinais em várias instâncias: na recusa romena em se alinhar automaticamente aos soviéticos na questão da ruptura sino-soviética, em vivo contraste com outros estados comunistas do Leste europeu; nos esforços dos líderes romenos em minimizar a influência soviética em seu país, através de medidas simbólicas, tal como a remoção de nomes russos dados à ruas; na publicação de uma declaração emitida pelo Comitê Central do Partido Comunista Romeno, reiterando a sua independência; nos esforços romenos, aparentemente sem prévio acordo com o bloco, de incrementar os laços comerciais com países ocidentais, particularmente a França e os Estados Unidos, por meio de missões comerciais específicas; e num estágio posterior, na conduta diplomática romena, ao manter relações com Israel pós1967 e no envolvimento de Ceaucescu nos arranjos que levaram à visita de Anwar Sadat a Jerusalém em 1977, o que contrastava com o comportamento soviético e indicava a independência da política externa romena daquela da União Soviética e do restante do bloco. Esta impressão era reforçada por ocasionais e supostas recusas romenas em cooperar com a União Soviética e com o bloco em projetos políticos, econômicos ou militares conjuntos no âmbito da Comecon ou do Pacto de Varsóvia; e muito significativamente, na adoção de uma posição independente por parte dos romenos quanto à intervenção do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia em 1968.

Um exame crítico dessas manifestações de independência, em contraste com os antecedentes da normalização das relações intrabloco em 1957, seguida da adoção da política de longo alcance comum e o conseqüente programa de desinformação estratégico conjunto entre 1958-60, demonstram que, como já verificado quanto às outras “rupturas”, não há substancialidade nas alegadas diferenças entre a Romênia e os outros países comunistas.

As diferenças percebidas, portanto, são explicadas como o produto de mais uma operação de desinformação do bloco.

As Relações Especiais entre os Romenos e os Soviéticos

De maneira geral e repetindo o que já foi demonstrado anteriormente, a normalização das relações intrabloco eliminou os motivos para disputas e rupturas entre os membros do bloco. E de acordo com as informações privilegiadas obtidas pelo autor, no caso romeno havia razões muito especiais para que uma ruptura fosse virtualmente impossível sob Gheorghiu-Dej e ainda menos possível sob o líder atual, Ceaucescu.

Gheorghiu-Dej era simplesmente um agente da inteligência soviética. Quando a Romênia foi libertada dos fascistas pelas tropas soviéticas, ele se reportava diretamente ao chefe da inteligência soviética nesse país, o Coronel Fedichkin. Nessa época, o partido comunista romeno era pequeno em comparação com o partido social-democrata. Sob a orientação de Fedichkin, Gheorghiu-Dej tratou de eliminar os líderes social-democratas romenos que os soviéticos julgavam não confiáveis e que de algum modo poderiam ascender a cargos de influência no novo governo romeno. O derramamento de sangue de políticos romenos nãocomunistas e a deposição do rei, ações essas levadas a cabo por Gheorghiu-Dej em conjunto com o governo soviético, criaram laços indestrutíveis entre eles.

O chefe da inteligência soviética entre o final dos anos 50 e

o final dos 60, General Sakahrovskiy, foi conselheiro-chefe do serviço de segurança romeno de 1949 a 1953. Ele mantinha contato oficial com Gheorghiu-Dej. Através de Gheorghiu-Dej e seus auxiliares, Sakahrovskiy conduziu os expurgos romenos entre 1951-52, e em especial, a prisão de Anna Pauker e outros destacados comunistas, que eram acusados de ser agentes

iugoslavos e sionistas. As relações entre os soviéticos, Gheorghiu-Dej e outros líderes romenos, foi selada com sangue. Se por parte de Gheorghiu-Dej realmente tivesse havido qualquer tentativa espontânea e não coordenada de romper com a União Soviética, o regime soviético teria evidências suficientes, incluindo correspondência pessoal, para destruí-lo e a seus associados, tanto moral como politicamente, dentro e fora da Romênia. Este fato deve ser sempre lembrado quando da análise da veracidade de diferenças posteriores entre soviéticos e romenos.

Se uma ruptura soviético-romena era impossível sob o governo de Gheorghiu-Dej, sob Ceaucescu havia ainda menos razões para se esperar por uma. Ceaucescu tinha sido o braço direito de Gheorghiu-Dej e o substituiu após a sua morte em março de 1965. Como já explicado, as práticas estalinistas "colonialistas" adotadas para com os países do bloco, foram abandonadas pela União Soviética em 1957, no governo de Krushchev. As relações partidárias soviético-romenas foram normalizadas numa base leninista de igualdade. De 1958 a 1960, os líderes romenos desempenharam um papel ativo nas reuniões consultivas e deliberativas entre líderes soviéticos e os dos demais países do bloco, realizadas na União Soviética, Romênia e em outros países. Ceaucescu, sendo um dos secretários do Comitê Central do Partido Comunista Romeno, tomou parte de algumas dessas reuniões. Ele foi membro da delegação romena ao 21.o Congresso do PCUS.

Sob a direção de Shelepin, também houve colaboração secreta entre a KGB e os serviços de segurança e inteligência romenos, especialmente no que diz respeito à preparação de operações conjuntas de apoio à política de longo alcance do bloco. Em 1959, os chefes dos serviços de inteligência e segurança romenos estiveram presentes à conferência dos serviços de inteligência e segurança de todo bloco, realizada na União Soviética. Um novo conselheiro-chefe da KGB foi enviado à Romênia em 1960. Era o Coronel Skomorokhin, especialista não em Romênia, mas em Europa Ocidental, particularmente a França; sua missão era auxiliar os romenos na implementação de operações políticas conjuntas.

Evidências importantes da contínua e ativa cooperação de Ceaucescu com os líderes soviéticos no âmbito da política de longo alcance podem ser encontradas na cobertura que a imprensa soviética deu à sua visita oficial à União Soviética em 1964, quando ele já estava em processo de assumir o lugar de Gheorghiu-Dej. Essa cobertura dá conta de que durante os quatro ou cinco dias da visita, Ceaucescu foi acompanhado por Shelepin, este na qualidade de secretário do Comitê Central do PCUS. Tendo em mente que foi Shelepin quem, entre 1958 e 1960, iniciou o uso da desinformação em apoio à política de longo alcance e de 1961 em diante parece ter sido o coordenador dessas operações no bloco, é razoável concluir que a visita foi aproveitada como oportunidade de discutir com Ceaucescu o papel deste na manutenção do mito das divergências soviético-romenas.

As “Evidências” das Divergências Soviético-Romenas

As supostas evidências de divergências entre os líderes romenos e soviéticos na Comecon, no período 1962-63, não podem ser levadas a sério. A insistência romena quanto a sua rápida industrialização encaixava-se perfeitamente nos objetivos da política de longo alcance. Portanto, não havia qualquer razão para que os soviéticos a ela se opusessem. Contra a alegada oposição romena à criação de um Comitê Executivo da Comecon e aos seus conceitos de planejamento de longo alcance, antepõem-se evidências oficiais indicando que a liderança romena, sob Gheorghiu-Dej e Ceaucescu, estava comprometida com a integração econômica de longo prazo do bloco, sob os auspícios da Comecon e de seu comitê executivo, do qual, aliás, a Romênia fazia parte.

Os registros oficiais do período que vai de 1960 a 1964, refletem as íntimas relações entre a União Soviética e a Romênia e um ativo intercâmbio de delegações entre os dois países, o que

sugere a coordenação na implementação da política. O fato de que os indícios de desentendimentos ou diferenças soviético-romenas fossem baseados em fontes esotéricas e confidenciais e que estivessem em conflito com o histórico oficial da cooperação soviético-romena, sugere que os primeiros eram produto de desinformação. O conflito entre os indícios e evidências oficiais e aqueles de fontes esotéricas, tornou-se óbvio nos anos 70, quando a Romênia, junto com outros países do bloco, envolveu-se em medidas concretas de integração econômica.

Entre as manifestações da neutralidade romena quanto às rupturas soviético-albanesa e sino-soviética estavam: o retorno do embaixador romeno à Albânia em 1963, o que estava em descompasso com a postura soviética e de outros estados comunistas do Leste europeu; a visita do primeiro-ministro romeno, Íon Gheorghe Maurer a Pequim, na primavera de 1964, isto um ano após as polêmicas públicas sino-soviéticas terem começado; e uma declaração da liderança do partido romeno e que será descrita mais adiante, interpretada no Ocidente como sendo uma "declaração da independência romena".

Uma vez que o Ocidente já considerava autêntica a ruptura soviético-albanesa, o retorno do embaixador romeno à Albânia corroborava o mito da independência romena. Além disso, essa manobra romena trazia a vantagem prática de disponibilizar mais um canal diplomático europeu-oriental para as consultas do bloco com a Albânia. É razoável supor que o bloco tenha previamente incentivado e autorizado esse passo dado pelos romenos. Quanto à visita de Maurer à China, esta pode ser interpretada como uma visita para discutir e coordenar essa combinação de operações simultâneas de desinformação com os líderes chineses. Esta interpretação é apoiada pelo fato de Maurer ter deixado Pequim rumo à Coréia do Norte e voltado à Romênia via União Soviética, onde presumivelmente, também participou de reuniões.

Quando Maurer retornou de seu périplo, o Comitê Central do Partido Comunista Romeno manteve uma reunião secreta que durou uma semana, ao final da qual emitiu uma declaração sobre a atitude do partido frente aos acontecimentos no movimento comunista internacional. A declaração, que continha dezesseis mil

palavras, recebeu ampla publicidade na Romênia e logo foi traduzida para o russo, espanhol, inglês, francês e alemão, para a conveniente distribuição no exterior. Entre os pontos dessa declaração que foram extraídos e interpretados pelo Ocidente como expressões da independência romena, incluíam-se os seguintes:

- É direito soberano de cada estado socialista experimentar, escolher ou mudar as formas e métodos de construção socialista.
- A administração planejada da economia nacional é um dos atributos inalienáveis do estado soberano socialista.
- Os países comunistas deveriam cooperar e ajudar uns aos outros em assuntos econômicos, mas apenas em bases de direitos completamente iguais, de observância da soberania e interesses nacionais, de vantagens mútuas e de práticas de assistência entre camaradas comunistas, principalmente através de acordos bilaterais e multilaterais.
- A idéia de uma única entidade planejadora para todos os países da Comecon, traz as mais sérias implicações econômicas e políticas.
- Ceder os controles da administração da economia e da vida social à competência de quaisquer entidades supra-estatais ou extra-estatais, equivaleria a transformar a soberania em conceito sem conteúdo real.
- A Romênia é a favor do fortalecimento da cooperação com todos os países "socialistas" e da "divisão internacional do trabalho", desde que isso não signifique que os países comunistas devam se isolar do "quadro geral de relações econômicas mundiais"; é natural para os estados comunistas a "demonstração de iniciativa e a manifestação ativa na arena internacional." 146

Observações dessa natureza despertaram vivo interesse no Ocidente, mas deveria ser ressaltado que outras partes da declaração romena eram bem mais significativas. Havia, por

146 Ibid.

exemplo, a reafirmação das lideranças romenas quanto ao seu compromisso com as decisões e objetivos básicos formulados no Congresso dos Oitenta e Um Partidos em novembro de 1960, tais como o fortalecimento da cooperação econômica entre estados socialistas, a ênfase na coexistência pacífica combinada ao apoio a movimentos de libertação nacional, o esforço de atrair novos membros à Comecon e a busca incessante da vitória final e inevitável do comunismo ao redor do mundo.

Os comentaristas ocidentais falharam em perceber que as declarações sobre a maturidade dos partidos comunistas, sua capacidade de desenvolver suas próprias políticas internas e externas e seu desejo de tomar iniciativas próprias na arena internacional, não estavam, de maneira alguma, em contradição com as decisões do Congresso dos Oitenta e Um, que aprovava especificamente a flexibilidade tática na condução de uma política externa ativista. A declaração romena não apenas não estava em conflito com o Manifesto do Congresso dos Oitenta e Um, como na verdade, enfatizava o argumento de que os partidos comunistas, ao desenvolverem suas próprias políticas, deveriam fazê-lo dentro do quadro da "comunidade socialista".

Os indícios usados para dar apoio à tese da animosidade pessoal entre Krushchev e Gheorghiu-Dej são tão frágeis quanto por demais seletivos. Comentaristas ocidentais deram mais importância à ausência de Gheorghiu-Dej das cerimônias realizadas em Moscou em honra do septuagésimo aniversário de Krushchev, do que ao fato de que este tenha recebido, nessa mesma ocasião, a mais alta condecoração romena, o que é muito mais significativo. É difícil argumentar seriamente, como Floyd tenta fazer, que o nível de importância da delegação soviética às celebrações do 22.o aniversário do partido romeno tenha sido diminuído porque Krushchev "não foi convidado" 147 , se Mikoyan, que à época era nada menos que membro do Presidium do Comitê central do PCUS e Presidente da União Soviética, chefiava essa delegação exatamente na qualidade de representante

147 Ibid., p. 119-20

de Krushchev. Considerando os antecedentes do programa de desinformação do bloco, é interessante notar que “os romenos não faziam qualquer esforço em negar” rumores de que Krushchev havia tentado derrubar Gheorghiu-Dej da liderança do partido romeno.

Neste mesmo cenário, a visita de Gheorghiu-Dej a Tito em 1964 e a muito alardeada amizade entre os dois, pode bem ser vista como uma tentativa de criar, pela associação com Tito e aos olhos ocidentais, a imagem de um Gheorghiu-Dej independente.

Os indícios de desentendimentos entre soviéticos e romenos, sob a liderança de Ceaucescu, tampouco convencem. Considerando que esses indícios provêm de declarações oficiais, podem facilmente ter sido fabricados pelos serviços de inteligência e pelo aparato dos partidos, atendendo sob medida as necessidades do programa de desinformação.

Houve quem visse um indício de independência romena na substituição, nos anos 60, de nomes de rua russos por nomes romenos e em outras tentativas de diminuir a extensão da influência soviética na Romênia.

Mas na atmosfera do bloco pós-1957, tais medidas não suscitariam qualquer desentendimento com os soviéticos; ao contrário, encontrariam pleno entendimento e concordância.

A absoluta falta de tato demonstrada por Stálin nas repetidas tentativas de impor o molde soviético sobre todos os aspectos da vida nos satélites da Europa Oriental, já tinha sido rejeitada. A variedade dos aspectos nacionais de cada país foi levada em conta e o Manifesto do Congresso dos Oitenta e Um deu aos vários partidos comunistas certo espaço e margem para variar suas táticas conforme as circunstâncias exigissem. As afirmações romenas de que estariam enfrentando a interferência soviética em seu país, eram e continuam sendo não mais que um jogo de faz-de-conta, encenado com a devida conivência soviética. O objetivo era investir o partido e os líderes romenos de uma aura nacionalista e independente aos olhos do público doméstico e internacional. A despeito do desenvolvimento de uma política externa romena aparentemente heterodoxa, internamente o regime permaneceu tão rigidamente ortodoxo e repressor quanto antes.

Está além de qualquer dúvida que, durante os anos 60 e 70, a Romênia tenha de fato incrementado seus laços comerciais, econômicos e políticos com o Ocidente. O que é questionável é se assim o fez sem o prévio consentimento da União Soviética e de outros estados comunistas. A conferência da Comecon de 1962 exortava a uma expansão das relações comerciais do bloco com o Ocidente. Os romenos nada fizeram além de levar essa decisão a efeito. Ademais, ao fingir que suas ações eram independentes e fazendo grande alarde dessa pretensa independência -quando na verdade agiam com a conivência do bloco -os romenos contribuíram muito mais para a realização dos objetivos de incremento comercial, obtenção de créditos de longo-prazo e aquisição de alta tecnologia ocidental, do que se agissem como mais um membro ortodoxo do bloco. Para dar um exemplo específico, a "independência" da Romênia permitiu-lhe importar cromo da Rodésia148, quer para si ou em favor do bloco e sem que

o bloco todo incorresse no ódio político decorrente.
A independente política externa da Romênia deveria ser considerada como um artifício característico da diplomacia ativista de Lênin, como demonstrado no uso feito da República do Extremo Oriente. Essa política oferece várias vantagens para o bloco no campo diplomático. Por exemplo, através da Embaixada da Romênia em Tel Aviv, foi mantida uma presença comunista em Israel desde 1967, enquanto o bloco como um todo era bem visto pelo mundo árabe ao romper os laços diplomáticos com os israelenses. A íntima coordenação entre a diplomacia da Romênia e a de outros membros do bloco se deu sem que quase ninguém notasse.

Os sinais mais certos da desinformação em ação são verificáveis no contraste existente entre os alardeados e superficiais desentendimentos da Romênia com a Comecon e o efeito aglutinante e coercitivo da contínua participação daquela como membro pleno dessa organização, por exemplo, em projetos

148 N.T.: Rodésia, atual Zimbábue. À época, a Rodésia, país rico em minérios, de população majoritariamente negra e governado por brancos, já sofria boicotes e era alvo de campanhas dos países comunistas e dos chamados países nãoalinhados, em função de suas questões político-raciais internas.

conjuntos de energia na Europa Oriental. Na mesma linha, as notórias recusas romenas em participar de exercícios militares não deveriam iludir ninguém quanto fato de que a Romênia permanece membro pleno do Pacto de Varsóvia. A ostensiva rejeição oficial romena da influência soviética deve ser cotejada com as contínuas retribuições de visitas amistosas entre os líderes soviéticos e romenos e, com a comenda da Ordem de Lênin conferida a Ceaucescu em Moscou, em janeiro de 1978.

Os Motivos para a Projeção da "Independência" Romena

Não é difícil reconstruir a linha de pensamento econômico e político que deu suporte à decisão de fabricar a imagem de uma Romênia independente inserida no bloco. Essa decisão talvez tenha sido tomada já no período 1958-60, quando a política de longo alcance estava sendo formulada. Essa política determinava a rápida industrialização e o gradual nivelamento das economias de todo o bloco. O esforço para fazer pender a balança do poder em favor do bloco comunista implicava em: investimentos em programas de armas nucleares; vastas e poderosas forças armadas convencionais; vasta burocracia de segurança, inteligência e propaganda; ajuda militar e econômica a países em desenvolvimento e apoio mundial aos partidos comunistas e a movimentos de libertação nacional. Ao mesmo tempo, o padrão de vida no mundo comunista precisava urgentemente ser melhorado, sob pena de súbitas explosões de descontentamento popular em caso contrário. Mas no todo, essa política só poderia sustentar-se com a ajuda técnica e econômica do Ocidente. Tal ajuda dificilmente seria dada a um bloco comunista visivelmente agressivo e monolítico. Era necessário algo que induzisse a uma mudança nas atitudes do Ocidente.

Os argumentos político-estratégicos que justificavam as vantagens da apresentação do bloco como uma entidade dividida por dissensões profundas, já foram demonstrados. A idéia da introdução de uma nova "marca" de comunismo, notoriamente

distinta dos comunismos soviético, chinês, albanês e iugoslavo, já teria se insinuado aos estrategistas comunistas, pois essa daria autenticidade aos desentendimentos que já começavam a ser exibidos dentro do bloco. Também daria um reforço às ilusões ocidentais de que os interesses e sentimentos nacionais finalmente estariam se sobrepondo à ideologia como a força motriz do mundo comunista. Essas ilusões aumentariam as expectativas e esperanças ocidentais de que, com ajuda seletiva, cautelosa e encorajamento político, as fissuras no monólito comunista poderiam ser gradualmente alargadas, até que este se desintegrasse por completo.

Apesar de ser verdade que um mundo ocidental unido – com sua capacidade de promover a contínua melhoria do padrão de vida de sua população, sem precisar suprimir a liberdade política -estabelece um notável e perturbador exemplo para aqueles que vivem sob o comunismo, assim fomentando um descontentamento que os leva a exercer pressão sobre seus líderes, também é verdade que a experiência da NEP demonstrou que podiam muito bem ser contidos os perigos enfrentados por um sistema comunista em decorrência de laços mais estreitos com o Ocidente. No período da NEP, as eficientes contramedidas ideológicas e o controle exercido pela polícia secreta foram capazes de neutralizar os riscos de contaminação ideológica e política do público decorrentes da presença de empresários e especialistas ocidentais em seu meio. As expectativas ocidentais de ampliar sua influência nos países comunistas através de laços econômicos poderia ser frustrada mais uma vez, caso os ajustes necessários ao sistema comunista pudessem ser devidamente calculados, controlados e apresentados de maneira enganosa. As marcas visíveis da ajuda econômica estrangeira aos regimes comunistas, longe de estimular a oposição a esses regimes, têm o efeito oposto. Oposicionistas potenciais podem esperar pouco ou nenhum apoio dos governos ocidentais já comprometidos com a ajuda econômica ao regime estabelecido. Sabendo disso, os estrategistas comunistas teriam previsto que a ajuda técnica e econômica do Ocidente poderia seguramente ser usada em apoio à política de longo alcance. A longo prazo e depois de tirar proveito daquela ajuda, poderiam almejar convencer o seu público interno e também o mundo, da superioridade do sistema comunista.

Parte II – Capítulo 17

A ruptura Tito-Stálin fornecia ainda mais lições e precedentes úteis. A desafiadora rejeição de Tito à interferência soviética elevou seu prestígio às alturas, tanto na Iugoslávia como no exterior, além de angariar generosa ajuda militar e econômica do Ocidente, sem ter que abandonar seus princípios comunistas fundamentais. Após a morte de Stálin, era uma Iugoslávia mais rica e mais estável que se reconciliava com o bloco comunista.

A criação, por Lênin, de uma República do Extremo Oriente "independente", cujas políticas eram íntima, mas secretamente coordenadas àquelas da Rússia Soviética, tinha demonstrado as vantagens do uso de uma diversidade de formas na execução de uma "diplomacia ativista". Lênin disse também que "o que precisamos é de uma grande orquestra", na qual os diferentes partidos seriam os vários instrumentos, tocando variados trechos da peça ensaiada. Os iugoslavos, com seu histórico de independência, estavam particularmente habilitados para desenvolver relações com os socialistas europeus e com os países em desenvolvimento não-alinhados. A falsa disputa com os soviéticos no período 1958-60 tinha a intenção de prepará-los para aquele papel. Mas é de se esperar que também houvesse argumentos a favor do uso de um membro efetivo do Pacto de Varsóvia e da Comecon que viesse, de forma similar, a desempenhar um papel de independente.

Provavelmente, vários fatores influenciaram na escolha da Romênia como o país a desempenhar esse papel. Devem ter sido levados em conta os já duradouros laços com a França e também a afinidade lingüística e cultural com outros países de língua latina. Todos esses elementos ajudariam a garantir uma reação européia favorável às demonstrações de independência romenas. As raízes latinas tornavam a Romênia apta a desempenhar um papel especial junto aos influentes partidos comunistas na Itália, França e mais tarde, na Espanha. Mas provavelmente, mais importante era o fato de que o regime romeno, ao lado do polonês e do húngaro, era o mais fraco e desprezado pela população que subjugava.

Considerada a experiência de Tito entre 1948 e 1953, era razoável supor que uma imitação romena da revelação em público dos desentendimentos com a União Soviética – ainda que agora os desentendimentos fossem falsos – aumentaria em muito o prestígio, doméstico e internacional, do partido comunista romeno e de seus líderes. Estes agora poderiam se apresentar não mais como marionetes soviéticas, mas como audazes líderes nacionais, desejosos de desafiar a autoridade da União Soviética. Mas a fraqueza do regime e o escárnio que lhe devotava a população romena significava que as aparências de uma ruptura não poderiam ser levadas muito longe. Um relaxamento do controle interno poderia ter colocado o regime em sério risco. É dessa avaliação que decorre a decisão de combinar -ainda que de forma incongruente -uma política externa aparentemente heterodoxa e independente, com um sistema doméstico ao estilo Brezhnev: rigidamente ortodoxo e repressor.

Baseando-se no exemplo iugoslavo, os estrategistas comunistas teriam feito uma previsão que se provou acertada: a de que os interesses políticos e comerciais ocidentais juntar-se-iam na pressão por políticas comerciais mais generosas para com a Romênia, tudo na esperança de gradualmente afastá-la do bloco comunista. Uma vez que a independência romena era uma farsa, tais esperanças provar-se-iam ilusórias. Enquanto isso, essas políticas comerciais mais liberais certamente trariam benefícios à Romênia e provavelmente, ao bloco também.

Os Objetivos da Operação de Desinformação

Esta operação de desinformação servia e serve, primeiramente, ao desenvolvimento e aprimoramento do papel estratégico especial da Romênia, notadamente na promoção, em conjunto com a Iugoslávia e os partidos eurocomunistas, da idéia da dissolução dos pactos militares e da criação de uma Europa neutra e socialista. Em forma de resumo, os objetivos da desinformação que permeavam e davam sentido à “independência” romena podem ser assim definidos:

- Dar apoio a outras operações de desinformação que tivessem como tema a “desintegração do bloco”; estabelecer a noção de uma “nova forma de comunismo” no interior do bloco.
- Elevar o prestígio interno e internacional do partido comunista romeno e de seus líderes.
- Permitir que a Romênia obtivesse uma ajuda técnica e econômica mais generosa do Ocidente.
- Permitir que a Romênia tirasse vantagem, em favor do bloco, das aberturas diplomáticas e comerciais que estariam fechadas aos estados comunistas percebidos como mais ortodoxos.
- Preparar a Romênia para um papel estratégico especial.
- Aumentar a confiança ocidental na Romênia, fazendo-a assumir um papel de aliada e confidente do Ocidente inserida no mundo comunista.
- Apoiar, num estágio posterior, a “independência” dos partidos eurocomunistas.
- Preparar a Romênia, provavelmente para uma guinada na direção de um regime doméstico mais “liberal” na fase final da política de longo alcance.

Parte II – Capítulo 18

A Sexta Operação de Desinformação: A Alegada Recorrência das Lutas pelo Poder nos Partidos Soviético,

Chinês e noutros

Desde o início dos anos 60, o Ocidente tem visto indícios recorrentes de lutas pelo poder nas lideranças dos partidos soviético, chinês, iugoslavo, checoslovaco e outros. Na União Soviética, os indícios percebidos como os maiores, verificaram-se na deposição de Krushchev em outubro de 1964, supostamente como resultado de suas políticas fracassadas e de seu "aventureirismo"; na suposta luta entre as facções moderada e estalinista, que se seguiu à sua deposição; na guinada de Brezhnev em direção a práticas estalinistas a partir de 1968 e na suposta oposição a ele, vinda de "liberais" ocupando postos na liderança soviética.

Na China, tais indícios foram percebidos em vários momentos e situações, a saber: na alegada luta pelo poder entre a facção "militante radical estalinista-maoísta" (Mao, Lin Piao, Chen Po-ta) e a facção "moderada e pragmática" (Chou En-lai, Teng Hsiao-p´ing, Peng Te-huai, Peng Chen, Liu Shao-tsi, Lo Juitsin); nas demissões de Teng Hsiao-p´ing, Peng Te-huai, Liu Shaotsi e outros; no alegado culto à personalidade de Mao; em fenômenos não explicados, tais como as atividades da Guarda Vermelha durante a Revolução Cultural; e no ressurgimento dos "pragmatistas" (Teng Hsiao-p´ing) logo após a morte de Mao, em 1976.

Na Iugoslávia, os indícios foram vistos na alegada luta pelo poder entre Tito e seu vice-premiê e também ministro do interior, Rankovic, que resultou na remoção de Rankovic em 1966. Na Checoslováquia, os indícios se apresentaram na disputa entre a facção "conservadora" de Novotny e a "liberal", de Dubcek,

resultando na vitória dos liberais e na suposta demissão de Novotny, em 1968.

Parte II – Capítulo 18

Para demonstrar que essa aparência de recorrentes lutas pelo poder nos países comunistas é um falseamento dos fatos dirigido à atenção dos observadores ocidentais com a intenção de servir aos propósitos comunistas estratégicos, é necessário examinar o desenrolar de tais eventos tanto à luz de informações oficiais, quanto de informações internas privilegiadas.

A Sucessão na Liderança Soviética: Novos Fatores de Estabilização

O problema da sucessão na liderança da União Soviética e em outros países comunistas é de grande importância, uma vez que dele depende a solução de muitos outros problemas de ordem prática. A questão que precisa ser respondida é se um sistema comunista, ditatorial e de partido único, é ou não capaz de resolver

o problema da sucessão sem o recurso à luta pelo poder, a exemplo das ocorridas no passado. Outra questão correlata é se Krushchev foi mesmo removido à força, ou, se ao contrário, ele obteve êxito em transferir o poder e resolver o problema da sucessão sem provocar uma crise.
A maioria dos observadores não-comunistas inclina-se a considerar os partidos comunistas como incapazes de encontrar uma solução; eles pensam ser inevitável a recorrência de lutas pelo poder.

A confirmação mais dramática desse conceito foi a remoção pretensamente forçada de Krushchev da liderança soviética em 1964.149

149 Na opinião do autor, tanto Robert Conquest quanto Myron Rush, em seus respectivos livros, " Russia after Krushchev" (Nova York: Frederick A. Praeger, 1965) e "Political Succession in the USSR" (Nova York Research Institute on Communist Affairs, Columbia University Press, 1965), fizeram uma interpretação errada da mudança de liderança de Krushchev para Brezhnev.

De acordo com a interpretação de Conquest, Krushchev foi removido através de golpe súbito e secreto, nas melhores tradições do Kremlin, supostamente por seus erros de condução das políticas interna e externa. "Conservadores" teriam se unido a "moderados modernizantes" e a "desertores da facção Krushchev" (Brezhnev) para depô-lo. As razões seriam objeções aos seus esquemas mal concebidos. É notável que as queixas mais contundentes fossem quanto a Krushchev não tê-los consultado antes de agir, ou por ter transformado as reuniões do Comitê Central em aclamação farsesca de suas iniciativas e por ter usado seu genro, Alexey Adzhubey, como agente pessoal em contatos internacionais, sem informar o Presidium e assim por diante. Mas o ponto crucial foi atingido quando Krushchev propôs a instalação de Adzhubey na máquina do poder. "Aqui, ele se transformava, de uma só vez, numa ameaça tanto aos "krushchevistas", quanto aos "anti-krushevistas". Os primeiros tinham vivo na lembrança como Stálin também havia substituído seus velhos seguidores por homens de seu entourage pessoal".

Conquest baseia sua interpretação no paralelo que traça com a luta pelo poder logo após a morte de Stálin. "A situação presente difere, em muitos aspectos importantes, daquela que se seguiu à morte de Stálin em março de 1953. Porém, os eventos daquela época são os únicos que guardam algum paralelo com os de agora e, portanto, seu exame mais detalhado certamente provar-se-á frutífero.Pois quanto mais uma estrutura de poder depende de um só homem, mais ela será abalada pela remoção deste. À partida de Krushchev, assim como à de Stálin, seguiu-se um vácuo de poder...Havia então certo número de membros do segundo escalão, prontos a agir. Esses contavam com longa experiência junto ao topo e gozavam de alto prestígio no aparato do partido."

De acordo com a interpretação de Rush, as lutas pelo poder na União Soviética continuam depois das mortes de Lênin e Stálin, porque o problema da sucessão política não foi resolvido. A visão de Rush também entende a aposentadoria de Krushchev como o resultado de uma conspiração. "A abdicação por Krushchev, dos postos que o tornavam o governante efetivo da União Soviética, anunciada em 15 de outubro de 1964, foi recebida com surpresa pelo Ocidente, tanto quanto pelo próprio Krushchev. O coup d´etat impediu que ele estivesse presente à celebração em homenagem aos cosmonautas soviéticos, que ele mesmo anunciara pouco antes, através do rádio e TV. A derrubada de Krushchev foi o resultado de uma conspiração e

Parte II – Capítulo 18

O presente estudo tentará fazer distinção entre os fatos que levaram à saída de Krushchev de seu cargo, o deliberado falseamento

não a culminação de uma longa série de eventos destinados a lhe reduzir o poder.” Rush vê Krushchev como um ditador. “Uma conspiração foi necessária para derrubar Krushchev porque a soberania residia não no coletivo, mas na pessoa de Krushchev mesma”.

Ainda de acordo com a interpretação de Rush, na União Soviética, uma sucessão política arranjada é impossível, pois a morte ou remoção do governante inicia a crise de sucessão. “Na URSS, o governante não pode herdar autoridade, mas precisa conquistá-la e é difícil antever como tão vastos poderes podem ser tomados ao enfrentar a mais que certa oposição de rivais sem produzir uma crise política. Sua profundidade e efeitos , porém, são variáveis de acordo com o escopo e intensidade da luta e pela maneira de sua resolução. A sucessão se inicia como fim físico ou político do governante. As circunstâncias nas quais tais eventos ocorrem podem afetar significativamente

o curso da sucessão, e até mesmo o governante que tente arranjar a própria sucessão não pode saber com certeza quais serão essas circunstâncias. A” morte “de um governante pode ser um evento político em vez de físico, como quando é simplesmente deposto numa revolta palaciana, a exemplo do que ocorreu com Krushchev, e nesse caso, sua pessoa e política tornam-se uma questão central na sucessão[...] Como quer que comece , uma disputa sucessória está, desde o início, marcada pela rivalidade pessoal dos mais ambiciosos herdeiros do ex-governante. Em seus esforços de herdar-lhe o poder, são compelidos à manobras e compromissos, formando facções no topo da liderança, de acordo com elásticas acomodações de interesses pessoais e princípios políticos”.
Rush reconhece a preocupação de Krushchev quanto ao problema sucessório: [...] “se, como nos é possível argumentar, Krushchev tivesse tentado lidar com o problema da sucessão, suas orientações não perderiam a significância mesmo após a sua deposição. Ao contrário, seu arranjos sucessórios moldaram a situação que resultou de sua queda, e até mesmo ajudaram a trazê-la a efeito. Krushchev estava profundamente ciente do problema sucessório soviético, ainda que o marxismo pouco tenha contribuído pra essa ciência. O marxismo, preocupado que está com a transferência de poder de uma classe para outra, pouco tem a dizer sobre a transferência de poder entre governantes. Sobre o problema sucessório, Krushchev tirou lições da prática – e não da teoria. Ele já tinha mais de trinta anos durante a sucessão de Lênin e em alguma medida, reviveu aquela experiência em sua campanha contra a memória de Stálin”.

desses pelos estrategistas soviéticos e, a infelizmente errônea interpretação dada a esses mesmos fatos por renomados estudiosos ocidentais. De maneira a tornar bastante claras as distinções e explicar como e porque os fatos foram falseados pelos estrategistas soviéticos e porque renomados estudiosos ocidentais continuam a aceitar sem maiores reservas as informações que lhes chegam acerca de recorrentes lutas pelo poder, é útil comparar a sucessão de eventos em 1924 e em 1953, àqueles do período 1960-64, fazendo uso de informações oficiais, informações internas privilegiadas e da nova metodologia de análise.

O Fracasso de Lênin e Stálin na Solução do Problema da Sucessão

Há similaridades entre as situações verificadas em 1924 e 1953. A morte de Lênin, em janeiro de 1924, deixou um vácuo político. Não havia um único sucessor reconhecido como tal ou que contasse com um grupo de apoio definido e não improvisado. Em vez disso, havia vários líderes rivais, cada um reclamando o poder para si. A situação no país ainda era crítica. A NEP, criação de Lênin, ainda estava em vigor, mas muitos problemas práticos dessa mesma política ainda aguardavam solução.

A morte de Stálin, em março de 1953, deixou um vácuo político ainda maior. Ele não deixou indicação quanto a qualquer herdeiro e tampouco havia um sucessor reconhecido e que contasse com um grupo de apoio forte; assim como em 1924, havia vários líderes rivais disputando a supremacia. A situação geral era crítica na União Soviética e também em outros países comunistas. Nenhuma política de longo alcance havia sido adotada, a despeito da necessidade de soluções de longo prazo para a crise no bloco.

Todas essas circunstâncias convidavam à crises sucessórias. Em ambos os casos as lutas pelo poder foram inevitáveis em função das rivalidades que surgiram entre os novos grupos de líderes. A adesão e participação de membros da nova geração em

determinado grupo, tanto em 1924 quanto em 1953, era fortuita, instável e dividida, quanto mais porque seus membros individuais ambicionavam o desempenho de um papel destacado ao mesmo tempo em que se viam face à necessidade de formular uma política para o partido. A situação crítica da União Soviética em 1924, e no bloco como um todo em 1953, demandava soluções novas para problemas candentes. A luta pelo poder, nos dois casos, tornou-se também uma luta para estabelecer uma política, o que só a tornou mais amarga. Em cada um dos casos, a luta só terminou com a afirmação inconteste de apenas um dos contendores e na conseqüente remoção da vida política dos demais.

Em vista de sua longa enfermidade, a morte de Lênin não foi um choque inesperado. A luta pelo poder começou enquanto ele ainda estava vivo. Stálin aproveitou a oportunidade para fortalecer sua posição já antes da morte de Lênin. Mas em 1924, ainda havia uma atmosfera de "democracia intrapartidária". Tanto os membros não graduados do partido quanto o aparato de governo e do partido, participaram da luta e exerceram algum grau de influência sobre esta, o que explica porque a luta pós-1924 durou mais que aquela pós-1953.

Lênin revelou a sua preocupação com a sucessão em cartas que enviou ao congresso do partido, escritas em dezembro de 1922 e em janeiro de 1923, nas quais ele alertava quanto à excessiva concentração de poder nas mãos de Stálin. Ele também alertava quanto à possibilidade de uma ruptura na liderança e a necessidade de prevenir "conflitos entre pequenos agrupamentos no Comitê Central, os quais afetariam gravemente o futuro do partido como um todo". Ele advogava a idéia da dispersão dos seus poderes, não entre uns poucos líderes, mas entre os membros de um Comitê Central mais numeroso, abrangente e com autoridade ampliada. O número de membros do Comitê deveria ser ampliado de vinte e sete para cem.150

150 Ver a carta de Lênin, de 1923, publicada na "Kommunist", n.o 9 (1959), pp. 11-17: "O camarada Stálin, tendo se tornado Secretário-Geral, concentrou enorme poder em suas mãos e eu não estou de todo certo de que ele é capaz de sempre utilizar este poder com suficiente cautela."

Por necessidade, alguma dispersão de poder realmente ocorreu. Ao governo pessoal de Lênin seguiu-se, por uns poucos anos, um governo oligárquico. Mas não havia meios constitucionais de decidir a sucessão e nenhuma previsão quanto a participação popular no processo. Cabia ao próprio líder do partido resolver o problema; somente ele tinha a autoridade para colocar suas recomendações a efeito. Mas, ainda que Lênin tivesse dado uma solução teórica para o problema da sucessão, a sua enfermidade o impedia de pô-la em prática. Além disso, apesar da sua preocupação quanto a uma possível ruptura na liderança após a sua morte, em seu testamento ambíguo e sem indicação clara de quem poderia ser seu sucessor, o próprio Lênin criou algumas das condições propícias a uma luta pelo poder. Não estivesse ele doente, poderia ter tornado efetivo o seu testamento; mas este não foi cumprido após a sua morte.

Em parte porque Stálin precisava de tempo para assumir o controle total do aparato governamental, a luta iniciada após a morte de Lênin durou até meados da década de 30, quando todos os rivais de Stálin, incluindo oponentes potenciais e até mesmo alguns de seus aliados, já tinham sido eliminados fisicamente. Com freqüência, Stálin adotava as políticas que haviam sido propostas por suas vítimas.

A ênfase na eliminação física não foi irracional. Uma vez que todo o aparato do partido estava envolvido na luta e também porque alguns vestígios de democracia intrapartidária sobreviveram, Stálin foi obrigado, quando da eliminação de líderes, a fazer expurgos também dos partidários desses líderes. A repressão em massa visava impedir qualquer possível oposição. Stálin abandonou a idéia de liderança coletiva e estabeleceu a sua ditadura pessoal e total. Este foi um retrocesso que enfraqueceu o sistema comunista, deu origem à crise de sucessão e a muitos outros problemas.

Depois da eliminação física de seus rivais e da repressão em massa dos seguidores desses, Stálin não podia depender, quanto mais confiar em seus colegas ou no partido, restando-lhe apenas a burocracia dos serviços de segurança. Ele governava vigiando os rivais potenciais, dividindo-os e jogando-os uns contra os outros.

Quando eliminou Zhdanov, o mais promissor de seus possíveis sucessores, Stálin potencializou uma crise na sucessão. Até os seus últimos dias, ele ignorou esse problema e sua negligência deixou um vácuo após sua morte súbita, o que contribuiu ainda mais para a intensidade da luta subseqüente.151

A rígida ditadura pessoal de Stálin e a destruição que promoveu da democracia intrapartidária, significaram que a imensa maioria dos membros do partido não tomou parte na luta pelo poder após a sua morte. Essa ficou reservada aos altos escalões do partido e governo. Em 1953, a burocracia estaria disposta a servir a quem quer que fosse capaz de controlá-la; incapazes de apelar diretamente ao partido ou ao povo, os burocratas tornaram-se politicamente irrelevantes nos anos finais da vida de Stálin. Por essas razões, a luta após a sua morte foi relativamente curta e sem repressão em massa, exceto no caso dos seguidores de Beriya.

Havia similaridades e diferenças entre Stálin e Krushchev. Após a remoção de Malenkov em 1955, Krushchev iniciou seu

151 A análise oferecida por Rush em seu livro "Political Succession In Russia", acerca dos problemas sucessórios após as mortes de Lênin e Stálin é, em geral, correta. Ver pp.39-43: "O esforço de Lênin em influenciar a sucessão , no que diz respeito a personalidades, políticas e organização, fracassou completamente. Seu conselho, oferecido após séria deliberação e com a devida gravidade, foi desprezado enquanto ele ainda estava vivo e por aqueles que professavam servi-lo fielmente. Eles não apenas falharam em agir conforme as recomendações de Lênin; falharam também em aprender com os argumentos que as justificavam. Todavia, Stálin pode ter sido uma exceção a este procedimento. O testamento de Lênin pode ter-lhe ensinado cautela e dissimulação muito além do que lhe seria natural. Os últimos escritos de Lênin não tiveram sua significância histórica esgotada em 1930. Um terço de século mais tarde, foram entregues ao Congresso do Partido por um novo pretendente ao manto de Lênin, que percebeu que suas ambições seriam mais bem servidas atacando o legado de Stálin. O uso que Krushchev fez do testamento de Lênin, em 1956, é um lembrete de quão importante aquele ainda era na cena política soviética, mesmo depois que o XIII Congresso ter decidido suprimi-lo[...]
A principal preocupação de Stálin foi sem dúvida o contínuo exercício de sua própria autoridade, muito mais do que a transferência dessa autoridade para seus herdeiros, de forma que a necessidade de preservar o seu próprio e vasto poder intacto limitou em muito os seus arranjos sucessórios".

governo como um ditador comunista, tal como Stálin. Usando meios e táticas não constitucionais, ele estabeleceu sua proeminência no período 1956-57, exercendo e ampliando seu poder, ainda que não por muito tempo, de forma ditatorial. De 1956 a 1959 ele substitui o culto à personalidade de Stálin por um culto a sua própria. O lado mais sinistro da carreira de Krushchev é até hoje mantido oculto do público pelos líderes soviéticos.

Diferente de Stálin, Krushchev não eliminou fisicamente os seus rivais, exceto por Beriya; uma vez que aqueles não tinham seguidores, não foi necessário eliminá-los. Ao contrário de Stálin e apesar de ter permanecido o líder supremo, Krushchev conseguiu estabelecer uma liderança coletiva em seus anos finais no poder.

Mas a diferença mais importante entre ele e Stálin foi que Krushchev foi bem sucedido ao transferir o poder a um sucessor de sua escolha.

A noção de que ele compartilhava com Stálin um desdém pela sucessão, é errônea. Tal como Lênin, Krushchev se preocupava com a questão. Além disso e de acordo com a presente análise, ele descobriu aquilo que Lênin falhou em descobrir: uma solução prática para o problema. Provavelmente com alguma ajuda da influência de Mao, ele resolveu a questão com base nas recomendações de Lênin e ao comprometer os seus seguidores a uma política de longo alcance para todo o bloco comunista. Ao fazê-lo, estabeleceu também o modelo que os líderes de outros estados comunistas poderiam seguir.

A “Deposição” de Krushchev: Uma Transferência Préarranjada da Liderança para Brezhnev

A noção de que Krushchev foi deposto por obra de uma revolta
palaciana é provavelmente errônea; ela não é corroborada pelas evidências disponíveis. Em 1964, a situação diferia radicalmente daquelas verificadas em 1924 ou em 1953.

Depois da saída de Krushchev da liderança, não houve qualquer vácuo político. A mesma equipe unida de ativos colaboradores de Krushchev, continuou em seus postos. A crise interna do regime e os problemas das relações intrabloco já tinham sido resolvidos. A política de longo alcance para o bloco tinha sido adotada e posta em prática. Não havia fundamentos que permitissem antever crises políticas ou uma luta pelo poder.

As trágicas conseqüências das duas crises sucessória anteriores não se haviam apagado da memória de Krushchev, nem da dos outros líderes soviéticos. A morte de Lênin foi seguida pelo extermínio de uma geração inteira de líderes do partido, pela repressão em massa nas fileiras do partido e por rupturas na Internacional Comunista e em seus afiliados. A luta que seguiu à morte de Stálin atrasou a formulação de uma política de longo alcance e ameaçou a própria sobrevivência do bloco como tal. Era vital que esses desastres não mais se repetissem.

Em 1964, existiam condições favoráveis para uma transferências programada de poder, de Krushchev para um líder ou grupo de líderes de sua escolha, vez que desde 1959, já existia a liderança coletiva. As outras condições eram: a reforçada influência do Comitê Central e do aparato do partido; a ausência de oposição na liderança; a maior estabilidade do regime; melhores relações com os líderes de outros países comunistas; sob a orientação de Mao, o estabelecimento da liderança coletiva no partido chinês; e acima de tudo, a adoção da política de longo alcance. Krushchev tinha interesse pessoal em que a nova política fosse implementada através de seus sucessores, pois essa tinha começado durante o seu governo, com a sua ativa participação. O seu papel inicial lhe prometia reconhecimento e respeito póstumos maiores que aqueles que Stálin havia recebido, a despeito de todo

o poder e glória de seu reinado.
Em sua cogitação de uma política de longo alcance, Krushchev teria naturalmente incluído considerações a respeito da questão da sucessão. Ele se encontrava na posição perfeita para arranjá-la, pois controlava a situação no partido e no governo, tendo tido o tempo necessário para agir. Ele preencheu o Presidium e o Comitê Central com seus homens; nomeou quem ele

quis para postos chave na KGB, no Exército e nos aparatos do partido e do governo. Ele mesmo tratou de assegurar a sua posição de liderança no secretariado do partido, no Presidium e no governo. Tendo em conta as suas asserções quanto a ser um novo Lênin, parece provável que Krushchev tenha feito sérias ponderações a respeito do problema, tal como Lênin o fez no período 1922-23. Seguindo o exemplo deste, Krushchev provavelmente fez recomendações ao Comitê Central, na forma de cartas secretas ou de discursos às vésperas do 22.o Congresso do PCUS.

As indicações, tal como se apresentam, dão suporte à conclusão de que ele estava pensando e agindo quanto ao problema sucessório ainda à véspera de sua "remoção". Sinais disso podem ser detectados a partir do 22.o Congresso do PCUS em diante. Falando sobre os conselhos de Lênin quanto ao culto à personalidade, ele conclamou os membros do partido a agirem como pupilos à altura do mestre Lênin. 152 Ele confirmou a condenação aos erros de Stálin e alertou quanto às conseqüências do culto à personalidade de líderes que se esquecem dos deveres para com o partido. 153 Segundo a sua definição, o maior mal do

152 Ver suas considerações finais ao 22.o Congresso do PCUS ("CSP", vol. 4, p.200): "É errado, camaradas, é simplesmente impossível permitir que se iniciem e se desenvolvam instâncias em que o merecido prestígio de um indivíduo possa assumir formas nas quais ele imagine que tudo lhe é permitido e que pode, então, prescindir do coletivo. Em tal caso, este indivíduo pode decidir não mais dar ouvido a outros camaradas guindados à liderança, tal como ele o foi, e pode então começar a suprimi-los. Nosso grande professor V.

I. Lênin lutou resolutamente contra isso e o partido pagou um preço caro demais por não seguiu seus sábios conselho a tempo. Assim, sejamos discípulos à altura de Lênin quanto a esta matéria".

153 Ibid.: "Mas cada líder deve também entender o outro lado dessa questão – nunca se pavonear da sua posição e sempre lembrar que ao assumir este ou aquele posto, está meramente cumprindo os desígnios do partido e a vontade do povo, que podem tê-lo investido do maior dos poderes, mas nunca perdem o controle que têm sobre ele. O líder que disso se esquece, paga caro por seu erro. Devo acrescentar que paga enquanto vivo ou até mesmo depois da morte, como com foi o caso da condenação do culto a Stálin. Uma pessoa que esquece a obrigação de cumprir a vontade do partido e do povo, não pode ser chamada

culto à personalidade reside no fato do líder ficar fora do controle do partido. 154 Ele afirmou que a liderança coletiva tinha sido atingida e pediu que o seu próprio papel não fosse enfatizado. 155

Os novos estatutos do partido aprovados no congresso, estabeleciam que à cada eleição regular do Comitê Central e do Presidium do PCUS, deveria haver renovação de pelo menos um quarto dos membros; nos comitês centrais das repúblicas soviéticas, a renovação deveria ser de pelo menos um terço; e nos comitês das outras organizações partidárias, renovação de não menos do que a metade. O propósito alegado dessas reformas era o de alimentar a "democracia intrapartidária". Os novos regulamento e decisões, obedecidos dali por diante, foram definidos por Krushchev como garantias contra a recorrência do culto à personalidade.156 Ao mesmo tempo, a imprensa do partido

de líder verdadeiro, na correta acepção do termo; assim, não devem existir tais 'líderes', quer no partido ou no aparato do estado".

154 Ibid., p.198: "Nas condições que cercavam o culto ao indivíduo, o partido viu-se desprovido de uma vida normal. Pessoas que usurpam o poder cessam de responder ao partido; simplesmente escapam ao seu controle. E é aqui que reside o maior perigo do culto à personalidade individual. A situação no partido deve ser sempre tal que, qualquer líder lhe deva satisfações e obrigações. O partido pode substituir qualquer líder quando quer que considere necessário".

155 Ibid, p.200: "Eu gostaria de dizer algumas palavras sobre a seguinte questão... Em muitos discursos no Congresso e freqüentemente também na nossa imprensa, quando é feita menção às atividades do Comitê Central do nosso partido, uma certa ênfase especial é dada a mim, e é ressaltado o meu papel na consecução das importantes medidas do partido e do governo. Eu entendo o tipo de sentimentos que guia esses camaradas. Todavia, permitamme enfatizar vigorosamente que tudo que é dito a meu respeito, deveria sê-lo a respeito do Comitê Central do nosso partido leninista e do Presidium do Comitê Central. Nenhuma medida importante foi tomada e nenhum pronunciamento equilibrado foi feito por diretiva pessoal; todos foram resultado de deliberação e decisão coletiva. Até mesmo este discurso foi considerado e aprovado pela executiva coletiva. Nossa grande força, camaradas, reside na liderança coletiva, nas decisões colegiadas sobre todas as questões de princípios".

156 Ibid., pp. 199-200: "O 22.o Congresso está confirmando este curso benéfico. Os estatutos e o programa do partido estabelecem novas garantias contra

soviético chamava a atenção para uma citação de Lênin: “[...] o movimento revolucionário não pode ser estável sem uma organização que garanta a sucessão dos líderes”.

Duas outras significativas decisões do 22.o Congresso obviamente tiveram como modelo as recomendações de Lênin, quais sejam: o aumento do número de membros do Comitê Central, em comparação com o 21.o Congresso, de 125 para 175 e a transferência de Ignatov, Furtseva, Mukhitdinov, Belyayev e Aristov do Presidium e a sua conseqüente substituição por novos ativistas do partido, em concordância com os novos estatutos. 157

Na opinião do autor, a ditadura personalista de Krushchev foi de curto-prazo, substituída sabiamente e ainda em tempo, por uma liderança coletiva, a fim de evitar uma crise sucessória e mais uma luta pelo poder. Várias circunstâncias novas contribuíram para a reorganização do sistema e de fato, a condicionaram:

- A condenação ao culto à personalidade de Stálin e à prática da eliminação física dos rivais.
- A incompatibilidade entre uma ditadura personalista e a colaboração ativa, construtiva e harmoniosa de um bloco de países comunistas unidos na consecução de uma política de longo alcance comum.
- A exemplar e voluntária decisão de Mao, em 1959, de abrir mão de todas as posições de poder, exceto a liderança do partido, a fim de concentrar-se nos problemas da política de longo alcance e na estratégia comunista.
- A preocupação geral dos líderes do bloco em evitar uma repetição dos dolorosos eventos pós-1924 e pós-1953.
- O interesse pessoal de Krushchev e Mao em evitar uma posterior condenação de suas atividades, resultante de uma luta pelo poder. Logo, havia por parte deles o desejo pessoal e genuíno de devolver poder ao aparato do partido e à burocracia.

recaídas no culto à personalidade. Cresce ainda mais o papel do partido como a grande força inspiradora e organizadora na construção do comunismo”.
157 Arquivos estenográficos do 22.o Congresso (Moscou, 1962), vol. 3, pp. 356

•

O efeito estabilizador da política de longo alcance do bloco. Consideradas a experiência passada, o estabelecimento da liderança coletiva e as acima referidas novas circunstâncias, por volta de 1960 os líderes do bloco já tinham feito arranjos antecipados no interior de seus respectivos comitês centrais, a fim de garantir transferências de poder que fossem suaves, pacíficas e no momento adequado -tal como, na opinião do autor, foi a sucessão de Krushchev em 1964.

A versão ocidental da remoção de Krushchev baseou-se em indícios inadequados e não confiáveis. Os principais itens levados em conta foram os seguintes: não houve reconhecimento pelos serviços prestados por Krushchev; seus retratos desapareceram de Moscou; seu genro e sócio político, Adzhubey, foi demitido (mais tarde, soube-se que le foi rebaixado para uma posição de pouca importância num jornal soviético); surgiram referências ao culto à personalidade na imprensa soviética, que apesar de não mencionarem Krushchev diretamente, no Ocidente foram interpretadas como uma campanha de "des-krushevização"; Krushchev estaria vivendo em humilde obscuridade, junto a um pequeno séqüito de servidores; de acordo com relatos não confirmados, ele teria sido demitido por nepotismo, após uma reunião de oito horas do Presidium, a qual teria deliberado sob o peso de um relatório acusatório de Suslov; ele teria sido responsabilizado por numerosos erros de política, tais como a retirada de Cuba, as súplicas por trigo dos Estados Unidos, a briga com a China, a mal-concebida descentralização da economia soviética, sua proposta de visita à Alemanha Ocidental e seu fracassado estilo de diplomacia pessoal, que misturava insultos e lisonjas descaradas ao Ocidente.

Estes indícios não são convincentes, além de serem contraditórios. O primeiro argumento contra a suposição de que a saída de Krushchev foi forçada é o fato de que foi a sua equipe, montada por ele, que continuou a dominar a liderança soviética, sem mudanças significativas. Brezhnev, que o substituiu como

líder do partido, era o seu mais fiel, obediente e experiente assistente, além de amigo e colega. Ele devia sua carreira a Krushchev e era também um elo entre os grupos partidários ucraniano e de Moscou. Kirilenko e o ex-presidente Podgornyy eram quase tão íntimos de Krushchev quanto Brezhnev. Outros fiéis assistentes e subordinados, muitos diretamente nomeados por Krushchev, tais como Shelepin, Biryuzov, Malinovskiy, Semichastnyy e Patolichev, mantiveram seus postos-chave no partido ou no governo.

Mais importante ainda: dois parentes de Krushchev continuaram a deter poder considerável na liderança e no governo; um deles chegou a ser promovido mais tarde. Esses dois eram: Polyanskiy, que permaneceu como membro do Presidium e premiê da República Russa; o outro era o Marechal Grechko, que permaneceu como primeiro-assistente do ministro da defesa e comandante-em-chefe das forças do Pacto de Varsóvia; poucos anos mais tarde, Grechko foi promovido ao posto máximo de ministro da defesa.158 O fato de que os parentes de Krushchev tenham mantido suas posições-chave depois de sua saída do poder é inconsistente com a crença ocidental numa revolta palaciana e na sua abrupta deposição; ao contrário, aquele fato dá sustentação à conclusão de que foi uma transferência de poder suave e previamente acordada. Além disso, põe por terra a versão de que Krushchev teria sido punido por seu nepotismo, porque seus parentes, exceto Adzhubey, não foram afetados por sua perda do cargo. Aqui, é importante ressaltar que o relacionamento de Grechko e Polyanskiy com Krushchev nunca foi publicamente revelado por Brezhnev ou por outros líderes do partido. Esse tipo de informação, normalmente é mantida em segredo e é de conhecimento de muito poucos dentro do partido.

158 As informações sobre o relacionamento desses líderes com Krushchev foram obtidas através de altos funcionários da KGB na Ucrânia e em Moscou (Kolesnikov and Kochurov), e foram parcialmente confirmadas pelo ataque de Zhukov a Krushchev durante a reunião do Politburo, no outono de 1957.

Parte II – Capítulo 18

Se Krushchev tivesse realmente sido alijado do poder por seu culto à personalidade ou por seus erros de condução política, seria de se esperar que surgissem críticas abertas na imprensa comunista após a sua "queda". Na verdade, houve poucas críticas e essas foram oblíquas e indiretas. Não houve revelações de sua cumplicidade nos crimes de Stálin ou quanto à maneira implacável com que conduziu a luta pelo poder no período 1955-57. Não houve qualquer crítica à sua política externa "aventureira" nos episódios de Berlim, Cuba ou de sua exploração de escritores soviéticos. Houve alguma crítica vaga quanto ao culto à personalidade e a outros aspectos menores da política. Essas críticas foram interpretadas por jornalistas ocidentais como se fossem referências a Krushchev. Talvez essa interpretação tenha sido fortalecida por revelações que funcionários comunistas fizeram a seus contatos ocidentais, mas os comunistas normalmente não fornecem a diplomatas ou jornalistas ocidentais fatos verdadeiros acerca de um acontecimento ou caso. Houve algumas reportagens especulativas sobre a vida privada de Krushchev: suas caçadas, seus apartamentos e suas casas-decampo, além da sua sensacional aparição diante de jornalistas ocidentais. Tais manifestações não deveriam ser aceitas pelo seu valor aparente; elas podem ser mais bem entendidas no contexto das operações de desinformação do bloco. É natural que não tenha havido reconhecimento oficial dos serviços prestados por Krushchev à União Soviética, porque isto teria tumultuado e atrapalhado a desinformação do bloco quanto à percepção ocidental da recorrência das lutas pelo poder.

Recapitulando, não houve qualquer convulsão maior, antes ou depois da aposentadoria de Krushchev. Com poucas exceções, houve continuidade na liderança. Acima de tudo, houve continuidade na implementação da política de longo alcance que Krushchev havia iniciado. A explicação mais plausível, portanto, é a de que a remoção de Krushchev foi um ato encenado e conduzido com a sua total concordância. Mais ainda, é provável

que tenha sido encenado com o conhecimento e aprovação prévios dos líderes comunistas dos outros países. Isso explicaria o grande destaque que a imprensa soviética deu às visitas que líderes comunistas ocidentais fizeram a Moscou logo após a deposição, para exigir "explicações" a respeito dessa e para expressar sua mais alta estima por Krushchev e por suas políticas. Dessa forma, demonstravam a sua recém-conquistada independência da União Soviética.

Através do rádio, jornais e de documentos oficiais, o povo russo soube que Krushchev tinha renunciado em função da idade e da saúde frágil. Ele nasceu em 1894, logo, a versão oficial poderia muito bem estar próxima da verdade. Lênin já havia estabelecido o precedente da aposentadoria por motivos de saúde. Krushchev queria entrar para a história como um novo Lênin. Copiando o seu modelo, Krushchev até passou a dedicar-se à caça nos arredores de Moscou, logo após a aposentadoria. A despeito de seu passado estalinista, ele tinha feito uma contribuição significativa à causa comunista, mas por considerações táticas, essa contribuição não poderia receber reconhecimento público imediato. No devido tempo, provavelmente após os resultados finais da política de longo alcance, seria prestado tributo a todos os líderes que tivessem sido responsáveis pela política, incluindo Krushchev, Mao, Novotny, Ulbricht, Tito, Brezhnev, Teng Hsiao-p´ing e muitos outros. Krushchev não seria um comunista de verdade caso não tivesse concordado com um arranjo desse tipo, e não há dúvida de que assim o fez dando mostras de seu característico humor sarcástico e zombeteiro. Ele tinha muitos motivos para rir.

É interessante que as esferas oficiais soviéticas tenham permitido que Neizvestnyy, justamente o controvertido escultor a quem o próprio Krushchev criticara por seu abstracionismo, concebesse o significativo e muito simbólico monumento negro e branco sobre o túmulo de Krushchev. Não muitos anos após a sua morte, o nome de Krushchev começou a reaparecer na Great Soviet Encyclopædia.

Parte II – Capítulo 18

De acordo com a nova interpretação, a aposentadoria de Krushchev, que, aliás, proporcionou-lhe tempo livre para escrever suas memórias, foi programada para solucionar o problema da sucessão na União Soviética, para ensaiar a mudança da guarda conforme os seus desejos e para impedir mudanças violentas e outras dificuldades para o partido, para o regime e até para ele mesmo. Uma transferência de poder suave e acordada só foi tornada possível pela continuidade da estratégia e da política de longo alcance do bloco e foi a transferência, que em si mesma, serviu para garantir essa continuidade. A "nova guarda" veio da "velha" equipe de líderes, todos já comprometidos com a mesma política. Uma vez que todos os líderes do bloco comunista estavam e estão igualmente comprometidos com a política, nenhum deles pode mudá-la arbitrariamente, seja na União Soviética, China, Romênia ou em qualquer outro país comunista, sob pena de enfrentar séria oposição do aparato de seu próprio partido, bem como dos demais partidos comunistas. Considerando que a saída de Krushchev da cena política foi provavelmente combinada com os líderes de outros partidos, é de se supor que seu exemplo tenha sido seguido, com variações locais, nas transições de Georghiu-Dej para Ceaucescu, na Romênia, de Novotny pra Dubcek e deste para Husak, na Checoslováquia, de Gomulka para Gierek e deste para Kania, na Polônia, e de Ulbricht para Honecker, na Alemanha Oriental. O mesmo padrão pôde ser verificado nas transições na China e na Iugoslávia e que se seguiram às mortes de Mao e de Tito.

Com base na presente análise, a saída de Krushchev foi a realização bem sucedida das idéias leninistas sobre a transferência de poder entre líderes. Já que não há fundamento sólido para a crença de que Krushchev tenha sido removido como resultado de uma luta pelo poder, chega-se à conclusão de que, por razões estratégicas, sua aposentadoria foi deliberadamente encenada e falseada, em parte para consumo dos habitantes do mundo comunista, mas principalmente para as platéias ocidentais,

mantendo assim a impressão de uma recorrente crise de sucessão, a exemplo das que se seguiram às mortes de Lênin e de Stálin. Pode-se chegar a conclusões similares nas supostas lutas pelo poder nos partidos iugoslavo, chinês, checoslovaco e polonês; de fato, todas essas "lutas" deveriam ser consideradas como operações contempladas pelo programa de desinformação do bloco.

Os Objetivos da Desinformação sobre as Lutas pelo Poder

O esforço de desinformação que foi feito para manter viva no Ocidente a crença na existência e inevitabilidade de lutas pelo poder na liderança dos partidos comunistas, serve a variados propósitos. Há uma óbvia e íntima conexão entre lutas pelo poder e facciosismos ou sectarismos; uma instância só existe na presença da outra. Portanto, a desinformação sobre lutas pelo poder dá suporte e complementa operações de desinformação que se baseiam em facciosismos, tais como aquelas que falsearam a desestalinização, as rupturas soviético-albanesa e sino-soviética e a democratização na Checoslováquia em 1968. A desinformação ainda serve ao propósito de obscurecer a unidade real, a coordenação e a continuidade existentes no bloco quanto à perseguição dos objetivos da política de longo alcance. Ao criar nas mentes ocidentais associações falsas e automáticas de certos líderes comunistas com certos aspectos ou fases do comunismo – p.ex., Krushchev com o "revisionismo", Mao com o "dogmatismo", Teng Hsiao-p´ing com o "pragmatismo", Dubcek com a "democratização" e Brezhnev como o "neo-estalinismo" – o Ocidente pode ser induzido a tirar conclusões completamente falsas sobre as molas mestras da política comunista. O corolário dessa associação induzida e equivocada são previsões bastante imprecisas sobre o curso de ação dos comunistas e erros nas reações aos movimentos desses.

Parte II – Capítulo 18

O Ocidente fica propenso a fazer mais concessões – p.ex., nas negociações SALT ou então fornecendo bens de alta tecnologia à União Soviética e à China -se acredita que ao assim proceder estará fortalecendo a ala ou facção mais "liberal" ou "pragmática" que julga existir na liderança do partido. No sentido contrário, o Ocidente pode ser persuadido a atribuir os aspectos agressivos da política comunista à influência dos supostos "linhasduras". Quando líderes dessa última "facção" saem de cena, fica facilitada a promoção do mito da liberalização, tal como foi feito no caso de Novotny na Checoslováquia, em 1968. A Parte III deste livro irá apresentar indicativos e razões que levam a crer que acontecimentos semelhantes, já na fase final da política de longo alcance, devem ser esperados na União Soviética e em outros países da Europa Oriental, e que a própria sucessão de Brezhnev pode vir a ser explorada para esse mesmo propósito.

Um outro propósito possível e complementar das lutas fictícias pelo poder seria o de permitir que os "expurgos" ou a "desgraça" de comunistas proeminentes -tais como Teng Hsiaop ´ing na China ou Barak na Checoslováquia -que desapareceram da cena política por variados períodos de tempo e supostamente por serem vítimas das lutas pelo poder -fossem usados para ocultar suas transferências temporárias para o desempenho de funções importantes num centro secreto de coordenação política em algum lugar do bloco.

Parte II – Capítulo 19

A Sétima Operação de Desinformação:
A "Democratização" na Checoslováquia em 1968

A Interpretação Ocidental

Durante o ano de 1968 e como relatado pela imprensa comunista e ocidental, os líderes do partido comunista incorporaram certas reformas econômicas e políticas na Checoslováquia. Na economia, foi concedida mais independência aos administradores das fábricas; os fins lucrativos e práticas de mercado foram parcialmente reintroduzidos. No campo político, ocorreram desdobramentos de caráter sensacional. Fontes comunistas revelaram que uma intensa luta estava sendo travada na liderança do partido, entre conservadores ou estalinistas, liderados pelo secretário-geral Novotny e os liberais ou progressistas, liderados pelo secretário do partido comunista eslovaco, Dubcek. Em janeiro de 1968, os liberais venceram e Dubcek substituiu Novotny como o líder do país.

A União Soviética, alarmada com esses desdobramentos, denunciou-os como contra-revolucionários. Em agosto, tropas do Pacto de Varsóvia invadiram o território da Checoslováquia sem encontrar resistência do exército checoslovaco. A situação política foi revertida; Dubcek e outros liberais foram substituídos por marionetes russas.

Jornalistas, estudiosos e funcionários dos governos e agências ocidentais, baseando suas interpretações, em grande medida, no relato que fontes comunistas faziam desses eventos, acabaram por aceitar que a crise checoslovaca era de fato uma tentativa espontânea e pacífica de revolução democrática. Eles acreditaram que as reformas de Dubcek eram um novo e democrático tipo de "socialismo com face humana". A indignação diante da ocupação pelas tropas do Pacto de Varsóvia trouxe junto

profunda simpatia por Dubcek, por seu regime e seu novo tipo de socialismo.

Quatro fatores adicionais contribuíram para que o Ocidente aceitasse a liberalização do regime checoslovaco pelo seu valor aparente. Primeiramente, a liberalização teve lugar num país que já tinha tido forte tradição democrática, anterior ao golpe comunista de fevereiro de 1948; a liberalização parecia ser uma revitalização dessa tradição. Em segundo lugar, os líderes checoslovacos pareciam ter ido além de quaisquer outros líderes comunistas em suas críticas à União soviética, na sua presteza em permitir partidos não-comunistas e nas suas denúncias de crimes cometidos por ex-membros dos serviços de segurança checoslovaco e soviético contra políticos não-comunistas, tais como Jan Masaryk,

o ex-primeiro-ministro. Em terceiro, os soviéticos fizeram uma enorme pressão sobre o regime de Dubcek através da imprensa e da ostensiva movimentação de tropas do Pacto de Varsóvia ao longo da fronteira polonesa-checoslovaca. Em quarto lugar, havia um paralelismo aparentemente estreito entre os eventos da Checoslováquia em 1968 e aqueles da Hungria, em 1956. 159 De acordo com a interpretação Ocidental dos eventos na Checoslováquia, a derrubada do regime de Novotny pelos progressistas foi tornada possível pela aliança de alguns economistas liberais e mais um punhado de intelectuais dissidentes, com alguns poucos líderes comunistas progressistas, tais como Dubcek. Fraca como era, essa aliança conseguiu ser tão bem sucedida a ponto de levar a cabo uma revolução democrática contra um regime totalitário que desfrutava do apoio das forças armadas e dos serviços de segurança. E tudo isso sem disparar um único tiro.

159 Os líderes soviéticos ajudaram na promoção dessa analogia. Por exemplo: enquanto visitava a Suécia no verão de 1968, Kosygin por três vezes "confundiu-se" e referiu-se à Hungria em vez de à Checoslováquia.

Parte II – Capítulo 19

Erros Ocidentais

O maior erro da maioria das avaliações ocidentais da Checoslováquia em 1968 foi o de considerar os eventos daquele ano como se isolados do passado recente. Infelizmente, ao falhar na percepção plena das mudanças ocorridas nas relações no interior do bloco e da adoção de uma política de longo alcance entre 1957 e 1960, aquelas avaliações usaram uma metodologia ultrapassada para a interpretação dos eventos. Também falhando ao não levar em conta a disseminação sistemática de desinformação através de fontes sob controle comunista, incluindo a imprensa, funcionários e intelectuais comunistas, depositaram confiança excessiva nessas mesmas fontes.

A Reinterpretação da "Democratização" Checoslovaca

A nova metodologia estabelece uma interpretação nova e completamente oposta da "democratização" checoslovaca. Esta é vista não como o desenrolar de acontecimentos espontâneos, mas sim como misto de manobra e ensaio, planejado e controlado para ter lugar conforme os objetivos e ditames da política de longo alcance. O mais forte argumento em favor dessa perspectiva é o de que a "democratização" da Checoslováquia atendia os requisitos e encaixava-se na estratégia comunista para a Europa Ocidental. Um segundo argumento consiste no fato de que, ao longo de todas as súbitas mudanças de 1968, a Checoslováquia permaneceu um membro ativo da Comecon e do Pacto de Varsóvia.

Os líderes do partido checoslovaco, seus serviços de segurança e de inteligência e o regime como um todo, participaram ativamente da formulação, adoção e implementação da política de longo alcance do bloco, no período entre 1958 e 1960. Nesse período, Novotny manteve consultas freqüentes com os líderes soviéticos, especialmente Krushchev. Novotny e seus colegas – notadamente Hendrych, um alto funcionário do partido

responsável pela ideologia e pelo trabalho junto aos intelectuais – desempenharam um papel chave na formulação da política do bloco naquilo que dizia respeito à Checoslováquia. Liderada por Novotny, a delegação do partido checoslovaco participou do Congresso dos Oitenta e Um, em Moscou, em novembro de 1960,

o mesmo que adotou a política de longo alcance e a estratégia para o movimento comunista internacional.
Há indicações de que o papel estratégico especial para a Checoslováquia tenha sido articulado, ao menos em linhas gerais, já por volta de 1960. As preparações para a manobra começaram logo em seguida. Em maio de 1961, Dubcek visitou a União Soviética, onde foi recebido por Suslov.160 Em junho e julho, uma delegação de funcionários do partido checoslovaco, liderada por Lenart, foi à União Soviética estudar o funcionamento do PCUS.161 Em junho de 1962, Novotny encabeçou outra delegação partidária à União Soviética.162

A coordenação entre os serviços de segurança e inteligência checoslovaco, soviético e de outros países do bloco, quanto ao seu papel na implementação da política de longo alcance, começou em 1959. O ministro do interior, Barak, e outros membros de seu ministério, participaram da conferência dos serviços de segurança e inteligência do bloco, realizada em Moscou naquele ano. Dali por diante, os serviços checoslovacos tornaram-se membros do centro de coordenação de inteligência e segurança interna do bloco.

De 1959 a 1968, Novotny e seu ministro do interior (até 1961, Barak), estavam trabalhando ativamente na dissolução da oposição política genuína, enquanto criavam uma oposição controlada e de fachada, seguindo os padrões introduzidos e praticados por Shelepin na União Soviética.

160 GSE (1962), p.458.
161 GSE (1962), p. 16.
162 GSE (1962), p. 18.

Parte II – Capítulo 19

O Papel dos Historiadores e Economistas na "Democratização"

No período entre 1959 e 1968, desenvolveu-se um estreito paralelismo entre a abordagem adotada por Krushchev e Shelepin quanto ao uso de escritores, historiadores, intelectuais diversos e membros do partido reabilitados em tarefas políticas ativistas e a abordagem adotada pelos líderes comunistas checoslovacos. As indicações são de que uma falsa oposição foi criada na Checoslováquia, resultando numa disputa entre supostos liberais e pretensos conservadores. Essa disputa foi encenada seguindo o padrão estabelecido por Krushchev e Shelepin na União Soviética.

Em 1963, o Comitê Central do Partido Comunista Checoslovaco montou duas comissões de especialistas. Uma comissão era formada por trinta e seis historiadores e chefiada por Gustav Husak, então vice-presidente do conselho de ministros; a outra era composta por um grupo de economistas, chefiada por Ota Sik, que mais tarde seria o vice-premiê no governo de Dubcek. O Comitê Central disponibilizou às duas comissões os arquivos e estatísticas secretas dos partido.

O ano de 1963 é significativo enquanto se situava três anos após a adoção da política de longo alcance do bloco e cinco anos antes que a denominada "democratização" tivesse lugar. As comissões foram estabelecidas no período de Novotny: Husak e Sik subseqüentemente figuraram de forma proeminente na "democratização" e na sua reversão. Juntando todos esses fatos, é lícito chegar à conclusão de que as comissões foram estabelecidas sob a liderança de Novotny e no arcabouço da política de longo alcance, exatamente para preparar o terreno para os eventos de 1968. Há um forte indicativo da coordenação soviéticochecoslovaca no fato de que a Comissão Econômica foi estabelecida por Novotny, mas atendendo a uma sugestão de Krushchev.163

163 Ver "Prague Notebook: The Strangled Revolution", M. Salomon (Boston: Little, Brown &Co., 1971), p.30. Todavia, M. Salomon se engana quanto a este

Parte II – Capítulo 19

No mesmo período, os historiadores soviéticos também foram mobilizados em apoio à política de longo alcance, ainda que de maneira diferente. O membro da Academia, Khvostov, desempenhou um importante papel nessa atividade.

Os Papéis de Barak e Sik

O papel de Barak, sua demissão em fevereiro de 1962 e sua reabilitação e reaparição em 1968, podem ser reinterpretados completamente.

Barak foi ministro do interior de 1953 até 1961 e um membro do Presidium do partido de 1954 até fevereiro de 1962. Como ministro do interior, desempenhou papel importante na formulação da política de longo alcance e estava em ligação estreita com o diretor-geral da KGB, Shelepin. O chefe do Instituto da KGB, General Kurenkov, informou aos alunos e equipe do Instituto, após seu retorno da Checoslováquia em companhia de uma delegação da KGB, que esta mantinha relações mais estreitas com o serviço de segurança checoslovaco do que com qualquer outro serviço do bloco.

Significativamente, os jovens tecnocratas e planejadores que se tornaram membros da Comissão Econômica em 1963 e desempenharam papéis chave na introdução das reformas econômicas de 1968, incluindo Ota Sik, já eram próximos a Barak no final dos anos 50 e início dos 60. 164 Tendo-se em conta a relação que Barak tinha à época com o planejamento da política de longo alcance e o novo papel que os serviços de segurança e

indício, atribuindo a proposta de Krushchev não à política de longo alcance, mas ao exemplo dos “brain trust” do Presidente Kennedy. N.T.: brain trust é um grupo de pessoas reunidas para dar opiniões imediatas sobre tópicos de interesse; grupo de trabalho.
164 Ibid., p. 30, nota 1. Salomon não percebeu a significância das íntimas relações entre Barak e Sik.

inteligência nela desempenhavam, é provável que já então os jovens tecnocratas estivessem sendo preparados para o desempenho de seus papéis na introdução controlada da "democratização".

Em 9 de fevereiro de 1962, a imprensa checoslovaca anunciou que Barak havia sido preso e sentenciado a quinze anos de detenção por desvio de dinheiro público. Ele foi solto em maio de 1968 sob a alegação de que os fundos públicos não tinham sido indevidamente desviados, mas se destinavam ao serviço de segurança. O próprio Barak deu a entender que a sua remoção era resultado do temor que Novotny sentia quanto a cair vítima dos jovens tecnocratas e planejadores econômicos, de quem ele, Barak, gostava de cercar-se.165

Dado o envolvimento de Barak na formulação da política de longo alcance entre 1959 e 1961, é provável que sua prisão em fevereiro de 1962 tenha sido fictícia e usada para enganar os analistas ocidentais quanto à verdadeira natureza de suas relações com tecnocratas como Sik. A prisão também pode ter sido usada para montar uma reputação de reformista liberal e de "vítima de Novotny" para esse chefe da polícia secreta; reputação muito útil para explicar a sua reaparição sob o novo regime, em 1968. Havia ainda um outro possível motivo para a encenação da prisão de Barak: no curso da compilação do relatório de danos causados pela deserção do autor em dezembro de 1961, a KGB teria descoberto que este sabia da íntima ligação entre os líderes da KGB e do serviço de segurança checoslovaco chefiado por Barak.

Uma especulação provável é a de que Barak, em vez de passar aqueles anos na prisão, foi enviado secretamente a Moscou para representar o governo checoslovaco no centro de coordenação de inteligência e segurança do bloco. Sua reaparição na Checoslováquia, em maio de 1968, teria sido para que agisse como coordenador secreto dos acontecimentos daquele ano. Sendo o homem chave da etapa de planejamento dos eventos, sua presença no local seria imprescindível exatamente no período crucial do desdobramento desses.

165 Ibid.

Levando-se em consideração as relações de Sik com Barak, sua indicação como chefe da Comissão Econômica pelo Comitê Central do Partido em 1963, sob a liderança de Novotny, seu papel na introdução das reformas econômicas e seu apoio a Dubcek em 1968, a sua participação no governo de Dubcek deveria ser considerada não como atividade pessoal espontânea, mas como o cumprimento de uma tarefa atribuída pelo partido, no contexto da política de longo alcance.
Provavelmente não foi coincidência alguma que sua indicação, em 1963, tenha se dado no mesmo período em que na União Soviética emergia o Professor Liberman, um economista "liberal". De fato, Sik tornou-se conhecido como o "Liberman checoslovaco".

O Papel dos Escritores na "Democratização"

Uma boa compreensão do papel de Sik na preparação das reformas econômicas na Checoslováquia, combinada à compreensão do uso que o partido soviético fez de Tvardovskiy e Kochetov como os líderes das facções "liberal" e "conservadora" entre os escritores soviéticos, ajuda a compreender o papel dos escritores checoslovacos na "democratização" de 1968. Já que Krushchev aconselhou o partido checoslovaco a estabelecer uma Comissão Econômica em 1963, não é improvável que ele ou Shelepin tenham aconselhado o serviço de segurança e o partido checoslovaco quanto ao uso de seus escritores numa "liberalização" controlada, nos moldes do que haviam feito com Tvardovskiy e Kochetov.

Os escritores checoslovacos desempenharam um papel importante na suposta deposição de Novotny e na sua substituição por Dubcek. No Congresso dos Escritores em junho-julho de 1967, por exemplo, um escritor eslovaco "liberal", Ludvik Vaculik, deu várias palestras advogando maior liberdade de criação.

Num apelo por um "socialismo democrático", ele também clamava por uma campanha ativa contra os "neoestalinistas".Vaculik era membro do Comitê Central do Partido, membro da equipe permanente da "Literarni Listy" e um confidente de Dubcek. O escritor eslovaco Mnacko, atacou Novotny. Anton Liehn, um dos fundadores da "Literarni Listy", falou contra a censura e o despotismo policial. Um outro escritor leu para o congresso a "carta secreta" de Solzhenitsyn contra a censura.

A crítica ao neoestalinismo era convincente. Mas Vaculik, Klima e Liehn, que compartilhavam da crítica e conclamavam pela democratização, eram todos e à mesma época, membros do Comitê Central do partido. Isto, no mínimo, levanta a possibilidade de que eles estivessem agindo, assim como Tvardovskiy e Kochetov, sob instruções do partido. É interessante que, três meses mais tarde (em setembro de 1967), esses escritores tenham sido expulsos do partido por "disseminar propaganda anticomunista no Congresso de Escritores". Sabendo dos métodos de provocação utilizados pelos serviços de segurança comunistas, as expulsões podem ser tomadas como passos deliberados para a construção da imagem desses escritores como indivíduos independentes e críticos espontâneos do regime, além de legítimos expoentes do socialismo democrático. Simultaneamente, as expulsões serviriam para dar cobertura ao desempenho das tarefas secretas atribuídas pelo partido.

Algumas das ações e discursos dos escritores checoslovacos – o discurso de Vaculik, por exemplo, lembrava aqueles dos escritores húngaros em 1956. A pergunta que interessa é se as ações e discursos dos escritores checoslovacos eram verdadeiramente espontâneos ou se foram deliberadamente modelados com antecedência -com base no padrão húngaro -pelo Comitê Central e seu Departamento Ideológico, em preparação para o início de um programa de reformas controladas, destinadas

a estabilizar o regime checoslovaco e servir aos propósitos da estratégia do bloco na Europa.

É interessante que em seu discurso e depois de condenar a "primeira fase estalinista" do regime checoslovaco, Vaculik tenha se referido a uma "segunda fase", na qual o socialismo democrático se realizaria. Aqui, é possível detectar uma pista de planejamento antecipado. É bem possível que esses discursos todos tenham sido preparados em conjunto, pelos escritores e pela Comissão de Historiadores estabelecida em 1963. O próprio Vaculik revelou, em março de 1967 (dois ou três meses antes do Congresso de Escritores), que ele esteve presente a uma reunião do Departamento Ideológico do Comitê Central, na qual foram discutidas questões referentes à liberdade para atividades criativas.

Em 27 de junho de 1968, Vaculik e outros escritores publicaram no semanário "Literarni Listy" um manifesto intitulado "Duas Mil Palavras".166 Este mais tarde tornou-se o credo dos "progressistas" do partido e foi usado pelos soviéticos e outros comunistas "ortodoxos" para denunciar àqueles como contrarevolucionários. Algumas das declarações contidas no manifesto revelam o tipo de "democratização" que seus autores tinham em mente. Enquanto identificavam-se com os "progressistas" do partido, clamavam por apoio aos funcionários do partido e aos órgãos de segurança, além de "respeito aos tratados de amizade da Checoslováquia com seus aliados" (i.e., a União Soviética e os outros países do Pacto de Varsóvia). A seguir, alguns trechos do manifesto:

"Em primeiro lugar, nós nos oporemos à opinião, se esta surgir, de que um renascimento democrático possa vir sem os comunistas, ou até mesmo contra eles; isto seria não apenas injusto, mas irrazoável [...]

166 Ibid., pp. 101-10

Parte II – Capítulo 19

[...] Os comunistas têm organizações estabelecidas há muito; essas organizações são necessárias à sustentação das tendências de progresso. Eles têm funcionários experimentados, assim como regras de comando. Eles prepararam um programa de ação que foi proposto ao público. É um programa que visa reparar a maior das injustiças e são eles os únicos detentores de tal programa. [...] Tragamos de volta à vida a Frente Nacional [...] Emprestemos nosso apoio às agências de segurança quando elas perseguem delinqüentes e criminosos comuns. Não temos qualquer intenção de provocar a anarquia ou um estado de insegurança generalizada [...] e damos aos nossos aliados a garantia de que respeitaremos nossos tratados de amizade, aliança e comércio".

A "Luta" entre os "Conservadores" de Novotny e os "Progressistas" de Dubcek

Se os economistas "liberais" e os escritores são considerados as duas primeiras forças motoras por trás da "democratização" de 1968, a terceira foi a suposta disputa na liderança do partido, entre os "progressistas" liderados por Dubcek e os "conservadores" liderados por Novotny e que culminou na vitória dos "progressistas".

Ainda que Novotny fosse da geração estalinista e tenha emergido à sombra das lideranças de Stálin e de Gottwald sobre os partidos soviético e checoslovaco, respectivamente, ele só veio a assumir o poder na Checoslováquia após a morte de Stálin. E foi sob a sua liderança, tanto quanto sob a de Krushchev na União Soviética, que teve lugar uma verdadeira desestalinização do partido checoslovaco, no período entre 1956-60, durante a qual muitos presos políticos filiados ao partido foram reabilitados. Portanto, é questionável que as acusações de "neoestalinista" que os "liberais" fizeram a Novotny fossem fundamentadas. O ar de artificialidade que as circunda reforça a tese de que eram partes de uma trama bem montada, no escopo do programa de desinformação e no arcabouço da política de longo alcance, com o intuito de dar a falsa impressão de ser uma revolta liberal espontânea, quando na verdade, era a bem ordenada, planejada e

controlada passagem do poder para uma nova geração de líderes dos partido.

No mesmo sentido, há fundamentos para sugerir que Dubcek foi escolhido, caracterizado e ensaiado para desempenhar

o papel de principal oponente de Novotny, numa demonstração planejada de falsas diferenças internas do partido, servindo ao mesmo propósito aludido acima. Tal como Novotny e ainda que mais jovem e inferior na hierarquia, Dubcek era um produto da máquina estalinista do partido, com um passado de militante comunista. Eslovaco de origem, Dubcek tinha íntimas ligações com a União Soviética, onde viveu de 1922 a 1938. Em 1939, juntou-se ao partido comunista checoslovaco, no qual ascendeu resoluta e imperturbavelmente durante os últimos quatorze anos da vida de Stálin. No ano da morte deste, em 1953, Dubcek tornou-se secretário do partido de uma cidade da Eslováquia.
De acordo com Salomon, Dubcek amava e respeitava a União Soviética. 167 Entre 1955 e 1958, ele estudou na Escola Superior do Partido, diretamente ligada e subordinada ao Comitê Central do PCUS, em Moscou. Essa escola seleciona e treina os futuros líderes para o PCUS e para outros partidos comunistas. Dubcek ainda estava lá em 1958, ano em que a política de longo alcance começava a ser formulada. É bem possível que tenha sido em função da educação especial que recebeu nessa escola e da longa experiência russa, que Dubcek tenha sido escolhido e adestrado pelo Comitê Central para ser o líder dos “progressistas”.

Dubcek foi feito secretário do partido comunista eslovaco e membro do Presidium em 1963, mesmo ano em que Sik foi indicado para a chefia da Comissão Econômica e Husak para a da Comissão de Historiadores. Assim, pode-se supor que Dubcek foi escolhido para o seu papel já em 1963.

167 Ibid., p. 69

Parte II – Capítulo 19

Há certo número de anomalias na versão de uma "revolução silenciosa", as quais levantam sérias dúvidas quanto a sua natureza espontânea. Algumas das perguntas não respondidas são as seguintes:

- Por que a maioria "conservadora" no Presidium votou em Dubcek? Por que o próprio Novotny não fez objeção à candidatura de Dubcek?
- Por que o Comitê Central e a máquina do partido, ambos controlados pelos "conservadores", partidários de Novotny, não evitaram a substituição desse por Dubcek?
- Por que nem os líderes militares de segurança "conservadores", tal como o ministro da defesa, Lomsky, ou o chefe da segurança militar, Mamula e nem mesmo os líderes das tropas de choque e da milícia de Praga, que organizaram o golpe de estado e 1948, agiram contra Dubcek, se havia um risco efetivo de que ele pudesse se transformar num "Imre Nagy" checoslovaco e então ameaçar os fundamentos do regime que defendiam?
- Por que Hendrych, um "ultraconservador", partidário de Novotny, que fazia freqüentes visitas a Moscou, que era o chefe do departamento ideológico do partido e controlador dos intelectuais do país desde 1958 -em suma, o equivalente checoslovaco de Ilichev – apoiou Dubcek quando da sessão secreta do Comitê Central em janeiro de 1968, na qual Dubcek foi nomeado secretário-geral?
- Por que todos esses "conservadores" aceitaram Dubcek sem qualquer resistência? Se a revolução fosse mesmo espontânea, eles permaneceriam inamovíveis em suas crenças e a enfrentariam e também as suas conseqüências, literalmente até a morte. Por que então aceitar docilmente o suposto líder "progressista" da revolução que os ameaçava?
- Por que Dubcek não afastou figuras chave, tais como Lomsky e Mamula, logo no início, em março de 1968?
- Por que os próprios censores da imprensa apoiaram a "democratização" e votaram contra a censura?

- Por que Novotny permaneceu intocado depois de perder o poder, se ele era mesmo o epítome do vilão?
- Por que a política externa do "novo" regime de Dubcek seguiu a velha linha ortodoxa e conservadora: anti-OTAN, anti-EUA e anti-Israel?
- Por que os líderes "progressistas" saudaram prazerosamente as tropas de ocupação do bloco?

Tivesse o regime de Dubcek sido autenticamente democrático, este teria removido os funcionários ortodoxos do partido e do serviço de segurança, responsáveis pela repressão no passado. Na verdade, apenas trezentas pessoas do Ministério do Interior foram supostamente demitidas ou rebaixadas, tendo o efeito de uma pequena gota no oceano. No fim das contas, a Velha Guarda saiu ilesa. Em vários escalões, funcionários "ortodoxos" e "conservadores" e os "novos progressistas", alguns destes vítimas da repressão "conservadora", serviram lado a lado ao novo regime de "socialismo democrático".

De fato, a mudança maior foi o retorno aos altos escalões de certas membros do partido que foram reabilitados. Essa reabilitação foi explorada para projetar uma nova imagem do regime comunista. Entre eles estavam Husak, vice-premiê (libertado em 1960); Smorkovsky, presidente da Assembléia Nacional (libertado em 1955); e Pavel, ministro do interior (libertado em 1955). Seu retorno pode muito bem ter sido a consecução de uma política calculada de reabilitação, levada a cabo conforme o figurino soviético. Neste contexto, seria bom recordar que tanto Gomulka quanto Kadar, que emergiram para se tornarem líderes na Polônia e na Hungria, respectivamente, eram também membros reabilitados de seus partidos.

Um traço distinto da reabilitação na Checoslováquia foi o de que os antigos funcionários comunistas foram totalmente reabilitados; já alguns dos prisioneiros não-comunistas, não o foram. A Lei da Reabilitação, adotada em junho de 1968, aprovou a revisão de casos individuais, mas não anulou as decisões dos tribunais, especialmente para evitar que "elementos contrarevolucionários e justamente sentenciados" pudessem ser soltos.

Talvez o indício mais convincente da continuidade essencial que havia do antigo para o novo regime é o fato de que Gottwald foi responsável pelo reinado do terror de 1948 em diante – e que segundo estatísticas oficiais, envolveu o confinamento de cento e trinta mil pessoas – mas não foi denunciado como criminoso pelo novo regime. Ao contrário, Dubcek condecorou as viúvas e órfãos de funcionários comunistas martirizados justamente com a Ordem de Gottwald, sob cujas ordens seus maridos e pais tinham sido executados. Estranhamente, os parentes das vítimas aceitaram essas condecorações.168

A natureza controlada da "democratização" na Checoslováquia fica patente quando são feitas comparações com a Hungria em 1956. A revolução húngara foi um levante popular; enquanto durou, desmantelou o regime, a máquina do partido e os serviços de segurança. Líderes não-partidários substituíram aqueles do partido. Alguns líderes partidários, como Imre Nagy, romperam com o partido e se colocaram ao lado povo. Na Checoslováquia, por outro lado, a "democratização" foi executada pelo próprio partido, daí o apropriado rótulo de "revolução silenciosa". Basicamente, permaneceram intocados a máquina do partido, o exército e os serviços de segurança. Houve mais uma continuidade do que uma ruptura fundamental com o regime anterior. Os líderes comunistas mais velhos foram substituídos por líderes mais jovens, de modo que não houve rompimento do monopólio ideológico e de poder do partido. A revolução húngara ocorreu durante a crise do bloco comunista e foi ela mesma, uma expressão dessa crise. A revolução checoslovaca se deu durante o período em que o bloco se recuperava daquela crise e exemplificava a sua política de longo alcance em ação.

Alguns aspectos da reação soviética aos eventos foram um tanto quanto estranhos. A despeito da troca de críticas entre os líderes soviéticos e checoslovacos, eles continuaram a fazer visitas a Checoslováquia e a União Soviética, respectivamente. Surgiram fotografias de Dubcek e Brezhnev abraçando-se fraternalmente.

168 Ibid., p. 229.

Parte II – Capítulo 19

Quase nada se sabe das conversas havidas entre eles, além de algumas pistas vazadas pelos próprios regimes comunistas. No Ocidente, essa evidência de boas relações entre os líderes soviético e checoslovaco, ou foi ignorada ou interpretada como grosseira tentativa de esconder a profundidade das divisões entre eles. A reinterpretação da "revolução silenciosa", agora baseada na nova metodologia, sugere que aquelas reuniões foram usadas para consultas e coordenação das próximas ações que seriam tomadas pelos dois lados.

Os movimentos de tropas do Pacto de Varsóvia ao longo da fronteira polonesa-checoslovaca, que sem dúvida tinham a intenção de trazer à memória os eventos na Hungria em 1956, eram por demais conspícuos para serem tomados por sua aparência. A sua entrada no território da Checoslováquia foi, de acordo com esta nova análise, uma medida em comum acordo e que visava à assistência do bloco ao regime, como de fato o próprio partido checoslovaco insistiu em declarar à época.169 Foi também uma oportunidade para amadurecer e treinar as tropas do bloco para uma eventual intervenção "punitiva" em algum outro país comunista que necessitasse estabilizar o regime. Significativamente, as tropas daqueles países que tinham sido os mais rebeldes no passado (Polônia, Hungria e Alemanha Oriental),

169 Ver o seguinte trecho de uma carta do partido comunista checoslovaco a cinco membros do Pacto de Varsóvia, datada de 20 de julho de 1968, citado em ["Prague Notebook", p. 121, Salomon]: "[...] As manobras do das forças armadas do Pacto de Varsóvia em território checoslovaco constituem prova concreta de nosso fiel cumprimento dos compromissos de aliança. De maneira a garantir o sucesso dessas manobras, de nosso lado demos todos os passos necessários. Nosso povo, bem como os membros de nosso exército, deram as melhores boas vindas ao exército soviético e aos exércitos aliados em nosso território. Os líderes supremos do partido e do governo, por sua presença, deram testemunho da importância que atribuímos a essas manobras e do interesse que temos nelas. A confusão e certas dúvidas expressas no seio de nossa opinião pública, surgiram somente depois de repetidas mudanças na data de partida dos exércitos aliados ao fim das manobras."

foram usadas na Checoslováquia. Mas o objetivo principal, ao qual a intervenção serviu, foi o de levar a todo o bloco a mensagem de que os Estados Unidos e a OTAN eram impotentes para interferir e que a oposição interna na Checoslováquia ou em qualquer outro país comunista, seria esmagada.

Conclusões

Neste ponto é necessário fazer algumas considerações que delineiem o quadro geral na Checoslováquia.

Os líderes checoslovacos tomaram parte na formulação da nova política de longo alcance entre 1958 e 1960 e os seus serviços de segurança e inteligência estavam envolvidos no planejamento e preparação de operações de desinformação política em apoio a esse plano de ação estratégico. Também havia indicações de que as reformas econômicas de Sik e seu grupo foram planejadas de a partir de 1963, portanto, ainda sob o regime de Novotny, assim como havia indicações de que os escritores checoslovacos, quando exigiam a "democratização", não agiam espontaneamente, mas em consonância com seu papel no partido e conforme a orientação de Hendrych. Dadas as observações anteriores e somando-as às anomalias no processo de "democratização" e na pretensa luta entre "progressistas" e "conservadores", liderados por Dubcek e Novotny, respectivamente, a conclusão inescapável é de que a "revolução silenciosa" foi uma operação controlada, planejada e conduzida pelo próprio aparato do partido, usufruindo o benefício da comparação a uma experiência soviética paralela e recente na fabricação de um falso movimento de oposição. Não se pode, obviamente, negar que algumas reformas políticas e econômicas foram levadas à frente em 1968, mas seria errôneo considerá-las quer como espontâneas ou como abrangentes e democráticas, tal como os líderes comunistas quiseram que elas assim parecessem.

Essas reformas foram reajustes calculados, feitos sob a iniciativa e controle do partido, o qual "tinha os controles de comando na mão". 170 Goldstuecker, uma das mais importantes figuras na "democratização", franco e sem qualquer rodeio, declarou a Salomon: "Nós tentamos desenvolver um controle eficaz do poder a partir de dentro do próprio sistema". 171

A "revolução silenciosa" foi uma demonstração eficaz do novo e criativo papel principal do partido, agora agindo através de seus economistas, historiadores, escritores, membros reabilitados, supostos "progressistas" e usando as técnicas de ação política e desinformação. Foi radicalmente diferente da espontânea revolução húngara e representou um estágio mais avançado na extensão de operações de desinformação controladas através de todo o bloco a serviço dos propósitos da estratégia e política de longo alcance. Essa "revolução" teve elementos puramente locais. Entre esses estavam, por exemplo, a revelação pública do caso Jan Masaryk (cuja história completa inda não foi contada), a aceitação de partidos não-comunistas (totalmente controlados pelo regime) e a pretensa "deposição" de Novotny (mais provavelmente, uma aposentadoria natural e a exemplo de Krushchev, por razões de idade ou saúde).

Ganhos e Perdas Comunistas com a "Democratização"

Sem dúvida alguma, a União Soviética e o bloco como um todo perderam prestígio por efeito de sua "intervenção" na Checoslováquia. Mas as vantagens imediatas e futuras, em termos

170 Ver a carta do partido checoslovaco, datada de 20 de julho de 1968, citada por Salomon in "Prague Notebook", pp. 120-21: "Nós jamais aceitaremos que as conquistas históricas do socialismo e a segurança das nações de nosso país sejam ameaçadas ou que o imperialismo, de forma pacífica ou pela violência, venha dispersar o sistema socialista e modificar a seu favor a balança do poder na Europa. O conteúdo principal de nossa evolução depois de janeiro é nada mais que esta tendência de incrementar a força interna e a estabilidade do regime socialista e conseqüentemente, de nossas relações de aliança".
171 "Prague Notebook", Michel Salomon, p. 243.

de estratégia e política de longo alcance, definitivamente compensaram as perdas.

Antes de 1968, havia problemas agudos na Checoslováquia e que demandavam soluções. O partido comunista, o regime e suas instituições, estavam desacreditados e eram impopulares. Havia a necessidade de uma mudança na liderança do partido e havia oposição interna e externa ao regime. Entre os intelectuais e exprisioneiros membros do partido, também havia muito descontentamento. Além disso, havia o ressentimento eslovaco quanto à dominação checa. O estigma associado aos comunistas em geral, pelo violento esmagamento da democracia em fevereiro 1948, ainda era percebido na Europa Ocidental, o que impedia a sua colaboração eleitoral com os liberais e socialistas.

Com a ajuda e apoio dos líderes de outros países do bloco, os líderes checoslovacos desenvolveram soluções comunistas para esses problemas, através da "democratização" calculada e controlada. Eles tiveram êxito na revitalização do partido, do regime e de suas instituições e também ao dar-lhes imagem nova e mais democrática. Resolveram o problema da sucessão sem convulsões ou lutas pelo poder. Eles engajaram e comprometeram as lideranças mais jovens do partido com a continuidade da política de longo alcance e com o fortalecimento da coordenação estratégica no âmbito do Pacto de Varsóvia.172 Na "revolução silenciosa", demonstraram sua abordagem de longo alcance na seleção e treinamento de futuros líderes e na rotatividade de candidatos, criando um reservatório de experiência. Desenvolveram a sua própria versão de desinformação sobre desestalinização e sobre lutas fictícias pelo poder; ambas as

172 Ver a carta do partido checoslovaco, datada de 20 de julho de 1968, citada em "Prague Notebook", pp. 118-19: "Nossa aliança e nossa amizade com a URSS e com os outros países socialistas estão profundamente enraizadas no regime social, nas tradições e experiências históricas de nossas nações, nos seus interesses, seus sentimentos e suas idéias [...] Nós nos comportamos de tal maneira, que as relações amistosas com nossos aliados , os países da comunidade socialista mundial, irão se aprofundar numa base de respeito mútuo, soberania, igualdade de direitos e solidariedade internacional. Neste sentido, nó contribuímos mais ativamente para atividade comum [Comecon] e para o Pacto de Varsóvia".

técnicas já utilizadas pelos soviéticos, chineses e iugoslavos. Tiveram êxito em confundir e em neutralizar parcialmente a oposição interna e externa ao regime.173 Os descontentes dentre os intelectuais foram neutralizados ao serem cooptados como colaboradores da formulação política. Os ex-prisioneiros membros do partido foram neutralizados pela reabilitação e indicação para postos importantes. O descontentamento eslovaco foi neutralizado pelo destaque dado a eslovacos proeminentes (Dubcek e Husak), transformando-os em líderes partidários da Checoslováquia. Também foram incrementados os investimentos na economia eslovaca.

Em resumo, os líderes comunistas checoslovacos tiveram êxito não apenas em preservar, mas na verdade, em fortalecer o poder e a eficácia do regime enquanto lhe davam uma nova imagem. Dubcek ficou firmemente identificado, domesticamente e no exterior, com uma nova variedade de "socialismo com face humana", aceitável aos olhos dos social-democratas e liberais ocidentais.

As Possíveis Implicações da "Democratização" para o Ocidente

Os soviéticos, checoslovacos e outros líderes e estrategistas do bloco comunista ganharam experiência valiosa e profunda compreensão das reações ocidentais à "democratização" na Checoslováquia. O governo de Dubcek, ainda que comunista, rapidamente adquiriu uma imagem radicalmente nova no Ocidente. Foi percebido não mais como um regime totalitário e repressor, que fora manchado pelo estigma de fevereiro de 1948, merecedor, portanto, de escárnio e desprezo inelutáveis, mas sim

173 Aqui, enquanto se reafirma que como um todo, a "democratização" foi controlada, admite-se a existência de indivíduos genuinamente anti-regime, quer dentro ou fora do país. Sem perceber o que de fato acontecia, agiram de forma completamente independente durante os últimos meses da crise, assim se expondo ao crivo do regime como elementos contra-revolucionários. Não há dúvida de que assim ficaram registrados.

como o arauto de uma nova era de “socialismo com face humana”, merecedor de encorajamento e apoio de todas as correntes de opinião. A “variedade Dubcek” de comunismo destituía tanto os conservadores quanto a esquerda moderada do argumento de que a aquisição de poder pelos partidos comunistas na Europa Ocidental, ou em qualquer outro lugar, levaria automaticamente à extinção da democracia, tal como acontecera na Checoslováquia em 1948. Ao mesmo tempo, essa nova imagem dava aos partidos comunistas europeu-ocidentais uma nova e poderosa arma de propaganda e uma nova base para estabelecer alianças com os partidos socialistas, em oposição comum ao capitalismo e ao conservadorismo. Neste contexto, deveria ser lembrado que o órgão internacional dos partidos comunistas, “The World Marxist Review –Problems of Peace and Socialism”, tem sua sede e é publicado na capital da Checoslováquia.

No curto prazo, a saída de Dubcek foi um revés para os partidos comunistas da Europa Ocidental; sob Husak, o pêndulo pareceu ter oscilado na direção de uma variedade mais tradicional e ortodoxa de comunismo. Não obstante, o governo de Dubcek deu causa a grandes expectativas ocidentais quanto a possíveis evoluções políticas na Europa Oriental e na União Soviética, com

o surgimento de novas variedades de comunismo. Sem dúvida. É realmente de se esperar confiantemente que o experimento será repetido, tanto na Checoslováquia (com ou sem Dubcek), ou em escala maior, já no estágio final da política de longo alcance do bloco. Futuras “primaveras de Praga” podem bem trazer vitórias eleitorais para um ou mais partidos comunistas europeu-ocidentais. Desde que esses partidos estejam em conformidade com a “variedade Dubcek” de comunismo, há um perigo real de que as opiniões conservadora, moderada e socialista, falhem em perceber a verdadeira natureza e os motivos estratégicos do comunismo de Dubcek e então, aceitem passivamente a situação, com todos os seus perigos inerentes e conseqüências potenciais.
Valeria a pena se o Ocidente estudasse o cenário e as técnicas do experimento checoslovaco, a fim de não mais ser iludido, como o foi em 1968. O cenário pode ser repetido em

essência, ainda que com variações locais. Seus constituintes principais são, portanto, recapitulados a seguir:

- Uma revitalização da desestalinização, em paralelo à publicação, no exterior, de memórias de ex-prisioneiros políticos, incluindo membros do partido.
- Subseqüente publicação dessas memórias no país de origem, além de novas denúncias e revelações acerca do antigo regime, especialmente através do gênero "literatura do cativeiro".
- Reabilitação de antigos líderes partidários.
- Rumores e relatos de uma luta pelo poder ocorrendo nos bastidores da liderança do partido e da emergência de líderes "progressistas" e "liberais".
- Um congresso de escritores, com demandas por maior liberdade e pelo fim da censura.
- Produção de romances, filmes e programas de televisão controversos.
- Ênfase na "legalidade social" e na "democracia socialista"; ênfase no federalismo, em oposição ao centralismo (dirigida à Eslováquia).
- Expansão da liberdade comercial e um papel mais destacado para conselhos econômicos e de trabalhadores, assim com para os sindicatos.
- Eliminação da censura na imprensa, rádio e televisão, com maior liberdade para atividades artístico-culturais.
- Formação de partidos não-comunistas controlados e de clubes e organizações políticas, tal como o Clube 231.
- Confraternizações de ex-prisioneiros políticos.
- Adoção de novas leis sobre a reabilitação política.
- Demonstrações estudantis controladas.
- Reuniões secretas do Comitê Central e a escolha de novos líderes. Novos e "progressistas".

Parte II – Capítulo 19

Objetivos da “Revolução Silenciosa”

A encenação da “revolução silenciosa” e a sua reversão serviram a uma variedade de objetivos táticos e estratégicos. Estes podem ser resumidos da seguinte forma:

- Dar uma imagem nova e democrática ao partido, as suas instituições e aos seus líderes, resultando no aumento de sua influência, prestígio e apelo popular.
- Revitalizar o partido, o regime e as instituições – tal como a Frente Nacional, os sindicatos, a imprensa e o parlamento – e torná-los órgãos eficazes de poder e controle da vida econômica e política do país.
- Evitar uma crise genuína e uma revolta popular, pela provocação de uma crise artificial, controlada em cadeia, através da ação coordenada do partido, dos serviços de segurança, dos intelectuais, dos sindicatos e de outras organizações de massa.
- Evitar que a crise controlada saísse de controle, que foi mantido pela entrada das tropas do bloco na Checoslováquia; esse movimento já estava combinado antecipadamente entre os líderes checoslovacos e do bloco.
- Demonstrar a inutilidade de qualquer oposição e a impotência da OTAN e dos Estados Unidos ao não intervirem.
- Provocar genuína oposição interna e externa, a fim de expô-la e em seguida, neutralizá-la ou liquidá-la. (O regime pode ter considerado conveniente se livrar de um bom número de genuínos anticomunistas ao conceder, durante pouco tempo, a liberdade de ir e vir).
- Praticar o uso das tropas do Pacto de Varsóvia na “estabilização” de um país membro, caso surgisse a necessidade de usá-las em algum outro estado comunista “independente”, como p.ex., a Romênia, a Albânia ou a Iugoslávia.
- Assegurar uma sucessão suave, da mais velha para a mais nova geração de líderes comunistas.
- Garantir a contínua identificação e total comprometimento dos líderes mais jovens com a política de longo alcance do bloco, iniciado pelos líderes mais velhos.

- Prover aos líderes mais jovens a experiência no trato de acontecimentos políticos controlados.
- Aumentar o prestígio dos líderes, internamente e no exterior, ao retratá-los como líderes democráticos nacionais e independentes.
- Diminuir a disparidade de aspirações existente entre as gerações, apelando em particular para os sentimentos nacionais da geração mais jovem.
- Dar apoio e amplificar a desinformação estratégica do bloco sobre a evolução política, a decadência da ideologia, a emergência de novas variedades de comunismo e a desintegração do bloco em regimes nacionais e independentes.
- Dar aos regimes da Romênia e da Iugoslávia uma oportunidade de demonstrar independência ao criticar a ocupação da Checoslováquia.
- Fazer o mesmo por certos partidos comunistas europeu-ocidentais.
- Tornar possível a aqueles partidos o incremento de seu apelo eleitoral pela identificação com o "socialismo com uma face humana".
- Insuflar um sentimento contra os pactos militares na Europa.
- Aumentar a pressão sobre o Ocidente no sentido de convocar uma conferência sobre a segurança na Europa, sendo que o interesses comunistas são: a dissolução dos pactos militares, a criação de uma Europa socialista e neutra e o fim da presença militar americana.
- Prover as bases para o posterior descrédito de políticos ocidentais (especialmente os conservadores) e dos serviços diplomáticos e de inteligência ocidentais, ao induzi-los a erros sobre a "democratização", promovendo assim a distorção e descrédito de sua respectivas avaliações. Esse descrédito ficaria patente através da súbita invasão da Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia.
- Praticar e ganhar experiência para a repetição da "democratização" na Checoslováquia, na União Soviética ou em qualquer outro lugar da Europa Oriental durante a fase final da política de longo alcance do bloco.

Parte II – Capítulo 20

A Segunda Operação de Desinformação: A "Evolução" do Regime Soviético, Parte 2: O Movimento "Dissidente"

As expectativas e esperanças ocidentais quanto a uma liberalização na União Soviética, fomentadas pelas operações de desinformação no início dos anos 60, foram em grande medida frustradas pela intervenção soviética na Checoslováquia em 1968, a qual marcou a volta a uma forma de neoestalinismo na União Soviética associada à figura de Brezhnev. Mas essa nova variedade de estalinismo parecia ser incapaz de esconder ou de controlar as forças de oposição internas. O Ocidente foi testemunha da emergência não só de dissidentes individuais, mas de um "movimento dissidente" inteiro, com um líder não-oficial na pessoa de Andrey Sakharov, membro da Academia de Ciências. Sakharov apresentava a notável capacidade de sobreviver à perseguição do regime e ainda manter a comunicação com o Ocidente. O fenômeno só pode ser compreendido à luz da história e da nova metodologia.

A oposição genuína ao sistema comunista na União Soviética no período entre 1958 e 1960, quando a nova política de longo alcance estava sendo elaborada, era muito intensa e enraizada. A insatisfação era generalizada entre os operários, trabalhadores de fazendas coletivas, padres e intelectuais. Era particularmente forte entre os ucranianos, letões, lituanos e judeus nacionalistas. A oposição rejeitava o regime soviético em princípio, quer este fosse moral ou político. Seus membros não acreditavam na possibilidade de "evolução"; eles acreditavam firmemente que a liberdade viria somente através de uma nova revolução, da derrubada do regime e da dissolução do partido comunista. Eles não se auto-intitulavam dissidentes e nem eram descritos como tais pelo regime. Nos documentos do partido e da KGB, eram conhecidos como "inimigos do povo".

Parte II – Capítulo 20

A KGB tinha a capacidade de impedir e neutralizar contatos entre o Ocidente e os genuínos oponentes do regime; a publicação de material considerado hostil aos interesses da União Soviética era suprimida com eficácia. Dois exemplos, conhecidos do autor em 1961, ilustram esse ponto. Naquele ano, um destacado autor e jornalista soviético, V. Grossman, escreveu um livro anti-soviético e tentou publicá-lo no exterior. A idéia apresentada pelo livro era a de que a principal falta da liderança soviética não foi o culto a Stálin, mas o culto a Lênin e a suas obras. Grossman entregou o manuscrito pessoalmente a Sulman, ex-embaixador sueco e decano do corpo diplomático em Moscou. A KGB ficou sabendo disso e um grupo de operações especiais foi montado; de acordo com instruções específicas de Shelepin, o manuscrito deveria ser recuperado por quaisquer meios disponíveis. O Politburo preocupava-se com os efeitos que a publicação de tal livro no mundo não-comunista poderia ter sobre os partidos comunistas estrangeiros, especialmente quando a nova política de longo alcance acabava de ser adotada. Em poucos dias Shelepin entregou

o manuscrito ao Politburo. Naquela época, o Ocidente nem sequer soube do caso.

No mesmo ano, um proeminente cientista chamado Zagormister, que havia sido vice-ministro de geologia e que teve acesso a importantes informações secretas quanto a questões nucleares na União Soviética, enquanto estava em visita à Finlândia pediu asilo político à Embaixada de Israel em Helsinque. Seu pedido foi recusado e ele foi encaminhado à polícia finlandesa para assistência. Através de suas fontes secretas na Finlândia, a Rezidentura da KGB em Helsinque recebeu um relatório que dava conta de que um importante funcionário soviético tinha tentado desertar para o Ocidente e que havia solicitado a ajuda das autoridades finlandesas. A KGB interveio. Zagormister foi entregue ao cônsul soviético, Sergeyev, um oficial da KGB, que o

fez voltar à União Soviética num carro da embaixada. Zagormister foi interrogado pela KGB já em Moscou.

Ele morreu vítima de ataque cardíaco quando lhe mostraram uma cópia da transcrição da conversa que teve com a polícia finlandesa. Novamente, a imprensa ocidental de nada soube e nada foi publicado sobre esse trágico incidente.

A séria ameaça que a oposição real oferecia ao regime requeria medidas especiais. As preparações feitas pelo Comitê Central e pela KGB para enfrentar este e outros problemas, já foram descritas. Elas se baseavam nas técnicas de profilaxia e de provocação política, usadas com êxito por Dzherzinski nos anos

20.
Em poucas palavras, a GPU de Dzherzinski, em face do problema de uma forte oposição interna apoiada e explorada por exilados e por governos ocidentais, criou um falso movimento de oposição conhecido como a "Truste", o qual foi usado para expor, confundir, desacreditar e neutralizar a genuína oposição interna e externa. Os exilados e os serviços de inteligência ocidentais caíram na armadilha da GPU e acabaram por apoiar a "Truste", isolando do mundo exterior os verdadeiros opositores do regime. Além disso, através da "Truste" o sistema soviético conseguiu projetar com sucesso uma imagem de regime em evolução na direção de um sistema mais convencional, nos moldes europeus, o que ajudou os líderes soviéticos na realização de seus objetivos diplomáticos, tais como o reconhecimento das maiores potências européias e da China e relações mais estreitas com esses mesmos países, além da absorção de know-how ocidental em vários domínios econômicos e, através do Tratado de Rapallo, a garantia do fornecimento de ajuda militar da Alemanha.

A aplicação da nova metodologia de análise à emergência do atual movimento dissidente, implica em levar em conta:

•
Todos os indícios de um retorno às técnicas de Dzherzinski quanto à desinformação e provocação política, seguindo o padrão "fraqueza e evolução", e em particular, a defesa de tais métodos por Mironov e Shelepin.

Parte II – Capítulo 20

- As instruções específicas dadas por Mironov e Shelepin à KGB em 1959, para que esta usasse para fins políticos o seu ampliado potencial de inteligência entre cientistas, escritores e outros intelectuais e também para que preparasse operações e experimentos políticos destinados a dissolver qualquer oposição interna na União Soviética.
- O papel estratégico desempenhado pelos agentes de influência da KGB entre os cientistas soviéticos durante os anos 60, na promoção do conceito de existência de interesses comuns entre a União Soviética e os Estados Unidos.
- O debate que houve nos anos 60 entre escritores "liberais" e "conservadores"; debate todo ele controlado e inspirado pela KGB através dos agentes Tvardovskiy e Kochetov.
- Os conhecidos recursos humanos da KGB entre cientistas, escritores e outros intelectuais em 1960 e a probabilidade de uma expansão desses recursos desde então.
- O proeminência de cientistas e escritores no movimento dissidente.

Se todos esse fatores forem mantidos em mente, não pode haver dúvida razoável de que o movimento dissidente como um todo, é um falso movimento de oposição controlado pela KGB, operando analogamente à "Truste". Muitos de seus principais membros são ativos e voluntários colaboradores do Comitê Central e da KGB. Somente se esta interpretação for aceita, será possível explicar porque um regime totalitário e neoestalinista permitiria a proeminentes figuras da "oposição" um certo grau de liberdade de contato com o Ocidente e uma certa liberdade de movimento. Obviamente, é mais do que provável que alguns dissidentes comuns sejam pessoas honestas que se viram envolvidas no movimento sem se darem conta de que seriam exploradas e ao fim, tornadas vítimas. O movimento não estaria cumprindo sua função interna caso não conseguisse atrair inocentes.

Parte II – Capítulo 20

O principal propósito aparente do movimento é envidar esforços em prol da democratização, dos direitos humanos e do cumprimento dos acordos de Helsinque. A impressão geral criada no Ocidente é a de uma luta espontânea e bem enraizada entre os partidários conservadores do regime e cientistas, escritores e outros intelectuais liberais. Naturalmente se ergue uma onda de intensa indignação, simpatia e identificação ocidentais quando há notícias de que "dissidentes" como Sakharov estão sendo perseguidos, detidos e sentenciados à prisão ou ao exílio sem julgamento. As emoções se agitam ainda mais pela deliberadamente projetada conexão entre os problemas dos dissidentes soviéticos e aqueles dos judeus soviéticos. Talvez seja

o emocionalismo da reação ocidental que encubra a visão do fato de que muito do conhecimento ocidental sobre o movimento dissidente, é cortesia das autoridades soviéticas.
O crescimento do movimento dissidente é visto freqüentemente como fruto da détente Leste-Oeste nos anos 60. A despeito da atual e aparente perseguição dos dissidentes, as esperanças e expectativas do Ocidente quanto a uma futura liberalização do regime na União Soviética, acabaram amarradas à possibilidade de sucesso de sua "luta heróica". Na verdade, tanto o movimento dissidente como a notória e ostensiva perseguição deste pelas autoridades soviéticas, são largamente artificiais. Ambos fazem parte da deliberada montagem do palco para a fase final da política de longo alcance do bloco. Esta fase pode ser esperada para acontecer assim que Brezhnev saia da cena política, e é provável que inclua uma falsa liberalização do regime, tornada plausível pela "reabilitação" dos atuais líderes dissidentes.

O paralelo entre o movimento dissidente e a "Truste", obviamente não é exato. As condições mundiais mudaram profundamente nos cinqüenta anos que os separam. Nos anos 20, Lênin, Dzherzinski

e a GPU estavam lutando pela sobrevivência do comunismo em um país. Nos anos 60 e 70, dissidências de diferentes tipos vieram a ser exploradas por todo o bloco comunista, notadamente na Checoslováquia em 1968. Movimentos dissidentes são discerníveis em outros lugares da Europa Oriental e até mesmo na China.

O presente capítulo se restringirá ao exame de um líder dissidente não-oficial, Sakharov, que agora vive em exílio interno na cidade de Gorky.

Sakharov

Sakharov é um cientista de renome, cujos serviços prestados no passado ao regime soviético no desenvolvimento de armas nucleares são reconhecidos oficialmente. Na qualidade de um dos principais assessores científicos do governo soviético, ele deve ter tido acesso aos mais sensíveis segredos nucleares e a uma visão da estratégia nuclear e das relações soviéticas com outros estados comunistas no campo nuclear, incluindo a China. É inconcebível que se ele estivesse seriamente em conflito com o regime, e portanto, fosse um risco à segurança, ainda lhe fossem permitidas oportunidades, como as que de fato teve, de contato com amigos e colegas ocidentais. Mesmo de seu "exílio" em Gorky, ele foi capaz de transmitir suas idéias e opiniões ao Ocidente, através de intermediários e de correspondência. A única conclusão consistente com esses fatos é a de que Sakharov é ainda um leal servidor do regime, cujo papel agora é o de um porta-voz graduado da desinformação a serviço dos estrategistas soviéticos.

O tema dos "interesses comuns" entre Leste e Oeste, desenvolvido pelos agentes de influência soviéticos nos anos 60, expandiu-se depois de 1968 e mais notavelmente nos escritos de Sakharov, avançando e atingindo o conceito de "convergência" entre os sistemas comunista e não-comunista.

Antes de examinar as declarações de Sakharov, deve ser feira breve referência ao movimento "Mudança de Sinalização",

descrito anteriormente. Os simpatizantes desse movimento afirmavam que o regime soviético estava evoluindo de um modelo de estado ideológico para um modelo de estado convencional, nacional e capitalista. Portanto, argumentavam, os exilados antibolchevistas que pertenceram ao "Exército Branco", ou mais genericamente, ao "Movimento dos Russos Brancos", não deveriam mais lutar contra o regime soviético, mas sim, cooperar com este, de modo a encorajar o desenvolvimento dessas tendências. O movimento teve efeito significativo tanto sobre os exilados russos quanto sobre os governos ocidentais com os quais mantinha contato, resultando na criação de condições favoráveis ao reconhecimento diplomático do regime soviético e em ajuda econômica do Ocidente. Mas os simpatizantes do movimento "Mudança de Sinalização" estavam enganados. O reconhecimento diplomático e a ajuda econômica não resultaram na evolução da União Soviética na direção de um estado convencional, nacional e capitalista. Ao contrário, o regime soviético emergiu dos anos 20 mais forte, mais agressivo e mais ideológico que antes. Os simpatizantes do movimento "Mudança de Sinalização" acabaram expostos ao descrédito, como profetas falidos.

Os teóricos ocidentais da convergência estão, ingênua e inadvertidamente, aceitando basicamente a mesma mensagem de desinformação que os antigos simpatizantes da "Mudança de Sinalização" aceitaram, ou seja, a de que a influência da ideologia comunista está em declínio, que os regimes comunistas se aproximam mais e mais do modelo ocidental e que há sérias possibilidades de que mudanças ulteriores venham provar-se favoráveis aos interesses do Ocidente.

Nos anos 20, o regime conduziu a mensagem através do movimento dos exilados. De 1958 em diante, foram usados cientistas soviéticos. Nos anos 20, a mensagem enfatizava a tendência natural do regime soviético de se afastar da ideologia e se aproximar de um sistema capitalista. Nos anos 60, os argumentos eram bastante diferentes. Expoentes da convergência argumentavam que, sob a influência da revolução tecnológica, a União Soviética estava desenvolvendo similaridades estruturais com o Ocidente; tais similaridades forneciam uma base para

afirmar a existência de interesses comuns entre os dois sistemas. Outros fundamentos para sustentar a afirmação da existência de interesses comuns, brotaram do desenvolvimento de armas nucleares e da necessidade de evitar um conflito nuclear Leste-Oeste. Nos anos 60, também se argumentou que a existência de contenciosos sino-soviéticos e a moderação soviética comparada à postura comunista militante chinesa, criavam um interesse comum entre a União Soviética e o Ocidente na resistência ao "Perigo Amarelo" que vinha do Oriente.

Uma vez que a noção de evolução genuína no mundo comunista é infundada, não há base para afirmar que esse esteja convergindo para posições similares às do Ocidente. E considerando que os contenciosos sino-soviéticos são produto de desinformação sino-soviética conjunta, não há fundamento para afirmar a existência de convergência de interesses soviéticos com os do Ocidente e muito menos de divergência entre a União Soviética e a China. As noções de convergência e de interesses comuns foram moldadas pela desinformação comunista, visando atender os interesses da política de longo alcance comunista. A teorias ocidentais de convergência são elas mesmas construídas, em larga medida, com base na aceitação sem reservas da desinformação comunista.

O desejo ocidental pela convergência entre os sistemas comunista e não-comunista é, em grande medida, sincero. Há uma genuína, intensa e legítima preocupação quanto a evitar um conflito nuclear Leste-Oeste. Há, portanto, uma predisposição ocidental em aceitar a autenticidade da dissensão de Sakharov, tal como expressa, por exemplo, em seu tratado, que supostamente circulou clandestinamente pela União Soviética e então foi publicado não-oficialmente no Ocidente, sob o título "Progress, Coexistense and Intellectual Freedom", e também através do livro posterior "Sakharov Speaks".174

No Ocidente, a aceitação de falsas percepções de convergência foi muito comum e bastante difundida. A

174 "Sakharov Speaks", Andrey D. Sakharov, ed. Harrison E. Salisbury (Londres: Collins & Harvill Press, 1974)

credulidade quanto à autenticidade dos desentendimentos fabricados entre a União Soviética e a China, foi quase universal. As falsas noções inspiradas nesses engodos, levantaram expectativas entre os formuladores da política ocidental e o público em geral quanto a efetivas melhorias nas relações entre a União Soviética e o Ocidente, nos anos 60 e entre a China e o Ocidente, nos anos 70. Independente da questão sobre se os expoentes ocidentais da convergência entenderam ou não a influência que recebiam – e a maioria nem percebeu – persiste o fato de que suas atitudes foram moldadas pelo bloco comunista e seu esforço de desinformação, cujo objetivo maior era o de criar condições favoráveis para a consecução dos objetivos estratégicos da política de longo alcance do bloco.

As principais linhas da argumentação de Sakharov sobre a convergência, estão expressas em "Convergence of Communism and Capitalism – The Soviet View" e em "Sakharov Speaks".175 Neles, Sakharov se preocupa com a aniquilação da humanidade e logo oferece "uma alternativa melhor". Então, ele divide acontecimentos mundiais presentes e futuros em vários estágios que se sobrepõem. No primeiro estágio "uma crescente luta nos países socialistas, entre forças estalinistas e maoístas, de um lado, e forças realistas, representadas por comunistas leninistas (e esquerdistas ocidentais), de outro, levará a uma profunda ruptura ideológica, nas escalas intrapartidária, nacional e internacional." De acordo com Sakharov, "[...] na União Soviética e em outros países socialistas, este processo levará primeiro a um sistema multipartidário (aqui
e
ali) e a agudas lutas e discussões
ideológicas e então, à vitória ideológica dos realistas, reafirmação da política de coexistência pacífica, fortalecimento da democracia e abrangentes reformas econômicas (19601980)". 176 As datas "[...] refletem a expectativa mais otimista quanto ao desenrolar dos acontecimentos".

175 "Convergence of Communism and Capitalism – The Soviet View", Leon Goure, Foy D. Kohler, Richard Soll e Annette Stiefbold (Miami: Florida Center for International Studies, University of Miami, 1973), pp. 44-46; "Sakharov Speaks", pp. 107 et seq.
176 "Sakharov Speaks", à p. 108, dá essas datas como sendo 1968-80

Sakharov continua: “[...] No segundo estágio, as persistentes demandas por progresso social e coexistência pacífica nos Estados Unidos e em outros países capitalistas, além da pressão exercida pelo exemplo dos países socialistas e da pressão interna das forças progressistas (a classe trabalhadora e a intelligentzia), levarão à vitória da ala reformista e esquerdista da burguesia, que iniciará a implementação de um programa de reaproximação (convergência) com o socialismo, i.e., progresso social, coexistência pacífica e colaboração com o socialismo em escala mundial e mudanças na estrutura de propriedade. Esta fase inclui um papel mais abrangente para a intelligentzia (pessoas como ele mesmo) e um ataque às forças do racismo e do militarismo (1972-85)”.

“[...] No terceiro estágio, a União Soviética e os Estados Unidos, tendo superado seu estranhamento, resolverão o problema de salvar a metade mais pobre do mundo. [...] Simultaneamente, o desarmamento prosseguirá (1972-90)”.

“[...] No quarto estágio, a convergência socialista reduzirá as diferenças na estrutura social, promoverá a liberdade intelectual, a ciência e o progresso econômico. Levará à criação de um governo mundial e à redução das contradições nacionais (1980-2000)”.177

Não se pode criticar Sakharov por sua preocupação quanto à possibilidade de um conflito nuclear. O que é perturbador é que sua argumentação sobre a convergência vai muito além das teorias ocidentais. Ele concebe a convergência em termos comunistas, às expensas do Ocidente. Partindo de sua argumentação, é inevitável concluir que ele aceita a ruptura sino-soviética como intrinsecamente genuína, e mais, como um catalisador do realinhamento das forças mundiais.

Para entender o verdadeiro significado das declarações de Sakharov, o seu papel deve ser examinado à luz do Relatório Shelepin e da política de longo alcance adotada entre 1958 e 1960. Foi exatamente nesse período que Sakharov começou a emergir como figura pública na União Soviética. Na qualidade de principal porta-voz do chamado movimento dissidente, ele tinha todos os

177 “Sakharov Speaks”, pp. 107 et seq.

traços de um provocador político. Se ele fosse um dissidente de verdade, ele não teria tido as oportunidades que teve de fazer contato com amigos e colegas ocidentais. Mais ainda, como membro da Academia de Ciências e trabalhando no campo nuclear, Sakharov teria acesso – já no nível de formulação política

- aos debates sobre estratégia nuclear e isso à mesma época em que a nova política de longo alcance estava sendo formulada e implementada e o uso da desinformação estava sendo lançado. Ele teria plena ciência do verdadeiro estado das relações sinosoviéticas no campo nuclear, assim com em outras áreas.

Considerado o caráter total do programa de desinformação, qualquer pronunciamento de um cientista soviético acerca de questões estratégicas deve ser considerado, obrigatoriamente, como tendo sido feito sob as instruções do regime.

Além disso, Sakharov deveria saber muito bem que a liberalização na União Soviética viria não nos termos em que ele sugere, ou seja, como um acontecimento espontâneo, mas em absoluta concordância com um projeto cuidadosamente elaborado pelo regime. Se ele fosse um autêntico dissidente, teria revelado a verdade. Que ele não o tenha feito, leva à conclusão de que estava agindo secretamente como um porta-voz do regime, tendo sido escolhido para a tarefa em função da força natural de seu apelo e influência entre os cientistas e liberais ocidentais.

Parte II – Capítulo 20

Sakharov fez previsões de mudanças na União Soviética e em outros países socialistas. Segundo ele, essas mudanças revelarse-ão no surgimento de um "sistema multipartidário, aqui e ali"e de discussões ideológicas entre "estalinistas"e"realistas" ou "leninistas". Nesta luta, Sakharov prediz a vitória dos realistas (os leninistas) que, de acordo com ele, reafirmarão a "política de coexistência pacífica, fortalecimento da democracia e expansão das reformas econômicas". Essas mudanças futuras no sistema soviético são vistas por Sakharov como a continuação natural dos atuais acontecimentos políticos e da reformas econômicas já em curso.

Fazendo a leitura dessas previsões de Sakharov como o produto da desinformação soviética, a conclusão que se pode obter é que alguns de seus pronunciamentos refletem o possível curso futuro das ações comunistas e o cronograma destas ações. Assim, é de se esperar por mais reformas econômicas e políticas no bloco, e essas serão, mais uma vez, usadas para propósitos de desinformação. Tais reformas apresentarão pretensos "incrementos democráticos" e outras semelhanças superficiais com os sistemas ocidentais e serão acompanhadas por mais demonstrações do suposto conflito sino-soviético. De 1980 em diante, uma "expansão da democracia" pode ser esperada na União Soviética e em outros países do bloco. Esta seria a continuação lógica e a culminação da desinformação das duas décadas precedentes e significaria a implementação da fase final da política de longo alcance no interior do bloco. Nesta fase, alguns dos atuais "dissidentes" e "liberais", tais como o próprio Sakharov, na União Soviética e Dubcek, na Checoslováquia – líderes supostamente perseguidos por seus regimes – podem vir a tornar-se o novos líderes dos novos "partidos democráticos" em seus respectivos países. Naturalmente, permanecerão sob a tutela e controle secretos de seus partidos comunistas, mas a sua emergência como os líderes de novos partidos será considerada no Ocidente como a nova e sensacional evidência de uma verdadeira liberalização dos

regimes comunistas e a nova base para a realização prática da convergência entre os dois sistemas, como prevista por Sakharov.

Entendendo os escritos de Sakharov como peças de desinformação e decodificando suas mensagens sob essa luz, pode ser previsto que o bloco comunista avançará na exploração da fictícia ruptura sino-soviética, levando-a ao extremo -mas também fictício -do rompimento de relações diplomáticas e a hostilidades de fronteira de impacto ainda maior que as anteriores. Tudo isso pode resultar num realinhamento das forças internacionais, em detrimento dos interesses do Ocidente e favoráveis à política de longo alcance do bloco.

Sakharov também prevê mudanças no Ocidente, particularmente nos Estados Unidos, "sob a pressão dos estados socialistas e das forças progressistas internas", essas baseadas nos EUA e em outros países ocidentais. "A ala reformista e esquerdista da burguesia vencerá e começará a implementar um programa de reaproximação (convergência) com o socialismo". Progresso social e mudanças na estrutura de propriedade serão introduzidas. Um elemento "reformista esquerdista" também iniciará a colaboração com o socialismo em escala mundial. Ocorrerão mudanças forçadas na estrutura política e militar. Durante a segunda fase (1972-85), o papel da intelligentzia (intelectualidade engajada) será expandido e "será desferido um ataque às forças do racismo e militarismo".

Novamente, fazendo a leitura das previsões de Sakharov como peças de desinformação que são, pode ser deduzido que o bloco e seus aliados políticos e ideológicos planejam ações futuras que assegurem verdadeiras mudanças no Ocidente, de um tipo tal como o descrito por Sakharov. O propósito dessas ações é o de estabelecer sistemas políticos no Ocidente que se aproximem mais e mais do modelo comunista. As mudanças planejadas para o sistema comunista serão ilusórias e fictícias; aquelas planejadas para o Ocidente, serão reais e muito verdadeiras. Este ó significado da "convergência" na linguagem comunista.

É notável e perturbador que Sakharov, um suposto intelectual soviético dissidente, nas referências que fez ao "racismo e militarismo" dos Estados Unidos, não somente tenha

usado a mesma linguagem dos propagandistas comunistas quanto ao atual sistema americano, mas tenha ido além, ao identificar-se com a substância mesma das projeções da política de longo alcance, notadamente pela exploração que fez dessas questões, dando a impressão de estar trabalhando abertamente pela consecução daquelas projeções.

O pormenor que mais chama a tenção no raciocínio de Sakharov é a sua escolha de datas, especialmente 1960-80, período no qual ele prevê a expansão da democracia política e as reformas econômicas nos países socialistas; e 1972-85, no qual ele prevê a ocorrência de mudanças forçadas na política e na estrutura militar dos Estados Unidos.178 Ou seja, suas datas coincidem aproximadamente com as datas da adoção da nova política (195860) e com a data para o começo da sua fase final, ao redor de 1980. Esta não é uma coincidência fortuita, posto que Sakharov, o porta-voz secreto dos estrategistas comunistas e o defensor secreto de sua política de longo alcance, está na verdade buscando inspirar e promover tendências no pensamento ocidental acerca da convergência; tendências que coincidam com seus desígnios e planos. Lidas como desinformação e então decifradas, suas previsões de convergência são previsões da vitória da política de longo alcance do bloco e da rendição do Ocidente, com um mínimo de resistência. Este é o verdadeiro significado da sua "a expectativa mais otimista quanto ao desenrolar dos acontecimentos".

Em essência, o conceito de convergência de Sakharov prevê as mesmas conseqüências para o Ocidente acerca das quais o autor deste livro deseja lançar um alerta. Sakharov vê as conseqüências e resultados como "otimistas" e resultantes de acontecimentos espontâneos, tais como a ruptura sino-soviética e as "reformas políticas e econômicas" nos países comunistas. Sakharov deseja esses resultados. O propósito deste livro é explicar os perigos que esses resultados representam para o Ocidente, pois de espontâneos, nada têm. Seriam, sim, o resultado da implementação da política de longo alcance do bloco (1958-60), na qual é feito o uso

178 Ver nota 3. Ibid.

calculado de rupturas fictícias e de evolução e reformas fraudulentas, com a ajuda intencional ou não de cientistas e intelectuais soviéticos, a exemplo de Sakharov e outros.

A atitude oficial comunista quanto às teorias de convergência está descrita em "Convergence of Communism and Capitalism – The Soviet View". De acordo com esse livro, os soviéticos atacam as teorias da convergência, tanto aquelas de especialistas ocidentais quanto a de Sakharov. Os líderes soviéticos descrevem a convergência como uma "forma insidiosa de subversão ocidental" e como uma "nova forma ´positiva` de anticomunismo".

Os soviéticos dizem que a disseminação das idéias de convergência nos países ocidentais foi elevada "ao nível de política governamental". Na perspectiva soviética oficial, as teorias de convergência têm dois objetivos: o primeiro é o de "renovar" o capitalismo; o segundo é o de retratar um "abrandamento ou enfraquecimento do comunismo". Ou seja, os soviéticos vêem o primeiro objetivo como a defesa do capitalismo e o segundo, como um esforço para subverter o comunismo. Os soviéticos escolhem como alvos de crítica tanto as teorias de "bridge-building" 179 e as teorias da sociedade "industrial" e "pósindustrial" , quanto os proponentes das mesmas, Leonhard, Fourastie, Aron, Galbraith, Marcuse, Kahn, Brzezinski, Bell e outros. Bell é alvo preferencial por suas teorias sobre as similaridades nas mudanças das forças armadas de sistemas opostos em decorrência da revolução científico-tecnológica. Os soviéticos demonstram preocupação quanto aos efeitos das teorias de convergência sobre a juventude e sobre cientistas e outros intelectuais. Sakharov é dado como um exemplo de alguém que caiu sob o feitiço das teorias de convergência ocidentais e que mais tarde "apresentou suas próprias teorias de reaproximação entre os dois sistemas". Um outro físico, Kapitsa, é mencionado como alguém que "subscreveu a um bom número de opiniões de Sakharov". 180

179 N.T.: Promoção de relações amistosas entre países antagônicos.
180 Não está claro porque Sakharov e Kapitsa, ambos tão francos em suas manifestações, não tenham sido expulsos da Academia Soviética de Ciências,

Parte II – Capítulo 20

Há um capítulo em “Convergence of Communism and Capitalism – The Soviet View”, sob o intrigante título “Moscow´s Use of Convergence for Its Own Ends” 181. Os autores dizem que os líderes soviéticos consideram o conceito de convergência útil como um ponto de partida “para o ´rejuvenescimento´ da educação ideológica na União Soviética” . Trabalhadores filiados ao partido são instados a refutar “os novos mitos da propaganda imperialista” ea “ascender a níveis mais altos de compreensão da ´riqueza e validade eterna` do marxismo-leninismo”. Os autores afirmam que as teorias da convergência fornecem um “nítido contraste que estimula e...adiciona um tempero agradável” às campanhas ideológicas soviéticas. Ainda segundo os autores do referido livro, mais relevante ainda é o fato de que as teorias mesmas fornecem “o argumento mais significativo” às argumentações de Moscou de que “a URSS continua sob o cerco de um inimigo implacável e perigoso, a despeito de alegações soviéticas de que o ‘cerco capitalista’ é coisa do passado e que... a balança do poder mundial já pendeu irrevogavelmente a favor da URSS”.

As agências de inteligência e propaganda americanas e também a Embaixada dos Estados Unidos foram todas atacadas pela KGB na imprensa soviética, acusadas de disseminar idéias sobre a convergência e por usar o turismo e intercâmbios científico-tecnológicos com o propósito de subverter cidadãos soviéticos, especialmente cientistas e jovens. Esta “ameaça” à segurança do sistema soviético foi explorada como justificativa do regime para a intensificação dos controles sobre a sociedade soviética. O ataque soviético à convergência estava ligado aos ataques aos nacionalistas ucranianos, sionistas e a grupos religiosos na União Soviética e no exterior. De acordo com os

ainda que Sakharov, pelo menos supostamente, tenha sido destituído de seus prêmios e honrarias oficiais. Mas por alguma outra inexplicável razão, isso só ocorreu em janeiro de 1980.

181 N.T: “O uso que Moscou faz da convergência para seus próprios fins”

autores, entre os proponentes das teorias de convergência os analistas soviéticos fazem distinção entre os "inimigos", que usariam o conceito para propósitos subversivos, os "idealistas", categoria que incluiria destacados cientistas e partidários da paz e "opositores do militarismo". Os "idealistas", dentre os quais se destaca o Professor Galbraith, são vistos como "alvos promissores" para a influência soviética.

Considerando que os autores de "Convergence of Communism and Capitalism – The Soviet View" não levam em conta o uso da desinformação no passado, nem a adoção da nova política do bloco entre 1958 e 1960, ou sequer o novo papel político e de desinformação atribuído aos cientistas soviéticos já àquela época, sua explicação do uso das teorias de convergência na política soviética corrente é incompleta. O real significado dos ataques soviéticos à convergência pode ser entendido mais completamente à luz dos antecedentes históricos, da análise das declarações de Sakharov já feitas neste livro e da conclusão de que ele age como um agente de influência soviético e, portanto, como um canal para a desinformação soviética.

De meados dos anos 60 em diante, os regimes comunistas intensificaram a doutrinação ideológica de suas próprias populações, em preparação para a fase final da política, prevista para o início dos anos 80. Entre 1966 e 1967, houve uma renovada campanha de doutrinação militar e ideológica na União Soviética, quase simultaneamente e similar em conteúdo à Revolução Cultural na China e ao ataque à "contra-revolução" na Checoslováquia em 1968. Ao mesmo tempo em que intensificavam o seu programa interno de doutrinação, os líderes comunistas buscavam proteger suas populações da influência negativa das idéias ocidentais e do alastramento de sua própria desinformação. Ou seja, ao ajudar a moldar as teorias de convergência ocidentais, os comunistas lançaram um bumerangue em potencial contra o Ocidente. Logo, trataram de evitar que esse se voltasse sobre a sua própria população. Isso lhes dava boas oportunidades de "expor e atacar a subversão ideológica e os truques da propaganda ocidental". Não havia nada de novo nessa técnica: era um exemplo típico de provocação política. Prova disso

é que ao mesmo tempo em que as idéias do movimento “Mudança de Sinalização” eram moldadas pela desinformação soviética nos anos 20, essas mesmas idéias eram atacadas pelos propagandistas soviéticos como se fossem subversão ideológica ocidental. O movimento foi ativamente explorado na supressão da oposição interna. A diferença entre aquela época e agora, está no escopo mais amplo e na sofisticação maior de tais provocações, além de agora serem praticadas por todo o bloco comunista.

Portanto, os ataques soviéticos às teorias de convergência têm, primeiro, um propósito defensivo e doméstico. Segundo, eles servem a objetivos estratégicos de política externa, pois ajudam a construir no Ocidente a crença de que essas teorias são uma arma sólida e eficaz para o enfrentamento do desafio comunista. Os estrategistas comunistas esperam e calculam que o efeito de suas críticas à convergência serão interpretadas no Ocidente como a evidência de sua preocupação quanto ao impacto e eficácia de tais teorias sobre os seus próprios regimes e em particular, sobre os cientistas do bloco. Sua intenção é de que tais críticas possam induzir os propagandistas ocidentais a continuar e intensificar seus esforços em promover e fomentar teorias de convergência, em vez de mudar o objeto desses esforços, focando-os em temas menos irracionais e potencialmente mais perigosos para o bloco.

O terceiro propósito das críticas soviéticas a Sakharov e à convergência pode ser entendido como um esforço soviético de fortalecer a credibilidade de Sakharov e de outros como ele no Ocidente, fazendo-os passar por opositores e mártires genuínos do atual sistema soviético, heróicos em sua dissensão autêntica. Ao discriminar a convergência como doutrina de “oposição”, os soviéticos podem atingir maior impacto estratégico no Ocidente com a apresentação de seu próprio conceito de convergência, em seus termos e conforme as suas conveniências.

À luz da política de longo alcance do bloco e do uso da desinformação em apoio a esta, é possível perceber que as noções de interesses comuns e de convergência não se desenvolveram espontaneamente no Ocidente, mas são o reflexo e resultado das operações de desinformação comunistas, cuja influência foi inadvertidamente absorvida pelos expoentes ocidentais daquelas

idéias. As teorias de convergência são irrealistas porque lhes faltam fundamentos. As impressões de que a ideologia comunista está declinando, de que a União Soviética está evoluindo de um modelo de estado ideológico para um modelo convencional de estado nacional, de que há um embate entre a União Soviética e a China e de que o bloco comunista está se desintegrando, são todas falsas. Estas impressões são produto das operações de desinformação do bloco, as quais esconderam a verdadeira situação com sucesso. Desde o período entre 1958 e 1960, a ideologia comunista nos países do bloco foi revitalizada, restaurada e intensificada; à burocracia comunista foi dado um novo e construtivo propósito; a ainda que secreta, mas real e eficaz coordenação entre os países comunistas, especialmente entre a União Soviética e a China, foi levada a cabo com base na política de longo alcance. Seja intencionalmente ou não, as teorias ocidentais de convergência contribuem para o bem sucedido cumprimento dessa política. Elas promovem a détente e, portanto, ajudam o bloco comunista a adquirir tecnologia ocidental avançada e a alterar a balança do poder militar em favor dos comunistas. Fornecem uma base incorreta e insensata para uma reação racional do Ocidente à crescente ameaça política e militar comunista. Promovem o desarmamento político e ideológico do Ocidente. Desviam os esforços diplomáticos ocidentais do vital reforço das alianças anticomunistas, para realinhamentos ilusórios e irrealistas com um ou outro estado comunista. Criam expectativas exageradas no Ocidente quanto às possibilidades de acomodação com o mundo comunista. Estão deitando as bases para a destruição da disposição de ânimo ocidental e da confiança pública naqueles políticos, diplomatas e doutores ocidentais que expuseram teorias baseadas nos interesses comuns e na convergência. Estes, por sua vez, serão expostos como profetas falidos quando a noção de convergência for demolida. A falsa noção de convergência tem sido um sucesso tão grande que novos "Sakharovs" e novas variações da teoria podem ser esperadas na terceira e última fase.

Parte II – Capítulo 20

Objetivos da Desinformação sobre a “Dissidência”

A criação de um movimento de oposição falso e controlado, tal como o movimento dissidente, serve a propósitos internos e externos. Internamente, provê um veículo para a eventual falsa liberalização do regime comunista; provoca a exposição de “candidatos a opositores”, para a pronta repressão, enquanto outros são levados ao conformismo ou ao desespero. Externamente, os “dissidentes” podem agir como veículos pra uma variedade de temas de desinformação sobre a evolução do sistema comunista. Uma bem anunciada onda de perseguições aos dissidentes, só em parte verdadeira, gera a simpatia e a identificação ocidentais, além de gerar alinhamentos vulneráveis justamente com aqueles que são as criaturas secretas do regime. Prepara a cena para uma eventual e dramática “liberalização” do regime ao acentuar o contraste entre o neoestalinismo e o futuro “socialismo com uma face humana”. Cria um quadro de figuras bem conhecidas no Ocidente e que no futuro, podem ser usadas como os líderes e defensores de um “sistema multipartidário” sob o comunismo. Intelectuais e sindicatos podem ser usados para promover a solidariedade com seus pares ocidentais e engajá-los em campanhas conjuntas pelo desarmamento e pela transformação dos “complexos militaresindustriais” ocidentais. Ao fim e ao cabo, os grupos e indivíduos ocidentais envolvidos ver-se-ão em face da escolha entre admitir que seu apoio aos dissidentes estava equivocado, ou aceitar que o comunismo submeteu-se a uma mudança radical, fazendo da “convergência” uma perspectiva aceitável e quem sabe, até mesmo desejável.

Parte II -Capítulo 21

A Oitava Operação de Desinformação: Os Continuados Contatos dos Eurocomunistas com os Soviéticos – A Nova Interpretação do Eurocomunismo

Em meados dos anos 70, um espetáculo de polêmicas entre

o PCUS, de um lado, e dos partidos comunistas francês, italiano, espanhol (e em menor escala, também o britânico), de outro, pareciam indicar a emergência de uma nova variedade de comunismo na Europa Ocidental, cuja característica mais saliente era a aparente independência da União Soviética. A nova tendência passou a ser conhecida como o "eurocomunismo". A idéia de que o eurocomunismo é um ardil tático, adotado pelos mais importantes partidos comunistas europeu-ocidentais para melhorar suas chances eleitorais, já havia encontrado expressão no Ocidente, notadamente no ensaio "The Soviet Union and 'Eurocommunism'", de autoria do ilustre estudioso britânico, Professor Leonard Schapiro. 182 O ensaio de Schapiro também apresenta o argumento de que o eurocomunismo, ao ajudar eleitoralmente os partidos comunistas europeu-ocidentais, serve aos interesses soviéticos de longo prazo. Ao chamar a atenção para este fato, o ensaio faz uma contribuição muito valiosa. Não obstante, por se basear na velha metodologia, aceita as diferenças entre o PCUS e os partidos eurocomunistas como genuínas e continua a ver o PCUS como se este estivesse se esforçando em vão para reafirmar sua hegemonia sobre os outros partidos comunistas em questão. A análise do eurocomunismo à luz da nova metodologia sugere enfaticamente que esse não é o caso, que

o fenômeno representa uma extensão do programa de desinformação

182 "The Soviet Union and "Eurocommunism"", Leonard Shapiro, "Conflict Study no. 99" (Londres: The Institute for the Study of Conflict, 1978). Alguns socialistas espanhóis também parecem considerar o eurocomunismo como um engodo planejado.

estratégica dos partidos intrabloco para os partidos extra-bloco e segue os mesmos padrões de operações anteriores, nas quais se enfatizava a independência nacional de certos partidos do bloco. Se for esse o caso, vários líderes de partidos comunistas extrabloco tornaram-se parceiros plenos de uma operação de desinformação em apoio à estratégia internacional e a política de longo alcance comunistas. A nova análise do eurocomunismo, ao contrário da velha metodologia, joga luz sobre o papel que se pode esperar do eurocomunismo na fase final da política nos anos 80, quando a "democratização", segundo o padrão da Checoslováquia em 1968, será provavelmente introduzida em maior escala ao redor da Europa Oriental.

As Manifestações do Eurocomunismo

As principais manifestações do eurocomunismo são apresentadas com algum detalhe no ensaio de Schapiro. As tendências características exibidas pelos partidos eurocomunistas pode ser assim resumidas:

- Um desejo de demonstrar sua emancipação da tutela soviética.
- Uma abordagem crítica quanto a certas políticas repressivas soviéticas, particularmente as violações de direitos humanos e a perseguição de dissidentes na União Soviética e na Europa Oriental.
- Rejeição do conceito de que o "internacionalismo proletário" seja sinônimo da prevalência dos interesses de estado soviético sobre os interesses do movimento comunista revolucionário internacional.
- Afirmação do direito dos partidos comunistas em seguir suas próprias políticas revolucionárias, ainda que corram em sentido contrário à busca soviética pela détente e por laços econômicos com os Estados Unidos e a Europa Ocidental.

- Rejeição da idéia atribuída ao PCUS de que a união entre socialistas e comunistas só é possível com a renúncia dos socialistas à "colaboração de classe", i.e., para propósitos práticos, aqueles deveriam tornar-se comunistas também.
- Recusa em aquiescer às supostas exigências soviéticas para que denunciassem os chineses.
- Insinuações de que uma vitória eleitoral de um partido comunista na Europa Ocidental seria contrária aos interesses soviéticos.
- Abandono da busca da "ditadura do proletariado".
- A aparente evolução dos eurocomunistas para um modelo de responsáveis partidos nacionais que, em contraste com o PCUS, aceitam as instituições parlamentares existentes e adotam princípios democráticos, incluindo a preservação das "liberdades burguesas", no contexto de uma sociedade pluralista.
- Condenação do uso do terrorismo praticado pela esquerda radical.
- Ausência, ou a não participação de líderes dos partidos eurocomunistas dos encontros internacionais organizados pelo PCUS.
- Restrições à participação de representantes soviéticos dos encontros de eurocomunistas.
- Rejeição dos blocos militares existentes e adesão ao conceito de uma Europa neutra e socialista.
- O desenvolvimento dos laços com os partidos comunistas iugoslavo e romeno.
- A formação, no interior de alguns partidos eurocomunistas, de facções dissidentes "ortodoxas", leais a Moscou.

O Partido Comunista Francês

Em maio de 1975, o partido francês desfechou, na "Declaração das Liberdades", um ataque velado às restrições soviéticas as liberdades civis. Em 4 de setembro de 1975, o jornal do partido comunista francês "L´Humanité", insistiu em que o partido estava comprometido com a democracia ao estilo ocidental.

Em janeiro do ano seguinte, o líder comunista francês, Georges Marchais, disse que as divergências de seu partido com o PCUS sobre a questão da "democracia socialista" eram tão profundas, que ele não poderia se encontrar com Brezhnev. Ele não se fez presente ao congresso do PCUS, realizado no mês seguinte, ainda que o seu partido estivesse representado; Kirilenko, que foi ao congresso do partido francês – realizado logo depois – representando o PCUS, teve negado o costumeiro direito de falar para a assembléia do congresso. Em abril de 1976, o líder comunista francês, Kanapa, criticou a União Soviética por esta ter elogiado a política do presidente francês Giscard d'Estaing, num momento em que o partido comunista o estava combatendo. Em maio, quando perguntado o que faria a respeito dos submarinos lançadores de mísseis nucleares franceses, Marchais recusou-se a comentar. Durante vinte e dois anos e até aquele momento, o seu partido havia continuamente condenado o conceito de dissuasão nuclear. Em janeiro de 1977, o periódico soviético "Novoye Vremya", lançou um ataque a Jean Ellenstein, vice-diretor do centro de pesquisas do partido francês. Ellenstein, que já escrevera uma história da União Soviética com viés antiestalinista, publicou em Paris, em 1976, um novo livro, "Le P.C.", no qual ele dizia que não houve qualquer forma de liberdade na União Soviética depois de 1922; ele lamentava que o seu próprio partido não tenha seguido o exemplo iugoslavo e que tenha sido tão lento em criticar a falta de liberdade na União Soviética. Marchais não foi às comemorações do sexagésimo aniversário da revolução russa em Moscou, em novembro de 1977, mas não deixou de enviar um representante.

Parte II -Capítulo 21

O Partido Comunista Italiano

Em março de 1975, Enrico Berlinguer criticou a postura antidemocrática do Partido Comunista Português (pró-Moscou) por ocasião do fracassado contra-golpe direitista em março de 1975.

Em agosto, respondendo a um artigo de Konstantin Zarodov, editor do "World Marxist Review", que trazia críticas implícitas ao partido italiano por este buscar antes as alianças que a insurreição, o jornal comunista italiano "L´Unità" dizia que a situação moderna italiana exigia um entrelaçamento de democracia, socialismo e liberdade. Em fevereiro de 1976, Berlinguer disse que gostaria de ver uma sociedade que garantisse tanto os direitos individuais quanto os coletivos. Disse também que seu partido estava comprometido com as existentes "alianças internacionais" da Itália. Quatro meses depois, foi mais específico, declarando que a Itália deveria permanecer na OTAN, a qual garantia o "socialismo na liberdade, um socialismo de caráter pluralista".

O Partido Comunista Espanhol

Em fevereiro de 1976, o líder comunista espanhol, Santiago Carrillo, se fez ausente do 25.° Congresso do PCUS. Em janeiro do ano seguinte, o semanário do partido espanhol, "Mundo Obrero", atacou os governos da Europa Oriental por sua repressão aos "dissidentes". Em abril de 1977, Carrillo publicou um livro, "Eurocomunismo y Estado", no qual ele sustentava que, depois de sessenta anos de existência, a União Soviética ainda não era uma "democracia dos trabalhadores". Ele advogava uma sociedade pluralista, com "liberdades burguesas" e uma Europa neutra, socialista e independente dos dois blocos militares. Ele é também citado por ter declarado que as bases americanas deveriam permanecer na Espanha enquanto as tropas soviéticas

permanecessem na Europa Oriental. O livro foi execrado como anátema pela “Novoye Vremya”, em sua edições de junho e julho de 1977. Em resposta, Dolores Ibarruri (“La Pasionaria”), a veterana comunista espanhola, que junto com outros sete líderes comunistas havia recém-retornado de um exílio de muitos anos na União Soviética, propôs uma resolução rejeitando formalmente as críticas soviéticas ao partido espanhol; esta foi aprovada unanimemente em ampla seção plenária do comitê central do partido. A resolução apoiava o eurocomunismo como a única maneira ir adiante nos países avançados. Carrillo compareceu às comemorações do sexagésimo aniversário da revolução russa em 1977, mas não foi convidado a falar. Em abril de 1978, o partido espanhol retirou o termo “leninista” de seu nome oficial, incorrendo em novas críticas soviéticas, agora através do “Pravda”.

O Partido Comunista Britânico

Em março de 1976, o líder comunista britânico, McLennan, declarou ao 25.° Congresso do PCUS que o seu partido estava trabalhando por um tipo de socialismo “que garantiria a liberdade pessoal, o pluralismo de partidos, a independência dos sindicatos, a liberdade religiosa, a liberdade de pesquisa [e das] atividades culturais, artísticas e científicas”. Num artigo publicado no “Morning Star” no mês de julho seguinte, McLennan alinhou-se aos partidos eurocomunistas a ponto de negar que houvesse um partido comunista dominante, declarando que cada partido deveria determinar a sua própria linha de ação; ninguém mais poderia ou deveria fazer isso por eles. Em novembro, a edição revista do “British Road to Socialism” foi adotada como o programa do partido; este advogava a estreita colaboração entre os partidos comunista e trabalhista. Em 1976, um gruo de opositores linhadura, liderados por Sid French, rompeu com o partido para formar

o “New Communist Party”.

Parte II -Capítulo 21

Declarações Conjuntas

Até certo ponto, as idéias eurocomunistas foram desenvolvidas elos próprios partidos eurocomunistas, em coordenação aberta. Por exemplo, em novembro de 1975 e após reuniões em Roma, os partidos francês e italiano emitiram uma declaração conjunta apoiando "liberdades burguesas, pluralidade de partidos políticos, direito à existência e atividade de partidos de oposição e a alternância entre maioria e minoria". Mais tarde, foram feitas declarações conjuntas, primeiro pelos partidos italiano e espanhol e depois pelos partidos francês e espanhol, através das quais abandonavam seu compromisso com a "ditadura do proletariado", retirando-o de seus programas. (O partido comunista francês achou necessário emitir essa declaração, ainda que não mais usasse a expressão desde 1966). Em março de 1977, Marchais, Berlinguer e Carrillo conduziram em Madri uma conferência eurocomunista que endossava a política externa soviética, enquanto domesticamente prometiam solenemente aos participantes "trabalhar no âmbito das forças sociais e políticas existentes e respeitar, garantir e desenvolver todas as liberdades coletivas e individuais".

A Atitude Soviética

Entre 1974 e 1977, vários artigos soviéticos, incluindo os de Ponomarev, chefe do departamento internacional do PCUS, de Zagladin, o seu vice e de Zarodov, o editor do "World Marxist Review", continham críticas abertas ou veladas aos "entreguistas modernos", aos "ideólogos burgueses", significando, na verdade, os eurocomunistas.183

183 Ver "World Marxist Review – Problems of Peace and Socialism", n.°6 (1974); "Pravda", 6 de agosto de 1975; "Novoye Vremya", n.° 9 (1976)

Parte II -Capítulo 21

Um artigo publicado no órgão oficial do PCUS, o "Partiynaya Zhizn" (n.° 4, 1974), descrito no ensaio de Schapiro como sendo provavelmente o primeiro ataque soviético direto a um partido eurocomunista, criticava o principal ideólogo do partido comunista espanhol, Azcárte, porque este alegava que havia uma contradição entre os interesses de estado dos países socialistas e os interesses do movimento revolucionário. Azcárte foi também denunciado com base em outras posições: por sustentar que a coexistência pacífica ajuda a perpetuar o status quo, por se recusar a reconhecer que esta serve melhor do que a Guerra Fria aos propósitos de criação de condições favoráveis à revolução, por criticar a União Soviética, por se opor à planejada conferência internacional comunista com base no argumento de que esta poderia levar ao estabelecimento de um novo centro organizacional e por dar ênfase à independência individual dos partidos comunistas em vez de à precedência do "internacionalismo proletário".

Em 26 de janeiro de 1977, a agência TASS rejeitou as críticas de Ellenstein às violações de direitos humanos na União Soviética, classificando-as como propaganda anticomunista. O conceito eurocomunista de Europa neutra e socialista, foi rejeitado implicitamente através do diário soviético "Novoye Vremya"; em 1975 e 1976, os soviéticos insistiam que os partidos comunistas deveriam caracterizar a OTAN como agressiva e o Pacto de Varsóvia como defensivo.

Os Iugoslavos e Romenos

Até certo ponto, os iugoslavos e romenos identificavam-se com os eurocomunistas. Por exemplo, alega-se que em 1974 e 1975, no curso das discussões sobre a convocação de uma conferência comunista internacional, os iugoslavos, seguidos de alguns partidos comunistas europeu-ocidentais, teriam levantado

dúvidas acerca do "internacionalismo proletário". No mesmo período, a Romênia defendeu abertamente o direito à independência dos partidos comunistas. Em 1975, tanto a Iugoslávia como a Romênia apoiaram o conceito de uma Europa socialista e neutra, opuseram-se aos blocos militares em geral e se recusaram a caracterizar a OTAN como agressiva e o Pacto de Varsóvia como defensivo. Os partidos comunistas romeno e espanhol, particularmente, desfrutavam de estreitas relações.

A Nova Análise

Há várias similaridades entre o eurocomunismo e as operações de desinformação já descritas, as quais dão suporte à conclusão de que aquele é a extensão lógica do programa de desinformação, destinado a atender os requisitos e necessidades da estratégia comunista para a Europa. Essas similaridades podem ser notadas:

- Na maneira pela qual as supostas diferenças entre soviéticos e eurocomunistas tornaram-se conhecidas do Ocidente.
- No fato de que essas diferenças baseiam-se no renascimento ou na nova montagem do palco para questões já resolvidas entre os líderes comunistas entre 1957 e 1960; tais diferenças são inconsistentes com as evidências da adoção de uma política e de uma estratégia comunista de longo alcance.
- Na exploração desses assuntos para projetar uma falsa imagem de evolução dos partidos eurocomunistas, qual seja, a de partidos nacionais e independentes, com vistas a promover o sucesso de suas táticas imediatas de formação de frentes unificadas com os socialistas e outros partidos de esquerda.
- Nas numerosas inconsistências dos argumentos e polêmicas usadas pelos líderes eurocomunistas em diferentes contextos; e nos contrastes entre suas palavras e atos, especialmente nos contínuos contatos com os líderes soviéticos e do bloco, que são evidência não de disputas e discordâncias, mas de colaboração segundo uma estratégia conjunta.

Parte II -Capítulo 21

A Emergência do Eurocomunismo

A evolução dos partidos eurocomunistas rumo à "independência" seguiu-se à adoção da política de longo alcance. Os partidos eurocomunistas estavam entre os oitenta e um que assinaram o Manifesto de novembro de 1960. Quando a ruptura sino-soviética revelou-se publicamente em 1963, esses partidos, enquanto evitavam a condenação à China, informalmente alinhavam-se à União Soviética, dessa forma identificando-se com a variedade "moderada" representada pelo comunismo soviético, em contraste com a militante e doutrinária variedade chinesa. Esse procedimento deu um impulso à imagem moderada que esses partidos necessitavam para o desempenho do papel que lhes cabia na estratégia global comunista para a Europa e que deu ensejo à busca por frentes unificadas com os partidos socialistas. Em 1965 e 1967, os partidos eurocomunistas participaram das conferências comunistas internacionais em Praga e em Karlovy Vary, na Checoslováquia. Em 1968, em contraste com o comportamento supino demonstrado quando da intervenção soviética na Hungria em 1956, os eurocomunistas expressaram publicamente sua desaprovação
a intervenção do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia, demonstrando sua independência da União Soviética. Considerando a sua participação na conferências de Praga e Karlovy Vary, é provável que o alinhamento dos partidos eurocomunistas com Dubcek tivesse sido planejado e acordado com antecedência, como parte da estratégia comunista para a Europa Ocidental. Supostamente, os desentendimentos entre os soviéticos e os partidos eurocomunistas foram tema de discussão durante a conferência mundial de partidos comunistas em 1969. Foi nesta conferência que surgiu "a primeira indicação clara de que o PCUS não mais podia reivindicar a sua tradicional hegemonia sobre o movimento comunista internacional". 184

184 "Soviet Union and "Eurocommunism"", p. 2, Schapiro

Parte II -Capítulo 21

Tanto quanto no caso das supostas divergências entre os partidos comunistas do bloco, esta e outras "indicações", que surgiram até 1973, vinham de críticas mútuas, veladas ou oblíquas, estampadas nos jornais partidários e também de revelações retrospectivas feitas por comunistas acerca de debates entre os partidos e que teriam ocorrido à portas fechadas. No início de 1974 veio o primeiro ataque direto do PCUS a Azcárte, seguido de polêmica na imprensa do PCUS e dos partidos eurocomunistas, além de indicativos em retrospectiva sobre desentendimentos supostamente ocorridos nos encontros comunistas internacionais em Varsóvia (1974) e em Budapeste (1975) e em menor grau, em Tihany, na Hungria (1976). E finalmente, na reunião dos partidos comunistas europeus em Berlim Oriental, em junho de 1976, "foi revelada a completa extensão do conflito entre o PCUS e os partidos 'Eurocomunistas'". 185 Assim, ficavam validados os indícios mais antigos sobre desentendimentos. Da mesma maneira que nas operações de desinformação anteriores, tanto os indícios originais quanto a confirmação das divergências, vieram de fontes comunistas.

A Revitalização de Questões Mortas

Entre as questões que supostamente separavam os partidos eurocomunistas do PCUS, estavam as contínuas tentativas soviéticas de dominar os outros partidos comunistas, a insistência de que estes deveriam copiar fielmente o modelo soviético e a exigência de que, em nome da solidariedade proletária internacional, todos os partidos comunistas deveriam dar prioridade à defesa dos interesses da União Soviética. Essas

185 Ibid., p. 5.

questões, na verdade, já tinham sido acomodadas e resolvidas em 1957, em grande parte por iniciativa soviética. As tentativas estalinistas de dominar outros partidos foram rejeitadas e condenadas. As relações entre partidos, dentro e fora do bloco, foram restabelecidas em bases leninistas de igualdade, confiança, cooperação e participação conjunta no esforço de conquistar os objetivos comunistas.

Os partidos eurocomunistas participaram das reuniões internacionais entre 1957 e 1960, nas quais essas questões foram oficialmente consideradas mortas e enterradas. Todos os partidos, quando assinaram o Manifesto dos Oitenta e Um, comprometeramse com a política e estratégia de longo alcance, as quais tinham sido trabalhadas e estabelecidas com a sua ativa colaboração.

Contra esse pano de fundo e antecedentes, é fácil perceber que a revitalização que os eurocomunistas fizeram nos anos 70, da questão relativa ao conceito estalinista de relações entre os partidos comunistas, era artificial, calculada, planejada, inventada e de pleno acordo com os soviéticos, tudo para servir aos propósitos de desinformação estratégica, a exemplo de outras questões mortas que foram revividas apenas para servir em outras operações de desinformação.

A Exploração da Imagem de “Independência” dos Partidos Eurocomunistas

A revitalização de questões mortas ajudou a promover a idéia de que os partidos eurocomunistas eram independentes da União Soviética. O mesmo propósito foi servido pela sugestão de que havia desentendimentos sérios com a União Soviética na busca de táticas de frente unificada, especialmente com o partido italiano e de que havia um conflito entre os interesses da diplomacia soviética -que promovia as relações com os governos europeus -e os partidos comunistas, que desejavam chegar ao poder por vias legais. Ambas as sugestões eram falsas, mas ambas ajudaram a enfatizar a independência eurocomunista da tutela da União Soviética.

Parte II -Capítulo 21

As táticas de frente unida estavam ente a variedade de táticas aprovadas pelo Congresso dos Oitenta e Um Partidos em novembro de 1960. Em seu relatório de 6 de janeiro de 1961, Krushchev, instava todos os partidos comunistas a "sincronizar seus relógios". Três meses depois, Suslov, um dos maiores estrategistas comunistas, liderou a delegação soviética ao 6.° Congresso do Partido Comunista Italiano. Lá, ele exortou à adoção de uma política moderada, que conquistasse uma ampla frente democrática nacional. Obviamente, não havia nada de novo sobre táticas de frente unida. Elas foram aprovadas especificamente pelo Comintern já em 1953.

Do mesmo modo, não havia qualquer conflito entre a diplomacia da détente soviética e a atividade dos partidos comunistas. De fato, as relações amistosas entre a União Soviética e os governos ocidentais favoreciam o crescimento dos partidos comunistas ocidentais.
A diplomacia da détente e as táticas de frente unida, especialmente as político-eleitorais, são elementos complementares de uma mesma e única estratégia comunista. A détente cria condições favoráveis à formação de frentes unidas. Ponomarev, chefe do Departamento Internacional do PCUS, deixou esse ponto bem claro quando escreveu que a détente trazia os desejados e benéficos efeitos de: neutralizar o anticomunismo no seio dos partidos social-democratas; enfraquecer as preparações militaristas das potências imperialistas; e de fortalecer os "elementos com visão e postura realista existentes no lado burguês".186

186 "The World Situation and the Revolutionary Process" in"World Marxist Review – Problems of Peace and Socialism", n.° 6, (1974) : "A détente fortalece aqueles elementos com visão e postura realista existentes no lado burguês e ajuda a isolar as forças imperialistas e mais reacionárias, os 'partidários da guerra' e os advogados dos complexos industrial-militares".

A perseguição aos dissidentes na União Soviética e a subseqüente denúncia pública daquela pelos eurocomunistas, são ambas táticas calculadas, elementos da mesma estratégia. A patente e manifesta perseguição aos dissidentes tinha a sua função própria e específica, já discutida neste livro. As críticas que a perseguição recebia dos eurocomunistas ajudava a estes na conquista de credenciais respeitáveis no Ocidente, quais sejam, a de autênticos conversos aos princípios democráticos.

As Inconsistências no Eurocomunismo

Há numerosas contradições e inconsistências nas declarações e ações dos líderes "eurocomunistas". Observadores, tais como Schapiro, já ressaltaram que a alegada conversão dos eurocomunistas aos princípios democráticos é absolutamente inconsistente, tanto com os programas revolucionários que continuam a advogar, quanto mais com os meios pelos quais buscam implementá-los. O ensaio de Schapiro cita algumas declarações reveladoras feitas por eurocomunistas no que diz respeito ao uso da força. Por exemplo, o delegado espanhol à conferência de Tihany, em maio de 1976, quando indagado se a classe trabalhadora espanhola teria que recorrer à violência revolucionária, redargüiu : "[...] abolir um regime, mesmo por meios democráticos, implica no uso da força." Carrillo assinalou em seu livro: "As novas idéias significam também que o partido não é um exército, ainda que seja capaz de tornar-se um se as condições históricas e a violência das classes dominantes não deixarem alternativa". Completando o raciocínio, Carrillo mencionou que o controle do partido sobre a mídia é requisito essencial, o que dá alguma idéia do tipo de democracia que ele tinha em mente. O ensaio de Schapiro cita também um reportagem publicada no "Daily Telegraph", de Londres, em 26 de janeiro de 1976, que dava conta de que comunistas espanhóis tinham sido primeiro treinados na União Soviética e estavam sendo treinados na Romênia em técnicas de combate de guerrilha urbana.

Parte II -Capítulo 21

Até mesmo na Grã-Bretanha, o partido prevê que o objetivo de uma "transição revolucionário para o socialismo" seja atingido por meio de uma combinação entre um programa legislativo com "lutas de massa extraparlamentares" e o uso da força contra qualquer elemento da direita que tentasse um coup d'état.

Esse tema talvez possa ser ainda mais desenvolvido no caso da Itália, com a sugestão de que as condenações públicas que o partido comunista italiano fez à violência da esquerda radical constituíam apenas mais uma tática de despistamento. Um ensaio intitulado "Terrorism: International Dimensions", de Paul Wilkinson, chama a atenção para o interesse soviético em dar apoio, direto ou indireto, aos movimentos terroristas. 187 Há uma grande possibilidade de que o terrorismo na Itália seja endossado, apoiado e financiado pelo comunismo internacional, em paralelo e em coordenação com o emprego de táticas legais, eleitorais e parlamentares pelo partido comunista italiano. O objetivo da violência é gerar o caos e a anarquia, impor pressões adicionais aos partidos democráticos no governo, eliminar os seus mais hábeis líderes, forçá-los a recorrer a medidas não-democráticas e demonstrar ao público a inabilidade desses na manutenção da lei e da ordem, deixando o campo aberto para o partido comunista legal apresentar-se como a única e eficaz força alternativa.

A justificativa doutrinária para o uso do terrorismo encontra-se em "Esquerdismo – Doença Infantil do Comunismo", no qual Lênin escreveu: "[...] Todas essas áreas da vida social estão cheias de material inflamável e oferecem muitas desculpas para [iniciar] conflitos e crises, exacerbando a luta de classes. Nós não sabemos e não podemos saber qual a centelha, em meio a essa massa de centelhas que ora se espalha pelo mundo na esteira da crise financeira e política, provar-se-á capaz de acender o fogo ardente, no sentido de despertar

187 "Terrorism: International Dimensions", Paul Wilkinson, Conflict Study, n.° 113 (Londres: The Institute for the Study of Conflict, 1979),

e incitar as massas [...] portanto, somos obrigados, por nossos princípios comunistas, a examinar meticulosamente cada área ação de possível, mesmo as mais antiquadas [e] aparentemente menos promissoras, pois de outra forma, não estaremos à altura da tarefa, não seremos completos e não termos posse de todos os tipos de armas.[...] Mais específica foi a instrução de Shelepin ao serviço de inteligência soviético em 1959, qual seja, a de que o serviço e os seus "ilegais" deveriam preparar e levar a cabo operações de desestabilização nos principais países ocidentais, criando o caos que poderia ser explorado pelos partidos comunistas locais a seu favor.

O ensaio de Schapiro conclui corretamente que não houve qualquer ruptura entre Moscou e qualquer partido eurocomunista e que provavelmente, nenhuma ocorrerá. A despeito das polêmicas, os partidos eurocomunistas, tendo tudo considerado, continuaram a apoiar os objetivos da política externa soviética. Em contrapartida, a União Soviética e o bloco comunista oriental em geral, continuaram a dar apoio ao movimento comunista internacional, incluindo os partidos eurocomunistas, por meio de inumeráveis maneiras e formas práticas. Como bem assinala Schapiro, não há indícios substanciais de que tenha havido qualquer rompimento dos canais bancários e comerciais, através dos quais os partidos eurocomunistas vinham tradicionalmente sendo financiados por Moscou. Uma vez que as críticas mútuas entre os soviéticos e os partidos eurocomunistas tinham também sido mutuamente acordadas entre os líderes, não há razão pela qual os soviéticos devessem ter desejado romper aqueles canais. E, desde que todos os partidos comunistas que assinaram o Manifesto de novembro de 1960 estão perseguindo uma política de longo alcance comum, Moscou não tem a mínima necessidade de impor quaisquer condições adicionais à ajuda que lhes forneça, quer seja ajuda financeira ou de outra natureza.

As anomalias na adoção do "modelo" eurocomunista por líderes comunistas espanhóis da geração estalinista, tais como Carrillo e Ibarruri (La Pasionaria), são notáveis e surpreendentes. Na seção plenária ampliada do partido espanhol em 1977, a resolução que endossava o eurocomunismo foi apresentada por ninguém menos que Ibarruri, que passou muito de sua vida na União Soviética, que perdeu um filho em Stalingrado, que tinha sido louvada pelo "Novoye Vremya" em maio de 1977 e que antes, classificara o eurocomunismo como "um absurdo, uma tolice". Poucos meses após a plenária, ela estava de volta a Moscou, para a celebração do sexagésimo aniversário da revolução russa. A anomalia pode ser explicada se for lembrado o fato de que entre 1957 e 1960, Ibarruri foi uma ativa participante na formulação da política de longo alcance.

O entusiástico apoio dado pelo partido romeno ao eurocomunismo, não é nem apenas curioso, consideradas a adesão aos "princípios democráticos" pelos eurocomunistas e as práticas internas repressivas do regime romeno. Não menos estranha ou bizarra, em termos convencionais, foi o encontro aparentemente cordial entre Tito e Brezhnev, às vésperas da conferência comunista européia, realizada em Berlim Oriental em junho de 1976 e também a concessão de uma condecoração soviética a Tito, durante uma visita a Moscou no ano seguinte, a despeito do apoio desse ao eurocomunismo.188 As anomalias desaparecem se o eurocomunismo é visto como mais uma operação de desinformação estratégica. As declarações de Carrillo quanto à independência da tutela soviética devem ser entendidas coma tão falsas quanto as romenas e na verdade, nelas modeladas. Tanto os líderes romenos quanto os iugoslavos tiveram um importante papel a desempenhar no apoio e coordenação do movimento eurocomunista. Se correta, a informação sobre treinamento romeno dado aos comunistas espanhóis em táticas de guerrilha urbana, é esclarecimento adicional quanto ao papel da Romênia no

188 Ver "The Challenge of 'Eurocommunism'"–Problems of Communism, Kevin Devlin (Washington, DC), janeiro-fevereiro, 1977

esforço coordenado bloco em dar assistência aos partidos eurocomunistas.

Os Contínuos Contatos dos Eurocomunistas com os Soviéticos

O desenvolvimento das "diferenças" entre o PCUS e os eurocomunistas, exceto em ocasiões propositadamente bem divulgadas, não impediu o intercâmbio normal de delegações partidárias soviéticas e eurocomunistas. Berlinguer participou do 25.° Congresso do PCUS em março de 1976. Ele voltou a Moscou para as comemorações do sexagésimo aniversário em novembro de 1977 e foi recebido por Brezhnev em audiência privada, malgrado seu compromisso com a democracia pluralista e a aceitação da permanência da Itália na OTAN.

Apesar de Carrillo não ter comparecido ao 25.° Congresso do PCUS, Ibarruri se fez presente. Depois da publicação do livro de Carrillo em abril de 1977, uma delegação de PCUS, liderada pelo editor do "Pravda", visitou-o, sob o pretexto de negociar uma "trégua". Carrillo não parece ter tido qualquer temor em retornar a Moscou para as comemorações do aniversário da revolução em novembro daquele mesmo ano. O fato de que ele estava presente às comemorações do mesmo partido do qual ele pretendia parecer um crítico, tinha muito mais peso do que suas queixas aos jornalistas ocidentais de que "não lhe foi permitido falar". Ibarruri, por sua vez, passou as férias de 1979 na União Soviética.

Marchais, o líder do partido comunista francês, permaneceu distante tanto do 25.° Congresso quanto das comemorações em novembro de 1977, mas em ambas as ocasiões, seu partido esteve representado e na conferência comunista européia em Berlim Oriental (1976), Marchais lá esteve em pessoa. No decorrer de 1977, a aliança entre os partidos comunista e socialista franceses soçobrou, como resultado da intransigência dos comunistas. Em 2 de outubro, o "Pravda" publicou um artigo extravagantemente exagerado nos louvores à política de Marchais. Dali em diante,

Marchais mais e mais se afastou do campo eurocomunista, a ponto de alinhar o partido comunista francês ao soviético, aprovando a intervenção no Afeganistão no final de 1979.

A tranqüilidade e a impunidade com as quais Marchais foi capaz de levar o partido francês para dentro e depois para fora do eurocomunismo, são apenas duas das mais espantosas incongruências que apontam para a natureza planejada e oculta do movimento. Foram apresentadas várias explicações. Uma delas dizia que desde o início, o PCUS foi contra as alianças eleitorais do partido francês com os socialistas e quando Marchais, agindo de forma supostamente independente, achou melhor romper a aliança, os soviéticos estavam prontos e de braços abertos para recebê-lo de volta à congregação dos fiéis. Outra explicação sugere que de 1977 em diante, os soviéticos usaram, já com atraso, da pressão financeira ou da chantagem para trazê-lo de volta ao controle. Ambas as explicações se baseiam num modelo antiquado de relações entre os líderes do PCUS e de outros partidos comunistas; ambas implicam na existência de forças centrífugas no interior do movimento, as quais desapareceram com a adoção e aceitação voluntária da política de longo alcance entre 1957 e 1960. Esta fornecia um fundamento ideológico firme para um movimento revolucionário leninista coordenado e disciplinado; um movimento com experiência suficiente para tirar proveito das vantagens estratégicas e táticas advindas da exibição de falsas diferenças e disputas. A nova metodologia encara o término da aliança com os socialistas como uma medida temporária, decidida em conjunto pelos soviéticos e líderes comunistas franceses, no interesse da estratégia comunista para a Europa como um todo. A decisão bem pode estar relacionada com a sincronização dos eventos ao início da fase final da política de longo alcance, quando todos os elementos da estratégia comunista para a Europa serão colocados à mesa. Esta interpretação talvez forneça uma explicação para o fato de que, apesar do rompimento da aliança, comunistas tenham sido incluídos como ministros no governo formado depois das eleições francesas de 1981.189

189 N.T.: Eleição do socialista François Mitterrand para a presidência da França.

Parte II -Capítulo 21

A Nova Interpretação do Eurocomunismo

Desde a adoção da política de longo alcance em 1960, pode ser rastreada e investigada uma série de conferências comunistas regionais que tratavam da estratégia comunista na Europa. De particular importância foram aquelas em Praga e Moscou, em outubro de 1965 e em Karlovy Vary, em 1967, ano anterior à "Primavera de Praga". Os partidos eurocomunistas se fizeram presentes a todas essa conferências, que discutiram também o apelo dos partidos junto aos socialistas, aos católicos e outras forças cristãs e a criação de uma Europa livre de blocos militares.190 Em outras palavras, os partidos eurocomunistas estavam buscando ampliar as bases de suas táticas de frente unida enquanto faziam eco ao chamamento por uma Europa livre de blocos militares, feito por ocasião da conferência de cúpula dos países do bloco oriental em Bucareste, no ano anterior. A cuidadosamente preparada "Primavera de Praga" do ano seguinte, a deliberada associação dos partidos comunistas europeuocidentais com essa e as suas críticas à intervenção do Pacto de Varsóvia, ajudaram os partidos europeus a desprender o estigma que se lhes atava desde os eventos na Checoslováquia em 1948 e na Hungria em 1956; esse novo evento lhes deu um impulso poderoso em sua prática de táticas de frente unida.

O que havia de novo nessa situação não era o uso de táticas de frente unida (a conferência de Praga de 1965, p.ex., foi realizada em celebração do trigésimo aniversário da adoção de táticas de frente unida pelo Comintern), mas o apoio coordenado dado a elas pela desinformação estratégica do bloco referente à "democratização" checoslovaca.

190 GSE (1968), pp. 480-81.

Parte II -Capítulo 21

Se a desinformação sistemática sobre diferenças entre os líderes de diversos partidos comunistas for desnudada, então, torna-se claro o padrão de coordenação existente entre eles no entrelaçamento dos vários fios de sua estratégia comum para a Europa. Uma série de conferências preparatórias foram realizadas antes do encontro dos partidos comunistas europeus em Berlim Oriental, em junho de 1976. A série incluiu uma sessão preparatória em Budapeste, em dezembro de 1974 e uma conferência em Tihany, em maio de 1976. Devlin observou que depois do encontro de Budapeste "uma cortina de sigilo oficial desceu sobre os procedimentos e seus registros".191 Mas quatro meses mais tarde, um relato detalhado do encontro de Tihany foi afinal publicado em "Problems of Peace and Socialism". O relato deixava transparecer muito pouca discussão sobre as questões do "eurocomunismo". O discurso de encerramento foi feito por Zarodov que "enfatizava a força que deriva da unidade e coordenação da ação revolucionária – uma visão com a qual a esmagadora maioria dos partidos representados concordava." 192 A velha metodologia pressupõe (e assim tem pressuposto desde 1960) que as diferenças entre os partidos comunistas são reais e que o falatório sobre coordenação entre eles é apenas bazófia com a intenção de ocultar essas diferenças. A nova metodologia sustenta, deduz e demonstra que as tais diferenças são espúrias e projetadas para encobrir a coordenação real existente e que inclui o acordo em "discordar", quando isso atende a propósitos táticos e estratégicos.

Como Tito e Kardelj observaram, o que contam são as ações e não as palavras; ou ainda, como escreveu Rumyantsev em "Problems of Peace and Socialism", declarações deveriam sempre ser avaliadas em termos de "análise de classe". 193 A polêmica

191 "The Challenge of 'Eurocommunism'", p. 3., Devlin.
192 "Soviet Union and "Eurocommunism'", p. 8., Schapiro
193 "World Marxist Review – Problems of Peace and Socialism", n.° 7 (1964), pp. 1-2.

entre soviéticos e eurocomunistas, portanto, deveria ser entendida não como propaganda, mas como desinformação destinada a ajudar na realização de objetivos táticos e estratégicos. Tal ponto pode ser ilustrado pela declaração de Berlinguer na TV, transmitida cinco dias antes das eleições italianas em junho de 1976 e que defendia a permanência da Itália na OTAN. O padrão reaparece claramente também no caso espanhol. A reunião de cúpula dos líderes eurocomunistas franceses, italianos e espanhóis, foi realizada em Madri, em março de 1977. Um mês depois, foi tomada a decisão de legalizar o partido espanhol e no mesmo mês, Carrillo publicava "Eurocomunismo y Estado". Dois meses mais tarde foram convocadas eleições para a nova Câmara de Deputados Espanhola. Se os espanhóis foram mais longe em seu "anti-sovietismo" do que outros partidos eurocomunistas, isto se deu apenas porque os comunistas espanhóis tiveram sua imagem profundamente comprometida pelo tratamento que dispensaram aos socialistas, anarquistas e a outros durante a Guerra Civil Espanhola. Eles precisavam, com urgência, renovar e polir essa imagem, se é que pretendiam adquirir status legal, conquistar representatividade no parlamento e perseguir uma bem sucedida campanha de aliança com os socialistas.

A confirmação da natureza tática das asseverações dos eurocomunistas quanto a sua conversão à democracia, pode ser encontrada em discurso proferido em fevereiro de 1976 por Dorofeyev, um grande especialista soviético em assuntos italianos. Dorofeyev justificava a defesa que o partido italiano fazia de certas liberdades específicas, com base no fato de que essa defesa tinha por única intenção conquistar a pequena-burguesia italiana. Ele explicava que, na realidade, o proletariado interpretava a liberdade de maneira bem diversa de seus aliados temporários. Conseqüentemente, não havia qualquer necessidade de alarme ou preocupação em função de mudanças desse tipo nos programas dos partidos comunistas, os quais mantinham uma posição consistentemente revolucionária. 194

194 "Rabochiy klass i sovremnnyy mir", (1976), n.° 4, cf. citado em "Soviet Union and 'Eurocommunism'", Schapiro

Parte II -Capítulo 21

Lênin aconselhava o uso de linguagem moderada para evitar amedrontar a burguesia. Foi com essas considerações em mente que os partidos eurocomunistas abandonaram "a ditadura do proletariado", e no caso espanhol, até mesmo retiraram a palavra "leninista" de sua legenda. Ao abandonar a "ditadura do proletariado", os partidos eurocomunistas estavam seguindo o exemplo do PCUS, que fez o mesmo em 1961, também com a intenção de melhorar sua imagem.

Os Possíveis Efeitos Adversos sobre o Comunismo Internacional

Disputas reais entre líderes de partidos do bloco e de fora do bloco teriam um efeito danoso sobre o movimento comunista internacional. Por outro lado, a colaboração ativa entre eles numa operação de desinformação baseada em falsas disputas, serve para cimentar suas relações de trabalho; não lhes resta outra coisa a fazer a não ser desfrutar seu sucesso conjunto em ludibriar observadores de fora.

Levando-se em conta que movimentos dissidentes no bloco comunista estão sob o controle dos serviços de segurança, nem os próprios movimentos e menos ainda o apoio eurocomunista significam qualquer ameaça para a segurança dos regimes comunistas. Efeitos potencialmente adversos das idéias eurocomunistas entre os membros dos partidos do bloco que não estão inteirados das operações de desinformação, sem dúvida são neutralizados por cartas partidárias e instruções secretas resumidas e enfáticas. No que diz respeito ao público em geral da Europa Oriental, este pode ser "protegido" da contaminação por uma combinação de censura à imprensa, doutrinação ideológica intensificada e a negação das alegações de violações dos direitos

humanos como mera propaganda burguesa ocidental. De todo modo, sabendo que as desavenças com os eurocomunistas são planejadas e controladas, o surgimento de efeitos adversos em qualquer dos lados da Cortina de Ferro pode ser prontamente contido pelo amortecimento da retórica ou pelo abandono completo da controvérsia, sem maiores explicações.

Não há dúvida de que os membros veteranos dos partidos eurocomunistas têm muito apreço pelos dividendos táticos e estratégicos concretos que podem derivar da troca de críticas com a União Soviética. Eles entendem que tais críticas não acarretam qualquer sacrifício aos princípios comunistas. Não obstante, a formação de uns poucos grupos dissidentes pró-Moscou poderia ser considerada como danosa aos partidos eurocomunistas. Adotando uma postura de longo-prazo, isso não é necessariamente verdadeiro e os argumentos mais adiante, aplicam-se igualmente à formação de grupos dissidentes pró-chineses, como resultado da ruptura sino-soviética.

Em alguns casos, a formação de grupos ou facções dissidentes, pode ter sido controlada. Por exemplo, a expulsão do partido espanhol, em 1970, de um grupo de estalinistas que mais tarde (1972-73?) formou o "Partido Comunista Obrero Español – PCOE" , sob a liderança de Enrique Lister, pode ter sido parte do planejamento antecipado para o eurocomunismo. Em outros casos, facções dissidentes podem ter sido resultado da reação espontânea de irredutíveis membros da linha-dura partidária, e que não tiveram origem na estratégia comunista de alto nível. Tais grupos tendem a conter a cepa mais militante de revolucionários. Mesmo que eles se envolvam em disputas mais ou menos violentas, entre si ou contra o partido comunista principal, permanecem sob a influência de um ou outro membro do bloco comunista e nunca de algum partido pró-ocidental ou social-democrata. Mais ainda, tais grupos fornecem uma reserva de militantes organizados, cuja hora pode chegar numa futura e súbita mudança da atual linha pública de conduta e abandono das táticas parlamentares de frente unida.

Para os líderes soviéticos, impávidos e tranqüilos que são diante de considerações eleitorais, a perda temporária de uma parcela do prestígio internacional soviético causada pelas críticas

eurocomunistas aos seu sistema, é um pequeno preço a pagar pelos ganhos efetivos e potenciais que brotam da grande melhoria na imagem e influência dos partidos comunistas europeus.

Parte II -Capítulo 21

Implicações para a Propaganda Ocidental

A identificação do eurocomunismo como uma operação de desinformação têm óbvias implicações para as políticas e propaganda ocidentais relativas ao comunismo. Idéias de uma exacerbante fricção entre os líderes do bloco e os partidos eurocomunistas não se sustentam, justamente pela inconsistência interna: simplesmente não há fricção real. Os anticomunistas ocidentais que se alinham aos eurocomunistas em apoio aos "dissidentes" estão fazendo o jogo do inimigo; estão caindo numa provocação. A vulnerabilidade desses alinhamentos será exposta quando a "liberalização" ocorrer na Europa Oriental na fase final da política de longo alcance. Enquanto isso, eles emprestam maior respeitabilidade aos eurocomunistas. A propaganda e políticas ocidentais anticomunistas só podem recuperar sua eficácia se seus objetivos forem baseados numa correta compreensão e entendimento das origens, natureza e objetivos da estratégia e política de longo alcance e das técnicas de desinformação usadas em sua implementação.

Conclusão

Por volta de 1969, os estrategistas do bloco já tinham acumulado uma década de experiência no controle e exploração de disputas artificiais entre líderes de certos partidos do bloco. Eles tinham também a experiência de um experimento controlado na "democratização" da Checoslováquia. Eles viram como o Ocidente

engoliu cada uma de suas operações de desinformação, sucessivamente. Viram como a imagem dos partidos comunistas da Europa Ocidental foi melhorada a partir de sua associação com a "variedade Dubcek" de comunismo e por sua postura "independente" diante da intervenção do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia em agosto de 1968. Apesar de o "experimento Dubcek" ter sido encerrado, houve tempo suficiente para avaliar o seu potencial como um meio de influenciar as atitudes e reações ocidentais quanto ao comunismo. E o efeito foi profundo. Assim sendo, nos anos 70 fazia sentido explorar o potencial de disputas artificiais com os partidos comunistas europeus, incrementando suas perspectivas futuras. Tais disputas, agora na forma de eurocomunismo, poderiam ser encaixadas no padrão de outras operações de desinformação, já realizadas ou em curso. O eurocomunismo poderia ser apoiado pela Romênia e Iugoslávia, pelos estados comunistas "independentes" e atacado tanto pela União Soviética como pela China. As críticas mútuas entre soviéticos e eurocomunistas ajudavam a dissipar os temores da introdução de um sistema soviético na Europa Ocidental e confirmava a sinceridade da conversão dos eurocomunistas aos princípios democráticos. As críticas chinesas de que os eurocomunistas estariam caindo sob a influência social-democrata só aumentava a ilusão de que esse era o caso. Com as credenciais assim aperfeiçoadas, os eurocomunistas se posicionariam para conquistar novos aliados entre as classes trabalhadoras, os socialdemocratas, os pequeno-burgueses, a intelligentzia, as igrejas e entre as forças armadas, desse modo sendo capazes de desempenhar um papel mais influente na estratégia comunista geral para a Europa. Tal como a democratização checoslovaca, o eurocomunismo deveria ser encarado como um experimento e ensaio para a fase final da política. Seu potencial não foi nem totalmente concretizado nem minimamente percebido, dependendo de quem observa.

Parte II -Capítulo 21

Objetivos do Eurocomunismo

A extensão e penetração das já comprovadas técnicas de desinformação na Europa Ocidental, que sugeriam a evolução dos partidos eurocomunistas em partidos liberalizados, independentes e nacionais, tinha a intenção de:

- Ocultar a coordenação entre os partidos eurocomunistas e o bloco na elaboração e implementação de uma estratégia comum para a Europa.
- Sugerir ainda mais desintegração no movimento comunista internacional e, portanto, uma diminuição de sua ameaça ao mundo não comunista.
- Aumentar a capacidade dos partidos eurocomunistas em obter influência e poder legalmente, através das táticas de frente unida.
- Preparar o terreno, em coordenação com a política geral do bloco, pra uma eventual “liberalização” na União Soviética e na Europa Oriental e para um decisivo esforço para promover a dissolução da OTAN e do Pacto de Varsóvia, com a conseqüente retirada das tropas e arsenais americanos de uma Europa neutra e socialista.

Parte II – Capítulo 22

O Papel da Desinformação e do Potencial de Inteligência

na Realização das Estratégias Comunistas

O programa de desinformação desempenhou um papel significativo na bem sucedida realização das estratégias comunistas. Um estudo a partir das evidências comunistas e ocidentais disponíveis revela a existência de pelo menos seis estratégias interligadas, com vistas ao fomento do comunismo conforme as linhas ditadas pela política de longo alcance. A primeira estratégia relaciona-se com as atividades dos partidos comunistas nos países industriais avançados. Sua essência é o uso de várias táticas, tais como o eurocomunismo, implicando na exibição deliberada [em cada um daqueles países] de uma imagem de partido responsável e independente, visando estabelecer uma unidade de ação com os social-democratas e os católicos e que ao fim, levasse à criação de uma Europa socialista e neutra, mas pendendo para o lado comunista. A estratégia compreende três períodos. No primeiro período, os comunistas buscam aliados temporários entre os social-democratas, sindicatos e também entre os católicos, incluindo moderados e conservadores que possam ser cooptados por suas posições contrárias a qualquer aliança com os Estados Unidos. No segundo período, os conservadores são eliminados e os social-democratas passam a ser os aliados principais numa Europa neutra e socialista. No período final, os comunistas dão os passos necessários para a tomada de controle total.

A segunda estratégia trata do esforço comunista em estabelecer unidade de ação com os países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina. Sua essência é o uso de várias táticas, incluindo o apoio aos movimentos de libertação nacional pela URSS e por outros países comunistas, capitalizando a

influência que Tito exerceu sobre o movimento dos países nãoalinhados, o qual serviu desde o início, para diminuir a influência ocidental nessas áreas do mundo.

A terceira estratégia ocupa-se com o esforço de reverter a balança do poder militar, que em 1960 estava pesadamente inclinada em favor do Ocidente. A essência desta estratégia é revelada por numerosas ações comunistas, incluindo negociações diplomáticas, como as SALT; um esforço chinês de estabelecer uma falsa aliança militar com os Estados Unidos; esforços de aumentar o potencial militar soviético, envolvendo os Estados Unidos numa guerra impopular, como a do Vietnã; campanhas antimilitaristas na Europa Ocidental; e ações terroristas contra oficiais militares dos Estados Unidos.

A quarta estratégia trata de minar a resistência ideológica do mundo não-comunista ao avanço comunista. Sua essência não está no uso da propaganda e da pregação ideológica, mas em ações e feitos concretos, incluindo anti-sovietismo premeditado.

Subjacente a todas essas estratégias, está a quinta: a que trata do programa de desinformação. O elemento mais importante deste programa é a premeditada ruptura sino-soviética, a qual permitiu às duas potências comunistas empreender com sucesso a estratégia da tesoura, isto é, desenvolver políticas externas dualistas e complementares, das quais a íntima coordenação vem sendo ocultada do Ocidente, sem o menor sinal de que este a tenha sequer percebido. É esta estratégia da tesoura que contribuiu significativamente para todas as outras estratégias.

Apesar dos comunistas terem atingido uma unidade de ação com alguns estados árabes e africanos e tenham conseguido gerar campanhas antimilitares na Europa Ocidental, falharam em atingir a maioria dos social-democratas, dos sindicatos e dos católicos europeus. Tampouco tiveram sucesso nos Estados Unidos, em grande medida em função da forte posição anticomunista do movimento sindical americano, sob a liderança de George Meany. A formação de frentes unidas na América Latina como um todo, foi inibida pela força da influência dos militares no continente.

Parte II – Capítulo 22

A Estratégia Principal

A sexta estratégia, todavia, é a mais significativa. Esta estratégia, que estava em preparação pelo bloco ao longo dos últimos vinte anos, trata das soluções aos problemas remanescentes relativos à unidade de ação e tem um papel crucial na fase final da política de longo alcance. Esta estratégia diz respeito ao esforço consistente de trazer a efeito a consolidação política e econômica de regimes comunistas distintos, a construção das assim chamadas sociedades comunistas maduras e a preparação de um simulacro de democratização, a fim de fornecer, segundo as palavras de Togliatti, apoio aos comunistas [fora do bloco] na execução das grandes estratégias. Em essência, esta estratégia envolve a interação dos seguintes fatores:

1.
O desenvolvimento de uma subestrutura política, econômica, diplomática e militar eficaz, sobre a qual os comunistas podem continuar a coordenar seus planos e ações numa base bilateral, através de um sistema de tratados de amizade. Esta subestrutura não seria afetada pela dissolução do Pacto de Varsóvia. Um papel significativo nesta coordenação ficará reservado aos aparatos dos partidos, especialmente os departamentos responsáveis pelas relações com os países do bloco.
2.
O desenvolvimento de reajustes ideológicos criativos e a revitalização dos partidos comunistas e das organizações de massa, incluindo os sindicatos e as organizações de intelectuais e da juventude. Além disso, a ampliação da base política dos partidos e a transformações das organizações de massa em efetivas subestruturas dos partidos. Tais mudanças possibilitarão a introdução de uma oposição política controlada, que por sua vez, conferirá aos regimes totalitários uma atmosfera convincente de mudanças fundamentais e a aparência de democracia. Por exemplo, num período de vinte anos, os partidos comunistas da URSS e da China quase dobraram o número de seus membros, para dezessete milhões e trinta e seis milhões, respectivamente. Na China, esta proeza foi conquistada durante e depois da Revolução Cultural. Um papel muito

importante nessa revitalização foi desempenhado pelas comissões ideológicas e departamentos culturais dos partidos.

3.
A preparação de uma falsa oposição, durante a fase de introdução da democratização controlada nos regimes comunistas, com o propósito de criar condições favoráveis à unidade de ação com os social-democratas, sindicatos livres e com os católicos europeus, contra a OTAN e o complexo industrial-militar dos Estados Unidos. Esta preparação foi revelada pela reorganização e reorientação da KGB e dos serviços de segurança dos países do bloco, conforme ordenado por Shelepin. A justificativa lógica desse raciocínio era a coordenação dos esforços conjuntos e a introdução de uma oposição falsa e controlada, seguindo os modelos da experiência soviética com a falsa organização anticomunista "Truste", à época de Lênin. Shelepin ordenou especificamente o uso de agente s de influência entre os mais destacados escritores, cientistas, sindicalistas, nacionalistas e líderes religiosos. Ele enfatizou o uso de agentes de influência entre os líderes de várias religiões, incluindo da Igreja Ortodoxa Russa e líderes islâmicos na Ásia Central soviética, para objetivos políticos. Um papel ativo e significativo é desempenhado pelos departamentos administrativos dos partidos comunistas, que supervisionam as atividades dos serviços de segurança.
4.
O desenvolvimento de uma coordenação estratégica eficaz entre os ministérios das relações exteriores, embaixadores, partidos comunistas, organizações de massa dos países comunistas e os partidos comunistas dos países de fora do bloco. Papel significativo nessa coordenação cabe aos departamentos internacionais dos partidos e aos diplomatas comunistas. Isto explica porque alguns ministros comunistas, como os da Romênia, Hungria e Bulgária, no passado, foram os chefes de tais departamentos. Papel também bastante significativo, especificamente para a consecução dos planos estratégicos na Europa, ficou a cargo do Comitê Soviético para Segurança Européia, chefiado por V. Shitikov. Esse comitê foi criado em junho de 1971, para a melhor coordenação entre as organizações de massa soviéticas na luta pela realização dos objetivos de uma "segurança coletiva Européia". O desenvolvimento e implementação da estratégia são revelados pelas numerosas conferências de partidos comunistas, especialmente em Moscou

e Praga, em 1965 e as reuniões de alto nível dos líderes comunistas com Brezhnev na Criméia, durante os anos 70.

O estudo dos indícios e evidências disponíveis leva à conclusão de que a democratização checoslovaca em 1968 foi um ensaio desta estratégia, para verificar como funcionaria na prática um cenário como esse e para testar a reação ocidental a ele.

A Desinformação e o Papel Estratégico da Iugoslávia

A nova metodologia torna possível ver como a assim chamada "independência" da Iugoslávia lhe permitiu desempenhar um papel de destaque na bem sucedida promoção da estratégia comunista no Terceiro Mundo. A Iugoslávia estava bem qualificada para exercer influência na organização do Terceiro Mundo, fazendo-o pender para o socialismo ao mesmo tempo em que o transformava em arma contra o Ocidente. Foi Tito quem chamou a atenção de Krushchev para as potencialidades políticas da amizade e cooperação com líderes tais como Nasser, Nehru e Sukarno. A reconciliação da Iugoslávia com os outros países comunistas e a contribuição e comprometimento iugoslavos com a política de longo alcance de 1958-60 forma ocultados com êxito pela desinformação. Permaneceram escondidos ao longo dos últimos vinte anos, a despeito de vasta quantidade de indícios que podem ser interpretados como indicativos do desempenho de um papel estratégico pela Iugoslávia, em coordenação com outros membros do bloco comunista, nas relações com outros países, acima de tudo com aqueles da África, Ásia e com a ONU.

A influência da Iugoslávia, dentro e fora do movimento dos países não-alinhados, era aceitável para os líderes neutros ou nacionalistas do Terceiro Mundo, em grande medida porque viam uma Iugoslávia independente como eles mesmos e diferentemente das grandes potências, sem interesse em dominá-los e controlá-los. A variedade iugoslava de comunismo parecia mais flexível e

adaptável do que as versões soviética ou chinesa. Além disso, a penetração das idéias iugoslavas no Terceiro Mundo foi conseguida não através das atividades tradicionais de um partido comunista dogmático e rigidamente hierarquizado, mas através de relações pessoais e de organizações de massa, tais como a Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Iugoslávia e os sindicatos iugoslavos.

Em questões importantes, a linha de Tito era consistentemente antiocidental e útil à consecução da política de longo alcance. Ele assumiu uma posição antiamericana na crise dos mísseis em Cuba, em 1962. Seguiu a linha comunista próárabe em 1967 e rompeu relações diplomáticas com Israel.
Trabalhou duro para persuadir as nações não-alinhadas a seguir o mesmo caminho. Em 1973, dezoito nações africanas haviam rompido relações com Israel. Tito seguiu a linha comunista e reconheceu a Alemanha Oriental, influenciando muitos estados árabes e africanos na mesma direção. Mobilizou as nações nãoalinhadas na condenação à intervenção americana no Vietnã.
Criticou o comportamento americano diante da guerra civil em Angola em 1975. Por algum tempo, a administração do presidente Ford reconsiderou as tentativas de melhorar as relações com a Iugoslávia.

Tito foi crítico das ações cubanas na África e da intervenção soviética no Afeganistão, mas muitas dessas críticas foram abrandadas e nenhuma levou a qualquer ação efetiva. Ele e seus colegas iugoslavos podem reivindicar a maior fatia do crédito pela virada da balança na ONU, contra o Ocidente e a favor do bloco comunista, ocorrida ao longo dos últimos vinte anos. Um outro ponto e com importantes implicações para a fase final da política de longo alcance, é que Tito obteve êxito em conquistar apoio e solidariedade de muitos socialistas europeus e japoneses para os movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo.

Recapitulando, as ações iugoslavas de 1958 a 1980 estiveram todas, sempre, em íntima coordenação com a União Soviética e ultimamente, com a China. Através do uso da desinformação sobre a independência iugoslava, a qual foi aceita tanto pelo Terceiro Mundo quanto pelo Ocidente, a Iugoslávia foi

capaz de, conforme os ditames leninistas, desempenhar um papel estratégico muito importante ao promover a ação unificada com os países do Terceiro Mundo, reorientando-os na direção do socialismo e convertendo-os em aliados do comunismo contra o Ocidente. Foi bem merecida a "Ordem de Lênin" que Tito recebeu em 1979. Ele está morto, mas suas políticas continuam.

Por causa da falha Ocidental em divisar a desinformação, incluindo os violentos ataques chineses e albaneses a Tito, por este agir como um agente do imperialismo americano na África, os Estados Unidos e seus aliados continuaram a considerar a Iugoslávia como um trunfo potencial e uma força moderadora entre os países recentemente independentes; continuaram a conferir-lhe tratamento favorável. Mas a influência iugoslava é perigosa. Já foram lançadas as bases para a ação coordenada entre

o bloco comunista, o Terceiro Mundo e muitos socialistas europeus e japoneses. Sem perceber o efeito sobre o seu próprio destino, grande parte do Terceiro Mundo está pronta para agir como o mais eficaz aliado dos estrategistas comunistas em sua ofensiva contra os países avançados na fase final da política.

Parte II – Capítulo 22

A Desinformação Sino-Soviética e a Revolução Cultural: Uma Nova Interpretação

A denúncia soviética da Revolução Cultural, que acusava esta de ser antimarxista e anti-socialista, ajudou a ocultar o seu verdadeiro significado, ou seja, de ser parte do processo de reconstrução comunista chinês. Ao mesmo tempo, os líderes chineses foram capazes de, no seu período mais vulnerável, explorar suas alegadas desavenças com os soviéticos como instrumento de reagrupação do partido e das massas sob a sua orientação, içando a bandeira do nacionalismo chinês. Nisto, estavam repetindo a exploração que Stálin fez do suposto "cerco capitalista à União Soviética" nos anos 20 e 30, para realinhar o povo russo ao regime soviético. No case chinês, a diferença foi que, ao deliberadamente enganar sua própria população e o mundo exterior, os chineses incluíram a União Soviética entre as "potências imperialistas" que tentavam cercar a China. Assim procedendo, serviam aos seus próprios interesses de fortalecimento e estabilização do regime e aos interesses estratégicos da política de longo alcance.

Não há dúvida de que houve tumulto e desordem durante a Revolução Cultural, mas à luz da nova metodologia, cabe nova interpretação dos fatos. A Revolução Cultural foi um elemento – um elemento bastante significativo – de um processo mais amplo de reconstrução em moldes comunistas da sociedade chinesa. Ele se seguiu, como próximo passo lógico, à reconstrução da agricultura chinesa. A recém-estabelecida base material da sociedade chinesa requeria uma apropriada superestrutura política e ideológica marxista. Por esta razão, Mao a designou "a grande revolução cultural proletária".

Além de causar enormes deslocamentos de pessoas e a desarticulação econômica generalizada, a criação das comunas e a mudança de prioridade da indústria para a agricultura tornaram

clara a inadequação da estrutura e caráter do partido e das organizações de massa tal como existiam. Essas estavam nas cidades, enquanto as grandes massas chinesas estavam no campo – daí a pressão e o esforço de enviar intelectuais para os vilarejos. O nível de ideologização do partido estava muito baixo e a tendência à inércia rígida e burocrática era inaceitável. Portanto, foi tomada a decisão de selecionar alguns elementos veteranos do partido e das organizações da juventude: aqueles que fossem os mais altamente doutrinados e militantes. Em seguida, eles foram reagrupados numa estrutura alternativa, que dependia basicamente do exército e do Ministério da Segurança Pública, provendo assim o necessário elemento de controle. O surgimento de "departamentos políticos", destacamentos da Guarda Vermelha e de "comitês revolucionários", não foi espontâneo. A Revolução Cultural foi lançada somente depois que essas preparações essenciais foram feitas, exatamente para que fornecessem a base para uma estrutura alternativa de poder. Construída uma estrutura alternativa de poder, foi então possível abolir grandes porções da estrutura partidária existente, abaixo do nível do Comitê Central, bem entendido, enquanto que grande número de altos funcionários do partido estava sendo submetido a uma intensa e renovada doutrinação. Enquanto isso, a organização alternativa, composta majoritariamente por elementos da geração mais nova, lançou-se à tarefa de reforçar seus laços e aumentar sua influência sobre as massas, a fim de incutir-lhes o ardor revolucionário e comprometêlas com as políticas de reconstrução comunista. A Revolução Cultural foi iniciada oficialmente pela plenária do Comitê Central em agosto de 1966 e foi guiada e dirigida pelo Comitê, do início ao fim. O fato de que foi uma revolução controlada de cima fica demonstrado por sua interrupção temporária durante estação de semeadura, na primavera de 1967 e na simultânea retomada das aulas nas escolas, por determinação do Comitê Central. Sendo ideológica, é natural que a revolução tenha sido dirigida pelos ideólogos do Comitê Central, liderados por Chen Po-ta e pelo próprio Mao. Por volta de abril de 1969, o progresso obtido pela Revolução Cultural já tinha sido suficiente. O 9. ° Congresso do

Partido decidiu ser a hora de abrandar tanto ardor ideológico e tanto fogo revolucionário.

Ainda que os tumultos tenham gradualmente diminuído, muitos dos processos iniciados antes e durante a Revolução Cultural, continuaram. Se a essência do período da Revolução Cultural, de 1966 a 1969, foi a criação de órgãos de poder e o ataque dos “esquerdistas” aos “direitistas”, então a essência dos três anos seguintes foi a reabsorção dos membros mais antigos e reeducados nesses novos órgãos do poder e o ataque ao “esquerdistas”, período esses que teve início com o apoio do exército, agora controlado mais firmemente pelo partido. Os primeiros sinais de détente com o Ocidente começaram a surgir. Nos três anos seguintes, de 1973 a 1976, sob a alegada orientação da “Gangue dos Quatro”, o processo de reeducação continuou. Mas agora se tratava de um processo mais específico de preparação ideológica e política do partido reconstruído, do aparato de governo e das organizações de massa para a nova situação acarretada por uma mudança em direção a uma diplomacia ativista e de détente. Com a morte de Mao e o retorno dos “pragmatistas” ao poder, foi lançada uma iniciativa diplomática ativista em larga escala, seguindo o exemplo soviético. O objetivo era usar a ajuda econômica, financeira e tecnológica do mundo não-comunista para acelerar o desenvolvimento econômico e militar da China. Esta já estava pronta para desempenhar o seu papel pleno na política de longo alcance do bloco. A China buscou alinhar-se especialmente aos conservadores nos país desenvolvidos e aos regimes islâmicos no Terceiro Mundo, a fim de colocar em prática com mais eficácia a estratégia da tesoura sino-soviética.

Parte II – Capítulo 22

Como em outros países comunistas, o processo de reconstrução comunista na China foi acompanhado da introdução de técnicas novas e da revitalização de antigas. No caso chinês, os objetivos eram revitalizar o partido comunista, alargar a sua base política, engajar a geração mais jovem a objetivos ideológicos, reeducar a geração mais velha de membros do partido, controlar e neutralizar a oposição interna, revitalizar o aparato do estado e das forças armadas e preparar a China como um todo para o seu papel na implementação interna e externa da política de longo alcance do bloco. As técnicas de ativismo político, provocação, desinformação e de profilaxia política, já discutidas em detalhe no caso soviético, foram todas usadas com eficácia na China. As supostas lutas pelo poder na China, entre "esquerdistas", "direitistas", "dogmáticos" e "pragmatistas", são tão irreais quanto foram aquelas entre "estalinistas" e "antiestalinistas" na União Soviética.

A cooperação existente os membros da liderança para criar a ilusão de lutas entre eles ou entre o partido e o exército, ajuda a prevenir a ameaça de lutas reais na liderança ou de tendências golpistas no exército. Ela dá aos ideólogos do partido material para treinar os membros do partido no combate a tendências indesejáveis e concomitantemente, prepara-os para mudanças radicais na política. A violência das guinadas na linha chinesa é uma técnica emprestada daquela usada por Stálin, ao final do período da NEP. As guinadas de Stálin, da esquerda para a direita e novamente para a esquerda, foram usadas para forjar e endurecer

o partido, transformando-o num instrumento resistente e obediente a sua vontade. A diferença reside no fato de que Stálin usou a técnica para estabelecer sua ditadura pessoal e o facciosismo era real; a liderança chinesa usou-a para incrementar a eficácia do partido como um todo e o facciosismo na liderança era uma farsa. A recente reavaliação e rebaixamento parcial do papel de Mao na China apresentam paralelos com a desestalinização na União Soviética e têm como propósito parcial prevenir a emergência, no futuro, de quaisquer tendências de ditadura pessoal no PCC. A formação da Guarda Vermelha evoca o uso de ativistas da Komsomol durante a coletivização da agricultura promovida por Stálin na União Soviética nos anos 30. A técnica do uso de murais pelo regime, parece ter sido idéia emprestada dos genuínos opositores de 1956 e 1957.

A Revolução Cultural e todo o processo de reconstrução comunista seguiram os preceitos leninistas de superação da "doença infantil" e do isolamento do partido das massas. A reeducação dos quadros do partido, a sua reestruturação e a das organizações da juventude e sindicatos foram necessárias tanto para atingir esses objetivos como para preparar o sistema chinês para uma détente ativista com o Ocidente à medida que a política de longo alcance se desdobrasse.

A despeito da suposta destruição do partido na Revolução Cultural, a verdade é que aquele se fortaleceu. As organizações sindicais, da juventude e das mulheres chinesas, todas retomaram as suas atividades.

Como resultado da estabilização e do fortalecimento do partido e das organizações de massa, a China, tal como outros estados comunistas depois de 1960, viu-se capaz de introduzir medidas ao estilo da NEP, incluindo alguns acessórios e adereços da democracia, como murais, julgamentos e processos, liberação das forças de mercado, relaxamento dos controles sobre: a religião, a vida intelectual, as condições de trabalho nas fábricas e o direito à propriedade. Começaram a surgir “dissidentes”, seguindo o padrão soviético. Foram permitidos contatos mais amplos com o Ocidente e mais atenção foi dada aos chineses no exterior, cujos parentes na China somavam algo em torno de doze milhões de pessoas.

Parte II – Capítulo 22

A Dualidade Sino-Soviética e a Estratégia Comunista no Terceiro Mundo

Analisado pela nova metodologia, o esforço chinês no Terceiro Mundo é complementar ao de outros estados comunistas e um elemento importante na estratégia comunista como um todo.

De 1958 em diante, o caráter do esforço chinês no Terceiro Mundo, foi ditado pelos antecedentes históricos e pelas capacidades atuais da China. Esta foi livrada da opressão colonial por meio de uma prolongada guerra de libertação contra o Japão. O partido comunista chinês aprendeu como explorar as condições de um conflito militar para aprofundar a sua influência e conquistar o poder. Via de regra, os esforços chineses e soviéticos podem ser entendidos não como rivalidades, mas como uma bem coordenada divisão de trabalho que trouxe dividendos para a estratégia comum.

Quando existe alguma disputa séria entre dois países do Terceiro Mundo, é possível discernir um padrão nas políticas externas soviética e chinesa, no qual cada um toma posição a favor de um dos lados e adota uma bem definida dualidade em suas políticas. Dualidade entendida como a obtenção simultânea de dois benefícios. Quem quer que ganhe, ganham sempre a política e a estratégia comum. A União Soviética busca aumentar sua influência sobre um dos contendores e a China sobre o outro. O exemplo clássico desse padrão é verificado no caso da Índia e do Paquistão.

O conflito sino-indiano de 1962 foi provocado pelos chineses. Os soviéticos assumiram uma postura amplamente antichinesa e pró-indiana, a qual lhe granjeou certa afeição e reputação na Índia. À época da irrupção da polêmica pública entre os partidos soviético e chinês, em 1963, uma missão do exército e da força aérea indiana visitou a União Soviética.

No ano seguinte, o ministro da defesa indiano foi a Moscou para discutir a cooperação militar soviético-indiana. Outras visitas mútuas de delegações militares tiveram lugar em 1967 e 1968. Em meados dos anos 60, já haviam sido estabelecidas reuniões regulares para consultas sobre problemas de interesse mútuo entre os ministros das relações exteriores da União Soviética e da Índia. 195 Os Estados Unidos consideraram a Índia responsável pelo conflito com o Paquistão em 1971, interrompendo a ajuda militar àquela. Os soviéticos fizeram um apelo, pedindo o fim do conflito, mas não obstante, mantiveram seu apoio moral à Índia, pelo qual Indira Gandhi expressou sua gratidão. Um tratado de amizade foi assinado entre a União Soviética e a Índia em agosto de 1971. Um grande influxo de visitantes soviéticos seguiu-se à assinatura do tratado. Em outubro, Firyubin foi à Índia, coincidentemente, no mesmo mês em que Tito lá esteve. Nos três meses seguintes, lá estiveram Kutakhov, chefe da aviação militar soviética e V.V. Kuznetsov, vice-ministro do exterior soviético. Em dezembro, a Sra. Gandhi condenou a política americana no Vietnã. 196 Em 1973, foi assinado um acordo entre a Gosplan, a agência soviética de planejamento e a comissão indiana de planejamento. 197

Muito em função da habilidosa exploração soviética do conflito indo-paquistanês, em meados dos anos 70 a tendência na direção de relações cada vez mais estreitas entre a Índia e a União Soviética tornou-se virtualmente irreversível. O breve governo de Morarji Desai (1977-79) não foi capaz de ir contra a maré. As relações indo-soviéticas foram ainda mais fortalecidas pela visita de Brezhnev e suas tratativas com Indira Gandhi em 1981.

195 GSE (1969), p. 52.
196 GSE (1972), p. 269.
197 GSE (1974), p. 278.

Parte II – Capítulo 22

Enquanto os soviéticos reforçavam sua influência sobre a Índia, os chineses faziam o mesmo sobre o Paquistão, utilizando-se das mesmas técnicas de troca de vistas e delegações militares, especialmente entre 1962 e 1967. Quando os Estados Unidos cessaram a ajuda militar ao Paquistão em 1967, os chineses rapidamente preencheram o vácuo. Em 1968, o presidente Yahya Khan e seu ministro do exterior, visitaram a China. A cooperação foi incrementada. Em 1970, Kuo Mo-jo visitou o Paquistão. A essa altura, o Paquistão já se encontrava próximo o suficiente da China para servir de intermediário nos arranjos que levaram à visita de Kissinger à China, em 1971. Bhutto foi recebido por Mao em 1972, após outro conflito com a Índia e a formação de Bangladesh. O conflito resultou na saída do Paquistão da Comunidade Britânica (Commonwealth) e da SEATO. Outras trocas de vistas de alto nível continuaram a ocorrer entre paquistaneses e chineses, a despeito de mudanças no governo do Paquistão.

Assim como no caso da influência soviética sobre a Índia, a influência chinesa sobre o Paquistão está criando condições para uma aliança entre eles e para uma tomada de controle comunista. Já existe uma situação que pode ser explorada ainda mais pelos movimentos calculados e coordenados de chineses e soviéticos, em conexão, por exemplo, com a intervenção soviética no Afeganistão.

A recente postura moderada chinesa tem a intenção de ajudar a construir uma imagem de respeitabilidade da diplomacia de détente chinesa diante dos países industriais avançados e também dos países do Terceiro Mundo. Essa postura é também consistente com o padrão emergente de dualidade sino-soviética; enquanto a União Soviética constrói frentes unidas com nacionalistas contra os Estados Unidos, a China procura seduzir e conduzir os Estados Unidos e outros países conservadores, inclusive estados africanos e asiáticos, para a formação de alianças ardilosas, traiçoeiras e artificiais, tanto com a China mesma como com suas parceiras, mas ostensivamente contra a União Soviética.

Parte II – Capítulo 22

A China busca penetrar o campo do adversário, não somente sem enfrentar resistência, mas sendo bem recebida como aliada contra o expansionismo soviético, devidamente equipada com tecnologia e armas ocidentais.

Na fase atual da política, nem a União Soviética e tampouco a China colocam os partidos comunistas locais como armas estratégicas na vanguarda. Somente quando o objetivo de isolar os Estados Unidos do Terceiro Mundo for atingido, os partidos comunistas locais assumirão o seu lugar, ajustando as contas acumuladas com os nacionalistas que os reprimiram no passado.

Parte II – Capítulo 22

A Dualidade Sino-Soviética e a Estratégia Militar

A nova metodologia esclarece a contribuição ao sucesso das estratégias comunistas feita pela divisão de trabalho entre soviéticos e chineses, a qual implica na dualidade coordenada de suas políticas.

Nos primeiros anos da détente e parafraseando Lênin, aos chineses foi dada a tarefa de tocar o "terrível contra-baixo", em contraste com o "violino sentimental" dos soviéticos. Enquanto estes enfatizavam a détente e a coexistência pacífica e ocupavamse com contatos de alto nível com líderes americanos e europeus, os chineses advogavam a militância violenta, a revolução, enfim. Surgiram marcantes diferenças no tratamento dado na imprensa soviética e chinesa à visita de Krushchev aos Estados Unidos em 1959. Em fevereiro de 1960, três meses antes da malograda conferência de cúpula em Paris, o delegado chinês junto ao Pacto de Varsóvia criticou os soviéticos por sua reaproximação com os "imperialistas", os mesmos que se recusaram a fazer concessões em Berlim. Às vésperas da reunião de Krushchev com presidente francês, em abril de 1960, a imprensa chinesa retomou suas críticas aos "revisionistas" iugoslavos, publicando artigos que clamava por uma abordagem militante e revolucionária dos problemas mundiais, enquanto a imprensa soviética continuava a enfatizar a moderação e a coexistência pacífica.

Surgiram outras divergências no tratamento que soviéticos e chineses deram às crises cubana e sino-indiana em 1962, mas talvez a instância mais notável da dualidade nos anos 60 tenha ocorrido durante as negociações entre americanos, britânicos e soviéticos acerca do Tratado de Proibição de Testes Atômicos, em 1963. A chegada a Moscou da delegação anglo-americana que iria conduzir aquelas negociações foi imediatamente precedida pela chegada da delegação chinesa, que trataria de assuntos partidários com o PCUS. A cordialidade e simpatia dispensadas à delegação ocidental contrastavam vivamente com a frieza demonstrada para com os chineses. O progresso obtido nas conversações sobre a

proibição dos testes foi acompanhado do aparente fracasso das negociações sino-soviéticas. A assinatura do tratado de proibição foi seguido da interrupção das conversações sino-soviéticas, de ataques da imprensa chinesa à política soviética quanto às negociações desse tratado e de polêmicas públicas entre os partido soviético e chinês. Uma outra irrupção da polêmica sino-soviética ocorreu pouco antes das negociações soviético-americanas sobre o tratado de não-proliferação nuclear, entre 1966 e 1967.

Os eventos subseqüentes mostraram quão pouco fundamento havia nas acusações chinesas de que os soviéticos tinham capitulado diante do imperialismo ocidental nos anos 60 teriam e assim sacrificado a "solidariedade socialista" e o apoio à luta revolucionária no altar da coexistência pacífica. 198 À época, o efeito dessas acusações foi o de promover as ilusões ocidentais sobre a moderação soviética, criando as condições favoráveis ao sucesso da diplomacia ativista soviética com respeito aos Estados Unidos e aos países europeus membros da OTAN.

Em contraste com os implacáveis e dogmáticos chineses, os soviéticos pareciam comunistas cautelosos, razoáveis, nãoideológicos, pragmáticos, com quem era possível negociar um acordo. Ademais, eles pareciam sinceros quando afirmavam partilhar do interesse ocidental na contenção da influência chinesa.

A dualidade sino-soviética produziu no Ocidente o efeito que os estrategistas soviéticos pretendiam atingir desde o início. Parece seguro afirmar que essa dualidade lhes trouxe dividendos substanciais. Por exemplo, não fosse pela crença do General de Gaulle na sinceridade do interesse soviético na détente e a sua confiança na autenticidade da ruptura sino-soviética, ele não teria ido tão longe quanto foi em suas tratativas com a União Soviética, no seu reconhecimento da China comunista e no abandono francês de seus compromissos militares com a OTAN.

198 Ver, p.ex., o "Chinese People's Daily", 6 de setembro de 1963: "A liderança do PCUS tornou-se crescentemente ansiosa pela obtenção de barganhas políticas com o imperialismo americano e inclinou-se à formação de uma aliança reacionária com Kennedy, mesmo às expensas dos interesses do campo socialista e do movimento comunista internacional".

Parte II – Capítulo 22

De 1958 a 1969, a despeito de todo o som e a fúria -e se comparada à União Soviética -, a China era diplomaticamente passiva com relação às potências ocidentais. O contraste era simplesmente natural. A União Soviética já era uma superpotência militar engajada na competição estratégica com os Estados Unidos e a OTAN. Os soviéticos tinham sólida base de experiência no trato com as potências ocidentais e um grupo muito bem treinado para levar a cabo as suas políticas. A China ainda era militarmente insignificante, não era sequer reconhecida pelos Estados Unidos e por muitos outros países, além de sofrer com a escassez de pessoal diplomático treinado e bem doutrinado. O choque da Revolução Cultural trouxe mais um recuo ao isolamento diplomático já existente.

Em 1969, tudo isso começou a mudar. Com a conclusão da Revolução Cultural, a China reemergiu na cena internacional. A diplomacia ativista da détente chinesa foi lançada. O comércio, especialmente a aquisição de tecnologia avançada, destacava-se entre os óbvios motivos chineses. Em janeiro de 1969, um embaixador especial da Alemanha Ocidental, Egon Bahr, foi convidado a conduzir negociações comerciais em Shangai. A troca de vistas entre políticos e líderes militares chineses e ocidentais tornou-se lugar comum. Uma iniciativa para obter reconhecimento diplomático logo trouxe resultados. Por volta de 1970, o reconhecimento foi concedido por cinqüenta e cinco países. Em 25 de outubro de 1971, a China comunista ganhou assento na ONU; em 1973, já mantinha relações diplomáticas com noventa e um países. Em fevereiro de 1972, após duas visitas preparatórias de Kissinger (inicialmente mantidas em grande segredo e sem consulta aos japoneses, os mais diretamente afetados dentre os aliados mais próximos dos EUA), o presidente Nixon visitou a China. A ele se seguiram: o secretário do exterior britânico, Douglas-Home, o presidente francês, Pompidou, em 1973 e o chanceler alemão-ocidental, Schmidt, em 1975. Os líderes da oposição conservadora britânica, Strauss e Thatcher, visitaram a

China em 1975 e 1977, respectivamente. Em retribuição, vistas ministeriais chinesas foram feitas aos Estados Unidos e Europa, culminando na visita de Teng Hsiao-p'ing aos estados Unidos e ao Japão e nas jornadas do presidente Hua Kuo Feng pela Europa em 1979. No mesmo ano, o assessor de segurança nacional do presidente dos Estados Unidos, Brzezinski, visitou a China. Em função dos resultados da intervenção soviética no Afeganistão, agora era Brown, secretário de estado americano, quem visitava a China. A troca de vistas entre chineses, americanos, europeus ocidentais e japoneses, refletia não apenas o desenvolvimento do comércio e a concessão de créditos à China, mas também a transferência de tecnologia ocidental para a modernização industrial e o rearmamento.

Devem ser destacados três pontos dessa diplomacia ativista chinesa, pois merecem atenção e ênfase especial. Primeiramente, ela foi mantida contínua e consistentemente através dos anos 70, a despeito da morte de Mao em 1976. O próprio presidente Hua deixou isso bem claro em 25 de dezembro de 1976, quando ele garantiu que a China iria prosseguir segundo as diretivas estabelecidas por Mao. 199 Em segundo lugar, sob a orientação de Mao, Teng Hsiao-p'ing desempenhou um papel de grande destaque, sendo um dos principais arquitetos chineses da política de longo alcance estabelecida entre 1958 e 1960. O terceiro ponto é um traço notável da escolha chinesa dos líderes ocidentais passíveis de aproximação, mais facilmente explicável por motivos estratégicos do que afinidade ideológica e que se revela em sua inteireza na proporção de líderes conservadores entre eles. Alguns deles tais como Strauss, Brzezinski e Thatcher, por exemplo, foram escolhidos justamente pelos ataques pessoais que sofreram dos soviéticos, ataques que em nada prejudicaram seu relacionamento com os chineses.

Ao mesmo tempo em que os chineses estavam embarcando numa política de détente, os soviéticas colhiam os bons frutos de sua diplomacia ativista lançada no início dos anos 60. Seus esforços seguiam as três principais direções descritas

199 GSE (1977), p. 294.

anteriormente: conversações SALT com os Estados Unidos, CSCE na Europa 200 e relacionamentos bilaterais mais estreitos com certas potências européias. Também e ao mesmo tempo, o Ocidente começou a perceber que a União Soviética tinha tirado vantagem da détente para aumentar seu poderio militar.

Observado à luz da nova metodologia, o recrudescimento das hostilidades na fronteira sino-soviética em 1969 e 1970 não foi fortuito; tampouco foi a adoção de posições diametralmente opostas por soviéticos e chineses em muitas outras questões. A dualidade nas políticas sino-soviéticas serviu para fornecer um cenário favorável ao lançamento e condução, tanto das negociações SALT quanto da diplomacia de détente chinesa. No que dizia respeito à CSCE, foi notável que os chineses, enquanto condenavam os soviéticos por sua participação nas conferências de Helsinque, emprestassem seu apoio ao conceito de uma Europa Ocidental "independente das duas superpotências", ou em outras palavras, que emprestassem apoio à estratégia comunista geral para a Europa.

Enquanto os anos 70 se arrastavam e a agressividade soviética se tornava mais aparente na Europa, África e finalmente no Afeganistão, a China começou a parecer atraente como aliado potencial do Ocidente. O interesse comum compartilhado com a União Soviética em resistir à militância chinesa dos anos 60, foi substituído e suplantado pelo interesse comum entre a China e o Ocidente em resistir ao expansionismo soviético dos anos 70. Capitalistas europeus e japoneses tropeçavam uns nos outros na disputa por uma fatia da expansão econômica e militar chinesa, incitados por políticos conservadores anti-soviéticos ocidentais e por especialistas em defesa. A aliança com a China parecia oferecer a melhor esperança de retificar o crescente desequilíbrio militar entre a União soviética e o Ocidente, especialmente na Europa. Os Estados Unidos estavam mais e mais dispostos a "jogar a carta chinesa" . As relações com a China comunista, iniciadas sob Nixon e Kissinger e desenvolvidas sob Carter e

200 N.T.: CSCE – Conference on Security and Cooperation in Europe - Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa.

Brzezinski, foi levada ao nível de cooperação militar, sob Reagan e Haig. A intenção era fortalecer a China como contrapeso à União Soviética. Tanto em relação à União Soviética nos anos 60 e à China nos anos 70 e 80, o Ocidente esqueceu do erro cometido pelo Alto Comando Alemão ao ajudar no rearmamento da União Soviética depois do Tratado de Rapallo em 1922. A estratégia da tesoura sino-soviética não tinha sido reconhecida pelo que realmente é.

Em resumo, a União Soviética e a China primeiramente levaram a cabo o preceito estratégico clássico que é o de buscar a penetração no campo inimigo sem resistência e se possível, sendo até bem-vindos pelo inimigo. Como disse Sun Tzu: "Subjugar o inimigo sem lutar é o ápice da perícia".201

201 "The Art of War",SunTzu,p.77 -"A Arte da Guerra", Sun Tzu

Parte II – Capítulo 22

As lutas entre estados comunistas são geralmente tidas como evidências conclusivas de uma ruptura entre eles. Mas deveria ser lembrado que os conflitos nas áreas de fronteira sinosoviéticas e sino-vietnamitas aconteceram na presença de poucos observadores ocidentais, se é que realmente havia algum. Incidentes de fronteira podem ser facilmente encenados e comunicações não codificadas por rádio podem muito bem ser usadas para dar suporte à pretensa autenticidade do conflito. Exercícios militares conjuntos podem ser executados de tal maneira que tenham o aspecto de batalhas reais. Mesmo se ocorrerem danos e baixas verdadeiras, os incidentes continuam abertos a mais de uma interpretação. As aparentes lutas entre estados comunistas podem contribuir para a consecução de objetivos estratégicos comunistas, tais como a promoção de acordos e de alinhamentos oportunistas e temporários entre estados comunistas e não-comunistas. Por exemplo, a "guerra" sinovietnamita – e os temores de que essa se espalhasse – intensificaram a pressão ocidental sobre os Estados Unidos para que estes concluíssem o acordo SALT II com a União Soviética, além de terem contribuído para fazer a China parecer atraente como aliado potencial do Ocidente contra a União Soviética.

Parte II – Capítulo 22

Dualidade Sino-Soviética e o Movimento Revolucionário

A ruptura sino-soviética em geral não teve o efeito que se poderia esperar: rachar ao meio os partidos comunistas de fora do bloco. Isso não se verificou e nem mesmo a influência desses foi reduzida. Na verdade, a maioria dos partidos comunistas da Europa Ocidental tornou-se ainda mais ativa e permaneceu majoritariamente alinhada com os soviéticos. Sua associação à "moderação" soviética ajudou a melhorar a sua própria imagem, aumentando suas chances de sucesso eleitoral com a tática de frentes unificadas. O partido comunista italiano foi muito mais influente nos anos 80 do que havia sido nos anos 60. Na França, em 1974, a aliança socialista-comunista chegou mais perto de uma vitória eleitoral do que em qualquer outro momento desde a II Guerra Mundial. De maneira geral e à medida que grupos "dissidentes-radicais" pró-chineses afastaram-se da linha mestra dos partidos comunistas, como na Bélgica, por exemplo, houve benefício para a estratégia de longo alcance comunista. Uma "descarga" de indesejáveis e a separação calculada dos grupos mais radicais e violentamente revolucionários ajudaram os partidos comunistas a reforçar a imagem de partidos democráticos responsáveis e potenciais aliados de socialistas, cristãos e de outros grupos progressistas.

O partido comunista japonês tentou tirar vantagem da ruptura sino-soviética para ampliar a sua influência política.

A militância chinesa e a dualidade sino-soviética abriram as portas à possibilidade de ação unificada entre dissidências próchinesas e outras facções de extrema-esquerda, especialmente os trotskistas. Em junho de 1963, coincidindo com a irrupção de polêmicas públicas entre os partidos soviético e chinês, a 4. ª Internacional Trotskista, numa resolução especial, aprovou a "tarefa histórica de juntar-se aos chineses e lutar pela criação de uma frente unida entre a 4. ª Internacional e os camaradas chineses".

Em 1976, a 4. ª Internacional declarou-se favorável à aceleração da luta armada revolucionária das massas nas principais bases do capitalismo. A maioria apoiava Mao. Um grupo minoritário e crítico de algumas das idéias de Mao propôs uma linha mais flexível na luta com os partidos comunistas "tradicionais". O 9. ° Congresso da 4. ª Internacional foi realizado em Rimini, na Itália, em abril de 1969. Nele foram discutidas as táticas na América Latina. A seção européia do grupo da maioria realizou uma conferência em outubro de 1969, na qual decidiu cessar as tentativas de penetração dos partidos comunistas e criar partidos "revolucionários independentes". No mesmo mês, em Viena, foi realizado o congresso do grupo minoritário, que aprovou as ações das facções dissidentes do movimento comunista. Simultaneamente, o congresso condenou esses mesmos grupos pela recusa em cooperar com a União Soviética no apoio à luta de libertação no Vietnã. Também em 1969 e à medida que o movimento pela CSCE ganhava força, foram realizados encontros trotskistas em protesto contra a OTAN na Inglaterra, Dinamarca, Japão e Austrália.

Parte II – Capítulo 22

As informações disponíveis ao público são insuficientes ara permitir um julgamento adequado quanto ao grau de bem sucedida coordenação chinesa e soviética a que esses grupos radicais de extrema-esquerda estiveram submetidos. Mas a rivalidade e às vezes, até mesmo a violência entre esses grupos e a linha "ortodoxa" dos partidos comunistas não deveriam ofuscar a percepção do grau de contribuição que as atividades de todos eles fizeram aos objetivos da estratégia comunista de longo alcance; um tipo de atividade que pode servir ainda mais em situações críticas no futuro. Em 1971, Ponomarev, apesar de descrever alguns dos elementos da New Left (Nova Esquerda) como "aventureiros", concluía que "negligenciar este segmento do movimento de massas significaria enfraquecer a pressão da luta antiimperialista e retardar a formação de uma frente unificada contra o capitalismo monopolista".202 De maneira geral, desde a adoção da política de longo alcance e o desenvolvimento da dualidade sino-soviética, tanto os partidos comunistas moderados quanto os grupos terroristas, radicais e revolucionários, tiveram êxito no amento de suas forças, freqüentemente às expensas de genuínos movimentos de esquerda e de socialistas democráticos.

No início dos anos 60, as organizações internacionais de fachada proviam um fórum conveniente para a divulgação experimental das "diferenças" sino-soviéticas.

O repúdio dessas organizações às posições radicais chinesas ajudou a torná-las organizações menos suspeitas e até certo ponto, respeitáveis. Ao mesmo tempo, confirmava a autenticidade da disputa sino-soviética. Quando em meados dos anos 60 os chineses finalmente se retiraram dessas organizações de fachada, eles não fizeram qualquer esforço sério para desorganizá-las ou para criar

202 "Topical Problems in the Theory of the World Revolutionary Process", Boris Ponomarev, "Kommunist", n.° 15, (outubro de 1971)

rivais equivalentes. A retirada chinesa parece ter sido inteiramente lógica. Em parte, pode ter sido ditada pela Revolução Cultural. Não há dúvida, tampouco, de que essa retirada suave tenha sido motivada por um desejo de não causar rupturas ou a desmoralização daquelas organizações, tendo em vista que elas também aumentavam ritmo para o bom encaixe e desempenho de seus papéis estratégicos. A retirada também deixava os chineses livres para adotar táticas heterodoxas, incluindo relações cordiais com governos conservadores, agora sem o risco de comprometer e confundir os fiéis na fileiras das organizações de fachada.

As Vantagens da Dualidade Sino-Soviética

Resumindo, a dualidade coordenada das políticas soviética e chinesa oferece uma gama de vantagens para a estratégia comunista. Ela possibilita ao bloco comunista manter a iniciativa, abrir novas possibilidades de manobra e induz a reações equivocadas de seus oponentes. Onde quer que haja conflitos no mundo não-comunista, permite que os dois parceiros comunistas exerçam influência simultânea sobre os dois lados em disputa. Permite que um parceiro aja com eficácia em áreas de onde o outro está excluído ou excluiu-se deliberadamente, por motivos táticos. Facilita a divisão de trabalho entre os dois parceiros comunistas e permite que um assuma postura heterodoxa ou adote ação provocativa sem comprometer o outro. No longo prazo, ao permitir que os chineses expressassem hostilidade quanto à União Soviética e enfatizassem sua preocupação primordial com interesses nacionais da China, a dualidade pode também ajudar a criar um ambiente mais eficaz de simpatia entre os chineses espalhados pelo mundo. Finalmente, a dualidade sino-soviética oferece possibilidades de induzir conservadores, tanto nos países avançados quanto no Terceiro Mundo, a comprometerem-se, embarcando de boa-fé em alianças e alinhamentos ilusórios e traiçoeiros, através dos quais podem vir a ser desacreditados na fase final do plano político comunista.

Parte II – Capítulo 22

O Potencial de Inteligência e os Agentes de Influência

A implementação do programa de desinformação só pode ser compreendida plena e perfeitamente se for levado em conta o uso que os comunistas fazem do seu potencial de inteligência, especialmente de seus agentes de influência, tanto no Ocidente quanto nos países do bloco comunista. Uma vez que informações precisas são normalmente escassas, levantamentos da influência comunista em determinados países ou regiões, raramente levam em conta os recursos disponíveis aos serviços de inteligência comunistas. Com base em sua ocupação funcional na Finlândia à época do lançamento da política de longo alcance, o autor deste livro sabe que esses recursos podem provar-se fator da maior importância na situação política interna de uma país nãocomunista; eles podem contribuir efetivamente para o avanço da estratégia comunista.

Nos anos 50 e 60, o governo soviético, agindo basicamente através do seu serviço de inteligência, exerceu grande pressão sobre a geração mais velha de anticomunistas entre os líderes social-democratas finlandeses, especialmente Tanner, um verdadeiro socialista e sólido anticomunista que resistia vigorosamente à pressão soviética.

De acordo com Zhenikhov, o rezident da KGB em Helsinque em 1960, a inteligência soviética, com o apoio enfático de Krushchev e de outros membros do Presidium, obteve êxito no recrutamento de um proeminente social-democrata finlandês. Seu codinome junto à KGB era “Leader”. Zhenikhov era um dos oficiais da KGB que mantinha contato com ele. Seguindo a sugestão da KGB, “Leader” argumentou em favor de uma mudança na atitude social-democrata quanto à cooperação com a União Soviética. Em 1959, por fim, ele rompeu com o partido social-democrata e formou o seu próprio partido. A KGB forneceu-lhe orientação acerca das atitudes políticas e do programa de ação desse partido.

Parte II – Capítulo 22

Outras importantes cooptações foram feitas entre a liderança dos social-democratas; os agentes envolvidos foram usados em intrigas contra Tanner e Leskinen, mas suas identidades são desconhecidas do autor. Também houve esforços bem sucedidos no recrutamento de líderes sindicais finlandeses.

Em 1960, durante uma conversa com o autor sobre a questão da remoção de anticomunistas da liderança social-democrata, Zhenikhov disse que poderia ser necessário eliminar Leskinen fisicamente, envenenando-o. Zhenikhov afirmou ter um agente na liderança do partido conservador finlandês e que estava em estreito contato com Leskinen Através desse agente, o assassinado de Leskinen poderia ser providenciado.

Até quase os últimos anos da década de 50, a inteligência soviética fez uso de agentes no partido comunista finlandês, incluindo Pessi e Herta Kuusinen, uma comunista membro do parlamento. No período de 1957 a 1960, quando o plano de ação política de longo alcance estava sendo formulado, a KGB abandonou a prática de usar agentes pertencentes a partidos comunistas locais. Ao mesmo tempo, foi reforçada a cooperação secreta entre os líderes do PCUS e os partidos comunistas locais. No caso finlandês, foram estabelecidos grupos especiais encarregados de lidar com os aspectos práticos da coordenação; o rezident da KGB em Helsinque agia como o elo de ligação entre os dois grupos. Quando Krushchev visitou a Finlândia, o rezident da KGB convidou Herta Kuusinen à embaixada soviética, onde Krushchev discutiu com ela as linhas políticas que suas declarações no parlamento deveriam seguir.

Timo foi recrutado pela inteligência soviética em 1948, à época em que ele era ministro finlandês. O recrutamento foi obtido através de um oficial de inteligência não graduado, um finlandês soviético da Karelia 203 , que servia sob o disfarce de segundo

203 N.T.: Karelia – nome, de origem finlandesa, de região que compreende área que foi disputada pela Finlândia, Suécia e Rússia, desde o século XVII. Hoje, há

secretário na embaixada soviética em Helsinque. Esse oficial desenvolveu estreitas relações socais com Timo, que envolviam rodadas de bebida e saunas.
Ele obteve êxito em convencer Timo de que, em retribuição por sua colaboração com a KGB, os soviéticos esqueceriam as ações repressoras que no passado Timo empreendera contra os comunistas e ainda usariam de toda a sua influência para ajudá-lo a tornar-se uma figura política da maior importância.

O rezident da KGB àquela época, Mikhail Kotov, mandou o recrutador de Timo de volta a Karelia e assumiu para si os créditos desse sucesso espetacular. A partir do final de 1948 ou do início de 1949, Kotov manteve contato pessoal com Timo. Os soviéticos mantiveram as promessas contidas na barganha e jogaram todo o seu peso para alavancar a carreira política de Timo, que assumiu um alto posto, onde permaneceu até recentemente.

A ajuda que os soviéticos lhe deram assumiu várias formas, incluindo apoio diplomático para as suas políticas, suporte financeiro indireto para as campanhas eleitoral, aconselhamento quanto aos caminhos que deveria percorrer e ajuda na insidiosa debilitação de seus concorrentes. Em 1961, o agente “Leader”, agindo sob instruções da KGB, declarou-se candidato a um alto posto, a fim de, num estágio posterior, renunciar à candidatura e transferir os votos de seus partidários a Timo.

De sua parte, Timo agiu como um clássico agente de influência soviético. Em seu partido, promoveu aqueles a quem os soviéticos queriam ver promovidos e quando possível, discutia previamente com a inteligência soviética as suas decisões e indicações de pessoal. Por exemplo, através da KGB o governo soviético foi previamente consultado a respeito de sua viagem aos Estados Unidos em 1961. Ele mantinha a KGB completamente informada sobre as suas discussões com outros líderes dos países escandinavos. Seguindo a orientação da KGB, Timo criou o seu próprio serviço secreto de inteligência, mas mantido sob as ordens de Vilkuna, um outro agente soviético. Timo usou esse serviço

a República da Karelia, subordinada ao governo russo e uma região da Finlândia que leva aquele nome.

para escorar o seu poder, mas sempre dividindo os resultados com a KGB, que recebia todos os relatórios dos embaixadores e adidos militares finlandeses no exterior, além de informações secretas oriundas de outros departamentos do governo finlandês. Sob instruções da KGB, Timo recomendou a nomeação de agentes da KGB como embaixadores em Moscou e para outros importantes postos diplomáticos. Em 1960 e em 1961, Zhenikhov discutiu com Timo a realização em 1962, na Finlândia, do 8. ° Festival Mundial da Juventude. Timo prometeu ajudar na preparação e promoção do evento, a despeito da feroz oposição de grandes porções da opinião pública finlandesa. As reuniões entre Zhenikhov e Timo aconteciam na fazenda do irmão deste ou na embaixada soviética. Quando havia recepções oficias na embaixada, era preparada um sala especial na qual conversações privadas com Timo podiam acontecer sem chamar a atenção. Líderes do governo soviético, tais como Krushchev e Brezhnev, estavam completamente a par do relacionamento de Timo com a KGB; por ocasião de conversações e negociações com líderes soviéticos durante suas visitas a Moscou, Kotov e Zhenikhov serviam como seus intérpretes e conselheiros. Zhenikhov costumava jactar-se de que ele conseguiria que Timo recebesse a “Ordem de Lênin” em segredo.

204

204 De fato, a concessão da “Ordem de Lênin” a Timo foi precedida de uma outra condecoração, a “Ordem da Amizade”.

Parte II – Capítulo 22

Os atritos entre Zhenikhov e Zakharov, o embaixador soviético na Finlândia -sobre quem deveria ser o responsável pela manutenção e direção das relações com Timo -geraram tanto ardor, que ambos foram intimados a comparecer diante do Comitê Central. O Comitê finalmente decidiu que Zhenikhov deveria permanecer como o principal contato com Timo. Não obstante, o embaixador teria o direito de ser consultado e de estar presente à reuniões em que certas questões políticas fossem discutidas. Zhenikhov e Zakharov foram advertidos pelo Comitê Central de que se houvesse mais alguma briga entre eles, seriam ambos chamados de volta a Moscou.

Em 1961, foi planejado que Vladimirov assumiria como o novo rezident da KGB, dispensando Zhenikhov do posto. Vladimirov assumiria também a responsabilidade pelas relações com Timo e pelo trabalho de inteligência nos partidos políticos finlandeses em geral.

Kotov fez uma brilhante carreira na inteligência soviética, alicerçada em seus serviços na Finlândia. De especialista em assuntos escandinavos, ele ascendeu aos mais altos escalões da KGB. Não muito depois da indicação de Timo para um alto posto, Kotov foi promovido à vice-chefe da inteligência, responsável pela Áustria e Alemanha Ocidental. Em 1959 ou 1960, foi convocado para uma reunião do Presidium, na qual Krushchev o congratulou por seu sucesso na Finlândia, instando-o a aplicar sua experiência na Áustria e na Alemanha com vistas a influenciar os líderes daquele países na direção de relações mais estreitas e até mesmo, de uma aliança com a União Soviética.

Esta ilustração mostra que o papel da KGB, naquilo que hoje se conhece como “finlandização”, pode ser bem significativo. Para o presente propósito, é mais apropriado ver como, através desses agentes de influência, a exemplo de Timo, os soviéticos foram capazes de promover a estratégia que tinham para a Europa desde 1958-60.

Parte II – Capítulo 22

Herta Kuusinen desempenhou importante papel no corpo consultivo escandinavo conhecido como o Conselho do Norte, onde ela promoveu a idéia de uma zona livre de artefatos nucleares na Escandinávia. Durante os anos 60, ela foi ativa também na Federação Internacional Democrática da Mulheres (WIDF), da qual tornou-se presidente.

Por volta de junho de 1963, a influência pró-soviética no partido social-democrata chegou a tal nível, que Tanner, fiel as suas convicções anticomunistas, sentiu-se incapaz de aceitar a presidência do partido. De acordo com a imprensa, seus sucessores, Paasio e Koivisto, desenvolveram estreitas relações com o governo e partido soviéticos. Em 1964, Simonen assumiu a liderança da União Social Democrata dos Trabalhadores e Pequenos Fazendeiros (SDS). Em junho, houve negociações sobre a reconciliação entre essa facção dissidente com o corpo principal do partido social-democrata. Em setembro, Simonen liderou uma delegação a União Soviética, a qual foi recepcionada por Brezhnev e Andropov. 205

Em 1967, Paasio, como presidente dos social-democratas e Simonen, como presidente da SDS, apoiaram Timo para um alto cargo no governo. Paasio também se declarou publicamente contra

o bombardeio americano do Vietnã do Norte. Em 1968, Timo foi reconduzido ao seu antigo alto cargo. Em maio de 1968, uma delegação chefiada por Paasio visitou a União Soviética para negociações interpartidárias com o PCUS, além de se avistar com Brezhnev, Suslov e Ponomarev. A delegação finlandesa tinha “em alta estima a política externa conduzida pelo PCUS”. Representantes tanto do partido social-democrata quanto do SDS exigiam o fim do bombardeio americano no Vietnã e estavam de acordo com a convocação de uma conferência européia sobre segurança.

205 GSE (1965), p. 374.

Parte II – Capítulo 22

Em junho de 1968, uma conferência de delegados de quinze países teve lugar em Helsinque; essa conferência tratou do reconhecimento da Alemanha Oriental e das implicações desse reconhecimento para a segurança européia. No mesmo mês, Timo fez uma visita oficial a União Soviética. Em outubro e novembro de 1968, Koivisto, que havia recém assumido o cargo de primeiroministro, visitou a União Soviética. Em conexão com as especulações acerca da expansão da OTAN para cobrir as "gray areas",206 Koivisto foi rápido em observar que a Finlândia "não tinha inimigos de quem pudesse esperar uma invasão". A "Great Soviet Encyclopædia" registrou, em 1969, que o partido socialdemocrata finlandês cooperou plenamente com a União Soviética quanto à política externa.207

Isoladamente, talvez o maior serviço prestado por Timo à estratégia comunista, tenha sido a ajuda que deu à convocação da CSCE em Helsinque. Em 1969, o governo finlandês aceitou servir de anfitrião. Durante o ano de 1970, foi consignada a um embaixador finlandês a tarefa especial de visitar os Estados Unidos e a Europa. Em novembro daquele ano, o governo finlandês transmitiu uma nota à trinta e cinco países, propondo uma reunião preparatória sobre a segurança européia. Em dezembro, a União Soviética concordou com a proposta. Manifestações similares foram feitas por todos os países do Leste Europeu, incluindo a Iugoslávia, mas não a Albânia.

É de especial interesse que Timo tenha visitado a União Soviética por duas vezes em 1970. Entre as duas visitas à URSS, ele visitou os Estados Unidos e discutiu a segurança européia e a questão do Oriente Médio. Durante sua segunda visita à União Soviética, ele disse que o Tratado de Amizade Soviético-Finlandês, de 1948, era de grande significância para a Finlândia,

206 N.T: Situações indefinidas, pouco claras. No caso específico, o país escandinavo mais próximo da URSS, a Finlândia.
207 GSE (1969), pp. 388-89.

concordando em trabalhar em prol de sua prorrogação por mais vinte anos.

O papel estratégico do potencial da inteligência comunista na Finlândia é de conhecimento do autor com algum nível detalhe, pois até o final de 1961 ele lá trabalhou. Também são de seu conhecimento, em linhas gerais, atividades similares que foram conduzidas em outros países europeus pelos rezidents da KGB, tais como Krokhin e Rogov (cujo nome verdadeiro é Tsimbal) na França; Fedichkin, Orlov e Gorshkov, na Itália e Korovin (um pseudônimo do General Rodin) na Grã-Bretanha. Na Alemanha Ocidental, a KGB foi especialmente ativa e bem-sucedida na chantagem e recrutamento de duas categorias de políticos e funcionários: aqueles que tinham fichas e reputações comprometidas com o passado nazista e aqueles que eram conhecidos da KGB através da infiltração em serviços de inteligência ocidentais, como agentes de uma outra potência ocidental. A revelação de Günther Guillaume, em abril de 1974, como um agente da Alemanha Oriental, a qual levou à renúncia do chanceler Willy Brandt, mostrou quão longe havia chegado a penetração da inteligência comunista na Alemanha Ocidental. Em 1962, o autor reportou que em setembro do ano anterior, quando ainda servia na Rezidentura da KGB em Helsinque, leu uma carta circular altamente secreta da KGB às Rezidenturas no exterior, que descrevia bem sucedidos recrutamentos de novos e importantes agentes nos anos recentes, as quais deveriam ser imitadas ou superadas. Um caso, que foi dado como "um exemplo de recrutamento bem conduzido", ilustra a técnica de recrutamento da "falsa bandeira".

A circular narrava o caso de que em um de seus aparatos, a KGB tinha um agente estrangeiro. Ele era uma agente bastante confiável e ativo, que já vinha trabalhando para a KGB por muitos anos, tendo sido ministro em seu país. Ele ainda tinha acesso aos círculos políticos naquele país e especialmente, era suficientemente íntimo dos embaixadores americano e britânico para que estes o visitassem em sua casa. Seu controlador da KGB

perguntou-lhe se ele conhecia alguém que pudesse ser recrutado dentre os membros do gabinete do primeiro-ministro. O agente replicou que tinha sim um amigo lá, mas que seria difícil abordálo, pois esse era um homem de posições fortemente pró-ocidentais. Assim, foi decidido que, uma vez que o alvo sabia que o agente era íntimo dos embaixadores americano e britânico, o agente lhe pediria, ostensivamente em nome de um dos embaixadores, para que obtivesse informações sobre as conversações do primeiroministro. O agente assim o fez e o seu amigo concordou em fornecer informações. No devido tempo, ele aceitou dinheiro em troca dos serviços. A circular dizia que dessa maneira, a Rezidentura local tinha conquistado um novo e valioso agente, que começou a sistematicamente entregar informações sobre o primeiro-ministro e a sua condução dos assuntos de governo.

A prática normal num caso desses seria a KGB assumir o contato direto com um agente recrutado sob "falsa bandeira", considerando que este já tinha sido "sugado e envolvido", mas a circular não dizia se isso tinha sido feito. Tanto quanto sabe o autor, o agente e seu amigo nunca foram identificados.

Ao final de 1961, a KGB estava planejando o uso ainda mais intenso de agentes de influência de alto nível para manipular a opinião pública mundial e as políticas de alguns governos, em base individual. As chefias da KGB no exterior foram instruídas a encorajar a participação de seus agentes na Conferência para o Desarmamento Mundial, a realizar-se em Moscou em 1962. Não há dúvida de que instruções semelhantes foram repetidas quanto a outros congressos pela paz mundial nos anos 60 e 70.

Para os serviços de segurança ocidentais, preocupados principalmente com a espionagem convencional, subversão e questões de execuções de ordens legais, o agente de influência de alto nível apresenta problemas novos e complexos. Não obstante, uma compreensão da estratégia comunista pode ajudar a lançar nova luz sobre a significância dos contatos feitos por embaixadas comunistas no Ocidente e das visitas de destacados cidadãos ocidentais ao bloco comunista.

Parte II – Capítulo 22

Indubitavelmente, os países do bloco aplicaram seu potencial de inteligência a serviço da estratégia comunista no Terceiro Mundo tanto quanto em outros lugares. As informações do autor sobre esse assunto são fragmentárias, porque o desenvolvimento desse potencial estava ainda em seus estágios iniciais quando ele rompeu com o regime soviético.

Contudo, há algumas indicações gerais do curso no qual as coisas estavam se movendo, por exemplo: a criação de novos departamentos africanos e latino-americanos na KGB; a instrução dada à contra-inteligência soviética para que estabelecesse contato direto com todos os embaixadores do Terceiro Mundo em Moscou; sob as instruções de Shelepin, foi intensificado o uso de agentes de influência para propósitos políticos, além do uso do sentimento antiimperialista como a base para recrutar agentes. Um outro indicativo geral é que os vice-rezidents da KGB que tinham a responsabilidade específica pelas operações no Terceiro Mundo, foram designados para importantes Rezidenturas da KGB em países avançados, tais como as de Washington e Nova York.

Um manual de treinamento da KGB, que o autor leu no final dos anos 50, mencionava três casos específicos, mas sem dar detalhes completos. O primeiro dava conta de um presidente de um país em desenvolvimento que havia sido recrutado durante visita a União Soviética. Excepcionalmente, esse recrutamento foi parcialmente baseado numa forma indireta de chantagem. O presidente era um homossexual. Ao abordá-lo, a KGB disse ter informações de que uma organização criminosa de alcance mundial tinha planos de chantageá-lo. A KGB ofereceu-lhe ajuda para evitar a chantagem, em troca de sua cooperação contra as potências imperialistas. O presidente aceitou a proposta. O segundo caso se relacionava a um embaixador indiano em Moscou, que prestou serviços importantes para a KGB ao exercer influência sobre outros embaixadores servindo em Moscou. O terceiro caso dizia respeito a um embaixador indonésio em Moscou, que acabou sendo recrutado.

Parte II – Capítulo 22

O manual de treinamento descrevia duas maneiras diferentes pelas quais as informações obtidas através da penetração nos serviços de inteligência ocidentais poderiam ser exploradas. Uma era a "duplicação" dos agentes ocidentais a quem a KGB tivesse identificado através da penetração. O manual referia-se a um ministro ou vice-ministro do interior de um país africano, descoberto como agente britânico através de penetração na inteligência britânica. Chantageado, foi recrutado pela KGB. A forma alternativa de exploração era o suprimento de informações aos líderes do Terceiro Mundo, com quem os soviéticos tivessem relações mais estreitas, sobre as identidades dos agentes ocidentais em seus países. Informações desse tipo foram dadas a Nasser, do Egito, no final dos anos 50.

Através de um antigo colega, Sergey Antonov, o autor teve conhecimento de dois outros recrutamentos específicos. Em 1958 e 1959, Antonov, que era então o vice-rezident na ONU, em Nova York, recrutou uma importante personalidade africana. Pela importância desse recrutamento, em 1960 Antonov foi nomeado chefe do novo Departamento Africano da KGB. Em 1957, Vladimir Grusha, um funcionário do Departamento Americano, recrutou um alto diplomata da Indonésia lotado nos Estados Unidos. Por esta razão e ainda que pertencesse ao Departamento Americano, Grusha foi transferido e promovido à vice-rezident na Indonésia, em 1958 ou 1959.

Viktor Zegal, um funcionário da Rezidentura da KGB em Helsinque contou ao autor que, em 1961 tinha recrutado um diplomata brasileiro na Finlândia. O codinome do agente era "Pedro".

Enquanto o autor estava trabalhando na seção da OTAN do Departamento de Informações, a KGB obteve um memorando redigido por eminente arabista ocidental e destinando à OTAN, que versava sobre o uso do nacionalismo árabe para dividir o mundo árabe. O documento foi prontamente repassado à liderança soviética.

Em 1960, o serviço de decodificação da KGB decifrou o código usado pelo embaixador turco em Moscou e passou a ler sistematicamente todas as mensagens entre ele e o ministério do exterior turco. Esse tráfego de informações ficou conhecido como

o “Caderno Turco”.
Mikhail Tkach era um ex-oficial da inteligência militar soviética, fluente em farsi208 e inglês e que tinha trabalhado sob o disfarce de cônsul-geral no Irã, onde ficou conhecido por sua habilidade em recrutar funcionários iranianos. Em 1956, Tkach juntou-se à KGB. Em 1960, sob ordens de Shelepin, ele foi nomeado chefe do departamento internacional de uma organização sindical soviética, com o propósito de reorientá-la para fins políticos, tendo como alvo principal o Terceiro Mundo. Tkach revelou ao autor que todos os funcionários de seu departamento eram membros da KGB. Isto dá uma idéia da importância atribuída ao recrutamento de sindicalistas estrangeiros, especialmente aqueles do Terceiro Mundo.

O uso do potencial de segurança e inteligência das repúblicas soviéticas, nos interesses do plano de ação política de longo alcance, fica evidenciado pela nomeação, nos anos 70, de Aliyev, como primeiro-secretário do Comitê Central do Partido no Azerbaijão. 209 Ele já tinha sido o chefe do departamento de contra-inteligência da seção da KGB no Azerbaijão; em 1961, tornou-se o chefe de toda essa seção. Sua promoção só pode ser explicada pelo sucesso dessa seção, sob a sua liderança, no cumprimento das tarefas atribuídas pelo partido. Depois que foi nomeado primeiro-secretário, Aliyev tornou-se muito ativo no Terceiro Mundo, visitando vários países africanos e árabes.

Há evidências de aconselhamento e ajuda material fornecidos pela União Soviética e por outros países do bloco a países aliados ou simpáticos e também a movimentos de libertação, nas áreas de inteligência, segurança e guerrilha. Desde 1960, os beneficiários incluíam Cuba, Gana (até 1966) e outros estados africanos.

208 N.T.: Língua persa moderna, falada no Irã e em algumas regiões de países vizinhos.
209 Aliyev tornou-se o premiê soviético na gestão de Andropov.

Parte II – Capítulo 22

A Exploração Estratégica de Agentes da KGB Infiltrados entre Proeminentes Intelectuais Soviéticos e Líderes Religiosos

A KGB e seus departamentos responsáveis pelo trabalho entre cientistas, escritores, delegações estrangeiras e visitantes a União Soviética, estão envolvidos em intensos esforços para influenciar a opinião de proeminentes visitantes estrangeiros de acordo com linhas estratégicas desejáveis. É dada ênfase à exploração de destacadas personalidades que sejam membros: do Comitê Soviético pela Paz; do Comitê pela Solidariedade com os Países Africanos e Asiáticos; de sociedades de Amizade Soviética; de Comitês Estatais de Ciência e Tecnologia; e do Instituto de Estudos Americanos e Canadenses, este, dirigido por G. Arbatov.

Uma menção especial deve ser feita acerca da exploração da religião e de líderes religiosos no mundo comunista para propósitos político-estratégicos. Ente novembro e dezembro de 1960, o Patriarca de Toda a Rússia, Aleksiy, um antigo agente da KGB, acompanhado do metropolita Nikodim, chefe do departamento internacional da igreja ortodoxa russa e o professor Uspenski, da Faculdade de Teologia de Leningrado e ativo membro do Comitê Soviético pela Paz, fizeram uma viagem pelo Oriente Médio, em avião cedido elo governo soviético. 210 Durante

o périplo, o patriarca Aleksiy e o patriarca sírio emitiram um comunicado oficial que dizia: “O nosso ponto de vista de amor cristão nos compele a condenar qualquer coisa que incite o ódio entre os povos e conduza a uma nova guerra mundial, enquanto abençoa quaisquer tentativas de criar a paz entre povos e nações. Nós condenamos resolutamente qualquer manifestação de

210 Informação obtida através de Kirilin, vice-diretor do departamento religioso da KGB e de Lapshin, oficial da seção religiosa do departamento de exilados da KGB.
Ver também: “Izvestiya”, 26 de novembro de 1960.

colonialismo como sendo estranha ao espírito e à letra da lei de

211

Deus".

A verdadeira identidade do metropolita Nikodim é uma questão interessante. De acordo com fontes oficiais, ele foi indicado para a chefia do departamento internacional da igreja ortodoxa russa em 1960, tendo sido padre na igreja ortodoxa russa em Jerusalém, de 1957 a 1959. Lapshin, um colega do autor no Instituto da KGB, foi nomeado -assim que se formou no Instituto para a seção religiosa do Departamento de Exilados da KGB, onde ainda trabalhava em 1960. Lapshin relatou ao autor que a KGB tinha tido êxito em infiltrar o vice-diretor do Departamento de Exilados e que era o responsável por assuntos religiosos, sob o disfarce de chefe do departamento internacional da igreja ortodoxa russa. O oficial da KGB em questão, que usava o nome de Viryukin, tinha servido como padre em Jerusalém, de 1957 a 1958. Antes, ele já tinha feito uma significativa contribuição à penetração da KGB na igreja e às perseguições a seus padres. Ele foi transferido para o exterior para se especializar em outras igrejas, usando as conexões e serviços da KGB para propósitos políticos. O próprio Lapshin estava sendo preparado para servir nos Estados Unidos, sob o disfarce de editor de uma publicação religiosa.

Sua missão foi cancelada, provavelmente porque a KGB sabia da conexão de Lapshin com o autor. O metropolita Nikolay Krutitskiy, a quem Nikodim substituiu como chefe do departamento internacional, apesar de ser um padre realmente ordenado, era também um antigo agente da KGB. Sua substituição por Nikodim pode bem ter sido devida ao fato de que sua associação com a KGB fora revelada em 1957 pelo ex-oficial da inteligência soviética, Deryabin.

A Conferência Cristã da Paz, composta por líderes de igrejas do Leste Europeu, tem suas origens no período de formulação da política de longo alcance. Ela desempenhou papel

211 "Izvestiya" , 16 de dezembro de 1960.

bastante ativo ao influenciar igrejas ocidentais na direção dos interesses daquela política.

O Segundo Congresso de Todas as Igrejas Cristãs em Defesa da Paz, realizado em Praga em junho e julho de 1964, atraiu cerca de mil delegados, incluindo representantes budistas e islâmicos, bem como representantes das igrejas ortodoxa, católica, anglicana e também de igrejas protestantes do Ocidente. O discurso de abertura foi proferido por Gromadka, da Checoslováquia, presidente da Conferência Cristã de Paz. Oradores do Terceiro Mundo incluíam um de Madagascar e um do Uruguai. O congresso apelou a todos os cristãos em favor do desarmamento, independência e erradicação da fome.

Em novembro e dezembro de 1964, a Sétima Conferência Geral da Irmandade dos Budistas, mantida na Índia, teve a presença de budistas da União Soviética. Budistas da Mongólia, bem como da União Soviética, fizeram-se presentes à conferência budista no Ceilão [atual Sri Lanka] em 1969. Ficou decidida a realização de um fórum de budistas asiáticos em junho de 1970, com o objetivo de discutir a "luta pela paz" e o apoio ao Vietnã do Norte. 212 O fórum teve lugar na Mongólia. 213. Dois meses mais tarde, um monastério budista central e um instituto budista foram abertos em Ulan Bator.

Em março de 1965, a Primeira Conferência dos Muçulmanos da Ásia foi realizada em Bandoeng. Trinta e cinco países estavam representados. O mufti da Ásia Central e Cazaquistão, Babakhanov, liderava a delegação soviética. A conferência discutiu o uso da sociedades de proselitismo como armas contra o imperialismo. A necessidade de atrelar o Islã a serviço da revolução foi discutida abertamente pelos estrategistas comunistas. Baseado na experiência soviética na Ásia Central, o problema é considerado difícil, mas solucionável. 214

212 GSE (1970), p. 318.
213 GSE (1971), p. 323.
214 Ver "Political Shifts in the Middle East: Roots, Facts, Trends," World Marxist Review –Problems of Peace and Socialism, n.° 2 (1980). O artigo é um sumário de uma discussão sobre os eventos no Irã e no Afeganistão; entre os participantes, um estudioso afegão-soviético. O artigo ressalta: "Ainda que

Parte II – Capítulo 22

A Conferência Cristã pela Paz realizou um seminário em Sófia, em junho de 1976, para discutir o resultado da CSCE em Helsinque e a sua significância para o Terceiro Mundo. Os relatórios principais foram apresentados pelo professor Bognar, chefe do Instituto de Pesquisas da Economia Mundial da Universidade de Budapeste; pelo Dr. Kutsenkov, vice-diretor do Instituto Internacional dos Movimentos Trabalhistas da Academia Soviética de Ciências; e por professores da Índia e de Porto Rico. O tema do seminário era que o Terceiro Mundo, que tinha sido explorado pelo imperialismo no passado, deveria saudar a conferência de Helsinque e reconhecer a necessidade de cooperação no processo de segurança coletiva européia. Passos dinâmicos deveriam ser dados a fim de garantir a détente militar e

o desarmamento, os quais permitiriam à Europa contribuir para a nova ordem econômica. A conferência de Helsinque não tinha destruído as forças que se opunham à détente, ou sequer frustrado seus propósitos anticomunistas. Outros esforços eram necessários à prevenção de novas formas de guerra psicológica levada a cabo pelos "inimigos da paz". 215

Ao seminário, seguiram-se reuniões e discussões em Moscou entre o metropolita Nikodim e delegações da Pax Christi e de igrejas da Itália, Holanda, Bélgica e Alemanha Ocidental. O tema foi "Leste e Oeste, hoje e amanhã, segundo a visão cristã". Os encontros saudaram os acordos de Helsinque e sublinharam a importância do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e das negociações em Viena acerca da redução das troas na Europa central. O secretário do departamento internacional da igreja ortodoxa russa, Buyevskiy, fez uma distinção entre a ajuda

difícil, é completamente realista (e a experiência na Ásia Central soviética é altamente instrutiva quanto a isso) a idéia de atrair o Islã ao serviço da revolução e da construção de uma nova vida".

215 "Journal of the Moscow Patriarchate", n. ° 9, (1976)

comunista e a ajuda ocidental ao Terceiro Mundo, ao afirmar que a ajuda comunista era dada com vistas ao desenvolvimento e independência das economias do Terceiro Mundo. O professor soviético Osipov afirmou que a colaboração Leste-Oeste, resultante dos acordos de Helsinque, permitiria o desvio dos recursos destinados aos orçamentos militares para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Ele chamou a atenção para a importância do chamado da Assembléia Geral da ONU (em 1974) por uma "nova ordem econômica".

A"Great Soviet Encyclopædia" registrou que, por volta de 1972, o Conselho Mundial das Igrejas já havia sido convertido de uma orientação "pró-ocidental" para uma "progressista", no que dizia respeito a suas políticas sobre a paz, desarmamento e assuntos correlatos. A pertinaz defesa que a Conferência Cristã pela Paz e outras organizações fizeram da idéia de que o cristianismo e o comunismo eram aliados naturais no apoio aos movimentos de libertação nacional, induziram o Conselho Mundial das Igrejas a providenciar fundos para movimentos guerrilheiros africanos, dentre os quais, a Frente Patriótica Rodesiana, a quem se credita a responsabilidade pelo massacre de missionários britânicos em 1978.

A 5.ª Conferência Geral dos Budistas pela Paz, foi realizada em Ulan Bator, Mongólia, em julho de 1979. O Patriarca de Toda a Rússia, Pimen, enviou mensagem a seus "caros companheiros, amigos da paz", desejando-lhes sucesso. No mês anterior, ele recebeu o Dalai Lama, que estava em Moscou e a caminho de Ulan Bator. Não há dúvida de que ele compartilhou de suas experiências em conferências de paz. A mensagem do patriarca à conferência foi entregue pelo sucessor do metropolita Nikodim, o metropolita Yuvenaliy, que tinha sido o presidente da "Conferência de Todo o Mundo" realizada em Moscou em 1977 e que tratou de "líderes religiosos pela paz, desarmamento e relações justas entre os povos". Yuvenaliy defendia a assinatura do Tratado SALT II e a abertura de negociações sobre um SALT III, argumentando que

somente a détente poderia trazer paz ao mundo, incluindo a Ásia.

216 Supostamente por razões de saúde, Yuvenaliy foi substituído em abril de 1981.

Parte II – Capítulo 23

As Evidências da Coordenação Geral entre Governos e Partidos Comunistas

A Coordenação no interior do Bloco

Após 1958, o ressurgimento de um corpo central, público e manifesto, análogo ao Comintern ou ao Cominform, destinado a coordenar o bloco comunista e o movimento comunista, teria sido incompatível com a estratégia e o plano de ação política de longo alcance. Todavia, há informações, tanto de fontes internas privilegiadas quanto públicas, sobre o fortalecimento, a partir de 1959, de mecanismos de coordenação do bloco. O estabelecimento em 1959, de um centro secreto de coordenação dos serviços de segurança e inteligência do bloco já foi descrito neste livro. Além disso, como Krushchev já havia exposto em outubro de 1961, tinha se tornado "[...] prática comum realizar intercâmbios periódicos das opiniões e pareceres dos líderes partidários e chefes de governo acerca dos principais problemas políticos e econômicos. As agências coletivas dos estados socialistas – o Pacto de Varsóvia e a Comecon – ficaram mais fortes". 217 O Comitê Consultivo Político do Pacto de Varsóvia foi ativado quase que à mesma época. Em 1969, foi acrescentado um comitê dos ministros da defesa e em 1976, um comitê de ministros do exterior. Na Comecon, em 1963, foi formado um Comitê Executivo Permanente, composto apenas por vice-premiês.

Não menos importante do que esse mecanismo de coordenação governamental supranacional é o largo espectro de formas de contato multilateral e bilateral em diferentes níveis, entre os líderes dos partidos do bloco e extrabloco e de seus respectivos aparatos.

217 Ver CSP , vol. 4, p. 44.

Parte II – Capítulo 23

Uma leitura sistemática das fontes oficiais comunistas, especialmente da "Great Soviet Encyclopædia", mostra o escopo e a escala dos contatos governamentais e interpartidários. Todos eles fornecem oportunidades ao líderes comunistas e aos especialistas em variados campos para a troca de informações, opiniões e relatos de suas experiências na implementação da política e estratégia, além de discutir e decidir quanto a novas táticas e iniciativas.

A possibilidade de que, além dessas formas conhecidas de contato, haja um centro secreto de coordenação política para o bloco, será discutida a seguir.

Antes de serem consideradas as principais formas públicas de coordenação, será chamada a atenção para o princípio geral enfatizado na "Great Soviet Encyclopædia" no que diz respeito às várias formas de contato. De acordo com essa fonte, o 22.° Congresso, em outubro de 1961, determinou "as formas mais apropriadas de contato entre partidos nas condições atuais".218 Chou En-lai estava presente a esse congresso. Se a sua ostensiva ação de retirar-se do congresso em protesto for descontada como parte de uma operação de desinformação, implica em dizer que os chineses tomaram parte na definição das formas que deveriam ter os futuros contatos entre partidos. No ano seguinte, a "Encyclopædia" afirmava que "nas condições modernas, a cooperação entre partidos encontra expressão nos contatos bilaterais e multilaterais [...] em reuniões entre líderes dos partidos e na participação das delegações de partidos comunistas nos trabalhos dos congressos".219 O reconhecimento que a "Encyclopædia" faz das formas de contato bilateral assim como da participação em congressos é significativa enquanto legitima os contatos bilaterais de chineses com soviéticos e outros, depois da ostensiva saída dos chineses das organizações multilaterais do bloco. Em outra parte, a "Encyclopædia" enfatizava

218 "GSE" (1962), p. 460.
219 "GSE" (1963), p. 451.

a importância das conferências para a "elaboração dos acordos sobre ações conjuntas no sentido de implementar a linha geral da política". O uso da expressão "linha geral da política" é o mais próximo que a "Encyclopædia" chega de uma admissão aberta da existência de uma plano comum de ação política de longo alcance.

Reuniões de Cúpula

Em maio de 1958, foi realizada em Moscou a primeira de uma série de reuniões de cúpula dos primeiros-secretários dos partidos e dos chefes de governo do bloco. Essa reunião foi devotada à integração econômica dos países comunistas europeus. Sob os auspícios da Comecon, reuniões de cúpula sobre o mesmo tema foram realizadas em 1961, 1962 e 1963.

A cúpula de Moscou, em agosto de 1961, que cuidou da conclusão do tratado alemão, foi realizada na forma de uma reunião do Comitê Consultivo do Pacto de Varsóvia. Subseqüentemente, tornou-se praxe, ainda que não invariável, manter reuniões do Comitê Consultivo Político ao nível de primeiras-secretarias, ou muito próximo delas. Por exemplo, a delegação soviética à reunião do comitê em janeiro de 1965, incluía Brezhnev, Kosygin, Gromyko, Malinovskiy e Andropov. Essa reunião tratou da questão da segurança na Europa e discutiu a convocação de uma conferência européia sobre segurança e uma conferência mundial sobre desarmamento.220 A reunião de julho de 1966 foi em Bucareste e realizada ao nível de cúpula e prosseguiu no tema da segurança européia e conclamou à retirada de tropas e à dissolução da OTAN e do Pacto de Varsóvia. 221 Reuniões subseqüentes, ao nível de cúpula, incluíram aquelas realizadas em Sófia (março de 1968), na qual foi

220 "GSE" (1966), p. 52.
221 "GSE" (1967), pp. 447, 472-73.

emitida uma declaração sobre o Vietnã; na União Soviética (agosto de 1970); em Praga (janeiro de 1972); em Varsóvia (abril de 1974) e novamente em Moscou (novembro de 1978). 222 À cúpula de Moscou em 1970, esteve presente uma delegação romena de peso, que incluía Ceaucescu, Maurer, Niculescu-Mizil e Manescu. Aquelas realizadas em Praga e em Varsóvia, discutiram problemas europeus. A "Encyclopædia" assinalou que em 1970, a questão de aumentar o nível de eficácia da cooperação entre os partidos comunistas foi central para o sistema comunista. Seus esforços em política econômica, ideologia e robustecimento da defesa foram estreitamente coordenados.223 Outras reuniões de cúpula foram realizadas independentemente da Comecon ou do Pacto de Varsóvia; por exemplo, uma delas foi realizada em Moscou, em junho de 1967 e outra em Budapeste, no mês seguinte. Essas duas reuniões discutiram a guerra árabe-israelense, expressaram a solidariedade para com o mundo árabe e exigiram a retirada das tropas israelenses. Conforme assinalado pela "Encyclopædia": "Essas reuniões forneceram oportunidades de elaborar uma posição única e ações diplomáticas e políticas conjuntas". Foram realizados dois encontros de cúpula sobre questões ideológicas internacionais: um em Moscou (dezembro de 1973) e um em Praga (março de 1975). Neles foi discutida a direção que devia ser tomada pela cooperação ideológica "em condições de aprofundamento da détente".224 Os líderes políticos e militares dos países membros do Pacto de Varsóvia reuniram-se em Varsóvia, em maio de 1980.

Além das reuniões de cúpula formais, uma série de encontros de verão entre líderes comunistas foi realizada na Criméia. Podem ser encontradas referências a tais encontros,

222 Sobre Praga, ver "GSE" (1973), p. 491, sobre Varsóvia, "GSE" (1975), pp. 502-503.
223 "GSE" (1971), p. 55.
224 "GSE" (1976), p. 487.

realizados em 1971, 1972, 1973, 1976, 1977 e 1978 e provavelmente também ao encontro realizado em 1974. Novamente, recorrendo a uma fonte oficial, a "Encyclopædia", acerca do ano de 1974: "Os encontros da Criméia tornaram-se uma tradição. Os líderes mantêm informados uns aos outros e reduzem os temas de discussão aos campos político, econômico e ideológico". 225 Em 1975, constava da "Encyclopædia" a afirmação de que esses encontros haviam se transformado num fórum no qual a situação internacional é avaliada, tarefas comuns são discutidas e a estratégia das ações conjuntas é desenvolvida. "Graças aos encontros da Criméia, a cooperação entre os países comunistas tornou-se mais estreita".226

De acordo com o "Pravda" (20 de março de 1981), durante

o 26.° Congresso de PCUS foi assinalado o fato de que durante os anos anteriores, trinta e seis amistosos encontros de cúpula foram realizados na Criméia. Nesses encontros foram discutidos os desenvolvimentos futuros das relações entre países e partidos fraternos, os problemas centrais da política mundial e as tarefas para o futuro.
Um novo e segundo tipo de encontro de alto nível fez sua estréia nos anos 70. Em setembro e outubro de 1975, em janeiro de 1976 e em março de 1977, houve conferências dos segundossecretários dos comitês centrais, realizadas em Moscou, Varsóvia e em Sófia, respectivamente. Os vice-chefes de governo foram incluídos na primeira dessas conferências, a que lidou com assuntos de cooperação econômica. 227 A segunda e terceira trataram de questões ideológicas num período de détente. A reunião de Varsóvia disse respeito à Europa em particular. 228 Cuba, assim como a Romênia e a Checoslováquia, foi mencionada como estando representada nas reuniões de Varsóvia e Sófia.

225 "GSE" (1974), p. 6.
226 "GSE" (1975), p. 502.
227 "GSE" (1976), p. 42.
228 "GSE" (1977), p. 18, 44.

Parte II – Capítulo 23

Uma reunião do Comitê Consultivo Político do Pacto de Varsóvia, e que aparentemente não foi mantida no nível de primeiros ou sequer de segundos-secretários, não obstante, merece ser mencionada. Ela teve lugar em Bucareste, a capital da supostamente independente Romênia, em novembro de 1976. Sua agenda cobria o aprofundamento da cooperação política e militar entre os membros do Pacto. A fim de aperfeiçoar o mecanismo de cooperação no âmbito do Pacto, foi estabelecido um comitê de ministros do exterior, juntamente com um secretariado combinado e que passaria a funcionar como órgão adjunto ao Comitê Consultivo Político do Pacto de Varsóvia. 229

A Coordenação através dos Canais Diplomáticos

Com a adoção do plano político de longo alcance, as representações diplomáticas no interior do bloco tornaram-se um canal permanente de coordenação política entre seus membros. Esta afirmação é corroborada pelo fato de que um número incomum de novos embaixadores foi nomeado para postos no bloco no período entre 1960 e 1962. Em 1960, foram nomeados novos embaixadores soviéticos para a Bulgária, Checoslováquia, Cuba e Hungria; em 1961, para a Mongólia, Romênia, Iugoslávia e Albânia; em 1962, para Cuba, Iugoslávia e Alemanha Oriental. Os romenos, húngaros, mongóis e cubanos, indicaram novos embaixadores para a União Soviética em 1960; os iugoslavos, em 1961; os chineses em 1962; e os checoslovacos, em 1963.

Concomitantemente, mudou o status dos embaixadores soviéticos. Há indicações230 de que os embaixadores soviéticos para outros países do bloco ficaram responsáveis pela coordenação de todos os aspectos da política de longo alcance no país em que eram acreditados. Os embaixadores soviéticos são cuidadosamente

229 “GSE” (1977), p. 454.
230 Ver, p.ex., “GSE” (1967), p. 35.

escolhidos, a fim de garantir que seu conhecimento e experiência os habilitem perfeitamente ao desempenho das tarefas específicas que lhes forem atribuídas. Resultante de suas funções de coordenação a partir de 1960, quase todos os embaixadores soviéticos no bloco eram membros do Comitê Central do PCUS. Nesse contexto, vale lembrar a queixa feita por Tito em 1948, de que não se poderia esperar que os iugoslavos revelassem informações partidárias secretas a representantes soviéticos que não tivessem o status requerido. Também é interessante notar que parece não ter havido distinção de status entre embaixadores designados para países "dissidentes", como a China e a Romênia e aqueles designados para países "ortodoxos", tais como a Hungria e a Bulgária. Por exemplo, o embaixador soviético para a Romênia, de 1965 a 1971, era Basov, um membro do Comitê Central. A imprensa soviética registrou que ele foi membro de uma delegação soviética a uma reunião da Comecon em Bucareste; a delegação incluía Brezhnev e Kosygin.

De especial interesse são os embaixadores soviéticos junto à China. De 1959 a 1965, o posto foi ocupado por Chervonenko. É digno de nota que Chervonenko, nomeado no período em que a China estava participando ativamente da formulação da política de longo alcance, tenha sido mantido em Pequim durante os cinco primeiros anos da "ruptura". É ainda mais notável à luz de sua experiência e qualidades específicas. De 1951 em diante, ele foi o principal teórico e autoridade do partido na Ucrânia; de 1956 a 1959, foi secretário do comitê central do partido comunista ucraniano. Como tal, era amigo íntimo e confidente de Krushchev. Ele foi a Pequim e lá permaneceu como uma figura política e partidária proeminente e não como diplomata de carreira; sua nomeação para o posto indicava as estreitas relações políticas e partidárias entre a União Soviética e a China. Sua carreira subseqüente é de igual interesse. Em 1965, Chervonenko foi transferido de Pequim para Praga, onde permaneceu até 1973, num

período que engloba a preparação e os resultados da "Primavera de Praga". Em 1973, ele se mudou para Paris, em tempo de acompanhar o desenrolar do eurocomunismo e de outros elementos da estratégia do bloco para a Europa. Chervonenko foi agraciado com a "Ordem de Lênin" por duas vezes.

Em Pequim, Chervonenko foi sucedido por Lapin, que lá permaneceu de 1965 a 1970. Lapin foi eleito membro do Comitê Central durante o 23.° Congresso do PCUS, em 1966. Como editor-chefe de transmissões de rádio de 1944 a 1953, tornou-se perito em censura e manipulação de notícias. Prosseguiu na carreira, se tornado ministro das relações exteriores da República Russa, cargo que exerceu de 1960 a 1962 e posteriormente, vice de Gromyko, de 1962 a 1965. 231

O sucessor de Lapin foi Tolstikov, um proeminente alto funcionário do partido. De 1952 em diante, ele foi muito ativo no trabalho partidário em Leningrado, elevando-se à posição de primeiro-secretário do comitê provincial de Leningrado, um dos mais importantes postos partidários na União Soviética, cargo que já fora ocupado por Zhdanov. Tolstikov era membro do Comitê Central do PCUS desde 1961.

Scherbakov, que assumiu o posto de Tolstikov em Pequim em 1978, trabalhou no aparato do Comitê Central de 1949 a 1963 e, novamente, de 1974 a 1978. Ele foi membro do Comitê Central de Revisão do PCUS desde 1966. Foi ministro na embaixada soviética em Pequim entre 1963 e 1964, período crucial da "ruptura" sino-soviética. De 1964 a 1974, Scherbakov serviu como embaixador soviético no Vietnã.

As nomeações sucessivas desses quatro veteranos e experimentados funcionários do partido soviético para o posto de embaixador em Pequim é incompatível com a alegada deterioração das relações partidárias sino-soviéticas.

231 "GSE" (1966), p. 598.

Parte II – Capítulo 23

A continuidade das políticas externas soviética e chinesa é ainda mais realçada pela longa permanência de Gromyko e Chen Yi no exercício dos cargos de ministros das relações exteriores de seus respectivos países: Gromyko, de 1957 até a presente data; Chen Yi, de 1958 até 1971.

A Coordenação Bilateral no interior do Bloco.

Mesmo que a coordenação bilateral seja considerada uma forma menos perfeita de coordenação no interior do mundo comunista, se comparada à forma multilateral, ela ainda é oficialmente reconhecida. Há evidências públicas abundantes acerca da continuidade -de 1958 até hoje -da troca de visitas entre líderes partidários e de governo da União Soviética e outros países comunistas, incluindo China, Romênia, Checoslováquia, Iugoslávia e Cuba. Todo esses países, em um momento ou outro, alegavam estar estremecidos com a União Soviética. 232

Enquanto durou a genuína ruptura Tito-Stálin, uma visita de Tito a União Soviética lhe custaria mais que a vida; mas, desde 1961 e até a sua morte, Tito e outros líderes iugoslavos visitaram a União Soviética quase que anualmente. Krushchev, Brezhnev, Kosygin e Gromyko, por sua vez, estiveram na Iugoslávia. Tito e seus subordinados viajavam freqüentemente a outros países comunistas e, a partir de 1970, também a China. A morte de Tito não alterou o padrão; em abril de 1982, Gromyko visitou a Iugoslávia e o ministro da defesa iugoslavo visitou Moscou, a despeito das alegadas diferenças sobre o Afeganistão e Polônia.

No caso da Romênia, algumas das muitas visitas de Ceaucescu a União Soviética foram bem divulgadas. Sob influência da desinformação, comentaristas ocidentais quase sempre presumiram

232 Ver a seção sobre o desenvolvimento dos contatos comunistas na “GSE”, nos volumes correspondentes a cada ano, a partir de 1958.

que essas visitas eram feitas na tentativa de resolver as diferenças entre os líderes soviéticos e romenos. Mas as evidências da participação romena no Pacto de Varsóvia, na Comecon, nos encontros da Criméia e em outros encontros multilaterais e bilaterais, em muito sobrepujam os indícios ocasionais de sua nãoparticipação e são inconsistentes com a existência de diferenças sérias. Elas apontam para a conclusão de que Ceaucescu, ao se encontrar com Brezhnev, não o fazia para ser repreendido por este, mas sim para elaborar em termos práticos, como a ficção da independência romena poderia ser mais bem sustentada e explorada nos interesses da política de longo alcance.

De maneira similar, a extensão dos indícios de contatos checoslovacos com a União Soviética, de forma bilateral ou multilateralmente, por meio de reuniões de cúpula, através de reuniões do Pacto de Varsóvia e da Comecon, realizadas antes, durante e depois dos eventos de 1968, reforça a conclusão de que a crise checoslovaca foi uma operação planejada e coordenada. Por exemplo, em março de 1968, representantes checoslovacos informaram aos participantes de uma reunião de cúpula de vários países do bloco -realizada em Dresden e convocada para discutir a unidade política e econômica através da Comecon e de contatos bilatérias – que as decisões da plenária de janeiro tinham como alvo a "efetivação da linha adotada no 13.° Congresso do Partido" e que eles estavam certos de que a liderança do partido iria assegurar o "avanço do socialismo".233

O partido chinês e os líderes de governo desempenharam um papel importante na formulação do plano de ação política de longo alcance (1958-60). Como observadores, participaram das reuniões da Comecon até quase o final de 1961 e também participaram das reuniões iniciais do Comitê Consultivo Político do Pacto de Varsóvia.234 Nessas reuniões é que foram lançadas as bases da futura

233 "GSE" (1969), p. 468.
234 "GSE" (1962), p. 283.

coordenação do bloco. Mesmo em 1961, a continuada presença chinesa em encontros multilaterais desse tipo, já era uma anomalia. Se os chineses continuassem a participar de tais encontros, estaria colocada em sério risco toda a operação de desinformação sobre a "ruptura" sino-soviética. Todavia, contatos bilaterais sinosoviéticos mais discretos, de um tipo ou de outro, continuaram sem interrupção durante toda a "ruptura". Esses contatos são passíveis de duas interpretações. A metodologia convencional vê as reuniões da comissão de fronteiras sino-soviética como vãs tentativas de resolver disputas sobre limites territoriais. A nova metodologia as vê como provedoras de uma muito conveniente cobertura para reuniões de coordenação e planejamento, para encenar e explorar falsos incidentes de fronteira e para favorecer a divulgação de arengas premeditadas. A mesma análise se aplica à comissão conjunta sino-soviética sobre navegação. As trocas de delegações comerciais poderiam igualmente fornecer cobertura para contatos de natureza política. Da "Great Soviet Encyclopædia" podem aos poucos ser coletados sugestivos fragmentos de informação. Por exemplo:

- Em abril de 1961, uma delegação comercial chinesa foi recebida por ninguém menos que Krushchev.
- Em 1962, delegações do partido chinês estiveram presentes a congressos partidários na Europa Oriental.
- Em janeiro de 1963, uma delegação do Soviete Supremo, chefiada por Andropov, à época o secretário do Comitê Central responsável pelos países do bloco, visitou a China.
- De 5 a 20 de julho de 1963, houve em Moscou reuniões entre os principais estrategistas do PCUS e do PCC. A delegação chinesa era liderada pelo secretário-geral, Teng Hsiao-p´ing. A delegação do PCUS incluía Suslov, V. Grishin, Andropov, Ilichev, Ponomarev, Satyukov e Chervonenko. A delegação chinesa foi recebida pelo Comitê Central do PCUS.

A presença chinesa em Moscou (5-20 de julho) coincidiu com a negociação do Tratado de Proibição de Testes Nucleares. As reuniões entre as delegações foram interrompidas, mas ficou acordado que essas seriam retomadas posteriormente.235

- Em outubro de 1964, em Khabarovsk, houve uma reunião da comissão sino-soviética de ferrovias.
- No mesmo mês, delegações da União Soviética, Romênia e Cuba, dentre outras, estiveram presentes às comemorações da revolução chinesa: a delegação soviética foi liderada por V. Grishin, candidato a membro do Presidium e presidente da organização sindical soviética.236
- De 5 a 14 de novembro de 1964, uma delegação do partido e do governo, liderada por Chou En-lai esteve na União Soviética; houve reuniões com Brezhnev, Andropov, Kosygin, Podgornyy, Gromyko e outros. Um acordo foi assinado.237 A presença de Gromyko indica que se tratou da coordenação da política externa.
- Nos dias 5 e 6 e depois nos dias 10 e 11 de fevereiro de 1965, uma delegação soviética liderada por Kosygin, fez escala na China, em seu caminho de ida e volta ao Vietnã, para negociações com líderes chineses, incluindo Mao.238
- Em 7, 13 e 14 de janeiro de 1966, Shelepin visitou a China quando estava a caminho e depois quando voltava do Vietnã. É discutível a coincidência ou não da presença de Brezhnev na Mongólia, de 11 a 17 de janeiro.239
- Em junho de 1966, Chou En-lai visitou a Albânia e liderou uma delegação à Romênia.
- De 19 de junho a 8 de agosto de 1969, foi realizada na Bacia do Rio Amur a 15.ª sessão da comissão conjunta sino-soviética sobre

235 “GSE” (1964), p. 15.
236 “GSE” (1965), p. 285.
237 “GSE” (1965), pp. 47, 69, 75, 459; também “GSE” (1970), p. 63.
238 “GSE” (1966), pp. 26, 51.
239 “GSE” (1967), pp. 473, 475.

navegação, que resultou num acordo. As datas das primeiras quatorze sessões não foram reveladas.

- Em setembro de 1969, líderes romenos visitaram Pequim; em 11 de setembro, Kosygin encontrou-se com Chou En-lai em Pequim.
- Em 20 de outubro de 1969, negociações sino-soviéticas sobre problemas de "interesse mútuo" tiveram lugar em Pequim. 240 A delegação soviética era liderada pelo primeiro vice-ministro das relações exteriores, V.V. Kuznetsov.241 Kuznetsov permaneceu na China até 13 de junho de 1970.242
- Em 15 de agosto de 1970, o vice-ministro das relações exteriores, Ilichev chegou a Pequim como chefe da delegação governamental soviética, para negociações com os chineses.243
- Entre julho e dezembro de 1970, foram mantidas dezesseis sessões de negociação sino-soviéticas que trataram da resolução das questões de fronteira.
- Em Khabarovsk, entre agosto e setembro de 1970, foram realizadas negociações sino-soviéticas sobre comércio de fronteira.244
- Em 18 de novembro de 1970, o novo embaixador soviético, Tolstikov, encontrou-se com Chou En-lai.
- Em 1971, continuaram as negociações sobre questões de fronteira; de junho a agosto, um vice-ministro chinês esteve em Moscou como chefe de uma delegação comercial que negociava remessas; um acordo comercial foi assinado em Moscou.
- Em 1972, as negociações sino-soviéticas sobre questões de fronteira não avançaram, por "culpa da posição negativa da China"; em junho, uma delegação comercial soviética à China foi chefiada por I.Grishin.

240 "GSE" (1970), pp. 53, 62.
241 "GSE" (1970), p. 53.
242 "GSE" (1971), p. 80.
243 Ibid.
244 "GSE" (1971), p. 66.

- Em 1973, as negociações sobre fronteiras continuaram, agora ao nível de vice-ministros de relações exteriores.

- Em fevereiro e março, foi mantida uma sessão da comissão conjunta sino-soviética.245
- Em 1974, continuaram as negociações entre vice-ministros do exterior.
- Em fevereiro de 1974 foram inaugurados os vôos diretos de Moscou a Pequim.
- Em fevereiro e março de 1974 foi realizada reunião da comissão conjunta sino-soviética sobre navegação.
- Em 25 de junho de 1974, uma delegação soviética chefiada pelo vice-ministro Ilichev chegou à China para negociações sobre questões de fronteira.246
- Em 12 de novembro de 1975, o vice-ministro Ilichev fez nova visita a Pequim, para discutir questões de fronteira.247
- Em setembro de 1976, o Comitê Central do PCUS enviou condolências pela morte de Mao; Gromyko e Mazurov, ambos membros do Politburo, fizeram uma visita de pêsames à embaixada chinesa em Moscou.
- Em 29 de novembro de 1976, o vice-ministro Ilichev fez mais uma visita à China; as negociações sobre questões de fronteira continuaram em Pequim até fevereiro de 1977.248
- De julho a outubro de 1977, a comissão mista sino-soviética sobre navegação, retomou suas sessões de trabalho, após uma interrupção de dois anos.
- De 20 a 28 de julho de 1977, uma delegação comercial do governo chinês, chefiada pelo vice-ministro de comércio exterior visitou a União Soviética, sendo recebida por Patolichev.249

245 “GSE” (1974), p. 310.
246 “GSE” (1975), p. 64.
247 “GSE” (1976), p. 59.
248 “GSE” (1977), pp. 65, 295.
249 “GSE” (1978), p. 56.

- Em abril de 1978, Ilichev retornou a Pequim para retomar as negociações. Foram também mantidas conversações em Moscou, de 29 de setembro a 30 de novembro de 1979, entre Ilichev e o vice-ministro do exterior chinês, Wang You-ping. Eles deveriam tratar de "amplas questões referentes às relações políticas e econômicas", em vez das questões de fronteira. De acordo com a agência TASS, ficou combinado que as conversações deveriam continuar em Pequim. Gromyko encontrou-se com Wang em dezembro daquele ano.250
- No início de 1981, a China e a União Soviética renovaram um acordo sobre os direitos de navegação no rio Amur; isto aconteceu na vigésima terceira rodada de negociações, iniciadas em 1951.
- Em março de 1982, três especialistas chineses visitaram Moscou para estudar técnicas de administração, sendo recebidos pelo vice-presidente do Comitê de Planejamento Estatal Soviético.251

A lista de contatos bilaterais obviamente está incompleta. Mesmo assim, não seria possível produzir uma lista comparável dos contatos soviético-iugoslavos ocorridos durante a genuína ruptura Tito-Stálin. Por uma fração substancial do período em questão, a União Soviética fez-se representar na China por um vice-ministro, bem como por uma destacada autoridade do partido no posto de embaixador. Por mais fragmentado que seja, o quadro que emerge dos contatos bilaterais sino-soviéticos é mais condizente com um panorama de coordenação de táticas e do plano de ação política do que com um cenário de tentativas fracassadas de resolver disputas. Deve ser dada especial atenção à

250 "GSE" (1980), p. 64.
251 "The New York Times", 25 de março de 1982.

proeminência dada a dois dos maiores estrategistas soviéticos nas conversações com os chineses:

Parte II – Capítulo 23

Kuznetsov, um grande especialista em relações exteriores; e Ilichev, um especialista em ideologia e relações exteriores, incluindo segurança européia.252. Muito importante também foi a presença de Andropov, especialista em assuntos do bloco e mais tarde, diretor-geral da KGB e agora, líder do partido. Tikhvinskiy, um especialista em desinformação, figurou em várias delegações soviéticas. Do lado chinês, destacados funcionários do ministério do exterior também tomaram parte nessas discussões, o que sugere que os assuntos tratados eram bem mais amplos do que problemas de fronteira.

O número de delegações comerciais chinesas à União Soviética é também impressionante. É de se notar que aquelas enviadas em 1971, 1973 e 197, chegaram à União Soviética em julho ou agosto, que sãos os meses nos quais os encontros de cúpula da Criméia são realizados; a possibilidade da participação secreta chinesa nesses encontros, não deve ser desprezada.

Também poderia ser documentado um padrão similar de contatos bilaterais entre soviéticos e vietnamitas e entre chineses e vietnamitas.

Antes de deixar o exame do tema da coordenação no interior do bloco, deve ser feita breve referência às estreitas relações de trabalho entre departamentos especializados dos comitês centrais dos partidos do bloco. Foram mantidos intensos contatos entre os departamentos administrativos, internacionais e ideológicos dos partidos do bloco e de fora deste, no caso dos partidos extrabloco serem já grandes o suficiente para manter tais estruturas.

252 Em 1980-81, Ilichev liderou a delegação soviética à conferência da CSCE em Madri.

Parte II – Capítulo 23

A Coordenação entre os Partidos do Bloco e ExtraBloco

Os arranjos para coordenação dos partidos do bloco e extrabloco e a realização daquilo que Krushchev chamou de sincronização de suas atividades e políticas, são tão extensos que aqui não poderá ser apresentado mais do que um resumo.

De importância fundamental são as conferências internacionais de partidos do bloco e extrabloco. O Congresso dos Sessenta e Quatro Partidos, em novembro de 1957, decidiu elaborar uma estratégia e um plano de ação política de longo alcance para o bloco e para o movimento comunista internacional. O Congresso dos Oitenta e Um Partidos, em novembro de 1960, adotou formalmente a nova política e estratégia. Também participaram desse congresso os partidos chinês, albanês, romeno, checoslovaco, francês, italiano e espanhol. Um outro congresso do mesmo tipo só foi realizado em junho de 1969, em Moscou. A esse, compareceram setenta e cinco partidos, nove do bloco e sessenta e seis de fora dele. A presença de cinco membros do Politburo soviético mostra a importância que o PCUS lhe atribuía. O congresso fez uma revisão dos dez anos anteriores e adotou uma linha de ação para o futuro. Também estiveram presentes a esse congresso os partidos francês, italiano e espanhol.253 Foram gastos mais de quatro anos nos preparativos da conferência de 1969.

No mesmo período, outras conferências internacionais foram dedicadas a aspectos específicos da política. Por exemplo, em outubro de 1965, foram realizadas conferências em Moscou e em Praga, para celebrar o trigésimo aniversário do 7. °Congresso do Comintern, que adotou a tática de frentes unificadas. Representantes de quarenta partidos estiveram presentes à reunião de Moscou, que produziu um relatório sobre a significância histórica do 7. ° Congresso do Comintern para o moderno movimento comunista. De acordo com a

253 “GSE” (1970), pp. 9-22.

"Great Soviet Encyclopædia", foram formulados "novos métodos táticos e estratégicos" para o movimento comunista.254 Em janeiro de 1970, uma conferência realizada em Moscou reuniu vinte e oito partidos europeus para discutir a segurança européia. Em setembro, agora em Budapeste, quarenta e cinco partidos discutiram ações comuns contra o imperialismo.255

De forma sistemática, houve conferências regionais de partidos comunistas na Europa Ocidental, Escandinávia, América do Sul, América Central, nos países do Mediterrâneo, em países árabes e africanos. A série de conferências na Europa incluiu as conferências de Tihany e Berlim, em 1976, nas quais os eurocomunistas foram muito ativos. A lista de conferências e encontros poderia ser estendida indefinidamente.

Os congressos do PCUS proporcionam importantes oportunidades para consultas e coordenação. Os congressos dos outros partidos comunistas do bloco atraem delegações co-irmãs em número substancial. Seria supérfluo enumerá-los todos; alguns poucos exemplos ilustrarão o quadro de intensos e contínuos contatos. O 12.° Congresso checoslovaco, em 1962 teve a participação de sessenta e quatro delegações; o 8.° Congresso iugoslavo em 1964 recebeu trinta delegações; o congresso romeno de 1965 contou com a participação de cinqüenta e sete delegações. Onde quer que as condições permitissem, os congressos de partidos extrabloco tiveram a presença de delegações do bloco. Houve inúmeros contatos oficiais e extra-oficiais entre partidos comunistas e organizações comunistas de fachada, nacionais e internacionais, tais como a Federação Mundial de Sindicatos de Trabalhadores e o Conselho pela Paz Mundial.

A permanente ligação entre partidos do bloco e de fora deste, se mantém através do Departamento Internacional do Comitê Central

254 "GSE" (1966), pp. 466-67.
255 "GSE" (1971), p. 34.

do PCUS, sob o comando de Ponomarev (este departamento tem representantes alocados em postos no exterior); e também através do quartel-general da "World Marxist Review", em Praga, onde um grupo de representantes de partidos do bloco e extrabloco trabalham juntos, como membros permanentes da equipe. A "World Marxist Review" mantém conferências de formulação teórica acerca dos principais assuntos da política comunista.

Um número enorme de visitas à União Soviética e a outros países comunistas é feito todos os anos por líderes e funcionários dos partidos de fora do bloco, com o propósito de tratar de assuntos partidários comuns.

Conclusões

A escala dos contatos entre partidos comunistas do bloco e de fora deste, ocorridos no período que vai de 1958 a 1980, não tem paralelo no mundo. A vasta maioria dos encontros comunistas se deu à portas fechadas; deles não se sabe mais do que os líderes permitiram que fosse sabido. Desprovidos de notícias autênticas e hipnotizados pelas "revelações" sobre a desunião comunista, estas derivadas de fontes comunistas, os comentaristas ocidentais tenderam a subestimar ou a ignorar a vasta massa de evidências da contínua e sistemática coordenação das ações do movimento, de 1958 até os dias atuais. A escala, escopo e maneira pela qual essa coordenação é conduzida, refuta a noção de que em função da falta de unidade, o comunismo internacional é um movimento que perdeu seu ímpeto, direção e senso ideológico de propósito. Ademais, o movimento não perdeu seu caráter controlado, organizado e disciplinado. Em verdade, a dissensão sistemática de parte de qualquer partido comunista só poderia levar a sua expulsão do bloco comunista e ao ostracismo, como foi o caso da

Parte II – Capítulo 23

Iugoslávia em 1948. O que mudou a partir do período de 1957 a 1960, não foi a natureza do comunismo, mas a avaliação e o reconhecimento que os líderes comunistas fizeram das vantagens táticas e estratégicas das dissensões espúrias no interior do movimento, além da experiência que adquiriram na sua exploração estratégica, conforme os interesses da política de longo alcance. A velha metodologia resolve as contradições entre os indícios de coordenação e os indícios de desunião, simplesmente ignorando muitos dos indícios de coordenação. A nova metodologia resolve a contradição ao demonstrar a natureza planejada e espúria dessa falta de unidade. A escala admitida de contato entre soviéticos, chineses, iugoslavos, romenos e eurocomunistas, trai a natureza das "rupturas" e "divergências" entre eles, confirmando que não passam de manifestações de desinformação estratégica, colocadas em ação em suporte à política de longo alcance.

Parte II – Capítulo 24

O Impacto do Programa de Desinformação

O Processo de Modelagem das Análises Ocidentais do Mundo Comunista

O lançamento do programa de desinformação estratégica em 1958 invalidou a metodologia convencional utilizada pelos estudiosos ocidentais de assuntos comunistas. Um grande, mas cuidadosamente controlado fluxo de informações foi liberado através de uma ampla gama de fontes sob controle comunista. Assim como no período da NEP nos anos 20, esse novo grande fluxo de informações confundiu e distorceu a percepção e as considerações ocidentais sobre a situação no mundo comunista. Desprovidos da habilidade de adquirir informações internas sobre

o pensamento estratégico, planejamento e métodos de operação comunistas, os analistas ocidentais graciosamente aceitaram essa corrente de informações pelo seu valor aparente. Sem que soubessem, seus métodos convencionais de análise não só foram invalidados, como também virados contra eles pelos estrategistas comunistas. Em função da deliberada projeção que os estrategistas comunistas deram à falsa imagem de dissolução da unidade comunista, o mundo não-comunista ignorou ou subestimou indícios públicos e significativos que apontavam para a cooperação no bloco a partir de 1957, cooperação baseada numa nova plataforma de igualdade entre partidos e compromisso com princípios ideológicos fundamentais e com objetivos políticos de longo-prazo. O novo plano de distribuição de encargos permite variações nas táticas domésticas e internacionais e provê oportunidades ilimitadas para esforços conjuntos entre países do bloco no sentido de falsear o verdadeiro estado das relações entre eles, quando quer que isso seja conveniente para ambos. O Ocidente não percebeu que a ideologia comunista foi liberada da

camisa de força estalinista e revitalizou-se segundo as linhas de orientação leninistas. Falsamente, mas com muito sucesso, essa mudança foi apresentada como a substituição espontânea da ideologia pelo nacionalismo no papel de força propulsora do mundo comunista.

Os estudos realizados por não-comunistas cada vez mais passaram a depender de informações emanadas de fontes comunistas. Ainda que algumas vezes os observadores no mundo não-comunista tenham demonstrado alguma ciência de que as informações que lhes chegavam vinham através de canais sob controle comunista, virtualmente não houve reconhecimento do fato de que as informações mesmas tinham sido especialmente preparadas atrás da Cortina de Ferro, para benefício desta e engano daqueles. O papel político dos serviços de inteligência comunistas foi ignorado e uma vez que os indícios e evidências de planejamento e coordenação das atividades do bloco foram igualmente negligenciados, o crescimento dos movimentos de oposição interna e a irrupção de disputas entre estados comunistas foram erroneamente tomados como acontecimentos espontâneos.

Até 1960 e a despeito da ruptura Tito-Stálin em 1948 e dos levantes polonês e húngaro em 1956, o mundo não-comunista estava pronto a aceitar como fato o crescimento de um bloco e de um movimento comunista coesos. Alguns analistas ocidentais, tais como o professor Possony, consideravam as decisões do Congresso dos Oitenta e Um, em novembro de 1960, como indicativos da adoção de uma política de longo alcance. Mas a aceitação, pelo seu valor aparente, que políticos, diplomatas, serviços de inteligência, professores, jornalistas e o público ocidental fizeram dos subseqüentes indícios de disputa e quebra de unidade no mundo comunista, precipitou a adoção de uma nova atitude, a qual teria sido considerada impensável antes, implicando em que as corretas concepções de Possony e outros passassem a ser consideradas anacrônicas, quando não antediluvianas.

Parte II – Capítulo 24

O Manifesto dos Oitenta e Um Partidos passou a ser considerado mera solução de compromisso, temporária e obtida às pressas entre os partidos comunistas, significando a falha destes na adoção de uma política comum. Assim considerado, o Manifesto foi posto de lado. Os indícios de evolução e rupturas no mundo comunista eram tão irresistíveis em volume e convincentes no caráter, que ninguém poderia continuar questionando sua validade. A aceitação das rupturas como realidade, especialmente a sino-soviética, tornou-se a base comum para todas as tentativas não-comunistas de analisar políticas presentes e futuras e as tendências do mundo comunista. Como resultado, a percepção Ocidental das intenções ofensivas dos comunistas ficou embotada e obtusa e as evidências de coordenação na execução das estratégias comunistas mundiais foram desconsideradas.

É diretamente resultante do fato de a desinformação estratégica não ter sido reconhecida como tal que as considerações ocidentais acerca da evolução de acontecimentos internos ao mundo comunista foram crescentemente moldadas e determinadas pelos estrategistas comunistas, nos interesses de sua própria política de longo alcance. Na União Soviética, o abandono da "ditadura do proletariado" e a introdução de empreendimentos de economia de mercado, além de outras medidas de reforma econômica, pareciam pressagiar uma reversão em direção ao capitalismo. A gradual melhoria no nível de vida parecia estar amainando o apetite soviético por mudanças revolucionárias, gerando novas pressões sobre o regime para que este permitisse maior liberdade e melhoria no suprimento de bens de consumo. As aparentes diferenças na liderança soviética, entre reformistas liberais e ideólogos conservadores, sobre como lidar com essas questões e como conciliar a necessidade de progresso com retórica ideológica perfunctória, confirmavam a crença ocidental na recorrência de lutas pelo poder, principalmente nos bastidores, mas também abertamente, como no caso da remoção de Krushchev. Quando os liberais pareciam estar no controle, aumentavam as

expectativas de crescente cooperação entre a União Soviética e o Ocidente. Alguma moderação na propaganda soviética e expressões de interesse na coexistência pacífica e em negociações pragmáticas ao estilo ocidental pareciam genuínas, especialmente quando comparadas à implacável hostilidade chinesa. As ações soviéticas ocasionalmente agressivas eram atribuídas à sobrevivência de um grupo de linhas-duras estalinistas na liderança, o qual, de tempos em tempos, precisava ser apaziguado pelos reformistas liberais. Se os estalinistas retomassem o controle mais uma vez, a détente seria revertida e poderia haver uma reconciliação sino-soviética. Portanto, o Ocidente tinha interesse direto no fortalecimento da posição dos reformistas liberais. Desde que estes sobrevivessem, havia perspectivas de uma melhora nas relações, devido à existência de interesses comuns entre os soviéticos e o Ocidente quanto à prevenção de um conflito nuclear e no enfrentamento da militância chinesa. Em longo prazo, a revolução tecnológica oferecia perspectivas de um gradual encurtamento da distância entre os sistemas comunista e nãocomunista.

Tais eram os argumentos em voga nos anos 60. A despeito da revitalização do neoestalinismo perto do final da década, esses argumentos sobreviveram e ganharam peso até a segunda metade dos anos 70.

O aparente surgimento de fissuras e rupturas entre estados comunistas foi avaliado como evolução encorajadora. A emergência de uma gama de diferentes variedades de comunismo parecia mostrar como a ideologia tinha perdido seu poder aglutinante. As rivalidades entre estados comunistas pareciam ter suas raízes em sentimentos nacionais tradicionais.

O impacto da ruptura sino-soviética sobre o pensamento ocidental pode ser ilustrado pela mudança na atitude de um Allen Dulles, ex-diretor da CIA, homem de integridade inquestionável, convictamente anticomunista e àquela época, com acesso privilegiado a todo tipo informação, aberta ou secreta.

Parte II – Capítulo 24

Num pronunciamento feito em 8 de abril de 1958, Allen Dulles disse: “Enquanto os princípios do comunismo internacional motivarem os regimes de Moscou e Pequim, devemos esperar que

o seu único propósito seja a liquidação de nossa forma de sociedade livre e a emergência de uma ordem mundial sovietizada e comunista. Eles mudam de técnica conforme as circunstâncias. Eles nunca nos deram a mínima razão para que tivéssemos a esperança de que abandonariam seus objetivos gerais. Nós por vezes gostamos de nos iludir, imaginando que nos defrontamos com mais uma luta pelo poder em bases nacionalistas, as quais o mundo já assistiu por tantas vezes. A verdade é que os desígnios da Internacional Comunista, com seu quartel-general em Moscou, não são nacionalistas; seus objetivos não são limitados. Eles acreditam firmemente e pregam eloqüentemente que o comunismo será o sistema que, ao final, governará o mundo. Cada passo que dão é nessa direção. O comunismo, tal como a eletricidade, procura ser uma força revolucionária que em tudo penetra e em tudo se espalha”.256 Apenas três anos mais tarde, discursando sobre o mesmo assunto na Convenção da Associação dos Advogados Americanos 257 , em agosto de 1962, em São Francisco, Dulles, ao referir-se aos desdobramentos da ruptura sino-soviética, asseverou que o sistema comunista estava demonstrando múltiplas vulnerabilidades e fraquezas.258
A confirmação dessa perspectiva logo se tornou visível na crescente “independência” da Romênia. Seguindo o exemplo de Tito, Ceaucescu parecia ser o campeão da causa de seu povo contra a interferência soviética em seu país. Portanto, ele parecia ser digno de apoio em termos concretos. Percebiam-se tendências similares e aspirações à independência em outros pontos da Europa

256 Citado em “The Foreign Policy of the Soviet Union” – Alvin Z. Rubinstein (Nova York: Random House, 1960), p. 405.
257 N.T.: No original, “American Bar Association” – ABA.
258 “The New York Times”, 10 de agosto de 1962.

Oriental, especialmente na Polônia. Mas foi na Checoslováquia que a mais nova e estimulante "marca" de comunismo foi lançado no mercado por ocasião da "Primavera de Praga" em 1968. Esta parecia ser mais do que mera afirmação dos nacionalismos checo e eslovaco; era uma reavaliação de alguns dos conceitos básicos que regem as relações entre o indivíduo e o estado comunista: era

o "socialismo com face humana" abrindo novas possibilidades de cooperação Leste-Oeste. Mas, porque ameaçava os fundamentos do sistema comunista, foi esmagado pela brutal intervenção militar soviética.
Aparentemente abalados pela rebelião além-fronteiras e pelo crescimento do movimento dos dissidentes no front doméstico, os líderes soviéticos, sob o comando de Brezhnev, voltaram à repressão, na mais crua linha estalinista. Dessa forma, o Ocidente recebeu com reservas as propostas comunistas para uma conferência sobre a segurança européia. Não obstante, a experiência checoslovaca parecia demonstrar a existência de tendências liberalizantes no mundo comunista, um argumento muito enfatizado por eloqüentes "dissidentes" soviéticos. Conseqüentemente, valia a pena que o Ocidente se engajasse nas discussões sobre segurança européia e direitos humanos, mesmo que apenas divisando um futuro distante.

Tito e seu regime eram tidos pelo Ocidente como úteis na promoção de tendências liberalizantes no bloco. A influência iugoslava no movimento dos países não-alinhados era bem-vinda como um obstáculo à expansão da influência soviética e chinesa nos países em desenvolvimento.

A tendência à desintegração parecia ter-se alastrado do bloco para o movimento comunista internacional. A ruptura sinosoviética tinha provocado um processo de dissidência em muitos partidos comunistas. A intervenção soviética na Checoslováquia foi repudiada por importantes partidos comunistas, incluindo o francês e o italiano, os dois mais poderosos na Europa Ocidental.

Em meados dos anos 70, ambos tinham expressado sua independência da União Soviética e adicionaram suas vozes ao clamor pela democracia, direitos humanos e por uma Europa livre de pactos militares. Mesmo que o partido comunista italiano chegasse ao poder, isso já não parecia incompatível com a sobrevivência da democracia ou até mesmo com a permanência da Itália na OTAN.

Em resumo, a aparente perda do ardor revolucionário, a aparente falta de unidade no movimento e no bloco, a aparente preocupação dos estados comunistas com lutas fratricidas e o advento da détente, apontavam para a mesma conclusão: a Guerra Fria tinha acabado. A nova situação parecia exigir adaptação e reações positivas ao comunismo, em vez das velhas formas de resistência e refreamento.

O Efeito sobre a Formação da Política Ocidental

Durante a Guerra Fria, quando a ameaça do comunismo parecia perigosamente aguda, as diferenças nacionais tradicionais entre as potências ocidentais foram até certo ponto subordinadas aos interesses comuns de autodefesa. De 1945 a 1949, a Europa Ocidental se recuperava da devastação da guerra. A superioridade americana era inquestionável. A Europa dependia dos Estados Unidos para a recuperação de sua vida econômica e para protegêla contra um ataque soviético. Em meados dos anos 50, a situação já estava mudando. A Europa estava a caminho da recuperação e começava a ver a si mesma como uma comunidade de potências econômicas que avançava rapidamente. Crescia o ressentimento quanto à influência americana, especialmente na França, onde havia a reivindicação por uma parceria de iguais com os Estados Unidos. Em outubro de 1958, o General de Gaulle remeteu um memorando aos governos americano e britânico, cuja essência era

a chamada para a formação de um triunvirato com responsabilidades mundiais. O memorando refletia a mudança na realidade econômica européia. Caso houvesse uma avaliação clara e realista do problema de longo alcance que é o comunismo, os reajustes de relacionamento na aliança ocidental, com base em parceria de iguais, poderiam ter sido atingidos. Na situação em que se encontrava, a aliança ocidental foi deixada à deriva. Ao mesmo tempo, começaram a aparecer mudanças no mundo comunista que, exageradas e distorcidas pela desinformação comunista, indicavam uma redução da urgência e intensidade da ameaça do comunismo. Assim, ficou enfraquecido o argumento do sacrifício de interesses nacionais em favor da unidade na defesa ocidental. Se o monólito comunista estava se desintegrando numa série de regimes nacionais rivais, cujos interesses nacionais crescentemente sobrepujavam sua suposta ideologia comum, então as nações ocidentais poderiam dar-se ao luxo de voltar à busca de seus interesses nacionais tradicionais nas suas distintas áreas de influência. Não era mais necessário fortalecer a unidade ocidental sob a liderança americana. Era mais importante examinar os novos alinhamentos possíveis. As nações em desenvolvimento não eram mais compelidas a aderir a alianças militares apoiadas pelo Ocidente; de fato, elas podiam buscar sua independência de forma mais efetiva fora das alianças, ou até mesmo, contra essas, enquanto procuravam a cooperação com países comunistas.

Se a ideologia era uma força declinante, então o anticomunismo ideológico ocidental, do tipo que se viu na Guerra Fria, estava obsoleto. Tal anticomunismo serviria apenas para atrapalhar o crescimento do nacionalismo no mundo comunista e levar ao reagrupamento dos crescentemente independentes regimes comunistas. A nova inspeção do cenário do mundo comunista exigia um reexame dos conceitos ocidentais tradicionais. O mundo não mais podia ser simplesmente dividido em dois blocos antagônicos, nitidamente divididos ao longo de linhas ideológicas.

Parte II – Capítulo 24

Em face do compromisso soviético com a détente, com a coexistência pacífica e da existência da ruptura sino-soviética, os conceitos de competição ideológica Leste-Oeste e de contenção global do comunismo pareciam obsoletos. Tais conceitos poderiam colocar a paz em risco ou provocar uma reconciliação sinosoviética. A unidade nos planos de ação militar, política e econômica ocidentais frente ao bloco tornou-se supérflua antes mesmo que essa unidade jamais tivesse sido atingida. A nova situação demandava flexibilidade e liberdade de iniciativa.

Diferentes escolas de pensamento se desenvolveram em torno de uma única questão: qual a melhor maneira de obter vantagem da nova situação no mundo comunista. Se as nascentes diferenças entre estados comunistas deveriam ser encorajadas, então seriam necessárias abordagens diferenciadas para cada um deles. Seria necessário "construir pontes" para alcançar aqueles estados do Leste europeu que demonstrassem tendências liberais ou independentes e ajudá-los a se desacostumar da onipresença e tutela da União Soviética.

Ao mesmo tempo, parecia necessário encorajar relações mais estreitas do Ocidente com a União Soviética, a fim de estimular o processo de evolução interna e explorar suas diferenças com a China – em outras palavras, "jogar a carta soviética". Foi dito que "[...] a história não nos perdoará se perdermos essa chance".

Nos Estados Unidos, alguns argumentavam que a emergência da União Soviética e dos Estados Unidos como as duas superpotências nucleares, conferia uma importância secundária à aliança ocidental. Uma aproximação unilateral deveria ter precedência, por ser menos complicada e menos propensa a provocar uma reconciliação sino-soviética. Era necessária uma compreensão mais indulgente e solidária da posição dos líderes liberais soviéticos. Sua influência deveria ser fortalecida e prestigiada, se com isso pudessem ser evitadas crises

na agricultura, fracassos na indústria, atraso tecnológico e escassez de bens de consumo. Comunistas mais bem alimentados e morando melhor sentir-se-iam mais satisfeitos e com menos propensão revolucionária.

O grau até o qual Krushchev foi considerado um liberal no Ocidente é bem ilustrado pelos temores generalizados de que haveria uma reversão às políticas de linha-dura soviéticas quando da divulgação de sua "destituição" em 1964 e pelo alívio que se seguiu quando se tornou aparente que a détente e a coexistência pacífica continuariam.

Uma outra escola de pensamento nos Estados Unidos sustentava que o Ocidente não deveria tentar explorar ativamente a ruptura sino-soviética, por temor de obter o efeito oposto ao pretendido; seria melhor deixar os dois gigantes comunistas a resolver suas diferenças lutando entre si. Uma política passiva no que tange a ruptura sino-soviética poderia, não obstante, ser acompanhada de uma política ativa quanto à Europa Oriental. A persistente independência da Iugoslávia tinha demonstrado o sucesso da política ocidental para com esse país a partir de 1948. Uma ativa política comercial na Europa Oriental, além de lucrativa, oferecia a esperança de atrair outros satélites europeuorientais para fora da órbita de influência soviética.

Na França, a visão gaullista de uma Grande Europa se estendendo do Atlântico aos Montes Urais tornou-se tópico de discussão séria.

Ampliaram-se as diferenças sobre a política quanto à China. Os Estados Unidos se agarraram à convicção de que nenhuma concessão deveria ser feita enquanto o regime chinês continuasse em sua linha militante e radical. Outros países, especialmente a França, argumentavam que China estava exasperada por seu isolamento diplomático. Concedidos o reconhecimento diplomático, um assento na ONU e oportunidades comerciais mais favoráveis junto ao Ocidente, a China evoluiria, tal

como a União Soviética, para a adoção de uma postura mais moderada.

Nos anos 70, a óbvia ameaça militar soviética na Europa e a franca agressividade na África e no Afeganistão, contrastando com a recém-descoberta moderação chinesa, gerou uma nova escola de pensamento, que propugnava relações mais estreitas com a China, ou, "jogar a carta chinesa".

De maneira muitíssimo simplificada, esses foram alguns dos argumentos e considerações levados em conta pelos arquitetos das políticas ocidentais nos anos 60 e 70. A maior crítica a essas políticas não reside no fato de que foram influenciadas por criptocomunistas ou por "companheiros de viagem", ainda que esse fator não deva ser desprezado. No principal, essas políticas foram honestamente desenvolvidas a partir de certas premissas básicas, quais sejam, a de que o sistema soviético estava evoluindo, de que a ruptura sino-soviética era genuína e de que o monólito comunista estava em processo de desintegração. As políticas estavam erradas porque as premissas eram falsas: estas eram o produto da desinformação comunista.

Os Efeitos Práticos sobre as Políticas Ocidentais

A aparente falta de unidade no Leste provocou uma falta de unidade real no Ocidente. Antagonismos e disputas entre os aliados ocidentais vieram a público. Durante alguma tempo, foram manchetes dos jornais. Em pouco tempo, passaram a ser aceitos como normais.

A tendência na direção da busca por interesses nacionais era mais evidente na França, a qual deu ensejo a um acentuado declínio na cooperação com os Estados Unidos, à adoção de uma nova política de defesa nacional, ao cancelamento, em 1966, de

compromissos militares assumidos junto à OTAN, à concentração no papel de liderança da França no Mercado Comum Europeu e à revitalização do interesse em seus aliados tradicionais na Europa Oriental: Rússia, Polônia e Romênia. A deterioração das relações francesas com alguns aliados da OTAN era aguda. Ouviam-se brados de "França para os franceses, Europa para os europeus, América para os americanos". Eram ventiladas suspeitas de que a segurança da Europa não era um interesse vital dos Estados Unidos. As reações americanas à reafirmação da identidade e interesses franceses nem sempre eram diplomáticas ou perspicazes. Os americanos se recusaram a compartilhar sua tecnologia nuclear com os franceses. Os americanos falharam ao não consultar adequadamente a França sobre a crise cubana. A França não fez parte do tratado de proibição de testes nucleares assinado pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha com a União Soviética em 1963. Os franceses zombavam e escarneciam abertamente da política americana de reconhecimento diplomático da China comunista. À medida que crescia o comprometimento militar americano no Vietnã, também aumentava a intensidade das críticas européias, especialmente suecas, à política americana para aquela região.

A hostilidade franco-americana se espraiou sobre as relações franco-britânicas. Por causa da "relação especial" angloamericana, à Grã Bretanha atribuiu-se um papel de "agente americano" na Europa. A solicitação britânica de entrada no Mercado Comum Europeu foi vetada pela França. A Grã-Bretanha concentrou-se nas relações com a EFTA259 e com a Commonwealth e também na redução de seus compromissos no exterior.

Esses acontecimentos vieram acompanhados de temores injustificados de um renascimento da ameaça alemã na Europa e pelo questionamento do critério e bom senso da reaproximação

259 N.T.: European Free Trade Association – Associação Européia de Livre Comércio, formada pela Islândia, Noruega, Liechtenstein e Suíça.

franco-germânica, que se servia aos interesses da unidade da Europa Ocidental, não era em si mesma substituta dessa.

Rixas e disputas apareciam em vários outros lugares. Os austríacos e italianos discutiam sobre o Tirol; os franceses e canadenses sobre Quebec; gregos e turcos sobre Chipre; britânicos e islandeses sobre bacalhau; indianos e paquistaneses sobre a Caxemira e outros questões. As hostilidades árabe-israelenses atingiram novos níveis de intensidade. Esses conflitos tinham suas raízes em problemas históricos que pouco ou nada tinham a ver com o comunismo. Mesmo assim, o aparente enfraquecimento da ameaça comunista permitiu certo grau de tolerância e deleite em emotivas disputas nacionalistas, que provavelmente seriam silenciadas diante da percepção de um perigo comum. Na atmosfera da détente, a OTAN, criada para conter a óbvia ameaça militar soviética na Europa do pós-guerra, perdeu seu ímpeto. Não apenas havia conflitos políticos entre seus membros, como esmoreciam os esforços de estabelecer uma linha de armas padronizadas para a aliança. Os programas conjuntos da OTAN eram ou tíbios ou fadados ao fracasso, desde a concepção. Em 1974, a Grécia seguiu o exemplo da França e abandonou seus compromissos militares com a OTAN. A tensão com a Turquia enfraqueceu gravemente o flanco sul da OTAN.

Em 1965, um observador ocidental, que como quase todos os outros, aceitou a autenticidade da ruptura sino-soviética, fez o seguinte comentário sobre a OTAN: “A estratégia básica da chantagem soviética na década passada foi a de fragmentar a OTAN. Este era o propósito por trás da crise de Berlim. Se as tendências no interior da OTAN não forem revertidas, esse objetivo poderá ser atingido e não por obra de uma estratégia militar soviética mais agressiva, mas exatamente pela redução temporária da militância soviética, encorajando a confusão no seio da aliança. Quão verdadeira é a idéia de que freqüentemente

o uso da força não é a melhor estratégia. Os soviéticos poderão vir a fazer as contas e verificar que a ruptura sino-soviética foi,

mais do que compensada por uma ruptura na OTAN. Quanto ao Ocidente, qualquer rompimento ou dispersão da OTAN e a conseqüente formação de pequenos agrupamentos de poder, ou uma balcanização da Europa Ocidental, só produziria erros de cálculo ou uma política de apaziguamento". 260

O abandono de políticas conjuntas em face do mundo comunista levou à mudanças na prática diplomática do Ocidente. Contatos pessoais – incluindo conversações confidenciais – negociações e entendimentos entre líderes não-comunistas e comunistas, mesmo quando por iniciativa do lado comunista, eram bem-vindos no Ocidente. A abordagem unilateral tornou-se a norma. A visita do general de Gaulle a Moscou em 1966 provocou referências à aliança franco-russa existente durante a década de 1890 e ao pacto franco-soviético dos anos 30. Os Estados Unidos concordaram em conduzir as negociações SALT com a União Soviética em base bilateral. Consultas políticas bilaterais regulares entre os governos soviético e francês e entre soviéticos e italianos se tornaram prática aceita. Na Alemanha Ocidental, ganhou força o argumento em favor de uma abertura para o Leste, encontrando expressão na Ost politik do chanceler Willy Brandt, no início dos anos 70. A reação ocidental à diplomacia de détente da China parecia não ter articulação conjunta. Houve notáveis exemplos de falhas na consulta aos parceiros; p.ex., em 1971, os americanos não avisaram os japoneses da iniciativa Nixon-Kissinger na China;

o presidente Giscard d'Estaing praticamente ignorou seus aliados quanto a sua reunião com Brezhnev, realizada em Varsóvia em maio de 1980.
A ampliação do âmbito dos contatos de líderes e diplomatas comunistas no mundo não-comunista foi saudada tão

260 "Grand Strategy Reconstructed: an American View", David M. Abshire, in "Détente: Cold War Strategies in Transition", ed. Eleanor Lansing Dulles e

Robert Dickson Crane (Nova York: Frederick A. Praeger, 1965), p. 269.

calorosamente quanto a expansão dos contatos ocidentais com o mundo comunista.

Com o advento da détente, empresas ocidentais pressionaram pela expansão do comércio com os países comunistas. Vários países ocidentais tomaram suas próprias iniciativas nessa área, normalmente sem qualquer consulta ou preocupação com alguma política ou interesse comum do Ocidente. Caso houvesse necessidade de alguma justificativa, logo eram apresentados os argumentos de que o comércio era lucrativo e benéfico para os países não-comunistas, além de promover as boas relações Leste-Oeste e estimular tendências nacionalistas, liberais e pró-ocidentais no mundo comunista. Acrescentava-se que isso tudo contribuiria para a estabilidade e a paz mundial e, talvez no longo prazo, para a formação de um mercado comum mundial.

Atraídas pelas oportunidades aparentemente imperdíveis, muitas firmas ocidentais enviaram seus representantes para avaliar

o mercado comunista. Os britânicos, detentores da maior experiência em comércio internacional, logo tomaram a dianteira, seguidos de perto pelos franceses, alemães-ocidentais, italianos e japoneses. Os alemães, em particular, abriram linhas de crédito de longo prazo para a Europa Oriental, na esperança, além da obtenção de lucros, de promover a independência dessa da União Soviética. Europeus e japoneses aumentaram seu comércio com a China, esperando com isso, também suavizar a militância chinesa. Nos anos 60 houve uma tendência geral de relaxamento das restrições ao comércio com países comunistas. A política de limitação do comércio Leste-Oeste, salientada nos acordos de Roma de 1958 e 1959, foi abandonada em favor da expansão; foram relaxados os controles sobre exportações estratégicas do Ocidente; grandes instalações industriais, de valor decisivamente estratégico para os países comunistas, foram construídas em seus territórios por consórcios ocidentais. Créditos de longo prazo foram concedidos. O status de “nação mais favorecida” foi concedido a outros países comunistas, incluindo a Romênia e em

1980, a China. Os Estados Unidos, que há muito se opunham à expansão do comércio Leste-Oeste, começaram a mudar de posição. Como demonstra o discurso presidencial do "State of the Union Message"261 de 1977, o encorajamento do comércio com a União Soviética e a Europa Oriental tinha se tornado a política oficial americana. Todos esses passos foram dados por nações ocidentais de maneira individual, com pouca ou nenhuma preocupação quanto às possíveis conseqüências de longo-prazo.

Através de favores especiais foi demonstrada predileção pela Iugoslávia, sob a justificativa de que, ao romper com a União Soviética já em 1948, esse país tinha estabelecido um precedente para a independência da Europa Oriental.

A segunda nação mais favorecida foi a Romênia e pela mesma razão: a aparência de se ter lançado no mesmo caminho independente da Iugoslávia. O ministro do comércio exterior da Romênia foi recebido na França, na Alemanha Ocidental e nos Estados Unidos, de quem recebeu o status de "nação mais favorecida". Depois da Iugoslávia e da Polônia, a Romênia foi o país comunista que mais recebeu créditos ocidentais e em condições extremante favoráveis.

Perto do fim da década de 70, a expansão do comércio e de crédito permitiu que o endividamento geral dos países comunistas junto ao Ocidente atingisse setenta bilhões de dólares. O crescimento do comércio Leste-Oeste teve um efeito pronunciado sobre a abordagem geral que o Ocidente fazia do mundo comunista, uma vez que permitiu crescer a influência e poder dos interessados na continuação da détente, a despeito do evidente crescimento do poderio militar comunista e de outras indicações das agressivas intenções comunistas.

A détente e a desinformação sobre a "evolução" comunista forneceram as bases sobre as quais os partidos socialistas passaram

261 N.T.: Discurso anual feito pelo presidente dos Estados Unidos ao Congresso americano, no qual ele apresenta um relato e planos de legislação.

a ver com muito melhores olhos a formação de frentes unificadas com os partidos comunistas. Além do aumento das chances de uma subida ao poder dos socialistas, as frentes unificadas pareciam ser um instrumento promissor para influenciar os partidos comunistas no sentido de um aproximação com a social democracia e do afastamento da União Soviética. Tais idéias tinham força nos partidos socialistas italiano, alemão-ocidental, francês e finlandês. De maneira geral, os partidos socialistas pareciam menos favoráveis à coalizões ou alianças eleitorais com partidos de centro. A tendência esquerdista dos anos 60 teve um efeito polarizador. Ela aumentou o abismo entre partidos conservadores e progressistas e entre as alas reformistas e revolucionárias dos partidos socialistas. Com mais freqüência do que o oposto, quem mais sofreu foi o centro moderado. As relações pragmáticas entre as tendências conservadoras americanas e socialistas européias parecia ter sobrevivido a sua utilidade.

A oposição ao comunismo como um princípio ficou fora de moda. Foram perdidas de vista as diferenças básicas entre democracia e comunismo. Era considerado mais compensador buscar interesses comuns através do crescente intercâmbio científico, cultural e esportivo entre Leste e Oeste, pois se acreditava que esse intercâmbio contribuiria para a liberalização dos regimes comunistas. Nos anos 60, os escritores anticomunistas foram virtualmente barrados dos meios de comunicação; a atitude deles era considerada hostil e danosa à détente.262 Foi questionada

262 “The New Drive Against the Anti-Communist Program”: registros de audiência diante do Sub-Comitê de Investigação da Administração do Decreto de Segurança Interna e de outras Leis de Segurança Interna, vinculado ao Comitê do Senado dos EUA sobre Assuntos Judiciários, Washington, D.C. , 11 de julho de 1961, p. 10.

a necessidade das transmissões radiofônicas anticomunistas. O conteúdo diretamente anticomunista foi drasticamente reduzido.263 A atenção toda estava voltada para a ruptura sino-soviética, outras fissuras no bloco e para o crescimento do movimento dos dissidentes. De forma generalizada, foram cortadas as verbas oficiais e semi-oficiais destinadas às organizações estudantis e culturais não-comunistas que se opunham às organizações de fachada comunistas.

O expansionismo soviético na África e a intervenção no Afeganistão, iniciada no final de 1979, chamaram a atenção para a subjacente e essencial agressividade soviética. Algumas das mais ingênuas ilusões ocidentais sobre a détente foram estilhaçadas. Ao mesmo tempo, as reações ocidentais à ação soviética demonstraram a que ponto tinha crescido a influência de grupos com interesse na manutenção da détente, especialmente na Alemanha Ocidental e na França. A despeito da oposição americana, os alemães-ocidentais e os franceses mostraram-se determinados a continuar a construção de um gasoduto da União Soviética até a Europa Ocidental. É duvidoso que a situação do Afeganistão vá alterar as atitudes ocidentais de longo-prazo relativas à détente mais do que a crise cubana de 1962, por exemplo, alterou. Essa situação não dissipou as expectativas ocidentais de longo prazo – alimentadas por vinte anos de desinformação comunista – de que o declínio da ideologia e o

263 “Protracted Conflict”, R. Strausz-Hupe, W. R. Kintner, J. E. Dougherty e

A.J. Cotrell (Nova York: Harper Brothers, 1959), pp 115-16: “ […] Não é exagero algum dizer que nos anos recentes os governos ocidentais não mostram nem empenho e tampouco habilidade na condução de seus “programas de informação”, os quais são um substituto inferior e deficiente da guerra político-ideológica. Em geral, os povos ocidentais dificilmente se preocupam sobre o futuro do modo de vida livre de que hoje desfrutam. A mentalidade ocidental se tornou tão defensiva que muitos intelectuais devotam a maior parte de seu tempo pedindo desculpas pelas instituições e processos de uma sociedade liberal. Paradoxalmente, até mesmo aqueles intelectuais dedicados à causa da liberdade individual em suas próprias nações, não manifestam uma preocupação tão profunda quando o assunto é a ameaça que a expansão comunista oferece à liberdade humana “.

crescimento da oposição interna levarão, mais dia, menos dia, à liberalização do regime soviético.

Enquanto isso, a China expressava vigorosamente sua hostilidade à União Soviética, o que oferecia perspectivas aparentes de uma aliança com o Ocidente, baseada no interesse comum em conter o expansionismo soviético. Uma vez que no Ocidente não havia qualquer noção da desinformação, da política de longo alcance ou da estratégia da tesoura, "jogar a carta chinesa" é hoje considerada uma séria opção estratégica para os Estados Unidos.

Conclusão

A desinformação estratégica comunista teve um impacto profundo nas relações internacionais. Os governos ocidentais e seus consultores profissionais permaneceram cegos para o problema. O propósito fundamental do programa de desinformação foi sempre o de criar condições favoráveis à consecução do plano comunista de ação política de longo alcance. Portanto, os estrategistas comunistas atingiram seu intento ao enganar o Ocidente quanto aos acontecimentos no mundo comunista, tendo três objetivos em vista: aliviar a pressão ocidental sobre os regimes comunistas enquanto estes "constroem

o socialismo" e deitam as bases para uma futura federação mundial de estados comunistas; provocar as reações ocidentais desejadas e adequadas à sua diplomacia ativista e à estratégia comunista internacional; e finalmente, preparar o terreno para uma virada nas táticas comunistas, já na fase final do plano de ação política, nos anos 80.

O sucesso do programa de desinformação comunista gerou uma situação de crise nas avaliações ocidentais dos assuntos comunistas e, portanto, uma crise na diplomacia ocidental concernente ao mundo comunista. O significado do desenrolar dos eventos no bloco comunista é mal compreendido e as intenções

por trás das ações comunistas são interpretadas erroneamente. As ofensivas políticas comunistas, na forma da diplomacia de détente e negociações sobre desarmamento, são entendidas como indicações da moderação comunista. A estratégia comunista, em vez de ser bloqueada, foi inadvertidamente auxiliada e facilitada pelas políticas ocidentais.

A estratégia comunista principal, a de fortalecer e estabilizar o bloco política e economicamente, teve o concurso da ajuda econômica ocidental e da aceitação da détente e da cooperação com governos comunistas. Ao responder favoravelmente às iniciativas comunistas sobre as conversações SALT e de segurança européia, o Ocidente ajudou os estrategistas comunistas a prepararem o terreno para a dissolução da OTAN e para a retirada das tropas americanas da Europa. Ao aceitar a noção de uma Iugoslávia independente, o Ocidente deu a esta a oportunidade de organizar grande parte do Terceiro Mundo num bloco de orientação socialista, com um viés comunista e antiocidental. Ao aceitar a rivalidade sino-soviética como acontecimento genuíno, considerando a China como uma possível aliada contra o expansionismo soviético, o Ocidente está criando oportunidades para a construção de novos alinhamentos, que em longo prazo lhe trarão repercussões negativas. Ao se engajar em conversações SALT e em acordos sem a devida ciência da estratégia e política de longo alcance comunista e também ao fornecer tecnologia avançada, primeiro para a União Soviética e depois à China, o Ocidente ajudou a mudar a balança de poder contra si mesmo. Ao falhar em perceber o controle exercido sobre intelectuais e figuras religiosas do mundo comunista e aceitando a détente pelo seu valor de face, o Ocidente ficou pronto a aceitar a noção de uma evolução comunista de longo-prazo e a convergência final desse sistema com o sistema democrático. O Ocidente assistiu à estratégia ideológica comunista através do seu próprio e unilateral desarmamento ideológico.

Parte II – Capítulo 24

A noção espúria de interesses comuns entre os Estados Unidos e a União Soviética contra a China nos anos 60 foi deliberadamente tramada e explorada com sucesso nos interesses da estratégia comunista. O mesmo pode ser dito dos interesses comuns entre a Europa Ocidental e Oriental na busca da segurança coletiva, contra o "revanchismo" alemão-ocidental e a "interferência" americana; ou, os interesses comuns entre países comunistas e em desenvolvimento, na luta contra o "imperialismo"; ou ainda, o interesse comum entre a China, Japão e o Ocidente em resistir ao expansionismo soviético. Até mesmo o genuíno interesse comum entre os Estados Unidos e a União Soviética quanto a evitar um conflito nuclear foi explorado com sucesso para inverter a balança do poder militar em favor do bloco comunista.

A estratégia ocidental de uma abordagem suavemente ativista da Europa Oriental, com ênfase nos direitos humanos, está fadada ao fracasso porque se baseia em concepções equivocadas e ao fim, levará a uma armadilha, quando mais uma liberalização espúria tiver lugar na Europa Oriental, já na fase final da política de longo alcance. O aspecto não menos perturbador da presente crise nas avaliações e políticas ocidentais é que suas causas são totalmente incompreendidas e isto quando a crise, na melhor das hipóteses, é ao menos reconhecida. Na situação atual, o Ocidente se encontra profundamente vulnerável às grandes e próximas mudanças nas táticas comunistas engendradas para a fase final da sua política.

Parte III

A Fase Final e a Contra Estratégia Ocidental

Parte III – Capítulo 25

A Fase Final

O argumento deste livro tem sido o de que durante as últimas duas décadas o bloco comunista atingiu, substancialmente, os objetivos das duas primeiras fases de sua política de longo alcance. Regimes comunistas distintos foram consolidados. Os partidos comunistas do bloco, com a ajuda dos serviços de segurança, incrementaram suas forças atuantes no interior de revitalizadas organizações de fachada nacionais e internacionais, especialmente aquelas relativas a sindicatos, intelectuais e à juventude. A importância desse esforço é demonstrada pela nomeação de Shelepin como chefe da organização sindical soviética, função que exerceu de 1967 a 1975. Foi estabelecida a credibilidade internacional da "dissidência" como fator político interno sério no mundo comunista. Foi atingido certo grau de acomodação com a religião organizada. Foi construído um vínculo de relações interpartidárias que transcendia a estrutura formal da Comecon e do Pacto de Varsóvia.

Conseqüentemente, os estrategistas comunistas estão agora em posição bastante segura para entrar na fase final e ofensiva do plano de ação política de longo alcance, que enseja uma luta conjunta pelo triunfo completo do comunismo. Considerada a multiplicidade de partidos no poder, os estreitos laços entre eles e as oportunidades que tiveram de alargar suas bases e formar quadros experientes, os estrategistas comunistas estão equipados para levar a cabo a sua política e a se engajar em manobras e estratagemas além da imaginação de Marx, do alcance prático da mente de Lênin e impensáveis para Stálin. Entre aqueles estratagemas que antes eram impensáveis estão a introdução de uma falsa liberalização na Europa Oriental -e provavelmente também na União Soviética -e a exibição de falsa independência por parte dos regimes na Romênia, Checoslováquia e Polônia.

Parte III – Capítulo 25

A Equivocada Interpretação Ocidental dos Eventos na Polônia

Pela razão de que o Ocidente falhou, tanto em entender a estratégia e a desinformação comunista, quanto em perceber o grau de comprometimento dos recursos dos serviços de segurança e de inteligência do bloco e de seus agentes de influência de alto nível, o surgimento do "Solidariedade" na Polônia foi aceito como acontecimento espontâneo, comparável à revolta húngara de 1956 e como presságio do fim do comunismo na Polônia. O fato de que os partidos comunistas espanhol, francês e italiano tomaram posição pró-Solidariedade, dá causa para suspeitas sobre a validade dessa interpretação.

A leitura equivocada que o Ocidente fez dos eventos levou a previsões de uma intervenção soviética na Polônia em 1981, as quais se mostraram injustificadas. Essa leitura pode levar a erros mais sérios no futuro.

Uma Nova Análise

Há fortes indicativos de que a versão polonesa da "democratização", baseada em parte no modelo checoslovaco, foi preparada e controlada, desde o início, no arcabouço da política e estratégia do bloco. Por vinte anos o partido comunista polonês vinha trabalhando na construção de uma "sociedade socialista madura", na qual o partido e suas organizações de massa desempenhariam um papel político mais ativo e eficaz. Em 1963, foi estabelecida a comissão ideológica do partido. Em 1973, foram estabelecidos novos meios de coordenação das atividades das organizações de jovens. Em 1976, foi adotada uma nova lei sobre

o papel principal do partido comunista na construção do comunismo e sobre a interação do partido comunista com os partidos Camponês e Democrático.

No mesmo ano, todas as organizações de jovens, incluindo as do exército, foram reunidas numa só: a União da Juventude Socialista Polonesa.

O número de membros do partido cresceu de um milhão em 1960, para três milhões em 1980. No mesmo período, os sindicatos poloneses tiveram seu número de membros aumentado de cinco para treze milhões. A União da Juventude Socialista Polonesa contava dois milhões de membros em 1980. Ao final daquele ano, 85% do corpo de oficiais do exército eram membros do partido. Todos os poloneses de origem judaica foram excluídos do exército.

Ao longo desse período de vinte anos, os líderes poloneses estiveram totalmente envolvidos nos mecanismos de coordenação do bloco, tais como a Comecon e o Pacto de Varsóvia, assim como em reuniões bilaterais com outros partidos comunistas. O serviço de segurança polonês tomou parte da conferência dos serviços de segurança do bloco, realizada em Moscou em 1959 e na qual seu novo papel político foi discutido e seus meios de coordenação, melhorados. A Polônia estava entre os países visitados por Mironov, o idealizador desse novo papel político, quando foi chefe do Departamento Administrativo do PCUS.

Os Acontecimentos nos Anos 70

Significativamente, duas das figuras-chave no conjunto de eventos recentes na Polônia, a chamada "renovação", assumiram importantes posições logo após a "Primavera de Praga" em 1968: Jaruzelski tornou-se Ministro da Defesa e Kania tornou-se chefe do Departamento de Administração do Partido Comunista Polonês, com responsabilidade pelos assuntos do serviço de segurança polonês. Em 1971, Gierek assumiu o cargo de Gomulka e o futuro líder do Solidariedade, Lech Walesa, iniciava a sua atividade política.

Gierek e membros de outros departamentos importantes, incluindo o Departamento Administrativo que Kania chefiava, mantinham consultas com seus colegas em Moscou. No mesmo ano, os líderes poloneses e checoslovacos tiveram várias reuniões. Em 1973, foi assinado uma acordo de cooperação ideológica entre os dois partidos. Em 1977, uma delegação chefiada por Gierek assinou um acordo que fortalecia ainda mais essa cooperação. Nos anos 70, Gierek também participou dos encontros de verão na Criméia, nos quais foram discutidas questões estratégicas.

No curso dos anos 70, Kania foi promovido a Ministro do Interior e tornado membro do Politburo, com a responsabilidade de supervisionar o exército e a polícia especial de segurança. Ele também atuou como o principal elo entre o governo e a politicamente muito ativa Igreja Católica. Após o início da "renovação", foi alçado à posição ainda mais alta: líder do partido. Dois outros chefes dos serviços de segurança foram também promovidos: Moczar a membro do Politburo e Kowalczyk a vicepremiê. Essas promoções são a mais clara indicação do envolvimento de Kania e dos serviços de segurança na preparação da "renovação" polonesa.

As Preparações Finais para a "Renovação"

Houve intensas consultas entre altos funcionários dos partidos e líderes poloneses e soviéticos nos dois anos que precederam a "renovação". Entre os itens mais significativos dessas consultas, além da Comecon e do Pacto de Varsóvia, estavam: a indicação de um novo embaixador soviético para a Polônia em 1978 (Aristov, um veterano alto funcionário do partido em Leningrado); uma conferência em Moscou de autoridades do bloco (incluindo polonesas), sobre assuntos organizacionais e organizações de massa;

a visita de Jaruzelski a Moscou, em 1978; o encontro entre Jaruzelski e o comandante-em-chefe das forças do Pacto de Varsóvia, em 1979; duas reuniões, em 1978 e em 1979, entre altos funcionários dos partidos soviético e polonês responsáveis por estratégia e coordenação do movimento comunista, nas quais houve discussões sobre questões internacionais e ideológicas; as visitas a Moscou de Cruchek, presidente da organização sindical polonesa e de Shidlyak, diretor da Sociedade pela Amizade Soviético-Polonesa, que discutiu o fortalecimento da cooperação com seu colega soviético, Shytikov. Esta última visita é particularmente interessante porque, entre fevereiro e agosto de 1980, pouco antes da "renovação", Shidlyak era chefe dos sindicatos poloneses.

Em 1979, Gierek teve duas reuniões com Brezhnev e outras, separadamente, com líderes partidários comunistas checoslovacos, alemães-orientais, alemães-ocidentais e franceses. Em agosto de 1979, durante reunião com Brezhnev na Criméia, a discussão concentrou-se nas "novas e favoráveis condições para a ação conjunta na Europa". Em fevereiro de 1980, uma publicação soviética referiu-se ao fortalecimento das relações fraternais entre os dois países, resultante dos acordos concluídos nessas reuniões.

Em dezembro de 1979, uma delegação do partido comunista polonês participou de uma conferência de vinte e nove partidos na Hungria, que discutiu as relações entre comunistas e socialdemocratas e as perspectivas para a segurança européia. Suslov, o mais importante ideólogo e estrategista soviético, chefiou a delegação do PCUS ao congresso do partido polonês em fevereiro de 1980. No congresso, Gierek atacou a OTAN e a disposição e instalação de mísseis nucleares na Europa Ocidental e ofereceu-se como anfitrião para uma conferência sobre desarmamento em Varsóvia. Em maio de 1980, Brezhnev, Gromyko e outros altos funcionários soviéticos participaram de uma conferência de líderes do bloco em Varsóvia.

Parte III – Capítulo 25

Em seu discurso inaugural, Gierek disse que a conferência abriria novas perspectivas para a paz e a segurança na Europa e no mundo. Seu discurso foi a única parte dos anais do congresso que chegou a ser publicada.

Havia consultas freqüentes entre funcionários do partido polonês responsáveis pela imprensa, TV e rádio e seus colegas soviéticos, sugerindo a preparação da mídia soviética e polonesa para um evento próximo e importante.

Brezhnev condecorou Gierek e Jaruzelski em 1978. Em 1980, Gierek condecorou Rusakov, chefe do departamento para assuntos do bloco do PCUS. As condecorações podem ser vistas como o reconhecimento das contribuições feitas por algumas de suas figuras-chave à preparação da "renovação". Também se pode conjeturar que a essa altura, a saída de cena de Gierek já estava devidamente considerada. Não há duvida de que ele tinha boas razões para dizer, logo depois de sua demissão, que "a devida avaliação do desdobramento dos acontecimentos poloneses nos anos 70 só poderia ser feita a uma certa distância no tempo".

Todos os indícios precedentes apontam para a conclusão de que um grande acontecimento na Polônia, a "renovação", foi cuidadosamente planejado pelo partido comunista polonês em cooperação com seus aliados do bloco, com bastante antecedência e com o intuito de também contribuir para o sucesso da estratégia comunista para a Europa. A conclusão recebe ainda mais substancialidade através das evidências do envolvimento do partido comunista polonês na formação e funcionamento do Solidariedade.

Parte III – Capítulo 25

O Partido Comunista Polonês dentro do Solidariedade

O próprio Kania revelou que havia cerca de um milhão de membros do partido comunista no Solidariedade. Dos duzentos membros do Comitê Central em 1981, quarenta e dois eram membros do Solidariedade. Bogdan Lis, o vice de Walesa, era membro do Comitê Central. Zofia Gryzb, outra líder do Solidariedade, era membro do Politburo.

Esses líderes não foram expulsos do partido por pertencerem ao Solidariedade. Ao contrário: o Solidariedade reconheceu o importante papel do partido e este reconheceu a existência do Solidariedade. Kania e Moczar chegaram a fazer declarações em favor do Solidariedade. Este desfrutava de acesso à mídia controlada pelo estado. Não foram colocados obstáculos no caminho das extensas viagens de Walesa ao exterior; de fato, o embaixador polonês no Japão, que desertou depois da decretação da lei marcial, ajudou a preparar os contatos de Walesa com sindicatos japoneses.

Arrancando o véu da desinformação, torna-se claro que as mudanças na liderança do partido polonês -de Gierek para Kania e deste para Jaruzelski – não foram resultado de lutas pelo poder, mas reflexos dos diferentes estágios no processo de “renovação”, de cujo planejamento todos esses líderes participaram.

As visitas de Kania e de outros líderes poloneses a Moscou e as visitas de Suslov e Gromyko à Polônia em abril e julho de 1981, eram parte do processo de coordenação e de reajuste de alto nível de um plano estratégico acordado e não a evidência da coerção soviética sendo exercida sobre os líderes poloneses.

As manobras militares terrestres e navais soviéticas nas vizinhanças, enquanto a “renovação” era iniciada, teriam sido planejadas e acordadas com antecedência com os governos polonês e alemão-oriental, servindo de grave aviso aos povos polonês e alemão-oriental: não se permitiria que o sentimento genuinamente anticomunista saísse de controle.

Parte III – Capítulo 25

Motivos para Criação do Solidariedade

Como na “Primavera de Praga” de 1968, os motivos para a “renovação” eram internos e externos. Internamente, a “renovação” foi divisada para ampliar a base política do partido comunista entre os sindicatos e para converter a estreita e elitista ditadura do partido em ditadura leninista de toda a classe trabalhadora, o que iria revitalizar os sistema político e econômico polonês. A renovação seguiu as linhas do discurso de Lênin ao Comintern em julho de 1921. “Nossa estratégia atual” disse Lênin, “é a de ficarmos mais fortes e, portanto, mais sábios, mais razoáveis, mais oportunistas. Quanto mais oportunista, mais cedo você arregimentará as massas a sua volta. Quando tivermos conquistado as massas através de nossa abordagem razoável, nós então aplicaremos táticas ofensivas, no sentido mais estrito do termo”.

Antes da “renovação”, os sindicatos poloneses sofriam com

o estigma de serem controlados pelo partido. Se tivessem tentado aplicar os princípios leninistas ao criar uma nova organização sindical através da ação governamental, teriam falhado na tentativa de remover o estigma. A nova organização tinha que parecer ter sido construída de baixo. Sua independência tinha que ser estabelecida por meio da confrontação com o governo: uma confrontação calculada e controlada. A origem do Solidariedade, justamente num estaleiro que levava o nome de Lênin, o entoar da “Internacional” e o uso do velho slogan “Trabalhadores do mundo, uni-vos!” pelos membros do Solidariedade, além da constante presença de retratos de Lênin, são todos indicativos consistentes de um guiamento oculto e dissimulado do partido. Sem esse guiamento e ajuda, teriam sido impossíveis a disciplina do Solidariedade e seu histórico de bem sucedidas negociações com o governo polonês. A influência oculta do partido sobre a Igreja Católica polonesa garantiu que a igreja agiria como uma força

em favor da moderação e das soluções de compromisso entre o Solidariedade e o governo.

O objetivos estratégicos externos por trás da criação do Solidariedade assemelham-se aos da "Primavera de Praga". Em resumo, eles pretendiam iludir os governos, políticos e a opinião pública ocidentais quanto à natureza real do comunismo contemporâneo na Polônia, seguindo o padrão de desinformação "fraqueza e evolução". Mais especificamente, a intenção era usar

o Solidariedade para promover uma ação unificada entre os sindicatos livres, social-democratas, católicos e outros grupos religiosos, com o fito de ampliar os alvos e objetivos da estratégia comunista nos países avançados e em menor grau, nos países do Terceiro Mundo. O nome "Solidariedade" é ele mesmo um símbolo dessa intenção, que foi deixada bem clara pelas visitas de Walesa -patrocinadas pelo estado polonês -a sindicatos na França, Itália e Japão e também à Santa Sé.
O esforço do Solidariedade em fortalecer seus laços internacionais era parte de um esforço mais amplo do movimento comunista internacional de levar adiante a sua estratégia. Em 1981, Brezhnev se pronunciou a respeito das novas e favoráveis condições pra a unidade de ação no movimento sindical mundial. A Federação Mundial de Sindicatos (comunista) e organizações sindicais regionais na Europa, América Latina e em países árabes, aceleraram suas campanhas contra monopólios e a favor do desarmamento. Reuniões em Moscou, em outubro de 1980 e em Berlim em março de 1981, discutiram a solidariedade da classe trabalhadora e novas formas de cooperação com sindicatos de orientações políticas divergentes. Uma delegação sindical soviética visitou a Itália para conversações com as três maiores federações de sindicatos italianos. A influência do Solidariedade foi sentida por todo o movimento trabalhista, até mesmo nos Estados Unidos, onde a esquerda demonstrou interesse pela experiência do Solidariedade. A intenção comunista era e, continuará sendo, a exploração dessa influência para fins estratégicos.

Parte III – Capítulo 25

A criação do Solidariedade e o período inicial de suas atividades como sindicato, podem ser considerados como a experimental e primeira fase da "renovação" polonesa. A nomeação de Jaruzelski, a imposição da lei marcial e a suspensão do Solidariedade representam a segunda fase, que tinha a intenção de trazer o movimento sob firme controle e prover um período de consolidação política. Na terceira fase, se pode esperar que um governo de coalizão seja formado, comportando representantes do partido comunista, de um movimento Solidariedade revitalizado e da igreja. Alguns poucos ditos "liberais" podem também vir a ser incluídos.

Um governo de configuração tão inusitada na Europa Oriental estaria bem equipado para promover a estratégia comunista, fazendo campanha pelo desarmamento, por zonas desnuclearizadas, talvez até por uma revitalização do Plano Rapacki, pela dissolução simultânea da OTAN e do Pacto de Varsóvia e em última e principal instância, por uma Europa neutra e socialista. A revitalização de outros elementos da estratégia comunista para a Europa – eurocomunismo e as negociações CSCE, por exemplo – teriam seu momento escolhido para coincidir com a emergência de tal tipo de governo.

Podem ser esperadas campanhas mais intensas de solidariedade entre sindicatos e movimentos pacifistas da Europa Oriental e Ocidental; os preparativos, na verdade, já estão em marcha. Em outubro de 1980, uma nova estrutura pan-européia para organizações da juventude foi estabelecida em conferência realizada em Budapeste, que congregou quinhentas organizações nacionais de jovens. Uma reunião do Parlamento Mundial foi realizada em Sófia em setembro de 1980, da qual participaram as principais autoridades comunistas sobre ação unificada. Foi reativado o Comitê Soviético e Europeu-Oriental para a Segurança Européia. Em março de 1981, em Moscou, foi mantida uma reunião entre parlamentares de estados comunistas, durante a qual, Shytikov esteve em muita evidência.

Parte III – Capítulo 25

Há crescentes sinais de preparativos para uma iniciativa comunista sobre a Alemanha, a chave para o avanço em direção a uma Europa neutra e socialista. Entre eles estão a reunião entre Brezhnev e o líder da Alemanha Oriental, Honecker, realizada na Criméia em 1980, na qual foi discutida uma conferência sobre desarmamento. Em fevereiro de 1980, ocorreram discussões semelhantes entre comitês de paz soviéticos e alemães-ocidentais. Czyrek, um especialista em Alemanha, foi nomeado ministro do exterior polonês. Um outro especialista em Alemanha, Kvitsinsky, foi escolhido no final de 1981 para ser o negociador-chefe nas conversações sobre redução de armas nucleares em Genebra.264 Em março de 1981, Winkelman, o ex-chefe do Departamento Internacional do partido comunista da Alemanha Oriental, foi indicado embaixador para a União Soviética. Falin, um altofuncionário do PCUS e ex-embaixador junto à Alemanha Ocidental, foi nomeado para o cargo de vice-diretor da Sociedade URSS-Alemanha Ocidental e Zamyatin, membro do Comitê Central do PCUS, foi nomeado chefe da seção que coordenava os representantes soviéticos em contato com a Alemanha Ocidental.

Um movimento Solidariedade revitalizado poderia estender sua influência sobre a América Latina, arregimentando socialdemocratas, católicos e progressistas contra ditaduras militares. Aqui, novamente, há sinais de preparação. Em abril de 1981, em Moscou, houve uma reunião entre líderes sindicais soviéticos e latino-americanos. Houve outras reuniões patrocinadas pela WFTU, preparatórias para um Congresso Mundial de Sindicatos de Diferentes Orientações, a realizar-se em Cuba.

264 “The New York Times”, 1.° de dezembro de 1981.

Parte III – Capítulo 25

A Ameaça da “Renovação” Polonesa para o Ocidente

Na verdade, um governo de coalizão na Polônia seria um governo totalitário sob um novo, enganoso e mais perigoso disfarce. Se aceito como a emergência de uma nova forma de regime multipartidário e semidemocrático, serviria para minar as resistências ao comunismo, dentro e fora do bloco. A necessidade de maciços gastos com defesa seria crescentemente questionada no Ocidente. Surgiriam novas possibilidades de afastamento da Alemanha Ocidental dos Estados Unidos e outras de neutralizar a Alemanha e destruir a OTAN. Com a influência norte-americana na América Latina também enfraquecida, o palco estaria montado para a obtenção de mudanças revolucionárias reais no mundo ocidental através da apresentação de mudanças falsas no sistema comunista.

Se num período de tempo razoável, a “liberalização” puder ser atingida com sucesso na Polônia e em outras lugares, aquela servirá para revitalizar os partidos comunistas envolvidos. As atividades da falsa oposição confundirão e enfraquecerão ainda mais a oposição genuína no mundo comunista. Externamente, o papel dos dissidentes será o de persuadir o Ocidente de que a “liberalização” é espontânea e não controlada. A “liberalização” criará as condições para o estabelecimento da solidariedade entre sindicatos e intelectuais dos mundos comunista e não-comunista. No devido tempo, tais alianças gerarão novas formas de pressão contra o “militarismo”, o “racismo” e os “complexos industrialmilitares” do Ocidente e a favor do desarmamento e do tipo de mudanças estruturais no Ocidente tais como previstas nos escritos de Sakharov.

Se a “liberalização” obtiver êxito e for aceita no Ocidente como sendo genuína, podem muito bem ser seguida da aparente retirada de um ou mais países comunistas do Pacto de Varsóvia, servindo de modelo de estado socialista “neutro” para toda a Europa seguir. Alguns “dissidentes” já falam nesses termos.

Parte III – Capítulo 25

A Iugoslávia pode também vir a desempenhar um papel proeminente nesse novo cenário. Pode ser esperada uma demonstração da rivalidade sino-soviética pela influência na Europa, nos mesmos moldes da "luta pela hegemonia" que já é testemunhada no sudeste asiático. Seus propósitos seriam o de auxiliar na criação de novos e falsos alinhamentos entre forças comunistas e não-comunistas e romper a estrutura atual da OTAN, substituindo-a por um sistema europeu de segurança coletiva, dando ensejo à retirada da presença militar americana da Europa Ocidental e o conseqüente amento da influência comunista.

É através de manobras flexíveis como essas que os partidos comunistas no poder, em contraste com a danosa rigidez de suas performances durante o período estalinista, fornecerão ao movimento comunista internacional o tipo de suporte estratégico que Togliatti265 tinha em mente.

As três recentes viagens do presidente Hua Kuo-feng à Iugoslávia e à Romênia e os laços mais estreitos entre os partidos comunistas francês e italiano, são presságios do que há por vir. De fato, usando a nova metodologia, podem ser detectados mais e mais sinais de que a fase final da política de longo alcance é iminente. A "prisão" e "exílio" de Sakharov, a ocupação do Afeganistão, os acontecimentos na Polônia e o ataque iraquiano ao Irã no outono de 1980 estão entre os indicadores.

265 N.T.: Nascido em Gênova em 1893, Palmiro Togliatti foi, ao lado de Antonio Gramsci, um dos fundadores e teóricos do partido comunista italiano. Após a II Guerra, enquanto defendia um "socialismo à italiana", "não revolucionário", o seu PCI era financiado pela URSS. Em 1964, ano de sua morte, uma cidade russa às margens do Volga, Stavropol, era rebatizada com o nome de Togliatti. Hoje se esboça um movimento que ressuscita Togliatti como um dos "pais da república italiana" e tenta-se negar suas ligações com o estalinismo e até sua formação ideológica marxista., cf. entrevista do dirigente comunista Piero Fasino ao "Corriere della Sera", 21 de agosto de 2004.

Os dois últimos têm importância estratégica especial. O desenrolar dos acontecimentos na Polônia se parecem com um importante movimento na direção da fase final da estratégia comunista para a Europa. O ataque iraquiano ao Irã parece ser um esforço combinado de estados árabes radicais -cada um dos quais mantendo um relacionamento de frente unificada com a URSS contra o "imperialismo" – no uso de táticas dualistas (hostilidades por parte do Iraque, assistência da Síria e da Líbia), com o objetivo único e geral de trazer o Irã para uma aliança antiocidental. O objetivo da aliança seria o de obter o controle sobre uma área estrategicamente vital do Oriente Médio. Seu sucesso serviria apenas aos interesses estratégicos do bloco comunista. A despeito dos alegados expurgos de comunistas no Iraque ordenados por Saddam Hussein e a moderação de sua atitude para com os Estados Unidos, ele continua a receber suprimentos de armas de fontes comunistas, assim como seus oponentes iranianos.

Certamente, os próximos cinco anos serão um período de luta intensa, que será marcado por uma grande e coordenada ofensiva comunista dirigida à exploração do sucesso do programa de desinformação estratégica ao longo dos últimos vinte anos e a tirar vantagem da crise e dos erros que esse programa gerou nas políticas ocidentais dirigidas ao bloco comunista. O objetivo geral será o de provocar uma grande e irreversível mudança na balança do poder mundial em favor do bloco, como preliminar ao objetivo ideológico final de estabelecer uma federação mundial de estados comunistas.

Há certo número de opções estratégicas à disposição dos estrategistas comunistas que podem ser usadas em variadas combinações para a consecução de seus objetivos últimos. Seria impossível listá-los todos, mas cinco das prováveis opções interconectadas são as seguintes:

- Um alinhamento mais estreito de um Europa socialista e independente com a União Soviética e um alinhamento paralelo dos Estados Unidos com a China. O Japão, dependendo se continuará conservador ou tenderá para o socialismo, poderá se juntar a qualquer dessas combinações.
- Um esforço conjunto do bloco soviético e de uma Europa socialista para buscar aliados no Terceiro Mundo, contra os EUA e a China.
- No campo militar, um intenso esforço para conseguir o desarmamento nuclear dos EUA.
- Nos campos político e ideológico, convergência Leste-Oeste, nos termos comunistas.
- A criação de uma federação mundial de estados comunistas.

Em cada uma dessas opções, a estratégia da tesoura desempenhará a sua parte; provavelmente e como golpe final, as lâminas da tesoura se fecharão. Desaparecerá o elemento de aparente dualidade das políticas soviética e chinesa. A até agora oculta coordenação entre elas se tornará visível e predominante. O soviéticos e chineses estarão oficialmente reconciliados. Portanto, a estratégia da tesoura se desenvolverá em "estratégia de um só punho cerrado", a qual fornecerá a base e a força motriz de uma federação mundial de estados comunistas.

A opção européia que foi sugerida, seria promovida por uma revitalização de "democratizações" controladas na Europa Oriental, de acordo com o padrão checoslovaco, provavelmente incluindo a própria Checoslováquia e a União Soviética. A intensificação dos métodos e políticas de linha-dura, exemplificados pela "prisão" de Sakharov e a ocupação do Afeganistão, pressagiam, talvez, a saída de cena de Brezhnev [As observações a seguir foram feitas antes da morte de Brezhnev. Elas são seguidas de comentários sobre o desenrolar

dos
acontecimentos
subseqüentes
a
esse
evento,
que
se
iniciam
à
pagina

(475) – N.E.] 266
O sucessor de Brezhnev pode bem parecer um tipo de Dubcek soviético. A sucessão será importante apenas para efeito de exibição. A realidade da liderança coletiva e o compromisso comum dos líderes à política de longo alcance continuarão sem ser afetados. É concebível que seja feito um anúncio versando sobre as bases econômicas e políticas lançadas pelo comunismo na União Soviética, as quais tornavam possível a democratização. Isto daria a estrutura para a introdução de um novo conjunto de "reformas".

O regime de Brezhnev e suas ações neoestalinistas contra "dissidentes" e no Afeganistão o teriam condenado, assim como o regime de Novotny foi condenado em 1968. No campo econômico, podem ser esperadas reformas que tragam a prática soviética mais de acordo com a linha iugoslava ou até mesmo, com os modelos socialistas ocidentais. Alguns ministérios econômicos podem ser dissolvidos; o controle seria menos centralizado; a partir das fábricas e de outras instalações industriais já existentes, podem ser criadas firmas auto-administradas; os incentivos materiais seriam aumentados; seria ampliado o papel independente dos tecnocratas, conselhos de trabalhadores e sindicatos; o controle do partido sobre a economia seria aparentemente relaxado e diminuído. Tais reformas se baseariam nas experiências soviéticas dos anos 20 e 60, bem como na experiência iugoslava. O partido ficaria menos visível, mas continuaria a controlar a economia por detrás da cena, tanto quanto controlava antes. O quadro de estagnação e deficiências, que hoje é apresentado deliberadamente, deveria ser entendido como parte da preparação para inovações enganosas; esse quadro tem a intenção de causar sobre o Ocidente um impacto maior quando essas inovações forem apresentadas.

266 N.E.: Nota à 1.ª edição americana, 1984. Nesta edição, p. 475

A “liberalização” política e a “democratização” seguiriam as linhas gerais do ensaio checoslovaco de 1968. Esse ensaio pode bem ter sido o tipo de experimento político que Mironov tinha em mente já no início dos anos 60. A “liberalização” deveria ser espetacular e impressionante. Podem ser feitos pronunciamentos formais sobre a redução do papel do partido; seu monopólio será aparentemente reduzido. Uma ostensiva separação de poderes entre o executivo, o legislativo e o judiciário pode ser anunciada. Será dado mais poder aparente ao Soviete Supremo e o presidente e outros membros do soviete terão mais independência aparente. Os cargos de presidente da União Soviética e de secretário-geral do partido podem ser separados. A KGB seria “reformada”. Os dissidentes que estivessem no país seriam anistiados; aqueles exilados no exterior seriam autorizados a retornar e alguns até assumiriam posições de liderança no governo. Sakharov poderia ser incluído em alguma instância de governo ou ser autorizado a lecionar no exterior. As organizações artísticas, culturais e científicas, tais como o sindicato dos escritores e a Academia de Ciências, tornar-se-iam aparentemente mais independentes, assim como os sindicatos de trabalhadores. Os clubes políticos seriam franqueados àqueles que não fossem membros do partido comunista. Os principais líderes dissidentes poderiam formar um ou mais partidos políticos alternativos. A censura seria relaxada; livros controversos, peças, filmes e arte em geral seriam publicados, encenadas e exibidos. Muitos dos destacados artistas soviéticos, hoje atuando no exterior, retornariam à União Soviética e retomariam suas carreiras profissionais. Emendas constitucionais seriam adotadas para garantir o cumprimento das cláusulas dos acordos de Helsinque e uma aparência de observância de tais cláusulas seria mantida. Os cidadãos soviéticos teriam mais liberdade para viajar. Observadores ocidentais e das Nações Unidas seriam convidados à União Soviética para testemunhar as reformas em curso.

Mas, tanto quanto no caso checoslovaco, a “liberalização” seria calculada e enganosa, posto que apresentada e controlada de cima. Ela seria levada adiante pelo partido, através de suas células e de membros individuais no governo, Soviete Supremo, tribunais

e na máquina eleitoral. Seria controlada e monitorada pela KGB através de seus agentes entre os intelectuais e cientistas. Seria a culminação dos planos de Shelepin. Contribuiria para a estabilização do regime internamente e para a realização de seus objetivos no exterior.

A prisão de Sakharov em janeiro de 1980 levanta a questão do porque a KGB, que foi tão bem sucedida no passado na proteção de segredos de estado e na supressão da oposição, enquanto ocultava a má conduta e delitos do regime, tenha sido tão ineficaz agora. Por que permitiu, em particular, o acesso ocidental a Sakharov e por que a sua prisão e exílio interno foram tão livremente divulgados? A resposta mais provável é que sua prisão e assédio constante a outros dissidentes tornam uma futura anistia mais crível e convincente. Nesse caso, o movimento dissidente está agora sendo preparado para o aspecto mais importante de seu papel estratégico, que será o de convencer o Ocidente da autenticidade da "liberalização" soviética , quando esta vier. Outros desertores de alto nível, os "exilados oficiais", podem bem fazer suas aparições bombásticas no Ocidente antes mesmo que a virada na política soviética ocorra.

A previsão sobre a aquiescência soviética aos acordos de Helsinque se baseia no fato de que foram os países do Pacto de Varsóvia e Timo, o agente soviético, que iniciaram e pressionaram pelo andamento do processo CSCE. Uma vez que os soviéticos assinaram os acordos CSCE, pode-se ao menos esperar que eles, em algum estágio, venham a agir no sentido de cumprir as cláusulas dos acordos. O atual e ostensivo não cumprimento dos acordos pelos soviéticos, tornado patente nas conferências subseqüentes em Belgrado e Madri, tem o objetivo de amplificar o efeito de sua guinada no sentido de uma aparente aquiescência e cumprimento daqueles, já na fase final de seu plano de ação política de longo alcance.

A "liberalização" na Europa Oriental provavelmente envolveria, na Checoslováquia, o retorno de Dubcek e de seus camaradas ao poder.

Essa “liberalização”, se estendida à Alemanha Oriental, pode incluir a demolição do Muro de Berlim.

A aceitação ocidental dessa nova “liberalização” como genuína, criaria condições favoráveis para a realização da estratégia comunista para os Estados Unidos, Europa Ocidental e até mesmo, o Japão. A “Primavera de Praga” foi aceita pelo Ocidente e não apenas pela esquerda, com uma espontânea e genuína evolução de um regime comunista para uma forma de socialismo democrático e humanista, a despeito do fato de que basicamente, o regime, a estrutura do partido e seus objetivos, permaneceram os mesmos. O impacto desse episódio já foi descrito. Uma “liberalização” em escala mais ampla na União Soviética e em outros lugares teria um impacto ainda mais profundo. O eurocomunismo poderia ser revivido. A pressão para a formação de frentes unificadas entre partidos e sindicatos comunistas e socialistas, nos âmbitos nacional e internacional, seria intensificada. Desta vez, os socialistas podem finalmente cair na armadilha. Governos de frentes unificadas, sob forte influência comunista, podem assumir o poder na França, Itália e possivelmente, também em outros países. Em outros lugares, os sucessos e a influência dos partidos comunistas podem ser revividos. A maior parte da Europa pode se tornar esquerdista, socialista, deixando apenas alguns bolsões de resistência conservadora.

Também podem aumentar as pressões para uma solução do problema alemão e para alguma forma de confederação entre as Alemanhas Ocidental e Oriental; confederação neutra e inclinada a assinar um tratado de amizade com a União Soviética. A França e a Itália, sob governos de frente unificada, jogariam sua sorte num alinhamento com a Alemanha e com a União Soviética. A Grã-Bretanha se veria diante da escolha entre uma Europa neutra e os Estados Unidos.

A OTAN dificilmente sobreviveria a esse processo. Os checoslovacos, em contraste com sua performance em 1968,

podem vir a tomar a iniciativa, junto com os romenos e iugoslavos, na proposição (no contexto do CSCE) da dissolução do Pacto de Varsóvia em troca da dissolução da OTAN. O desaparecimento do Pacto de Varsóvia teria pouco efeito sobre a coordenação do bloco comunista, enquanto que a dissolução da OTAN poderia significar a saídas das forças americanas do continente europeu e um alinhamento mais próximo dos europeus com um bloco soviético "liberalizado". Talvez, no longo prazo, um processo similar possa afetar o relacionamento entre os Estados Unidos e o Japão, levando à ab-rogação do pacto de segurança existente entre eles.

A Comunidade Econômica Européia atual, ou mesmo ampliada, não seria barreira à neutralização da Europa e à retirada das tropas americanas. Na verdade, a CEE pode até acelerar o processo. A aceitação da CEE pelos partidos eurocomunistas nos anos 70, que se seguiu a um período de oposição nos anos 60, sugere que esta visão é compartilhada pelos estrategistas comunistas. Os esforços feitos por iugoslavos e romenos para criar laços mais estreitos com a CEE devem ser entendidos não como desfavoráveis aos interesses soviéticos, mas como os primeiros passos para deitar as bases de uma fusão entre a CEE e a Comecon.

O Parlamento Europeu pode se tornar um parlamento socialista pan-europeu, com representações da União Soviética e do Leste europeu. Uma "Europa, do Atlântico aos Urais" não seria mais que uma Europa neutra e socialista.

Os Estados Unidos, traídos por seus antigos aliados, tenderiam a se recolher na "fortaleza América" ou, junto com os poucos países conservadores remanescentes, incluindo talvez o Japão, buscariam uma aliança com a China, como o único contra-peso ao poder soviético. Quanto maior o temor de uma coalizão européia soviético-socialista, mais forte o argumento em favor de "jogar a carta chinesa" – sob a falsa premissa de que a China é de fato inimiga da União Soviética.

Uma "liberalização" na Europa Oriental, na escala em que foi sugerida, poderia ter impacto político e social até mesmo nos

Estados Unidos, especialmente se coincidisse com uma profunda depressão econômica. Os estrategistas comunistas estão à espreita por uma oportunidade como essa. Os soviéticos e outros economistas comunistas observam cuidadosamente a situação econômica americana. Desde a adoção da política de longo alcance, um Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais, originalmente sob o comando de Arzumanyan e agora sob Inozemtzev, vem analisando e fazendo projeções para o Comitê Central acerca das economias não comunistas, especialmente a americana. Inozemtzev, que visita os Estados Unidos com freqüência, foi membro de uma delegação soviética recebida pelo Congresso americano em janeiro de 1978. O bloco comunista não vai repetir seu erro de não explorar uma queda brusca na economia capitalista, como a ocorrida entre 1929 e 1932. Àquela época, a União Soviética era política e economicamente fraca; na próxima vez, a situação seria diferente. Politicamente, o bloco estaria mais bem posicionado para poder explorar a depressão econômica como prova do fracasso do sistema capitalista.

Informações vindas de fontes comunistas dando conta de que o bloco sofre escassez de petróleo e grãos deveriam ser tratadas com especial reserva, uma vez que podem ter o objetivo de ocultar a preparação para a fase final da política e induzir o Ocidente a subestimar a potencialidade das armas econômicas do bloco. O bloco certamente teria interesse em secretamente acumular reservas de petróleo e grãos que pudessem ser usadas para propósitos políticos num tempo de crise e para dar apoio a governos pró-comunistas recém-estabelecidos na Europa ou em outro lugar. Vale notar que as volumosas exportações soviéticas de petróleo para a Índia já estão produzindo dividendos políticos para a União Soviética.

Parte III – Capítulo 25

As Relações Sino-Soviéticas

A "liberalização" na União Soviética poderia vir acompanha de uma aprofundamento da "ruptura" sino-soviética. Isto pode incluir o rompimento das relações comerciais e diplomáticas, um aumento dos incidentes de fronteira e talvez, incursões mais profundas e recíprocas nos respectivos territórios, na mesma linha da "invasão" chinesa ao Vietnã em 1979 – esta, uma invasão que pode muito bem ter servido de ensaio para uma futura operação sino-soviética.

Um aprofundamento da ruptura afiaria as lâminas da tesoura e encorajaria um alinhamento ainda mais estreito dos Estados Unidos e de outras nações conservadoras remanescentes com a China e contra uma coalizão européia soviético-socialista. A cooperação militar estaria incluída nesse alinhamento e a China poderia ir a ponto de oferecer bases em troca de ajuda na melhoria de seu potencial militar. Nesse sentido, os acordos sobre bases entre os Estados Unidos e a Somália e Egito, podem ser um presságio.

Uma quebra nas relações diplomáticas entre a União Soviética e a China pode complicar, mas não interromperia o processo de coordenação política entre os dois países. Eles já tiveram vinte anos para ganhar experiência e incrementar a confiança mútua no manejo de uma falsa ruptura. Os laços sinosoviéticos existentes – políticos, diplomáticos e econômicos, podem ter sido usados para coordenar a desinformação sinosoviética, atividade ligada à "ruptura". A interrupção desses canais poderia ser uma desvantagem, mas houve tempo suficiente para preparar soluções alternativas para o problema da coordenação. O rompimento das relações soviético-albanesas em 1960 não foi seguido de uma quebra nas relações entre a Albânia e todos os outros países comunistas do Leste europeu. Seguindo esse precedente, é de se esperar que pelo menos a Romênia e a Iugoslávia mantenham suas representações diplomáticas em Pequim, caso os soviéticos se retirem ou sejam "expulsos".

Até certo ponto, a coordenação sino-soviética poderá ser levada adiante através de intermediários romenos ou iugoslavos. Uma outra possibilidade é a de que existam elos de comunicação diretos e secretos entre a União Soviética e a China e que não são acessíveis ao Ocidente. Além disso, há a possibilidade da existência de quartéis-generais secretos aparelhados pelos mais experientes representantes dos principais países comunistas, aos quais já foi feita alusão anteriormente.

O Terceiro Mundo

Um alinhamento da União Soviética e da Europa Oriental com uma Europa Ocidental socialista exerceria uma influência poderosa sobre os sindicatos e partidos socialistas do Terceiro Mundo. Alguns dos países conservadores remanescentes no Terceiro Mundo seriam arrastados na direção de uma orientação socialista. A resistência ao comunismo por parte da Internacional Socialista seria substituída por um esforço combinado comunistasocialista pela influência sobre o Terceiro Mundo, escorado por ajuda econômica. Essa teria extensas conseqüências, especialmente se a ajuda americana fosse muito reduzida ou cortada em conseqüência de uma depressão. O petróleo e os grãos soviéticos poderiam ser usados com eficácia.

Em seu artigo sobre a Nicarágua, Arismendi, o principal estrategista comunista latino-americano, antevia a solidariedade internacional entre socialistas e comunistas em apoio à luta de "libertação nacional" na América Latina.267 Cuba, que poderia seguir o exemplo da "liberalização" soviética, desempenharia um papel muito ativo na "luta pela libertação" (a emigração cubana de 1980 pode ter sido parte da preparação para tal lance). Aqueles líderes do movimento dos não-alinhados que tinham estreitas

267 "Questions of History", n.° 2 (1980).

relações com países comunistas tentariam envolver o restante do movimento não-alinhado em ações combinadas com comunistas e social-democratas na promoção de uma agenda de objetivos comuns: o desarmamento dos Estados Unidos e a redução de seu papel de potência mundial; o isolamento de Israel, da África do Sul e do Chile; e o auxílio aos movimentos de "libertação nacional" na América Latina, sul da África e Oriente Médio, especialmente à OLP.268 Uma variedade de fóruns – a ONU, a OAU (Organização dos Estados Africanos) e a comissão Brandt sobre as relações Norte-Sul – seriam usados para exercer pressão política e econômica, incluindo, se possível, embargos ao fornecimento de petróleo.

Em aparente competição com a União Soviética, a China aceleraria as suas atividades no Terceiro Mundo. Os Estados Unidos poderiam ficar tentados a encorajar o crescimento da influência chinesa e de seus parceiros, tais como o Egito, Somália e o Sudão, como barreira à expansão soviética. O apoio americano à China aumentaria em muito a sua margem de manobra, permitindo-lhe fazer falsas alianças com a Tailândia e com países islâmicos, tais como o Paquistão, Irã, Egito, Arábia Saudita e outros estados árabes conservadores. Também abriria as portas para a penetração chinesa na América Latina.

A ocupação soviética do Afeganistão foi usada pelos chineses para melhorar sua posição no Paquistão. Seguindo esse padrão, pode ser esperada mais interferência soviética e chinesa nos assuntos dos estados vizinhos. A "rivalidade" sino-soviética não impediu a vitória comunista no Vietnã, logo, não impediria o avanço da penetração no Terceiro Mundo. Se o Terceiro Mundo fosse dividido em campos pró-soviéticos e pró-chineses, seria às expensas dos interesses americanos ou de quaisquer outras nações conservadoras ocidentais sobreviventes.

268 O envolvimento de socialistas com movimentos de "libertação nacional" já pode ser visto, pr exemplo, em El Salvador e na reunião de 1979 entre o líder socialista austríaco Kreisky e Yasser Arafat, da OLP.

Parte III – Capítulo 25

O resultado final do apoio à influência chinesa no Terceiro Mundo seria a emergência de mais regimes hostis ao Ocidente.

Desarmamento

Uma coalizão européia soviético-socialista, agindo em sintonia com o movimento não-alinhado na ONU, criaria condições favoráveis para a estratégia comunista quanto ao desarmamento. O complexo industrial-militar americano ficaria exposto a fogo pesado. A "liberalização" na União Soviética e na Europa Oriental daria estímulo adicional ao desarmamento. Um enorme orçamento de defesa americano poderia então ser considerado como não mais justificado. Seria fortalecido o argumento em favor da acomodação. Até mesmo a China poderia jogar o seu peso a favor do argumento soviético-socialista sobre controle de armas e desarmamento.

Convergência

Depois do uso bem sucedido da estratégia da tesoura nos estágios iniciais da fase final da política de longo alcance, notadamente na assistência à estratégia comunista na Europa e no Terceiro Mundo e também quanto ao desarmamento, pode ser esperada uma reconciliação sino-soviética. A reconciliação é contemplada pela desinformação estratégica sobre a ruptura e está implícita na política de longo-alcance.

O bloco comunista, com seus recentes acréscimos na África e Sudeste Asiático, já é forte. A influência soviética escorada por europeus e a influência chinesa escorada pelos americanos, poderiam levar à novas aquisições no Terceiro Mundo e em passo acelerado.

Parte III – Capítulo 25

Daqui a não muito tempo, os estrategistas comunistas podem ficar persuadidos de que a balança pendeu irreversivelmente a seu favor. Nesse caso, eles podem decidir pela "reconciliação" sino-soviética. A estratégia da tesoura daria lugar à estratégia "de um só punho fechado". Nesse ponto, a mudança na balança político-militar seria evidente para todos. A convergência não se daria entre dois lados iguais, mas conforme os termos ditados pelo bloco comunista. O argumento a favor da acomodação com a força esmagadora e irresistível do comunismo, tornar-se-ia virtualmente irrespondível. Cresceriam as pressões por mudanças no sistema político e econômico americano, conforme a linhas indicadas no tratado de Sakharov. Conservadores tradicionais seriam isolados e levados ao extremismo. Eles podem se tornar as vítimas de um novo "macartismo" de esquerda. Os "dissidentes" soviéticos, que hoje são glorificados como heróis da resistência ao comunismo soviético, desempenhariam importante papel na argumentação em favor da convergência. Seus atuais defensores se veriam diante da escolha entre a renúncia a seus ídolos ou o reconhecimento e admissão da legitimidade do novo regime soviético.

A Federação Comunista Mundial

A integração do bloco comunista segue as linhas antevistas por Lênin quando da fundação da Terceira Internacional Comunista. Isto é, a União Soviética e a China não absorveriam uma à outra ou a outros estados comunistas. Todos os países das zonas comunistas européia e asiática, junto com os novos estados comunistas na Europa e no Terceiro Mundo, se uniriam a uma federação política e econômica comunista e supranacional. As disputas soviético-albanesas, soviético-iugoslavas e soviético romenas, se resolveriam na esteira da reconciliação sino-soviética, ou se possível, antecipando a esta última.

Parte III – Capítulo 25

A cooperação política, econômica, militar, diplomática e ideológica entre todos os estados comunistas, que hoje é parcialmente oculta, tornar-se-ia claramente visível. Pode até mesmo haver reconhecimento público de que as rupturas e disputas eram operações de desinformação de longo-prazo, as quais enganaram totalmente as potências "imperialistas". É possível imaginar o efeito que uma revelação dessas teria sobre a disposição de ânimo do Ocidente.

Na nova federação comunista internacional desapareceriam as atuais variedades ou "marcas" de comunismo, as quais seriam substituídas por uma forma de leninismo rigorosa e uniforme. O processo seria doloroso. As concessões feitas em nome de reformas políticas e econômicas seriam revertidas ou retiradas. A dissensão religiosa e intelectual seria suprimida. Nacionalismo e todas as outras formas de oposição seriam esmagados. Aqueles que tivessem tirado vantagem da détente para estabelecer contatos amistosos no Ocidente, seriam repreendidos ou perseguidos, exatamente como aqueles oficiais soviéticos que trabalharam com os Aliados durante a II Guerra Mundial. Nos novos estados comunistas – por exemplo, na França, Itália e no Terceiro Mundo

– as "classes alienadas" seriam "reeducadas". Julgamentos de exibição seriam encenados. Seriam tomadas ações contra líderes nacionalistas e social-democratas, ativistas partidários, exfuncionários civis, oficiais das forças armadas e padres. Os últimos vestígios de iniciativa e propriedade privadas seriam apagados. A nacionalização da indústria, bancos e agricultura, seria completada. De fato, é bastante possível que todas as feições totalitárias já conhecidas dos estágios iniciais da revolução russa e dos anos estalinistas do pós-guerra na Europa Oriental, reapareçam. Incontestado e incontestável, um verdadeiro monólito comunista dominaria o mundo.

Parte III – Capítulo 25

Comentários sobre a Indicação de Andropov e outros Acontecimentos que se Seguiram à Morte de Brezhnev

Essas previsões e análises foram feitas durante o mandato de Brezhnev, na expectativa de sua saída ou afastamento. A sucessão de Brezhnev e outros acontecimentos, em essência confirmam a validade dos pontos de vista do autor. Por exemplo, a presteza da nomeação de Andropov como sucessor de Brezhnev confirmou uma das teses principais deste livro, a saber: o problema sucessório na liderança soviética já tinha sido resolvido. A consideração prática das estratégias de longo-prazo se tornou o fator estabilizador mais importante na solução desse problema. A promoção ao cargo máximo do ex-chefe da KGB -responsável pela preparação da estratégia de uma falsa liberalização na URSS

– indica que este fator foi decisivo na sua seleção e acrescenta pontos à tese do advento de tal "liberalização" em futuro próximo. A ascensão de Andropov encaixa-se num padrão já conhecido, pelo qual o ex-chefe de segurança se torna o líder do partido, a fim de garantir a importante mudança necessária à realização da estratégia. Kadar, que introduziu a chamada "liberalização" na Hungria; Hua Kuo-feng, sob cuja liderança adotou-se um "capitalismo pragmático"; e Kania, que iniciou a "renovação" polonesa e reconheceu o Solidariedade – eram todos eles chefes dos serviços de segurança antes de assumirem a liderança. A indicação de Andropov também sugere, necessariamente, que Shelepin poderia ter sido o sucessor de Brezhnev, em função de seu papel no início da preparação para "liberalização" na URSS, exceto por ter sido comprometido por Stashinskiy, que revelou o papel de Shelepin no assassinato de Bandera, o líder ucraniano exilado e, também pela revelação que o autor deste livro fez acerca do papel de Shelepin na reorientação estratégica da KGB.

Um outro importante fator na seleção de Andropov foi sua liderança na preparação da "liberalização" checoslovaca entre 1967 e 1968 e também na preparação da "liberalização" na Hungria, que teve lugar enquanto ele era o chefe do departamento do Comitê Central responsável pelas relações com outros países comunistas (até meados de 1967). Portanto, a sincronia entre a soltura do líder do Solidariedade e a notícia da indicação de Andropov, confirma outro argumento contido neste livro: o de que a "liberalização" não se limitará à União Soviética, mas será estendida à Europa Oriental e particularmente à Polônia. O experimento da "renovação" na Polônia será executado novamente. Desta vez, porém, será acompanhado de iniciativas estratégicas plenas e com implicações contrárias à Europa Ocidental e à OTAN. A indicação de Andropov, a libertação do líder do Solidariedade e o convite do governo polonês para que o Papa visitasse a Polônia em junho de 1983, são todos elementos indicativos de que os estrategistas comunistas estão planejando o ressurgimento do Solidariedade e a criação de um governo quasesocial-democrata na Polônia (uma coalizão do partido comunista, dos sindicatos e da igreja), além de reformas políticas e econômicas na URSS, a partir de 1984.

As próxima ofensiva dos estrategistas comunistas contemplará os seguintes objetivos:

- O estabelecimento de um governo modelo para a Europa Ocidental, que facilitará a inclusão dos chamados partidos eurocomunistas na coalizões de governo com socialistas e sindicatos.
- A dissolução da OTAN e do Pacto de Varsóvia, a neutralização da Europa Ocidental e a "finlandização" da Europa Ocidental em geral, através da defesa do conceito de segurança coletiva européia.
- A preparação de uma base mais ampla e de um ímpeto de expansão do movimento antimilitarista ("movimento pacifista") por meio de um envolvimento mais ativo dos católicos e de outros crentes no Ocidente, forçando os Estados Unidos a um desarmamento desvantajoso.

•

Influenciar a eleição presidencial americana de 1984, em favor de um candidato que seja mais afeito à negociação com os líderes dos regimes "liberalizados" na URSS e na Europa Oriental e que seja também mais inclinado a sacrificar a postura militar dos Estados Unidos.

A dialética dessa ofensiva consiste em uma mudança calculada da velha e desacreditada prática soviética para um novo e "liberalizado" modelo, com uma fachada social-democrata, com o objetivo de realizar a estratégia dos planejadores comunistas de estabelecer uma "Europa Unida". No início, eles apresentariam uma variação da "democratização" checoslovaca de 1968. Numa fase posterior, mudarão para uma variação da encampação da Checoslováquia em 1948.

Os acontecimentos confirmaram corretamente a previsão de que os estrategistas comunistas iriam empreender a iniciativa política sobre o desarmamento, especialmente contra a Alemanha Ocidental. A viagem de Gromyko a Bonn, o convite aos líderes de oposição social-democratas alemães a Moscou e as declarações sobre concessões relativas a mísseis (feitas para influenciar as eleições alemãs-ocidentais), são todas indicações claras daquela iniciativa política. Como esperado, a iniciativa comunista revelou que o seu principal objetivo era conseguir ressonância junto aos partidos socialistas. Também ficou demonstrado que há líderes ocidentais vulneráveis a tais iniciativas, particularmente aqueles no partido social-democrata alemão que mantêm posições antiamericanas e anti-OTAN, ou alguém como Willy Brandt ou o social-democrata sueco Olof Palme, que estão prontos a abraçar a idéia de Rapacki de uma zona livre de armas nucleares na Europa Central. A iniciativa também fez crescer a pressão para que os Estados Unidos façam concessões à URSS. Na opinião do autor, todavia, a iniciativa comunista ainda não atingiu o seu auge. Como irão reagir os social-democratas alemães quando os regimes comunistas começarem a sua "liberalização", fazendo concessões no campo dos direitos humanos, tais como a facilitação da emigração, concessão de anistia para os dissidentes ou a remoção do Muro de Berlim?

Parte III – Capítulo 25

Um observador pode esperar que os agentes de influência soviéticos na Europa Ocidental, aproveitando-se desses acontecimentos, tornem-se mais ativos. É mais do que provável que no Ocidente, esses passos cosméticos sejam tomados como genuínos e dêem início à reunificação e neutralização da Alemanha Ocidental, precipitando o colapso da OTAN. Crescerá a pressão sobre os Estados Unidos para concessões sobre desarmamento e acomodação com a URSS. Durante esse período poderá haver ampla demonstração de uma fictícia luta pelo poder na liderança soviética. Não é possível excluir a possibilidade de que no próximo congresso do partido, ou até mesmo antes, Andropov venha a ser substituído por um líder mais jovem e com imagem mais liberal, que por sua vez, continuará a "liberalização" mais intensamente.

Acontecimentos no Campo Sino-Soviético

Também é necessário comentar os desdobramentos das relações sino-soviética e suas ações. O envio de uma delegação chinesa de alto nível aos funerais de Brezhnev, chefiada pelo ministro do exterior Huang Hua; as conversações entre Huang Hua e Gromyko; e a incomum declaração feita por Huang Hua , caracterizando Brezhnev como "um extraordinário estadista da União Soviética" – são todos acontecimentos de alguma significância. Especialmente significativa e contraditória foi a referência à "perda de Brezhnev, um grande estadista". Esta caracterização ignora o fato de que as piores hostilidades com a China – para aqueles que aceitam o ponto de vista convencional – tiveram lugar exatamente sob a liderança de Brezhnev. Todavia, uma avaliação tão favorável a Brezhnev parece exata, inteira e confiável, se quem a ouve entende as hostilidades sino-soviéticas como peças de desinformação estratégica. De acordo com a análise desenvolvida ao longo deste livro, esses acontecimentos contribuem para reforçar a validade do argumento do autor de que a ruptura

sino-soviética foi uma máscara de desinformação sobre a coordenação secreta empreendida pelos dois países na realização de suas estratégias comuns. Por causa da secreta cooperação estratégica sino-soviética, ainda de acordo com essa análise, o objetivo primário da invasão soviética ao Afeganistão, além de obter a sovietização deste, não era o de cercar a China, mas sim forçar os Estados Unidos e o Paquistão a uma estreita cooperação política e militar com a China. Não é inconcebível que os soviéticos façam concessões relativas ao Afeganistão de maneira a obter novas vantagens estratégicas.

As propostas de Andropov sobre relações mais proveitosas com a China não têm a intenção de solapar as relações desta com os Estados Unidos, mas justamente a de estimular o interesse americano no estreitamento dessa relações, que no momento são avaliadas como enfraquecidas pela saída de cena de fortes proponentes de uma cooperação militar sino-americana, tais como Brzezinski e outros. O propósito principal é permitir que a China adquira armamentos e tecnologia militar avançados dos Estados Unidos. A ocupação soviética do Afeganistão pode também ter sido projetada para criar condições mais favoráveis à penetração chinesa nos países islâmicos, capitalizando o sucesso chinês junto ao Paquistão. A recente viagem do premiê chinês à África, que incluiu visitas ao Egito, Argélia e Marrocos, confirma um outro argumento deste livro sobre a divisão de trabalho existente entre a União Soviética e a China. Aparentemente, os estrategistas comunistas determinaram que a tarefa de influenciar os países islâmicos ficaria a cargo da China. Quanto ao papel chinês na consecução da estratégia comunista na Europa, a "rivalidade" sinosoviética poderia ser explorada através de uma intervenção chinesa na política européia, a pretexto de resistir à "hegemonia soviética". Nesse caso, os estrategistas chineses poderiam tentar obter um arranjo semelhante ao Tratado de Rapallo com alguns governos conservadores da Europa Ocidental.

Parte III – Capítulo 25

A Tentativa de Assassinato contra o Papa

Também é necessário comentar a tentativa de assassinato que sofreu o Papa. O autor não é ingênuo quanto à atitude, envolvimento e a prática de terrorismo político pela KGB. Em seção anterior deste livro, ele expressou sua concepção de que os serviços de inteligência e de segurança soviéticos e de outros países comunistas estavam por trás do terrorismo político das Brigadas Vermelhas na Itália e do terrorismo na Alemanha Ocidental. A questão aqui, todavia, não é se os soviéticos controlam os serviços búlgaros da mesma forma que controlam serviços de outros países comunistas, ou ainda, se soviéticos e búlgaros estão envolvidos com o terrorismo na Europa Ocidental, mas se os soviéticos e búlgaros estão envolvidos nesta tentativa de assassinato em particular. Para fazer uma avaliação da tentativa de assassinato contra o Papa, não é suficiente fazer referência ao controle soviético sobre os serviços búlgaros. É preciso primeiro examinar a análise racional e lógica soviética para assassinatos políticos e só então enfocar a questão básica: os estrategistas soviéticos têm algum interesse político e uma necessidade real para se envolver num caso como esse? O autor não comunga da opinião de que a KGB e o serviço de segurança búlgaro estão envolvidos na tentativa de assassinato contra o Papa, perpetrada pelo matador profissional turco, Ali Agca. Esta conclusão se baseia nas seguintes razões:

1.
Essa tentativa de assassinato não se encaixa na base lógica de assassinatos, tais como os praticados pela KGB. De acordo com o entendimento do autor, o governo soviético e a KGB recorreriam ao assassinato de um líder ocidental apenas sob as seguintes condições:
A.
Se um líder ocidental, que seja também um agente soviético recrutado, tiver seu cago ameaçado por um rival político.
B.

Parte III – Capítulo 25

C.
Se um líder ocidental se tornar um sério obstáculo à estratégia comunista e ao programa de desinformação estratégica, ele poderia ser envenenado silenciosamente durante as negociações de uma reunião de cúpula ou durante visita a uma país comunista. A lição prática aqui é a de que um líder ocidental envolvido no desenvolvimento e avanço de contra-estratégia eficaz contra os comunistas não deveria visitar países comunistas ou participar de quaisquer reuniões com seus líderes. A técnica de envenenamento foi descrita em pronunciamento feito por um general da KGB, Zheleznayakov, durante reunião de instruções operacionais devotada a um plano de assassinato de Tito, em 1953, em Moscou.
D.
Se o assassinato de um líder oferece a oportunidade para que um agente controlado pelos soviéticos assuma a posição. De acordo com Levinov, o consultor da KGB na Checoslováquia, essa lógica foi usada tanto pelos serviço soviético quanto pelo checoslovaco no assassinato de presidente Beneš,
deixando o cargo vago
para o líder comunista Gottwald.
E.
Se um líder comunista decidisse eliminar seu rival, também comunista. É fato bem conhecido que, com base nessa racionalização, Stálin se livrou de muitos de seus rivais, incluindo Trotskiy,no México. De acordo com o autor, essa base lógica não é mais utilizada por causa do fim das lutas elo poder na liderança do PCUS.
2.
Em vista dos argumentos e análises apresentados neste livro acerca dos acontecimentos poloneses, em particular aqueles concernentes ao Solidariedade como produto de um “socialismo maduro”, fica claro que não há motivo para a KGB ou para seus parceiros assassinarem o Papa.
3.
O autor considera errônea a percepção de que a KGB é um serviço primitivo e ineficiente que precisaria recorrer aos búlgaros para contratar um assassino de aluguel, especialmente um culpado pelo assassinato de um editor progressista na Turquia e que havia escapado da prisão e de algum modo fez

uma estranha visita à Bulgária. De acordo com a visão do autor, a KGB é sempre receosa quanto ao uso de fugitivos, suspeitando da possibilidade de serem provocadores da polícia. A KGB descartaria um candidato como esse, desconhecido e sobre o qual eles não teriam controle, especialmente para uma operação tão sensível e importante.

4.
Se os estrategistas soviéticos tivessem razões para um assassinato como esse, não tentariam agir através dos búlgaros. O mais provável é que a KGB empreendesse uma missão como essa através de seus contatos ilegais de confiança ou através de oportunidades disponíveis aos serviços poloneses. É fato bem conhecido que Papa mantém uma vasta equipe de secretários e auxiliares de cozinha, quase todos oriundos da Polônia. Além disso, ele recebe muitos visitantes da Polônia. O serviço de segurança polonês, através de seu departamento anti-religioso, estudaria os parentes dos membros da equipe do Papa e os usaria como reféns na preparação de uma operação desse tipo. Seria uma operação secreta e silenciosa.
5.
O autor também acredita que os serviços de segurança italianos, que estão seriamente enfraquecidos por recentes escândalos e investigações, são por demais inexperientes para avaliar a complexidade estratégica e as implicações de uma operação como essa. Esse caso pode ser avaliado e entendido apenas nos termos das estratégias comunistas (“liberalização” comunista, desarmamento ocidental e suas implicações).
6.
O autor está mais inclinado a concordar com as avaliações dos serviços israelense e alemão-ocidental, na forma como foram expressas em 17 de dezembro de 1982, através de artigo de Henry Kamm, publicado no New York Times, no qual ele declara que a implicação da KGB na tentativa de assassinato consiste em desinformação completa. Todavia, o autor não concorda com o artigo no que tange ao propósito de tal desinformação. Em sua opinião, o propósito não era o de enfraquecer ou desacreditar Andropov, mas misturar e confundir as implicações estratégicas.
7.
Há também uma importante contradição nas ações dos governos polonês e soviético no que diz respeito a esse caso. Se o governo soviético entende que o Papa é um anticomunista envolvido em

atividades subversivas contra a Polônia e outros países comunistas, tal como ficou implícito através de declaração divulgada pela agência TASS, tal entendimento é incongruente com o fato de que o governo polonês tenha convidado o Papa para visitar a Polônia em junho de 1983, uma vez que todos os assuntos desse tipo são coordenados com os soviéticos.

Talvez um outro comentário relevante devesse ser acrescentado aqui. Em vista dos ardentes pronunciamentos de alguns ministros socialistas italianos que diziam respeito a sua crença quanto ao envolvimento comunista nesse caso, tal posição aumenta a sua vulnerabilidade a uma reação errônea a futuros acontecimentos na Polônia. A despeito de seu genuíno anticomunismo, eles se veriam pressionados a aceitar como espontânea a "liberalização" polonesa.

Parte III – Capítulo 26

Para Onde Agora?

Este livrou tentou transmitir uma avaliação objetiva do atual plano de ação política comunista de longo alcance e da ameaça que este oferece ao Ocidente. A avaliação se baseou em parte num tipo de informação disponível apenas a alguém que tenha tido acesso direto a ela, a um insider; em parte, numa profunda compreensão de como o estrategista comunista pensa e age; em parte no conhecimento específico a respeito de reajustamentos políticos e do grau de penetração e influência da KGB nos governos e sobre os governos ocidentais; e finalmente, a avaliação também se baseou em extensa pesquisa e análise de arquivos públicos soviéticos e dos acontecimentos no mundo comunista nos últimos vintes anos, sempre utilizando a nova metodologia. Na mente do autor, não resta dúvida de que a ameaça é mais séria, seu escopo é mais amplo e seu clímax é mais iminente do que os estudiosos e políticos no Ocidente o levaram a acreditar.

Esse fato não se deu porque eles conscientemente minimizaram a ameaça. Tal situação é resultado de uma genuína e, até certo ponto, desculpável falta de compreensão. Essas pessoas aceitam pelo valor aparente aquilo que os comunistas escolhem para ser visto e ouvido no Ocidente. Elas aceitam a existência de desinformação tática comunista, mas apenas na forma de ações políticas secretas e de falsificações de documentos governamentais ocidentais; logo, falham em avaliar com precisão o problema da desinformação estratégica, que toma a forma de falsificações de contenciosos, cisões, rupturas e de independência no mundo comunista. As formas táticas de desinformação se destinam a desviar a atenção do início da ofensiva comunista na fase final da política de longo alcance. A desinformação estratégica é a causa original da atual crise nas

políticas externas dos países ocidentais. Até mesmo aqueles que reconhecem os perigos da desinformação não conseguem conceber que esta pode ser praticada em escala tão grandiosa e de forma tão sutil quanto desconcertante. Esquecem -ou talvez nunca tenham percebido completamente – que seus predecessores foram enganados de forma semelhante nos anos 20 – e falham quando não levam em conta que a penetração comunista em governos e serviços de inteligência ocidentais fornece aos comunistas alertas antecipados e precisos acerca das reações ocidentais à desinformação.

Vivendo em uma democracia, não é fácil aceitar que um compromisso total e obsessivo com a revolução mundial pudesse sobreviver por sessenta anos e ainda ser reanimado com novo zelo. O Ocidente, baseando-se apenas na própria experiência, dá como certo o surgimento de rupturas e fissuras no bloco comunista. Qualquer sinal ou alusão a desentendimentos é dissecada com avidez, enquanto que indícios de cooperação são ignorados ou mal interpretados. Aberturas e propostas diplomáticas, baseadas naquilo que o Ocidente vê como interesses comuns, são apressadamente diligenciadas e adotadas; a détente eo desarmamento são discutidos com toda a seriedade.

O Ocidente reconhece a ameaça militar comunista, mas interpreta erroneamente a ameaça política. Com a melhor das intenções, a política americana trabalhou arduamente para tornar realidade a liberalização na URSS e na Europa Oriental através de sua política sobre direitos humanos e encorajamento ao movimento dissidente, mas falhou ao não perceber que esse movimento foi moldado e controlado pelo aparato do partido e pela KGB e que uma impostura sob o rótulo de “liberalização” pode ser o próximo grande passo do programa de desinformação.

A busca e adoção de uma política externa realista por parte dos Estados Unidos foi dificultada ainda mais pela desmoralização dos seus serviços de inteligência e contra-inteligência que se seguiu às revelações do caso Watergate e a exagerada campanha

para restringir as funções da CIA e do FBI. A capacidade da CIA para ações políticas foi muito reduzida e dois mil funcionários experientes forma aposentados. Particularmente danoso foi o efeito sobre a contra-inteligência dos Estados Unidos, cuja tarefa deveria ser a de analisar a política e as táticas comunistas, fazer projeções das intenções comunistas e dessa forma, ajudar a proteger a nação e seus serviços de inteligência contra a penetração, subversão, agentes de influência e contra a desinformação.

O que, na última hora, ainda pode ser feito? Com toda a devida modéstia, o autor sente que este livro não estaria completo até que ele esboçasse a direção na qual ele entende que o Ocidente deva se mover. A bem da brevidade, as dificuldades de realização são, aqui, postas de lado. Os objetivos são declarados sem rodeios e inflexivelmente.

Apesar de o tempo estar se esgotando rapidamente, a balança de forças entre o Leste e o Oeste ainda não se inclinou irreversivelmente. Ainda é possível que o Ocidente recupere a iniciativa e frustre a iniciativa comunista de afastar e isolar a Europa Ocidental, o Japão e o Terceiro Mundo dos Estados Unidos, mas o caminho a percorrer é longo e difícil. O exemplo de conduta deve ser positivo e deve partir dos Estados Unidos.

Reavaliação

A conseqüência lógica do argumento deste livro -e da nova metodologia nele apresentada – é que um grupo de reconhecidas autoridades e especialistas americanos reexamine e reavalie a política, as táticas e a estratégia comunistas ao longo dos últimos vinte anos. Esse grupo deverá ser formado por elementos selecionados da comunidade de inteligência e contra-inteligência, das forças armadas, do serviço diplomático e do mundo acadêmico. Eles deverão ter total apoio de seus superiores para que lhes sejam fornecidos recursos e instalações de pesquisa e deverão

ter acesso a todas as informações e registros relativos a assuntos de estado e partidários comunistas a partir dos anos 50. Seu relatório deverá definir a estratégia comunista de longo alcance, prever o seu curso de ação, estimar o seu cronograma, avaliar a força política do bloco e o potencial subversivo do movimento comunista internacional, tornar pública a desinformação comunista e estimar a extensão e impacto da penetração comunista nos serviços de inteligência dos Estados Unidos e de outros países, bem como a extensão da atuação dos agentes de influência no Ocidente.

Tendo colocado a efeito o seu próprio exercício de reorganização e restabelecimento da verdade dos fatos, os Estados Unidos terão uma visão bem mais clara e objetiva da realidade. Nesse estágio, deverão buscar uma revitalização da unidade aliada sobre uma nova e sólida base. Uma vez que o incitamento da divisão e atrito entre os países membros da aliança ocidental é um dos objetivos principais da estratégia comunista, é absolutamente essencial que todos os governos ocidentais e seus povos tenham um entendimento muito claro dessa estratégia e da desinformação que lhe dá suporte. Caso contrário, nenhuma medida corretiva será eficaz. É por esta razão que a reavaliação da ameaça vem em primeiro lugar. Idealmente e a exemplo dos Estados Unidos, cada um dos principais países ocidentais deveria instituir a sua própria comissão de inquérito sobre a política, táticas e estratégia comunistas, revisando os reflexos destas em seus próprios registros diplomáticos, de inteligência, contra-inteligência e de inteligência militar.

Para fazer frente à estratégia comunista e retomar a iniciativa, é necessária uma nova estratégia ocidental, baseada em um verdadeiro entendimento da situação, das diretivas e do programa de desinformação do bloco comunista. Sem uma percepção e avaliação claras da natureza enganosa da rivalidade sino-soviética, da liberalização e das rupturas no mundo comunista, os governos ocidentais, quaisquer que sejam seus

aspectos e combinações constitutivas, não poderão se recuperar da crise na sua política externa, correndo o risco do envolvimento em falsas alianças com algum estado comunista que aparente estar em conflito com um terceiro. Se possível, deveria ser imposta uma moratória sobre qualquer forma de reaproximação com qualquer membro do bloco comunista enquanto o processo de reavaliação estivesse em curso. A este, seguir-se-ia a publicação de um documento contendo uma minuciosa declaração conjunta dos aliados ocidentais, estabelecendo calma e claramente a avaliação ocidental da atual política do bloco comunista e revelando os meios pela qual essa política vem sendo implementada ao longo dos anos. A discussão pública das descobertas deve ser encorajada através de conferências dos governos ocidentais, de agrupamentos políticos como a Internacional Socialista e de líderes das nações moderadas e pró-ocidentais do Terceiro Mundo. Imprescindível também serão os intercâmbios profissionais paralelos às conferências, conduzidos entre membros dos serviços de inteligência e contra-inteligência ocidentais.

O efeito de uma revelação de tal magnitude não deveria ser subestimado. Os líderes e estrategistas comunistas descobririam, se a avaliação ocidental se demonstrar correta, que suas próximas ofensivas estratégicas e movimentos no plano de falseamento foram antecipados e evitados. A iniciativa lhes teria sido repentinamente arrancada das mãos. As complicadas operações políticas, diplomáticas e de desinformação que ainda estivessem sendo elaboradas e que viessem a ser postas em prática, serviriam para confirmar a correção da avaliação ocidental. Os povos do bloco comunista, em sua maioria tendo a primeira oportunidade de tomar conhecimento da fraude sobre a qual a política de seu país vinha sendo conduzida, perceberiam – quaisquer que fossem seus sentimentos acerca da moralidade dessa fraude – que esta não mais

funcionaria e que seus líderes falharam. Enquanto um regime comunista tem algum sucesso, o povo que sob ele vive é coagido a acompanhá-lo. É quando as falhas ficam evidentes, – ou ao menos, quando há falta de novos êxitos – como ficou demonstrado na Hungria e na Polônia em 1956, que as mudanças reais e radicais podem acontecer. A revelação pública de um plano de ação política falido poderia liberar poderosas pressões políticas sobre os líderes comunistas, bem como sobre seus regimes, partidos e governos, talvez forçando-os a mudar sua conduta nas relações internacionais.

Aqueles no Ocidente a quem falta coragem, certamente argumentarão que a proclamação pública de que o significado completo da ameaça comunista agora é reconhecido e que uma reação realista e adequada está a caminho, só serviria para levar os líderes comunistas a uma atitude de franca confrontação e endurecimento e talvez, até mesmo à guerra. Mas esse argumento se sustenta? Se a ameaça foi corretamente avaliada e explicada adequadamente, ficará claro para a opinião pública que, ainda que a desinformação tenha conseguido ocultar as intenções do plano comunista, suas linhas de ação dificilmente poderiam ser mais inflexíveis e implacáveis. Na verdade, se a revelação pública feita pelo Ocidente viesse a resultar na reaparição do monólito comunista – China e URSS "reconciliadas", Romênia e Iugoslávia de volta ao rebanho – isso não seria causa de alvoroço. Para o Ocidente, seria o mais vantajoso de todos os resultados possíveis, pois significaria que o bloco comunista foi obrigado a recuar; e que os erros de cálculo do Ocidente, que o bloco tão longa e laboriosamente tratou de criar, não mais poderiam ser explorados, enquanto a força e resistência inatas do Ocidente ainda estariam intactas. Além disso, essa revelação teria um efeito salutar sobre os povos das nações ocidentais. Um bloco comunista revelado em toda sua força e a concomitante perda das ilusões quanto à rupturas e cisões, os inspiraria a cerrar fileiras e encarar a realidade.

Demonstraria que seus governos fizeram a avaliação correta. Mais ainda, daria espaço para respirar e tempo para corrigir os erros passados. Conferiria solidariedade entre os membros da aliança ocidental e ânimo para que todo o mundo não-comunista seja capaz de dizer aos líderes comunistas: “Nós agora enxergamos através da sua desinformação e das suas falsas alegações; nós somos capazes de interpretar suas declarações ambíguas; nós agora podemos dar um basta”.

No Ocidente, os cínicos argumentarão que é uma ilusão imaginar que, à esta altura, a ameaça comunista possa ser repelida por meio de exortações à união e a cerrar fileiras. Os povos do Ocidente detestam a uniformidade; as nações do Ocidente jamais desistirão de suas tradições de independência. Uma causa comum pode uni-las, mas nenhuma causa jamais as manteve juntas por muito tempo. Mas, como bem assinala o Professor Goodman em seu livro “The Soviet Design for a World State” (p.487): “Os comunistas agiram com cautela quando confrontados por um forte poder externo e agressivamente quando tentados pela fraqueza alheia [...] Se uma das principais fontes de fraqueza do mundo não-comunista contemporâneo é a desunião, então o meio mais certo de precipitar a guerra é fornecer, através da dissensão, alvos aparentemente fáceis para a conquista soviética ou, pela negligência em formular políticas indubitavelmente afirmativas [...]”.

Para alguém como o autor, que foi criado no mundo comunista, que na juventude trabalhou pela causa comunista apenas para rejeitar seu código de ética na maturidade, é difícil acreditar que, em face da iminente sujeição ao modo de vida comunista, as nações ocidentais seriam incapazes de encontrar uma duradoura solidariedade política e ideológica. Solidariedade não significa conformidade. A força espiritual do Ocidente reside na sua liberdade e diversidade, mas liberdade e diversidade não deveriam ser cultivadas a ponto de se tornarem obstáculos à sobrevivência.

Parte III – Capítulo 26

Para produzir a solidariedade duradoura que pode resistir à ameaça comunista, o Ocidente deveria fazer certo número de mudanças fundamentais de atitude, direção e de contra-estratégia. Essas mudanças brotam logicamente de uma compreensão da política de longo alcance e buscam frustrar aquilo que os estrategistas comunistas planejam realizar e conquistar. Acima de tudo, a aliança ocidental deveria restaurar e renovar o seu senso de propósito comum, de interesse comum e de responsabilidade comum. As causas principais da dissensão interna deveriam ser removidas ou atenuadas. São elas: rivalidades nacionais com profundas raízes históricas; a desconfiança mútua existente entre o conservadorismo americano e o socialismo democrático europeu; a crescente hostilidade entre conservadores e socialistas na Europa Ocidental.

Um Fim para as Rivalidades Nacionais

As enraizadas rivalidades nacionais e as suspeitas entre as nações da Europa Ocidental, entre esta e os Estados Unidos e entre

o Japão e os Estados Unidos, devem ser controladas de alguma maneira. A despeito dos trágicos conflitos do passado e da atual desconfiança mútua, todas as nações avançadas do mundo nãocomunista partilham da crença em processos democráticos para a escolha de governos, liberdade de oposição e dissensão e, ao menos em parte, num sistema econômico que se assenta na competição inerente a um mercado livre. Se os povos dessas nações perceberem que a ameaça comunista ao seu modo de vida, longe de ter recuado, está agora em seus calcanhares e se virem que a menos que uma força coesa seja anteposta à ameaça comunista suas nações cairão uma a uma, então, certamente insistirão para que seus governos abandonem suas diferenças.

Parte III – Capítulo 26

Interesses nacionais não podem mais ser protegidos por esforços puramente nacionais. A ameaça comunista é agora tão formidável, que para qualquer nação, seja a França ou os Estados Unidos, a decisão de permanecer um tanto quanto distante da aliança, seria irracional e potencialmente suicida. Os aliados mesmos deveriam estabelecer e então se submeter a alguma forma de autoridade supranacional para a coordenação política. Talvez o passo inicial mais eficaz fosse dado caso os Estados Unidos se oferecessem para sacrificar uma porção de sua soberania em favor de tal organismo, desde que as nações da Europa Ocidental fizessem o mesmo logo em seguida.

Solidariedade Ideológica

As diferenças entre os conservadores americanos e os social-democratas europeus nas suas atitudes quanto ao capitalismo não deveriam ser motivo de enfraquecimento da aliança atlântica. O socialismo democrático hoje está firmemente estabelecido na Europa Ocidental. Seus ideais econômicos apresentam alguns traços comuns ao sistema comunista e diferem acentuadamente dos ideais econômicos americanos. Mas, tal como os americanos, os social-democratas europeus consideram sacrossantas as liberdades democráticas; quando defrontados com os comunistas, os dois são aliados naturais. Uniram-se em face do "socialismo policial" de Stálin; agora, devem juntar forças para enfrentar uma falsificação mais insidiosa: "o socialismo com face humana". Seu interesse comum se sobrepõe a tudo, pois tanto a Europa quanto os Estados Unidos são os alvos de uma ofensiva política que agora busca envolvê-los, para depois estrangulá-los.

No âmbito europeu, conservadores e social-democratas devem se aproximar, pois ambos precisam se proteger do crescente

socialismo de extrema-esquerda europeu, o qual, se não for detido em breve, inevitavelmente desembocará numa frente unificada com os comunistas. Tanto conversadores como social-democratas devem entender e juntos, combater a estratégia comunista de longo-prazo; a sobrevivência de ambos os grupos depende disso.

Um Exame Interior

O Ocidente deveria devotar o esforço que hoje desperdiça com assuntos como a détente, SALT e segurança coletiva européia (ao estilo comunista) para se concentrar em seus próprios assuntos. Os países avançados estão acometidos de um mal que brota do desencanto. As críticas aos valores tradicionais e às instituições nacionais viraram danoso lugar-comum. As forças militares e a máquina militar-industrial são tidas em muito baixa conta; os serviços de inteligência e contra-inteligência foram ferozmente atacados; a iniciativa privada, representada pelos interesses das multinacionais, virou sinônimo de ganância e fome de poder; nos Estados Unidos, até mesmo a presidência foi diminuída e depreciada. Cada nação em particular deve achar o seu próprio meio de recuperar o respeito próprio. Só depois a aliança ocidental poderá retomar a iniciativa. O começo desse processo pode se dar se homens e mulheres responsáveis, sérios e dedicados, oriundos de partidos políticos, do movimento sindical , das universidades e da mídia, pudessem romper as barreiras e formar alianças políticas suprapartidárias em defesa das instituições democráticas.

Parte III – Capítulo 26

Ampliando as Alianças de Defesa

Como um de seus maiores objetivos estratégicos, o Ocidente deveria buscar a ampliação de sua organização defensiva, convidando outros países ameaçados para compartilharem da segurança e responsabilidade como membros da OTAN. Japão, Austrália, Brasil, Indonésia, Cingapura, Nigéria, Paquistão, Arábia Saudita e Israel são exemplos, pinçados a esmo, de países com motivos para se juntar a uma aliança de defesa não-comunista; assim procedendo, eles estariam elevando o nível de planejamento de defesa ocidental, hoje regional, para dimensões globais. Os benefícios seriam mútuos, garantindo o fornecimento de petróleo ao Ocidente, indo além das estritas considerações de defesa. O argumento pela unidade das nações não-comunistas foi apresentado por H.C. Allen, em seu livro "The Anglo-American Predicament" e continua válido até hoje.

Complementares à expansão de alianças formais, deveriam ser trabalhadas relações mais estreitas com os países em desenvolvimento. A denúncia pública do plano político comunista de longo-prazo contra esses países e do papel de Cavalo de Tróia desempenhado pela Iugoslávia, Romênia e Cuba, deveria, por si só, alertar os líderes dessas nações. Mas o objetivo do Ocidente não deveria se limitar a frustrar as intenções comunistas; deveria ser também o de fortalecer a base política e econômica para o desenvolvimento independente daqueles países. Rivalidades nacionais, esferas de influência e favorecimentos seriam substituídos por esforços conjuntos no fornecimento de ajuda, na melhoria e incremento das relações comerciais e concessão de crédito para jovens nações empreendedoras e não apenas pensando em futuros ganhos comerciais, mas para moldar suas tradições nacionais em consonância com as linhas democráticas e contra a subversão comunista.

Parte III – Capítulo 26

A aliança militar ocidental deveria manter a superioridade em armas nucleares – e não a mera paridade.

Reorientação dos Serviços de Inteligência

Os serviços de inteligência, contra-inteligência e de segurança das nações ocidentais deveriam ser fortalecidos e reorientados para corresponder à alteração de direção da ameaça comunista. A maior prioridade não mais deveria ser dada ao enfrentamento da tradicional espionagem da KGB e à coleta de informações; a tarefa principal deveria ser a neutralização dos danos políticos causados pelos agentes de influência comunistas e por sua desinformação. A análise e julgamento da desinformação deveriam ser elevados do nível tático para o estratégico.

Para interpretar as ações comunistas e detectar os agentes de influência comunistas, os serviços ocidentais deveriam utilizar a nova metodologia. Uma equipe de coordenação central, agindo em nome dos serviços diplomáticos e de segurança de toda a aliança ocidental, poderia ser estabelecida com o propósito de trocar experiências, coordenar operações e produzir pesquisas sobre os padrões de desinformação.

A triagem de segurança deveria ser restabelecida para todos os exilados recentes e importantes, incluindo os “dissidentes”. Seus antecedentes e histórico de atividades deveriam ser verificados e revistos à luz da política comunista de longo alcance e da desinformação.

Parte III – Capítulo 26

Distanciamento Diplomático

Para se proteger da desinformação estratégica e da diplomacia ativista comunista, as potências ocidentais deveriam perscrutar cada ação política para definir o seu motivo verdadeiro. Discussões sobre a détente, negociações SALT e as propostas comunistas para segurança coletiva européia deveriam ser interrompidas ou recusadas polidamente. Não deveriam haver consultas independentes entre líderes comunistas e naçõesmembro da aliança.

O número de missões ocidentais em território comunista deveria ser reduzido ao mínimo – preferivelmente, não mais que duas ou três – e estrita reciprocidade deveria ser mantida para a permissão de missões e delegações comunista ao Ocidente.

Negação de Acesso Comercial e à Tecnologia

O bloco comunista ainda está lutando para elevar a capacidade econômica e industrial de seus membros mais atrasados -entre eles, a China – e para incrementar ainda mais a sua capacidade militar. A recusa de relações comerciais mais estreitas e a negação de facilidades de crédito e de know-how tecnológico, atrasariam a realização desses programas, pressionando as economias dos membros mais avançados do bloco, tais como a da URSS e da Checoslováquia; e, no longoprazo, fomentariam o descontentamento popular. A recusa de créditos em condições facilitadas tem uma vantagem adicional, pois limita a capacidade comunista de causar danos às economias ocidentais. A ação econômica por parte do Ocidente atingiria o bloco comunista onde ele é mais vulnerável e, portanto, deve ser empreendida insistente e implacavelmente contra cada país do bloco, incluindo a Iugoslávia, Romênia e Polônia. Uma equipe de planejamento e coordenação central deveria ser estabelecida para conduzir a ofensiva econômica.

Parte III – Capítulo 26

Isolando os partidos Comunistas

A estratégia de longo alcance do movimento comunista é a de alargar a sua base política nos países não-comunistas através da formação de frentes unidas com partidos socialistas e nacionalistas; quando uma maioria parlamentar for obtida, os comunistas buscarão, por meio de ações de massa extraparlamentares, provocar e trazer a efeito mudanças no sistema democrático. O estratagema terá êxito somente se os partidos democráticos que estão sendo cortejados são, ou ignorantes das intenções comunistas, ou imaginam poder controlar o resultado. A denúncia da política comunista de longo alcance, da estratégia, das táticas e da farsa da iminente liberalização na Europa Oriental, com suas implicações para o Ocidente – especialmente para os países com partidos eurocomunistas – deveria alertar os incautos e afastar os logrados.

Dirigindo-se aos Povos do Bloco Comunista

Não é nos líderes comunistas ou nos dissidentes (crias intelectuais da KGB) em quem o Ocidente deveria depositar suas esperanças por mudanças genuínas no império comunista. São as pessoas – russos, chineses e europeus orientais – que, a despeito dos erros e enganos ocidentais, ainda são os aliados em potencial. É aos povos do bloco comunista que a política externa ocidental deveria dirigir-se.

Eles deveriam ser colocados e caracterizados à parte de seus líderes e da falsa oposição que estes inventaram. Eles esperam que com eles se fale como com iguais. Querem que, francamente e sem rodeios, lhes seja dita a verdade sobre as políticas, sucessos e fracassos, tanto comunistas como ocidentais. Eles respeitarão um quadro verdadeiro, com todas as manchas inclusas, dos princípios que guiam a moral, a política e a economia do Ocidente.

Parte III – Capítulo 26

Ouvirão as revelações acerca das políticas e da má-conduta de seus próprios países, contanto que sejam revelações factuais e desapaixonadas, mas, também irão querer que lhes contem com igual franqueza quais as implicações daquilo que o Ocidente está fazendo para combatê-las. Se, ao longo de alguns anos, os povos do bloco comunista pudessem ser mantidos informados, de maneira objetiva e escrupulosamente imparcial, acerca do que está acontecendo no mundo à volta deles, um dia eles poderão encontrar os meios de transformar seus pensamentos em ações.

Os Próximos Cinqüenta Anos

Suponha que tudo que foi aqui sugerido acontecesse. Suponha que a aliança ocidental de fato tivesse proclamado publicamente a sua clara e inequívoca percepção de que foi enganada pela desinformação comunista, que suas políticas de détente e de limitação de armas tinham sido muito mal conduzidas, que agora a aliança estava unida em sua determinação de enfrentar

o desafio. O que aconteceria depois? É óbvio que não há solução rápida para uma luta ideológica que começou em 1917 e continuou sem descanso até hoje. Talvez nunca haja uma solução. É possível que os dois lados, cada um representando um modo de vida que é uma aberração aos olhos do outro, devam continuar se defrontando indefinidamente. Mas será que esta situação é tão ruim assim? É impensável que a competição ideológica e política deva se tornar algo permanente? Não seria a competição entre dois sistemas fundamentalmente opostos a melhor maneira de resolver as coisas? Pela competição constante, não estariam os dois sistemas fortalecendo-se reciprocamente?
Parece haver três cenários possíveis em torno dos quais a história do próximo meio século será escrita:

No primeiro, o comunismo, não encontrando resistência ideológica ou política do Ocidente, continua seu curso presente rumo ao desarmamento e então, à convergência com o Ocidente em seus próprios termos e assim, até a dominação mundial.

No segundo, o Ocidente percebe em tempo a natureza da ameaça comunista, resolve seus próprios problemas nacionais, une

o mundo não-comunista e adota uma política de aberta competição entre os dois sistemas. Como resultado, os povos do bloco comunista repudiam seus líderes e o império comunista se desintegra.
O terceiro cenário se assemelha ao segundo, exceto pelo fato de que os dois sistemas permanecem intactos e a competição continua por um tempo muito longo.

E quem poderá dizer que a implacável competição entre dois sistemas de governo opostos, cada um garantido pelo temor que seu arsenal nuclear impõe, não se provaria frutífera? Mas onde estão os estadistas que reconhecerão este caminho para a segurança possível, enquanto guiam seus povos nessa jornada?

GLOSSÁRIO

AAPSO Organização da Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos.

CHEKA Serviço de segurança soviético no início da era pósrevolucionária, sob o comando de Dzerzhinski. Ver também, VCHEKA.
Chekist Membro da VCHEKA. Também uma revista secreta da KGB.

Comecon
Conselho de Mútua Assistência Econômica dos Estados Comunistas.

Cominform (Informatsionnoye Byuro Kommunisticheskikh Partiy)
Bureau de Informação dos Partidos Comunistas, de 1947 a 1956.

Comintern
(Kommunisticheskiy Internatsional) Internacional Comunista, também conhecida como a Terceira Internacional. Abolida em 1943.

PCUS
Partido Comunista da União Soviética.

CSCE Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa.

DVR (Dal'ne-Vostoch'naya Respublika). República do Extremo Oriente, estabelecida em 1920. Incorporada à União Soviética em 1922.

FCD Primeiro Diretorado-Chefe da KGB. Serviço de inteligência da KGB.

GPU Ver OGPU

GRU (Glavnoye Razvedyvatel'noye Upravleniye) Chefia de Administração de Inteligência – serviço soviético de inteligência militar.

GSE (Bol'shaya Sovetska Entsiklopediya).
A Grande Enciclopédia Soviética.

Rezident ilegal Representante do serviço de inteligência operando no exterior sob disfarce não oficial.

Izvestiya Jornal diário; órgão do Soviete Supremo.

KGB (Komitet Gosudarstvennoy Bezopastnosti).
Comitê de Segurança do Estado; serviço soviético de segurança interna e inteligência internacional.
Criado em 1954.

KI (Komitet Informatsii). Comitê de Informação; serviço de inteligência política e militar, de 1947 a 1949 sob o Conselho de Ministros. De 1949 a 1951, serviço de inteligência polÍtica sob o Ministério do Exterior. De 1951 a 1957, serviço de pesquisa e desinformação sob o Ministério do Exterior. De 1958 até

o presente, serviço político operacional especial, sob o Comitê Central do PCUS, provavelmente sob a cobertura do Comitê Estatal para Laços Culturais.
Komsomol (Kommunisticheskiy Soyuz Molodezhi).
Organização da Juventude Comunista.

MBV (Ministerstvo Gosupartstvennoy Bezopastnosti). Ministério da Segurança de Estado, incluindo, de outubro de 1946 a março de 1953, os serviços de

inteligência e segurança.

MVD (Ministerstvo Vnutrennikh Del) Ministério do Interior, responsável pela segurança geral interna. Durante um ano, de março de 1953 a março de 1954, foi responsável também pela inteligência no exterior e pela segurança de estado.

NEP (Novaya Ekonomicheskaya Politika). A Nova Política Econômica, iniciada por Lênin em 1921 e continuada até 1929.

Novosti Agência de imprensa soviética, abreviada como APN.

Novyy Mir Publicação literária e política mensal, em Moscou.

NTS (Natsional'nyy Trudovoy Soyuz) Sindicato Nacional dos Trabalhadores, uma organização política anticomunista de exilados, baseada no Ocidente.

OGPU (Ob'yedenennoye Gosudarstvennoye Policheskoye Upravleniye). Administração Política do Estado Federal; serviço de inteligência e segurança soviético, de fevereiro de 1922 a julho de 1934.

Oktybr'
Publicação mensal literária e política. Moscou.

Politburo
(Politicheskoye Byuro). Bureau Político. O principal órgão do Comitê Central do PCUS. Foi rebatizado de Presidium, na era Stálin. Sob Brezhnev, voltou a ser chamado de Politburo.

Pravda
Jornal diário e órgão do PCUS.

Rezidentura Aparato secreto da KGB em países não-comunistas.

Rezident
Chefe da Rezidentura.

RSFSR
Federação Russa ou República Russa.

SCD Segundo Diretorado-Chefe da KGB. Serviço de Segurança e contra-inteligência.

TASS (Telegrafnoye Agentstvo Sovetskogo Soyuza). Agênde Telégrafos da União Soviética – agência de notícias soviética.

VCHEKA (Vsesoyuznaya Cherzvychaynaya Kommissiya po Bor'be s Kontrrevolyutsyyey, Spekulyatiyey i Sabotazhem). Comissão Extraordinária para o Combate à Contra-Revolução, Especulação e Sabotagem. Serviço de segurança soviético, de dezembro de 1917 a fevereiro de 1922.

WIDF
Federão Internacional Democrática das Mulheres.

YLC
Liga Comunista Iugoslava- Partido Comunista Iugoslavo. Também referido como YCL e CPY.